



ALTRI, SGPS, S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Rua Manuel Pinto de Azevedo, 818 – Porto

NIF 507 172 086

Capital social: 25.641.459 Euros

Relatório e Contas 2019

ÍNDICE

(SECÇÕES INCLUÍDAS NO PRESENTE DOCUMENTO)

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E NOTAS ANEXAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO DE GESTÃO



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
ENQUADRAMENTO ECONÓMICO	6
EVOLUÇÃO BOLSISTA.....	7
ATIVIDADE DO GRUPO	9
ANÁLISE FINANCEIRA	13
PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO INDIVIDUAL	17
GESTÃO DE RISCO.....	18
PERSPETIVAS FUTURAS	18
DISPOSIÇÕES LEGAIS	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ART.º 245, 1, AL. C) DO CÓDIGO DE VALORES MOBILIÁRIOS.....	24
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	24
ANEXO I.....	25

Senhores acionistas

O Conselho de Administração da Altri, SGPS, S.A. (daqui em diante “Altri” ou “Sociedade” ou “Grupo”), em observância das disposições legais e estatutárias aplicáveis, apresenta o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2019, tendo, ao abrigo do número 6 do art.º 508.º – C do Código das Sociedades Comerciais (C.S.C.), optado por apresentar um Relatório de Gestão Único, que dando cumprimento a todas as exigências legais aplicáveis, permitirá uma análise completa prática e integrada da informação aí disponibilizada.

INTRODUÇÃO

A Altri foi constituída em Março de 2005 e rapidamente ficou conhecida e reconhecida como um produtor europeu de referência de pasta de papel de eucalipto, e, mais recentemente, na produção de pasta solúvel, sendo igualmente um player de referência no setor das energias renováveis de base florestal, nomeadamente na cogeração industrial através do licor negro e da biomassa, na medida em que a sua estratégia florestal assenta no aproveitamento integral de todos os componentes disponibilizados pela floresta: pasta, licor negro e resíduos florestais.

A totalidade das ações que representam o seu capital social estão admitidas à negociação em mercado regulamentado, na Euronext Lisbon, integrando o seu principal índice de referência, o PSI-20.

O sucesso da Altri deve-se a uma multiplicidade de fatores, devendo destacar-se o elevado nível de investimento realizado, sobretudo nos últimos anos - a Altri investiu nos últimos dez anos em Portugal mais de 454 milhões de Euros nas suas unidades industriais, o que permitiu dotá-las da mais avançada tecnologia de ponta conhecida no mercado mundial, adaptando-as, desde já, às condições do Novo BREF (Best Available Techniques – Reference Document for the Production of Pulp, Paper and Board). As unidades industriais da Altri são, por isso, hoje, referências nacionais e internacionais em matéria de boas práticas e de *compliance* ambiental.

A Altri detém três fábricas de pasta de papel em Portugal, a Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A., situada na Figueira da Foz, a Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A., situada em Vila Velha de Ródão e a Caima – Indústria de Celulose, S.A. situada em Constância, com uma capacidade instalada de produção de pasta de eucalipto, no total das três unidades, superior a 1 milhão de toneladas por ano. Adicionalmente, a Bioelétrica da Foz materializa a presença da Altri no setor da energia renovável, contando atualmente com cinco centrais de produção termoelétrica a partir de biomassa florestal.

A floresta é um ativo estratégico da Altri. Em finais de 2019 a Altri, através das suas subsidiárias Altri Florestal, S.A. e Florestsul, S.A., mantinha sob sua gestão cerca de 83,5 mil hectares de terrenos florestais em Portugal. A gestão praticada pela Altri encontra-se certificada pelos principais sistemas de certificação de gestão florestal sustentável e representa uma garantia para a prossecução dos objetivos do Grupo, hoje e no futuro.

Nestes terrenos, o eucalipto destaca-se como a principal cultura da floresta da Altri, garantindo um autoabastecimento complementar ao fornecido pelo mercado em madeira e biomassa, encontrando-se estes terrenos integralmente certificados pelo Forest Stewardship Council® (FSC®) e pelo Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC), duas das mais reconhecidas entidades certificadoras a nível mundial.

Os recursos florestais da Altri, embora se encontrem dispersos em todo o País, na sua grande maioria estão concentrados no Vale do Tejo, conferindo-lhes uma importância acrescida face à sua proximidade aos centros fabris da Altri. Esta proximidade tem uma grande importância estratégica pois permite uma otimização dos custos de transporte, assim como uma grande

eficácia na mobilização de madeira quando comparada com a produção de madeira localizada a maiores distâncias.

A prossecução da estratégia industrial da Altri assenta na gestão florestal integrada em Portugal, que visa a otimização da floresta, garantindo um aproveitamento integral de todos os seus componentes. Assim, o eucalipto é processado nas fábricas da Altri, produzindo pasta de papel e energia elétrica (cogeração), sendo que a casca, os ramos e os desperdícios florestais são utilizados para produzir energia elétrica através de biomassa.

A estratégia de desenvolvimento da Altri está claramente assente no reforço da eficiência operativa e, simultaneamente, na diversificação das fontes de receita para segmentos de maior valor acrescentado e que possibilitem uma evolução na cadeia de valor. Assim, para competir confortavelmente no mercado das *commodities*, e num contexto adverso de taxa de câmbio, ao Grupo tem de reduzir os custos de operação e, por outro lado, investir na produção de produtos de maior valor acrescentado que permitam o seu crescimento.

A Altri pretende ser o produtor mais eficiente à escala global na colocação da pasta de papel à porta dos seus clientes. Com esse objetivo, a Altri desenvolveu uma estratégia assente em três pilares:

- Redução do *cash-cost* por tonelada: os projetos levados a cabo nos últimos anos e em curso não implicam aumento dos custos fixos, conduzindo a uma diluição do *cash-cost* por tonelada;
- Localização estratégica da base de clientes: a localização privilegiada dos clientes da Altri é a Europa Ocidental e Central, o que permite otimizar a relação entre a qualidade de serviço aos clientes e o custo de transporte mínimo;
- Auto-suficiência de madeira: a Altri tem sob sua intervenção cerca de 87 mil hectares de floresta em Portugal, incluindo 83,5 mil hectares em gestão própria e certificada, o que lhe assegura um nível potencial de auto-suficiência de madeira de cerca de 20%.

Na prossecução dos seus objetivos de melhoria contínua, e em particular no que diz respeito à valorização dos recursos florestais, a Altri adquiriu, em 2005, 50% da EDP Produção – Bioelétrica, S.A. para, em parceria com a EDP, produzir energia elétrica a partir de biomassa florestal. Esta empresa é líder no seu segmento de mercado, com uma quota de licenças de produção de energia elétrica através de biomassa florestal de 50%. No decorrer do ano de 2018, a Altri chegou a acordo com a EDP para adquirir, diretamente e através da sua subsidiária Caima Indústria de Celulose, S.A., os 50% remanescentes, assumindo assim o controlo de 100% dessa Sociedade (atualmente denominada Bioelétrica da Foz, S.A.). Após a decisão de não oposição por parte da Autoridade da Concorrência à transação, aquela efetivou-se no final de novembro tendo o Grupo assumido o controlo da totalidade da operação a partir dessa data.

Assim, a Altri, através da sua subsidiária Bioelétrica da Foz, S.A. (Bioelétrica) possui e gere atualmente cinco centrais termoelétricas a biomassa o que demonstra a sua forte aposta no setor das energias renováveis, e o que a elevou para uma posição de relevo neste mercado em Portugal.

Ainda no que diz respeito ao setor da energia, a Altri aposta também na produção de energia elétrica através da cogeração industrial de base renovável (um processo assente no aproveitamento de componentes vegetais com propriedades combustíveis).

Consequentemente, a atual estrutura orgânica funcional do Grupo Altri pode ser representada como se segue:



ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Apesar de as grandes instituições não terem previsto um cenário recessivo para o ano de 2019, governantes e bancos centrais mostravam-se cautelosos relativamente ao desempenho da atividade económica mundial. De facto, os cenários mais pessimistas não se efetivaram, mas a economia mundial cresceu ao ritmo mais fraco registado desde a crise financeira mundial de 2008. Grande impacto para este registo teve a “Guerra Comercial” entre os EUA e a China, que teve repercussões noutras economias e relações comerciais, nomeadamente no Mercosur e na União Europeia. Adicionalmente, a União Europeia continuou suspensa pelas decisões em torno do Brexit. Todas estas divergências e incertezas tiveram impacto sobre o sentimento empresarial um pouco por todo o mundo, amplificando as desacelerações cíclicas e estruturais que já estavam em curso.

Ainda assim, a economia mundial terá crescido entre 2,5% e 3%, o que permitiu evitar o cenário mais negativo que chegou a ser temido. Já as previsões para 2020 avançadas pelo FMI, OCDE e Banco Mundial, apontam para um consenso na previsão de uma continuidade do ritmo de crescimento moderado da economia mundial.

Relativamente à economia europeia, esta registou em 2019 o seu sétimo ano consecutivo de crescimento, seguindo contudo a tendência registada em 2018 de um crescimento mais moderado. Como explicações para este abrandamento destacam-se, maioritariamente, as estratégias de corte das taxas de juro aplicadas pelos vários Bancos Centrais, incluindo a FED e o BCE, para apoiar as respetivas economias, numa altura em que a economia mundial em geral balança próxima de uma recessão. Para 2020, não é esperada uma significativa melhoria da atividade económica, mas o risco de recessão também não é mencionado. A Comissão Europeia prevê que a inflação da Zona Euro fique nos 1,2% em 2019, que suba para 1,3% em 2020, e que se estabilize em 2021.

Sobre Portugal, instituições como o Banco de Portugal (BdP), a Comissão Europeia e a OCDE têm vindo a apontar um abrandamento do crescimento económico no período trienal de 2019 a 2022. De facto, a desaceleração verificada em 2018 manteve-se em 2019, resultado das medidas protecionistas adotadas por diversas economias e do elevado nível de incerteza política, como os já mencionados Brexit e tensões EUA-China a terem a sua influência. Mais ainda, Portugal sentiu também o efeito da desaceleração de alguns dos seus principais parceiros comerciais, nomeadamente Espanha e Alemanha. De salientar ainda que, segundo o BdP, o abrandamento das exportações e do setor industrial também se fizeram sentir. No entanto, o setor dos serviços permaneceu relativamente imune, o que tem vindo a permitir a continuação de uma situação favorável no mercado laboral nacional.

No que toca à China, as crescentes tensões comerciais e as incertezas globais, levaram a um desacelaramento do crescimento em 2019. No entanto, a antecipação das exportações no segundo semestre de 2019, com o intuito de precaver novos aumentos das tarifas acabou por ser benéfico para a produção industrial. Depois do crescimento registado ter sido em torno de 6,2% em 2019, a OCDE aponta para um abrandamento do crescimento económico, desta que é a segunda maior potência mundial, para os 5,7% em 2020 e, posteriormente, para os 5,5% em 2021.

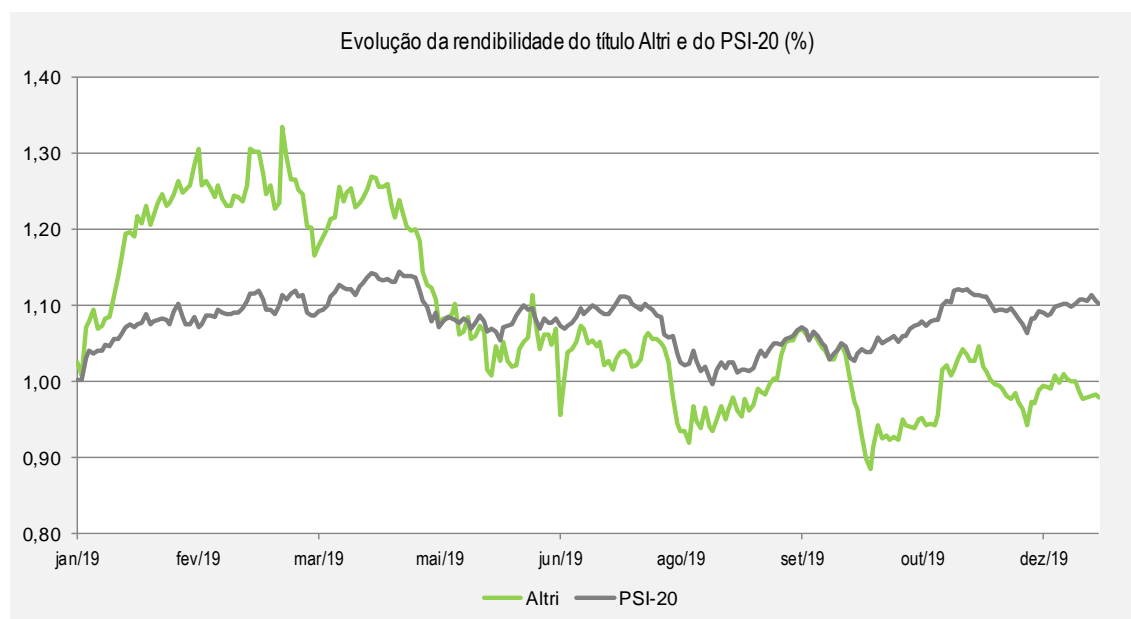
Fonte: IMF, Informação de Mercados Financeiros, 21 de janeiro de 2020

Observações: todas estas projeções poderão ser naturalmente afetadas pelo panorama económico-social vivido atualmente por todo o mundo

EVOLUÇÃO BOLSISTA

(Nota: O PSI 20 foi considerado como um índice com valor inicial idêntico ao do título em análise, de forma a possibilitar uma melhor comparação das variações das cotações.)

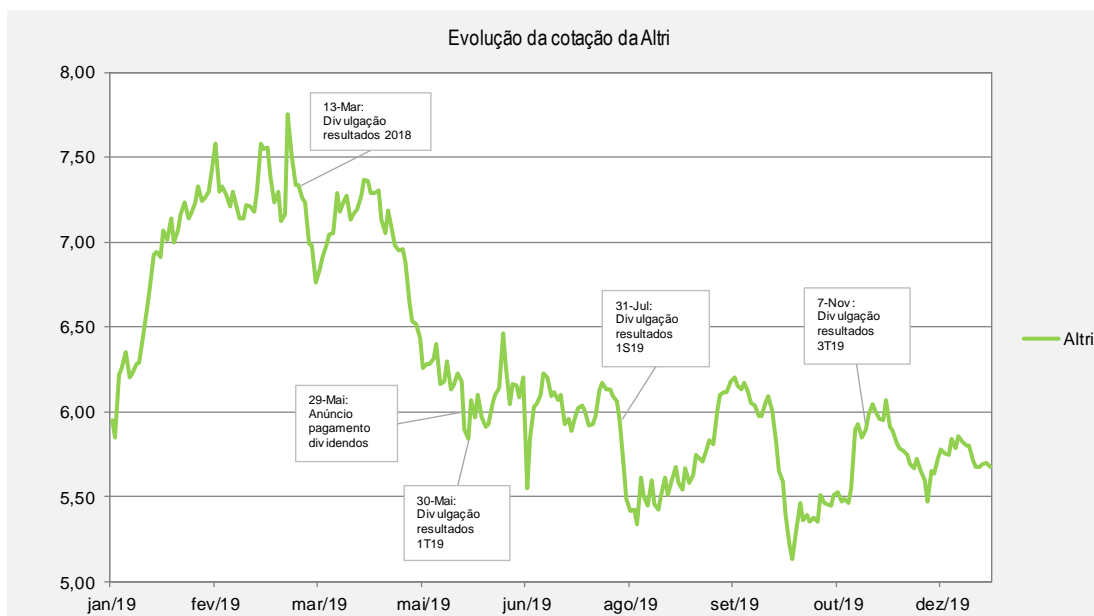
As ações da Altri registaram uma desvalorização de 2% em 2019 ao passo que o PSI-20 valorizou 10% no mesmo período.



A cotação bolsista da Altri encerrou o ano de 2019 nos 5,68 Euros por ação. A capitalização bolsista no final de 2019 era de cerca de 1.165 milhões de Euros.

Durante o ano de 2019, as ações da Altri foram transacionadas a uma cotação máxima de 7,75 Euros por ação e a mínimos de 5,13 Euros por ação. No total, foram transacionadas cerca de 133,7 milhões de ações da Altri naquele período, o que equivale a 65,2% do capital emitido.

Os principais eventos que marcaram a evolução dos títulos do Grupo durante o exercício de 2019 podem ser descritos cronologicamente do seguinte modo:



- No dia 26 de fevereiro de 2019, a Altri anunciou ao mercado a emissão, pela sua subsidiária Sociedade Bioelétrica do Mondego, do empréstimo obrigacionista com a designação “SOCIEDADE BIOELÉTRICA DO MONDEGO 2019 - 2029”, no montante de Euro 50.000.000. A emissão alinou-se com as condições estabelecidas pelos Princípios de Obrigações Verdes (“Green Bond Principles”) e tratou-se da primeira Emissão de Obrigações Verdes admitida à negociação em Portugal, na Euronext Access Lisbon;
- No dia 13 de março de 2019, o Grupo anunciou a performance financeira relativamente ao exercício de 2018, fixando-se o resultado líquido consolidado em 194,5 milhões de Euros. As receitas totais¹ consolidadas ascenderam a 784,8 milhões de Euros. O EBITDA² consolidado foi superior a 292 milhões de Euros, tendo sido um ano record em termos de produção e vendas de pasta. As ações encerraram a cotar nos 7,16 Euros por ação;
- No comunicado efetuado a 29 de maio de 2019, a Altri informou o mercado que os dividendos relativos ao exercício de 2018, correspondentes a 0,72 Euros por ação, seriam pagos a partir de 26 de junho;
- Através do comunicado efetuado a 30 de maio, o Grupo publicou os resultados do primeiro trimestre de 2019. No decorrer deste período as receitas totais¹ consolidadas ascenderam a 207,4 milhões de Euros, o EBITDA² atingiu cerca de 74,5 milhões de Euros ao passo que o resultado líquido consolidado se fixou nos 36,7 milhões de Euros;
- A 31 de julho, a Altri comunicou ao mercado os resultados do 1.º semestre de 2019, tendo apresentado receitas totais¹ de cerca de 407 milhões de Euros, EBITDA² de 142 milhões de Euros e resultado líquido de cerca de 67,9 milhões de Euros;
- No dia 7 de novembro foram divulgados os resultados do 3.º trimestre. Nos primeiros 9 meses do ano, o Grupo atingiu receitas totais¹ de 582,1 milhões de Euros, o EBITDA² foi de cerca de 197 milhões de Euros e o resultado líquido de 90,7 milhões de Euros.

¹ Receitas totais = Vendas + Prestações de serviços + Outros rendimentos

² EBITDA = Resultados antes de impostos – Resultados relativos a investimentos + Gastos financeiros – Rendimentos financeiros + Amortizações e depreciações

ATIVIDADE DO GRUPO

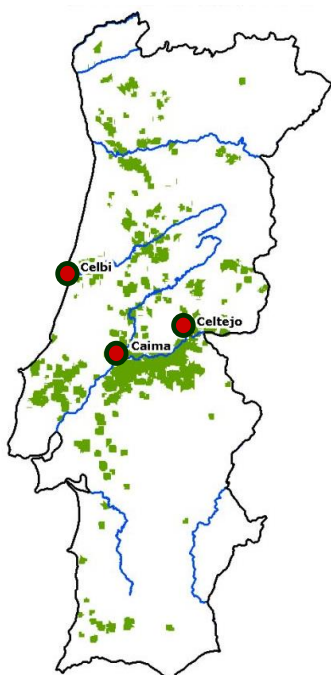
A Altri é um produtor europeu de referência de pasta de papel de eucalipto, e, mais recentemente, produtor de pasta solúvel, sendo igualmente um player de referência no setor das energias renováveis de base florestal, nomeadamente na cogeração industrial através do licor negro e da biomassa.

As principais participações financeiras da Altri são as seguintes:

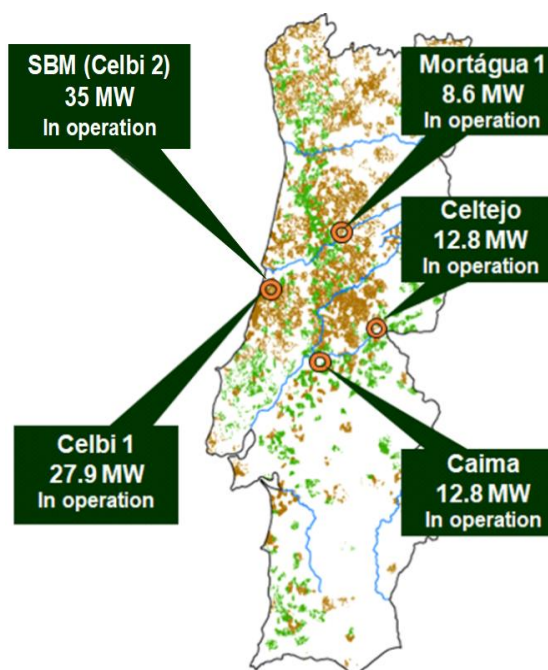
- **Caima – Indústria de Celulose (Constância)** – produção e comercialização de pasta solúvel;
- **Celulose Beira Industrial (Celbi) (Figueira da Foz)** – produção e comercialização de pasta de papel;
- **Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo (Vila Velha de Ródão)** – produção e comercialização de pasta de papel;
- **Altri Florestal (Constância)** – unidade gestora dos recursos florestais do Grupo;
- **Bioelétrica da Foz (Figueira da Foz)** – gestão e produção de energia proveniente de centrais termoelétricas a biomassa.

Adicionalmente, com o objetivo de apoiar as suas necessidades energéticas e expandir a sua atividade para um setor considerado interessante do ponto de vista estratégico, o Grupo detém ainda uma participação de 100% no capital da Bioelétrica da Foz, sociedade adquirida no final do ano de 2018.

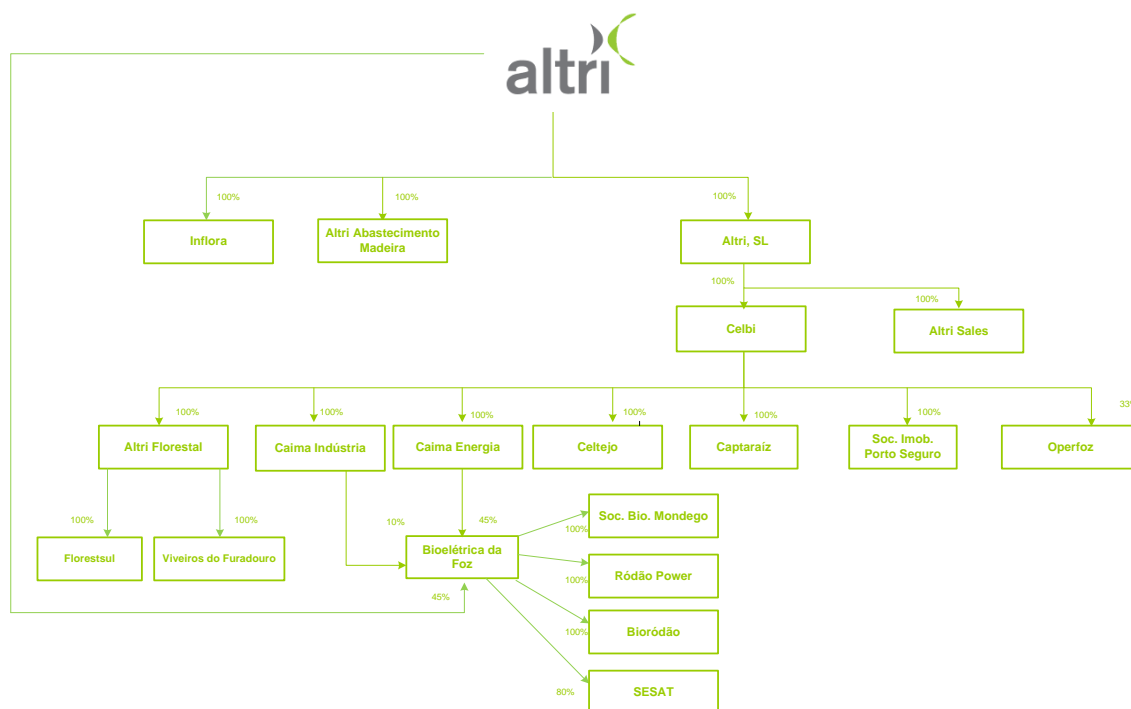
Localização das unidades industriais do Grupo Altri



Localização das centrais de produção de energia



Em 31 de dezembro de 2019 a estrutura completa de participações do Grupo Altri é a seguinte:



O produto da Altri

A Celbi e a Celtejo produzem pastas papeleiras de eucalipto, pelo processo ao sulfato, ou Kraft. A Caima produz pasta solúvel, para aplicações na indústria têxtil, pelo processo ao sulfito.

A pasta Celbi é branqueada sem utilização de cloro elementar (pasta ECF, *elemental chlorine free*). As pastas da Celtejo e da Caima são pastas TCF (*totally chlorine free*), isto é, são branqueadas sem a utilização de compostos clorados.

No caso das pastas papeleiras da Celbi e da Celtejo a utilização do eucalipto *globulus* como matéria-prima, conjugada com o processo produtivo, confere-lhes características especiais que as tornam particularmente adequadas à produção de determinados tipos de papel ou cartão.

Estas características recomendam, no caso da Celbi, a sua utilização na produção de papéis finos de impressão e escrita, papéis para laminados decorativos e papéis destinados a servirem de suporte à impressão de elevada qualidade. No caso da Celtejo a pasta é particularmente adequada à produção de papéis *tissue*.

A Caima produz pasta solúvel (*dissolving pulp*) utilizando o eucalipto *globulus* como matéria-prima. Esta pasta é utilizada na produção de viscose, uma das matérias-primas da indústria têxtil, a par do algodão e do poliéster. Como exemplo de produtos finais, que integram no seu processo produtivo a pasta de papel e a solúvel, denota-se o papel (seja de escrita, decorativo ou *tissue*), têxteis (tecidos e roupa), óculos, pneus, colchões, esponjas, dispositivos eletrónicos tais como LCD's, indústria alimentar (como por exemplo, a produção de molhos), tintas, cigarros, loiça, entre muitos outros. Com este leque de aplicações, a indústria da pasta de celulose acrescenta valor à sociedade.

Os mercados alvo das pastas papeleiras são a Europa ocidental, a Europa de leste e a bacia do Mediterrâneo. As pastas solúveis são vendidas sobretudo na China, que é o maior produtor mundial de viscose.

Para além da pasta solúvel a Caima vende ainda lignosulfonato de magnésio, que é maioritariamente utilizado na indústria de construção, como aditivo para o betão.

As pastas de papel produzidas estão aprovadas pelo *Nordic Ecolabelling of Paper Products* (Celbi e Celtejo) e pelo *European Ecolabel* (Celbi), para poderem ser utilizadas em produtos que pretendam utilizar este rótulo ambiental. Estes dois programas são programas de rotulagem ambiental, baseados na análise do ciclo de vida do produto.

O processo de produção da pasta e a gestão florestal integrada possibilitam o aproveitamento de fontes de energia renovável: licor negro e biomassa. Assim, o Grupo apresenta o segmento da Energia: constituído essencialmente pela Bioelétrica da Foz, S.A. e pelas suas subsidiárias. Este segmento conta com 5 centrais para produção de energia a partir de biomassa florestal, energia essa que segue posteriormente para venda na rede pública.

Mercado da pasta de papel

De acordo com os dados do Pulp and Paper Products Council (PPPC), World Chemical Market Pulp Global 100 Report, em 2019 a procura total de pastas hardwood cresceu cerca de 6,3%, o que se materializou num crescimento absoluto de cerca de 1,5 milhões de toneladas.

Em termos geográficos, constata-se que o consumo de pasta do tipo hardwood na China cresceu cerca de 15,5%.

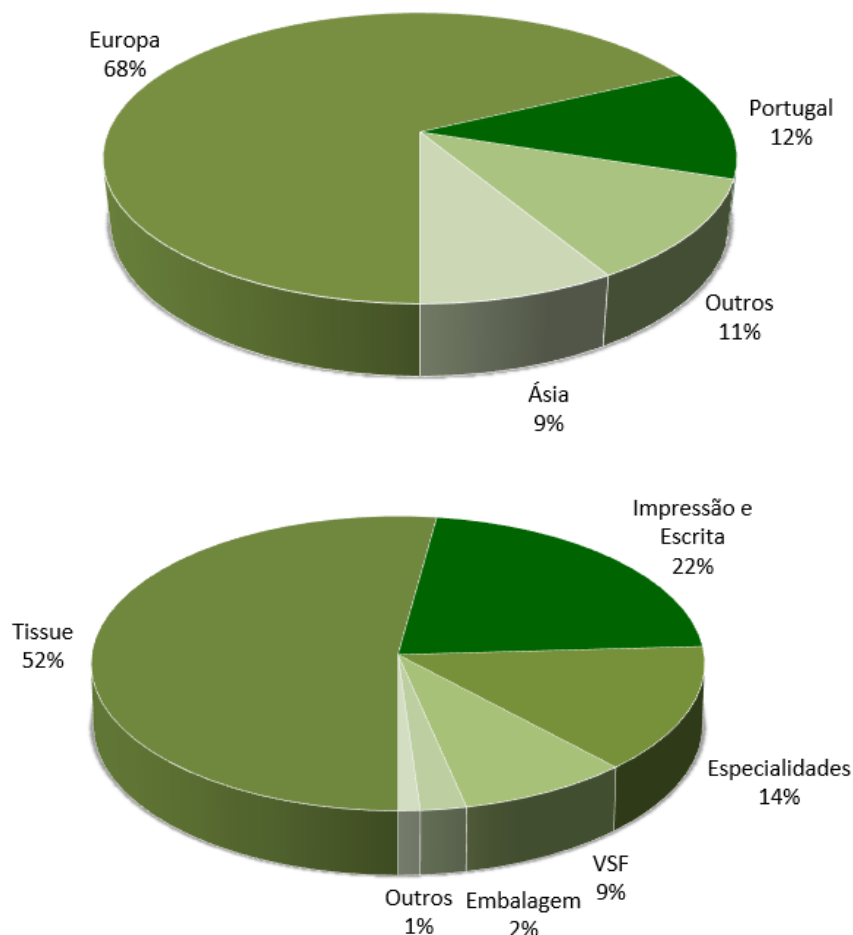
No que respeita aos dias de inventário, no final de dezembro de 2019, o inventário dos produtores era de cerca de 37 dias. Registe-se que em dezembro de 2018, o inventário de pastas hardwood detido pelos produtores ascendia a 62 dias e em novembro de 2019 este inventário era de 42 dias.

Evolução do preço da pasta BHKP na Europa desde 2003 até final março de 2020 (EUR)

Fonte: FOEX



VENDAS DE PASTA POR REGIÃO E POR UTILIZAÇÃO



O preço médio de mercado da pasta papeleira (BHKP) em 2019 foi de 764,9 €/ton, o que corresponde a um decréscimo de 13% face ao preço médio registado em 2018.

Em termos de destino geográfico das vendas da Altri, a Europa (excluindo Portugal) é o principal mercado de destino das vendas do Grupo, representando 68% das vendas, ou seja, cerca de 741 mil toneladas. Portugal representa 12% das vendas, enquanto que a Ásia representa cerca de 9% das vendas de pasta.

Em termos de utilização da pasta os produtores de papel *tissue* são os principais clientes da Altri com uma quota de 52%, seguindo-se os produtores de papel gráfico de impressão e escrita e os produtores de especialidades, com quotas de mercado de 22% e 14%, respetivamente. Os produtores de filamentos de viscose – consumidores de pasta DWP – representam cerca de 9% das vendas.

ANÁLISE FINANCEIRA

A informação financeira apresentada foi preparada de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia (IFRS-UE).

Demonstração dos resultados de 2019

milhares de Euros	2019	2018	2019/2018 Var%
Receitas totais (a)	753 520	784 831	-4,0%
Custo das vendas	285 623	255 518	11,8%
Fornecimento de serviços externos	182 781	187 071	-2,3%
Custos com pessoal	40 320	39 528	2,0%
Outros gastos	6 316	12 645	-50,1%
Provisões e perdas por imparidade	7 274	655	ss
Varição de justo valor dos ativos biológicos	-1 937	-3 269	-40,7%
Custos totais	520 376	492 149	5,7%
EBITDA (b)	233 144	292 682	-20,3%
margem EBITDA (c)	30,9%	37,3%	-6,4 pp
Amortizações e depreciações	-75 347	-60 204	25,2%
EBIT (d)	157 797	232 478	-32,1%
margem EBIT (e)	20,9%	29,6%	-8,7 pp
Resultados relativos a investimentos	29	30 809	-99,9%
Gastos financeiros	-25 525	-20 710	23,2%
Rendimentos financeiros	3 958	8 063	-50,9%
Resultados financeiros	-21 538	18 162	-218,6%
Resultado antes de impostos	136 259	250 640	-45,6%
Impostos sobre o rendimento	-35 436	-56 142	-36,9%
Resultado Líquido Consolidado do exercício			
Atribuível a:			
Detentores de capital próprio da empresa-mãe	100 826	194 498	-48,2%
Interesses sem controlo	-4	0	ss

(a) Receitas totais = Vendas + Prestações de serviços + Outros rendimentos

(b) EBITDA = Resultados antes de impostos - Resultados relativos a investimentos + Gastos financeiros - Rendimentos financeiros + Amortizações e depreciações

(c) Margem EBITDA = EBITDA / Receitas totais

(d) EBIT = EBITDA + Amortizações e depreciações

(e) Margem EBIT = EBIT / Receitas totais

Durante o exercício de 2019, as receitas totais da Altri atingiram 753,5 milhões de Euros, o que corresponde a um decréscimo de cerca de 4% face ao exercício de 2018. As receitas totais associadas às unidades de produção de pasta ascenderam a, aproximadamente, 667 milhões de Euros. O preço médio de mercado da pasta papeleira (BHKP) em 2019 foi de 764,9 €/ton, o que corresponde a um decréscimo de 13% face ao preço médio registado em 2018.

Os custos totais, em 2019, ascenderam a cerca de 520,4 milhões de Euros, o que corresponde a um crescimento de cerca de 5,7% face ao montante de custos registados no exercício anterior. Registe-se que, à semelhança de 2018, no exercício em análise os ativos biológicos foram avaliados ao justo valor, o que originou um incremento de cerca de 1,9 milhões de Euros no valor do ativo. O EBITDA de 2019 atingiu 233,1 milhões de Euros, um decréscimo de cerca de 20,3% face ao EBITDA registado no ano anterior, tendo a sua margem atingido os 30,9% (-6,4 p.p.).

O EBIT registado no ano foi de 157,8 milhões de Euros, o que representa uma diminuição de cerca de 32% face ao ano anterior. Os resultados financeiros registaram um montante negativo de cerca de 21,5 milhões de Euros. A rubrica "Resultados relativos a investimentos" em 2018 inclui,

essencialmente, a mais valia contabilística registada com a aquisição da totalidade do capital da Bioelétrica. Em virtude daquela aquisição ter sido efetuada por fases (já que anteriormente o grupo Altri já detinha 50% do capital), a Altri teve, ao abrigo do normativo contabilístico aplicável, de reavaliar o seu interesse de capital próprio previamente detido na Bioelétrica pelo seu justo valor à data da recente aquisição.

O resultado líquido da Altri atingiu cerca de 100,8 milhões de Euros.

Principais indicadores da demonstração da posição financeira

milhares de Euros	31.12.2019	31.12.2018	Var%
Ativos biológicos	104 491	98 474	6%
Ativos fixos tangíveis	555 289	555 510	0%
Ativos sob direito de uso	69 601	-	ss
Goodwill	265 631	265 531	0%
Investimentos em empresas associadas	725	697	4%
Outros	89 108	96 348	-8%
Ativos não correntes	1 084 846	1 016 559	7%
Inventários	85 966	70 096	23%
Clientes	83 739	120 825	-31%
Caixa e equivalentes de caixa	181 344	240 766	-25%
Outros	46 557	43 943	6%
Ativos correntes	397 605	475 630	-16%
Ativo total	1 482 451	1 492 189	-1%
Capital próprio e Interesses que não controlam	466 043	521 597	-11%
Empréstimos bancários	27 500	33 500	-18%
Outros empréstimos	558 765	506 036	10%
Incentivos reembolsáveis	2 942	6 581	-55%
Passivo da locação	70 392	-	ss
Outros	82 337	76 005	8%
Passivos não correntes	741 936	622 122	19%
Empréstimos bancários	6 203	6 537	-5%
Outros empréstimos	102 651	128 812	-20%
Incentivos reembolsáveis	3 026	5 511	-45%
Passivo da locação	9 316	-	ss
Fornecedores	102 378	123 710	-17%
Outros	50 898	83 901	-39%
Passivos correntes	274 471	348 471	-21%

O investimento líquido total³ realizado durante o exercício de 2019 pelas unidades do Grupo ascendeu a aproximadamente, 70 milhões de Euros.

O endividamento nominal remunerado líquido deduzido de disponibilidades⁴ da Altri em 31 de dezembro de 2019 ascendia a 513 milhões de Euros.

³ Investimento líquido total – Aquisições no exercício de ativos fixos tangíveis relacionados com a atividade operacional dos segmentos Papel e Energia

⁴ Endividamento nominal remunerado líquido de disponibilidades = Outros empréstimos (valores nominais) + Empréstimos bancários (valores nominais) – Caixa e equivalentes de caixa

Impactos da IFRS 16

A partir de 1 de janeiro de 2019, as contas do Grupo Altri refletem a adoção da norma contabilística IFRS 16. Não foi efetuada a reexpressão das contas de 2018, de acordo com a possibilidade prevista na norma. Os principais impactos a 31 de dezembro de 2019 são os seguintes:

- EBITDA: incremento de 12 milhões de Euros;
- Amortizações: incremento de 8,9 milhões de Euros;
- Gastos financeiros: incremento de 2,5 milhões de Euros;
- Ativo (“Ativos sob direito de uso”): incremento de 69,6 milhões de Euros;
- Passivo (“Passivo da locação”): incremento de 79,4 milhões de Euros;
- Capitais próprios: redução de 7,9 milhões de Euros (líquido de impostos diferidos).

ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Durante o exercício de 2019, os administradores não executivos cumpriram de forma regular e com eficácia as suas funções de acompanhamento e monitorização da atividade dos membros executivos.

Entre outros, em 2019, os membros não executivos do Conselho de Administração participaram ativa e regularmente nas reuniões do Conselho de Administração, tendo analisado as diversas questões discutidas e manifestado a sua posição relativamente às diretrizes estratégicas do Grupo. Sempre que necessário, aqueles administradores mantiveram um contacto estreito e direto com os responsáveis operacionais e financeiros do Grupo. No exercício de 2019, e no âmbito das reuniões do Conselho de Administração, os Administradores executivos prestaram todas as informações que foram requeridas pelos demais membros do Conselho de Administração.

PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO INDIVIDUAL

A Altri, S.G.P.S., S.A., na qualidade de holding do Grupo, registou nas suas contas individuais preparadas de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia um resultado líquido de 114.428.315 Euros, para o qual, nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação:

Dividendos	61.539.502 euros
Reservas livres	52.888.813 euros

A distribuição de lucros do exercício ora proposta implicará o pagamento de um dividendo bruto de 0,30 Euros por ação.

GESTÃO DE RISCO

A Gestão do Risco tem um papel vital na estrutura de gestão do Grupo. É nosso entendimento que a gestão do risco é um potenciador da criação de valor.

Para uma descrição mais abrangente dos riscos relacionados com as atividades do Grupo, consulte o Relatório do Governo das Sociedades e Demonstrações Financeiras.

PERSPETIVAS FUTURAS

O primeiro trimestre de 2020 foi marcado pelo aparecimento de uma epidemia a nível global denominada Covid-19, sendo que em 11 de março de 2020 foi declarada uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde. Esta pandemia, disseminada internacionalmente, impacta de modo relevante a economia mundial e os mercados financeiros, pelo que se torna imprescindível considerar os impactos decorrentes do Covid-19.

O Grupo Altri permanecerá atento e cuidadoso perante os riscos que poderão surgir para a sua área de negócio, quer em termos operacionais, de investimento ou financeiros.

Estamos convictos de que com prevenção, serenidade e em conjugação de esforços com os nossos parceiros, como sejam os nossos Clientes, Fornecedores, Colaboradores e Comunidades locais, estamos preparados para enfrentar este desafio.

Remetemos para as considerações divulgadas na Nota 45. Eventos Subsequentes no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

DISPOSIÇÕES LEGAIS

Ações próprias

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que em 31 de dezembro de 2019 a Altri não detinha ações próprias, não tendo adquirido ou alienado ações próprias durante o ano.

Ações detidas pelos órgãos sociais da Altri

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais informa-se que em 31 de dezembro de 2019, os administradores da Altri detinham as seguintes ações:

Paulo Jorge dos Santos Fernandes ^(a)	26.229.874
João Manuel Matos Borges de Oliveira ^(b)	30.000.000
Domingos José Vieira de Matos ^(c)	24.850.110
Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça ^(d)	42.545.053
José Manuel de Almeida Archer	11.500

^(a) – As 26.229.874 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas pela sociedade ACTIUM CAPITAL, S.A., da qual o administrador Paulo Jorge dos Santos Fernandes é administrador e acionista dominante.

^(b) – As 30.000.000 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas pela sociedade CADERNO AZUL, S.A., da qual o administrador João Manuel Matos Borges de Oliveira é administrador e acionista.

^(c) – As 24.850.110 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas pela sociedade LIVREFLUXO, S.A., da qual o administrador Domingos José Vieira de Matos é administrador e acionista dominante.

^(d) – As 42.545.053 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas pela sociedade PROMENDO INVESTIMENTOS, S.A., da qual a administradora Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça é administradora e acionista dominante.

Em 31 de Dezembro de 2019, o Revisor Oficial de Contas, os membros do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral não possuíam ações representativas do capital social da Altri.

Participação no Capital da Sociedade

Nos termos e para os efeitos do disposto nos Artigos 16.º e 20.º do Código de Valores Mobiliários e no Artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que as sociedades e/ou pessoas singulares que têm uma participação social qualificada que ultrapasse os 2%, 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 33% e 50% dos direitos de voto, de acordo com as notificações recebidas na sede da Altri reportadas a 31 de Dezembro de 2019, são como segue:

	Nº ações detidas em 31-dez-2019	% capital social com direito de voto
Norges Bank		
Diretamente	4.149.572	2,02%
Total imputável		2,02%

	Nº ações detidas em 31-dez-2019	% capital social com direito de voto
1 Thing, Investments, S.A		
Diretamente ^(a)	17.292.073	8,43%
Total imputável		8,43%

(a) - as 17.292.073 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas diretamente pela sociedade 1 THING, INVESTMENTS, S.A. cujo conselho de administração integra o administrador Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira.

	Nº ações detidas em 31-dez-2019	% capital social com direito de voto
Domingos José Vieira de Matos		
Através da sociedade Livrefluxo, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	24.850.110	12,11%
Total imputável		12,11%

	Nº ações detidas em 31-dez-2019	% capital social com direito de voto
Paulo Jorge dos Santos Fernandes		
Através da sociedade Actium Capital, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	26.229.874	12,79%
Total imputável		12,79%

	Nº ações detidas em 31-dez-2019	% capital social com direito de voto
João Manuel Matos Borges de Oliveira		
Através da sociedade CADERNO AZUL, S.A. (da qual é acionista e administrador)	30.000.000	14,62%
Total imputável		14,62%

	Nº ações detidas em 31-dez-2019	% capital social com direito de voto
Promendo Investimentos, S.A.		
Diretamente ^(a)	42.545.053	20,74%
Através do seu administrador José Manuel de Almeida Archer	11.500	0,01%
Total imputável		20,75%

(a) - as 42.545.053 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas diretamente pela sociedade Promendo Investimentos, S.A. que se consideram igualmente imputáveis a Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça, administradora e acionista dominante da sociedade Promendo Investimentos, S.A. e administradora da Altri, SGPS, S.A.

A Altri não foi notificada de quaisquer participações acima de 33% dos direitos de voto.

Política de Diversidade – Alínea r) do número 1 do artigo 245.º-A do C.V.M.

A política de diversidade não é um tema novo no seio do Grupo Altri. Na verdade, e apesar de as áreas de atividade do Grupo – eminentemente industriais – serem áreas historicamente mais propensas à predominância de homens, a verdade é que não só no Conselho de Administração, mas também nas posições de *senior and middle-management*, que o Grupo, desde há já vários anos tem vindo a definir e implementar políticas que se têm vindo a materializar numa maior paridade de género.

Importa destacar que o Conselho de Administração da Altri, eleito em Abril de 2017 para o mandato correspondente ao triénio 2017/2019 (e, portanto, ainda antes da entrada em vigor da Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de Julho) é composto por sete membros, de entre os quais cinco homens e duas mulheres, representando estas quase 30% da composição daquele órgão. Esta composição era semelhante no mandato anterior, correspondente ao triénio 2014/2016.

O Conselho de Administração, sem perder o fio condutor da meritocracia, promove políticas de diversidade a vários níveis, tais como:

- Instruções à área de recursos humanos para que:
 - as políticas de progressão na carreira, avaliação de desempenho e revisões salariais sejam definidas tendo por base preocupações de promoção da diversidade;
 - nos processos de recrutamento, procurem promover essa diversidade, apresentando sempre listas de potenciais trabalhadores a recrutar suficientemente representativas de ambos os géneros.
- Instruções às áreas operacionais para que as equipas multidisciplinares formadas no âmbito dos mais variados projetos sejam constituídas tendo sempre por base a preocupação de uma equilibrada representatividade.

Na Altri existe a convicção de que um equilíbrio de género saudável contribui decisivamente para que as equipas sejam mais ecléticas, auto-desafiadoras e proativas, pelo que a promoção dessa diversidade é um desígnio do Grupo.

Informação não Financeira

Conforme requerido pela Directiva 2017/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, transposta pelo direito nacional pelo Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de Julho, o Grupo deve prestar informação sobre matérias não financeiras. Tal informação deverá ser suficiente para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno.

A informação não financeira prevista no Decreto-Lei n.º 89/2017 está incluída no Relatório de Sustentabilidade referente ao período de 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não queremos concluir sem agradecer aos vários parceiros do Grupo pela confiança demonstrada na nossa organização. Por fim, gostaríamos de expressar o nosso reconhecimento a todos os nossos colaboradores pela dedicação e empenho.

Porto, 31 de março 2020

O Conselho de Administração

Paulo Jorge dos Santos Fernandes

João Manuel Matos Borges de Oliveira

Domingos José Vieira de Matos

Laurentina da Silva Martins

Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira

Ana Rebelo Carvalho Menéres Mendonça

José Manuel de Almeida Archer



ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO

DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ART.º 245, 1, AL. C) DO CÓDIGO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas pela União Europeia, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e passivo, da situação financeira e dos resultados consolidados e individuais da Altri, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Altri, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Os membros do Conselho de Administração da Altri, SGPS, S.A. declaram assumir a responsabilidade pela presente informação e asseguram que os elementos nela inscritos são verídicos e que não existem omissões que sejam do seu conhecimento.

Nos termos do art.º 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social (aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro), informamos que não existem dívidas vencidas perante o Estado, nomeadamente perante a Segurança Social.

ANEXO I

1. Conselho de Administração

Qualificações, experiência e cargos exercidos noutras sociedades pelos membros do Conselho de Administração:

Paulo Jorge dos Santos Fernandes

Foi um dos fundadores da Cofina (Sociedade que deu origem à *Altri*, por cisão), tendo estado diretamente envolvido na gestão do Grupo desde a sua criação. É licenciado em Engenharia Electrónica pela Universidade do Porto, tendo posteriormente concluído um MBA na Universidade Nova de Lisboa.

É acionista da Sociedade desde 2005 tendo igualmente sido nomeado administrador desde a mesma data.

Desenvolve as suas atividades na área dos *Media*, Internet e indústria da pasta de papel. Presentemente é CEO da Cofina, S.G.P.S., S.A., CO-CEO da *Altri*, da qual é fundador, acionista, membro do Conselho de Administração e Presidente.

É também membro do Conselho da Administração da Ramada Investimentos e Indústria, S.A.

Para além das Empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1982/1984	Adjunto do Diretor de Produção da CORTAL
1986/1989	Diretor Geral da CORTAL
1989/1994	Presidente do Conselho de Administração da CORTAL
1995	Administrador da CRISAL - CRISTAIS DE ALCOBAÇA, S.A.
1997	Administrador do Grupo Vista Alegre, S.A.
1997	Presidente do Conselho de Administração da ATLANTIS - Cristais de Alcobaca, S.A.
2000/2001	Administrador da SIC

Ao longo da sua carreira, desempenhou ainda funções em diversas associações:

1989/1994	Presidente da FEMB (Fédération Européene de Mobilier de Bureau) para Portugal
1989/1990	Presidente da Assembleia Geral Assoc. Industr. Águeda
1991/1993	Membro do Conselho Consultivo Assoc. Ind. Portuense
Desde 2005	Membro do Conselho Superior da Associação do Antigos Alunos de MBA
2013/2016	Presidente da Mesa do Conselho Fiscal do BCSD
Desde 2006	Membro do Conselho Consultivo em Engenharia e Gestão do IST
Desde 2016	Membro do Conselho da CELPA – Associação da Indústria Papeleira

Em 31 de Dezembro de 2019, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- A Nossa Aposta – Jogos e Apostas On-Line, S.A. (a)
- Actium Capital, S.A. (a)
- Altri Abastecimento de Madeira, S.A.
- Altri Participaciones Y Trading, S.L.
- Articulado – Actividades Imobiliárias, S.A. (a)
- Caima – Indústria de Celulose, S.A.
- Caima Energia – Emp. Gestão e Exploração de Energia, S.A.
- Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A.
- Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A.
- Cofihold, S.A. (a)

- Cofihold II, S.A. (a)
- Cofina, S.G.P.S, S.A. (a)
- Cofina Media, S.A. (a)
- Elege Valor, Lda. (a)
- F. Ramada II Imobiliária, S.A. (a)
- Préstimo – Prestígio Imobiliário, S.A. (a)
- Ramada Aços, S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Santos Fernandes & Vieira Matos, Lda. (a)
- Sociedade Imobiliária Porto Seguro – Investimentos Imobiliários, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2019, as outras empresas onde desempenha funções de fiscalização são:

- Fisio Share - Gestão De Clínicas, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de Dezembro de 2019, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

João Manuel Matos Borges de Oliveira

Foi um dos fundadores da Cofina (que deu origem à Altri), desempenha funções de administração da Empresa desde a sua constituição. É licenciado em Engenharia Química pela Universidade do Porto, tendo concluído o MBA do INSEAD. Desempenha funções nas áreas de media e indústria, bem como na definição estratégica do Grupo. É acionista da Sociedade desde 2005 tendo igualmente sido nomeado administrador desde a mesma data.

Para além das Empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1982/1983	Adjunto do Diretor de Produção da Cortal
1984/1985	Diretor de Produção da Cortal
1987/1989	Diretor de Marketing da Cortal
1989/1994	Diretor Geral da Cortal
1989/1995	Vice-presidente do Conselho de Administração da Cortal
1989/1994	Administrador da Seldex
1992/1994	Vice-presidente da Assembleia Geral da Associação Industrial de Águeda
1995/2004	Presidente do Conselho Fiscal da Associação Industrial do Distrito de Aveiro
1996/2000	Administrador não executivo da Atlantis, S.A.
1997/2000	Administrador não executivo da Vista Alegre, S.A.
1998/1999	Administrador da Efacec Capital, S.G.P.S., S.A.
2008/2015	Presidente do Conselho Fiscal da Porto Business School
2008/2011	Administrador não executivo da Zon Multimédia, SGPS, S.A.
2011/2013	Membro do ISCTE-IUL CFO Advisory Forum

Em 31 de Dezembro de 2019, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Altri Abastecimento de Madeira, S.A.
- Altri Participaciones Y Trading, S.L.
- Caderno Azul, S.A. (a)
- Caima – Indústria de Celulose, S.A.
- Caima Energia – Emp. Gestão e Exploração de Energia, S.A.
- Captaraíz – Unipessoal, Lda.
- Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A.
- Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A.
- Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- Cofina Media, S.A. (a)
- Cofihold, S.A. (a)
- Cofihold II, S.A. (a)
- Elege Valor, Lda. (a)
- F. Ramada II Imobiliária, S.A. (a)
- Indaz, S.A. (a)
- Préstimo – Prestígio Imobiliário, S.A. (a)
- Ramada Aços, S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Sociedade Imobiliária Porto Seguro – Investimentos Imobiliários, S.A.
- Universal – Afir, S.A. (a)

a) – sociedades que, em 31 de Dezembro de 2019, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Domingos José Vieira de Matos

Foi um dos fundadores da Cofina (Sociedade que deu origem à Altri, por cisão), tendo estado diretamente envolvido na gestão do Grupo desde a sua criação. É licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, tendo iniciado atividades de gestão em 1978. É acionista da Sociedade desde 2005 tendo igualmente sido nomeado administrador desde a mesma data.

Para além das Empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1978/1994	Administrador da Cortal, S.A.
1983	Sócio-Fundador da Promede – Produtos Médicos, S.A.
1998/2000	Administrador da Electro Cerâmica, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2019, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Altri Florestal, S.A.
- Caima – Indústria de Celulose, S.A.
- Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A.
- Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- Cofihold, S.A. (a)
- Cofihold II, S.A. (a)
- Elege Valor, Lda. (a)
- F. Ramada II Imobiliária, S.A. (a)
- Florestsul, S.A.
- Livrefluxo, S.A. (a)
- Préstimo – Prestígio Imobiliário, S.A. (a)
- Ramada Aços, S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Santos Fernandes & Vieira Matos, Lda. (a)
- Sociedade Imobiliária Porto Seguro – Investimentos Imobiliários, S.A.
- Universal - Afir, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de Dezembro de 2019, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Laurentina da Silva Martins

Com formação em Finanças e Administração no Instituto Superior do Porto está ligada ao grupo Altri desde a sua constituição. Foi nomeada administradora da Sociedade em Maio de 2009.

A sua experiência profissional inclui:

- 1965 Adjunta da Direção Financeira da Companhia de Celulose do Caima, S.A.
- 1990 Diretora Financeira da Companhia de Celulose do Caima, S.A.
- 2001 Administradora da Cofina Média, S.G.P.S., S.A.
- 2001 Administradora da Caima Energia – Empresa de Gestão e Exploração de Energia, S.A.
- 2004 Administradora da Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A.
- 2005 Administradora da Silvicaima – Sociedade Silvícola do Caima, S.A. (atual Altri Florestal, S.A.)
- 2006 Administradora da EDP – Produção Bioelétrica, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2019, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Bioelétrica da Foz, S.A.
- Ródão Power – Energia e Biomassa do Ródão, S.A.
- Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A.
- Bioródão, S.A.

Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira

É licenciado em Gestão Financeira pelo Instituto Superior de Administração e Gestão do Porto.

Em 2000 concluiu o Executive MBA no Instituto Empresarial Português em parceria com a ESADE-Business School de Barcelona, atualmente Católica Porto Business School. Em 2009 fez o Curso de Avaliação de Empresas na EGE- Escola de Gestão Empresarial. Foi nomeado administrador da Sociedade em Abril de 2014.

Para além das empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1986/2000	Assessor de gerência de FERÁGUEDA, Lda.
1992	Gerente da Bemel, Lda.
1997/1999	Assistente de Direção da GALAN, Lda.
1999/2000	Adjunto de Direção do Departamento de Serras e Ferramentas da F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A.
2000	Diretor do Departamento de Serras e Ferramentas de F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A.
2006	Administrador da Universal Afir, Aços Especiais e Ferramentas, S.A.
2009	Administrador da F. Ramada - Investimentos, S.G.P.S., S.A.

Em 31 de Dezembro de 2019, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Altri Florestal, S.A.
- Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A.
- Cofihold, S.A. (a)
- Cofihold II, S.A. (a)
- Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- F. Ramada II Imobiliária, S.A. (a)
- Florestsul, S.A.
- Préstimo – Prestígio Imobiliário, S.A. (a)
- Ramada Aços, S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Sociedade Imobiliária Porto Seguro – Investimentos Imobiliários, S.A.
- Universal - Afir, S.A. (a)
- Valor Autêntico, S.A. (a)
- 1 Thing, Investments, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de Dezembro de 2019, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça

É licenciada em Economia pela Universidade Católica Portuguesa em Lisboa. Foi nomeada administradora da Sociedade em Abril de 2014.

Para além das empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1995	Jornalista na área de economia do jornal Semanário Económico
1996	Departamento Comercial do Citibank
1996	Administradora da Promendo, S.A.
2009	Administradora da PROMENDO, S.G.P.S., S.A.

Em 31 de Dezembro de 2019, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- Cofihold, S.A. (a)
- Cofihold II, S.A. (a)
- F. Ramada II Imobiliária, S.A. (a)
- Promendo Investimentos, S.A. (a)
- Préstimo – Prestígio Imobiliário, S.A. (a)
- Ramada Aços, S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de Dezembro de 2019, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

José Manuel de Almeida Archer

É Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa) e Advogado inscrito na Ordem dos Advogados desde 1984.

Para além das empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

(1985-1987)	Administrador da Phoenix Assurance, PLC, Agência Geral em Portugal
(1999-2001)	Presidente do Conselho de Administração da Selecta – Sociedade Gestora do Fundo do Investimento Imobiliário Selecto II, S.A.
(1998-2001)	Membro do Legal & Tax Committee (Nasdaq Europe)
(2000-2014)	Administrador da Companhia das Quintas SGPS, SA.
(2004-2013)	Administrador da Blues Group (UK)
(2008-2009/1997-2001)	Membro do Executive Board da FEE - Foundation for Environmental Education (Denmark)

Em 31 de Dezembro de 2019, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- ABAE - Associação Bandeira Azul da Europa (a)
- Banco Finantia, SA. (a)
- Banco Finantia Spain, SA., (Espanha) (a)
- Correia Afonso Archer & Associados – Sociedade de Advogados, RL. (a)
- Promendo Investimentos, SA. (a)
- Vialegis AEIE (Madrid) (a)

Outros Cargos: Presidente do Conselho Fiscal

- Ginásio Clube Português (a)

(a) – sociedades que, em 31 de Dezembro de 2019, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

2. Conselho Fiscal

Qualificações, experiência e cargos exercidos noutras sociedades pelos membros do Conselho Fiscal:

Pedro Nuno Fernandes de Sá **Pessanha** da Costa

Habilitações: Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1981

Formação complementar em gestão e análise económico financeira de empresas na Universidade Católica Portuguesa - Escola de Direito do Porto em 1982 e 1983

Experiência profissional: Inscrito na Ordem dos Advogados desde 1983
Presidente do conselho geral e de supervisão de sociedade aberta desde 1996 até 2010

Presidente do Conselho Fiscal do Banco Português do Investimento S.A. desde 2016 e da BPI Private Equity – Sociedade de Capital de Risco, S.A. desde 2018 até Agosto de 2019, data em que ambas as sociedades se extinguíram por fusão no Banco BPI, S.A.

Presidente da mesa da assembleia-geral de diversas sociedades cotadas e não cotadas em bolsa

Exercício contínuo da advocacia desde 1983, com especial dedicação ao direito comercial e das sociedades, fusões e aquisições, investimento estrangeiro e contratos internacionais

Co-autor do capítulo sobre Portugal no "Handbuch der Europäischen Aktien-Gesellschaft" – Societas Europaea – de Jannot / Frodermann, publicado por C.F. Müller Verlag

Outros cargos em exercício:

Presidente do Conselho Fiscal da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)

Presidente do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

Vogal da Comissão de Remunerações da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)

Vogal da Comissão de Remunerações da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE, S.G.P.S., S.A. (a)

Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE Vinhos, S.A. (a)

Presidente da Comissão de Remunerações da SOGRAPE S.G.P.S., S.A. (a)

Presidente da Mesa da AG da Adriano Ramos Pinto, S.A. (a)

Presidente da Mesa da AG da Aquitex – Acabamentos Químicos Têxteis, S.A. (a)

Presidente da Mesa da AG da Storaxinter, S.A. (a)

Cônsul honorário da Bélgica no Porto (a)

(a) – sociedades que, em 31 de Dezembro de 2019, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

António Luís Isidro de Pinho

Habilitações: Licenciado em Economia, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (I.S.C.T.E.), (1973 – 1978)
Licenciado em Organização e Administração de Empresas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (I.S.C.T.E.), (1986 – 1989)
Revisor Oficial de Contas, desde 1987
Membro da Ordem dos Economistas, da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e da Associação Portuguesa de Consultores Fiscais.

Experiência profissional: Os seus 35 anos de experiência profissional têm-se centrado na área da auditoria externa e interna e na direção financeira de diversas Empresas.
Iniciou a sua atividade profissional em 1976 na Lacticoop e em seguida, como quadro do departamento financeiro da Gremetal, participou na construção da refinaria em Sines, atividade que interrompeu para cumprir o serviço militar obrigatório terminado em Dezembro de 1981
De Janeiro de 1982 e até Dezembro de 1986, integrou a Arthur Andersen & Co atingindo as funções de Manager de Auditoria.
De 1987 a 1991 integrou os quadros do grupo SOPORCEL, tendo desempenhado funções de auditor Interno, de Diretor Financeiro da Emporsil e de responsável pelo Departamento de Aquisição de terras.
De 1991 a 1996 foi membro da Direção Executiva da SOCTIP, uma gráfica líder no seu segmento de mercado que empregava cerca 200 trabalhadores, tendo a seu cargo o pelouro da área financeira da empresa.
Desde 1996 exerce funções de Revisor Oficial de Contas em full-time, tendo integrado os quadros da Moore Stephens, como sócio da A. Gonçalves Monteiro & Associados, SROC, entre Outubro de 1997 e Novembro de 2008. Aquela sociedade deu lugar à Veiga, Pinho & Silva - SROC que em 2015 foi transformada na Kreston Associados.
Exerce funções de Fiscal Único, membro do Conselho Fiscal e Auditor Externo, de várias empresas de dimensão significativa e de diferentes setores de atividade, sendo atualmente, como Sócio-gerente da Kreston & Associados-SROC, Lda. responsável pela revisão legal das contas de várias empresas industriais, comerciais e de serviços
Além das funções técnicas de Auditor, exerce também o cargo de responsável pelo Controlo de Qualidade da firma e de controlador-relator da comissão de controlo de qualidade da Ordem dos ROC.

Outros cargos em exercício:

Vogal do Conselho Fiscal da Cofina, SGPS, S.A. (a)
Vogal do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de Dezembro de 2019, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Guilherme Paulo Aires da Mota Correia Monteiro

Habilitações: Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Master em Direção Geral de Empresas, IEDE

Experiência profissional: Iniciou a sua carreira profissional em 1991 na Deloitte na área de *Management Solutions*. Em 1999, foi promovido a Manager do departamento *Financial Services* MS Porto.

Em 2007 foi promovido a *Associate Partner* do departamento de *corporate finance* da Deloitte.

De 2002 a 2013 foi responsável pela Divisão de *Corporate Finance* no Porto, especializado em fusões e aquisições, avaliações, *debt advisory* e *project finance*.

De 2014 a 2016 passou a integrar a divisão de *Financial Advisory Services* da Deloitte em Lisboa, nas áreas de M&A, *Debt Advisory* e *Investment and Capital Projects*.

Desempenhou a sua atividade em empresas de distintos sectores de atividade, designadamente nos sectores de turismo, *real estate*, *private equity*, banca, construção, saúde, automóvel, metalomecânico, agro-alimentar, têxtil, cortiça, mobiliário, químico e TMT.

Tem uma sólida experiência em fusões e aquisições, MBO, MBI, avaliações, consultoria estratégica, estudos de viabilidade, projectos de investimento, planos de negócio, *corporate recovery*, *private placements*, *project finance* e *debt advisory*.

Outros cargos em exercício:

Consultor Independente (a)

Vogal do Conselho Fiscal da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)

Vogal do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

Vogal do Conselho Fiscal da Cinca – Companhia Industrial de Cerâmica (a)

Sócio-Gerente da Blue Garnet, Lda. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de Dezembro de 2019, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

André Seabra Ferreira Pinto

Habilitações: Licenciatura em Economia na Universidade Portucalense
Revisor Oficial de Contas (ROC n.º 1.243)
MBA Executivo - Escola de Gestão do Porto – University of Porto Business School

Experiência profissional: Entre Setembro de 1999 e Maio de 2008, colaborador do departamento de Auditoria da Deloitte & Associados, SROC, S.A. (inicialmente como membro do staff e desde Setembro de 2004 como Manager)
Entre Junho de 2008 e Dezembro de 2010, Senior Manager do departamento de Corporate Finance - Transaction Services da Deloitte Consultores
Entre Janeiro de 2011 e Março de 2013, diretor financeiro das empresas do Grupo WireCoWorldGroup em Portugal (a)
Desde Abril de 2013, administrador (CFO) do Grupo Mecwide (a)
Administrador da MWIDE, SGPS, S.A., bem como das restantes empresas integrantes do Grupo Mecwide (a)
Gerente das sociedades Together We Change Investments, Lda., Virtusai, Lda. e Apparently Relevant, Lda. (a)

Outros cargos em exercício:

Vogal da Comissão de Remunerações da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
Vogal da Comissão de Remunerações da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
Suplente do Conselho Fiscal da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
Suplente do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de Dezembro de 2019, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

3. Comissão de Remunerações

Qualificações, experiência e cargos exercidos noutras sociedades pelos membros a Comissão de Remunerações:

João da Silva Natária

Habilitações: Licenciatura em Direito pela Universidade de Lisboa

Experiência profissional:

1979	Diretor-Geral da Filial de Luanda/Viana da F. Ramada, por nomeação conjunta da Administração e do Ministério da Indústria de Angola
1983	Diretor do Departamento de Poliéster e Botões da F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A.
1984/2000	Diretor de Recursos Humanos da F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A.
1993/1995	Administrador da Universal – Aços, Máquinas e Ferramentas, S.A.
2000/2018	Advogado em nome individual especializado em Direito do Trabalho e Direito da Família Reformado

Outros cargos em exercício:

- Presidente do Conselho Fiscal da Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A.
- Presidente da Comissão de Remunerações da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- Presidente da Comissão de Remunerações da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de Dezembro de 2019, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa

Habilitações: Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1981
Formação complementar em gestão e análise económico financeira de empresas na Universidade Católica Portuguesa - Escola de Direito do Porto em 1982 e 1983

Experiência profissional: Inscrito na Ordem dos Advogados desde 1983
Presidente do conselho geral e de supervisão de sociedade aberta desde 1996 até 2010
Presidente do Conselho Fiscal do Banco Português do Investimento S.A. desde 2016 e da BPI Private Equity – Sociedade de Capital de Risco, S.A. desde 2018 até Agosto de 2019, data em que ambas as sociedades se extinguíram por fusão no Banco BPI, S.A.
Presidente da mesa da assembleia-geral de diversas sociedades cotadas e não cotadas em bolsa
Exercício contínuo da advocacia desde 1983, com especial dedicação ao direito comercial e das sociedades, fusões e aquisições, investimento estrangeiro e contratos internacionais
Co-autor do capítulo sobre Portugal no "Handbuch der Europäischen Aktiengesellschaft" – Societas Europaea – de Jannot / Frodermann, publicado por C.F. Müller Verlag

Outros cargos em exercício:

- Presidente do Conselho Fiscal da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- Presidente do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Vogal da Comissão de Remunerações da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- Vogal da Comissão de Remunerações da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE, S.G.P.S., S.A. (a)
- Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE Vinhos, S.A. (a)
- Presidente da Comissão de Remunerações da SOGRAPE S.G.P.S., S.A. (a)
- Presidente da Mesa da AG da Adriano Ramos Pinto, S.A. (a)
- Presidente da Mesa da AG da Aquitex – Acabamentos Químicos Têxteis, S.A. (a)
- Presidente da Mesa da AG da Storaxinter, S.A. (a)
- Cônsul honorário da Bélgica no Porto (a)

(a) – sociedades que, em 31 de Dezembro de 2019, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

André Seabra Ferreira Pinto

Habilitações: Licenciatura em Economia na Universidade Portucalense
Revisor Oficial de Contas (ROC n.º 1.243)
MBA Executivo - Escola de Gestão do Porto – University of Porto Business School

Experiência profissional: Entre Setembro de 1999 e Maio de 2008, colaborador do departamento de Auditoria da Deloitte & Associados, SROC, S.A. (inicialmente como membro do staff e desde Setembro de 2004 como Manager)
Entre Junho de 2008 e Dezembro de 2010, Senior Manager do departamento de Corporate Finance - Transaction Services da Deloitte Consultores
Entre Janeiro de 2011 e Março de 2013, diretor financeiro das empresas do Grupo WireCoWorldGroup em Portugal (a)
Desde Abril de 2013, administrador (CFO) do Grupo Mecwide (a)
Administrador da MWIDE, SGPS, S.A., bem como das restantes empresas integrantes do Grupo Mecwide (a)
Gerente das sociedades Together We Change Investments, Lda., Virtusai, Lda. e Apparently Relevant, Lda. (a)

Outros cargos em exercício:

Vogal da Comissão de Remunerações da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
Vogal da Comissão de Remunerações da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
Suplente do Conselho Fiscal da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
Suplente do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de Dezembro de 2019, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

**Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, Artigo 14.º n.º 7
do Regulamento da CMVM n.º 5/2008 e Artigo 19.º do Regulamento (UE) n.º 596/2014 do
Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril**

Divulgação de ações e outros títulos detidos por membros do Conselho de Administração e por Dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas, nos termos do Artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, e de transações sobre os mesmos efectuados no decurso do exercício:

Membro do Conselho de Administração	N.º ações detidas			N.º ações detidas
	31-Dez-2018	Aquisições	Alienações	31-Dez-2019
Paulo Jorge dos Santos Fernandes (imputação via ACTIUM CAPITAL, S.A)	26.024.874	205.000	-	26.229.874
João Manuel Matos Borges de Oliveira (imputação via CADERNO AZUL, S.A)	30.000.000	-	-	30.000.000
Domingos José Vieira de Matos (imputação via LIVREFLUXO, S.A)	24.454.208	395.902	-	24.850.110
Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira (imputação via 1 THING INVESTMENTS, S.A)	14.359.708	2.932.365	-	17.292.073
Ana Rebelo Carvalho Menéres de Mendonça (imputação via PROMENDO INVESTIMENTOS, S.A)	42.545.053	-	-	42.545.053
José Manuel de Almeida Archer	1.500	10.000	-	11.500

Membro do Conselho de Administração	N.º opções de venda detidas			N.º opções de venda detidas
	31-Dez-2018	Aquisições	Alienações	31-Dez-2019
Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira (imputação via 1 THING INVESTMENTS, S.A)	-	350.000	(350.000)	-

Paulo Jorge dos Santos Fernandes (imputação via ACTIUM CAPITAL, S.A.)

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º acções
31/dez/2018	-	-	-	-	26.024.874
13/jun/2019	Compra	1.200	6,440000	Euronext Lisbon	26.026.074
13/jun/2019	Compra	19	6,440000	Euronext Lisbon	26.026.093
13/jun/2019	Compra	920	6,440000	Euronext Lisbon	26.027.013
13/jun/2019	Compra	2.861	6,440000	Euronext Lisbon	26.029.874
13/jun/2019	Compra	920	6,445000	Euronext Lisbon	26.030.794
13/jun/2019	Compra	3.000	6,485000	Euronext Lisbon	26.033.794
13/jun/2019	Compra	150	6,490000	Euronext Lisbon	26.033.944
13/jun/2019	Compra	930	6,490000	Euronext Lisbon	26.034.874
13/jun/2019	Compra	5.689	6,500000	Euronext Lisbon	26.040.563
13/jun/2019	Compra	700	6,500000	Euronext Lisbon	26.041.263
13/jun/2019	Compra	212	6,500000	Euronext Lisbon	26.041.475
13/jun/2019	Compra	2.000	6,500000	Euronext Lisbon	26.043.475
13/jun/2019	Compra	1.000	6,500000	Euronext Lisbon	26.044.475
13/jun/2019	Compra	399	6,500000	Euronext Lisbon	26.044.874
13/jun/2019	Compra	79	6,490000	Euronext Lisbon	26.044.953
13/jun/2019	Compra	600	6,490000	Euronext Lisbon	26.045.553
13/jun/2019	Compra	472	6,490000	Euronext Lisbon	26.046.025
13/jun/2019	Compra	3.849	6,490000	Euronext Lisbon	26.049.874
13/jun/2019	Compra	800	6,450000	Euronext Lisbon	26.050.674
13/jun/2019	Compra	800	6,450000	Euronext Lisbon	26.051.474
13/jun/2019	Compra	269	6,480000	Euronext Lisbon	26.051.743
13/jun/2019	Compra	1.000	6,480000	Euronext Lisbon	26.052.743
13/jun/2019	Compra	441	6,485000	Euronext Lisbon	26.053.184
13/jun/2019	Compra	3.290	6,485000	Euronext Lisbon	26.056.474
13/jun/2019	Compra	1.100	6,490000	Euronext Lisbon	26.057.574
13/jun/2019	Compra	1.100	6,490000	Euronext Lisbon	26.058.674
13/jun/2019	Compra	577	6,490000	Euronext Lisbon	26.059.251
13/jun/2019	Compra	1.100	6,490000	Euronext Lisbon	26.060.351
13/jun/2019	Compra	1.123	6,490000	Euronext Lisbon	26.061.474
13/jun/2019	Compra	150	6,495000	Euronext Lisbon	26.061.624
13/jun/2019	Compra	468	6,495000	Euronext Lisbon	26.062.092
13/jun/2019	Compra	328	6,495000	Euronext Lisbon	26.062.420
13/jun/2019	Compra	907	6,495000	Euronext Lisbon	26.063.327
13/jun/2019	Compra	74	6,495000	Euronext Lisbon	26.063.401
13/jun/2019	Compra	3.073	6,500000	Euronext Lisbon	26.066.474
13/jun/2019	Compra	186	6,480000	Euronext Lisbon	26.066.660

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
13/jun/2019	Compra	294	6,480000	Euronext Lisbon	26.066.954
13/jun/2019	Compra	1.418	6,480000	Euronext Lisbon	26.068.372
13/jun/2019	Compra	956	6,480000	Euronext Lisbon	26.069.328
13/jun/2019	Compra	81	6,480000	Euronext Lisbon	26.069.409
13/jun/2019	Compra	2.065	6,480000	Euronext Lisbon	26.071.474
13/jun/2019	Compra	800	6,450000	Euronext Lisbon	26.072.274
13/jun/2019	Compra	800	6,450000	Euronext Lisbon	26.073.074
13/jun/2019	Compra	800	6,450000	Euronext Lisbon	26.073.874
13/jun/2019	Compra	390	6,450000	Euronext Lisbon	26.074.264
13/jun/2019	Compra	410	6,450000	Euronext Lisbon	26.074.674
13/jun/2019	Compra	200	6,450000	Euronext Lisbon	26.074.874
13/jun/2019	Compra	53	6,455000	Euronext Lisbon	26.074.927
13/jun/2019	Compra	80	6,455000	Euronext Lisbon	26.075.007
13/jun/2019	Compra	446	6,460000	Euronext Lisbon	26.075.453
13/jun/2019	Compra	4.421	6,460000	Euronext Lisbon	26.079.874
13/jun/2019	Compra	4.800	6,440000	Euronext Lisbon	26.084.674
13/jun/2019	Compra	200	6,440000	Euronext Lisbon	26.084.874
13/jun/2019	Compra	962	6,450000	Euronext Lisbon	26.085.836
13/jun/2019	Compra	42	6,450000	Euronext Lisbon	26.085.878
13/jun/2019	Compra	2.085	6,450000	Euronext Lisbon	26.087.963
13/jun/2019	Compra	75	6,450000	Euronext Lisbon	26.088.038
13/jun/2019	Compra	1.966	6,450000	Euronext Lisbon	26.090.004
13/jun/2019	Compra	3.606	6,470000	Euronext Lisbon	26.093.610
13/jun/2019	Compra	78	6,470000	Euronext Lisbon	26.093.688
13/jun/2019	Compra	736	6,490000	Euronext Lisbon	26.094.424
13/jun/2019	Compra	186	6,490000	Euronext Lisbon	26.094.610
13/jun/2019	Compra	58	6,495000	Euronext Lisbon	26.094.668
13/jun/2019	Compra	151	6,495000	Euronext Lisbon	26.094.819
13/jun/2019	Compra	55	6,500000	Euronext Lisbon	26.094.874
13/jun/2019	Compra	3.788	6,500000	Euronext Lisbon	26.098.662
13/jun/2019	Compra	1.212	6,500000	Euronext Lisbon	26.099.874
13/jun/2019	Compra	479	6,490000	Euronext Lisbon	26.100.353
13/jun/2019	Compra	315	6,490000	Euronext Lisbon	26.100.668
13/jun/2019	Compra	2.041	6,490000	Euronext Lisbon	26.102.709
13/jun/2019	Compra	805	6,490000	Euronext Lisbon	26.103.514
13/jun/2019	Compra	987	6,490000	Euronext Lisbon	26.104.501
13/jun/2019	Compra	312	6,490000	Euronext Lisbon	26.104.813
13/jun/2019	Compra	2	6,490000	Euronext Lisbon	26.104.815
13/jun/2019	Compra	59	6,490000	Euronext Lisbon	26.104.874
13/jun/2019	Compra	192	6,490000	Euronext Lisbon	26.105.066
13/jun/2019	Compra	405	6,490000	Euronext Lisbon	26.105.471
13/jun/2019	Compra	244	6,490000	Euronext Lisbon	26.105.715
13/jun/2019	Compra	75	6,490000	Euronext Lisbon	26.105.790
13/jun/2019	Compra	1.724	6,490000	Euronext Lisbon	26.107.514
13/jun/2019	Compra	452	6,490000	Euronext Lisbon	26.107.966
13/jun/2019	Compra	371	6,490000	Euronext Lisbon	26.108.337
13/jun/2019	Compra	500	6,490000	Euronext Lisbon	26.108.837
13/jun/2019	Compra	261	6,490000	Euronext Lisbon	26.109.098
13/jun/2019	Compra	776	6,490000	Euronext Lisbon	26.109.874
13/jun/2019	Compra	690	6,495000	Euronext Lisbon	26.110.564

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
13/jun/2019	Compra	831	6,495000	Euronext Lisbon	26.111.395
13/jun/2019	Compra	252	6,495000	Euronext Lisbon	26.111.647
13/jun/2019	Compra	1.726	6,495000	Euronext Lisbon	26.113.373
13/jun/2019	Compra	1.501	6,495000	Euronext Lisbon	26.114.874
13/jun/2019	Compra	448	6,495000	Euronext Lisbon	26.115.322
13/jun/2019	Compra	858	6,495000	Euronext Lisbon	26.116.180
13/jun/2019	Compra	9	6,495000	Euronext Lisbon	26.116.189
13/jun/2019	Compra	498	6,495000	Euronext Lisbon	26.116.687
13/jun/2019	Compra	3.187	6,495000	Euronext Lisbon	26.119.874
13/jun/2019	Compra	62	6,525000	Euronext Lisbon	26.119.936
13/jun/2019	Compra	385	6,525000	Euronext Lisbon	26.120.321
13/jun/2019	Compra	446	6,525000	Euronext Lisbon	26.120.767
13/jun/2019	Compra	1.200	6,525000	Euronext Lisbon	26.121.967
13/jun/2019	Compra	279	6,525000	Euronext Lisbon	26.122.246
13/jun/2019	Compra	1.303	6,525000	Euronext Lisbon	26.123.549
13/jun/2019	Compra	1.325	6,525000	Euronext Lisbon	26.124.874
14/jun/2019	Compra	676	6,435000	Euronext Lisbon	26.125.550
14/jun/2019	Compra	1.200	6,435000	Euronext Lisbon	26.126.750
14/jun/2019	Compra	637	6,435000	Euronext Lisbon	26.127.387
14/jun/2019	Compra	233	6,435000	Euronext Lisbon	26.127.620
14/jun/2019	Compra	3.820	6,435000	Euronext Lisbon	26.131.440
14/jun/2019	Compra	3.434	6,435000	Euronext Lisbon	26.134.874
14/jun/2019	Compra	3.339	6,400000	Euronext Lisbon	26.138.213
14/jun/2019	Compra	531	6,400000	Euronext Lisbon	26.138.744
14/jun/2019	Compra	950	6,400000	Euronext Lisbon	26.139.694
14/jun/2019	Compra	950	6,400000	Euronext Lisbon	26.140.644
14/jun/2019	Compra	950	6,400000	Euronext Lisbon	26.141.594
14/jun/2019	Compra	546	6,400000	Euronext Lisbon	26.142.140
14/jun/2019	Compra	404	6,400000	Euronext Lisbon	26.142.544
14/jun/2019	Compra	546	6,400000	Euronext Lisbon	26.143.090
14/jun/2019	Compra	404	6,400000	Euronext Lisbon	26.143.494
14/jun/2019	Compra	546	6,400000	Euronext Lisbon	26.144.040
14/jun/2019	Compra	834	6,400000	Euronext Lisbon	26.144.874
14/jun/2019	Compra	700	6,380000	Euronext Lisbon	26.145.574
14/jun/2019	Compra	4.300	6,380000	Euronext Lisbon	26.149.874
14/jun/2019	Compra	3.268	6,365000	Euronext Lisbon	26.153.142
14/jun/2019	Compra	327	6,365000	Euronext Lisbon	26.153.469
14/jun/2019	Compra	800	6,365000	Euronext Lisbon	26.154.269
14/jun/2019	Compra	330	6,385000	Euronext Lisbon	26.154.599
14/jun/2019	Compra	12	6,385000	Euronext Lisbon	26.154.611
14/jun/2019	Compra	2.000	6,385000	Euronext Lisbon	26.156.611
14/jun/2019	Compra	3.263	6,385000	Euronext Lisbon	26.159.874
14/jun/2019	Compra	1.000	6,335000	Euronext Lisbon	26.160.874
14/jun/2019	Compra	122	6,335000	Euronext Lisbon	26.160.996
14/jun/2019	Compra	878	6,335000	Euronext Lisbon	26.161.874
14/jun/2019	Compra	122	6,335000	Euronext Lisbon	26.161.996
14/jun/2019	Compra	1.000	6,335000	Euronext Lisbon	26.162.996
14/jun/2019	Compra	1.000	6,335000	Euronext Lisbon	26.163.996
14/jun/2019	Compra	878	6,335000	Euronext Lisbon	26.164.874
14/jun/2019	Compra	1.157	6,330000	Euronext Lisbon	26.166.031

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
14/jun/2019	Compra	343	6,330000	Euronext Lisbon	26.166.374
14/jun/2019	Compra	552	6,330000	Euronext Lisbon	26.166.926
14/jun/2019	Compra	552	6,330000	Euronext Lisbon	26.167.478
14/jun/2019	Compra	396	6,330000	Euronext Lisbon	26.167.874
14/jun/2019	Compra	552	6,330000	Euronext Lisbon	26.168.426
14/jun/2019	Compra	1.448	6,330000	Euronext Lisbon	26.169.874
14/jun/2019	Compra	531	6,330000	Euronext Lisbon	26.170.405
14/jun/2019	Compra	2.069	6,330000	Euronext Lisbon	26.172.474
14/jun/2019	Compra	2.000	6,330000	Euronext Lisbon	26.174.474
14/jun/2019	Compra	400	6,330000	Euronext Lisbon	26.174.874
14/jun/2019	Compra	175	6,350000	Euronext Lisbon	26.175.049
14/jun/2019	Compra	2.073	6,350000	Euronext Lisbon	26.177.122
14/jun/2019	Compra	2.752	6,350000	Euronext Lisbon	26.179.874
14/jun/2019	Compra	323	6,330000	Euronext Lisbon	26.180.197
14/jun/2019	Compra	1.100	6,330000	Euronext Lisbon	26.181.297
14/jun/2019	Compra	135	6,330000	Euronext Lisbon	26.181.432
14/jun/2019	Compra	903	6,330000	Euronext Lisbon	26.182.335
14/jun/2019	Compra	305	6,330000	Euronext Lisbon	26.182.640
14/jun/2019	Compra	2	6,375000	Euronext Lisbon	26.182.642
14/jun/2019	Compra	614	6,375000	Euronext Lisbon	26.183.256
14/jun/2019	Compra	690	6,375000	Euronext Lisbon	26.183.946
14/jun/2019	Compra	3.500	6,380000	Euronext Lisbon	26.187.446
14/jun/2019	Compra	194	6,380000	Euronext Lisbon	26.187.640
14/jun/2019	Compra	842	6,375000	Euronext Lisbon	26.188.482
14/jun/2019	Compra	297	6,380000	Euronext Lisbon	26.188.779
14/jun/2019	Compra	990	6,380000	Euronext Lisbon	26.189.769
14/jun/2019	Compra	105	6,380000	Euronext Lisbon	26.189.874
14/jun/2019	Compra	1.500	6,350000	Euronext Lisbon	26.191.374
14/jun/2019	Compra	1.115	6,350000	Euronext Lisbon	26.192.489
14/jun/2019	Compra	385	6,350000	Euronext Lisbon	26.192.874
14/jun/2019	Compra	26	6,350000	Euronext Lisbon	26.192.900
14/jun/2019	Compra	1.474	6,350000	Euronext Lisbon	26.194.374
14/jun/2019	Compra	26	6,350000	Euronext Lisbon	26.194.400
14/jun/2019	Compra	474	6,350000	Euronext Lisbon	26.194.874
14/jun/2019	Compra	504	6,345000	Euronext Lisbon	26.195.378
14/jun/2019	Compra	2.161	6,345000	Euronext Lisbon	26.197.539
14/jun/2019	Compra	523	6,345000	Euronext Lisbon	26.198.062
14/jun/2019	Compra	491	6,345000	Euronext Lisbon	26.198.553
14/jun/2019	Compra	1.321	6,345000	Euronext Lisbon	26.199.874
14/jun/2019	Compra	1.400	6,345000	Euronext Lisbon	26.201.274
14/jun/2019	Compra	600	6,345000	Euronext Lisbon	26.201.874
14/jun/2019	Compra	948	6,345000	Euronext Lisbon	26.202.822
14/jun/2019	Compra	948	6,345000	Euronext Lisbon	26.203.770
14/jun/2019	Compra	104	6,345000	Euronext Lisbon	26.203.874
14/jun/2019	Compra	2.244	6,345000	Euronext Lisbon	26.206.118
14/jun/2019	Compra	2.000	6,345000	Euronext Lisbon	26.208.118
14/jun/2019	Compra	348	6,345000	Euronext Lisbon	26.208.466
14/jun/2019	Compra	1.052	6,345000	Euronext Lisbon	26.209.518
14/jun/2019	Compra	356	6,345000	Euronext Lisbon	26.209.874
14/jun/2019	Compra	1.000	6,330000	Euronext Lisbon	26.210.874

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º acções
14/jun/2019	Compra	1.000	6,330000	Euronext Lisbon	26.211.874
14/jun/2019	Compra	1.000	6,330000	Euronext Lisbon	26.212.874
14/jun/2019	Compra	1.000	6,330000	Euronext Lisbon	26.213.874
14/jun/2019	Compra	448	6,330000	Euronext Lisbon	26.214.322
14/jun/2019	Compra	552	6,330000	Euronext Lisbon	26.214.874
14/jun/2019	Compra	800	6,290000	Euronext Lisbon	26.215.674
14/jun/2019	Compra	800	6,290000	Euronext Lisbon	26.216.474
14/jun/2019	Compra	800	6,290000	Euronext Lisbon	26.217.274
14/jun/2019	Compra	800	6,290000	Euronext Lisbon	26.218.074
14/jun/2019	Compra	800	6,290000	Euronext Lisbon	26.218.874
14/jun/2019	Compra	800	6,290000	Euronext Lisbon	26.219.674
14/jun/2019	Compra	200	6,290000	Euronext Lisbon	26.219.874
14/jun/2019	Compra	337	6,285000	Euronext Lisbon	26.220.211
14/jun/2019	Compra	910	6,285000	Euronext Lisbon	26.221.121
14/jun/2019	Compra	729	6,285000	Euronext Lisbon	26.221.850
14/jun/2019	Compra	426	6,285000	Euronext Lisbon	26.222.276
14/jun/2019	Compra	2.422	6,285000	Euronext Lisbon	26.224.698
14/jun/2019	Compra	775	6,285000	Euronext Lisbon	26.225.473
14/jun/2019	Compra	677	6,290000	Euronext Lisbon	26.226.150
14/jun/2019	Compra	816	6,290000	Euronext Lisbon	26.226.966
14/jun/2019	Compra	1.076	6,290000	Euronext Lisbon	26.228.042
14/jun/2019	Compra	460	6,290000	Euronext Lisbon	26.228.502
14/jun/2019	Compra	658	6,290000	Euronext Lisbon	26.229.160
14/jun/2019	Compra	714	6,290000	Euronext Lisbon	26.229.874
31/dez/2019	-	-	-	-	26.229.874

Domingos José Vieira de Matos (imputação via LIVREFLUXO, S.A.)

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º acções
31/dez/2018	-	-	-	-	24.454.208
2/jan/2019	Compra	20.000	5,840000	Euronext Lisbon	24.474.208
2/jan/2019	Compra	5.000	5,900000	Euronext Lisbon	24.479.208
2/jan/2019	Compra	440	5,900000	Euronext Lisbon	24.479.648
2/jan/2019	Compra	1.000	5,900000	Euronext Lisbon	24.480.648
2/jan/2019	Compra	393	5,900000	Euronext Lisbon	24.481.041
2/jan/2019	Compra	860	5,900000	Euronext Lisbon	24.481.901
2/jan/2019	Compra	1.875	5,900000	Euronext Lisbon	24.483.776
2/jan/2019	Compra	100	5,900000	Euronext Lisbon	24.483.876
2/jan/2019	Compra	332	5,900000	Euronext Lisbon	24.484.208
2/jan/2019	Compra	1.050	5,910000	Euronext Lisbon	24.485.258
2/jan/2019	Compra	1.991	5,910000	Euronext Lisbon	24.487.249
2/jan/2019	Compra	93	5,910000	Euronext Lisbon	24.487.342
2/jan/2019	Compra	500	5,910000	Euronext Lisbon	24.487.842
2/jan/2019	Compra	577	5,920000	Euronext Lisbon	24.488.419
2/jan/2019	Compra	448	5,920000	Euronext Lisbon	24.488.867
2/jan/2019	Compra	1.000	5,920000	Euronext Lisbon	24.489.867
2/jan/2019	Compra	396	5,920000	Euronext Lisbon	24.490.263
2/jan/2019	Compra	500	5,920000	Euronext Lisbon	24.490.763
2/jan/2019	Compra	518	5,930000	Euronext Lisbon	24.491.281

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º acções
2/jan/2019	Compra	1.000	5,930000	EuronextLisbon	24.492.281
2/jan/2019	Compra	431	5,930000	EuronextLisbon	24.492.712
2/jan/2019	Compra	512	5,930000	EuronextLisbon	24.493.224
2/jan/2019	Compra	453	5,930000	EuronextLisbon	24.493.677
2/jan/2019	Compra	531	5,930000	EuronextLisbon	24.494.208
2/jan/2019	Compra	5.000	5,900000	EuronextLisbon	24.499.208
2/jan/2019	Compra	5.000	5,900000	EuronextLisbon	24.504.208
2/jan/2019	Compra	32	5,900000	EuronextLisbon	24.504.240
2/jan/2019	Compra	5.000	5,900000	EuronextLisbon	24.509.240
2/jan/2019	Compra	5.000	5,900000	EuronextLisbon	24.514.240
2/jan/2019	Compra	4.763	5,900000	EuronextLisbon	24.519.003
2/jan/2019	Compra	237	5,900000	EuronextLisbon	24.519.240
2/jan/2019	Compra	3.464	5,900000	EuronextLisbon	24.522.704
2/jan/2019	Compra	237	5,900000	EuronextLisbon	24.522.941
2/jan/2019	Compra	1.267	5,900000	EuronextLisbon	24.524.208
2/jan/2019	Compra	2.606	5,900000	EuronextLisbon	24.526.814
2/jan/2019	Compra	1.140	5,900000	EuronextLisbon	24.527.954
2/jan/2019	Compra	1.254	5,900000	EuronextLisbon	24.529.208
2/jan/2019	Compra	1.490	5,900000	EuronextLisbon	24.530.698
2/jan/2019	Compra	498	5,900000	EuronextLisbon	24.531.196
2/jan/2019	Compra	3.012	5,900000	EuronextLisbon	24.534.208
2/jan/2019	Compra	1.988	5,900000	EuronextLisbon	24.536.196
2/jan/2019	Compra	3.701	5,900000	EuronextLisbon	24.539.897
2/jan/2019	Compra	2.913	5,930000	EuronextLisbon	24.542.810
2/jan/2019	Compra	465	5,930000	EuronextLisbon	24.543.275
2/jan/2019	Compra	1.000	5,930000	EuronextLisbon	24.544.275
2/jan/2019	Compra	1.000	5,930000	EuronextLisbon	24.545.275
2/jan/2019	Compra	693	5,930000	EuronextLisbon	24.545.968
2/jan/2019	Compra	685	5,930000	EuronextLisbon	24.546.653
2/jan/2019	Compra	1.000	5,930000	EuronextLisbon	24.547.653
2/jan/2019	Compra	575	5,930000	EuronextLisbon	24.548.228
2/jan/2019	Compra	433	5,930000	EuronextLisbon	24.548.661
2/jan/2019	Compra	1.000	5,940000	EuronextLisbon	24.549.661
2/jan/2019	Compra	435	5,940000	EuronextLisbon	24.550.096
2/jan/2019	Compra	435	5,940000	EuronextLisbon	24.550.531
2/jan/2019	Compra	500	5,940000	EuronextLisbon	24.551.031
2/jan/2019	Compra	580	5,940000	EuronextLisbon	24.551.611
2/jan/2019	Compra	812	5,940000	EuronextLisbon	24.552.423
2/jan/2019	Compra	1.000	5,950000	EuronextLisbon	24.553.423
2/jan/2019	Compra	1.600	5,950000	EuronextLisbon	24.555.023
2/jan/2019	Compra	1.000	5,950000	EuronextLisbon	24.556.023
2/jan/2019	Compra	440	5,950000	EuronextLisbon	24.556.463
2/jan/2019	Compra	440	5,950000	EuronextLisbon	24.556.903
2/jan/2019	Compra	2.994	5,950000	EuronextLisbon	24.559.897
3/jan/2019	Compra	1.850	5,890000	EuronextLisbon	24.561.747
3/jan/2019	Compra	1.850	5,890000	EuronextLisbon	24.563.597
3/jan/2019	Compra	1.850	5,890000	EuronextLisbon	24.565.447
3/jan/2019	Compra	482	5,890000	EuronextLisbon	24.565.929
3/jan/2019	Compra	1.368	5,890000	EuronextLisbon	24.567.297
3/jan/2019	Compra	1.368	5,890000	EuronextLisbon	24.568.665
3/jan/2019	Compra	482	5,890000	EuronextLisbon	24.569.147
3/jan/2019	Compra	355	5,890000	EuronextLisbon	24.569.502
3/jan/2019	Compra	1.000	5,890000	EuronextLisbon	24.570.502
3/jan/2019	Compra	850	5,890000	EuronextLisbon	24.571.352

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º acções
3/jan/2019	Compra	264	5,890000	Euronext Lisbon	24.571.616
3/jan/2019	Compra	300	5,890000	Euronext Lisbon	24.571.916
3/jan/2019	Compra	1.286	5,890000	Euronext Lisbon	24.573.202
3/jan/2019	Compra	1.286	5,890000	Euronext Lisbon	24.574.488
3/jan/2019	Compra	564	5,890000	Euronext Lisbon	24.575.052
3/jan/2019	Compra	1.359	5,890000	Euronext Lisbon	24.576.411
3/jan/2019	Compra	491	5,890000	Euronext Lisbon	24.576.902
3/jan/2019	Compra	1.850	5,870000	Euronext Lisbon	24.578.752
3/jan/2019	Compra	583	5,870000	Euronext Lisbon	24.579.335
3/jan/2019	Compra	775	5,870000	Euronext Lisbon	24.580.110
3/jan/2019	Compra	900	5,850000	Euronext Lisbon	24.581.010
3/jan/2019	Compra	900	5,850000	Euronext Lisbon	24.581.910
3/jan/2019	Compra	931	5,850000	Euronext Lisbon	24.582.841
3/jan/2019	Compra	900	5,850000	Euronext Lisbon	24.583.741
3/jan/2019	Compra	900	5,850000	Euronext Lisbon	24.584.641
3/jan/2019	Compra	900	5,850000	Euronext Lisbon	24.585.541
3/jan/2019	Compra	900	5,850000	Euronext Lisbon	24.586.441
3/jan/2019	Compra	900	5,850000	Euronext Lisbon	24.587.341
3/jan/2019	Compra	2.846	5,850000	Euronext Lisbon	24.590.187
3/jan/2019	Compra	900	5,850000	Euronext Lisbon	24.591.087
3/jan/2019	Compra	41	5,850000	Euronext Lisbon	24.591.128
3/jan/2019	Compra	900	5,850000	Euronext Lisbon	24.592.028
3/jan/2019	Compra	298	5,850000	Euronext Lisbon	24.592.326
3/jan/2019	Compra	602	5,850000	Euronext Lisbon	24.592.928
3/jan/2019	Compra	445	5,890000	Euronext Lisbon	24.593.373
3/jan/2019	Compra	1.100	5,890000	Euronext Lisbon	24.594.473
3/jan/2019	Compra	2.882	5,890000	Euronext Lisbon	24.597.355
3/jan/2019	Compra	900	5,890000	Euronext Lisbon	24.598.255
3/jan/2019	Compra	900	5,890000	Euronext Lisbon	24.599.155
3/jan/2019	Compra	900	5,890000	Euronext Lisbon	24.600.055
3/jan/2019	Compra	55	5,890000	Euronext Lisbon	24.600.110
3/jan/2019	Compra	1.981	5,860000	Euronext Lisbon	24.602.091
3/jan/2019	Compra	462	5,860000	Euronext Lisbon	24.602.553
3/jan/2019	Compra	1.100	5,860000	Euronext Lisbon	24.603.653
3/jan/2019	Compra	1.104	5,860000	Euronext Lisbon	24.604.757
3/jan/2019	Compra	1.433	5,860000	Euronext Lisbon	24.606.190
3/jan/2019	Compra	2.313	5,860000	Euronext Lisbon	24.608.503
3/jan/2019	Compra	1.100	5,860000	Euronext Lisbon	24.609.603
3/jan/2019	Compra	600	5,860000	Euronext Lisbon	24.610.203
3/jan/2019	Compra	1.700	5,860000	Euronext Lisbon	24.611.903
3/jan/2019	Compra	600	5,860000	Euronext Lisbon	24.612.503
3/jan/2019	Compra	1.100	5,860000	Euronext Lisbon	24.613.603
3/jan/2019	Compra	1.870	5,860000	Euronext Lisbon	24.615.473
3/jan/2019	Compra	400	5,860000	Euronext Lisbon	24.615.873
3/jan/2019	Compra	1.300	5,860000	Euronext Lisbon	24.617.173
3/jan/2019	Compra	300	5,860000	Euronext Lisbon	24.617.473
3/jan/2019	Compra	1.110	5,860000	Euronext Lisbon	24.618.583
3/jan/2019	Compra	290	5,860000	Euronext Lisbon	24.618.873
3/jan/2019	Compra	1.700	5,860000	Euronext Lisbon	24.620.573
3/jan/2019	Compra	1.700	5,860000	Euronext Lisbon	24.622.273
3/jan/2019	Compra	448	5,860000	Euronext Lisbon	24.622.721

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
3/jan/2019	Compra	1.252	5,860000	Euronext Lisbon	24.623.973
3/jan/2019	Compra	776	5,860000	Euronext Lisbon	24.624.749
3/jan/2019	Compra	330	5,860000	Euronext Lisbon	24.625.079
3/jan/2019	Compra	1.224	5,860000	Euronext Lisbon	24.626.303
3/jan/2019	Compra	146	5,860000	Euronext Lisbon	24.626.449
3/jan/2019	Compra	1.224	5,860000	Euronext Lisbon	24.627.673
3/jan/2019	Compra	1.700	5,860000	Euronext Lisbon	24.629.373
3/jan/2019	Compra	737	5,860000	Euronext Lisbon	24.630.110
3/jan/2019	Compra	1.750	5,900000	Euronext Lisbon	24.631.860
3/jan/2019	Compra	1.750	5,900000	Euronext Lisbon	24.633.610
3/jan/2019	Compra	1.287	5,900000	Euronext Lisbon	24.634.897
3/jan/2019	Compra	1.750	5,900000	Euronext Lisbon	24.636.647
3/jan/2019	Compra	898	5,900000	Euronext Lisbon	24.637.545
3/jan/2019	Compra	852	5,900000	Euronext Lisbon	24.638.397
3/jan/2019	Compra	350	5,900000	Euronext Lisbon	24.638.747
3/jan/2019	Compra	350	5,900000	Euronext Lisbon	24.639.097
3/jan/2019	Compra	350	5,900000	Euronext Lisbon	24.639.447
3/jan/2019	Compra	700	5,900000	Euronext Lisbon	24.640.147
3/jan/2019	Compra	700	5,900000	Euronext Lisbon	24.640.847
3/jan/2019	Compra	933	5,900000	Euronext Lisbon	24.641.780
3/jan/2019	Compra	117	5,900000	Euronext Lisbon	24.641.897
3/jan/2019	Compra	500	5,900000	Euronext Lisbon	24.642.397
3/jan/2019	Compra	1.250	5,900000	Euronext Lisbon	24.643.647
3/jan/2019	Compra	1.525	5,900000	Euronext Lisbon	24.645.172
3/jan/2019	Compra	225	5,900000	Euronext Lisbon	24.645.397
3/jan/2019	Compra	1.400	5,900000	Euronext Lisbon	24.646.797
3/jan/2019	Compra	350	5,900000	Euronext Lisbon	24.647.147
3/jan/2019	Compra	350	5,900000	Euronext Lisbon	24.647.497
3/jan/2019	Compra	1.400	5,900000	Euronext Lisbon	24.648.897
3/jan/2019	Compra	350	5,900000	Euronext Lisbon	24.649.247
3/jan/2019	Compra	863	5,900000	Euronext Lisbon	24.650.110
20/jun/2019	Compra	1.174	6,120000	Euronext Lisbon	24.651.284
20/jun/2019	Compra	475	6,120000	Euronext Lisbon	24.651.759
20/jun/2019	Compra	482	6,125000	Euronext Lisbon	24.652.241
20/jun/2019	Compra	482	6,130000	Euronext Lisbon	24.652.723
20/jun/2019	Compra	316	6,130000	Euronext Lisbon	24.653.039
20/jun/2019	Compra	574	6,130000	Euronext Lisbon	24.653.613
20/jun/2019	Compra	2.000	6,130000	Euronext Lisbon	24.655.613
20/jun/2019	Compra	2.000	6,130000	Euronext Lisbon	24.657.613
20/jun/2019	Compra	1.735	6,130000	Euronext Lisbon	24.659.348
20/jun/2019	Compra	265	6,130000	Euronext Lisbon	24.659.613
20/jun/2019	Compra	1.600	6,130000	Euronext Lisbon	24.661.213
20/jun/2019	Compra	400	6,130000	Euronext Lisbon	24.661.613
20/jun/2019	Compra	400	6,130000	Euronext Lisbon	24.662.013
20/jun/2019	Compra	400	6,130000	Euronext Lisbon	24.662.413
20/jun/2019	Compra	1.200	6,130000	Euronext Lisbon	24.663.613
20/jun/2019	Compra	1.200	6,130000	Euronext Lisbon	24.664.813
20/jun/2019	Compra	297	6,130000	Euronext Lisbon	24.665.110
20/jun/2019	Compra	900	6,120000	Euronext Lisbon	24.666.010
20/jun/2019	Compra	415	6,120000	Euronext Lisbon	24.666.425
20/jun/2019	Compra	900	6,120000	Euronext Lisbon	24.667.325
20/jun/2019	Compra	900	6,120000	Euronext Lisbon	24.668.225

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º acções
20/jun/2019	Compra	900	6,120000	Euronext Lisbon	24.669.125
20/jun/2019	Compra	900	6,120000	Euronext Lisbon	24.670.025
20/jun/2019	Compra	900	6,120000	Euronext Lisbon	24.670.925
20/jun/2019	Compra	500	6,120000	Euronext Lisbon	24.671.425
20/jun/2019	Compra	400	6,120000	Euronext Lisbon	24.671.825
20/jun/2019	Compra	900	6,120000	Euronext Lisbon	24.672.725
20/jun/2019	Compra	900	6,120000	Euronext Lisbon	24.673.625
20/jun/2019	Compra	900	6,120000	Euronext Lisbon	24.674.525
20/jun/2019	Compra	264	6,120000	Euronext Lisbon	24.674.789
20/jun/2019	Compra	780	6,120000	Euronext Lisbon	24.675.569
20/jun/2019	Compra	306	6,130000	Euronext Lisbon	24.675.875
20/jun/2019	Compra	299	6,130000	Euronext Lisbon	24.676.174
20/jun/2019	Compra	968	6,130000	Euronext Lisbon	24.677.142
20/jun/2019	Compra	460	6,130000	Euronext Lisbon	24.677.602
20/jun/2019	Compra	120	6,130000	Euronext Lisbon	24.677.722
20/jun/2019	Compra	1.512	6,130000	Euronext Lisbon	24.679.234
20/jun/2019	Compra	1.159	6,135000	Euronext Lisbon	24.680.393
20/jun/2019	Compra	1.184	6,135000	Euronext Lisbon	24.681.577
20/jun/2019	Compra	1.011	6,135000	Euronext Lisbon	24.682.588
20/jun/2019	Compra	767	6,140000	Euronext Lisbon	24.683.355
20/jun/2019	Compra	32	6,140000	Euronext Lisbon	24.683.387
20/jun/2019	Compra	1.045	6,140000	Euronext Lisbon	24.684.432
20/jun/2019	Compra	678	6,140000	Euronext Lisbon	24.685.110
20/jun/2019	Compra	921	6,120000	Euronext Lisbon	24.686.031
20/jun/2019	Compra	329	6,120000	Euronext Lisbon	24.686.360
20/jun/2019	Compra	1.208	6,120000	Euronext Lisbon	24.687.568
20/jun/2019	Compra	42	6,120000	Euronext Lisbon	24.687.610
20/jun/2019	Compra	1.250	6,120000	Euronext Lisbon	24.688.860
20/jun/2019	Compra	1.250	6,120000	Euronext Lisbon	24.690.110
20/jun/2019	Compra	1.250	6,120000	Euronext Lisbon	24.691.360
20/jun/2019	Compra	1.250	6,120000	Euronext Lisbon	24.692.610
20/jun/2019	Compra	1.250	6,120000	Euronext Lisbon	24.693.860
20/jun/2019	Compra	1.250	6,120000	Euronext Lisbon	24.695.110
20/jun/2019	Compra	1.250	6,120000	Euronext Lisbon	24.696.360
20/jun/2019	Compra	1.250	6,120000	Euronext Lisbon	24.697.610
20/jun/2019	Compra	1.250	6,120000	Euronext Lisbon	24.698.860
20/jun/2019	Compra	1.019	6,120000	Euronext Lisbon	24.699.879
20/jun/2019	Compra	231	6,120000	Euronext Lisbon	24.700.110
20/jun/2019	Compra	830	6,115000	Euronext Lisbon	24.700.940
20/jun/2019	Compra	1.117	6,115000	Euronext Lisbon	24.702.057
20/jun/2019	Compra	732	6,115000	Euronext Lisbon	24.702.789
20/jun/2019	Compra	269	6,115000	Euronext Lisbon	24.703.058
20/jun/2019	Compra	1.085	6,115000	Euronext Lisbon	24.704.143
20/jun/2019	Compra	23	6,130000	Euronext Lisbon	24.704.166
20/jun/2019	Compra	460	6,135000	Euronext Lisbon	24.704.626
20/jun/2019	Compra	484	6,135000	Euronext Lisbon	24.705.110
20/jun/2019	Compra	1.071	6,090000	Euronext Lisbon	24.706.181
20/jun/2019	Compra	679	6,090000	Euronext Lisbon	24.706.860
20/jun/2019	Compra	1.600	6,090000	Euronext Lisbon	24.708.460
20/jun/2019	Compra	150	6,090000	Euronext Lisbon	24.708.610
20/jun/2019	Compra	1.450	6,090000	Euronext Lisbon	24.710.060
20/jun/2019	Compra	1.750	6,090000	Euronext Lisbon	24.711.810
20/jun/2019	Compra	5.770	6,090000	Euronext Lisbon	24.717.580
20/jun/2019	Compra	1.750	6,090000	Euronext Lisbon	24.719.330
20/jun/2019	Compra	1.750	6,090000	Euronext Lisbon	24.721.080
20/jun/2019	Compra	1.684	6,090000	Euronext Lisbon	24.722.764

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
20/jun/2019	Compra	66	6,090000	Euronext Lisbon	24.722.830
20/jun/2019	Compra	1.302	6,090000	Euronext Lisbon	24.724.132
20/jun/2019	Compra	978	6,090000	Euronext Lisbon	24.725.110
20/jun/2019	Compra	569	6,065000	Euronext Lisbon	24.725.679
20/jun/2019	Compra	984	6,065000	Euronext Lisbon	24.726.663
20/jun/2019	Compra	706	6,065000	Euronext Lisbon	24.727.369
20/jun/2019	Compra	2.182	6,065000	Euronext Lisbon	24.729.551
20/jun/2019	Compra	559	6,065000	Euronext Lisbon	24.730.110
20/jun/2019	Compra	357	6,085000	Euronext Lisbon	24.730.467
20/jun/2019	Compra	211	6,085000	Euronext Lisbon	24.730.678
20/jun/2019	Compra	1.257	6,085000	Euronext Lisbon	24.731.935
20/jun/2019	Compra	3.175	6,085000	Euronext Lisbon	24.735.110
20/jun/2019	Compra	4.298	6,070000	Euronext Lisbon	24.739.408
20/jun/2019	Compra	702	6,070000	Euronext Lisbon	24.740.110
20/jun/2019	Compra	458	6,065000	Euronext Lisbon	24.740.568
20/jun/2019	Compra	3.588	6,065000	Euronext Lisbon	24.744.156
20/jun/2019	Compra	954	6,065000	Euronext Lisbon	24.745.110
20/jun/2019	Compra	2.324	6,060000	Euronext Lisbon	24.747.434
20/jun/2019	Compra	2.676	6,060000	Euronext Lisbon	24.750.110
20/jun/2019	Compra	3.528	6,055000	Euronext Lisbon	24.753.638
20/jun/2019	Compra	1.472	6,055000	Euronext Lisbon	24.755.110
20/jun/2019	Compra	93	6,065000	Euronext Lisbon	24.755.203
20/jun/2019	Compra	507	6,065000	Euronext Lisbon	24.755.710
20/jun/2019	Compra	725	6,065000	Euronext Lisbon	24.756.435
20/jun/2019	Compra	300	6,065000	Euronext Lisbon	24.756.735
20/jun/2019	Compra	1.600	6,065000	Euronext Lisbon	24.758.335
20/jun/2019	Compra	1.775	6,065000	Euronext Lisbon	24.760.110
20/jun/2019	Compra	586	6,055000	Euronext Lisbon	24.760.696
20/jun/2019	Compra	39	6,055000	Euronext Lisbon	24.760.735
20/jun/2019	Compra	367	6,065000	Euronext Lisbon	24.761.102
20/jun/2019	Compra	430	6,065000	Euronext Lisbon	24.761.532
20/jun/2019	Compra	1.007	6,065000	Euronext Lisbon	24.762.539
20/jun/2019	Compra	851	6,065000	Euronext Lisbon	24.763.390
20/jun/2019	Compra	142	6,065000	Euronext Lisbon	24.763.532
20/jun/2019	Compra	1.578	6,065000	Euronext Lisbon	24.765.110
20/jun/2019	Compra	409	6,065000	Euronext Lisbon	24.765.519
20/jun/2019	Compra	850	6,065000	Euronext Lisbon	24.766.369
20/jun/2019	Compra	2.238	6,065000	Euronext Lisbon	24.768.607
20/jun/2019	Compra	1.503	6,065000	Euronext Lisbon	24.770.110
20/jun/2019	Compra	1.600	6,065000	Euronext Lisbon	24.771.710
20/jun/2019	Compra	1.600	6,065000	Euronext Lisbon	24.773.310
20/jun/2019	Compra	1.600	6,065000	Euronext Lisbon	24.774.910
20/jun/2019	Compra	200	6,065000	Euronext Lisbon	24.775.110
20/jun/2019	Compra	503	6,065000	Euronext Lisbon	24.775.613
20/jun/2019	Compra	29	6,065000	Euronext Lisbon	24.775.642
20/jun/2019	Compra	115	6,065000	Euronext Lisbon	24.775.757
20/jun/2019	Compra	191	6,065000	Euronext Lisbon	24.775.948
20/jun/2019	Compra	432	6,065000	Euronext Lisbon	24.776.380
20/jun/2019	Compra	460	6,065000	Euronext Lisbon	24.776.840
20/jun/2019	Compra	831	6,065000	Euronext Lisbon	24.777.671

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
20/jun/2019	Compra	573	6,065000	Euronext Lisbon	24.778.244
20/jun/2019	Compra	1.398	6,065000	Euronext Lisbon	24.779.642
20/jun/2019	Compra	468	6,065000	Euronext Lisbon	24.780.110
20/jun/2019	Compra	1.013	6,060000	Euronext Lisbon	24.781.123
20/jun/2019	Compra	734	6,060000	Euronext Lisbon	24.781.857
20/jun/2019	Compra	1.709	6,060000	Euronext Lisbon	24.783.566
20/jun/2019	Compra	903	6,060000	Euronext Lisbon	24.784.469
20/jun/2019	Compra	641	6,060000	Euronext Lisbon	24.785.110
20/jun/2019	Compra	389	6,055000	Euronext Lisbon	24.785.499
20/jun/2019	Compra	107	6,055000	Euronext Lisbon	24.785.606
20/jun/2019	Compra	890	6,070000	Euronext Lisbon	24.786.496
20/jun/2019	Compra	379	6,070000	Euronext Lisbon	24.786.875
20/jun/2019	Compra	1.182	6,070000	Euronext Lisbon	24.788.057
20/jun/2019	Compra	272	6,070000	Euronext Lisbon	24.788.329
20/jun/2019	Compra	1.383	6,070000	Euronext Lisbon	24.789.712
20/jun/2019	Compra	398	6,070000	Euronext Lisbon	24.790.110
20/jun/2019	Compra	2.642	6,065000	Euronext Lisbon	24.792.752
20/jun/2019	Compra	1.600	6,065000	Euronext Lisbon	24.794.352
20/jun/2019	Compra	758	6,065000	Euronext Lisbon	24.795.110
20/jun/2019	Compra	5.000	6,080000	Euronext Lisbon	24.800.110
20/jun/2019	Compra	1.600	6,090000	Euronext Lisbon	24.801.710
20/jun/2019	Compra	718	6,090000	Euronext Lisbon	24.802.428
20/jun/2019	Compra	847	6,090000	Euronext Lisbon	24.803.275
20/jun/2019	Compra	1.253	6,090000	Euronext Lisbon	24.804.528
20/jun/2019	Compra	456	6,090000	Euronext Lisbon	24.804.984
20/jun/2019	Compra	1.097	6,090000	Euronext Lisbon	24.806.081
20/jun/2019	Compra	150	6,100000	Euronext Lisbon	24.806.231
20/jun/2019	Compra	1.800	6,100000	Euronext Lisbon	24.808.031
20/jun/2019	Compra	1.048	6,100000	Euronext Lisbon	24.809.079
20/jun/2019	Compra	789	6,100000	Euronext Lisbon	24.809.868
20/jun/2019	Compra	242	6,100000	Euronext Lisbon	24.810.110
21/jun/2019	Compra	988	6,235000	Euronext Lisbon	24.811.098
21/jun/2019	Compra	3.860	6,240000	Euronext Lisbon	24.814.958
21/jun/2019	Compra	490	6,245000	Euronext Lisbon	24.815.448
21/jun/2019	Compra	1.500	6,250000	Euronext Lisbon	24.816.948
21/jun/2019	Compra	950	6,250000	Euronext Lisbon	24.817.898
21/jun/2019	Compra	5.750	6,250000	Euronext Lisbon	24.823.648
21/jun/2019	Compra	495	6,250000	Euronext Lisbon	24.824.143
21/jun/2019	Compra	5.967	6,250000	Euronext Lisbon	24.830.110
21/jun/2019	Compra	160	6,150000	Euronext Lisbon	24.830.270
21/jun/2019	Compra	1.040	6,150000	Euronext Lisbon	24.831.310
21/jun/2019	Compra	79	6,150000	Euronext Lisbon	24.831.389
21/jun/2019	Compra	227	6,150000	Euronext Lisbon	24.831.616
21/jun/2019	Compra	894	6,150000	Euronext Lisbon	24.832.510
21/jun/2019	Compra	894	6,150000	Euronext Lisbon	24.833.404
21/jun/2019	Compra	306	6,150000	Euronext Lisbon	24.833.710
21/jun/2019	Compra	588	6,150000	Euronext Lisbon	24.834.298
21/jun/2019	Compra	894	6,150000	Euronext Lisbon	24.835.192
21/jun/2019	Compra	306	6,150000	Euronext Lisbon	24.835.498
21/jun/2019	Compra	588	6,150000	Euronext Lisbon	24.836.086
21/jun/2019	Compra	894	6,150000	Euronext Lisbon	24.836.980
21/jun/2019	Compra	306	6,150000	Euronext Lisbon	24.837.286

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
21/jun/2019	Compra	140	6,150000	EuronextLisbon	24.837.426
21/jun/2019	Compra	1.060	6,150000	EuronextLisbon	24.838.486
21/jun/2019	Compra	1.624	6,150000	EuronextLisbon	24.840.110
21/jun/2019	Compra	57	6,120000	EuronextLisbon	24.840.167
21/jun/2019	Compra	3.874	6,200000	EuronextLisbon	24.844.041
21/jun/2019	Compra	1.126	6,200000	EuronextLisbon	24.845.167
21/jun/2019	Compra	374	6,200000	EuronextLisbon	24.845.541
21/jun/2019	Compra	125	6,200000	EuronextLisbon	24.845.666
21/jun/2019	Compra	250	6,200000	EuronextLisbon	24.845.916
21/jun/2019	Compra	1.700	6,200000	EuronextLisbon	24.847.616
21/jun/2019	Compra	1.143	6,200000	EuronextLisbon	24.848.759
21/jun/2019	Compra	1.200	6,200000	EuronextLisbon	24.849.959
21/jun/2019	Compra	151	6,200000	EuronextLisbon	24.850.110
31/dez/2019	-	-	-	-	24.850.110

José Manuel de Almeida Archer

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
31/dez/2018	-	-	-	-	1.500
5/jun/2019	Compra	10.000	6,000000	EuronextLisbon	11.500
31/dez/2019	-	-	-	-	11.500

Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira (imputação via 1 THING, INVESTMENTS, S.A.)

Data	Natureza	Instrumento	Underlying	Strike (€)	Maturidade	Volume	Preço (€)	N.º opções
31/dez/2018	-	-	-	-	-	-	-	-
8/fev/2019	Venda	Put Option	Ações Altrí, SGPS, S.A.	6.00	6/fev/2020	350,000	0.36	(350,000)
13/nov/2019	Compra	Put Option	Ações Altrí, SGPS, S.A.	6.00	6/fev/2020	350,000	0.41	-
31/dez/2019	-	-	-	-	-	-	-	-

Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira (imputação via 1 THING, INVESTMENTS, S.A.)

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º acções
31/dez/2018	-	-	-	-	14.359.708
31/mai/2019	Compra	498	5,895000	Euronext Lisbon	14.360.206
31/mai/2019	Compra	19.502	5,900000	Euronext Lisbon	14.379.708
31/mai/2019	Compra	6.000	5,915000	Euronext Lisbon	14.385.708
31/mai/2019	Compra	10.000	5,920000	Euronext Lisbon	14.395.708
31/mai/2019	Compra	10.405	5,930000	Euronext Lisbon	14.406.113
31/mai/2019	Compra	11.356	5,935000	Euronext Lisbon	14.417.469
31/mai/2019	Compra	39.559	5,940000	Euronext Lisbon	14.457.028
31/mai/2019	Compra	8.680	5,945000	Euronext Lisbon	14.465.708
31/mai/2019	Compra	72.618	5,950000	Euronext Lisbon	14.538.326
31/mai/2019	Compra	20.000	5,965000	Euronext Lisbon	14.558.326
31/mai/2019	Compra	28.581	5,970000	Euronext Lisbon	14.586.907
31/mai/2019	Compra	17.559	5,975000	Euronext Lisbon	14.604.466
31/mai/2019	Compra	1.242	5,980000	Euronext Lisbon	14.605.708
31/mai/2019	Compra	15.000	5,995000	Euronext Lisbon	14.620.708
31/mai/2019	Compra	22.000	6,000000	Euronext Lisbon	14.642.708
31/mai/2019	Compra	17.000	6,070000	Euronext Lisbon	14.659.708
3/jun/2019	Compra	10.000	5,890000	Euronext Lisbon	14.669.708
3/jun/2019	Compra	10.000	5,900000	Euronext Lisbon	14.679.708
3/jun/2019	Compra	10.000	5,915000	Euronext Lisbon	14.689.708
3/jun/2019	Compra	5.000	5,920000	Euronext Lisbon	14.694.708
3/jun/2019	Compra	10.000	5,925000	Euronext Lisbon	14.704.708
3/jun/2019	Compra	6.618	5,930000	Euronext Lisbon	14.711.326
3/jun/2019	Compra	11.173	5,935000	Euronext Lisbon	14.722.499
3/jun/2019	Compra	4.294	5,945000	Euronext Lisbon	14.726.793
3/jun/2019	Compra	15.554	5,950000	Euronext Lisbon	14.742.347
3/jun/2019	Compra	4.176	5,955000	Euronext Lisbon	14.746.523
3/jun/2019	Compra	7.612	5,960000	Euronext Lisbon	14.754.135
3/jun/2019	Compra	31.077	5,965000	Euronext Lisbon	14.785.212
3/jun/2019	Compra	22.319	5,970000	Euronext Lisbon	14.807.531
3/jun/2019	Compra	10.000	5,980000	Euronext Lisbon	14.817.531
3/jun/2019	Compra	1.409	5,990000	Euronext Lisbon	14.818.940
3/jun/2019	Compra	5.062	5,995000	Euronext Lisbon	14.824.002
3/jun/2019	Compra	35.706	6,000000	Euronext Lisbon	14.859.708
5/jun/2019	Compra	567	5,920000	Euronext Lisbon	14.860.275
5/jun/2019	Compra	209	5,920000	Euronext Lisbon	14.860.484
5/jun/2019	Compra	448	5,925000	Euronext Lisbon	14.860.932
5/jun/2019	Compra	617	5,925000	Euronext Lisbon	14.861.549
5/jun/2019	Compra	174	5,925000	Euronext Lisbon	14.861.723
5/jun/2019	Compra	529	5,925000	Euronext Lisbon	14.862.252
5/jun/2019	Compra	562	5,925000	Euronext Lisbon	14.862.814
5/jun/2019	Compra	603	5,925000	Euronext Lisbon	14.863.417
5/jun/2019	Compra	478	5,925000	Euronext Lisbon	14.863.895
5/jun/2019	Compra	3.780	5,925000	Euronext Lisbon	14.867.675
5/jun/2019	Compra	2.033	5,925000	Euronext Lisbon	14.869.708
5/jun/2019	Compra	910	5,925000	Euronext Lisbon	14.870.618
5/jun/2019	Compra	228	5,925000	Euronext Lisbon	14.870.846
5/jun/2019	Compra	29	5,925000	Euronext Lisbon	14.870.875
5/jun/2019	Compra	910	5,925000	Euronext Lisbon	14.871.785
5/jun/2019	Compra	1.025	5,925000	Euronext Lisbon	14.872.810
5/jun/2019	Compra	1.496	5,925000	Euronext Lisbon	14.874.306
5/jun/2019	Compra	2.858	5,925000	Euronext Lisbon	14.877.164
5/jun/2019	Compra	2.544	5,925000	Euronext Lisbon	14.879.708

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º acções
5/jun/2019	Compra	775	5,920000	Euronext Lisbon	14.880.483
5/jun/2019	Compra	1.930	5,920000	Euronext Lisbon	14.882.413
5/jun/2019	Compra	1.726	5,920000	Euronext Lisbon	14.884.139
5/jun/2019	Compra	223	5,920000	Euronext Lisbon	14.884.362
5/jun/2019	Compra	715	5,925000	Euronext Lisbon	14.885.077
5/jun/2019	Compra	531	5,925000	Euronext Lisbon	14.885.608
5/jun/2019	Compra	443	5,925000	Euronext Lisbon	14.886.051
5/jun/2019	Compra	70	5,925000	Euronext Lisbon	14.886.121
5/jun/2019	Compra	1.379	5,925000	Euronext Lisbon	14.887.500
5/jun/2019	Compra	2.208	5,925000	Euronext Lisbon	14.889.708
5/jun/2019	Compra	446	5,925000	Euronext Lisbon	14.890.154
5/jun/2019	Compra	969	5,925000	Euronext Lisbon	14.891.123
5/jun/2019	Compra	507	5,925000	Euronext Lisbon	14.891.630
5/jun/2019	Compra	40	5,925000	Euronext Lisbon	14.891.670
5/jun/2019	Compra	1.293	5,925000	Euronext Lisbon	14.892.963
5/jun/2019	Compra	598	5,925000	Euronext Lisbon	14.893.561
5/jun/2019	Compra	694	5,930000	Euronext Lisbon	14.894.255
5/jun/2019	Compra	364	5,930000	Euronext Lisbon	14.894.619
5/jun/2019	Compra	2.132	5,930000	Euronext Lisbon	14.896.751
5/jun/2019	Compra	1.214	5,930000	Euronext Lisbon	14.897.965
5/jun/2019	Compra	25	5,930000	Euronext Lisbon	14.897.990
5/jun/2019	Compra	64	5,930000	Euronext Lisbon	14.898.054
5/jun/2019	Compra	34	5,930000	Euronext Lisbon	14.898.088
5/jun/2019	Compra	93	5,935000	Euronext Lisbon	14.898.181
5/jun/2019	Compra	981	5,935000	Euronext Lisbon	14.899.162
5/jun/2019	Compra	81	5,935000	Euronext Lisbon	14.899.243
5/jun/2019	Compra	186	5,935000	Euronext Lisbon	14.899.429
5/jun/2019	Compra	487	5,935000	Euronext Lisbon	14.899.916
5/jun/2019	Compra	781	5,935000	Euronext Lisbon	14.900.697
5/jun/2019	Compra	174	5,940000	Euronext Lisbon	14.900.871
5/jun/2019	Compra	752	5,940000	Euronext Lisbon	14.901.623
5/jun/2019	Compra	1.300	5,940000	Euronext Lisbon	14.902.923
5/jun/2019	Compra	22	5,940000	Euronext Lisbon	14.902.945
5/jun/2019	Compra	161	5,945000	Euronext Lisbon	14.903.106
5/jun/2019	Compra	15	5,945000	Euronext Lisbon	14.903.121
5/jun/2019	Compra	460	5,950000	Euronext Lisbon	14.903.581
5/jun/2019	Compra	3.372	5,950000	Euronext Lisbon	14.906.953
5/jun/2019	Compra	513	5,950000	Euronext Lisbon	14.907.466
5/jun/2019	Compra	824	5,950000	Euronext Lisbon	14.908.290
5/jun/2019	Compra	580	5,955000	Euronext Lisbon	14.908.870
5/jun/2019	Compra	143	5,955000	Euronext Lisbon	14.909.013
5/jun/2019	Compra	79	5,955000	Euronext Lisbon	14.909.092
5/jun/2019	Compra	580	5,955000	Euronext Lisbon	14.909.672
5/jun/2019	Compra	36	5,955000	Euronext Lisbon	14.909.708
5/jun/2019	Compra	100	5,950000	Euronext Lisbon	14.909.808
5/jun/2019	Compra	118	5,960000	Euronext Lisbon	14.909.926
5/jun/2019	Compra	44	5,960000	Euronext Lisbon	14.909.970
5/jun/2019	Compra	19	5,960000	Euronext Lisbon	14.909.989
5/jun/2019	Compra	2.849	5,960000	Euronext Lisbon	14.912.838
5/jun/2019	Compra	667	5,960000	Euronext Lisbon	14.913.505
5/jun/2019	Compra	1	5,960000	Euronext Lisbon	14.913.506
5/jun/2019	Compra	470	5,960000	Euronext Lisbon	14.913.976
5/jun/2019	Compra	251	5,960000	Euronext Lisbon	14.914.227
5/jun/2019	Compra	53	5,960000	Euronext Lisbon	14.914.280
5/jun/2019	Compra	898	5,960000	Euronext Lisbon	14.915.178

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º acções
5/jun/2019	Compra	608	5,960000	Euronext Lisbon	14.915.786
5/jun/2019	Compra	20	5,960000	Euronext Lisbon	14.915.806
5/jun/2019	Compra	29	5,960000	Euronext Lisbon	14.915.835
5/jun/2019	Compra	4.900	5,960000	Euronext Lisbon	14.920.735
5/jun/2019	Compra	880	5,960000	Euronext Lisbon	14.921.615
5/jun/2019	Compra	4.120	5,960000	Euronext Lisbon	14.925.735
5/jun/2019	Compra	880	5,960000	Euronext Lisbon	14.926.615
5/jun/2019	Compra	1.400	5,960000	Euronext Lisbon	14.928.015
5/jun/2019	Compra	1.026	5,960000	Euronext Lisbon	14.929.041
5/jun/2019	Compra	1.400	5,960000	Euronext Lisbon	14.930.441
5/jun/2019	Compra	1.174	5,960000	Euronext Lisbon	14.931.615
5/jun/2019	Compra	22	5,960000	Euronext Lisbon	14.931.637
5/jun/2019	Compra	14	5,960000	Euronext Lisbon	14.931.651
5/jun/2019	Compra	1.726	5,960000	Euronext Lisbon	14.933.377
5/jun/2019	Compra	50	5,960000	Euronext Lisbon	14.933.427
5/jun/2019	Compra	1.081	5,960000	Euronext Lisbon	14.934.508
5/jun/2019	Compra	1.190	5,960000	Euronext Lisbon	14.935.698
5/jun/2019	Compra	152	5,960000	Euronext Lisbon	14.935.850
5/jun/2019	Compra	1.097	5,960000	Euronext Lisbon	14.936.947
5/jun/2019	Compra	1.300	5,960000	Euronext Lisbon	14.938.247
5/jun/2019	Compra	690	5,960000	Euronext Lisbon	14.938.937
5/jun/2019	Compra	169	5,965000	Euronext Lisbon	14.939.106
5/jun/2019	Compra	27	5,965000	Euronext Lisbon	14.939.133
5/jun/2019	Compra	417	5,965000	Euronext Lisbon	14.939.550
5/jun/2019	Compra	898	5,965000	Euronext Lisbon	14.940.448
5/jun/2019	Compra	38	5,965000	Euronext Lisbon	14.940.486
5/jun/2019	Compra	26	5,965000	Euronext Lisbon	14.940.512
5/jun/2019	Compra	460	5,970000	Euronext Lisbon	14.940.972
5/jun/2019	Compra	487	5,970000	Euronext Lisbon	14.941.459
5/jun/2019	Compra	818	5,970000	Euronext Lisbon	14.942.277
5/jun/2019	Compra	487	5,975000	Euronext Lisbon	14.942.764
5/jun/2019	Compra	6.559	5,975000	Euronext Lisbon	14.949.323
5/jun/2019	Compra	503	5,975000	Euronext Lisbon	14.949.826
5/jun/2019	Compra	3.658	5,975000	Euronext Lisbon	14.953.484
5/jun/2019	Compra	487	5,980000	Euronext Lisbon	14.953.971
5/jun/2019	Compra	771	5,980000	Euronext Lisbon	14.954.742
5/jun/2019	Compra	3.100	5,985000	Euronext Lisbon	14.957.842
5/jun/2019	Compra	1.300	5,985000	Euronext Lisbon	14.959.142
5/jun/2019	Compra	566	5,985000	Euronext Lisbon	14.959.708
7/jun/2019	Compra	719	5,885000	Euronext Lisbon	14.960.427
7/jun/2019	Compra	781	5,885000	Euronext Lisbon	14.961.208
7/jun/2019	Compra	66	5,885000	Euronext Lisbon	14.961.274
7/jun/2019	Compra	55	5,885000	Euronext Lisbon	14.961.329
7/jun/2019	Compra	139	5,885000	Euronext Lisbon	14.961.468
7/jun/2019	Compra	286	5,885000	Euronext Lisbon	14.961.754
7/jun/2019	Compra	307	5,885000	Euronext Lisbon	14.962.061
7/jun/2019	Compra	66	5,885000	Euronext Lisbon	14.962.127
7/jun/2019	Compra	1.106	5,885000	Euronext Lisbon	14.963.233
7/jun/2019	Compra	168	5,885000	Euronext Lisbon	14.963.401
7/jun/2019	Compra	809	5,885000	Euronext Lisbon	14.964.210
7/jun/2019	Compra	697	5,890000	Euronext Lisbon	14.964.907
7/jun/2019	Compra	773	5,890000	AQXE	14.965.680
7/jun/2019	Compra	809	5,890000	Euronext Lisbon	14.966.489
7/jun/2019	Compra	100	5,895000	TRQX	14.966.589
7/jun/2019	Compra	93	5,895000	Euronext Lisbon	14.966.682

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
7/jun/2019	Compra	80	5,895000	Euronext Lisbon	14.966.762
7/jun/2019	Compra	553	5,895000	AQXE	14.967.315
7/jun/2019	Compra	84	5,900000	Euronext Lisbon	14.967.399
7/jun/2019	Compra	553	5,900000	AQXE	14.967.952
7/jun/2019	Compra	689	5,920000	AQXE	14.968.641
7/jun/2019	Compra	10	5,910000	TRQX	14.968.651
7/jun/2019	Compra	12	5,910000	CHIX	14.968.663
7/jun/2019	Compra	482	5,910000	Euronext Lisbon	14.969.145
7/jun/2019	Compra	612	5,910000	Euronext Lisbon	14.969.757
7/jun/2019	Compra	91	5,910000	Euronext Lisbon	14.969.848
7/jun/2019	Compra	1.300	5,910000	CHID	14.971.148
7/jun/2019	Compra	1.285	5,915000	Euronext Lisbon	14.972.433
7/jun/2019	Compra	313	5,930000	Euronext Lisbon	14.972.746
7/jun/2019	Compra	32	5,925000	CHIX	14.972.778
7/jun/2019	Compra	2.232	5,930000	CHID	14.975.010
7/jun/2019	Compra	35	5,930000	Euronext Lisbon	14.975.045
7/jun/2019	Compra	150	5,930000	Euronext Lisbon	14.975.195
7/jun/2019	Compra	449	5,925000	Euronext Lisbon	14.975.644
7/jun/2019	Compra	34	5,925000	Euronext Lisbon	14.975.678
7/jun/2019	Compra	310	5,925000	Euronext Lisbon	14.975.988
7/jun/2019	Compra	2.136	5,925000	TRQM	14.978.124
7/jun/2019	Compra	1.404	5,920000	Euronext Lisbon	14.979.528
7/jun/2019	Compra	511	5,920000	Euronext Lisbon	14.980.039
7/jun/2019	Compra	1.888	5,910000	TRQM	14.981.927
7/jun/2019	Compra	1.888	5,910000	TRQM	14.983.815
7/jun/2019	Compra	1.127	5,910000	TRQM	14.984.942
7/jun/2019	Compra	761	5,910000	BATD	14.985.703
7/jun/2019	Compra	1.888	5,910000	TRQM	14.987.591
7/jun/2019	Compra	1.821	5,910000	TRQM	14.989.412
7/jun/2019	Compra	2.759	5,910000	TRQM	14.992.171
7/jun/2019	Compra	88	5,915000	TRQX	14.992.259
7/jun/2019	Compra	2.392	5,930000	Euronext Lisbon	14.994.651
7/jun/2019	Compra	261	5,930000	Euronext Lisbon	14.994.912
7/jun/2019	Compra	79	5,930000	Euronext Lisbon	14.994.991
7/jun/2019	Compra	2.663	5,927500	Euronext Lisbon	14.997.654
7/jun/2019	Compra	3.343	5,930000	TRQM	15.000.997
7/jun/2019	Compra	848	5,930000	BATD	15.001.845
7/jun/2019	Compra	268	5,930000	CHID	15.002.113
7/jun/2019	Compra	2.229	5,930000	CHID	15.004.342
7/jun/2019	Compra	107	5,930000	Euronext Lisbon	15.004.449
7/jun/2019	Compra	405	5,920000	Euronext Lisbon	15.004.854
7/jun/2019	Compra	2.067	5,920000	Euronext Lisbon	15.006.921
7/jun/2019	Compra	622	5,920000	Euronext Lisbon	15.007.543
7/jun/2019	Compra	677	5,922500	CHID	15.008.220
7/jun/2019	Compra	677	5,922500	TRQM	15.008.897
7/jun/2019	Compra	677	5,922500	BATD	15.009.574
7/jun/2019	Compra	677	5,922500	XUBS	15.010.251
7/jun/2019	Compra	8	5,930000	Euronext Lisbon	15.010.259
2/ago/2019	Compra	1.600	5,415000	Euronext Lisbon	15.011.859
2/ago/2019	Compra	2.155	5,415000	Euronext Lisbon	15.014.014
2/ago/2019	Compra	1.245	5,415000	Euronext Lisbon	15.015.259

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º acções
2/ago/2019	Compra	2.155	5,415000	Euronext Lisbon	15.017.414
2/ago/2019	Compra	2.845	5,415000	Euronext Lisbon	15.020.259
2/ago/2019	Compra	7.977	5,430000	Euronext Lisbon	15.028.236
2/ago/2019	Compra	1.501	5,430000	Euronext Lisbon	15.029.737
2/ago/2019	Compra	615	5,430000	Euronext Lisbon	15.030.352
2/ago/2019	Compra	200	5,430000	Euronext Lisbon	15.030.552
2/ago/2019	Compra	1.164	5,430000	Euronext Lisbon	15.031.716
2/ago/2019	Compra	1.000	5,430000	Euronext Lisbon	15.032.716
2/ago/2019	Compra	830	5,430000	Euronext Lisbon	15.033.546
2/ago/2019	Compra	4.170	5,430000	Euronext Lisbon	15.037.716
2/ago/2019	Compra	3.577	5,430000	Euronext Lisbon	15.041.293
2/ago/2019	Compra	1.423	5,430000	Euronext Lisbon	15.042.716
2/ago/2019	Compra	4.050	5,430000	Euronext Lisbon	15.046.766
2/ago/2019	Compra	950	5,430000	Euronext Lisbon	15.047.716
2/ago/2019	Compra	484	5,430000	Euronext Lisbon	15.048.200
2/ago/2019	Compra	1.889	5,430000	Euronext Lisbon	15.050.089
2/ago/2019	Compra	311	5,430000	Euronext Lisbon	15.050.400
2/ago/2019	Compra	600	5,430000	Euronext Lisbon	15.051.000
2/ago/2019	Compra	1.716	5,430000	Euronext Lisbon	15.052.716
2/ago/2019	Compra	2.525	5,430000	Euronext Lisbon	15.055.241
2/ago/2019	Compra	2.475	5,430000	Euronext Lisbon	15.057.716
2/ago/2019	Compra	439	5,430000	Euronext Lisbon	15.058.155
2/ago/2019	Compra	624	5,430000	Euronext Lisbon	15.058.779
2/ago/2019	Compra	850	5,430000	Euronext Lisbon	15.059.629
2/ago/2019	Compra	630	5,430000	Euronext Lisbon	15.060.259
2/ago/2019	Compra	470	5,450000	Euronext Lisbon	15.060.729
2/ago/2019	Compra	688	5,450000	Euronext Lisbon	15.061.417
2/ago/2019	Compra	1.041	5,450000	Euronext Lisbon	15.062.458
2/ago/2019	Compra	416	5,450000	Euronext Lisbon	15.062.874
2/ago/2019	Compra	694	5,450000	Euronext Lisbon	15.063.568
2/ago/2019	Compra	1.000	5,450000	Euronext Lisbon	15.064.568
2/ago/2019	Compra	691	5,450000	Euronext Lisbon	15.065.259
2/ago/2019	Compra	327	5,450000	Euronext Lisbon	15.065.586
2/ago/2019	Compra	981	5,450000	Euronext Lisbon	15.066.567
2/ago/2019	Compra	975	5,450000	Euronext Lisbon	15.067.542
2/ago/2019	Compra	977	5,455000	Euronext Lisbon	15.068.519
2/ago/2019	Compra	1.000	5,455000	Euronext Lisbon	15.069.519
2/ago/2019	Compra	470	5,455000	Euronext Lisbon	15.069.989
2/ago/2019	Compra	597	5,455000	Euronext Lisbon	15.070.586
2/ago/2019	Compra	615	5,450000	Euronext Lisbon	15.071.201
2/ago/2019	Compra	493	5,455000	Euronext Lisbon	15.071.694
2/ago/2019	Compra	324	5,455000	Euronext Lisbon	15.072.018
2/ago/2019	Compra	918	5,455000	Euronext Lisbon	15.072.936
2/ago/2019	Compra	479	5,460000	Euronext Lisbon	15.073.415
2/ago/2019	Compra	326	5,460000	Euronext Lisbon	15.073.741
2/ago/2019	Compra	900	5,460000	Euronext Lisbon	15.074.641
2/ago/2019	Compra	323	5,460000	Euronext Lisbon	15.074.964
2/ago/2019	Compra	2.425	5,460000	Euronext Lisbon	15.077.389
2/ago/2019	Compra	883	5,500000	Euronext Lisbon	15.078.272
2/ago/2019	Compra	432	5,500000	Euronext Lisbon	15.078.704
2/ago/2019	Compra	630	5,500000	Euronext Lisbon	15.079.334
2/ago/2019	Compra	470	5,500000	Euronext Lisbon	15.079.804
2/ago/2019	Compra	439	5,500000	Euronext Lisbon	15.080.243
2/ago/2019	Compra	2.066	5,515000	Euronext Lisbon	15.082.309
2/ago/2019	Compra	9.620	5,520000	Euronext Lisbon	15.091.929
2/ago/2019	Compra	1.000	5,520000	Euronext Lisbon	15.092.929
2/ago/2019	Compra	935	5,520000	Euronext Lisbon	15.093.864
2/ago/2019	Compra	2.714	5,520000	Euronext Lisbon	15.096.578
2/ago/2019	Compra	461	5,520000	Euronext Lisbon	15.097.039
2/ago/2019	Compra	929	5,520000	Euronext Lisbon	15.097.968
2/ago/2019	Compra	5.000	5,520000	Euronext Lisbon	15.102.968
2/ago/2019	Compra	5.000	5,520000	Euronext Lisbon	15.107.968
2/ago/2019	Compra	2.442	5,520000	Euronext Lisbon	15.110.410
2/ago/2019	Compra	1.300	5,520000	Euronext Lisbon	15.111.710

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º acções
2/ago/2019	Compra	1.928	5,520000	Euronext Lisbon	15.113.638
2/ago/2019	Compra	624	5,520000	Euronext Lisbon	15.114.262
2/ago/2019	Compra	665	5,520000	Euronext Lisbon	15.114.927
2/ago/2019	Compra	483	5,520000	Euronext Lisbon	15.115.410
2/ago/2019	Compra	1.523	5,520000	Euronext Lisbon	15.116.933
2/ago/2019	Compra	3.771	5,520000	Euronext Lisbon	15.120.704
2/ago/2019	Compra	1.229	5,520000	Euronext Lisbon	15.121.933
2/ago/2019	Compra	5.000	5,520000	Euronext Lisbon	15.126.933
2/ago/2019	Compra	93	5,520000	Euronext Lisbon	15.127.026
2/ago/2019	Compra	2.308	5,520000	Euronext Lisbon	15.129.334
2/ago/2019	Compra	695	5,475000	Euronext Lisbon	15.130.029
2/ago/2019	Compra	695	5,475000	Euronext Lisbon	15.130.724
2/ago/2019	Compra	631	5,475000	Euronext Lisbon	15.131.355
2/ago/2019	Compra	2.979	5,475000	Euronext Lisbon	15.134.334
2/ago/2019	Compra	2.995	5,475000	Euronext Lisbon	15.137.329
2/ago/2019	Compra	2.005	5,475000	Euronext Lisbon	15.139.334
2/ago/2019	Compra	821	5,425000	Euronext Lisbon	15.140.155
2/ago/2019	Compra	1.000	5,430000	Euronext Lisbon	15.141.155
2/ago/2019	Compra	461	5,430000	Euronext Lisbon	15.141.616
2/ago/2019	Compra	748	5,435000	Euronext Lisbon	15.142.364
2/ago/2019	Compra	1.577	5,435000	Euronext Lisbon	15.143.941
2/ago/2019	Compra	646	5,435000	Euronext Lisbon	15.144.587
2/ago/2019	Compra	461	5,435000	Euronext Lisbon	15.145.048
2/ago/2019	Compra	9.286	5,440000	Euronext Lisbon	15.154.334
2/ago/2019	Compra	674	5,430000	Euronext Lisbon	15.155.008
2/ago/2019	Compra	712	5,430000	Euronext Lisbon	15.155.720
2/ago/2019	Compra	488	5,435000	Euronext Lisbon	15.156.208
2/ago/2019	Compra	500	5,435000	Euronext Lisbon	15.156.708
2/ago/2019	Compra	666	5,435000	Euronext Lisbon	15.157.374
2/ago/2019	Compra	1.832	5,440000	Euronext Lisbon	15.159.206
2/ago/2019	Compra	1.000	5,440000	Euronext Lisbon	15.160.206
2/ago/2019	Compra	128	5,440000	Euronext Lisbon	15.160.334
2/ago/2019	Compra	389	5,425000	Euronext Lisbon	15.160.723
2/ago/2019	Compra	923	5,425000	Euronext Lisbon	15.161.646
2/ago/2019	Compra	1.683	5,425000	Euronext Lisbon	15.163.329
2/ago/2019	Compra	767	5,425000	Euronext Lisbon	15.164.096
2/ago/2019	Compra	758	5,430000	Euronext Lisbon	15.164.854
2/ago/2019	Compra	480	5,430000	Euronext Lisbon	15.165.334
2/ago/2019	Compra	101	5,425000	Euronext Lisbon	15.165.435
2/ago/2019	Compra	4.899	5,425000	Euronext Lisbon	15.170.334
2/ago/2019	Compra	5.000	5,425000	Euronext Lisbon	15.175.334
2/ago/2019	Compra	5.000	5,425000	Euronext Lisbon	15.180.334
2/ago/2019	Compra	1.538	5,415000	Euronext Lisbon	15.181.872
2/ago/2019	Compra	624	5,440000	Euronext Lisbon	15.182.496
2/ago/2019	Compra	4.376	5,440000	Euronext Lisbon	15.186.872
2/ago/2019	Compra	5.000	5,440000	Euronext Lisbon	15.191.872
2/ago/2019	Compra	785	5,445000	Euronext Lisbon	15.192.657
2/ago/2019	Compra	360	5,445000	Euronext Lisbon	15.193.017
2/ago/2019	Compra	470	5,450000	Euronext Lisbon	15.193.487
2/ago/2019	Compra	1.091	5,450000	Euronext Lisbon	15.194.578
2/ago/2019	Compra	756	5,450000	Euronext Lisbon	15.195.334
2/ago/2019	Compra	722	5,450000	Euronext Lisbon	15.196.056
2/ago/2019	Compra	190	5,455000	Euronext Lisbon	15.196.246
2/ago/2019	Compra	474	5,455000	Euronext Lisbon	15.196.720
2/ago/2019	Compra	3.100	5,460000	Euronext Lisbon	15.199.820

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
2/ago/2019	Compra	806	5,460000	EuronextLisbon	15.200.626
2/ago/2019	Compra	474	5,460000	EuronextLisbon	15.201.100
2/ago/2019	Compra	4.159	5,460000	EuronextLisbon	15.205.259
2/ago/2019	Compra	531	5,460000	EuronextLisbon	15.205.790
2/ago/2019	Compra	4.469	5,460000	EuronextLisbon	15.210.259
2/ago/2019	Compra	626	5,470000	EuronextLisbon	15.210.885
2/ago/2019	Compra	770	5,475000	EuronextLisbon	15.211.655
2/ago/2019	Compra	452	5,475000	EuronextLisbon	15.212.107
2/ago/2019	Compra	5.000	5,480000	EuronextLisbon	15.217.107
2/ago/2019	Compra	370	5,485000	EuronextLisbon	15.217.477
2/ago/2019	Compra	776	5,485000	EuronextLisbon	15.218.253
2/ago/2019	Compra	345	5,485000	EuronextLisbon	15.218.598
2/ago/2019	Compra	738	5,485000	EuronextLisbon	15.219.336
2/ago/2019	Compra	6.000	5,490000	EuronextLisbon	15.225.336
2/ago/2019	Compra	488	5,490000	EuronextLisbon	15.225.824
2/ago/2019	Compra	152	5,490000	EuronextLisbon	15.225.976
2/ago/2019	Compra	1.600	5,495000	EuronextLisbon	15.227.576
2/ago/2019	Compra	360	5,500000	EuronextLisbon	15.227.936
2/ago/2019	Compra	20.000	5,500000	EuronextLisbon	15.247.936
2/ago/2019	Compra	2.000	5,500000	EuronextLisbon	15.249.936
2/ago/2019	Compra	2.000	5,500000	EuronextLisbon	15.251.936
2/ago/2019	Compra	1.670	5,500000	EuronextLisbon	15.253.606
2/ago/2019	Compra	330	5,500000	EuronextLisbon	15.253.936
2/ago/2019	Compra	2.000	5,500000	EuronextLisbon	15.255.936
2/ago/2019	Compra	2.000	5,500000	EuronextLisbon	15.257.936
2/ago/2019	Compra	2.000	5,500000	EuronextLisbon	15.259.936
2/ago/2019	Compra	17	5,500000	EuronextLisbon	15.259.953
2/ago/2019	Compra	253	5,500000	EuronextLisbon	15.260.206
2/ago/2019	Compra	53	5,500000	EuronextLisbon	15.260.259
2/ago/2019	Compra	889	5,450000	EuronextLisbon	15.261.148
2/ago/2019	Compra	8.811	5,450000	EuronextLisbon	15.269.959
2/ago/2019	Compra	456	5,465000	EuronextLisbon	15.270.415
2/ago/2019	Compra	1.250	5,465000	EuronextLisbon	15.271.665
2/ago/2019	Compra	1.988	5,465000	EuronextLisbon	15.273.653
2/ago/2019	Compra	1.306	5,465000	EuronextLisbon	15.274.959
2/ago/2019	Compra	422	5,465000	EuronextLisbon	15.275.381
2/ago/2019	Compra	1.306	5,465000	EuronextLisbon	15.276.687
2/ago/2019	Compra	3.272	5,465000	EuronextLisbon	15.279.959
2/ago/2019	Compra	3.489	5,465000	EuronextLisbon	15.283.448
2/ago/2019	Compra	1.511	5,465000	EuronextLisbon	15.284.959
2/ago/2019	Compra	2.900	5,465000	EuronextLisbon	15.287.859
2/ago/2019	Compra	2.100	5,465000	EuronextLisbon	15.289.959
2/ago/2019	Compra	2.000	5,465000	EuronextLisbon	15.291.959
2/ago/2019	Compra	3.000	5,465000	EuronextLisbon	15.294.959
2/ago/2019	Compra	1.276	5,465000	EuronextLisbon	15.296.235
2/ago/2019	Compra	1.997	5,465000	EuronextLisbon	15.298.232
2/ago/2019	Compra	1.785	5,465000	EuronextLisbon	15.300.017
2/ago/2019	Compra	1	5,465000	EuronextLisbon	15.300.018
2/ago/2019	Compra	836	5,465000	EuronextLisbon	15.300.854
2/ago/2019	Compra	381	5,465000	EuronextLisbon	15.301.235

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
2/ago/2019	Compra	1.949	5,465000	Euronext Lisbon	15.303.184
2/ago/2019	Compra	2.851	5,465000	Euronext Lisbon	15.306.035
2/ago/2019	Compra	200	5,465000	Euronext Lisbon	15.306.235
2/ago/2019	Compra	3.400	5,465000	Euronext Lisbon	15.309.635
2/ago/2019	Compra	1.600	5,465000	Euronext Lisbon	15.311.235
2/ago/2019	Compra	1.184	5,465000	Euronext Lisbon	15.312.419
2/ago/2019	Compra	104	5,465000	Euronext Lisbon	15.312.523
2/ago/2019	Compra	701	5,470000	Euronext Lisbon	15.313.224
2/ago/2019	Compra	1.237	5,470000	Euronext Lisbon	15.314.461
2/ago/2019	Compra	5.000	5,470000	Euronext Lisbon	15.319.461
2/ago/2019	Compra	967	5,470000	Euronext Lisbon	15.320.428
2/ago/2019	Compra	618	5,470000	Euronext Lisbon	15.321.046
2/ago/2019	Compra	493	5,470000	Euronext Lisbon	15.321.539
2/ago/2019	Compra	3.712	5,470000	Euronext Lisbon	15.325.251
2/ago/2019	Compra	2.099	5,470000	Euronext Lisbon	15.327.350
2/ago/2019	Compra	2.901	5,470000	Euronext Lisbon	15.330.251
2/ago/2019	Compra	2.800	5,470000	Euronext Lisbon	15.333.051
2/ago/2019	Compra	2.200	5,470000	Euronext Lisbon	15.335.251
2/ago/2019	Compra	313	5,465000	Euronext Lisbon	15.335.564
2/ago/2019	Compra	4.687	5,465000	Euronext Lisbon	15.340.251
2/ago/2019	Compra	1.739	5,465000	Euronext Lisbon	15.341.990
2/ago/2019	Compra	475	5,465000	Euronext Lisbon	15.342.465
2/ago/2019	Compra	4.525	5,465000	Euronext Lisbon	15.346.990
2/ago/2019	Compra	475	5,465000	Euronext Lisbon	15.347.465
2/ago/2019	Compra	581	5,465000	Euronext Lisbon	15.348.046
2/ago/2019	Compra	1.287	5,465000	Euronext Lisbon	15.349.333
2/ago/2019	Compra	2.000	5,465000	Euronext Lisbon	15.351.333
2/ago/2019	Compra	1.129	5,465000	Euronext Lisbon	15.352.462
2/ago/2019	Compra	3	5,465000	Euronext Lisbon	15.352.465
2/ago/2019	Compra	922	5,465000	Euronext Lisbon	15.353.387
2/ago/2019	Compra	1.572	5,465000	Euronext Lisbon	15.354.959
2/ago/2019	Compra	917	5,465000	Euronext Lisbon	15.355.876
2/ago/2019	Compra	1.800	5,465000	Euronext Lisbon	15.357.676
2/ago/2019	Compra	3.600	5,465000	Euronext Lisbon	15.361.276
2/ago/2019	Compra	3.383	5,465000	Euronext Lisbon	15.364.659
2/ago/2019	Compra	700	5,465000	Euronext Lisbon	15.365.359
2/ago/2019	Compra	1.800	5,465000	Euronext Lisbon	15.367.159
2/ago/2019	Compra	3.167	5,465000	Euronext Lisbon	15.370.326
2/ago/2019	Compra	4.033	5,465000	Euronext Lisbon	15.374.359
2/ago/2019	Compra	632	5,465000	Euronext Lisbon	15.374.991
2/ago/2019	Compra	1.519	5,465000	Euronext Lisbon	15.376.510
2/ago/2019	Compra	2.000	5,465000	Euronext Lisbon	15.378.510
2/ago/2019	Compra	767	5,465000	Euronext Lisbon	15.379.277
2/ago/2019	Compra	37	5,465000	Euronext Lisbon	15.379.314
2/ago/2019	Compra	800	5,490000	Euronext Lisbon	15.380.114
2/ago/2019	Compra	479	5,490000	Euronext Lisbon	15.380.593
2/ago/2019	Compra	768	5,490000	Euronext Lisbon	15.381.361
2/ago/2019	Compra	232	5,490000	Euronext Lisbon	15.381.593
2/ago/2019	Compra	411	5,495000	Euronext Lisbon	15.382.004
2/ago/2019	Compra	479	5,495000	Euronext Lisbon	15.382.483

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
2/ago/2019	Compra	1.110	5,495000	Euronext Lisbon	15.383.593
2/ago/2019	Compra	694	5,495000	Euronext Lisbon	15.384.287
2/ago/2019	Compra	488	5,500000	Euronext Lisbon	15.384.775
2/ago/2019	Compra	225	5,500000	Euronext Lisbon	15.385.000
5/ago/2019	Compra	2.493	5,345000	Euronext Lisbon	15.387.493
5/ago/2019	Compra	1.156	5,345000	Euronext Lisbon	15.388.649
5/ago/2019	Compra	490	5,345000	Euronext Lisbon	15.389.139
5/ago/2019	Compra	861	5,345000	Euronext Lisbon	15.390.000
5/ago/2019	Compra	3.000	5,330000	Euronext Lisbon	15.393.000
5/ago/2019	Compra	2.600	5,340000	Euronext Lisbon	15.395.600
5/ago/2019	Compra	811	5,340000	Euronext Lisbon	15.396.411
5/ago/2019	Compra	1.328	5,340000	Euronext Lisbon	15.397.739
5/ago/2019	Compra	261	5,340000	Euronext Lisbon	15.398.000
5/ago/2019	Compra	400	5,330000	Euronext Lisbon	15.398.400
5/ago/2019	Compra	4.600	5,330000	Euronext Lisbon	15.403.000
5/ago/2019	Compra	3.700	5,320000	Euronext Lisbon	15.406.700
5/ago/2019	Compra	474	5,320000	Euronext Lisbon	15.407.174
5/ago/2019	Compra	826	5,320000	Euronext Lisbon	15.408.000
5/ago/2019	Compra	3.113	5,315000	Euronext Lisbon	15.411.113
5/ago/2019	Compra	1.887	5,315000	Euronext Lisbon	15.413.000
5/ago/2019	Compra	1.772	5,290000	Euronext Lisbon	15.414.772
5/ago/2019	Compra	3.228	5,290000	Euronext Lisbon	15.418.000
5/ago/2019	Compra	1.185	5,315000	Euronext Lisbon	15.419.185
5/ago/2019	Compra	23	5,315000	Euronext Lisbon	15.419.208
5/ago/2019	Compra	391	5,315000	Euronext Lisbon	15.419.599
5/ago/2019	Compra	401	5,315000	Euronext Lisbon	15.420.000
5/ago/2019	Compra	1.000	5,320000	Euronext Lisbon	15.421.000
5/ago/2019	Compra	234	5,320000	Euronext Lisbon	15.421.234
5/ago/2019	Compra	723	5,320000	Euronext Lisbon	15.421.957
5/ago/2019	Compra	898	5,320000	Euronext Lisbon	15.422.855
5/ago/2019	Compra	2.125	5,320000	Euronext Lisbon	15.424.980
5/ago/2019	Compra	20	5,320000	Euronext Lisbon	15.425.000
5/ago/2019	Compra	1.000	5,355000	Euronext Lisbon	15.426.000
5/ago/2019	Compra	823	5,355000	Euronext Lisbon	15.426.823
5/ago/2019	Compra	500	5,355000	Euronext Lisbon	15.427.323
5/ago/2019	Compra	763	5,360000	Euronext Lisbon	15.428.086
5/ago/2019	Compra	499	5,360000	Euronext Lisbon	15.428.585
5/ago/2019	Compra	490	5,365000	Euronext Lisbon	15.429.075
5/ago/2019	Compra	762	5,365000	Euronext Lisbon	15.429.837
5/ago/2019	Compra	2.500	5,370000	Euronext Lisbon	15.432.337
5/ago/2019	Compra	476	5,370000	Euronext Lisbon	15.432.813
5/ago/2019	Compra	738	5,370000	Euronext Lisbon	15.433.551
5/ago/2019	Compra	500	5,370000	Euronext Lisbon	15.434.051
5/ago/2019	Compra	626	5,350000	Euronext Lisbon	15.434.677
5/ago/2019	Compra	4.374	5,350000	Euronext Lisbon	15.439.051
5/ago/2019	Compra	280	5,390000	Euronext Lisbon	15.439.331
5/ago/2019	Compra	4.000	5,395000	Euronext Lisbon	15.443.331
5/ago/2019	Compra	720	5,395000	Euronext Lisbon	15.444.051
5/ago/2019	Compra	1.406	5,410000	Euronext Lisbon	15.445.457
5/ago/2019	Compra	636	5,410000	Euronext Lisbon	15.446.093

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
5/ago/2019	Compra	500	5,410000	Euronext Lisbon	15.446.593
5/ago/2019	Compra	504	5,415000	Euronext Lisbon	15.447.097
5/ago/2019	Compra	498	5,415000	Euronext Lisbon	15.447.595
5/ago/2019	Compra	1.369	5,415000	Euronext Lisbon	15.448.964
5/ago/2019	Compra	87	5,415000	Euronext Lisbon	15.449.051
5/ago/2019	Compra	230	5,415000	Euronext Lisbon	15.449.281
5/ago/2019	Compra	1.219	5,415000	Euronext Lisbon	15.450.500
5/ago/2019	Compra	622	5,415000	Euronext Lisbon	15.451.122
5/ago/2019	Compra	429	5,415000	Euronext Lisbon	15.451.551
5/ago/2019	Compra	2.950	5,380000	Euronext Lisbon	15.454.501
5/ago/2019	Compra	2.050	5,380000	Euronext Lisbon	15.456.551
5/ago/2019	Compra	476	5,370000	Euronext Lisbon	15.457.027
5/ago/2019	Compra	1.343	5,375000	Euronext Lisbon	15.458.370
5/ago/2019	Compra	1.545	5,375000	Euronext Lisbon	15.459.915
5/ago/2019	Compra	462	5,375000	Euronext Lisbon	15.460.377
5/ago/2019	Compra	406	5,375000	Euronext Lisbon	15.460.783
5/ago/2019	Compra	768	5,375000	Euronext Lisbon	15.461.551
5/ago/2019	Compra	548	5,340000	Euronext Lisbon	15.462.099
5/ago/2019	Compra	54	5,355000	Euronext Lisbon	15.462.153
5/ago/2019	Compra	1.235	5,360000	Euronext Lisbon	15.463.388
5/ago/2019	Compra	471	5,360000	Euronext Lisbon	15.463.859
5/ago/2019	Compra	388	5,360000	Euronext Lisbon	15.464.247
5/ago/2019	Compra	490	5,365000	Euronext Lisbon	15.464.737
5/ago/2019	Compra	285	5,365000	Euronext Lisbon	15.465.022
5/ago/2019	Compra	490	5,370000	Euronext Lisbon	15.465.512
5/ago/2019	Compra	711	5,370000	Euronext Lisbon	15.466.223
5/ago/2019	Compra	1.485	5,370000	Euronext Lisbon	15.467.708
5/ago/2019	Compra	3.081	5,370000	Euronext Lisbon	15.470.789
5/ago/2019	Compra	500	5,370000	Euronext Lisbon	15.471.289
5/ago/2019	Compra	240	5,370000	Euronext Lisbon	15.471.529
5/ago/2019	Compra	570	5,370000	Euronext Lisbon	15.472.099
5/ago/2019	Compra	2.000	5,340000	Euronext Lisbon	15.474.099
5/ago/2019	Compra	2.452	5,340000	Euronext Lisbon	15.476.551
5/ago/2019	Compra	571	5,320000	Euronext Lisbon	15.477.122
5/ago/2019	Compra	813	5,320000	Euronext Lisbon	15.477.935
5/ago/2019	Compra	3.616	5,320000	Euronext Lisbon	15.481.551
5/ago/2019	Compra	1.500	5,345000	Euronext Lisbon	15.483.051
5/ago/2019	Compra	585	5,345000	Euronext Lisbon	15.483.636
5/ago/2019	Compra	816	5,345000	Euronext Lisbon	15.484.452
5/ago/2019	Compra	476	5,350000	Euronext Lisbon	15.484.928
5/ago/2019	Compra	680	5,350000	Euronext Lisbon	15.485.608
5/ago/2019	Compra	494	5,355000	Euronext Lisbon	15.486.102
5/ago/2019	Compra	449	5,355000	Euronext Lisbon	15.486.551
5/ago/2019	Compra	829	5,370000	Euronext Lisbon	15.487.380
5/ago/2019	Compra	1.375	5,375000	Euronext Lisbon	15.488.755
5/ago/2019	Compra	307	5,375000	Euronext Lisbon	15.489.062
5/ago/2019	Compra	801	5,375000	Euronext Lisbon	15.489.863
5/ago/2019	Compra	1.688	5,375000	Euronext Lisbon	15.491.551
5/ago/2019	Compra	594	5,375000	Euronext Lisbon	15.492.145
5/ago/2019	Compra	600	5,375000	Euronext Lisbon	15.492.745

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
5/ago/2019	Compra	504	5,375000	Euronext Lisbon	15.493.249
5/ago/2019	Compra	600	5,375000	Euronext Lisbon	15.493.849
5/ago/2019	Compra	1.135	5,380000	Euronext Lisbon	15.494.984
5/ago/2019	Compra	1.567	5,380000	Euronext Lisbon	15.496.551
5/ago/2019	Compra	500	5,385000	Euronext Lisbon	15.497.051
5/ago/2019	Compra	4.500	5,385000	Euronext Lisbon	15.501.551
5/ago/2019	Compra	377	5,385000	Euronext Lisbon	15.501.928
5/ago/2019	Compra	288	5,385000	Euronext Lisbon	15.502.216
5/ago/2019	Compra	41	5,385000	Euronext Lisbon	15.502.257
5/ago/2019	Compra	207	5,385000	Euronext Lisbon	15.502.464
5/ago/2019	Compra	176	5,390000	Euronext Lisbon	15.502.640
5/ago/2019	Compra	542	5,390000	Euronext Lisbon	15.503.182
5/ago/2019	Compra	480	5,390000	Euronext Lisbon	15.503.662
5/ago/2019	Compra	1.221	5,395000	Euronext Lisbon	15.504.883
5/ago/2019	Compra	2.340	5,395000	Euronext Lisbon	15.507.223
5/ago/2019	Compra	480	5,395000	Euronext Lisbon	15.507.703
5/ago/2019	Compra	962	5,395000	Euronext Lisbon	15.508.665
5/ago/2019	Compra	704	5,400000	Euronext Lisbon	15.509.369
5/ago/2019	Compra	3.095	5,400000	Euronext Lisbon	15.512.464
5/ago/2019	Compra	443	5,405000	Euronext Lisbon	15.512.907
5/ago/2019	Compra	5	5,405000	Euronext Lisbon	15.512.912
5/ago/2019	Compra	490	5,410000	Euronext Lisbon	15.513.402
5/ago/2019	Compra	476	5,415000	Euronext Lisbon	15.513.878
5/ago/2019	Compra	327	5,415000	Euronext Lisbon	15.514.205
5/ago/2019	Compra	2.500	5,420000	Euronext Lisbon	15.516.705
5/ago/2019	Compra	508	5,420000	Euronext Lisbon	15.517.213
5/ago/2019	Compra	500	5,420000	Euronext Lisbon	15.517.713
5/ago/2019	Compra	689	5,425000	Euronext Lisbon	15.518.402
5/ago/2019	Compra	462	5,425000	Euronext Lisbon	15.518.864
5/ago/2019	Compra	2.010	5,425000	Euronext Lisbon	15.520.874
5/ago/2019	Compra	9.557	5,425000	Euronext Lisbon	15.530.431
5/ago/2019	Compra	48	5,405000	Euronext Lisbon	15.530.479
5/ago/2019	Compra	1.873	5,405000	Euronext Lisbon	15.532.352
5/ago/2019	Compra	499	5,405000	Euronext Lisbon	15.532.851
5/ago/2019	Compra	485	5,410000	Euronext Lisbon	15.533.336
5/ago/2019	Compra	1.816	5,410000	Euronext Lisbon	15.535.152
5/ago/2019	Compra	1.458	5,410000	Euronext Lisbon	15.536.610
5/ago/2019	Compra	165	5,410000	Euronext Lisbon	15.536.775
5/ago/2019	Compra	508	5,415000	Euronext Lisbon	15.537.283
5/ago/2019	Compra	3.148	5,415000	Euronext Lisbon	15.540.431
5/ago/2019	Compra	105	5,415000	Euronext Lisbon	15.540.536
5/ago/2019	Compra	670	5,415000	Euronext Lisbon	15.541.206
5/ago/2019	Compra	483	5,420000	Euronext Lisbon	15.541.689
5/ago/2019	Compra	467	5,420000	Euronext Lisbon	15.542.156
5/ago/2019	Compra	455	5,420000	Euronext Lisbon	15.542.611
5/ago/2019	Compra	86	5,420000	Euronext Lisbon	15.542.697
5/ago/2019	Compra	81	5,420000	Euronext Lisbon	15.542.778
5/ago/2019	Compra	898	5,420000	Euronext Lisbon	15.543.676
5/ago/2019	Compra	928	5,420000	Euronext Lisbon	15.544.604
5/ago/2019	Compra	462	5,425000	Euronext Lisbon	15.545.066

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
5/ago/2019	Compra	332	5,425000	Euronext Lisbon	15.545.398
5/ago/2019	Compra	33	5,425000	Euronext Lisbon	15.545.431
5/ago/2019	Compra	1.391	5,425000	Euronext Lisbon	15.546.822
5/ago/2019	Compra	480	5,425000	Euronext Lisbon	15.547.302
5/ago/2019	Compra	529	5,425000	Euronext Lisbon	15.547.831
5/ago/2019	Compra	480	5,430000	Euronext Lisbon	15.548.311
5/ago/2019	Compra	694	5,430000	Euronext Lisbon	15.549.005
5/ago/2019	Compra	480	5,435000	Euronext Lisbon	15.549.485
5/ago/2019	Compra	718	5,435000	Euronext Lisbon	15.550.203
5/ago/2019	Compra	480	5,440000	Euronext Lisbon	15.550.683
5/ago/2019	Compra	647	5,440000	Euronext Lisbon	15.551.330
5/ago/2019	Compra	500	5,440000	Euronext Lisbon	15.551.830
5/ago/2019	Compra	5.164	5,440000	Euronext Lisbon	15.556.994
5/ago/2019	Compra	437	5,445000	Euronext Lisbon	15.557.431
5/ago/2019	Compra	39	5,445000	Euronext Lisbon	15.557.470
5/ago/2019	Compra	690	5,445000	Euronext Lisbon	15.558.160
5/ago/2019	Compra	290	5,445000	Euronext Lisbon	15.558.450
5/ago/2019	Compra	530	5,445000	Euronext Lisbon	15.558.980
5/ago/2019	Compra	825	5,445000	Euronext Lisbon	15.559.805
5/ago/2019	Compra	494	5,450000	Euronext Lisbon	15.560.299
5/ago/2019	Compra	671	5,450000	Euronext Lisbon	15.560.970
5/ago/2019	Compra	461	5,450000	Euronext Lisbon	15.561.431
5/ago/2019	Compra	1.217	5,440000	Euronext Lisbon	15.562.648
5/ago/2019	Compra	352	5,440000	Euronext Lisbon	15.563.000
5/ago/2019	Compra	490	5,425000	Euronext Lisbon	15.563.490
5/ago/2019	Compra	691	5,425000	Euronext Lisbon	15.564.181
5/ago/2019	Compra	95	5,425000	Euronext Lisbon	15.564.276
5/ago/2019	Compra	30	5,425000	Euronext Lisbon	15.564.306
5/ago/2019	Compra	502	5,425000	Euronext Lisbon	15.564.808
5/ago/2019	Compra	424	5,425000	Euronext Lisbon	15.565.232
5/ago/2019	Compra	568	5,425000	Euronext Lisbon	15.565.800
5/ago/2019	Compra	87	5,435000	Euronext Lisbon	15.565.887
5/ago/2019	Compra	484	5,435000	Euronext Lisbon	15.566.371
5/ago/2019	Compra	160	5,440000	Euronext Lisbon	15.566.531
5/ago/2019	Compra	490	5,440000	Euronext Lisbon	15.567.021
5/ago/2019	Compra	661	5,440000	Euronext Lisbon	15.567.682
5/ago/2019	Compra	485	5,445000	Euronext Lisbon	15.568.167
5/ago/2019	Compra	643	5,445000	Euronext Lisbon	15.568.810
5/ago/2019	Compra	3.962	5,445000	Euronext Lisbon	15.572.772
5/ago/2019	Compra	2.539	5,450000	Euronext Lisbon	15.575.311
5/ago/2019	Compra	508	5,450000	Euronext Lisbon	15.575.819
5/ago/2019	Compra	181	5,450000	Euronext Lisbon	15.576.000
5/ago/2019	Compra	94	5,440000	Euronext Lisbon	15.576.094
5/ago/2019	Compra	1.220	5,440000	Euronext Lisbon	15.577.314
5/ago/2019	Compra	406	5,440000	Euronext Lisbon	15.577.720
5/ago/2019	Compra	224	5,440000	Euronext Lisbon	15.577.944
5/ago/2019	Compra	23	5,440000	Euronext Lisbon	15.577.967
5/ago/2019	Compra	620	5,440000	Euronext Lisbon	15.578.587
5/ago/2019	Compra	571	5,440000	Euronext Lisbon	15.579.158
5/ago/2019	Compra	508	5,445000	Euronext Lisbon	15.579.666

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
5/ago/2019	Compra	494	5,450000	Euronext Lisbon	15.580.160
5/ago/2019	Compra	480	5,455000	Euronext Lisbon	15.580.640
5/ago/2019	Compra	703	5,455000	Euronext Lisbon	15.581.343
5/ago/2019	Compra	2.657	5,455000	Euronext Lisbon	15.584.000
5/ago/2019	Compra	1.039	5,450000	Euronext Lisbon	15.585.039
5/ago/2019	Compra	22	5,450000	Euronext Lisbon	15.585.061
5/ago/2019	Compra	476	5,455000	Euronext Lisbon	15.585.537
5/ago/2019	Compra	1.500	5,460000	Euronext Lisbon	15.587.037
5/ago/2019	Compra	480	5,460000	Euronext Lisbon	15.587.517
5/ago/2019	Compra	250	5,460000	Euronext Lisbon	15.587.767
5/ago/2019	Compra	1.000	5,460000	Euronext Lisbon	15.588.767
5/ago/2019	Compra	494	5,465000	Euronext Lisbon	15.589.261
5/ago/2019	Compra	508	5,470000	Euronext Lisbon	15.589.769
5/ago/2019	Compra	727	5,470000	Euronext Lisbon	15.590.496
5/ago/2019	Compra	500	5,470000	Euronext Lisbon	15.590.996
5/ago/2019	Compra	727	5,475000	Euronext Lisbon	15.591.723
5/ago/2019	Compra	462	5,475000	Euronext Lisbon	15.592.185
5/ago/2019	Compra	666	5,480000	Euronext Lisbon	15.592.851
5/ago/2019	Compra	28.429	5,480000	Euronext Lisbon	15.621.280
5/ago/2019	Compra	10.048	5,480000	Euronext Lisbon	15.631.328
5/ago/2019	Compra	500	5,480000	Euronext Lisbon	15.631.828
5/ago/2019	Compra	3.172	5,450000	Euronext Lisbon	15.635.000
6/ago/2019	Compra	1	5,430000	Euronext Lisbon	15.635.001
6/ago/2019	Compra	3	5,430000	Euronext Lisbon	15.635.004
6/ago/2019	Compra	2.496	5,430000	Euronext Lisbon	15.637.500
6/ago/2019	Compra	2.500	5,430000	Euronext Lisbon	15.640.000
6/ago/2019	Compra	1.551	5,430000	Euronext Lisbon	15.641.551
6/ago/2019	Compra	1.514	5,430000	Euronext Lisbon	15.643.065
6/ago/2019	Compra	986	5,430000	Euronext Lisbon	15.644.051
6/ago/2019	Compra	949	5,430000	Euronext Lisbon	15.645.000
6/ago/2019	Compra	10.000	5,425000	Euronext Lisbon	15.655.000
6/ago/2019	Compra	440	5,425000	Euronext Lisbon	15.655.440
6/ago/2019	Compra	9.560	5,425000	Euronext Lisbon	15.665.000
6/ago/2019	Compra	5.000	5,425000	Euronext Lisbon	15.670.000
6/ago/2019	Compra	487	5,415000	Euronext Lisbon	15.670.487
6/ago/2019	Compra	400	5,415000	Euronext Lisbon	15.670.887
6/ago/2019	Compra	2.384	5,445000	Euronext Lisbon	15.673.271
6/ago/2019	Compra	116	5,445000	Euronext Lisbon	15.673.387
6/ago/2019	Compra	2.384	5,445000	Euronext Lisbon	15.675.771
6/ago/2019	Compra	116	5,445000	Euronext Lisbon	15.675.887
6/ago/2019	Compra	2.384	5,445000	Euronext Lisbon	15.678.271
6/ago/2019	Compra	750	5,445000	Euronext Lisbon	15.679.021
6/ago/2019	Compra	884	5,445000	Euronext Lisbon	15.679.905
6/ago/2019	Compra	866	5,445000	Euronext Lisbon	15.680.771
6/ago/2019	Compra	116	5,445000	Euronext Lisbon	15.680.887
6/ago/2019	Compra	77	5,465000	Euronext Lisbon	15.680.964
6/ago/2019	Compra	705	5,465000	Euronext Lisbon	15.681.669
6/ago/2019	Compra	1.173	5,465000	Euronext Lisbon	15.682.842
6/ago/2019	Compra	760	5,465000	Euronext Lisbon	15.683.602
6/ago/2019	Compra	472	5,465000	Euronext Lisbon	15.684.074

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
6/ago/2019	Compra	35	5,465000	Euronext Lisbon	15.684.109
6/ago/2019	Compra	1.891	5,465000	Euronext Lisbon	15.686.000
6/ago/2019	Compra	540	5,480000	Euronext Lisbon	15.686.540
6/ago/2019	Compra	61	5,480000	Euronext Lisbon	15.686.601
6/ago/2019	Compra	380	5,480000	Euronext Lisbon	15.686.981
6/ago/2019	Compra	999	5,480000	Euronext Lisbon	15.687.980
6/ago/2019	Compra	467	5,480000	Euronext Lisbon	15.688.447
6/ago/2019	Compra	1.500	5,480000	Euronext Lisbon	15.689.947
6/ago/2019	Compra	490	5,485000	Euronext Lisbon	15.690.437
6/ago/2019	Compra	324	5,485000	Euronext Lisbon	15.690.761
6/ago/2019	Compra	600	5,485000	Euronext Lisbon	15.691.361
6/ago/2019	Compra	509	5,490000	Euronext Lisbon	15.691.870
6/ago/2019	Compra	351	5,490000	Euronext Lisbon	15.692.221
6/ago/2019	Compra	771	5,490000	Euronext Lisbon	15.692.992
6/ago/2019	Compra	8	5,490000	Euronext Lisbon	15.693.000
6/ago/2019	Compra	473	5,480000	Euronext Lisbon	15.693.473
6/ago/2019	Compra	690	5,480000	Euronext Lisbon	15.694.163
6/ago/2019	Compra	555	5,480000	Euronext Lisbon	15.694.718
6/ago/2019	Compra	2.239	5,480000	Euronext Lisbon	15.696.957
6/ago/2019	Compra	500	5,470000	Euronext Lisbon	15.697.457
6/ago/2019	Compra	763	5,470000	Euronext Lisbon	15.698.220
6/ago/2019	Compra	357	5,470000	Euronext Lisbon	15.698.577
6/ago/2019	Compra	664	5,470000	Euronext Lisbon	15.699.241
6/ago/2019	Compra	30	5,475000	Euronext Lisbon	15.699.271
6/ago/2019	Compra	2.470	5,475000	Euronext Lisbon	15.701.741
6/ago/2019	Compra	30	5,475000	Euronext Lisbon	15.701.771
6/ago/2019	Compra	574	5,475000	Euronext Lisbon	15.702.345
6/ago/2019	Compra	1.896	5,475000	Euronext Lisbon	15.704.241
6/ago/2019	Compra	832	5,475000	Euronext Lisbon	15.705.073
6/ago/2019	Compra	861	5,475000	Euronext Lisbon	15.705.934
6/ago/2019	Compra	499	5,475000	Euronext Lisbon	15.706.433
6/ago/2019	Compra	403	5,475000	Euronext Lisbon	15.706.836
6/ago/2019	Compra	51	5,475000	Euronext Lisbon	15.706.887
6/ago/2019	Compra	2.500	5,500000	Euronext Lisbon	15.709.387
6/ago/2019	Compra	2.500	5,500000	Euronext Lisbon	15.711.887
6/ago/2019	Compra	626	5,500000	Euronext Lisbon	15.712.513
6/ago/2019	Compra	1.874	5,500000	Euronext Lisbon	15.714.387
6/ago/2019	Compra	400	5,500000	Euronext Lisbon	15.714.787
6/ago/2019	Compra	2.100	5,500000	Euronext Lisbon	15.716.887
6/ago/2019	Compra	2.100	5,500000	Euronext Lisbon	15.718.987
6/ago/2019	Compra	400	5,500000	Euronext Lisbon	15.719.387
6/ago/2019	Compra	2.393	5,500000	Euronext Lisbon	15.721.780
6/ago/2019	Compra	791	5,500000	Euronext Lisbon	15.722.571
6/ago/2019	Compra	1.709	5,500000	Euronext Lisbon	15.724.280
6/ago/2019	Compra	1.235	5,500000	Euronext Lisbon	15.725.515
6/ago/2019	Compra	114	5,500000	Euronext Lisbon	15.725.629
6/ago/2019	Compra	1.151	5,500000	Euronext Lisbon	15.726.780
6/ago/2019	Compra	1.006	5,500000	Euronext Lisbon	15.727.786
6/ago/2019	Compra	663	5,500000	Euronext Lisbon	15.728.449
6/ago/2019	Compra	1.837	5,500000	Euronext Lisbon	15.730.286

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
6/ago/2019	Compra	1.601	5,500000	Euronext Lisbon	15.731.887
6/ago/2019	Compra	3.113	5,470000	Euronext Lisbon	15.735.000
6/ago/2019	Compra	278	5,470000	Euronext Lisbon	15.735.278
6/ago/2019	Compra	640	5,470000	Euronext Lisbon	15.735.918
6/ago/2019	Compra	470	5,470000	Euronext Lisbon	15.736.388
6/ago/2019	Compra	425	5,470000	Euronext Lisbon	15.736.813
6/ago/2019	Compra	484	5,470000	Euronext Lisbon	15.737.297
6/ago/2019	Compra	203	5,470000	Euronext Lisbon	15.737.500
6/ago/2019	Compra	70	5,470000	Euronext Lisbon	15.737.570
6/ago/2019	Compra	400	5,470000	Euronext Lisbon	15.737.970
6/ago/2019	Compra	2	5,470000	Euronext Lisbon	15.737.972
6/ago/2019	Compra	1.737	5,470000	Euronext Lisbon	15.739.709
6/ago/2019	Compra	361	5,470000	Euronext Lisbon	15.740.070
6/ago/2019	Compra	2.032	5,470000	Euronext Lisbon	15.742.102
6/ago/2019	Compra	468	5,470000	Euronext Lisbon	15.742.570
6/ago/2019	Compra	98	5,470000	Euronext Lisbon	15.742.668
6/ago/2019	Compra	1.221	5,470000	Euronext Lisbon	15.743.889
6/ago/2019	Compra	400	5,470000	Euronext Lisbon	15.744.289
6/ago/2019	Compra	711	5,470000	Euronext Lisbon	15.745.000
6/ago/2019	Compra	4.682	5,460000	Euronext Lisbon	15.749.682
6/ago/2019	Compra	318	5,460000	Euronext Lisbon	15.750.000
6/ago/2019	Compra	795	5,460000	Euronext Lisbon	15.750.795
6/ago/2019	Compra	379	5,460000	Euronext Lisbon	15.751.174
6/ago/2019	Compra	1	5,460000	Euronext Lisbon	15.751.175
6/ago/2019	Compra	1.093	5,460000	Euronext Lisbon	15.752.268
6/ago/2019	Compra	320	5,460000	Euronext Lisbon	15.752.588
6/ago/2019	Compra	62	5,445000	Euronext Lisbon	15.752.650
6/ago/2019	Compra	2.438	5,445000	Euronext Lisbon	15.755.088
6/ago/2019	Compra	761	5,445000	Euronext Lisbon	15.755.849
6/ago/2019	Compra	1.600	5,445000	Euronext Lisbon	15.757.449
6/ago/2019	Compra	139	5,445000	Euronext Lisbon	15.757.588
6/ago/2019	Compra	2.500	5,445000	Euronext Lisbon	15.760.088
6/ago/2019	Compra	76	5,445000	Euronext Lisbon	15.760.164
6/ago/2019	Compra	731	5,445000	Euronext Lisbon	15.760.895
6/ago/2019	Compra	354	5,445000	Euronext Lisbon	15.761.249
6/ago/2019	Compra	806	5,450000	Euronext Lisbon	15.762.055
6/ago/2019	Compra	496	5,450000	Euronext Lisbon	15.762.551
6/ago/2019	Compra	361	5,450000	Euronext Lisbon	15.762.912
6/ago/2019	Compra	199	5,450000	Euronext Lisbon	15.763.111
6/ago/2019	Compra	2	5,450000	Euronext Lisbon	15.763.113
6/ago/2019	Compra	285	5,450000	Euronext Lisbon	15.763.398
6/ago/2019	Compra	556	5,450000	Euronext Lisbon	15.763.954
6/ago/2019	Compra	500	5,470000	Euronext Lisbon	15.764.454
6/ago/2019	Compra	764	5,470000	Euronext Lisbon	15.765.218
6/ago/2019	Compra	75	5,470000	Euronext Lisbon	15.765.293
6/ago/2019	Compra	6	5,465000	Euronext Lisbon	15.765.299
6/ago/2019	Compra	744	5,465000	Euronext Lisbon	15.766.043
6/ago/2019	Compra	914	5,465000	Euronext Lisbon	15.766.957
6/ago/2019	Compra	467	5,465000	Euronext Lisbon	15.767.424
6/ago/2019	Compra	426	5,465000	Euronext Lisbon	15.767.850

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º acções
6/ago/2019	Compra	1.031	5,465000	Euronext Lisbon	15.768.881
6/ago/2019	Compra	2.500	5,455000	Euronext Lisbon	15.771.381
6/ago/2019	Compra	626	5,455000	Euronext Lisbon	15.772.007
6/ago/2019	Compra	1.874	5,455000	Euronext Lisbon	15.773.881
6/ago/2019	Compra	1.536	5,455000	Euronext Lisbon	15.775.417
6/ago/2019	Compra	964	5,455000	Euronext Lisbon	15.776.381
6/ago/2019	Compra	2.500	5,455000	Euronext Lisbon	15.778.881
6/ago/2019	Compra	579	5,450000	Euronext Lisbon	15.779.460
6/ago/2019	Compra	1.921	5,450000	Euronext Lisbon	15.781.381
6/ago/2019	Compra	1.294	5,450000	Euronext Lisbon	15.782.675
6/ago/2019	Compra	1.100	5,450000	Euronext Lisbon	15.783.775
6/ago/2019	Compra	106	5,450000	Euronext Lisbon	15.783.881
6/ago/2019	Compra	883	5,450000	Euronext Lisbon	15.784.764
6/ago/2019	Compra	155	5,450000	Euronext Lisbon	15.784.919
6/ago/2019	Compra	579	5,450000	Euronext Lisbon	15.785.498
6/ago/2019	Compra	801	5,450000	Euronext Lisbon	15.786.299
6/ago/2019	Compra	965	5,450000	Euronext Lisbon	15.787.264
6/ago/2019	Compra	1.258	5,450000	Euronext Lisbon	15.788.522
6/ago/2019	Compra	1.242	5,450000	Euronext Lisbon	15.789.764
6/ago/2019	Compra	286	5,450000	Euronext Lisbon	15.790.050
6/ago/2019	Compra	672	5,450000	Euronext Lisbon	15.790.722
6/ago/2019	Compra	1.542	5,440000	Euronext Lisbon	15.792.264
6/ago/2019	Compra	797	5,440000	Euronext Lisbon	15.793.061
6/ago/2019	Compra	1.570	5,440000	Euronext Lisbon	15.794.631
6/ago/2019	Compra	133	5,440000	Euronext Lisbon	15.794.764
6/ago/2019	Compra	133	5,440000	Euronext Lisbon	15.794.897
6/ago/2019	Compra	19	5,440000	Euronext Lisbon	15.794.916
6/ago/2019	Compra	715	5,440000	Euronext Lisbon	15.795.631
6/ago/2019	Compra	1.559	5,440000	Euronext Lisbon	15.797.190
6/ago/2019	Compra	207	5,440000	Euronext Lisbon	15.797.397
6/ago/2019	Compra	52	5,440000	Euronext Lisbon	15.797.449
6/ago/2019	Compra	1.570	5,440000	Euronext Lisbon	15.799.019
6/ago/2019	Compra	930	5,440000	Euronext Lisbon	15.799.949
6/ago/2019	Compra	127	5,440000	Euronext Lisbon	15.800.076
6/ago/2019	Compra	400	5,440000	Euronext Lisbon	15.800.476
6/ago/2019	Compra	700	5,440000	Euronext Lisbon	15.801.176
6/ago/2019	Compra	298	5,420000	Euronext Lisbon	15.801.474
6/ago/2019	Compra	576	5,420000	Euronext Lisbon	15.802.050
6/ago/2019	Compra	1.260	5,420000	Euronext Lisbon	15.803.310
6/ago/2019	Compra	141	5,420000	Euronext Lisbon	15.803.451
6/ago/2019	Compra	145	5,420000	Euronext Lisbon	15.803.596
6/ago/2019	Compra	1.039	5,420000	Euronext Lisbon	15.804.635
6/ago/2019	Compra	1.541	5,420000	Euronext Lisbon	15.806.176
6/ago/2019	Compra	2.687	5,420000	Euronext Lisbon	15.808.863
6/ago/2019	Compra	803	5,420000	Euronext Lisbon	15.809.666
6/ago/2019	Compra	440	5,420000	Euronext Lisbon	15.810.106
6/ago/2019	Compra	400	5,420000	Euronext Lisbon	15.810.506
6/ago/2019	Compra	670	5,420000	Euronext Lisbon	15.811.176
6/ago/2019	Compra	1.339	5,420000	Euronext Lisbon	15.812.515
6/ago/2019	Compra	592	5,420000	Euronext Lisbon	15.813.107

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º acções
6/ago/2019	Compra	3.350	5,420000	Euronext Lisbon	15.816.457
6/ago/2019	Compra	768	5,420000	Euronext Lisbon	15.817.225
6/ago/2019	Compra	290	5,420000	Euronext Lisbon	15.817.515
6/ago/2019	Compra	373	5,420000	Euronext Lisbon	15.817.888
6/ago/2019	Compra	1.600	5,420000	Euronext Lisbon	15.819.488
6/ago/2019	Compra	2.503	5,420000	Euronext Lisbon	15.821.991
6/ago/2019	Compra	524	5,420000	Euronext Lisbon	15.822.515
6/ago/2019	Compra	3.080	5,420000	Euronext Lisbon	15.825.595
6/ago/2019	Compra	581	5,420000	Euronext Lisbon	15.826.176
6/ago/2019	Compra	2.578	5,415000	Euronext Lisbon	15.828.754
6/ago/2019	Compra	1.300	5,415000	Euronext Lisbon	15.830.054
6/ago/2019	Compra	5.235	5,415000	Euronext Lisbon	15.835.289
6/ago/2019	Compra	2.410	5,410000	Euronext Lisbon	15.837.699
6/ago/2019	Compra	576	5,410000	Euronext Lisbon	15.838.275
6/ago/2019	Compra	556	5,410000	Euronext Lisbon	15.838.831
6/ago/2019	Compra	126	5,410000	Euronext Lisbon	15.838.957
6/ago/2019	Compra	1.230	5,410000	Euronext Lisbon	15.840.187
6/ago/2019	Compra	380	5,410000	Euronext Lisbon	15.840.567
6/ago/2019	Compra	2.432	5,410000	Euronext Lisbon	15.842.999
6/ago/2019	Compra	360	5,410000	Euronext Lisbon	15.843.359
6/ago/2019	Compra	754	5,410000	Euronext Lisbon	15.844.113
6/ago/2019	Compra	3.600	5,410000	Euronext Lisbon	15.847.713
6/ago/2019	Compra	1.738	5,410000	Euronext Lisbon	15.849.451
6/ago/2019	Compra	329	5,410000	Euronext Lisbon	15.849.780
6/ago/2019	Compra	1.300	5,410000	Euronext Lisbon	15.851.080
6/ago/2019	Compra	335	5,410000	Euronext Lisbon	15.851.415
6/ago/2019	Compra	1.800	5,410000	Euronext Lisbon	15.853.215
6/ago/2019	Compra	1.565	5,410000	Euronext Lisbon	15.854.780
6/ago/2019	Compra	1.800	5,410000	Euronext Lisbon	15.856.580
6/ago/2019	Compra	1.195	5,410000	Euronext Lisbon	15.857.775
6/ago/2019	Compra	2.005	5,410000	Euronext Lisbon	15.859.780
6/ago/2019	Compra	515	5,410000	Euronext Lisbon	15.860.295
6/ago/2019	Compra	200	5,410000	Euronext Lisbon	15.860.495
6/ago/2019	Compra	200	5,410000	Euronext Lisbon	15.860.695
6/ago/2019	Compra	1.766	5,410000	Euronext Lisbon	15.862.461
6/ago/2019	Compra	534	5,410000	Euronext Lisbon	15.862.995
6/ago/2019	Compra	1	5,410000	Euronext Lisbon	15.862.996
6/ago/2019	Compra	2	5,410000	Euronext Lisbon	15.862.998
6/ago/2019	Compra	11	5,410000	Euronext Lisbon	15.863.009
6/ago/2019	Compra	992	5,415000	Euronext Lisbon	15.864.001
6/ago/2019	Compra	131	5,415000	Euronext Lisbon	15.864.132
6/ago/2019	Compra	37	5,415000	Euronext Lisbon	15.864.169
6/ago/2019	Compra	7	5,415000	Euronext Lisbon	15.864.176
6/ago/2019	Compra	209	5,415000	Euronext Lisbon	15.864.385
6/ago/2019	Compra	6	5,415000	Euronext Lisbon	15.864.391
6/ago/2019	Compra	19	5,415000	Euronext Lisbon	15.864.410
6/ago/2019	Compra	181	5,415000	Euronext Lisbon	15.864.591
6/ago/2019	Compra	619	5,425000	Euronext Lisbon	15.865.210
6/ago/2019	Compra	2.247	5,425000	Euronext Lisbon	15.867.457
6/ago/2019	Compra	637	5,425000	Euronext Lisbon	15.868.094

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
6/ago/2019	Compra	811	5,425000	Euronext Lisbon	15.868.905
6/ago/2019	Compra	332	5,425000	Euronext Lisbon	15.869.237
6/ago/2019	Compra	334	5,425000	Euronext Lisbon	15.869.571
6/ago/2019	Compra	2.028	5,425000	Euronext Lisbon	15.871.599
6/ago/2019	Compra	1.218	5,425000	Euronext Lisbon	15.872.817
6/ago/2019	Compra	342	5,425000	Euronext Lisbon	15.873.159
6/ago/2019	Compra	546	5,425000	Euronext Lisbon	15.873.705
6/ago/2019	Compra	320	5,425000	Euronext Lisbon	15.874.025
6/ago/2019	Compra	738	5,425000	Euronext Lisbon	15.874.763
6/ago/2019	Compra	322	5,425000	Euronext Lisbon	15.875.085
6/ago/2019	Compra	738	5,425000	Euronext Lisbon	15.875.823
6/ago/2019	Compra	1.218	5,425000	Euronext Lisbon	15.877.041
6/ago/2019	Compra	2.285	5,425000	Euronext Lisbon	15.879.326
6/ago/2019	Compra	588	5,425000	Euronext Lisbon	15.879.914
6/ago/2019	Compra	597	5,425000	Euronext Lisbon	15.880.511
6/ago/2019	Compra	319	5,425000	Euronext Lisbon	15.880.830
6/ago/2019	Compra	77	5,425000	Euronext Lisbon	15.880.907
6/ago/2019	Compra	1.313	5,425000	Euronext Lisbon	15.882.220
6/ago/2019	Compra	1.313	5,425000	Euronext Lisbon	15.883.533
6/ago/2019	Compra	1.681	5,425000	Euronext Lisbon	15.885.214
6/ago/2019	Compra	411	5,425000	Euronext Lisbon	15.885.625
6/ago/2019	Compra	15	5,425000	Euronext Lisbon	15.885.640
7/ago/2019	Compra	626	5,425000	Euronext Lisbon	15.886.266
7/ago/2019	Compra	4.374	5,425000	Euronext Lisbon	15.890.640
7/ago/2019	Compra	5.000	5,425000	Euronext Lisbon	15.895.640
7/ago/2019	Compra	222	5,425000	Euronext Lisbon	15.895.862
7/ago/2019	Compra	4.778	5,425000	Euronext Lisbon	15.900.640
7/ago/2019	Compra	1.000	5,410000	Euronext Lisbon	15.901.640
7/ago/2019	Compra	2.086	5,420000	Euronext Lisbon	15.903.726
7/ago/2019	Compra	1.914	5,420000	Euronext Lisbon	15.905.640
7/ago/2019	Compra	2.066	5,420000	Euronext Lisbon	15.907.706
7/ago/2019	Compra	2.066	5,420000	Euronext Lisbon	15.909.772
7/ago/2019	Compra	868	5,420000	Euronext Lisbon	15.910.640
7/ago/2019	Compra	1.198	5,420000	Euronext Lisbon	15.911.838
7/ago/2019	Compra	1.600	5,420000	Euronext Lisbon	15.913.438
7/ago/2019	Compra	1.600	5,420000	Euronext Lisbon	15.915.038
7/ago/2019	Compra	602	5,420000	Euronext Lisbon	15.915.640
7/ago/2019	Compra	900	5,425000	Euronext Lisbon	15.916.540
7/ago/2019	Compra	701	5,425000	Euronext Lisbon	15.917.241
7/ago/2019	Compra	1.069	5,425000	Euronext Lisbon	15.918.310
7/ago/2019	Compra	687	5,425000	Euronext Lisbon	15.918.997
7/ago/2019	Compra	500	5,425000	Euronext Lisbon	15.919.497
7/ago/2019	Compra	506	5,425000	Euronext Lisbon	15.920.003
7/ago/2019	Compra	637	5,425000	Euronext Lisbon	15.920.640
7/ago/2019	Compra	144	5,430000	Euronext Lisbon	15.920.784
7/ago/2019	Compra	4.856	5,430000	Euronext Lisbon	15.925.640
7/ago/2019	Compra	1.174	5,430000	Euronext Lisbon	15.926.814
7/ago/2019	Compra	673	5,430000	Euronext Lisbon	15.927.487
7/ago/2019	Compra	1.897	5,430000	Euronext Lisbon	15.929.384
7/ago/2019	Compra	469	5,430000	Euronext Lisbon	15.929.853

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º acções
7/ago/2019	Compra	20	5,430000	Euronext Lisbon	15.929.873
7/ago/2019	Compra	467	5,430000	Euronext Lisbon	15.930.340
7/ago/2019	Compra	1.326	5,435000	Euronext Lisbon	15.931.666
7/ago/2019	Compra	1.061	5,435000	Euronext Lisbon	15.932.727
7/ago/2019	Compra	613	5,435000	Euronext Lisbon	15.933.340
7/ago/2019	Compra	3.427	5,425000	Euronext Lisbon	15.936.767
7/ago/2019	Compra	73	5,425000	Euronext Lisbon	15.936.840
7/ago/2019	Compra	3.427	5,425000	Euronext Lisbon	15.940.267
7/ago/2019	Compra	900	5,425000	Euronext Lisbon	15.941.167
7/ago/2019	Compra	964	5,425000	Euronext Lisbon	15.942.131
7/ago/2019	Compra	964	5,425000	Euronext Lisbon	15.943.095
7/ago/2019	Compra	245	5,425000	Euronext Lisbon	15.943.340
7/ago/2019	Compra	16	5,425000	Euronext Lisbon	15.943.356
7/ago/2019	Compra	492	5,425000	Euronext Lisbon	15.943.848
7/ago/2019	Compra	1.577	5,425000	Euronext Lisbon	15.945.425
7/ago/2019	Compra	693	5,425000	Euronext Lisbon	15.946.118
7/ago/2019	Compra	566	5,425000	Euronext Lisbon	15.946.684
7/ago/2019	Compra	1.934	5,425000	Euronext Lisbon	15.948.618
7/ago/2019	Compra	607	5,425000	Euronext Lisbon	15.949.225
7/ago/2019	Compra	400	5,425000	Euronext Lisbon	15.949.625
7/ago/2019	Compra	400	5,425000	Euronext Lisbon	15.950.025
7/ago/2019	Compra	1.093	5,425000	Euronext Lisbon	15.951.118
7/ago/2019	Compra	889	5,425000	Euronext Lisbon	15.952.007
7/ago/2019	Compra	400	5,425000	Euronext Lisbon	15.952.407
7/ago/2019	Compra	933	5,425000	Euronext Lisbon	15.953.340
7/ago/2019	Compra	5.000	5,405000	Euronext Lisbon	15.958.340
7/ago/2019	Compra	80	5,390000	Euronext Lisbon	15.958.420
7/ago/2019	Compra	1.600	5,390000	Euronext Lisbon	15.960.020
7/ago/2019	Compra	3.283	5,390000	Euronext Lisbon	15.963.303
7/ago/2019	Compra	37	5,390000	Euronext Lisbon	15.963.340
7/ago/2019	Compra	2.500	5,360000	Euronext Lisbon	15.965.840
7/ago/2019	Compra	2.351	5,360000	Euronext Lisbon	15.968.191
7/ago/2019	Compra	280	5,360000	Euronext Lisbon	15.968.471
7/ago/2019	Compra	2.220	5,360000	Euronext Lisbon	15.970.691
7/ago/2019	Compra	1.376	5,360000	Euronext Lisbon	15.972.067
7/ago/2019	Compra	656	5,360000	Euronext Lisbon	15.972.723
7/ago/2019	Compra	468	5,360000	Euronext Lisbon	15.973.191
7/ago/2019	Compra	1.600	5,360000	Euronext Lisbon	15.974.791
7/ago/2019	Compra	900	5,360000	Euronext Lisbon	15.975.691
7/ago/2019	Compra	2.500	5,360000	Euronext Lisbon	15.978.191
7/ago/2019	Compra	149	5,360000	Euronext Lisbon	15.978.340
7/ago/2019	Compra	2.000	5,340000	Euronext Lisbon	15.980.340
7/ago/2019	Compra	4.000	5,340000	Euronext Lisbon	15.984.340
7/ago/2019	Compra	409	5,305000	Euronext Lisbon	15.984.749
7/ago/2019	Compra	862	5,325000	Euronext Lisbon	15.985.611
7/ago/2019	Compra	29	5,325000	Euronext Lisbon	15.985.640
7/ago/2019	Compra	30	5,300000	Euronext Lisbon	15.985.670
7/ago/2019	Compra	626	5,300000	Euronext Lisbon	15.986.296
7/ago/2019	Compra	1.844	5,300000	Euronext Lisbon	15.988.140
7/ago/2019	Compra	1.504	5,300000	Euronext Lisbon	15.989.644

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
7/ago/2019	Compra	996	5,300000	Euronext Lisbon	15.990.640
7/ago/2019	Compra	42	5,300000	Euronext Lisbon	15.990.682
7/ago/2019	Compra	150	5,300000	Euronext Lisbon	15.990.832
7/ago/2019	Compra	608	5,300000	Euronext Lisbon	15.991.440
7/ago/2019	Compra	1.700	5,300000	Euronext Lisbon	15.993.140
7/ago/2019	Compra	2.500	5,300000	Euronext Lisbon	15.995.640
7/ago/2019	Compra	181	5,285000	Euronext Lisbon	15.995.821
7/ago/2019	Compra	1.926	5,285000	Euronext Lisbon	15.997.747
7/ago/2019	Compra	2.893	5,285000	Euronext Lisbon	16.000.640
7/ago/2019	Compra	1.201	5,285000	Euronext Lisbon	16.001.841
7/ago/2019	Compra	1.848	5,285000	Euronext Lisbon	16.003.689
7/ago/2019	Compra	1.951	5,285000	Euronext Lisbon	16.005.640
7/ago/2019	Compra	1.779	5,295000	Euronext Lisbon	16.007.419
7/ago/2019	Compra	3.221	5,295000	Euronext Lisbon	16.010.640
7/ago/2019	Compra	1.784	5,295000	Euronext Lisbon	16.012.424
7/ago/2019	Compra	3.216	5,295000	Euronext Lisbon	16.015.640
7/ago/2019	Compra	71	5,285000	Euronext Lisbon	16.015.711
7/ago/2019	Compra	583	5,300000	Euronext Lisbon	16.016.294
7/ago/2019	Compra	2.100	5,325000	Euronext Lisbon	16.018.394
7/ago/2019	Compra	1.000	5,325000	Euronext Lisbon	16.019.394
7/ago/2019	Compra	487	5,325000	Euronext Lisbon	16.019.881
7/ago/2019	Compra	508	5,325000	Euronext Lisbon	16.020.389
7/ago/2019	Compra	334	5,330000	Euronext Lisbon	16.020.723
7/ago/2019	Compra	487	5,330000	Euronext Lisbon	16.021.210
7/ago/2019	Compra	714	5,330000	Euronext Lisbon	16.021.924
7/ago/2019	Compra	1.000	5,330000	Euronext Lisbon	16.022.924
7/ago/2019	Compra	2.664	5,315000	Euronext Lisbon	16.025.588
7/ago/2019	Compra	16	5,330000	Euronext Lisbon	16.025.604
7/ago/2019	Compra	786	5,330000	Euronext Lisbon	16.026.390
7/ago/2019	Compra	452	5,330000	Euronext Lisbon	16.026.842
7/ago/2019	Compra	673	5,330000	Euronext Lisbon	16.027.515
7/ago/2019	Compra	32	5,330000	Euronext Lisbon	16.027.547
7/ago/2019	Compra	436	5,335000	Euronext Lisbon	16.027.983
7/ago/2019	Compra	478	5,335000	Euronext Lisbon	16.028.461
7/ago/2019	Compra	712	5,335000	Euronext Lisbon	16.029.173
7/ago/2019	Compra	17	5,335000	Euronext Lisbon	16.029.190
7/ago/2019	Compra	1	5,335000	Euronext Lisbon	16.029.191
7/ago/2019	Compra	472	5,340000	Euronext Lisbon	16.029.663
7/ago/2019	Compra	483	5,340000	Euronext Lisbon	16.030.146
7/ago/2019	Compra	478	5,340000	Euronext Lisbon	16.030.624
7/ago/2019	Compra	497	5,340000	Euronext Lisbon	16.031.121
7/ago/2019	Compra	1.000	5,340000	Euronext Lisbon	16.032.121
7/ago/2019	Compra	52	5,340000	Euronext Lisbon	16.032.173
7/ago/2019	Compra	125	5,335000	Euronext Lisbon	16.032.298
7/ago/2019	Compra	499	5,335000	Euronext Lisbon	16.032.797
7/ago/2019	Compra	4.376	5,335000	Euronext Lisbon	16.037.173
7/ago/2019	Compra	2.318	5,330000	Euronext Lisbon	16.039.491
7/ago/2019	Compra	18	5,330000	Euronext Lisbon	16.039.509
7/ago/2019	Compra	240	5,325000	Euronext Lisbon	16.039.749
7/ago/2019	Compra	74	5,325000	Euronext Lisbon	16.039.823

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
7/ago/2019	Compra	479	5,325000	EuronextLisbon	16.040.302
7/ago/2019	Compra	17	5,325000	EuronextLisbon	16.040.319
7/ago/2019	Compra	967	5,325000	EuronextLisbon	16.041.286
7/ago/2019	Compra	1.116	5,325000	EuronextLisbon	16.042.402
7/ago/2019	Compra	49	5,325000	EuronextLisbon	16.042.451
7/ago/2019	Compra	874	5,325000	EuronextLisbon	16.043.325
7/ago/2019	Compra	268	5,325000	EuronextLisbon	16.043.593
7/ago/2019	Compra	300	5,335000	EuronextLisbon	16.043.893
7/ago/2019	Compra	2.529	5,335000	EuronextLisbon	16.046.422
7/ago/2019	Compra	694	5,335000	EuronextLisbon	16.047.116
7/ago/2019	Compra	16	5,335000	EuronextLisbon	16.047.132
7/ago/2019	Compra	385	5,335000	EuronextLisbon	16.047.517
7/ago/2019	Compra	1.263	5,335000	EuronextLisbon	16.048.780
7/ago/2019	Compra	850	5,335000	EuronextLisbon	16.049.630
7/ago/2019	Compra	1.995	5,335000	EuronextLisbon	16.051.625
7/ago/2019	Compra	378	5,335000	EuronextLisbon	16.052.003
7/ago/2019	Compra	64	5,335000	EuronextLisbon	16.052.067
7/ago/2019	Compra	603	5,350000	EuronextLisbon	16.052.670
7/ago/2019	Compra	473	5,350000	EuronextLisbon	16.053.143
7/ago/2019	Compra	839	5,350000	EuronextLisbon	16.053.982
7/ago/2019	Compra	657	5,350000	EuronextLisbon	16.054.639
7/ago/2019	Compra	1	5,350000	EuronextLisbon	16.054.640
7/ago/2019	Compra	473	5,350000	EuronextLisbon	16.055.113
7/ago/2019	Compra	486	5,350000	EuronextLisbon	16.055.599
7/ago/2019	Compra	652	5,360000	EuronextLisbon	16.056.251
7/ago/2019	Compra	487	5,360000	EuronextLisbon	16.056.738
7/ago/2019	Compra	3.900	5,360000	EuronextLisbon	16.060.638
7/ago/2019	Compra	6.223	5,360000	EuronextLisbon	16.066.861
7/ago/2019	Compra	478	5,360000	EuronextLisbon	16.067.339
7/ago/2019	Compra	2.435	5,345000	EuronextLisbon	16.069.774
7/ago/2019	Compra	78	5,345000	EuronextLisbon	16.069.852
7/ago/2019	Compra	487	5,345000	EuronextLisbon	16.070.339
7/ago/2019	Compra	282	5,345000	EuronextLisbon	16.070.621
7/ago/2019	Compra	211	5,345000	EuronextLisbon	16.070.832
7/ago/2019	Compra	17	5,350000	EuronextLisbon	16.070.849
7/ago/2019	Compra	632	5,350000	EuronextLisbon	16.071.481
7/ago/2019	Compra	17	5,350000	EuronextLisbon	16.071.498
7/ago/2019	Compra	82	5,350000	EuronextLisbon	16.071.580
7/ago/2019	Compra	506	5,360000	EuronextLisbon	16.072.086
7/ago/2019	Compra	2.000	5,360000	EuronextLisbon	16.074.086
7/ago/2019	Compra	646	5,360000	EuronextLisbon	16.074.732
7/ago/2019	Compra	424	5,360000	EuronextLisbon	16.075.156
7/ago/2019	Compra	2.429	5,360000	EuronextLisbon	16.077.585
7/ago/2019	Compra	2.547	5,360000	EuronextLisbon	16.080.132
7/ago/2019	Compra	242	5,360000	EuronextLisbon	16.080.374
7/ago/2019	Compra	3.000	5,360000	EuronextLisbon	16.083.374
7/ago/2019	Compra	2.298	5,360000	EuronextLisbon	16.085.672
8/ago/2019	Compra	215	5,430000	EuronextLisbon	16.085.887
8/ago/2019	Compra	510	5,435000	EuronextLisbon	16.086.397
8/ago/2019	Compra	2.500	5,440000	EuronextLisbon	16.088.897

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
8/ago/2019	Compra	510	5,440000	EuronextLisbon	16.089.407
8/ago/2019	Compra	290	5,440000	EuronextLisbon	16.089.697
8/ago/2019	Compra	15.645	5,445000	EuronextLisbon	16.105.342
8/ago/2019	Compra	515	5,445000	EuronextLisbon	16.105.857
8/ago/2019	Compra	500	5,445000	EuronextLisbon	16.106.357
8/ago/2019	Compra	1.988	5,445000	EuronextLisbon	16.108.345
8/ago/2019	Compra	372	5,445000	EuronextLisbon	16.108.717
8/ago/2019	Compra	400	5,400000	EuronextLisbon	16.109.117
8/ago/2019	Compra	400	5,400000	EuronextLisbon	16.109.517
8/ago/2019	Compra	400	5,400000	EuronextLisbon	16.109.917
8/ago/2019	Compra	3.731	5,400000	EuronextLisbon	16.113.648
8/ago/2019	Compra	3.200	5,400000	EuronextLisbon	16.116.848
8/ago/2019	Compra	1.129	5,400000	EuronextLisbon	16.117.977
8/ago/2019	Compra	1.129	5,400000	EuronextLisbon	16.119.106
8/ago/2019	Compra	400	5,400000	EuronextLisbon	16.119.506
8/ago/2019	Compra	5.476	5,400000	EuronextLisbon	16.124.982
8/ago/2019	Compra	400	5,400000	EuronextLisbon	16.125.382
8/ago/2019	Compra	400	5,400000	EuronextLisbon	16.125.782
8/ago/2019	Compra	1.455	5,400000	EuronextLisbon	16.127.237
8/ago/2019	Compra	613	5,420000	EuronextLisbon	16.127.850
8/ago/2019	Compra	1.672	5,420000	EuronextLisbon	16.129.522
8/ago/2019	Compra	215	5,420000	EuronextLisbon	16.129.737
8/ago/2019	Compra	1.672	5,420000	EuronextLisbon	16.131.409
8/ago/2019	Compra	2.500	5,420000	EuronextLisbon	16.133.909
8/ago/2019	Compra	200	5,420000	EuronextLisbon	16.134.109
8/ago/2019	Compra	2.500	5,420000	EuronextLisbon	16.136.609
8/ago/2019	Compra	628	5,420000	EuronextLisbon	16.137.237
8/ago/2019	Compra	368	5,425000	EuronextLisbon	16.137.605
8/ago/2019	Compra	1.180	5,425000	EuronextLisbon	16.138.785
8/ago/2019	Compra	477	5,425000	EuronextLisbon	16.139.262
8/ago/2019	Compra	583	5,425000	EuronextLisbon	16.139.845
8/ago/2019	Compra	476	5,430000	EuronextLisbon	16.140.321
8/ago/2019	Compra	1.884	5,430000	EuronextLisbon	16.142.205
8/ago/2019	Compra	32	5,430000	EuronextLisbon	16.142.237
8/ago/2019	Compra	2.000	5,450000	EuronextLisbon	16.144.237
8/ago/2019	Compra	1.000	5,450000	EuronextLisbon	16.145.237
8/ago/2019	Compra	1.286	5,450000	EuronextLisbon	16.146.523
8/ago/2019	Compra	1.909	5,450000	EuronextLisbon	16.148.432
8/ago/2019	Compra	200	5,450000	EuronextLisbon	16.148.632
8/ago/2019	Compra	2.000	5,450000	EuronextLisbon	16.150.632
8/ago/2019	Compra	1.216	5,450000	EuronextLisbon	16.151.848
8/ago/2019	Compra	389	5,450000	EuronextLisbon	16.152.237
8/ago/2019	Compra	700	5,445000	EuronextLisbon	16.152.937
8/ago/2019	Compra	655	5,445000	EuronextLisbon	16.153.592
8/ago/2019	Compra	232	5,445000	EuronextLisbon	16.153.824
8/ago/2019	Compra	546	5,445000	EuronextLisbon	16.154.370
8/ago/2019	Compra	850	5,450000	EuronextLisbon	16.155.220
8/ago/2019	Compra	487	5,450000	EuronextLisbon	16.155.707
8/ago/2019	Compra	597	5,450000	EuronextLisbon	16.156.304
8/ago/2019	Compra	650	5,455000	EuronextLisbon	16.156.954

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
8/ago/2019	Compra	625	5,455000	Euronext Lisbon	16.157.579
8/ago/2019	Compra	487	5,455000	Euronext Lisbon	16.158.066
8/ago/2019	Compra	731	5,455000	Euronext Lisbon	16.158.797
8/ago/2019	Compra	3.440	5,460000	Euronext Lisbon	16.162.237
8/ago/2019	Compra	530	5,480000	Euronext Lisbon	16.162.767
8/ago/2019	Compra	2.000	5,480000	Euronext Lisbon	16.164.767
8/ago/2019	Compra	363	5,480000	Euronext Lisbon	16.165.130
8/ago/2019	Compra	2.107	5,480000	Euronext Lisbon	16.167.237
8/ago/2019	Compra	5.000	5,480000	Euronext Lisbon	16.172.237
8/ago/2019	Compra	240	5,480000	Euronext Lisbon	16.172.477
8/ago/2019	Compra	1.174	5,480000	Euronext Lisbon	16.173.651
8/ago/2019	Compra	475	5,480000	Euronext Lisbon	16.174.126
8/ago/2019	Compra	389	5,480000	Euronext Lisbon	16.174.515
8/ago/2019	Compra	845	5,480000	Euronext Lisbon	16.175.360
8/ago/2019	Compra	2.000	5,485000	Euronext Lisbon	16.177.360
8/ago/2019	Compra	415	5,485000	Euronext Lisbon	16.177.775
8/ago/2019	Compra	492	5,485000	Euronext Lisbon	16.178.267
8/ago/2019	Compra	240	5,485000	Euronext Lisbon	16.178.507
8/ago/2019	Compra	210	5,485000	Euronext Lisbon	16.178.717
8/ago/2019	Compra	629	5,490000	Euronext Lisbon	16.179.346
8/ago/2019	Compra	619	5,490000	Euronext Lisbon	16.179.965
8/ago/2019	Compra	477	5,490000	Euronext Lisbon	16.180.442
8/ago/2019	Compra	385	5,490000	Euronext Lisbon	16.180.827
8/ago/2019	Compra	437	5,490000	Euronext Lisbon	16.181.264
8/ago/2019	Compra	477	5,495000	Euronext Lisbon	16.181.741
8/ago/2019	Compra	360	5,495000	Euronext Lisbon	16.182.101
8/ago/2019	Compra	678	5,495000	Euronext Lisbon	16.182.779
8/ago/2019	Compra	250	5,500000	Euronext Lisbon	16.183.029
8/ago/2019	Compra	2.000	5,500000	Euronext Lisbon	16.185.029
8/ago/2019	Compra	492	5,500000	Euronext Lisbon	16.185.521
8/ago/2019	Compra	151	5,500000	Euronext Lisbon	16.185.672
9/ago/2019	Compra	1.100	5,515000	Euronext Lisbon	16.186.772
9/ago/2019	Compra	802	5,515000	Euronext Lisbon	16.187.574
9/ago/2019	Compra	1.600	5,515000	Euronext Lisbon	16.189.174
9/ago/2019	Compra	1.498	5,515000	Euronext Lisbon	16.190.672
9/ago/2019	Compra	1.800	5,515000	Euronext Lisbon	16.192.472
9/ago/2019	Compra	498	5,515000	Euronext Lisbon	16.192.970
9/ago/2019	Compra	2.005	5,515000	Euronext Lisbon	16.194.975
9/ago/2019	Compra	697	5,515000	Euronext Lisbon	16.195.672
9/ago/2019	Compra	10	5,515000	Euronext Lisbon	16.195.682
9/ago/2019	Compra	3.990	5,515000	Euronext Lisbon	16.199.672
9/ago/2019	Compra	1.000	5,515000	Euronext Lisbon	16.200.672
9/ago/2019	Compra	3.600	5,515000	Euronext Lisbon	16.204.272
9/ago/2019	Compra	1.400	5,515000	Euronext Lisbon	16.205.672
9/ago/2019	Compra	1.400	5,515000	Euronext Lisbon	16.207.072
9/ago/2019	Compra	626	5,515000	Euronext Lisbon	16.207.698
9/ago/2019	Compra	1.256	5,515000	Euronext Lisbon	16.208.954
9/ago/2019	Compra	1.026	5,515000	Euronext Lisbon	16.209.980
9/ago/2019	Compra	645	5,515000	Euronext Lisbon	16.210.625
9/ago/2019	Compra	47	5,515000	Euronext Lisbon	16.210.672

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
9/ago/2019	Compra	626	5,525000	Euronext Lisbon	16.211.298
9/ago/2019	Compra	4.374	5,525000	Euronext Lisbon	16.215.672
9/ago/2019	Compra	5.000	5,525000	Euronext Lisbon	16.220.672
9/ago/2019	Compra	1.650	5,525000	Euronext Lisbon	16.222.322
9/ago/2019	Compra	2.200	5,525000	Euronext Lisbon	16.224.522
9/ago/2019	Compra	2.800	5,525000	Euronext Lisbon	16.227.322
9/ago/2019	Compra	2.800	5,525000	Euronext Lisbon	16.230.122
9/ago/2019	Compra	1.800	5,525000	Euronext Lisbon	16.231.922
9/ago/2019	Compra	400	5,525000	Euronext Lisbon	16.232.322
9/ago/2019	Compra	812	5,525000	Euronext Lisbon	16.233.134
9/ago/2019	Compra	400	5,525000	Euronext Lisbon	16.233.534
9/ago/2019	Compra	400	5,525000	Euronext Lisbon	16.233.934
9/ago/2019	Compra	400	5,525000	Euronext Lisbon	16.234.334
9/ago/2019	Compra	400	5,525000	Euronext Lisbon	16.234.734
9/ago/2019	Compra	400	5,525000	Euronext Lisbon	16.235.134
9/ago/2019	Compra	400	5,525000	Euronext Lisbon	16.235.534
9/ago/2019	Compra	138	5,525000	Euronext Lisbon	16.235.672
9/ago/2019	Compra	1.128	5,520000	Euronext Lisbon	16.236.800
9/ago/2019	Compra	3.872	5,520000	Euronext Lisbon	16.240.672
9/ago/2019	Compra	3.929	5,520000	Euronext Lisbon	16.244.601
9/ago/2019	Compra	1.071	5,520000	Euronext Lisbon	16.245.672
9/ago/2019	Compra	3.049	5,520000	Euronext Lisbon	16.248.721
9/ago/2019	Compra	513	5,520000	Euronext Lisbon	16.249.234
9/ago/2019	Compra	1.438	5,520000	Euronext Lisbon	16.250.672
9/ago/2019	Compra	1.486	5,520000	Euronext Lisbon	16.252.158
9/ago/2019	Compra	3.514	5,520000	Euronext Lisbon	16.255.672
9/ago/2019	Compra	4.800	5,520000	Euronext Lisbon	16.260.472
9/ago/2019	Compra	200	5,520000	Euronext Lisbon	16.260.672
9/ago/2019	Compra	3.004	5,495000	Euronext Lisbon	16.263.676
9/ago/2019	Compra	1.996	5,495000	Euronext Lisbon	16.265.672
9/ago/2019	Compra	1.586	5,495000	Euronext Lisbon	16.267.258
9/ago/2019	Compra	3.085	5,495000	Euronext Lisbon	16.270.343
9/ago/2019	Compra	329	5,495000	Euronext Lisbon	16.270.672
9/ago/2019	Compra	1.089	5,495000	Euronext Lisbon	16.271.761
9/ago/2019	Compra	3.085	5,495000	Euronext Lisbon	16.274.846
9/ago/2019	Compra	1.416	5,495000	Euronext Lisbon	16.276.262
9/ago/2019	Compra	499	5,495000	Euronext Lisbon	16.276.761
9/ago/2019	Compra	126	5,495000	Euronext Lisbon	16.276.887
9/ago/2019	Compra	125	5,495000	Euronext Lisbon	16.277.012
9/ago/2019	Compra	800	5,465000	Euronext Lisbon	16.277.812
9/ago/2019	Compra	2.475	5,465000	Euronext Lisbon	16.280.287
9/ago/2019	Compra	1.600	5,465000	Euronext Lisbon	16.281.887
9/ago/2019	Compra	1.600	5,465000	Euronext Lisbon	16.283.487
9/ago/2019	Compra	990	5,465000	Euronext Lisbon	16.284.477
9/ago/2019	Compra	313	5,465000	Euronext Lisbon	16.284.790
9/ago/2019	Compra	720	5,465000	Euronext Lisbon	16.285.510
9/ago/2019	Compra	162	5,465000	Euronext Lisbon	16.285.672
9/ago/2019	Compra	277	5,475000	Euronext Lisbon	16.285.949
9/ago/2019	Compra	1.093	5,475000	Euronext Lisbon	16.287.042
9/ago/2019	Compra	625	5,475000	Euronext Lisbon	16.287.667

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
9/ago/2019	Compra	1.800	5,500000	Euronext Lisbon	16.289.467
9/ago/2019	Compra	3.200	5,500000	Euronext Lisbon	16.292.667
9/ago/2019	Compra	1.017	5,495000	Euronext Lisbon	16.293.684
9/ago/2019	Compra	1.104	5,495000	Euronext Lisbon	16.294.788
9/ago/2019	Compra	1.074	5,495000	Euronext Lisbon	16.295.862
9/ago/2019	Compra	1.104	5,495000	Euronext Lisbon	16.296.966
9/ago/2019	Compra	1	5,495000	Euronext Lisbon	16.296.967
9/ago/2019	Compra	497	5,495000	Euronext Lisbon	16.297.464
9/ago/2019	Compra	915	5,495000	Euronext Lisbon	16.298.379
9/ago/2019	Compra	410	5,495000	Euronext Lisbon	16.298.789
9/ago/2019	Compra	1.000	5,495000	Euronext Lisbon	16.299.789
9/ago/2019	Compra	601	5,495000	Euronext Lisbon	16.300.390
9/ago/2019	Compra	102	5,495000	Euronext Lisbon	16.300.492
9/ago/2019	Compra	1.101	5,495000	Euronext Lisbon	16.301.593
9/ago/2019	Compra	523	5,495000	Euronext Lisbon	16.302.116
9/ago/2019	Compra	497	5,490000	Euronext Lisbon	16.302.613
9/ago/2019	Compra	432	5,490000	Euronext Lisbon	16.303.045
9/ago/2019	Compra	1.573	5,490000	Euronext Lisbon	16.304.618
9/ago/2019	Compra	3.200	5,500000	Euronext Lisbon	16.307.818
9/ago/2019	Compra	1.036	5,500000	Euronext Lisbon	16.308.854
9/ago/2019	Compra	764	5,500000	Euronext Lisbon	16.309.618
9/ago/2019	Compra	113	5,485000	Euronext Lisbon	16.309.731
9/ago/2019	Compra	2.892	5,485000	Euronext Lisbon	16.312.623
9/ago/2019	Compra	5.000	5,480000	Euronext Lisbon	16.317.623
9/ago/2019	Compra	230	5,470000	Euronext Lisbon	16.317.853
9/ago/2019	Compra	1	5,470000	Euronext Lisbon	16.317.854
9/ago/2019	Compra	1.111	5,470000	Euronext Lisbon	16.318.965
9/ago/2019	Compra	495	5,470000	Euronext Lisbon	16.319.460
9/ago/2019	Compra	1.219	5,470000	Euronext Lisbon	16.320.679
9/ago/2019	Compra	194	5,485000	Euronext Lisbon	16.320.873
9/ago/2019	Compra	460	5,485000	Euronext Lisbon	16.321.333
9/ago/2019	Compra	434	5,485000	Euronext Lisbon	16.321.767
9/ago/2019	Compra	102	5,485000	Euronext Lisbon	16.321.869
9/ago/2019	Compra	1	5,485000	Euronext Lisbon	16.321.870
9/ago/2019	Compra	524	5,485000	Euronext Lisbon	16.322.394
9/ago/2019	Compra	297	5,485000	Euronext Lisbon	16.322.691
9/ago/2019	Compra	1.229	5,485000	Euronext Lisbon	16.323.920
9/ago/2019	Compra	478	5,485000	Euronext Lisbon	16.324.398
9/ago/2019	Compra	1.179	5,485000	Euronext Lisbon	16.325.577
9/ago/2019	Compra	523	5,485000	Euronext Lisbon	16.326.100
9/ago/2019	Compra	2.000	5,495000	Euronext Lisbon	16.328.100
9/ago/2019	Compra	2.148	5,495000	Euronext Lisbon	16.330.248
9/ago/2019	Compra	852	5,495000	Euronext Lisbon	16.331.100
9/ago/2019	Compra	590	5,495000	Euronext Lisbon	16.331.690
9/ago/2019	Compra	120	5,495000	Euronext Lisbon	16.331.810
9/ago/2019	Compra	545	5,495000	Euronext Lisbon	16.332.355
9/ago/2019	Compra	464	5,495000	Euronext Lisbon	16.332.819
9/ago/2019	Compra	896	5,495000	Euronext Lisbon	16.333.715
9/ago/2019	Compra	1.116	5,495000	Euronext Lisbon	16.334.831
9/ago/2019	Compra	4.419	5,490000	Euronext Lisbon	16.339.250

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º acções
9/ago/2019	Compra	663	5,490000	Euronext Lisbon	16.339.913
9/ago/2019	Compra	506	5,490000	Euronext Lisbon	16.340.419
9/ago/2019	Compra	412	5,495000	Euronext Lisbon	16.340.831
9/ago/2019	Compra	1.000	5,495000	Euronext Lisbon	16.341.831
9/ago/2019	Compra	78	5,495000	Euronext Lisbon	16.341.909
9/ago/2019	Compra	506	5,495000	Euronext Lisbon	16.342.415
9/ago/2019	Compra	684	5,495000	Euronext Lisbon	16.343.099
9/ago/2019	Compra	732	5,495000	Euronext Lisbon	16.343.831
9/ago/2019	Compra	325	5,500000	Euronext Lisbon	16.344.156
9/ago/2019	Compra	500	5,500000	Euronext Lisbon	16.344.656
9/ago/2019	Compra	1.000	5,500000	Euronext Lisbon	16.345.656
9/ago/2019	Compra	495	5,500000	Euronext Lisbon	16.346.151
9/ago/2019	Compra	891	5,500000	Euronext Lisbon	16.347.042
9/ago/2019	Compra	405	5,500000	Euronext Lisbon	16.347.447
9/ago/2019	Compra	506	5,500000	Euronext Lisbon	16.347.953
9/ago/2019	Compra	875	5,500000	Euronext Lisbon	16.348.828
9/ago/2019	Compra	3	5,500000	Euronext Lisbon	16.348.831
9/ago/2019	Compra	70	5,495000	Euronext Lisbon	16.348.901
9/ago/2019	Compra	38	5,495000	Euronext Lisbon	16.348.939
9/ago/2019	Compra	302	5,500000	Euronext Lisbon	16.349.241
9/ago/2019	Compra	1.504	5,500000	Euronext Lisbon	16.350.745
9/ago/2019	Compra	151	5,500000	Euronext Lisbon	16.350.896
9/ago/2019	Compra	48	5,500000	Euronext Lisbon	16.350.944
9/ago/2019	Compra	2.887	5,500000	Euronext Lisbon	16.353.831
12/ago/2019	Compra	441	5,430000	Euronext Lisbon	16.354.272
12/ago/2019	Compra	471	5,435000	Euronext Lisbon	16.354.743
12/ago/2019	Compra	1.088	5,435000	Euronext Lisbon	16.355.831
12/ago/2019	Compra	1.088	5,435000	Euronext Lisbon	16.356.919
12/ago/2019	Compra	912	5,435000	Euronext Lisbon	16.357.831
12/ago/2019	Compra	1.588	5,435000	Euronext Lisbon	16.359.419
12/ago/2019	Compra	588	5,435000	Euronext Lisbon	16.360.007
12/ago/2019	Compra	912	5,435000	Euronext Lisbon	16.360.919
12/ago/2019	Compra	500	5,435000	Euronext Lisbon	16.361.419
12/ago/2019	Compra	912	5,435000	Euronext Lisbon	16.362.331
12/ago/2019	Compra	1.088	5,435000	Euronext Lisbon	16.363.419
12/ago/2019	Compra	412	5,435000	Euronext Lisbon	16.363.831
12/ago/2019	Compra	96	5,420000	Euronext Lisbon	16.363.927
12/ago/2019	Compra	400	5,420000	Euronext Lisbon	16.364.327
12/ago/2019	Compra	504	5,420000	Euronext Lisbon	16.364.831
12/ago/2019	Compra	400	5,420000	Euronext Lisbon	16.365.231
12/ago/2019	Compra	400	5,420000	Euronext Lisbon	16.365.631
12/ago/2019	Compra	200	5,420000	Euronext Lisbon	16.365.831
12/ago/2019	Compra	232	5,440000	Euronext Lisbon	16.366.063
12/ago/2019	Compra	370	5,445000	Euronext Lisbon	16.366.433
12/ago/2019	Compra	750	5,445000	Euronext Lisbon	16.367.183
12/ago/2019	Compra	494	5,445000	Euronext Lisbon	16.367.677
12/ago/2019	Compra	223	5,445000	Euronext Lisbon	16.367.900
12/ago/2019	Compra	513	5,450000	Euronext Lisbon	16.368.413
12/ago/2019	Compra	1.000	5,450000	Euronext Lisbon	16.369.413
12/ago/2019	Compra	2.270	5,450000	Euronext Lisbon	16.371.683

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
12/ago/2019	Compra	299	5,450000	Euronext Lisbon	16.371.982
12/ago/2019	Compra	740	5,450000	Euronext Lisbon	16.372.722
12/ago/2019	Compra	602	5,450000	Euronext Lisbon	16.373.324
12/ago/2019	Compra	400	5,435000	Euronext Lisbon	16.373.724
12/ago/2019	Compra	600	5,435000	Euronext Lisbon	16.374.324
12/ago/2019	Compra	400	5,435000	Euronext Lisbon	16.374.724
12/ago/2019	Compra	237	5,435000	Euronext Lisbon	16.374.961
12/ago/2019	Compra	363	5,435000	Euronext Lisbon	16.375.324
12/ago/2019	Compra	1.000	5,435000	Euronext Lisbon	16.376.324
12/ago/2019	Compra	1.000	5,435000	Euronext Lisbon	16.377.324
12/ago/2019	Compra	1.000	5,420000	Euronext Lisbon	16.378.324
12/ago/2019	Compra	1.000	5,420000	Euronext Lisbon	16.379.324
12/ago/2019	Compra	1.000	5,420000	Euronext Lisbon	16.380.324
12/ago/2019	Compra	1.000	5,420000	Euronext Lisbon	16.381.324
12/ago/2019	Compra	1.000	5,400000	Euronext Lisbon	16.382.324
12/ago/2019	Compra	1.000	5,400000	Euronext Lisbon	16.383.324
12/ago/2019	Compra	1.000	5,400000	Euronext Lisbon	16.384.324
12/ago/2019	Compra	2.000	5,400000	Euronext Lisbon	16.386.324
12/ago/2019	Compra	270	5,410000	Euronext Lisbon	16.386.594
12/ago/2019	Compra	499	5,410000	Euronext Lisbon	16.387.093
12/ago/2019	Compra	462	5,410000	Euronext Lisbon	16.387.555
12/ago/2019	Compra	430	5,410000	Euronext Lisbon	16.387.985
12/ago/2019	Compra	425	5,410000	Euronext Lisbon	16.388.410
12/ago/2019	Compra	61	5,410000	Euronext Lisbon	16.388.471
12/ago/2019	Compra	476	5,415000	Euronext Lisbon	16.388.947
12/ago/2019	Compra	390	5,415000	Euronext Lisbon	16.389.337
12/ago/2019	Compra	1.000	5,405000	Euronext Lisbon	16.390.337
12/ago/2019	Compra	769	5,405000	Euronext Lisbon	16.391.106
12/ago/2019	Compra	231	5,405000	Euronext Lisbon	16.391.337
12/ago/2019	Compra	1.000	5,405000	Euronext Lisbon	16.392.337
12/ago/2019	Compra	1.000	5,405000	Euronext Lisbon	16.393.337
12/ago/2019	Compra	376	5,415000	Euronext Lisbon	16.393.713
12/ago/2019	Compra	513	5,415000	Euronext Lisbon	16.394.226
12/ago/2019	Compra	654	5,415000	Euronext Lisbon	16.394.880
12/ago/2019	Compra	644	5,415000	Euronext Lisbon	16.395.524
12/ago/2019	Compra	1.202	5,415000	Euronext Lisbon	16.396.726
12/ago/2019	Compra	1.846	5,415000	Euronext Lisbon	16.398.572
12/ago/2019	Compra	612	5,415000	Euronext Lisbon	16.399.184
12/ago/2019	Compra	499	5,430000	Euronext Lisbon	16.399.683
12/ago/2019	Compra	486	5,430000	Euronext Lisbon	16.400.169
12/ago/2019	Compra	498	5,430000	Euronext Lisbon	16.400.667
12/ago/2019	Compra	494	5,435000	Euronext Lisbon	16.401.161
12/ago/2019	Compra	426	5,435000	Euronext Lisbon	16.401.587
12/ago/2019	Compra	1.825	5,435000	Euronext Lisbon	16.403.412
12/ago/2019	Compra	430	5,435000	Euronext Lisbon	16.403.842
12/ago/2019	Compra	430	5,435000	Euronext Lisbon	16.404.272
12/ago/2019	Compra	18	5,430000	Euronext Lisbon	16.404.290
12/ago/2019	Compra	1.800	5,430000	Euronext Lisbon	16.406.090
12/ago/2019	Compra	389	5,430000	Euronext Lisbon	16.406.479
12/ago/2019	Compra	293	5,430000	Euronext Lisbon	16.406.772

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
12/ago/2019	Compra	2.189	5,430000	Euronext Lisbon	16.408.961
12/ago/2019	Compra	311	5,430000	Euronext Lisbon	16.409.272
12/ago/2019	Compra	12	5,430000	Euronext Lisbon	16.409.284
12/ago/2019	Compra	482	5,435000	Euronext Lisbon	16.409.766
12/ago/2019	Compra	357	5,435000	Euronext Lisbon	16.410.123
12/ago/2019	Compra	1.404	5,435000	Euronext Lisbon	16.411.527
12/ago/2019	Compra	1.124	5,435000	Euronext Lisbon	16.412.651
12/ago/2019	Compra	490	5,435000	Euronext Lisbon	16.413.141
12/ago/2019	Compra	889	5,430000	Euronext Lisbon	16.414.030
12/ago/2019	Compra	18	5,430000	Euronext Lisbon	16.414.048
12/ago/2019	Compra	167	5,430000	Euronext Lisbon	16.414.215
12/ago/2019	Compra	896	5,430000	Euronext Lisbon	16.415.111
12/ago/2019	Compra	50	5,430000	Euronext Lisbon	16.415.161
12/ago/2019	Compra	61	5,430000	Euronext Lisbon	16.415.222
12/ago/2019	Compra	7	5,455000	Euronext Lisbon	16.415.229
12/ago/2019	Compra	98	5,455000	Euronext Lisbon	16.415.327
12/ago/2019	Compra	59	5,455000	Euronext Lisbon	16.415.386
12/ago/2019	Compra	407	5,455000	Euronext Lisbon	16.415.793
12/ago/2019	Compra	2.500	5,455000	Euronext Lisbon	16.418.293
12/ago/2019	Compra	2.200	5,455000	Euronext Lisbon	16.420.493
12/ago/2019	Compra	265	5,455000	Euronext Lisbon	16.420.758
12/ago/2019	Compra	35	5,455000	Euronext Lisbon	16.420.793
12/ago/2019	Compra	98	5,455000	Euronext Lisbon	16.420.891
12/ago/2019	Compra	2.402	5,455000	Euronext Lisbon	16.423.293
12/ago/2019	Compra	523	5,455000	Euronext Lisbon	16.423.816
12/ago/2019	Compra	837	5,455000	Euronext Lisbon	16.424.653
12/ago/2019	Compra	1.140	5,455000	Euronext Lisbon	16.425.793
12/ago/2019	Compra	1.482	5,455000	Euronext Lisbon	16.427.275
12/ago/2019	Compra	1.018	5,455000	Euronext Lisbon	16.428.293
12/ago/2019	Compra	186	5,455000	Euronext Lisbon	16.428.479
12/ago/2019	Compra	310	5,470000	Euronext Lisbon	16.428.789
12/ago/2019	Compra	530	5,470000	Euronext Lisbon	16.429.319
12/ago/2019	Compra	344	5,475000	Euronext Lisbon	16.429.663
12/ago/2019	Compra	485	5,475000	Euronext Lisbon	16.430.148
12/ago/2019	Compra	505	5,475000	Euronext Lisbon	16.430.653
12/ago/2019	Compra	670	5,475000	Euronext Lisbon	16.431.323
12/ago/2019	Compra	1.189	5,475000	Euronext Lisbon	16.432.512
12/ago/2019	Compra	471	5,480000	Euronext Lisbon	16.432.983
12/ago/2019	Compra	528	5,480000	Euronext Lisbon	16.433.511
12/ago/2019	Compra	682	5,480000	Euronext Lisbon	16.434.193
12/ago/2019	Compra	678	5,480000	Euronext Lisbon	16.434.871
12/ago/2019	Compra	2.500	5,475000	Euronext Lisbon	16.437.371
12/ago/2019	Compra	270	5,475000	Euronext Lisbon	16.437.641
12/ago/2019	Compra	652	5,480000	Euronext Lisbon	16.438.293
12/ago/2019	Compra	323	5,480000	Euronext Lisbon	16.438.616
12/ago/2019	Compra	61	5,480000	Euronext Lisbon	16.438.677
12/ago/2019	Compra	513	5,485000	Euronext Lisbon	16.439.190
12/ago/2019	Compra	534	5,485000	Euronext Lisbon	16.439.724
12/ago/2019	Compra	1.000	5,485000	Euronext Lisbon	16.440.724
12/ago/2019	Compra	69	5,480000	Euronext Lisbon	16.440.793
12/ago/2019	Compra	517	5,480000	Euronext Lisbon	16.441.310
12/ago/2019	Compra	330	5,485000	Euronext Lisbon	16.441.640

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
12/ago/2019	Compra	678	5,485000	Euronext Lisbon	16.442.318
12/ago/2019	Compra	490	5,485000	Euronext Lisbon	16.442.808
12/ago/2019	Compra	393	5,485000	Euronext Lisbon	16.443.201
12/ago/2019	Compra	504	5,490000	Euronext Lisbon	16.443.705
12/ago/2019	Compra	661	5,490000	Euronext Lisbon	16.444.366
12/ago/2019	Compra	403	5,490000	Euronext Lisbon	16.444.769
12/ago/2019	Compra	75	5,475000	Euronext Lisbon	16.444.844
12/ago/2019	Compra	1.685	5,475000	Euronext Lisbon	16.446.529
12/ago/2019	Compra	470	5,475000	Euronext Lisbon	16.446.999
12/ago/2019	Compra	2.500	5,475000	Euronext Lisbon	16.449.499
12/ago/2019	Compra	593	5,475000	Euronext Lisbon	16.450.092
12/ago/2019	Compra	1.800	5,475000	Euronext Lisbon	16.451.892
12/ago/2019	Compra	107	5,475000	Euronext Lisbon	16.451.999
12/ago/2019	Compra	1.439	5,470000	Euronext Lisbon	16.453.438
12/ago/2019	Compra	393	5,470000	Euronext Lisbon	16.453.831
12/ago/2019	Compra	1.712	5,455000	Euronext Lisbon	16.455.543
12/ago/2019	Compra	288	5,455000	Euronext Lisbon	16.455.831
12/ago/2019	Compra	525	5,455000	Euronext Lisbon	16.456.356
12/ago/2019	Compra	26	5,455000	Euronext Lisbon	16.456.382
12/ago/2019	Compra	1.400	5,455000	Euronext Lisbon	16.457.782
12/ago/2019	Compra	49	5,455000	Euronext Lisbon	16.457.831
12/ago/2019	Compra	1.416	5,455000	Euronext Lisbon	16.459.247
12/ago/2019	Compra	584	5,455000	Euronext Lisbon	16.459.831
12/ago/2019	Compra	457	5,455000	Euronext Lisbon	16.460.288
12/ago/2019	Compra	765	5,455000	Euronext Lisbon	16.461.053
12/ago/2019	Compra	778	5,455000	Euronext Lisbon	16.461.831
12/ago/2019	Compra	2.000	5,455000	Euronext Lisbon	16.463.831
12/ago/2019	Compra	1	5,430000	Euronext Lisbon	16.463.832
12/ago/2019	Compra	808	5,430000	Euronext Lisbon	16.464.640
12/ago/2019	Compra	791	5,430000	Euronext Lisbon	16.465.431
12/ago/2019	Compra	730	5,455000	Euronext Lisbon	16.466.161
12/ago/2019	Compra	544	5,455000	Euronext Lisbon	16.466.705
12/ago/2019	Compra	1.000	5,455000	Euronext Lisbon	16.467.705
12/ago/2019	Compra	6	5,455000	Euronext Lisbon	16.467.711
12/ago/2019	Compra	567	5,455000	Euronext Lisbon	16.468.278
12/ago/2019	Compra	124	5,455000	Euronext Lisbon	16.468.402
12/ago/2019	Compra	490	5,460000	Euronext Lisbon	16.468.892
12/ago/2019	Compra	1.000	5,460000	Euronext Lisbon	16.469.892
12/ago/2019	Compra	720	5,460000	Euronext Lisbon	16.470.612
12/ago/2019	Compra	719	5,460000	Euronext Lisbon	16.471.331
12/ago/2019	Compra	400	5,460000	Euronext Lisbon	16.471.731
12/ago/2019	Compra	400	5,460000	Euronext Lisbon	16.472.131
12/ago/2019	Compra	400	5,460000	Euronext Lisbon	16.472.531
12/ago/2019	Compra	400	5,460000	Euronext Lisbon	16.472.931
12/ago/2019	Compra	402	5,460000	Euronext Lisbon	16.473.333
12/ago/2019	Compra	398	5,460000	Euronext Lisbon	16.473.731
12/ago/2019	Compra	2	5,460000	Euronext Lisbon	16.473.733
12/ago/2019	Compra	98	5,460000	Euronext Lisbon	16.473.831
13/ago/2019	Compra	10	5,430000	Euronext Lisbon	16.473.841
13/ago/2019	Compra	590	5,430000	Euronext Lisbon	16.474.431

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º acções
13/ago/2019	Compra	515	5,430000	Euronext Lisbon	16.474.946
13/ago/2019	Compra	537	5,430000	Euronext Lisbon	16.475.483
13/ago/2019	Compra	1.000	5,430000	Euronext Lisbon	16.476.483
13/ago/2019	Compra	510	5,455000	Euronext Lisbon	16.476.993
13/ago/2019	Compra	501	5,455000	Euronext Lisbon	16.477.494
13/ago/2019	Compra	412	5,455000	Euronext Lisbon	16.477.906
13/ago/2019	Compra	1.000	5,455000	Euronext Lisbon	16.478.906
13/ago/2019	Compra	250	5,470000	Euronext Lisbon	16.479.156
13/ago/2019	Compra	491	5,470000	Euronext Lisbon	16.479.647
13/ago/2019	Compra	855	5,470000	Euronext Lisbon	16.480.502
13/ago/2019	Compra	2.000	5,470000	Euronext Lisbon	16.482.502
13/ago/2019	Compra	429	5,470000	Euronext Lisbon	16.482.931
13/ago/2019	Compra	330	5,465000	Euronext Lisbon	16.483.261
13/ago/2019	Compra	914	5,465000	Euronext Lisbon	16.484.175
13/ago/2019	Compra	590	5,470000	Euronext Lisbon	16.484.765
13/ago/2019	Compra	914	5,470000	Euronext Lisbon	16.485.679
13/ago/2019	Compra	400	5,470000	Euronext Lisbon	16.486.079
13/ago/2019	Compra	18	5,470000	Euronext Lisbon	16.486.097
13/ago/2019	Compra	477	5,470000	Euronext Lisbon	16.486.574
13/ago/2019	Compra	387	5,470000	Euronext Lisbon	16.486.961
13/ago/2019	Compra	1.000	5,460000	Euronext Lisbon	16.487.961
13/ago/2019	Compra	1.000	5,460000	Euronext Lisbon	16.488.961
13/ago/2019	Compra	298	5,460000	Euronext Lisbon	16.489.259
13/ago/2019	Compra	1.000	5,460000	Euronext Lisbon	16.490.259
13/ago/2019	Compra	542	5,480000	Euronext Lisbon	16.490.801
13/ago/2019	Compra	819	5,480000	Euronext Lisbon	16.491.620
13/ago/2019	Compra	2.412	5,480000	Euronext Lisbon	16.494.032
13/ago/2019	Compra	515	5,485000	Euronext Lisbon	16.494.547
13/ago/2019	Compra	304	5,485000	Euronext Lisbon	16.494.851
13/ago/2019	Compra	1.000	5,485000	Euronext Lisbon	16.495.851
13/ago/2019	Compra	668	5,485000	Euronext Lisbon	16.496.519
13/ago/2019	Compra	704	5,460000	Euronext Lisbon	16.497.223
13/ago/2019	Compra	296	5,460000	Euronext Lisbon	16.497.519
13/ago/2019	Compra	85	5,460000	Euronext Lisbon	16.497.604
13/ago/2019	Compra	617	5,460000	Euronext Lisbon	16.498.221
13/ago/2019	Compra	474	5,465000	Euronext Lisbon	16.498.695
13/ago/2019	Compra	501	5,465000	Euronext Lisbon	16.499.196
13/ago/2019	Compra	788	5,465000	Euronext Lisbon	16.499.984
13/ago/2019	Compra	600	5,465000	Euronext Lisbon	16.500.584
13/ago/2019	Compra	500	5,465000	Euronext Lisbon	16.501.084
13/ago/2019	Compra	2.300	5,445000	Euronext Lisbon	16.503.384
13/ago/2019	Compra	1.980	5,445000	Euronext Lisbon	16.505.364
13/ago/2019	Compra	320	5,445000	Euronext Lisbon	16.505.684
13/ago/2019	Compra	1.420	5,440000	Euronext Lisbon	16.507.104
13/ago/2019	Compra	880	5,440000	Euronext Lisbon	16.507.984
13/ago/2019	Compra	1.963	5,440000	Euronext Lisbon	16.509.947
13/ago/2019	Compra	337	5,440000	Euronext Lisbon	16.510.284
13/ago/2019	Compra	800	5,440000	Euronext Lisbon	16.511.084
13/ago/2019	Compra	2.121	5,430000	Euronext Lisbon	16.513.205
13/ago/2019	Compra	970	5,430000	Euronext Lisbon	16.514.175

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º acções
13/ago/2019	Compra	1.151	5,430000	Euronext Lisbon	16.515.326
13/ago/2019	Compra	972	5,430000	Euronext Lisbon	16.516.298
13/ago/2019	Compra	1.149	5,430000	Euronext Lisbon	16.517.447
13/ago/2019	Compra	724	5,430000	Euronext Lisbon	16.518.171
13/ago/2019	Compra	2.069	5,470000	Euronext Lisbon	16.520.240
13/ago/2019	Compra	590	5,470000	Euronext Lisbon	16.520.830
13/ago/2019	Compra	341	5,470000	Euronext Lisbon	16.521.171
13/ago/2019	Compra	800	5,455000	Euronext Lisbon	16.521.971
13/ago/2019	Compra	1.211	5,455000	Euronext Lisbon	16.523.182
13/ago/2019	Compra	925	5,455000	Euronext Lisbon	16.524.107
13/ago/2019	Compra	556	5,455000	Euronext Lisbon	16.524.663
13/ago/2019	Compra	530	5,455000	Euronext Lisbon	16.525.193
13/ago/2019	Compra	978	5,455000	Euronext Lisbon	16.526.171
13/ago/2019	Compra	677	5,470000	Euronext Lisbon	16.526.848
13/ago/2019	Compra	1.850	5,470000	Euronext Lisbon	16.528.698
13/ago/2019	Compra	496	5,470000	Euronext Lisbon	16.529.194
13/ago/2019	Compra	590	5,470000	Euronext Lisbon	16.529.784
13/ago/2019	Compra	491	5,470000	Euronext Lisbon	16.530.275
13/ago/2019	Compra	731	5,470000	Euronext Lisbon	16.531.006
13/ago/2019	Compra	165	5,470000	Euronext Lisbon	16.531.171
13/ago/2019	Compra	38	5,485000	Euronext Lisbon	16.531.209
13/ago/2019	Compra	205	5,485000	Euronext Lisbon	16.531.414
13/ago/2019	Compra	346	5,485000	Euronext Lisbon	16.531.760
13/ago/2019	Compra	670	5,485000	Euronext Lisbon	16.532.430
13/ago/2019	Compra	505	5,485000	Euronext Lisbon	16.532.935
13/ago/2019	Compra	1.534	5,480000	Euronext Lisbon	16.534.469
13/ago/2019	Compra	416	5,480000	Euronext Lisbon	16.534.885
13/ago/2019	Compra	662	5,480000	Euronext Lisbon	16.535.547
13/ago/2019	Compra	186	5,480000	Euronext Lisbon	16.535.733
13/ago/2019	Compra	1.102	5,480000	Euronext Lisbon	16.536.835
13/ago/2019	Compra	1.950	5,480000	Euronext Lisbon	16.538.785
13/ago/2019	Compra	933	5,480000	Euronext Lisbon	16.539.718
15/ago/2019	Compra	1.000	5,370000	Euronext Lisbon	16.540.718
15/ago/2019	Compra	496	5,370000	Euronext Lisbon	16.541.214
15/ago/2019	Compra	501	5,375000	Euronext Lisbon	16.541.715
15/ago/2019	Compra	1.000	5,375000	Euronext Lisbon	16.542.715
15/ago/2019	Compra	283	5,375000	Euronext Lisbon	16.542.998
15/ago/2019	Compra	1.195	5,375000	Euronext Lisbon	16.544.193
15/ago/2019	Compra	958	5,375000	Euronext Lisbon	16.545.151
15/ago/2019	Compra	542	5,375000	Euronext Lisbon	16.545.693
15/ago/2019	Compra	1.500	5,375000	Euronext Lisbon	16.547.193
15/ago/2019	Compra	1.500	5,375000	Euronext Lisbon	16.548.693
15/ago/2019	Compra	1.500	5,375000	Euronext Lisbon	16.550.193
15/ago/2019	Compra	1.500	5,375000	Euronext Lisbon	16.551.693
15/ago/2019	Compra	1.500	5,375000	Euronext Lisbon	16.553.193
15/ago/2019	Compra	1.500	5,375000	Euronext Lisbon	16.554.693
15/ago/2019	Compra	25	5,375000	Euronext Lisbon	16.554.718
15/ago/2019	Compra	918	5,345000	Euronext Lisbon	16.555.636
15/ago/2019	Compra	1.082	5,345000	Euronext Lisbon	16.556.718
15/ago/2019	Compra	1.800	5,345000	Euronext Lisbon	16.558.518
15/ago/2019	Compra	200	5,345000	Euronext Lisbon	16.558.718

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
15/ago/2019	Compra	2.195	5,345000	Euronext Lisbon	16.560.913
15/ago/2019	Compra	595	5,345000	Euronext Lisbon	16.561.508
15/ago/2019	Compra	1.405	5,345000	Euronext Lisbon	16.562.913
15/ago/2019	Compra	990	5,345000	Euronext Lisbon	16.563.903
15/ago/2019	Compra	2.000	5,345000	Euronext Lisbon	16.565.903
15/ago/2019	Compra	600	5,345000	Euronext Lisbon	16.566.503
15/ago/2019	Compra	615	5,345000	Euronext Lisbon	16.567.118
15/ago/2019	Compra	918	5,345000	Euronext Lisbon	16.568.036
15/ago/2019	Compra	467	5,345000	Euronext Lisbon	16.568.503
15/ago/2019	Compra	1.215	5,345000	Euronext Lisbon	16.569.718
15/ago/2019	Compra	826	5,340000	Euronext Lisbon	16.570.544
15/ago/2019	Compra	174	5,340000	Euronext Lisbon	16.570.718
15/ago/2019	Compra	939	5,340000	Euronext Lisbon	16.571.657
15/ago/2019	Compra	572	5,340000	Euronext Lisbon	16.572.229
15/ago/2019	Compra	428	5,340000	Euronext Lisbon	16.572.657
15/ago/2019	Compra	1.000	5,340000	Euronext Lisbon	16.573.657
15/ago/2019	Compra	208	5,340000	Euronext Lisbon	16.573.865
15/ago/2019	Compra	367	5,340000	Euronext Lisbon	16.574.232
15/ago/2019	Compra	633	5,340000	Euronext Lisbon	16.574.865
15/ago/2019	Compra	689	5,340000	Euronext Lisbon	16.575.554
15/ago/2019	Compra	311	5,340000	Euronext Lisbon	16.575.865
15/ago/2019	Compra	123	5,340000	Euronext Lisbon	16.575.988
15/ago/2019	Compra	877	5,340000	Euronext Lisbon	16.576.865
15/ago/2019	Compra	667	5,340000	Euronext Lisbon	16.577.532
15/ago/2019	Compra	333	5,340000	Euronext Lisbon	16.577.865
15/ago/2019	Compra	1.000	5,340000	Euronext Lisbon	16.578.865
15/ago/2019	Compra	2.304	5,340000	Euronext Lisbon	16.581.169
15/ago/2019	Compra	1.000	5,340000	Euronext Lisbon	16.582.169
15/ago/2019	Compra	1.000	5,340000	Euronext Lisbon	16.583.169
15/ago/2019	Compra	1.000	5,380000	Euronext Lisbon	16.584.169
15/ago/2019	Compra	486	5,380000	Euronext Lisbon	16.584.655
15/ago/2019	Compra	292	5,380000	Euronext Lisbon	16.584.947
15/ago/2019	Compra	482	5,385000	Euronext Lisbon	16.585.429
15/ago/2019	Compra	731	5,385000	Euronext Lisbon	16.586.160
15/ago/2019	Compra	276	5,385000	Euronext Lisbon	16.586.436
15/ago/2019	Compra	1.000	5,385000	Euronext Lisbon	16.587.436
15/ago/2019	Compra	1.000	5,385000	Euronext Lisbon	16.588.436
15/ago/2019	Compra	1.000	5,385000	Euronext Lisbon	16.589.436
15/ago/2019	Compra	1.000	5,385000	Euronext Lisbon	16.590.436
15/ago/2019	Compra	1.000	5,385000	Euronext Lisbon	16.591.436
15/ago/2019	Compra	1.000	5,385000	Euronext Lisbon	16.592.436
15/ago/2019	Compra	662	5,385000	Euronext Lisbon	16.593.098
15/ago/2019	Compra	338	5,385000	Euronext Lisbon	16.593.436
15/ago/2019	Compra	1.000	5,385000	Euronext Lisbon	16.594.436
15/ago/2019	Compra	282	5,385000	Euronext Lisbon	16.594.718
15/ago/2019	Compra	486	5,400000	Euronext Lisbon	16.595.204
15/ago/2019	Compra	451	5,400000	Euronext Lisbon	16.595.655
15/ago/2019	Compra	1.000	5,400000	Euronext Lisbon	16.596.655
15/ago/2019	Compra	563	5,400000	Euronext Lisbon	16.597.218
15/ago/2019	Compra	893	5,400000	Euronext Lisbon	16.598.111

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
15/ago/2019	Compra	1.607	5,400000	Euronext Lisbon	16.599.718
15/ago/2019	Compra	2.112	5,400000	Euronext Lisbon	16.601.830
15/ago/2019	Compra	388	5,400000	Euronext Lisbon	16.602.218
15/ago/2019	Compra	261	5,400000	Euronext Lisbon	16.602.479
15/ago/2019	Compra	839	5,400000	Euronext Lisbon	16.603.318
15/ago/2019	Compra	582	5,400000	Euronext Lisbon	16.603.900
15/ago/2019	Compra	1.079	5,400000	Euronext Lisbon	16.604.979
15/ago/2019	Compra	121	5,400000	Euronext Lisbon	16.605.100
15/ago/2019	Compra	1.435	5,390000	Euronext Lisbon	16.606.535
15/ago/2019	Compra	1.065	5,390000	Euronext Lisbon	16.607.600
15/ago/2019	Compra	1.465	5,390000	Euronext Lisbon	16.609.065
15/ago/2019	Compra	653	5,390000	Euronext Lisbon	16.609.718
15/ago/2019	Compra	178	5,435000	Euronext Lisbon	16.609.896
15/ago/2019	Compra	1.822	5,435000	Euronext Lisbon	16.611.718
15/ago/2019	Compra	2.000	5,435000	Euronext Lisbon	16.613.718
15/ago/2019	Compra	342	5,435000	Euronext Lisbon	16.614.060
15/ago/2019	Compra	1.800	5,435000	Euronext Lisbon	16.615.860
15/ago/2019	Compra	200	5,435000	Euronext Lisbon	16.616.060
15/ago/2019	Compra	2.142	5,435000	Euronext Lisbon	16.618.202
15/ago/2019	Compra	400	5,435000	Euronext Lisbon	16.618.602
15/ago/2019	Compra	652	5,435000	Euronext Lisbon	16.619.254
15/ago/2019	Compra	681	5,435000	Euronext Lisbon	16.619.935
15/ago/2019	Compra	267	5,435000	Euronext Lisbon	16.620.202
15/ago/2019	Compra	2.000	5,435000	Euronext Lisbon	16.622.202
15/ago/2019	Compra	1.300	5,435000	Euronext Lisbon	16.623.502
15/ago/2019	Compra	700	5,435000	Euronext Lisbon	16.624.202
15/ago/2019	Compra	516	5,435000	Euronext Lisbon	16.624.718
15/ago/2019	Compra	2.000	5,445000	Euronext Lisbon	16.626.718
15/ago/2019	Compra	1.864	5,445000	Euronext Lisbon	16.628.582
15/ago/2019	Compra	136	5,445000	Euronext Lisbon	16.628.718
15/ago/2019	Compra	2.000	5,445000	Euronext Lisbon	16.630.718
15/ago/2019	Compra	2.000	5,445000	Euronext Lisbon	16.632.718
15/ago/2019	Compra	2.000	5,445000	Euronext Lisbon	16.634.718
15/ago/2019	Compra	450	5,430000	Euronext Lisbon	16.635.168
15/ago/2019	Compra	137	5,430000	Euronext Lisbon	16.635.305
15/ago/2019	Compra	510	5,430000	Euronext Lisbon	16.635.815
15/ago/2019	Compra	390	5,430000	Euronext Lisbon	16.636.205
15/ago/2019	Compra	2.500	5,430000	Euronext Lisbon	16.638.705
15/ago/2019	Compra	1.013	5,430000	Euronext Lisbon	16.639.718
3/dez/2019	Compra	1.000	5,440000	Euronext Lisbon	16.640.718
3/dez/2019	Compra	979	5,440000	Euronext Lisbon	16.641.697
3/dez/2019	Compra	21	5,440000	Euronext Lisbon	16.641.718
3/dez/2019	Compra	1.000	5,440000	Euronext Lisbon	16.642.718
3/dez/2019	Compra	1.000	5,440000	Euronext Lisbon	16.643.718
3/dez/2019	Compra	201	5,440000	Euronext Lisbon	16.643.919
3/dez/2019	Compra	799	5,440000	Euronext Lisbon	16.644.718
3/dez/2019	Compra	400	5,435000	Euronext Lisbon	16.645.118
3/dez/2019	Compra	400	5,435000	Euronext Lisbon	16.645.518
3/dez/2019	Compra	200	5,435000	Euronext Lisbon	16.645.718
3/dez/2019	Compra	564	5,435000	Euronext Lisbon	16.646.282

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
3/dez/2019	Compra	436	5,435000	Euronext Lisbon	16.646.718
3/dez/2019	Compra	436	5,435000	Euronext Lisbon	16.647.154
3/dez/2019	Compra	400	5,435000	Euronext Lisbon	16.647.554
3/dez/2019	Compra	164	5,435000	Euronext Lisbon	16.647.718
3/dez/2019	Compra	700	5,435000	Euronext Lisbon	16.648.418
3/dez/2019	Compra	300	5,435000	Euronext Lisbon	16.648.718
3/dez/2019	Compra	1.250	5,435000	Euronext Lisbon	16.649.968
3/dez/2019	Compra	968	5,435000	Euronext Lisbon	16.650.936
3/dez/2019	Compra	32	5,435000	Euronext Lisbon	16.650.968
3/dez/2019	Compra	369	5,435000	Euronext Lisbon	16.651.337
3/dez/2019	Compra	1.000	5,435000	Euronext Lisbon	16.652.337
3/dez/2019	Compra	2.381	5,435000	Euronext Lisbon	16.654.718
3/dez/2019	Compra	597	5,435000	Euronext Lisbon	16.655.315
3/dez/2019	Compra	153	5,435000	Euronext Lisbon	16.655.468
3/dez/2019	Compra	586	5,440000	Euronext Lisbon	16.656.054
3/dez/2019	Compra	264	5,440000	Euronext Lisbon	16.656.318
3/dez/2019	Compra	1.736	5,440000	Euronext Lisbon	16.658.054
3/dez/2019	Compra	850	5,440000	Euronext Lisbon	16.658.904
3/dez/2019	Compra	1.214	5,440000	Euronext Lisbon	16.660.118
3/dez/2019	Compra	39	5,440000	Euronext Lisbon	16.660.157
3/dez/2019	Compra	811	5,440000	Euronext Lisbon	16.660.968
3/dez/2019	Compra	39	5,440000	Euronext Lisbon	16.661.007
3/dez/2019	Compra	574	5,440000	Euronext Lisbon	16.661.581
3/dez/2019	Compra	276	5,440000	Euronext Lisbon	16.661.857
3/dez/2019	Compra	2.124	5,440000	Euronext Lisbon	16.663.981
3/dez/2019	Compra	276	5,440000	Euronext Lisbon	16.664.257
3/dez/2019	Compra	574	5,440000	Euronext Lisbon	16.664.831
3/dez/2019	Compra	637	5,440000	Euronext Lisbon	16.665.468
3/dez/2019	Compra	390	5,440000	Euronext Lisbon	16.665.858
3/dez/2019	Compra	4.882	5,440000	Euronext Lisbon	16.670.740
3/dez/2019	Compra	1.243	5,440000	Euronext Lisbon	16.671.983
3/dez/2019	Compra	1.016	5,440000	Euronext Lisbon	16.672.999
3/dez/2019	Compra	612	5,440000	Euronext Lisbon	16.673.611
3/dez/2019	Compra	1.244	5,440000	Euronext Lisbon	16.674.855
3/dez/2019	Compra	102	5,440000	Euronext Lisbon	16.674.957
3/dez/2019	Compra	8	5,440000	Euronext Lisbon	16.674.965
3/dez/2019	Compra	3	5,440000	Euronext Lisbon	16.674.968
3/dez/2019	Compra	148	5,440000	Euronext Lisbon	16.675.116
3/dez/2019	Compra	352	5,440000	Euronext Lisbon	16.675.468
3/dez/2019	Compra	750	5,435000	Euronext Lisbon	16.676.218
3/dez/2019	Compra	5.961	5,445000	Euronext Lisbon	16.682.179
3/dez/2019	Compra	1.052	5,445000	Euronext Lisbon	16.683.231
3/dez/2019	Compra	984	5,445000	Euronext Lisbon	16.684.215
3/dez/2019	Compra	1.841	5,445000	Euronext Lisbon	16.686.056
3/dez/2019	Compra	221	5,445000	Euronext Lisbon	16.686.277
3/dez/2019	Compra	1.136	5,445000	Euronext Lisbon	16.687.413
3/dez/2019	Compra	851	5,445000	Euronext Lisbon	16.688.264
3/dez/2019	Compra	89	5,445000	Euronext Lisbon	16.688.353
3/dez/2019	Compra	286	5,445000	Euronext Lisbon	16.688.639
3/dez/2019	Compra	514	5,445000	Euronext Lisbon	16.689.153
3/dez/2019	Compra	78	5,445000	Euronext Lisbon	16.689.231
3/dez/2019	Compra	487	5,445000	Euronext Lisbon	16.689.718

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
3/dez/2019	Compra	1.500	5,445000	EuronextLisbon	16.691.218
3/dez/2019	Compra	107	5,445000	EuronextLisbon	16.691.325
3/dez/2019	Compra	1.128	5,445000	EuronextLisbon	16.692.453
3/dez/2019	Compra	265	5,445000	EuronextLisbon	16.692.718
3/dez/2019	Compra	1.638	5,445000	EuronextLisbon	16.694.356
3/dez/2019	Compra	1.500	5,445000	EuronextLisbon	16.695.856
3/dez/2019	Compra	708	5,445000	EuronextLisbon	16.696.564
3/dez/2019	Compra	792	5,445000	EuronextLisbon	16.697.356
3/dez/2019	Compra	2.784	5,445000	EuronextLisbon	16.700.140
3/dez/2019	Compra	538	5,445000	EuronextLisbon	16.700.678
3/dez/2019	Compra	962	5,445000	EuronextLisbon	16.701.640
3/dez/2019	Compra	57	5,445000	EuronextLisbon	16.701.697
3/dez/2019	Compra	350	5,450000	EuronextLisbon	16.702.047
3/dez/2019	Compra	1.261	5,450000	EuronextLisbon	16.703.308
3/dez/2019	Compra	1.184	5,450000	EuronextLisbon	16.704.492
3/dez/2019	Compra	748	5,450000	EuronextLisbon	16.705.240
3/dez/2019	Compra	1.185	5,450000	EuronextLisbon	16.706.425
3/dez/2019	Compra	982	5,450000	EuronextLisbon	16.707.407
3/dez/2019	Compra	1.098	5,450000	EuronextLisbon	16.708.505
3/dez/2019	Compra	744	5,450000	EuronextLisbon	16.709.249
3/dez/2019	Compra	36	5,450000	EuronextLisbon	16.709.285
3/dez/2019	Compra	45	5,455000	EuronextLisbon	16.709.330
3/dez/2019	Compra	305	5,455000	EuronextLisbon	16.709.635
3/dez/2019	Compra	1.065	5,455000	EuronextLisbon	16.710.700
3/dez/2019	Compra	1.200	5,455000	EuronextLisbon	16.711.900
3/dez/2019	Compra	26	5,455000	EuronextLisbon	16.711.926
3/dez/2019	Compra	1.174	5,455000	EuronextLisbon	16.713.100
3/dez/2019	Compra	1.618	5,455000	EuronextLisbon	16.714.718
3/dez/2019	Compra	359	5,445000	EuronextLisbon	16.715.077
3/dez/2019	Compra	1.141	5,445000	EuronextLisbon	16.716.218
3/dez/2019	Compra	117	5,445000	EuronextLisbon	16.716.335
3/dez/2019	Compra	1.383	5,445000	EuronextLisbon	16.717.718
3/dez/2019	Compra	21	5,445000	EuronextLisbon	16.717.739
3/dez/2019	Compra	1.100	5,450000	EuronextLisbon	16.718.839
3/dez/2019	Compra	254	5,450000	EuronextLisbon	16.719.093
3/dez/2019	Compra	28	5,450000	EuronextLisbon	16.719.121
3/dez/2019	Compra	26	5,450000	EuronextLisbon	16.719.147
3/dez/2019	Compra	16	5,450000	EuronextLisbon	16.719.163
3/dez/2019	Compra	27	5,450000	EuronextLisbon	16.719.190
3/dez/2019	Compra	703	5,450000	EuronextLisbon	16.719.893
3/dez/2019	Compra	142	5,450000	EuronextLisbon	16.720.035
3/dez/2019	Compra	800	5,450000	EuronextLisbon	16.720.835
3/dez/2019	Compra	416	5,450000	EuronextLisbon	16.721.251
3/dez/2019	Compra	800	5,450000	EuronextLisbon	16.722.051
3/dez/2019	Compra	93	5,450000	EuronextLisbon	16.722.144
3/dez/2019	Compra	997	5,470000	EuronextLisbon	16.723.141
3/dez/2019	Compra	940	5,470000	EuronextLisbon	16.724.081
3/dez/2019	Compra	702	5,470000	EuronextLisbon	16.724.783
3/dez/2019	Compra	236	5,470000	EuronextLisbon	16.725.019
3/dez/2019	Compra	750	5,475000	EuronextLisbon	16.725.769

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
3/dez/2019	Compra	482	5,475000	Euronext Lisbon	16.726.251
3/dez/2019	Compra	750	5,475000	Euronext Lisbon	16.727.001
3/dez/2019	Compra	1.900	5,480000	Euronext Lisbon	16.728.901
3/dez/2019	Compra	460	5,480000	Euronext Lisbon	16.729.361
3/dez/2019	Compra	650	5,480000	Euronext Lisbon	16.730.011
3/dez/2019	Compra	253	5,480000	Euronext Lisbon	16.730.264
3/dez/2019	Compra	745	5,485000	Euronext Lisbon	16.731.009
3/dez/2019	Compra	451	5,485000	Euronext Lisbon	16.731.460
3/dez/2019	Compra	750	5,485000	Euronext Lisbon	16.732.210
3/dez/2019	Compra	500	5,485000	Euronext Lisbon	16.732.710
3/dez/2019	Compra	5.016	5,490000	Euronext Lisbon	16.737.726
3/dez/2019	Compra	474	5,490000	Euronext Lisbon	16.738.200
3/dez/2019	Compra	750	5,490000	Euronext Lisbon	16.738.950
3/dez/2019	Compra	362	5,490000	Euronext Lisbon	16.739.312
3/dez/2019	Compra	516	5,490000	Euronext Lisbon	16.739.828
3/dez/2019	Compra	750	5,495000	Euronext Lisbon	16.740.578
3/dez/2019	Compra	1.000	5,495000	Euronext Lisbon	16.741.578
3/dez/2019	Compra	493	5,495000	Euronext Lisbon	16.742.071
3/dez/2019	Compra	456	5,495000	Euronext Lisbon	16.742.527
3/dez/2019	Compra	750	5,500000	Euronext Lisbon	16.743.277
3/dez/2019	Compra	300	5,500000	Euronext Lisbon	16.743.577
3/dez/2019	Compra	498	5,500000	Euronext Lisbon	16.744.075
3/dez/2019	Compra	1.433	5,500000	Euronext Lisbon	16.745.508
3/dez/2019	Compra	500	5,500000	Euronext Lisbon	16.746.008
3/dez/2019	Compra	350	5,470000	Euronext Lisbon	16.746.358
3/dez/2019	Compra	1.389	5,470000	Euronext Lisbon	16.747.747
3/dez/2019	Compra	1.044	5,470000	Euronext Lisbon	16.748.791
3/dez/2019	Compra	750	5,475000	Euronext Lisbon	16.749.541
3/dez/2019	Compra	595	5,475000	Euronext Lisbon	16.750.136
3/dez/2019	Compra	1.100	5,480000	Euronext Lisbon	16.751.236
3/dez/2019	Compra	491	5,480000	Euronext Lisbon	16.751.727
3/dez/2019	Compra	546	5,480000	Euronext Lisbon	16.752.273
3/dez/2019	Compra	365	5,480000	Euronext Lisbon	16.752.638
3/dez/2019	Compra	750	5,485000	Euronext Lisbon	16.753.388
3/dez/2019	Compra	482	5,485000	Euronext Lisbon	16.753.870
3/dez/2019	Compra	500	5,485000	Euronext Lisbon	16.754.370
3/dez/2019	Compra	552	5,485000	Euronext Lisbon	16.754.922
3/dez/2019	Compra	3.700	5,485000	Euronext Lisbon	16.758.622
3/dez/2019	Compra	80	5,485000	Euronext Lisbon	16.758.702
3/dez/2019	Compra	1.105	5,490000	Euronext Lisbon	16.759.807
3/dez/2019	Compra	482	5,490000	Euronext Lisbon	16.760.289
3/dez/2019	Compra	523	5,490000	Euronext Lisbon	16.760.812
3/dez/2019	Compra	482	5,495000	Euronext Lisbon	16.761.294
3/dez/2019	Compra	458	5,495000	Euronext Lisbon	16.761.752
3/dez/2019	Compra	9.734	5,495000	Euronext Lisbon	16.771.486
3/dez/2019	Compra	1.200	5,465000	Euronext Lisbon	16.772.686
3/dez/2019	Compra	46	5,465000	Euronext Lisbon	16.772.732
3/dez/2019	Compra	656	5,465000	Euronext Lisbon	16.773.388
3/dez/2019	Compra	298	5,465000	Euronext Lisbon	16.773.686
3/dez/2019	Compra	415	5,465000	Euronext Lisbon	16.774.101

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º acções
3/dez/2019	Compra	542	5,465000	Euronext Lisbon	16.774.643
3/dez/2019	Compra	1.243	5,465000	Euronext Lisbon	16.775.886
3/dez/2019	Compra	1.817	5,465000	Euronext Lisbon	16.777.703
3/dez/2019	Compra	383	5,465000	Euronext Lisbon	16.778.086
3/dez/2019	Compra	1.617	5,465000	Euronext Lisbon	16.779.703
3/dez/2019	Compra	15	5,465000	Euronext Lisbon	16.779.718
3/dez/2019	Compra	800	5,450000	Euronext Lisbon	16.780.518
3/dez/2019	Compra	400	5,450000	Euronext Lisbon	16.780.918
3/dez/2019	Compra	400	5,450000	Euronext Lisbon	16.781.318
3/dez/2019	Compra	800	5,450000	Euronext Lisbon	16.782.118
3/dez/2019	Compra	1.284	5,450000	Euronext Lisbon	16.783.402
3/dez/2019	Compra	800	5,450000	Euronext Lisbon	16.784.202
3/dez/2019	Compra	800	5,450000	Euronext Lisbon	16.785.002
3/dez/2019	Compra	311	5,450000	Euronext Lisbon	16.785.313
3/dez/2019	Compra	390	5,445000	Euronext Lisbon	16.785.703
3/dez/2019	Compra	860	5,445000	Euronext Lisbon	16.786.563
3/dez/2019	Compra	159	5,445000	Euronext Lisbon	16.786.722
3/dez/2019	Compra	1.250	5,445000	Euronext Lisbon	16.787.972
3/dez/2019	Compra	1.250	5,445000	Euronext Lisbon	16.789.222
3/dez/2019	Compra	571	5,460000	Euronext Lisbon	16.789.793
3/dez/2019	Compra	1.356	5,460000	Euronext Lisbon	16.791.149
3/dez/2019	Compra	1.231	5,460000	Euronext Lisbon	16.792.380
3/dez/2019	Compra	780	5,460000	Euronext Lisbon	16.793.160
3/dez/2019	Compra	306	5,460000	Euronext Lisbon	16.793.466
3/dez/2019	Compra	1.250	5,460000	Euronext Lisbon	16.794.716
3/dez/2019	Compra	750	5,500000	Euronext Lisbon	16.795.466
3/dez/2019	Compra	1.010	5,500000	Euronext Lisbon	16.796.476
3/dez/2019	Compra	479	5,500000	Euronext Lisbon	16.796.955
3/dez/2019	Compra	1.250	5,500000	Euronext Lisbon	16.798.205
3/dez/2019	Compra	1.250	5,500000	Euronext Lisbon	16.799.455
3/dez/2019	Compra	858	5,500000	Euronext Lisbon	16.800.313
3/dez/2019	Compra	1.000	5,500000	Euronext Lisbon	16.801.313
3/dez/2019	Compra	249	5,500000	Euronext Lisbon	16.801.562
3/dez/2019	Compra	751	5,500000	Euronext Lisbon	16.802.313
3/dez/2019	Compra	249	5,500000	Euronext Lisbon	16.802.562
3/dez/2019	Compra	1.000	5,500000	Euronext Lisbon	16.803.562
3/dez/2019	Compra	751	5,500000	Euronext Lisbon	16.804.313
3/dez/2019	Compra	249	5,500000	Euronext Lisbon	16.804.562
3/dez/2019	Compra	502	5,500000	Euronext Lisbon	16.805.064
3/dez/2019	Compra	249	5,500000	Euronext Lisbon	16.805.313
3/dez/2019	Compra	751	5,500000	Euronext Lisbon	16.806.064
3/dez/2019	Compra	42	5,500000	Euronext Lisbon	16.806.106
3/dez/2019	Compra	751	5,500000	Euronext Lisbon	16.806.857
3/dez/2019	Compra	249	5,500000	Euronext Lisbon	16.807.106
3/dez/2019	Compra	502	5,500000	Euronext Lisbon	16.807.608
3/dez/2019	Compra	1.000	5,500000	Euronext Lisbon	16.808.608
3/dez/2019	Compra	1.000	5,500000	Euronext Lisbon	16.809.608
3/dez/2019	Compra	1.000	5,500000	Euronext Lisbon	16.810.608
3/dez/2019	Compra	1.000	5,500000	Euronext Lisbon	16.811.608
3/dez/2019	Compra	1.000	5,500000	Euronext Lisbon	16.812.608
3/dez/2019	Compra	1.000	5,500000	Euronext Lisbon	16.813.608

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º acções
3/dez/2019	Compra	1.000	5,500000	Euronext Lisbon	16.814.608
3/dez/2019	Compra	1.000	5,500000	Euronext Lisbon	16.815.608
3/dez/2019	Compra	1.000	5,500000	Euronext Lisbon	16.816.608
3/dez/2019	Compra	23	5,500000	Euronext Lisbon	16.816.631
3/dez/2019	Compra	1.000	5,500000	Euronext Lisbon	16.817.631
3/dez/2019	Compra	62	5,500000	Euronext Lisbon	16.817.693
3/dez/2019	Compra	1.000	5,500000	Euronext Lisbon	16.818.693
3/dez/2019	Compra	1.000	5,500000	Euronext Lisbon	16.819.693
3/dez/2019	Compra	16	5,500000	Euronext Lisbon	16.819.709
3/dez/2019	Compra	9	5,500000	Euronext Lisbon	16.819.718
3/dez/2019	Compra	1.500	5,495000	Euronext Lisbon	16.821.218
3/dez/2019	Compra	1.116	5,495000	Euronext Lisbon	16.822.334
3/dez/2019	Compra	384	5,495000	Euronext Lisbon	16.822.718
3/dez/2019	Compra	366	5,495000	Euronext Lisbon	16.823.084
3/dez/2019	Compra	1.500	5,495000	Euronext Lisbon	16.824.584
3/dez/2019	Compra	1.500	5,495000	Euronext Lisbon	16.826.084
3/dez/2019	Compra	500	5,495000	Euronext Lisbon	16.826.584
3/dez/2019	Compra	384	5,495000	Euronext Lisbon	16.826.968
3/dez/2019	Compra	1.116	5,495000	Euronext Lisbon	16.828.084
3/dez/2019	Compra	384	5,495000	Euronext Lisbon	16.828.468
3/dez/2019	Compra	1.116	5,495000	Euronext Lisbon	16.829.584
3/dez/2019	Compra	134	5,495000	Euronext Lisbon	16.829.718
3/dez/2019	Compra	2.766	5,480000	Euronext Lisbon	16.832.484
3/dez/2019	Compra	453	5,480000	Euronext Lisbon	16.832.937
3/dez/2019	Compra	1.201	5,480000	Euronext Lisbon	16.834.138
3/dez/2019	Compra	1.003	5,480000	Euronext Lisbon	16.835.141
3/dez/2019	Compra	1.900	5,480000	Euronext Lisbon	16.837.041
3/dez/2019	Compra	500	5,500000	Euronext Lisbon	16.837.541
3/dez/2019	Compra	967	5,500000	Euronext Lisbon	16.838.508
3/dez/2019	Compra	125	5,500000	Euronext Lisbon	16.838.633
3/dez/2019	Compra	1.085	5,500000	Euronext Lisbon	16.839.718
3/dez/2019	Compra	348	5,485000	Euronext Lisbon	16.840.066
3/dez/2019	Compra	298	5,485000	Euronext Lisbon	16.840.364
3/dez/2019	Compra	9.354	5,485000	Euronext Lisbon	16.849.718
3/dez/2019	Compra	1.173	5,465000	Euronext Lisbon	16.850.891
3/dez/2019	Compra	116	5,465000	Euronext Lisbon	16.851.007
3/dez/2019	Compra	11	5,465000	Euronext Lisbon	16.851.018
3/dez/2019	Compra	513	5,465000	Euronext Lisbon	16.851.531
3/dez/2019	Compra	241	5,465000	Euronext Lisbon	16.851.772
3/dez/2019	Compra	1.059	5,465000	Euronext Lisbon	16.852.831
3/dez/2019	Compra	850	5,465000	Euronext Lisbon	16.853.681
3/dez/2019	Compra	450	5,465000	Euronext Lisbon	16.854.131
3/dez/2019	Compra	609	5,465000	Euronext Lisbon	16.854.740
3/dez/2019	Compra	450	5,465000	Euronext Lisbon	16.855.190
3/dez/2019	Compra	850	5,465000	Euronext Lisbon	16.856.040
3/dez/2019	Compra	209	5,465000	Euronext Lisbon	16.856.249
3/dez/2019	Compra	1.300	5,465000	Euronext Lisbon	16.857.549
3/dez/2019	Compra	726	5,465000	Euronext Lisbon	16.858.275
3/dez/2019	Compra	574	5,465000	Euronext Lisbon	16.858.849
3/dez/2019	Compra	450	5,465000	Euronext Lisbon	16.859.299
3/dez/2019	Compra	419	5,465000	Euronext Lisbon	16.859.718

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º acções
3/dez/2019	Compra	1.117	5,460000	Euronext Lisbon	16.860.835
3/dez/2019	Compra	883	5,460000	Euronext Lisbon	16.861.718
3/dez/2019	Compra	1.891	5,460000	Euronext Lisbon	16.863.609
3/dez/2019	Compra	49	5,460000	Euronext Lisbon	16.863.658
3/dez/2019	Compra	60	5,460000	Euronext Lisbon	16.863.718
3/dez/2019	Compra	2.000	5,460000	Euronext Lisbon	16.865.718
3/dez/2019	Compra	600	5,460000	Euronext Lisbon	16.866.318
3/dez/2019	Compra	2.000	5,460000	Euronext Lisbon	16.868.318
3/dez/2019	Compra	1.400	5,460000	Euronext Lisbon	16.869.718
3/dez/2019	Compra	14	5,460000	Euronext Lisbon	16.869.732
3/dez/2019	Compra	611	5,460000	Euronext Lisbon	16.870.343
3/dez/2019	Compra	875	5,460000	Euronext Lisbon	16.871.218
3/dez/2019	Compra	611	5,460000	Euronext Lisbon	16.871.829
3/dez/2019	Compra	579	5,460000	Euronext Lisbon	16.872.408
3/dez/2019	Compra	921	5,460000	Euronext Lisbon	16.873.329
3/dez/2019	Compra	565	5,460000	Euronext Lisbon	16.873.894
3/dez/2019	Compra	1.500	5,460000	Euronext Lisbon	16.875.394
3/dez/2019	Compra	700	5,460000	Euronext Lisbon	16.876.094
3/dez/2019	Compra	921	5,460000	Euronext Lisbon	16.877.015
3/dez/2019	Compra	395	5,460000	Euronext Lisbon	16.877.410
3/dez/2019	Compra	184	5,460000	Euronext Lisbon	16.877.594
3/dez/2019	Compra	1.500	5,460000	Euronext Lisbon	16.879.094
3/dez/2019	Compra	624	5,460000	Euronext Lisbon	16.879.718
3/dez/2019	Compra	3.500	5,460000	Euronext Lisbon	16.883.218
3/dez/2019	Compra	1.800	5,460000	Euronext Lisbon	16.885.018
3/dez/2019	Compra	1.700	5,460000	Euronext Lisbon	16.886.718
3/dez/2019	Compra	300	5,460000	Euronext Lisbon	16.887.018
3/dez/2019	Compra	1.800	5,460000	Euronext Lisbon	16.888.818
3/dez/2019	Compra	1.700	5,460000	Euronext Lisbon	16.890.518
3/dez/2019	Compra	300	5,460000	Euronext Lisbon	16.890.818
3/dez/2019	Compra	1.800	5,460000	Euronext Lisbon	16.892.618
3/dez/2019	Compra	1.700	5,460000	Euronext Lisbon	16.894.318
3/dez/2019	Compra	100	5,460000	Euronext Lisbon	16.894.418
3/dez/2019	Compra	3.500	5,460000	Euronext Lisbon	16.897.918
3/dez/2019	Compra	1.800	5,460000	Euronext Lisbon	16.899.718
3/dez/2019	Compra	47	5,455000	Euronext Lisbon	16.899.765
3/dez/2019	Compra	1.953	5,455000	Euronext Lisbon	16.901.718
3/dez/2019	Compra	322	5,455000	Euronext Lisbon	16.902.040
3/dez/2019	Compra	1.678	5,455000	Euronext Lisbon	16.903.718
3/dez/2019	Compra	722	5,455000	Euronext Lisbon	16.904.440
3/dez/2019	Compra	1.678	5,455000	Euronext Lisbon	16.906.118
3/dez/2019	Compra	322	5,455000	Euronext Lisbon	16.906.440
3/dez/2019	Compra	274	5,455000	Euronext Lisbon	16.906.714
3/dez/2019	Compra	981	5,475000	Euronext Lisbon	16.907.695
3/dez/2019	Compra	371	5,475000	Euronext Lisbon	16.908.066
3/dez/2019	Compra	491	5,480000	Euronext Lisbon	16.908.557
3/dez/2019	Compra	750	5,480000	Euronext Lisbon	16.909.307
3/dez/2019	Compra	381	5,480000	Euronext Lisbon	16.909.688
3/dez/2019	Compra	750	5,485000	Euronext Lisbon	16.910.438
3/dez/2019	Compra	460	5,485000	Euronext Lisbon	16.910.898
3/dez/2019	Compra	750	5,485000	Euronext Lisbon	16.911.648

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º acções
3/dez/2019	Compra	4.375	5,485000	Euronext Lisbon	16.916.023
3/dez/2019	Compra	460	5,490000	Euronext Lisbon	16.916.483
3/dez/2019	Compra	488	5,490000	Euronext Lisbon	16.916.971
3/dez/2019	Compra	750	5,490000	Euronext Lisbon	16.917.721
3/dez/2019	Compra	500	5,490000	Euronext Lisbon	16.918.221
3/dez/2019	Compra	750	5,495000	Euronext Lisbon	16.918.971
3/dez/2019	Compra	547	5,495000	Euronext Lisbon	16.919.518
3/dez/2019	Compra	200	5,495000	Euronext Lisbon	16.919.718
3/dez/2019	Compra	1.447	5,485000	Euronext Lisbon	16.921.165
3/dez/2019	Compra	333	5,485000	Euronext Lisbon	16.921.498
3/dez/2019	Compra	553	5,485000	Euronext Lisbon	16.922.051
3/dez/2019	Compra	731	5,485000	Euronext Lisbon	16.922.782
3/dez/2019	Compra	1.751	5,485000	Euronext Lisbon	16.924.533
3/dez/2019	Compra	265	5,485000	Euronext Lisbon	16.924.798
3/dez/2019	Compra	474	5,485000	Euronext Lisbon	16.925.272
3/dez/2019	Compra	1.000	5,485000	Euronext Lisbon	16.926.272
3/dez/2019	Compra	260	5,485000	Euronext Lisbon	16.926.532
3/dez/2019	Compra	750	5,490000	Euronext Lisbon	16.927.282
3/dez/2019	Compra	469	5,490000	Euronext Lisbon	16.927.751
3/dez/2019	Compra	885	5,490000	Euronext Lisbon	16.928.636
3/dez/2019	Compra	527	5,490000	Euronext Lisbon	16.929.163
3/dez/2019	Compra	251	5,495000	Euronext Lisbon	16.929.414
3/dez/2019	Compra	750	5,495000	Euronext Lisbon	16.930.164
3/dez/2019	Compra	481	5,495000	Euronext Lisbon	16.930.645
3/dez/2019	Compra	3.457	5,495000	Euronext Lisbon	16.934.102
3/dez/2019	Compra	387	5,495000	Euronext Lisbon	16.934.489
3/dez/2019	Compra	1.008	5,495000	Euronext Lisbon	16.935.497
3/dez/2019	Compra	700	5,500000	Euronext Lisbon	16.936.197
3/dez/2019	Compra	447	5,500000	Euronext Lisbon	16.936.644
3/dez/2019	Compra	534	5,500000	Euronext Lisbon	16.937.178
3/dez/2019	Compra	500	5,500000	Euronext Lisbon	16.937.678
3/dez/2019	Compra	2.040	5,500000	Euronext Lisbon	16.939.718
3/dez/2019	Compra	134	5,475000	Euronext Lisbon	16.939.852
3/dez/2019	Compra	510	5,475000	Euronext Lisbon	16.940.362
3/dez/2019	Compra	260	5,475000	Euronext Lisbon	16.940.622
3/dez/2019	Compra	539	5,475000	Euronext Lisbon	16.941.161
3/dez/2019	Compra	65	5,475000	Euronext Lisbon	16.941.226
3/dez/2019	Compra	412	5,475000	Euronext Lisbon	16.941.638
3/dez/2019	Compra	485	5,480000	Euronext Lisbon	16.942.123
3/dez/2019	Compra	606	5,480000	Euronext Lisbon	16.942.729
3/dez/2019	Compra	482	5,480000	Euronext Lisbon	16.943.211
3/dez/2019	Compra	297	5,485000	Euronext Lisbon	16.943.508
3/dez/2019	Compra	515	5,485000	Euronext Lisbon	16.944.023
3/dez/2019	Compra	482	5,485000	Euronext Lisbon	16.944.505
3/dez/2019	Compra	387	5,485000	Euronext Lisbon	16.944.892
3/dez/2019	Compra	1.067	5,490000	Euronext Lisbon	16.945.959
3/dez/2019	Compra	465	5,490000	Euronext Lisbon	16.946.424
3/dez/2019	Compra	519	5,490000	Euronext Lisbon	16.946.943
3/dez/2019	Compra	2.775	5,490000	Euronext Lisbon	16.949.718
4/dez/2019	Compra	704	5,485000	Euronext Lisbon	16.950.422

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
4/dez/2019	Compra	136	5,485000	Euronext Lisbon	16.950.558
4/dez/2019	Compra	329	5,485000	Euronext Lisbon	16.950.887
4/dez/2019	Compra	323	5,485000	Euronext Lisbon	16.951.210
4/dez/2019	Compra	1.102	5,485000	Euronext Lisbon	16.952.312
4/dez/2019	Compra	398	5,485000	Euronext Lisbon	16.952.710
4/dez/2019	Compra	559	5,485000	Euronext Lisbon	16.953.269
4/dez/2019	Compra	559	5,485000	Euronext Lisbon	16.953.828
4/dez/2019	Compra	382	5,485000	Euronext Lisbon	16.954.210
4/dez/2019	Compra	177	5,485000	Euronext Lisbon	16.954.387
4/dez/2019	Compra	331	5,485000	Euronext Lisbon	16.954.718
4/dez/2019	Compra	500	5,490000	Euronext Lisbon	16.955.218
4/dez/2019	Compra	297	5,490000	Euronext Lisbon	16.955.515
4/dez/2019	Compra	298	5,490000	Euronext Lisbon	16.955.813
4/dez/2019	Compra	307	5,490000	Euronext Lisbon	16.956.120
4/dez/2019	Compra	271	5,490000	Euronext Lisbon	16.956.391
5/dez/2019	Compra	447	5,595000	Euronext Lisbon	16.956.838
5/dez/2019	Compra	2.199	5,595000	Euronext Lisbon	16.959.037
5/dez/2019	Compra	1.277	5,595000	Euronext Lisbon	16.960.314
5/dez/2019	Compra	788	5,595000	Euronext Lisbon	16.961.102
5/dez/2019	Compra	1.153	5,595000	Euronext Lisbon	16.962.255
5/dez/2019	Compra	322	5,595000	Euronext Lisbon	16.962.577
5/dez/2019	Compra	1.007	5,595000	Euronext Lisbon	16.963.584
5/dez/2019	Compra	315	5,595000	Euronext Lisbon	16.963.899
5/dez/2019	Compra	1.612	5,595000	Euronext Lisbon	16.965.511
5/dez/2019	Compra	900	5,590000	Euronext Lisbon	16.966.411
5/dez/2019	Compra	900	5,590000	Euronext Lisbon	16.967.311
5/dez/2019	Compra	1.698	5,590000	Euronext Lisbon	16.969.009
5/dez/2019	Compra	20	5,590000	Euronext Lisbon	16.969.029
5/dez/2019	Compra	880	5,590000	Euronext Lisbon	16.969.909
5/dez/2019	Compra	920	5,590000	Euronext Lisbon	16.970.829
5/dez/2019	Compra	900	5,590000	Euronext Lisbon	16.971.729
5/dez/2019	Compra	146	5,590000	Euronext Lisbon	16.971.875
5/dez/2019	Compra	900	5,590000	Euronext Lisbon	16.972.775
5/dez/2019	Compra	1.840	5,590000	Euronext Lisbon	16.974.615
5/dez/2019	Compra	750	5,590000	Euronext Lisbon	16.975.365
5/dez/2019	Compra	26	5,590000	Euronext Lisbon	16.975.391
5/dez/2019	Compra	1.614	5,590000	Euronext Lisbon	16.977.005
5/dez/2019	Compra	1.386	5,590000	Euronext Lisbon	16.978.391
5/dez/2019	Compra	1.386	5,590000	Euronext Lisbon	16.979.777
5/dez/2019	Compra	1.614	5,590000	Euronext Lisbon	16.981.391
5/dez/2019	Compra	1.386	5,590000	Euronext Lisbon	16.982.777
5/dez/2019	Compra	1.614	5,590000	Euronext Lisbon	16.984.391
5/dez/2019	Compra	360	5,590000	Euronext Lisbon	16.984.751
5/dez/2019	Compra	1.386	5,590000	Euronext Lisbon	16.986.137
5/dez/2019	Compra	1.254	5,590000	Euronext Lisbon	16.987.391
5/dez/2019	Compra	132	5,590000	Euronext Lisbon	16.987.523
5/dez/2019	Compra	1.386	5,590000	Euronext Lisbon	16.988.909
5/dez/2019	Compra	1.254	5,590000	Euronext Lisbon	16.990.163
5/dez/2019	Compra	360	5,590000	Euronext Lisbon	16.990.523
5/dez/2019	Compra	3.000	5,590000	Euronext Lisbon	16.993.523

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
5/dez/2019	Compra	94	5,590000	EuronextLisbon	16.993.617
5/dez/2019	Compra	1.024	5,595000	EuronextLisbon	16.994.641
5/dez/2019	Compra	476	5,595000	EuronextLisbon	16.995.117
5/dez/2019	Compra	1.500	5,595000	EuronextLisbon	16.996.617
5/dez/2019	Compra	1.500	5,595000	EuronextLisbon	16.998.117
5/dez/2019	Compra	1.500	5,595000	EuronextLisbon	16.999.617
5/dez/2019	Compra	354	5,595000	EuronextLisbon	16.999.971
5/dez/2019	Compra	1.137	5,595000	EuronextLisbon	17.001.108
5/dez/2019	Compra	9	5,595000	EuronextLisbon	17.001.117
27/dez/2019	Compra	2.000	5,600000	EuronextLisbon	17.003.117
27/dez/2019	Compra	199	5,600000	EuronextLisbon	17.003.316
27/dez/2019	Compra	316	5,615000	EuronextLisbon	17.003.632
27/dez/2019	Compra	324	5,620000	EuronextLisbon	17.003.956
27/dez/2019	Compra	416	5,620000	EuronextLisbon	17.004.372
27/dez/2019	Compra	730	5,625000	EuronextLisbon	17.005.102
27/dez/2019	Compra	449	5,625000	EuronextLisbon	17.005.551
27/dez/2019	Compra	750	5,625000	EuronextLisbon	17.006.301
27/dez/2019	Compra	550	5,630000	EuronextLisbon	17.006.851
27/dez/2019	Compra	449	5,630000	EuronextLisbon	17.007.300
27/dez/2019	Compra	446	5,630000	EuronextLisbon	17.007.746
27/dez/2019	Compra	500	5,630000	EuronextLisbon	17.008.246
27/dez/2019	Compra	3.443	5,630000	EuronextLisbon	17.011.689
27/dez/2019	Compra	484	5,635000	EuronextLisbon	17.012.173
27/dez/2019	Compra	550	5,635000	EuronextLisbon	17.012.723
27/dez/2019	Compra	525	5,635000	EuronextLisbon	17.013.248
27/dez/2019	Compra	4.711	5,635000	EuronextLisbon	17.017.959
27/dez/2019	Compra	750	5,640000	EuronextLisbon	17.018.709
27/dez/2019	Compra	466	5,640000	EuronextLisbon	17.019.175
27/dez/2019	Compra	481	5,640000	EuronextLisbon	17.019.656
27/dez/2019	Compra	6.461	5,640000	EuronextLisbon	17.026.117
27/dez/2019	Compra	750	5,615000	EuronextLisbon	17.026.867
27/dez/2019	Compra	1.660	5,615000	EuronextLisbon	17.028.527
27/dez/2019	Compra	1.200	5,620000	EuronextLisbon	17.029.727
27/dez/2019	Compra	158	5,620000	EuronextLisbon	17.029.885
27/dez/2019	Compra	1.373	5,620000	EuronextLisbon	17.031.258
27/dez/2019	Compra	127	5,620000	EuronextLisbon	17.031.385
27/dez/2019	Compra	897	5,620000	EuronextLisbon	17.032.282
27/dez/2019	Compra	1.500	5,620000	EuronextLisbon	17.033.782
27/dez/2019	Compra	487	5,620000	EuronextLisbon	17.034.269
27/dez/2019	Compra	403	5,620000	EuronextLisbon	17.034.672
27/dez/2019	Compra	610	5,620000	EuronextLisbon	17.035.282
27/dez/2019	Compra	219	5,620000	EuronextLisbon	17.035.501
27/dez/2019	Compra	616	5,620000	EuronextLisbon	17.036.117
27/dez/2019	Compra	300	5,610000	EuronextLisbon	17.036.417
27/dez/2019	Compra	800	5,615000	EuronextLisbon	17.037.217
27/dez/2019	Compra	543	5,615000	EuronextLisbon	17.037.760
27/dez/2019	Compra	480	5,620000	EuronextLisbon	17.038.240
27/dez/2019	Compra	1.500	5,620000	EuronextLisbon	17.039.740
27/dez/2019	Compra	1.500	5,620000	EuronextLisbon	17.041.240
27/dez/2019	Compra	294	5,620000	EuronextLisbon	17.041.534

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
27/dez/2019	Compra	1.500	5,620000	Euronext Lisbon	17.043.034
27/dez/2019	Compra	152	5,620000	Euronext Lisbon	17.043.186
27/dez/2019	Compra	1.348	5,620000	Euronext Lisbon	17.044.534
27/dez/2019	Compra	1.121	5,620000	Euronext Lisbon	17.045.655
27/dez/2019	Compra	1.500	5,620000	Euronext Lisbon	17.047.155
27/dez/2019	Compra	293	5,620000	Euronext Lisbon	17.047.448
27/dez/2019	Compra	1.207	5,620000	Euronext Lisbon	17.048.655
27/dez/2019	Compra	1.207	5,620000	Euronext Lisbon	17.049.862
27/dez/2019	Compra	293	5,620000	Euronext Lisbon	17.050.155
27/dez/2019	Compra	907	5,620000	Euronext Lisbon	17.051.062
27/dez/2019	Compra	55	5,620000	Euronext Lisbon	17.051.117
27/dez/2019	Compra	1.000	5,605000	Euronext Lisbon	17.052.117
27/dez/2019	Compra	1.000	5,605000	Euronext Lisbon	17.053.117
27/dez/2019	Compra	487	5,605000	Euronext Lisbon	17.053.604
27/dez/2019	Compra	513	5,605000	Euronext Lisbon	17.054.117
27/dez/2019	Compra	1.000	5,605000	Euronext Lisbon	17.055.117
27/dez/2019	Compra	600	5,605000	Euronext Lisbon	17.055.717
27/dez/2019	Compra	400	5,605000	Euronext Lisbon	17.056.117
27/dez/2019	Compra	829	5,600000	Euronext Lisbon	17.056.946
27/dez/2019	Compra	1.171	5,600000	Euronext Lisbon	17.058.117
27/dez/2019	Compra	2.000	5,600000	Euronext Lisbon	17.060.117
27/dez/2019	Compra	1.186	5,600000	Euronext Lisbon	17.061.303
27/dez/2019	Compra	814	5,600000	Euronext Lisbon	17.062.117
27/dez/2019	Compra	1.028	5,600000	Euronext Lisbon	17.063.145
27/dez/2019	Compra	2.000	5,600000	Euronext Lisbon	17.065.145
27/dez/2019	Compra	107	5,600000	Euronext Lisbon	17.065.252
27/dez/2019	Compra	865	5,600000	Euronext Lisbon	17.066.117
27/dez/2019	Compra	567	5,600000	Euronext Lisbon	17.066.684
27/dez/2019	Compra	433	5,600000	Euronext Lisbon	17.067.117
27/dez/2019	Compra	1.000	5,600000	Euronext Lisbon	17.068.117
27/dez/2019	Compra	400	5,600000	Euronext Lisbon	17.068.517
27/dez/2019	Compra	433	5,600000	Euronext Lisbon	17.068.950
27/dez/2019	Compra	433	5,600000	Euronext Lisbon	17.069.383
27/dez/2019	Compra	134	5,600000	Euronext Lisbon	17.069.517
27/dez/2019	Compra	299	5,600000	Euronext Lisbon	17.069.816
27/dez/2019	Compra	832	5,600000	Euronext Lisbon	17.070.648
27/dez/2019	Compra	168	5,600000	Euronext Lisbon	17.070.816
27/dez/2019	Compra	301	5,600000	Euronext Lisbon	17.071.117
27/dez/2019	Compra	868	5,620000	Euronext Lisbon	17.071.985
27/dez/2019	Compra	632	5,620000	Euronext Lisbon	17.072.617
27/dez/2019	Compra	694	5,620000	Euronext Lisbon	17.073.311
27/dez/2019	Compra	415	5,630000	Euronext Lisbon	17.073.726
27/dez/2019	Compra	750	5,635000	Euronext Lisbon	17.074.476
27/dez/2019	Compra	362	5,635000	Euronext Lisbon	17.074.838
27/dez/2019	Compra	517	5,640000	Euronext Lisbon	17.075.355
27/dez/2019	Compra	466	5,640000	Euronext Lisbon	17.075.821
27/dez/2019	Compra	750	5,645000	Euronext Lisbon	17.076.571
27/dez/2019	Compra	453	5,645000	Euronext Lisbon	17.077.024
27/dez/2019	Compra	750	5,645000	Euronext Lisbon	17.077.774
27/dez/2019	Compra	514	5,645000	Euronext Lisbon	17.078.288

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
27/dez/2019	Compra	500	5,645000	EuronextLisbon	17.078.788
27/dez/2019	Compra	3.286	5,645000	EuronextLisbon	17.082.074
27/dez/2019	Compra	750	5,645000	EuronextLisbon	17.082.824
27/dez/2019	Compra	56	5,645000	EuronextLisbon	17.082.880
27/dez/2019	Compra	198	5,645000	EuronextLisbon	17.083.078
27/dez/2019	Compra	806	5,645000	EuronextLisbon	17.083.884
27/dez/2019	Compra	694	5,645000	EuronextLisbon	17.084.578
27/dez/2019	Compra	112	5,645000	EuronextLisbon	17.084.690
27/dez/2019	Compra	806	5,645000	EuronextLisbon	17.085.496
27/dez/2019	Compra	39	5,645000	EuronextLisbon	17.085.535
27/dez/2019	Compra	292	5,630000	EuronextLisbon	17.085.827
27/dez/2019	Compra	290	5,630000	EuronextLisbon	17.086.117
27/dez/2019	Compra	3.300	5,655000	EuronextLisbon	17.089.417
27/dez/2019	Compra	453	5,660000	EuronextLisbon	17.089.870
27/dez/2019	Compra	4.000	5,660000	EuronextLisbon	17.093.870
27/dez/2019	Compra	354	5,660000	EuronextLisbon	17.094.224
27/dez/2019	Compra	2.000	5,660000	EuronextLisbon	17.096.224
27/dez/2019	Compra	357	5,660000	EuronextLisbon	17.096.581
27/dez/2019	Compra	1.600	5,660000	EuronextLisbon	17.098.181
27/dez/2019	Compra	400	5,660000	EuronextLisbon	17.098.581
27/dez/2019	Compra	320	5,660000	EuronextLisbon	17.098.901
27/dez/2019	Compra	400	5,660000	EuronextLisbon	17.099.301
27/dez/2019	Compra	1.280	5,660000	EuronextLisbon	17.100.581
27/dez/2019	Compra	536	5,660000	EuronextLisbon	17.101.117
27/dez/2019	Compra	622	5,680000	EuronextLisbon	17.101.739
27/dez/2019	Compra	5.400	5,685000	EuronextLisbon	17.107.139
27/dez/2019	Compra	302	5,685000	EuronextLisbon	17.107.441
27/dez/2019	Compra	10.000	5,690000	EuronextLisbon	17.117.441
27/dez/2019	Compra	2.000	5,690000	EuronextLisbon	17.119.441
27/dez/2019	Compra	200	5,690000	EuronextLisbon	17.119.641
27/dez/2019	Compra	449	5,690000	EuronextLisbon	17.120.090
27/dez/2019	Compra	355	5,690000	EuronextLisbon	17.120.445
27/dez/2019	Compra	672	5,690000	EuronextLisbon	17.121.117
27/dez/2019	Compra	2.500	5,705000	EuronextLisbon	17.123.617
27/dez/2019	Compra	915	5,705000	EuronextLisbon	17.124.532
27/dez/2019	Compra	1.585	5,705000	EuronextLisbon	17.126.117
27/dez/2019	Compra	1.882	5,700000	EuronextLisbon	17.127.999
27/dez/2019	Compra	59	5,700000	EuronextLisbon	17.128.058
27/dez/2019	Compra	559	5,700000	EuronextLisbon	17.128.617
27/dez/2019	Compra	59	5,700000	EuronextLisbon	17.128.676
27/dez/2019	Compra	366	5,700000	EuronextLisbon	17.129.042
27/dez/2019	Compra	1.618	5,700000	EuronextLisbon	17.130.660
27/dez/2019	Compra	457	5,700000	EuronextLisbon	17.131.117
27/dez/2019	Compra	1	5,690000	EuronextLisbon	17.131.118
27/dez/2019	Compra	949	5,700000	EuronextLisbon	17.132.067
27/dez/2019	Compra	230	5,700000	EuronextLisbon	17.132.297
27/dez/2019	Compra	1.159	5,700000	EuronextLisbon	17.133.456
27/dez/2019	Compra	76	5,700000	EuronextLisbon	17.133.532
27/dez/2019	Compra	357	5,700000	EuronextLisbon	17.133.889
27/dez/2019	Compra	907	5,700000	EuronextLisbon	17.134.796

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
27/dez/2019	Compra	1.592	5,700000	Euronext Lisbon	17.136.388
27/dez/2019	Compra	1.264	5,700000	Euronext Lisbon	17.137.652
27/dez/2019	Compra	690	5,700000	Euronext Lisbon	17.138.342
27/dez/2019	Compra	546	5,700000	Euronext Lisbon	17.138.888
27/dez/2019	Compra	787	5,700000	Euronext Lisbon	17.139.675
27/dez/2019	Compra	1.713	5,700000	Euronext Lisbon	17.141.388
27/dez/2019	Compra	1.293	5,700000	Euronext Lisbon	17.142.681
27/dez/2019	Compra	2.000	5,700000	Euronext Lisbon	17.144.681
27/dez/2019	Compra	500	5,700000	Euronext Lisbon	17.145.181
27/dez/2019	Compra	936	5,700000	Euronext Lisbon	17.146.117
27/dez/2019	Compra	2.545	5,695000	Euronext Lisbon	17.148.662
27/dez/2019	Compra	455	5,695000	Euronext Lisbon	17.149.117
27/dez/2019	Compra	532	5,695000	Euronext Lisbon	17.149.649
27/dez/2019	Compra	750	5,695000	Euronext Lisbon	17.150.399
27/dez/2019	Compra	101	5,695000	Euronext Lisbon	17.150.500
27/dez/2019	Compra	1.617	5,695000	Euronext Lisbon	17.152.117
27/dez/2019	Compra	135	5,695000	Euronext Lisbon	17.152.252
27/dez/2019	Compra	3.000	5,695000	Euronext Lisbon	17.155.252
27/dez/2019	Compra	533	5,695000	Euronext Lisbon	17.155.785
27/dez/2019	Compra	3.000	5,695000	Euronext Lisbon	17.158.785
27/dez/2019	Compra	2.291	5,695000	Euronext Lisbon	17.161.076
27/dez/2019	Compra	532	5,695000	Euronext Lisbon	17.161.608
27/dez/2019	Compra	177	5,695000	Euronext Lisbon	17.161.785
27/dez/2019	Compra	3.000	5,695000	Euronext Lisbon	17.164.785
27/dez/2019	Compra	1.332	5,695000	Euronext Lisbon	17.166.117
27/dez/2019	Compra	1.750	5,685000	Euronext Lisbon	17.167.867
27/dez/2019	Compra	532	5,685000	Euronext Lisbon	17.168.399
27/dez/2019	Compra	1.218	5,685000	Euronext Lisbon	17.169.617
27/dez/2019	Compra	982	5,685000	Euronext Lisbon	17.170.599
27/dez/2019	Compra	420	5,685000	Euronext Lisbon	17.171.019
27/dez/2019	Compra	1.330	5,685000	Euronext Lisbon	17.172.349
27/dez/2019	Compra	114	5,685000	Euronext Lisbon	17.172.463
27/dez/2019	Compra	1.444	5,685000	Euronext Lisbon	17.173.907
27/dez/2019	Compra	306	5,685000	Euronext Lisbon	17.174.213
27/dez/2019	Compra	1.750	5,685000	Euronext Lisbon	17.175.963
27/dez/2019	Compra	93	5,685000	Euronext Lisbon	17.176.056
27/dez/2019	Compra	197	5,685000	Euronext Lisbon	17.176.253
27/dez/2019	Compra	53	5,685000	Euronext Lisbon	17.176.306
27/dez/2019	Compra	750	5,685000	Euronext Lisbon	17.177.056
27/dez/2019	Compra	400	5,685000	Euronext Lisbon	17.177.456
27/dez/2019	Compra	350	5,685000	Euronext Lisbon	17.177.806
27/dez/2019	Compra	602	5,685000	Euronext Lisbon	17.178.408
27/dez/2019	Compra	325	5,685000	Euronext Lisbon	17.178.733
27/dez/2019	Compra	516	5,685000	Euronext Lisbon	17.179.249
27/dez/2019	Compra	307	5,685000	Euronext Lisbon	17.179.556
27/dez/2019	Compra	1.561	5,685000	Euronext Lisbon	17.181.117
27/dez/2019	Compra	700	5,680000	Euronext Lisbon	17.181.817
27/dez/2019	Compra	80	5,680000	Euronext Lisbon	17.181.897
27/dez/2019	Compra	81	5,690000	Euronext Lisbon	17.181.978
27/dez/2019	Compra	534	5,690000	Euronext Lisbon	17.182.512

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º acções
27/dez/2019	Compra	347	5,690000	EuronextLisbon	17.182.859
27/dez/2019	Compra	364	5,690000	EuronextLisbon	17.183.223
27/dez/2019	Compra	1.920	5,690000	EuronextLisbon	17.185.143
27/dez/2019	Compra	449	5,690000	EuronextLisbon	17.185.592
27/dez/2019	Compra	489	5,690000	EuronextLisbon	17.186.081
27/dez/2019	Compra	415	5,690000	EuronextLisbon	17.186.496
27/dez/2019	Compra	294	5,690000	EuronextLisbon	17.186.790
27/dez/2019	Compra	107	5,690000	EuronextLisbon	17.186.897
27/dez/2019	Compra	970	5,690000	EuronextLisbon	17.187.867
27/dez/2019	Compra	473	5,690000	EuronextLisbon	17.188.340
27/dez/2019	Compra	1.277	5,690000	EuronextLisbon	17.189.617
27/dez/2019	Compra	416	5,690000	EuronextLisbon	17.190.033
27/dez/2019	Compra	750	5,700000	EuronextLisbon	17.190.783
27/dez/2019	Compra	439	5,700000	EuronextLisbon	17.191.222
27/dez/2019	Compra	300	5,700000	EuronextLisbon	17.191.522
27/dez/2019	Compra	453	5,700000	EuronextLisbon	17.191.975
27/dez/2019	Compra	609	5,700000	EuronextLisbon	17.192.584
27/dez/2019	Compra	750	5,700000	EuronextLisbon	17.193.334
27/dez/2019	Compra	466	5,700000	EuronextLisbon	17.193.800
27/dez/2019	Compra	1.265	5,700000	EuronextLisbon	17.195.065
27/dez/2019	Compra	485	5,700000	EuronextLisbon	17.195.550
27/dez/2019	Compra	265	5,700000	EuronextLisbon	17.195.815
27/dez/2019	Compra	1.378	5,700000	EuronextLisbon	17.197.193
27/dez/2019	Compra	372	5,700000	EuronextLisbon	17.197.565
27/dez/2019	Compra	1.204	5,700000	EuronextLisbon	17.198.769
27/dez/2019	Compra	408	5,700000	EuronextLisbon	17.199.177
27/dez/2019	Compra	1.342	5,700000	EuronextLisbon	17.200.519
27/dez/2019	Compra	598	5,700000	EuronextLisbon	17.201.117
30/dez/2019	Compra	2.000	5,665000	EuronextLisbon	17.203.117
30/dez/2019	Compra	2.156	5,665000	EuronextLisbon	17.205.273
30/dez/2019	Compra	444	5,695000	EuronextLisbon	17.205.717
30/dez/2019	Compra	696	5,695000	EuronextLisbon	17.206.413
30/dez/2019	Compra	1.042	5,695000	EuronextLisbon	17.207.455
30/dez/2019	Compra	978	5,695000	EuronextLisbon	17.208.433
30/dez/2019	Compra	887	5,695000	EuronextLisbon	17.209.320
30/dez/2019	Compra	329	5,695000	EuronextLisbon	17.209.649
30/dez/2019	Compra	62	5,695000	EuronextLisbon	17.209.711
30/dez/2019	Compra	5.000	5,700000	EuronextLisbon	17.214.711
30/dez/2019	Compra	448	5,700000	EuronextLisbon	17.215.159
30/dez/2019	Compra	1.600	5,700000	EuronextLisbon	17.216.759
30/dez/2019	Compra	2.952	5,700000	EuronextLisbon	17.219.711
30/dez/2019	Compra	783	5,700000	EuronextLisbon	17.220.494
30/dez/2019	Compra	87	5,700000	EuronextLisbon	17.220.581
30/dez/2019	Compra	2.273	5,700000	EuronextLisbon	17.222.854
30/dez/2019	Compra	452	5,700000	EuronextLisbon	17.223.306
30/dez/2019	Compra	750	5,700000	EuronextLisbon	17.224.056
30/dez/2019	Compra	70	5,700000	EuronextLisbon	17.224.126
30/dez/2019	Compra	585	5,700000	EuronextLisbon	17.224.711
30/dez/2019	Compra	585	5,700000	EuronextLisbon	17.225.296
30/dez/2019	Compra	585	5,700000	EuronextLisbon	17.225.881
30/dez/2019	Compra	961	5,700000	EuronextLisbon	17.226.842
30/dez/2019	Compra	512	5,700000	EuronextLisbon	17.227.354
30/dez/2019	Compra	655	5,700000	EuronextLisbon	17.228.009
30/dez/2019	Compra	829	5,700000	EuronextLisbon	17.228.838

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º acções
30/dez/2019	Compra	873	5,700000	Euronext Lisbon	17.229.711
30/dez/2019	Compra	5.000	5,700000	Euronext Lisbon	17.234.711
30/dez/2019	Compra	775	5,700000	Euronext Lisbon	17.235.486
30/dez/2019	Compra	4.225	5,700000	Euronext Lisbon	17.239.711
30/dez/2019	Compra	3.200	5,695000	Euronext Lisbon	17.242.911
30/dez/2019	Compra	1.600	5,695000	Euronext Lisbon	17.244.511
30/dez/2019	Compra	200	5,695000	Euronext Lisbon	17.244.711
30/dez/2019	Compra	1.689	5,700000	Euronext Lisbon	17.246.400
30/dez/2019	Compra	311	5,700000	Euronext Lisbon	17.246.711
30/dez/2019	Compra	2.000	5,700000	Euronext Lisbon	17.248.711
30/dez/2019	Compra	596	5,700000	Euronext Lisbon	17.249.307
30/dez/2019	Compra	404	5,700000	Euronext Lisbon	17.249.711
30/dez/2019	Compra	3.200	5,695000	Euronext Lisbon	17.252.911
30/dez/2019	Compra	1.600	5,695000	Euronext Lisbon	17.254.511
30/dez/2019	Compra	200	5,695000	Euronext Lisbon	17.254.711
30/dez/2019	Compra	1.400	5,695000	Euronext Lisbon	17.256.111
30/dez/2019	Compra	2.385	5,695000	Euronext Lisbon	17.258.496
30/dez/2019	Compra	1.215	5,695000	Euronext Lisbon	17.259.711
30/dez/2019	Compra	77	5,700000	Euronext Lisbon	17.259.788
30/dez/2019	Compra	444	5,700000	Euronext Lisbon	17.260.232
30/dez/2019	Compra	1.509	5,700000	Euronext Lisbon	17.261.741
30/dez/2019	Compra	285	5,700000	Euronext Lisbon	17.262.026
30/dez/2019	Compra	466	5,700000	Euronext Lisbon	17.262.492
30/dez/2019	Compra	359	5,700000	Euronext Lisbon	17.262.851
30/dez/2019	Compra	257	5,700000	Euronext Lisbon	17.263.108
30/dez/2019	Compra	2.364	5,700000	Euronext Lisbon	17.265.472
31/dez/2019	Compra	1.000	5,650000	Euronext Lisbon	17.266.472
31/dez/2019	Compra	1.000	5,650000	Euronext Lisbon	17.267.472
31/dez/2019	Compra	400	5,650000	Euronext Lisbon	17.267.872
31/dez/2019	Compra	556	5,650000	Euronext Lisbon	17.268.428
31/dez/2019	Compra	44	5,650000	Euronext Lisbon	17.268.472
31/dez/2019	Compra	600	5,650000	Euronext Lisbon	17.269.072
31/dez/2019	Compra	400	5,650000	Euronext Lisbon	17.269.472
31/dez/2019	Compra	400	5,650000	Euronext Lisbon	17.269.872
31/dez/2019	Compra	400	5,650000	Euronext Lisbon	17.270.272
31/dez/2019	Compra	200	5,650000	Euronext Lisbon	17.270.472
31/dez/2019	Compra	236	5,665000	Euronext Lisbon	17.270.708
31/dez/2019	Compra	534	5,665000	Euronext Lisbon	17.271.242
31/dez/2019	Compra	3.230	5,665000	Euronext Lisbon	17.274.472
31/dez/2019	Compra	838	5,655000	Euronext Lisbon	17.275.310
31/dez/2019	Compra	1.969	5,655000	Euronext Lisbon	17.277.279
31/dez/2019	Compra	689	5,655000	Euronext Lisbon	17.277.968
31/dez/2019	Compra	1.504	5,655000	Euronext Lisbon	17.279.472
31/dez/2019	Compra	451	5,695000	Euronext Lisbon	17.279.923
31/dez/2019	Compra	84	5,695000	Euronext Lisbon	17.280.007
31/dez/2019	Compra	320	5,695000	Euronext Lisbon	17.280.327
31/dez/2019	Compra	295	5,695000	Euronext Lisbon	17.280.622
31/dez/2019	Compra	1.925	5,700000	Euronext Lisbon	17.282.547
31/dez/2019	Compra	2.366	5,700000	Euronext Lisbon	17.284.913
31/dez/2019	Compra	318	5,700000	Euronext Lisbon	17.285.231
31/dez/2019	Compra	480	5,700000	Euronext Lisbon	17.285.711
31/dez/2019	Compra	1.801	5,695000	Euronext Lisbon	17.287.512
31/dez/2019	Compra	87	5,695000	Euronext Lisbon	17.287.599
31/dez/2019	Compra	26	5,695000	Euronext Lisbon	17.287.625
31/dez/2019	Compra	750	5,700000	Euronext Lisbon	17.288.375
31/dez/2019	Compra	2.600	5,700000	Euronext Lisbon	17.290.975
31/dez/2019	Compra	293	5,700000	Euronext Lisbon	17.291.268
31/dez/2019	Compra	443	5,700000	Euronext Lisbon	17.291.711
31/dez/2019	Compra	362	5,700000	Euronext Lisbon	17.292.073
31/dez/2019	-	-	-	-	17.292.073



RELATÓRIO
DE GOVERNO
DA SOCIEDADE

GOVERNO DA SOCIEDADE

A ALTRI, SGPS, S.A. (daqui em diante abreviadamente designada por “ALTRI” ou “Sociedade”) apresenta, de seguida, aos seus Acionistas, clientes, fornecedores e demais *stakeholders* e à sociedade em geral, o Relatório de Governo da Sociedade (“Relatório”).

O modelo de Relatório é o que consta do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) número 4/2013, e a informação dele constante cumpre todas as exigências legais aplicáveis, nomeadamente, mas sem limitar, o artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

Ao longo do exercício de 2019, a ALTRI deu continuidade ao processo de adaptação da sua estrutura ao cumprimento do Código de Governo das Sociedades do *Instituto Português de Corporate Governance* (IPCG) de 2018 (**Código de Governo das Sociedades do IPCG**).

Com equipas dimensionadas às necessidades da Sociedade, às quais proporciona elevados níveis de formação e que consciencializa, permanentemente, para que assentem a tomada das decisões em critérios de sustentabilidade, as equipas trabalham, em uníssono, com o foco no alcance dos objetivos.

A ALTRI acredita que a evolução dos resultados que tem vindo a apresentar e, em particular, os resultados apresentados no Relatório & Contas relativos ao exercício de 2019, são continuação da materialização de um caminho bem definido.

A imagem de rigor, transparência e sustentabilidade, que constituem a matriz da gestão da ALTRI, foi, uma vez mais, reconhecida, desta vez através da atribuição, à Bioelétrica do Mondego (subsidiária da ALTRI), pela *Euronext Lisbon*, do prémio *Finance for the Future*, pela primeira emissão de *Green Bonds* admitida à negociação em Portugal.

A ALTRI trabalha para acrescentar valor aos seus acionistas e às comunidades envolventes, pelo que ser merecedora de um prémio que chancela a confiança dos Acionistas, dos investidores e do mercado em geral, numa sociedade cada vez mais informada, sensibilizada para a gestão criteriosa e responsável e para as questões ambientais e de sustentabilidade, coloca-lhe em mão um testemunho de responsabilidade de continuar a fazer mais e melhor.

E é isso que os seus estimados Acionistas e o mercado em geral, sempre poderão esperar da ALTRI – um verdadeiro compromisso focado nos objetivos, para assim continuar a fazer mais e melhor.

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital

O capital social da ALTRI, SGPS, S.A. (daqui em diante abreviadamente designada por “**Sociedade**” ou “**ALTRI**”) é de € 25.641.459,00, integralmente subscrito e realizado e é composto por 205.131.672 ações, ordinárias sendo, por isso, iguais os direitos e deveres inerentes a todas as ações, escriturais e nominativas, cada uma com o valor nominal de 12,5 cêntimos de Euro.

A distribuição do capital e respetivos direitos de voto pelos acionistas titulares de participações qualificadas encontra-se espelhada em detalhe no ponto II.7.

A totalidade das ações representativas do capital social está admitida à negociação no mercado regulamentado *Euronext Lisbon*, gerido pela Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A..

2. Restrições à transmissibilidade das ações e à titularidade de ações

Os Estatutos da Sociedade não incluem qualquer restrição quanto à transmissibilidade ou titularidade das ações e não existem acionistas titulares de direitos especiais. Assim, as ações da *ALTRI* são livremente transmissíveis de acordo com as normas legais aplicáveis.

3. Ações próprias

A Sociedade não detém quaisquer ações próprias em carteira, por referência a 31 de dezembro de 2019.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos

Não existem acordos significativos celebrados pela *ALTRI* que incluam quaisquer cláusulas de mudança de controlo (inclusivamente na sequência de uma oferta pública de aquisição), isto é, que entrem em vigor, sejam alterados, determinem pagamentos, assunção de encargos ou cessem nessas circunstâncias ou em caso de mudança da composição do órgão de administração, assim como não existem quaisquer condições específicas que limitem o exercício de direitos de voto pelos acionistas da Sociedade, suscetíveis de interferir no êxito de Ofertas Públicas de Aquisição.

Alguns contratos de financiamento das subsidiárias da *ALTRI*, e apenas destas, contêm as normais cláusulas tipo de reembolso antecipado em caso de alteração de controlo acionista das mesmas.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas

A *ALTRI* não adotou quaisquer medidas defensivas.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto

Desconhece-se a existência de quaisquer acordos parassociais tendo por objeto a Sociedade.

II. Participações Sociais e Obrigações detidas

7. Participações qualificadas

Em 31 de Dezembro de 2019 e de acordo com as notificações recebidas pela Sociedade, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 16.º, 20.º e 248.º-B do CVM e no artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais (“CSC”), informa-se que as sociedades e/ou pessoas singulares que detêm uma participação social qualificada que ultrapasse os 2%, 5%, 10%, 15%, 20%, 33% e 50% dos direitos de voto, são como segue:

	Nº ações detidas em 31-dez-2019	% capital social com direito de voto
Norges Bank		
Diretamente	4 149 572	2,02%
Total imputável	4 149 572	2,02%

	Nº ações detidas em 31-dez-2019	% capital social com direito de voto
1 Thing, Investments, S.A.		
Diretamente ^(a)	17 292 073	8,43%
Total imputável	17 292 073	8,43%

(a) - as 17.292.073 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas diretamente pela sociedade 1 THING, INVESTMENTS, S.A. cujo conselho de administração integra o administrador Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira.

	Nº ações detidas em 31-dez-2019	% capital social com direito de voto
Domingos José Vieira de Matos		
Através da sociedade Livrefluxo, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	24 850 110	12,11%
Total imputável	24 850 110	12,11%

	Nº ações detidas em 31-dez-2019	% capital social com direito de voto
Paulo Jorge dos Santos Fernandes		
Através da sociedade Actium Capital, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	26 229 874	12,79%
Total imputável	26 229 874	12,79%

	Nº ações detidas em 31-dez-2019	% capital social com direito de voto
João Manuel Matos Borges de Oliveira		
Através da sociedade CADERNO AZUL, S.A. (da qual é acionista e administrador)	30 000 000	14,62%
Total imputável	30 000 000	14,62%

	Nº ações detidas em 31-dez-2019	% capital social com direito de voto
Promendo Investimentos, S.A.		
Diretamente ^(a)	42 545 053	20,74%
Através do seu administrador José Manuel de Almeida Archer	11 500	0,01%
Total imputável	42 556 553	20,75%

(a) - as 42.545.053 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas diretamente pela sociedade Promendo Investimentos, S.A. que se consideram igualmente imputáveis a Ana Rebelo de Carvalho Meneses de Mendonça, administradora e acionista dominante da sociedade Promendo Investimentos, S.A. e administradora da Altri, SGPS, S.A.

Esta matéria encontra-se igualmente tratada no Relatório Anual de Gestão.

A informação atualizada sobre participações qualificadas está acessível em <http://www.altri.pt/pt/investors/shareholder-information/shareholder-structure>

8. Número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC)

As ações e obrigações detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização na Sociedade e em sociedades em relação de domínio ou de Grupo com a Sociedade, diretamente ou através de pessoas relacionadas, encontram-se divulgadas em anexo ao Relatório Anual de Gestão nos termos exigidos pelo artigo 447.º do CSC e pelo artigo 14.º do Regulamento 5/2008 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“**CMVM**”).

9. Poderes do Conselho de Administração relativos a aumentos do capital

O Conselho de Administração não dispõe de quaisquer poderes especiais, tendo as competências e poderes que lhe são conferidos pelo CSC e pelos Estatutos da Sociedade.

Note-se que o artigo 4.º dos Estatutos da Sociedade, na redação que lhe foi dada por deliberação tomada a 31 de Março de 2006, atribuía ao Conselho de Administração a possibilidade de deliberar, com parecer prévio do órgão de fiscalização da Sociedade, o aumento do capital social, por uma ou mais vezes, até ao limite de 35 milhões de Euros, mediante novas entradas em dinheiro.

Esta disposição estatutária, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 456.º do CSC, vigorou pelo prazo de cinco anos, não tendo sido renovada, nos termos do n.º 4 da mesma disposição legal, pelo que a 31 de Março de 2011 cessou a sua vigência, data a partir da qual tal competência passou a residir, exclusivamente, na Assembleia Geral.

10. Relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade

Não existem relações significativas de natureza comercial a referir que tenham sido estabelecidas, diretamente, entre os titulares de participações qualificadas, e a Sociedade e que a esta tenham sido notificadas.

A informação sobre os negócios entre a Sociedade e as partes relacionadas pode ser consultada na nota 32 do Anexo às Contas Consolidadas e na nota 20 do Anexo às contas individuais da Sociedade referentes a transações com partes relacionadas.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da mesa da assembleia geral

11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato

A mesa da Assembleia Geral da ALTRI é constituída, em observância do disposto no artigo 11.º dos Estatutos da Sociedade e do artigo 374.º do CSC, por um presidente e por um secretário eleitos em Assembleia Geral pelos acionistas da Sociedade, para cada mandato correspondente a três anos, coincidente com o mandato dos órgãos sociais.

A 31 de Dezembro de 2019, a Mesa da Assembleia Geral era composta pelos seguintes membros, em exercício do primeiro mandato:

Presidente: Manuel Eugénio Pimentel Cavaleiro Brandão
Secretária: Maria Conceição Henriques Fernandes Cabaços

O mandato teve o seu início em 2017 e o seu termo em 2019.

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto

Na ALTRI não existem quaisquer limitações estatutárias ao exercício do direito de voto.

O capital social da Sociedade é integralmente representado por uma única categoria de ações, correspondendo a cada ação um voto, não existindo, assim, limitações ao número de votos que podem ser detidos ou exercidos por qualquer acionista.

A Sociedade não emitiu ações preferenciais sem direito a voto.

A participação dos acionistas em Assembleia Geral depende da comprovação da qualidade de acionista por referência à “Data do Registo” nos termos legais aplicáveis e definidos no Aviso Convocatório, não estabelecendo a Sociedade qualquer exigência adicional face às exigências impostas por lei.

Importa ainda referir que, em linha com o disposto no número 2 do artigo 23.º do CVM, o exercício dos direitos de participação e votação em Assembleia Geral não é prejudicado pela transmissão das ações em momento posterior à data de registo, nem depende do bloqueio das mesmas entre aquela data e a data da Assembleia Geral.

Os acionistas individuais e as pessoas coletivas poderão fazer-se representar por quem designarem para o efeito mediante documento de representação escrito, dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por carta entregue na sede social até ao final do terceiro dia útil anterior à data da Assembleia Geral.

Um acionista pode ainda, nos termos legais aplicáveis, designar diferentes representantes em relação às ações de que seja titular em diferentes contas de valores mobiliários, sem prejuízo do princípio da unidade de voto e da votação em sentido diverso legalmente prevista para os acionistas a título profissional.

Os acionistas da Sociedade podem votar por correspondência em relação a todas as matérias sujeitas à apreciação da Assembleia Geral, por declaração escrita, com a identificação do acionista, sendo a mesma realizada, quando pessoa singular, pelo envio de cópia certificada do respetivo cartão de cidadão, o que é solicitado em observância do número 2 do artigo 5.º da Lei 7/2007, de 5 de fevereiro na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 32/2017, de 1 de junho, e, quando pessoa coletiva, pela assinatura devidamente reconhecida, nos termos legais aplicáveis.

De acordo com os Estatutos da Sociedade, a declaração de se pretender exercer o voto por correspondência deve ser entregue na sede social, até ao final do terceiro dia útil anterior ao dia designado para a reunião, com identificação do remetente, dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Cabe ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.

Sem prejuízo de monitorizar em permanência a adequação do seu modelo e de dar resposta imediata a qualquer solicitação que lhe seja dirigida em sentido diverso, a ALTRI tem vindo a incentivar a participação física dos seus acionistas, por si diretamente ou através de representantes, nas suas assembleias gerais por considerar que as mesmas são o momento, por

excelência, para o contacto entre os seus Acionistas com a equipa de gestão, aproveitando a presença dos membros que integram os demais órgãos sociais, nomeadamente o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, bem como os membros da Comissão de Remunerações. Esta interação tem-se revelado profícua no seio da Sociedade.

Neste sentido, a Sociedade não desencadeou ainda os mecanismos necessários ao exercício do direito de voto por via eletrónica, nem à participação dos acionistas na assembleia por meios telemáticos. Estas modalidades de voto e de participação nunca foram solicitadas à Sociedade por qualquer Acionista, pelo que se considera que a ausência de tais formas de votação e de participação não consubstanciam qualquer constrangimento ou restrição ao exercício do direito de voto e de participação em Assembleia Geral.

De referir, ainda, que a Sociedade divulga, dentro dos prazos legais aplicáveis, e em todos os locais impostos por lei, a convocatória das Assembleias Gerais, que contém informação sobre a forma de habilitação dos acionistas para participação e exercício do direito de voto, bem como sobre procedimentos a adotar para o exercício do voto por correspondência ou para designação de representante.

A Sociedade divulga ainda, nos termos legais aplicáveis, as propostas de deliberação, as informações preparatórias exigidas por lei, as minutas de carta de representação e de boletins de voto para o exercício do voto por correspondência, tudo no sentido de garantir, promover e incentivar a participação dos acionistas, por si ou por representantes por si designados, nas Assembleias Gerais.

Neste contexto, a Sociedade está convicta de que o modelo vigente promove e incentiva, nos termos amplamente descritos neste Relatório, a participação dos Acionistas em Assembleia Geral.

13. Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários

Não existe qualquer limitação no número de votos que pode ser detido ou exercido por um único acionista ou Grupo de acionistas.

14. Deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada

De acordo com os Estatutos da Sociedade, as deliberações sociais são tomadas por maioria dos votos emitidos, seja qual for a percentagem do capital social representado na assembleia, exceto quando seja exigida por lei uma diferente maioria.

Numa segunda convocatória, a Assembleia Geral pode deliberar independentemente do número de acionistas presentes e do capital social que representem.

O quórum deliberativo da Assembleia Geral está em conformidade com o disposto no CSC.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado

A ALTRI adota o modelo de governo denominado monista reforçado, que contempla um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal, conforme disposto na alínea a) do número 1 do artigo

278.º do CSC e de um Revisor Oficial de Contas, em observância do disposto na alínea a) do número 2 do artigo 413.º do CSC, por remissão do número 3 já mencionado artigo 278.º.

O Conselho de Administração é, assim, o órgão responsável pela gestão dos negócios da Sociedade na prossecução do objeto social, determinando a sua orientação estratégica, sem prejuízo do acompanhamento e avaliação desta pelo Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências.

A Sociedade monitoriza em permanência a adequação do modelo adotado, o qual se tem revelado perfeitamente adequado e base essencial à boa performance do Grupo.

Em matéria de política de diversidade importa referir que é um tema que não é novo para o Grupo ALTRI.

Na verdade, e tendo em consideração que a atividade desenvolvida pelas empresas do Grupo é uma atividade industrial onde há uma predominância histórica do género masculino, a Sociedade, desde cedo, potenciou a assunção de cargos de topo por mulheres, como é exemplo a eleição da Dra. Laurentina da Silva Martins já em 2009 e, em 2014, a eleição da Dra. Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça, mantendo-se ambas em funções num conselho composto, atualmente, por 7 membros.

Importa ainda referir que desde 2015, de quatro novas direções criadas no Grupo, duas foram assumidas por mulheres, o que traduz, uma vez mais, a visão da ALTRI nesta matéria.

Num período temporal em que não existia qualquer imposição legal, já a ALTRI se encontrava a trilhar um caminho de evolução crescente, tendo uma representatividade de género considerada expressiva na sua organização.

E é assim porque a ALTRI assenta a sua cultura em critérios de verdadeira meritocracia.

Não existindo uma política de diversidade formalmente instituída, precisamente por se considerar que a diversidade, incluindo, em particular, de género deve ser a expressão máxima de um desempenho de excelência na ascensão a cargos de topo, a ALTRI prosseguirá a sua atuação em observância estrita das imposições legais, nomeadamente aquando da eleição de novos membros para integrarem os órgãos sociais, a propósito do início de um novo mandato, o que acontecerá já em 2020.

Importa, no entanto, referir que os membros que integram o Conselho de Administração e que se encontram em exercício de funções têm revelado e têm já provas dadas nesse sentido, serem titulares das características individuais (nomeadamente competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência, como já referido) para o exercício pleno e cabal das funções que lhes estão atribuídas de uma forma alinhada com os interesses da Sociedade e dos seus Acionistas, desde logo pela sua senioridade e experiência.

Por outro lado, mas não menos relevante, a ALTRI considera que o equilíbrio de género no seio do seu órgão de gestão, e que é anterior à entrada em vigor da Lei, demonstra que a política de diversidade não é um tema novo no Grupo que, fiel a princípios de verdadeira meritocracia, desde há largos anos que atribui cargos de topo na sua gestão, a mulheres.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração

A eleição de membros para integrarem o Conselho de Administração da Sociedade cabe aos Acionistas, por deliberação tomada em Assembleia Geral. Os membros são eleitos para mandatos correspondentes a períodos de três anos, podendo a sua reeleição ser deliberada por uma ou

mais vezes. O Conselho de Administração é constituído por três a nove membros, acionistas ou não, eleitos em Assembleia Geral.

O posicionamento de mercado que o Grupo tem vindo a conquistar e os resultados apresentados ao público, em especial no exercício de 2019, comprovam que a equipa de gestão da Sociedade tem realizado as suas funções com um elevado nível de *expertise*, rigor e competência.

Ainda em matéria de eleição de membros para integrarem o Conselho de Administração, importa referir a regra estatutária constante do artigo 15.º dos Estatutos, nos termos da qual na Assembleia Geral eleitoral proceder-se-á à eleição isolada de um, dois ou três administradores, consoante o respetivo número total for de três ou quatro, cinco ou seis, sete ou mais de sete, entre pessoas propostas em listas subscritas por Grupos de acionistas desde que nenhum desses Grupos possua ações representativas de mais de vinte por cento e de menos de dez por cento do capital social. Cada uma das listas referidas anteriormente deverá propor pelo menos duas pessoas elegíveis por cada um dos cargos a preencher, sendo uma delas designada como suplente. Nenhum acionista poderá subscrever mais do que uma das referidas listas.

A Assembleia Geral não poderá proceder à eleição de quaisquer outros administradores enquanto não tiverem sido eleitos um, dois ou três administradores, em conformidade com o acima exposto, salvo se não forem apresentadas tais listas. Faltando administrador eleito, nos termos anteriores, será chamado o respetivo suplente e, na falta deste, realizar-se-á nova eleição, à qual serão aplicadas, com as necessárias adaptações, as regras acima descritas.

17. Composição do Conselho de Administração

O Conselho de Administração composto atualmente por sete membros, é o órgão responsável pela gestão dos negócios da Sociedade na prossecução do seu objeto social, cabendo a este órgão a determinação da orientação estratégica da ALTRI, pelo que, na execução das suas atribuições, o Conselho de Administração atua sempre da forma que considera que melhor defende os interesses da Sociedade, com o foco na criação permanente de valor para os seus acionistas e demais *stakeholders*.

Em 31 de Dezembro de 2019 este órgão era composto pelos seguintes elementos:

- Paulo Jorge dos Santos Fernandes – Presidente e Co-CEO
- João Manuel Matos Borges de Oliveira – Vice-Presidente e Co-CEO
- Domingos José Vieira de Matos – Vogal
- Laurentina da Silva Martins – Vogal
- Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira – Vogal
- Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça – Vogal
- José Manuel de Almeida Archer – Vogal

Todos os membros do Conselho de Administração foram eleitos na Assembleia Geral realizada no dia 26 de Abril de 2017 para o triénio 2017/2019.

NOME	PRIMEIRA NOMEAÇÃO	DATA DE TERMO DO MANDATO
Paulo Jorge dos Santos Fernandes	Março de 2005	31 de Dezembro de 2019
João Manuel Matos Borges de Oliveira	Março de 2005	31 de Dezembro de 2019

Domingos José Vieira de Matos	Março de 2005	31 de Dezembro de 2019
Laurentina da Silva Martins	Março de 2009	31 de Dezembro de 2019
Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira	Abril de 2014	31 de Dezembro de 2019
Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça	Abril de 2014	31 de Dezembro de 2019
José Manuel de Almeida Archer	Setembro de 2015	31 de Dezembro de 2019

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes

Em 31 de Dezembro de 2019, o Conselho de Administração, composto por sete membros, incluía três membros não executivos: Laurentina da Silva Martins, Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça e José Manuel de Almeida Archer.

Tomando em consideração o perfil pessoal, o percurso e a experiência profissional dos membros que integram o Conselho de Administração da ALTRI, considera-se que o número de administradores não executivos, em relação ao número total de membros que integram o órgão, se revela adequado e equilibrado face à natureza e dimensão da Sociedade. Neste sentido, a ALTRI considera que os administradores não executivos são em número suficiente para garantir um acompanhamento efetivo, bem como uma verdadeira supervisão e fiscalização, à atividade desenvolvida pelos executivos, sobretudo tendo em conta que a Sociedade desenvolveu mecanismos tendentes a permitir aos administradores não executivos, tomadas de decisão independentes e informadas, nomeadamente através de:

- Disponibilidade dos administradores executivos para o fornecimento, aos administradores não executivos, de toda a informação adicional que entendam relevante ou necessária, bem como para proceder a estudos e análises mais aprofundados em relação a todas as matérias que sejam objeto de deliberação ou que, não o sendo, estejam em análise, de alguma forma, na Sociedade;
- Envio prévio e atempado, a todos os membros que integram o Conselho de Administração, das convocatórias das reuniões daquele órgão, incluindo ordem de trabalhos, mesmo que provisória, da reunião, acompanhadas da demais informação e documentação relevante;
- Disponibilização permanente dos livros da Sociedade e subsidiárias, nomeadamente, dos livros de atas, livros de registo de ações, contratos e demais documentação de suporte às operações realizadas pela Sociedade ou pelas subsidiárias, para examinação, bem como, disponibilização e promoção de um canal direto de obtenção de informação junto dos administradores e responsáveis operacionais e financeiros das várias empresas que integram o Grupo, sem que seja necessária qualquer intervenção dos administradores executivos nesse processo.

A Sociedade tal como noutras, nesta matéria, também leva a cabo em permanência uma avaliação à adequação do modelo vigente tendo concluído que o mesmo se tem vindo a revelar adequado e eficiente.

O relatório de gestão inclui, no seu capítulo “Atividade desenvolvida pelos membros não-executivos do Conselho de Administração”, uma descrição da atividade desenvolvida pelos mesmos durante o exercício de 2019.

O Conselho de Administração inclui um membro independente. Trata-se da Dra. Laurentina Martins.

Esta administradora foi colaboradora da subsidiária Caima – Indústria de Celulose, S.A., não o sendo já há mais de três anos. Importa referir que esta administradora recebe uma pensão de reforma que lhe é paga pelo fundo de pensões em vigor para os trabalhadores daquela subsidiária. No entanto, tal circunstância, porque se trata de um direito adquirido, que lhe assiste exercendo ou não o cargo de administração na ALTRI, e não deixando de lhe ser atribuído pela cessação do exercício das funções seja qual for o motivo dessa cessação, não afeta a sua independência.

Assim, a ALTRI considera verificados na íntegra os critérios de independência previstos quer no ponto 18.1. do Anexo ao Regulamento da CMVM número 4/2013, o que classifica esta administradora como administradora independente, quer os critérios de independência ínsitos na recomendação III.4 do Código de Governo das Sociedades do IPCG.

19. Qualificações profissionais dos membros do Conselho de Administração

A informação curricular dos membros que integram o Conselho de Administração é apresentada no anexo I ao presente Relatório.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto

Em 31 de Dezembro de 2019:

O Presidente do Conselho de Administração e Co-CEO Paulo Jorge dos Santos Fernandes é administrador e acionista dominante da sociedade ACTIUM CAPITAL, S.A., sociedade detentora de 12,79% do capital da ALTRI.

O Vice-Presidente do Conselho de Administração, Co-CEO, João Manuel Matos Borges de Oliveira é administrador e acionista da CADERNO AZUL, S.A., sociedade detentora de uma participação de 14,62% do capital da ALTRI.

O administrador Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira é Presidente do Conselho de Administração da sociedade 1 THING, INVESTMENTS, S.A., sociedade detentora de uma participação de 8,43% do capital da ALTRI e é irmão do administrador João Manuel Matos Borges de Oliveira.

O administrador Domingos José Vieira de Matos é administrador e acionista dominante da LIVREFLUXO, S.A., sociedade detentora de uma participação de 12,11% do capital da ALTRI.

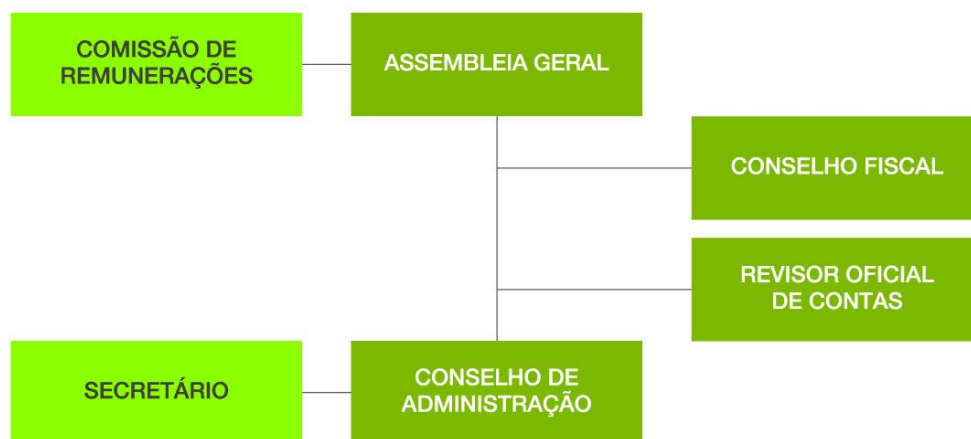
A administradora Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça é administradora e acionista dominante da sociedade PROMENDO INVESTIMENTOS, S.A., sociedade detentora de uma participação de 20,75% do capital da ALTRI.

Na ALTRI existe uma política de prevenção de situações de conflito de interesses, política essa que se encontra consagrada no Código de Ética e Conduta em vigor no Grupo. Este código é de aplicação transversal a todos os níveis da organização, incluindo aos membros dos órgãos sociais. Nos termos da mencionada política, nenhum colaborador ou membro de órgão social poderá ter qualquer intervenção em processos de tomada de decisões que envolvam, de forma direta ou indireta, organizações com as quais colaborem ou tenham colaborado, a outros títulos ou que envolvam, também de forma direta ou indireta, pessoas ou entidades a que estejam ligados por laços de parentesco (entendendo-se estas por relações familiares até ao 3.º grau) ou a que estejam ou tenham estado ligados por relações de afinidade.

Por outro lado, importa referir que, dessa política consta a obrigatoriedade de o administrador que se encontrar numa situação de conflito de interesses, comunicar, de imediato, ao órgão de

administração essa mesma situação de modo a que os procedimentos se desencadeiam em perfeita harmonia com os subseqüentes termos da já referida política.

21. Organigramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade



De acordo com a estrutura atual de Governo da ALTRI, o Conselho de Administração é o órgão responsável pela gestão dos negócios da Sociedade na prossecução do seu objeto social, e é o órgão ao qual cabe determinar a orientação estratégica do Grupo, norteando a sua atuação sempre da forma que considerar que melhor defende os interesses da Sociedade, na criação permanente de valor para os seus acionistas e demais *stakeholders*. O Conselho de Administração é constituído atualmente por sete membros, eleitos em Assembleia Geral, dos quais um presidente e seis vogais, sendo três deles não executivos.

O Conselho de Administração, no exercício das funções que lhe estão cometidas, estabelece uma interação permanente com o Conselho Fiscal e com o Revisor Oficial de Contas, colaborando, assim, com o órgão de fiscalização de forma regular, transparente e rigorosa, em observância dos respetivos regulamentos de funcionamento e das melhores práticas de governo societário.

Não existe limitação ao número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades, pelo que os membros do Conselho de Administração da ALTRI integram, na maioria dos casos, os órgãos de administração das subsidiárias mais relevantes do Grupo, assegurando um acompanhamento próximo e permanente das respetivas atividades.

O Conselho de Administração da ALTRI incentiva todas as direções e áreas operacionais a criar equipas multidisciplinares, com vista ao desenvolvimento de projetos de relevo no Grupo, multidisciplinaridade essa que permite assegurar a identificação de questões e a análise das formas de resolução das mesmas sob as diferentes perspetivas, garantindo-se uma visão mais transversal sobre os temas em análise. A ALTRI acredita que o estabelecimento de canais de comunicação ágeis e eficazes entre as direções da Sociedade, entre estas e as áreas operacionais e de todas estas com os conselhos de administração de cada subsidiária e da própria Sociedade é a forma de melhor executar os projetos, identificar os riscos associados, desenvolver os mecanismos necessários à sua mitigação, numa perspetiva verdadeiramente abrangente e analisada sob diversos pontos de vista.

A ALTRI acredita que um fluxo de informação eficaz dentro da organização é a única forma que permite assegurar um igualmente adequado fluxo de informação das equipas multidisciplinares

com os órgãos sociais e, conseqüentemente, destes em relação aos acionistas, aos investidores, aos demais *stakeholders*, analistas financeiros e ao mercado em geral.

Em observância desta política do Grupo, que está perfeitamente alinhada com a recomendação I.1.1. do Código de Governo das Sociedades do IPCG, e em cumprimento das normas legais aplicáveis, a ALTRI tem assegurado a divulgação, rigorosa e tempestiva, de informação ao mercado, através do Sistema de Difusão de Informação da CMVM (SDI da CMVM), garantindo o acesso a essa informação, aos seus acionistas, demais *stakeholders* e ao mercado em geral, no mesmo momento temporal e com o mesmo nível de detalhe.

Em linha com o que se acaba de expor, a ALTRI apresenta de seguida as Comissões e/ou departamentos da Sociedade e respetivas competências e atribuições:

Comissão de Remunerações

O Conselho de Administração considera que, face à sua estrutura organizativa e à dimensão e complexidade, em concreto, da Sociedade (conforme, em detalhe, se explicita no ponto 28 *infra*), a única comissão especializada que se revela necessária é a Comissão de Remunerações.

A Comissão de Remunerações é o órgão responsável pela avaliação de desempenho e pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e dos demais órgãos sociais. É a esta comissão que cabe, em observância do disposto no número 1 do artigo 2.º da Lei 28/2009 de 19 de junho e da recomendação V.2.3. do Código de Governo das Sociedades do IPCG, elaborar a Declaração sobre a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais bem como, através da elaboração de uma proposta de aprovação dessa mesma Política, e submetê-la ao escrutínio do órgão deliberativo por excelência para esta matéria, que é a Assembleia Geral.

Merecendo a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais a aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, cabe a esta comissão pugnar pela aplicação da mesma, monitorizando a sua permanente adequação à realidade da Sociedade.

Em termos de gestão corporativa, a ALTRI destaca as seguintes áreas:

Área de Corporate Finance

A área de *Corporate Finance* da ALTRI, dada a sua visão integrada e transversal a nível de todas as sociedades do Grupo, é responsável, por um lado, pela definição de estratégias e políticas de gestão financeira e, por outro, por assegurar o *interface* com os mercados de capitais, de dívida e bancários. Cabe-lhe ainda o desenvolvimento dos mecanismos necessários à implementação das estratégias e políticas de gestão financeira, delineadas.

Área de Planeamento e Controlo de Gestão

A área de planeamento e controlo de gestão da ALTRI presta apoio na implementação das estratégias corporativas e/ou dos negócios seguidas pelo Grupo. Esta área prepara e analisa a informação de gestão a nível de todas as sociedades do Grupo, bem como ao nível consolidado, seja mensal, trimestral, semestral e anual, monitorizando desvios em relação ao orçamento e propondo as necessárias medidas corretivas. Assume ainda a responsabilidade pela construção de planos de negócio, integrando as equipas de trabalho multidisciplinares criadas para este efeito, atividades que vai desenvolvendo a par com a permanente realização de estudos técnicos e de *benchmarking* dos negócios existentes, de modo a monitorizar a performance da ALTRI tendo em conta a sua posição estratégica no mercado.

Área de Jurídico & Compliance

A área de Jurídico e *Compliance* presta apoio jurídico em todas as áreas de atividade do Grupo, monitorizando e garantindo, por um lado, a legalidade das atividades desenvolvidas, e assegurando, por outro, as relações com a *Euronext Lisbon*, com a CMVM e com os acionistas sempre que em causa estejam questões jurídicas. Esta área é igualmente responsável pelo acompanhamento da política de governo das sociedades com vista ao cumprimento das melhores práticas neste domínio. Cabe-lhe ainda a responsabilidade da elaboração e/ou análise de contratos que permitam maximizar a segurança e reduzir riscos legais e custos potenciais, bem

como a gestão dos aspetos relativos à propriedade intelectual e industrial do Grupo, exercendo ainda as funções de secretariado societário numa permanente monitorização de conformidade jurídica. Cabe ainda a esta área prestar todo o apoio jurídico às operações de financiamento no mercado de capitais bem como prestar todo o apoio jurídico interno às operações de fusões e aquisições. Esta área do Grupo acompanha todas as alterações legislativas com impacto na atividade do Grupo, analisa e identifica as consequências das mesmas nas respetivas áreas de negócio e elabora memorandos e notas internas sobre as alterações a considerar, com propostas de procedimentos a implementar. Esta área é, assim, uma área de *back office* do negócio, que acompanha e apoia o Conselho de Administração na implementação das suas estratégias, numa absoluta conformidade legal.

Área de Relações com Investidores

A área de relações com investidores da ALTRI estabelece a relação entre o Grupo e a comunidade financeira, divulgando permanentemente informação relevante e atualizada sobre a atividade do mesmo. Cabe-lhe ainda prestar apoio ao Conselho de Administração no fornecimento de informação atualizada sobre o mercado de capitais bem como prestar apoio à gestão das relações institucionais da ALTRI, estabelecendo contacto permanente com investidores institucionais, acionistas e analistas e representando o Grupo em associações, fóruns ou eventos (nacionais ou internacionais).

Área de Controlo de Gestão a Nível das Subsidiárias

Acrescente-se que as empresas operacionais do Grupo ALTRI possuem áreas próprias de controlo de gestão que exercem a sua atividade ao nível das empresas participadas, em observância das diretrizes da ALTRI, elaborando relatórios mensais de reporte aos respetivos Conselhos de Administração, os quais, por sua vez, asseguram o regular e permanente fluxo de informação ao Conselho de Administração da Sociedade.

Os administradores da ALTRI centram a sua atividade, essencialmente, na gestão das participações do Grupo e na definição das suas linhas estratégicas. As decisões relativas a matérias estruturantes para a atividade do Grupo são tomadas pelo Conselho de Administração enquanto órgão colegial composto pela totalidade dos seus membros, executivos e não executivos, no normal desempenho das suas funções.

A gestão corrente das sociedades operacionais é desempenhada pela administração de cada uma das subsidiárias, as quais integram igualmente, por regra, alguns dos administradores da ALTRI, para além de outros administradores com competências e pelouros especificamente definidos.

Importa referir, que, o exercício de cargos de administração por parte dos administradores da Sociedade nas sociedades subsidiárias materializa-se num aprofundado conhecimento do negócio, perto das operações e das pessoas o que leva a que as decisões tomadas ao nível da *holding* do grupo, a ALTRI, sejam assim ainda mais conscientes e informadas.

A ALTRI acredita que quanto mais profundo é o conhecimento dos administradores da Sociedade, sobre as especificidades e subtilezas do negócio, mais acertadas são as decisões em relação às linhas estratégicas e, conseqüentemente, ao sucesso das decisões ao nível da administração de topo.

Deste modo, e tendo em consideração o desenvolvimento da atividade dos membros do Conselho de Administração quer na ALTRI quer nas respetivas subsidiárias, o organigrama funcional pode ser apresentado do seguinte modo:

ALTRI SGPS, S.A.

Paulo Fernandes

João Borges de Oliveira

Domingos Matos

Laurentina Martins

Pedro Borges de Oliveira

Ana Mendonça

José Archer

CELBI

**CAIMA
INDÚSTRIA**

CELTEJO

**ALTRI
FLORESTAL**

**BIOELÉTRICA
DA FOZ**

Paulo Fernandes	Paulo Fernandes	Paulo Fernandes	Domingos Matos	Laurentina Martins
João Borges de Oliveira	João Borges de Oliveira	João Borges de Oliveira	Pedro Borges de Oliveira	A. Dolores Ferreira
Domingos Matos	Domingos Matos	Domingos Matos	A. Dolores Ferreira	Carlos Coelho
Pedro Borges de Oliveira	A. Dolores Ferreira	A. Dolores Ferreira	Miguel Silveira	J. Nogueira dos Santos
A. Dolores Ferreira	J. Nogueira dos Santos	J. Nogueira dos Santos		Carlos Van Zeller
J. Nogueira dos Santos	Carlos Van Zeller	Carlos Van Zeller		Miguel Silveira
Carlos Van Zeller				Gualter Vasco
				Pedro Baptista

b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração

O regulamento de funcionamento do Conselho de Administração encontra-se disponível para consulta na página na internet da Sociedade (www.altri.pt) (separador “Investidores”, seção “Governance”).

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração às reuniões realizadas

Os Estatutos da Sociedade estabelecem, no seu artigo 17.º, que o Conselho de Administração reunirá sempre que for convocado pelo seu presidente, por iniciativa deste ou a pedido de qualquer outro administrador e, pelo menos, uma vez por mês.

O quórum necessário à realização de qualquer reunião do Conselho de Administração considera-se constituído desde que a maioria dos seus membros esteja presente ou devidamente representada.

Durante o ano de 2019, o Conselho de Administração reuniu dezassete vezes, com uma assiduidade de 100% em todas as reuniões.

As reuniões do Conselho de Administração são agendadas e preparadas com antecedência, sendo disponibilizada documentação de suporte às propostas que integram a ordem de trabalhos, assegurando a criação das condições ao pleno exercício das funções e à adoção de deliberações de forma amplamente informada.

De igual modo as respetivas convocatórias e posteriormente as atas das reuniões, são enviadas ao presidente do Conselho Fiscal, num fluxo regular de informação, que potencia o exercício de uma fiscalização ativa e permanente.

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos

Em linha com o que se refere no ponto 21 *supra*, a Comissão de Remunerações é o órgão responsável pela avaliação de desempenho e aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e demais órgãos sociais. É a esta comissão que cabe, em observância do disposto no número 1 do artigo 2.º da Lei 28/2009 de 19 de junho e da recomendação V.2.3. do Código de Governo das Sociedades do IPCG, elaborar a Declaração sobre a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais bem como, através da elaboração de uma proposta de aprovação da mesma, a submetê-la ao escrutínio do órgão deliberativo por excelência para esta matéria, que é a Assembleia Geral.

Merecendo a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais, plasmada na referida Declaração, a aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, cabe a esta comissão pugnar pela aplicação da mesma, monitorizando a sua permanente adequação à realidade da Sociedade.

Pelo menos um membro da Comissão de Remunerações deve estar presente nas Assembleias Gerais Anuais onde se delibera sobre a Declaração sobre Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais, de forma a assegurar o esclarecimento de quaisquer questões que, sobre a mesma, aí se possam levantar. Na Assembleia Geral Anual realizada em 2019, encontrava-se presente um dos membros daquela comissão, a saber, Pedro Pessanha.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos

A avaliação de desempenho dos administradores executivos tem por base critérios pré-determinados, assentes em indicadores de desempenho objetivamente fixados para cada mandato, os quais se encontram alinhados com a estratégia de médio/longo prazo de desempenho da Sociedade e de crescimento do negócio.

A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração inclui uma componente variável de médio prazo (período de 2011 a 2019, correspondente a três mandatos) calculada com base em critérios objetivos e pré-determinados, a saber: (i) retorno total para o acionista (remuneração de ação mais dividendo distribuído); (ii) somatórios dos resultados líquidos consolidados dos 9 anos e; (iii) evolução dos negócios da Sociedade.

26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício

O compromisso dos administradores da ALTRI com a natureza e exigência das funções que assumiram é total. Neste sentido, a gestão de topo do Grupo é uma gestão presente, próxima das pessoas e do negócio.

As suas atividades profissionais, a indicação de outras empresas onde desempenham funções de administração e a indicação de outras atividades relevantes exercidas pelos mesmos, é apresentada no anexo I ao presente Regulamento.

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados

27. Identificação das comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento

O Conselho de Administração considera que, face à sua estrutura organizativa e à dimensão e complexidade da Sociedade (conforme, em detalhe, se explicita no ponto 28 *infra*), a única comissão especializada que se revela necessária é a Comissão de Remunerações.

A ALTRI tem assim formalmente constituída uma Comissão de Remunerações, eleita pela Assembleia Geral para o mandato correspondente ao triénio que se iniciou em 2017 e que terminou em 2019, e cuja composição é a seguinte:

- João da Silva Natária – Presidente
- André Seabra Ferreira Pinto – Vogal
- Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa – Vogal

A Comissão de Remunerações dispõe de um regulamento de funcionamento válido para o mandato em curso, regulamento esse que se encontra disponível para consulta no *website* da Sociedade (www.altri.pt) (separador “Investidores”, secção “Governance”).

28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s)

A ALTRI, conforme já amplamente referido ao longo do presente Relatório, monitoriza em permanência a adequação do modelo vigente. Nesse sentido, e dessa monitorização permanente tem resultado a conclusão de que a sua estrutura organizativa, face à reduzida dimensão do Conselho de Administração que é composto por sete membros, se afigura desnecessária uma designação formal de uma Comissão Executiva no seio daquele órgão.

No entanto, e tal como referido no ponto 18 do presente Relatório, dos sete membros que integram o Conselho de Administração, quatro desempenham funções que podemos considerar de cariz executivo - mais prático ou operacional – e que, no exercício dessas funções, asseguram o seguinte:

- envio prévio e atempado, a todos os membros que integram o Conselho de Administração, das convocatórias das reuniões daquele órgão, incluindo ordem de trabalhos, mesmo que provisória, da reunião, acompanhadas da demais informação e documentação relevante;
- disponibilidade para o fornecimento, aos administradores ditos não executivos, de toda a informação adicional que entendam relevante ou necessária, bem como para proceder a estudos e análises mais aprofundados em relação a todas as matérias que sejam objeto de deliberação ou que, não o sendo, estejam em análise, de alguma forma, na Sociedade, e ainda,
- disponibilização dos livros de registo da Sociedade e subsidiárias, tais como livros de atas, livros de registo de ações, documentos de suporte às operações realizadas na Sociedade ou nas subsidiárias, para efeitos de controlo e verificação, bem como, disponibilização e promoção de um canal direto de obtenção de informação junto dos administradores e

responsáveis operacionais e financeiros das subsidiárias do Grupo, sem que seja necessária qualquer intervenção dos administradores ditos executivos nesse processo.

Desta forma, considera a Sociedade, estarem garantidas as condições necessárias para que as decisões relativas a matérias estratégicas sejam, tal como são, tomadas pelo Conselho de Administração enquanto órgão colegial composto pela totalidade dos seus membros, executivos e não executivos, no normal desempenho das suas funções, de forma esclarecida e informada, totalmente focada na criação de valor para os acionistas.

Não obstante, e tal como se refere *supra*, o Conselho de Administração tem refletido regularmente sobre a adequação da sua estrutura organizativa, tendo vindo sempre a resultar dessas reflexões a conclusão da conformidade de tal estrutura com as melhores práticas de governo das sociedades, o que se tem vindo a materializar no desempenho positivo, que no Relatório de Contas resulta espelhado, da Sociedade.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências

Em linha com o que se refere nos pontos 21 e 24 *supra*, a Comissão de Remunerações é o órgão responsável pela avaliação de desempenho e aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e demais órgãos sociais. É a esta comissão que cabe, em observância do disposto no número 1 do artigo 2.º da Lei 28/2009 de 19 de junho e da recomendação V.2.3. do Código de Governo das Sociedades do IPCG, elaborar a Declaração sobre a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais bem como, através da elaboração de uma proposta de aprovação da mesma, a submetê-la ao escrutínio do órgão deliberativo por excelência para esta matéria, que é a Assembleia Geral.

Merecendo a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais a aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, cabe a esta comissão pugnar pela aplicação da mesma, monitorizando a sua permanente adequação à realidade da Sociedade.

Secretário da Sociedade

O Secretário da Sociedade tem as seguintes competências: (i) Apoiar o Presidente da Mesa da Assembleia Geral na convocação das Assembleias Gerais, zelando pela receção da informação que, para efeitos de participação e votação na mesma, é dirigida à Sociedade na pessoa do Presidente da Mesa; (ii) zelar pelas atas e pela lista de presenças das Assembleias Gerais de Acionistas; (iii) Apoiar e supervisionar a preparação dos documentos de suporte às Assembleias Gerais; (iv) Preparar a documentação necessária à convocação das reuniões do Conselho de Administração, supervisionando a sua expedição tempestiva e a sua efetiva receção por parte de todos os administradores; (v) apoiar o fluxo de informação entre o Conselho de Administração e o Órgão de Fiscalização; (vi) Preparar respostas a acionistas nos termos da lei e em matérias para as quais tenha competência ou obter respostas internas, das áreas relevantes, para assegurar, em permanência, a prestação de informação aos Acionistas e (vii) assegurar o registo tempestivo das deliberações sociais junto da Conservatória do Registo Comercial.

As funções de secretariado da Sociedade foram exercidas em pleno e de forma regular durante o exercício de 2019, tendo sido, nesse período, designado um novo Secretário, em virtude da cessação de funções do anterior.

III. FISCALIZAÇÃO

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado

O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são, no modelo de governo adotado, os órgãos de fiscalização da Sociedade.

31. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro

O Conselho Fiscal é designado pela Assembleia Geral, para mandatos com duração de três anos, podendo os membros eleitos ser reeleitos uma ou mais vezes. É composto por três membros e um ou dois suplentes, assumindo, em pleno, as funções que lhe estão atribuídas por lei, nas quais se inclui a proposta de designação do Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em cumprimento do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 413.º do CSC, cumprindo uma atribuição que, legalmente lhe está atribuída nos termos da alínea b) do número 2 do artigo 420.º do CSC.

Em 31 de Dezembro de 2019 este órgão era composto pelos seguintes membros:

- Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa – Presidente
- António Luís Isidro de Pinho – Vogal
- Guilherme Paulo Aires da Mota Correia Monteiro – Vogal
- André Seabra Ferreira Pinto – Suplente

Os membros do Conselho Fiscal, Pedro Pessanha e André Pinto, foram eleitos, pela primeira vez, em Abril de 2014, para o mandato que se iniciou em 2014 e cessou em 2016, encontrando-se, por isso, no exercício de um segundo mandato. Já os membros António Pinho e Guilherme Monteiro, foram eleitos pela primeira vez, em Abril de 2017, para o triénio que se iniciou em 2017 e que cessou em 2019.

32. Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes, nos termos do artigo 414.º, n.º 5, do CSC

Como órgão colegial que é, a aferição da independência do Conselho Fiscal é feita a todos aqueles que o compõem, verificando-se a independência de cada um dos seus membros de acordo com a definição que é dada nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, sendo eventuais incompatibilidades aferidas de acordo com a definição do n.º 1 do artigo 414.º-A, ambos do CSC.

Todos os membros que compõem o Conselho Fiscal da Sociedade cumprem assim as regras de independência acima identificadas, não se encontrando em nenhuma das situações de incompatibilidade previstas na lei. Esta conformidade é declarada pelos respetivos membros em declaração que individualmente subscrevem e entregam na Sociedade.

33. Qualificações profissionais de cada um dos membros do Conselho Fiscal e outros elementos curriculares relevantes

Todos os membros que integram o Conselho Fiscal da ALTRI dispõem da formação, competência e da experiência necessárias ao pleno exercício das funções, em linha com o disposto no número 4 do artigo 414.º do CSC e no número 2 do artigo 3.º da Lei 148/2015, de 9 de setembro. O Presidente deste órgão está adequadamente apoiado pelos restantes membros do Conselho Fiscal.

No Anexo I ao presente Relatório são apresentadas as qualificações profissionais e as demais atividades exercidas pelos membros do Conselho Fiscal.

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal

O regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal está disponível para consulta no *website* da Sociedade (www.altri.pt) (separador “Investidores”, secção “Governance”).

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas de cada membro do Conselho Fiscal

Durante o ano de 2019 o Conselho Fiscal da Sociedade reuniu quatro vezes, tendo correspondido a tais reuniões um grau de assiduidade correspondente a 100%. As atas das mencionadas reuniões encontram-se registadas no livro de atas do Conselho Fiscal, nos termos legais aplicáveis.

36. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas

Os membros do Conselho Fiscal assumiram um compromisso com a Sociedade, que têm vindo a cumprir de forma escrupulosa e que se materializa num nível de disponibilidade totalmente consentâneo com os interesses da ALTRI. A informação relativa a outros cargos exercidos, qualificações e experiência profissional dos membros do Conselho Fiscal encontra-se detalhada no Anexo I ao presente Relatório.

c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo

É da competência do Conselho Fiscal aprovar previamente a prestação de serviços distintos dos serviços de auditoria a contratar ao Auditor Externo.

Como nota prévia, importa referir que o próprio Conselho de Administração, quando pondera a possibilidade de contratar serviços adicionais ao Auditor Externo ou ao Revisor Oficial de Contas, assegura, antes de comunicar a sua decisão ao Conselho Fiscal, que àqueles ou a entidades que integram a sua rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de maio, possam pôr em causa a sua independência.

Concluindo o Conselho de Administração que estão reunidas as condições para apresentar o tema ao Conselho Fiscal, este analisa, de forma prévia e aprofundada, o âmbito de tais serviços adicionais a prestar pelo Auditor Externo e pelo Revisor Oficial de Contas, tomando uma decisão favorável se, da análise levada a cabo resultar que: **(i)** a contratação dos serviços adicionais não coloca em causa a independência do Auditor Externo; **(ii)** está assegurado um equilíbrio saudável entre os normais serviços de auditoria e os serviços adicionais cuja prestação está a ser alvo de análise e que **(iii)** os serviços adicionais cuja prestação se propõe não configuram serviços cuja prestação estava vedada nos termos do número 8 do artigo 77.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro. Nesta sua análise o Conselho Fiscal analisa ainda se **(iv)** os serviços adicionais serão prestados em cumprimento dos níveis de qualidade em vigor no Grupo e tendo sempre como pano de fundo o objetivo de que a prestação dos mesmos, caso venha a ocorrer, não ponha em causa a independência que se lhe exige no exercício das funções de auditoria.

Importa referir a este propósito que a Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., antes de aceitar a adjudicação dos serviços realiza, igualmente, e em cumprimento das suas políticas

internas, um rigoroso *assessment* para aferir que os serviços que se propõe prestar não afetem, em nenhuma circunstância, os critérios de independência que se propôs cumprir aquando da aceitação da eleição para o exercício das funções.

A Sociedade considera assegurado, assim, um triplo grau de controlo, na verificação do não comprometimento dos critérios de independência, aquando da decisão de contratação de serviços adicionais ao Auditor Externo.

Importa acrescentar que o Conselho Fiscal recebe ainda, anualmente, a declaração de independência do Auditor Externo e do Revisor Oficial de Contas, na qual são descritos os serviços prestados por este e por outras entidades da mesma rede, respetivos honorários pagos, eventuais ameaças à sua independência e as medidas de salvaguarda para fazer face às mesmas.

Todas as potenciais ameaças à independência do Auditor Externo, quando existam, assim como as respetivas medidas de salvaguarda são avaliadas e discutidas, de forma aberta e transparente, entre o Conselho Fiscal e o Auditor Externo.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização

A fiscalização da Sociedade compete ao Conselho Fiscal que exerce na ALTRI as responsabilidades previstas no artigo 420.º do CSC e no seu Regulamento.

38.1. O Conselho Fiscal, na execução das suas funções estatutárias e legalmente atribuídas, tem, nomeadamente, as seguintes atribuições:

- a) Fiscalizar a administração da Sociedade;
- b) Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- c) Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Administração;
- d) Convocar a Assembleia Geral, quando o presidente da respetiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- e) Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- f) Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outros;
- g) Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da Sociedade;
- h) Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de Sociedade;
- i) Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- j) Propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas;
- k) Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da Sociedade;
- l) Fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

38.2. Para o desempenho destas funções, o Conselho Fiscal:

- a) Obtém da Administração, as informações necessárias ao exercício da sua atividade, designadamente à evolução operacional e financeira da empresa, às alterações de composição do seu portfólio, termos das operações realizadas e conteúdo das deliberações tomadas;
- b) Acompanha o sistema de gestão de risco e controlo interno, elaborando anualmente um relatório de apreciação e recomendações dirigido à Administração, caso existam matérias que o justifiquem;
- c) Recebe, com uma antecedência mínima de cinco dias sobre a data da sua reunião, os documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, e os respetivos relatórios da Administração, analisando, designadamente, as principais variações, as transações

- relevantes e os correspondentes procedimentos contabilísticos e esclarecimentos obtidos da Administração, nomeadamente através do Conselho de Administração e do auditor externo, e emite as suas apreciações e deliberações;
- d) Presta conhecimento à Administração das verificações, fiscalizações e diligências que tenha efetuado e do resultado das mesmas;
 - e) Assiste às Assembleias Gerais, bem como às reuniões do Conselho de Administração para que seja convocado ou em que se apreciem as contas do exercício;
 - f) Efetua anualmente uma auto-avaliação da sua atividade e desempenho, incluindo a revisão deste regulamento, tendo em vista o desenvolvimento e implementação de melhorias no seu funcionamento;
 - g) Desenvolve os demais deveres de vigilância que lhe são impostos por lei.

O Conselho Fiscal representa ainda a Sociedade junto do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços e a respetiva remuneração, zelando igualmente para que sejam asseguradas, dentro do Grupo, as condições adequadas à prestação daqueles serviços.

O Conselho Fiscal é o primeiro destinatário dos relatórios emitidos pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, bem como, o interlocutor do Grupo no relacionamento com aquelas entidades, cabendo-lhe ainda pronunciar-se sobre projetos relevantes e planos de trabalhos e sobre a adequação dos recursos afetos à execução desses projetos.

O Conselho Fiscal é, assim, responsável por elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório e contas e propostas apresentadas pela administração, bem como por fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de risco e de controlo interno.

O Conselho Fiscal, em articulação com o Conselho de Administração, analisa e supervisiona regularmente a elaboração e divulgação da informação financeira, prestando todo o apoio necessário, tendo como pressuposto, atenta a natureza da Sociedade, de que, da sua parte, não haja qualquer divulgação, a qualquer título que possa levar ao acesso indevido e intempestivo, por parte de terceiros, à informação relevante.

Adicionalmente, o órgão de fiscalização é chamado a intervir para emitir parecer sempre que em causa esteja a realização de transações entre administradores da ALTRI e a própria Sociedade ou entre a ALTRI e sociedades que consigo se encontrem numa relação de domínio ou de grupo, em que o interveniente é administrador, nos termos do artigo 397.º do CSC. Esta intervenção do Conselho Fiscal será solicitada independentemente do nível de materialidade da operação em causa.

O Auditor Externo, por sua vez, e enquanto parte do órgão de fiscalização da Sociedade, no âmbito do processo de auditoria anual, analisa **(i)** o funcionamento de mecanismos de controlo interno e reporta deficiências identificadas; **(ii)** verifica se os principais elementos dos sistemas de controlo interno e gestão de risco implementados na Empresa relativamente ao processo de divulgação de informação financeira são apresentados e divulgados na informação anual sobre o Governo das Sociedades e **(iii)** emite uma certificação legal das contas e Relatório de Auditoria, na qual atesta se aquele relatório divulgado sobre a estrutura e as práticas de governo societário inclui os elementos referidos no artigo 66.º B do CSC na sua atual redação ou, não incluindo, assegurando que essa informação consta de relatório separado igualmente disponibilizado aos acionistas, se cumpre as disposições do artigo 245.º-A do CVM, se obedece à estrutura do Regulamento da CMVM número 4/2013 e ainda se contempla na informação constante do mesmo, uma declaração sobre o cumprimento do Código de Governo das Sociedades do IPCG.

Durante o exercício de 2019, o Revisor Oficial de Contas acompanhou o desenvolvimento da atividade da Sociedade e procedeu aos exames e verificações por si considerados necessários à revisão e certificação legal das contas, em interação com o Conselho Fiscal, contando sempre com a colaboração plena, tão célere quanto expedita, do Conselho de Administração, no acesso às informações solicitadas.

Em linha com o que se acaba de referir, o Revisor Oficial de Contas pronunciou-se sobre a atividade por si desenvolvida no exercício de 2019, informação que fez constar do seu relatório anual de auditoria, o qual será sufragado pelos Acionistas em Assembleia Geral Anual.

O órgão de fiscalização monitoriza e assegura o cumprimento por parte da ALTRI e das suas subsidiárias, da legislação aplicável às respetivas áreas de negócio, de modo a poder fazer uma análise rigorosa e cuidada sobre os níveis de *compliance* do Grupo. Desta sua análise tem resultado a conclusão de que o Grupo, na realização da sua atividade, tem cumprido elevados níveis de *compliance*, os quais estão perfeitamente alinhados com os interesses da Sociedade e dos seus Acionistas.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa

O Revisor Oficial de Contas da ALTRI é a Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., representada por Rui Manuel da Cunha Vieira ou Rui Abel Serra Martins.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo

A Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. é responsável pela revisão oficial de contas da Sociedade e das sociedades do Grupo desde 2017, tendo sido eleita para o primeiro mandato, sob proposta do Conselho Fiscal, na Assembleia Geral de 26 de abril de 2017.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade

O revisor oficial de contas é, simultaneamente, Auditor Externo da Sociedade conforme detalhado nos pontos abaixo.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do artigo 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM

O Auditor Externo da Sociedade, designado nos termos e para os efeitos do artigo 8.º do CVM é a Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., representada por Rui Manuel da Cunha Vieira ou Rui Abel Serra Martins, registado sob o n.º 1154 e sob o nº 1119, respetivamente, na CMVM.

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo

O Auditor Externo foi eleito pela primeira vez em 2017 e cumpriu em 2019 o terceiro ano do seu primeiro mandato, tal como os respetivos sócios que os representam.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções

No que respeita à rotação do Auditor Externo, a Sociedade não tinha estabelecida, até à data de entrada em vigor do novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro, uma política de rotação do Auditor Externo baseada num número pré-determinado de mandatos, tendo em conta, designadamente, o facto de tal política de rotação

não constituir uma prática comum ou habitual e por a Sociedade, na monitorização permanente da adequação e justeza do modelo vigente, não ter nunca identificado situações de perda de independência ou quaisquer outras situações que pudessem aconselhar a adoção de uma política formal que exigisse tal rotação.

A entrada em vigor do novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, em 1 de Janeiro de 2016, veio consagrar um novo regime aplicável à rotação dos revisores oficiais de contas aplicável às sociedades cujas ações se encontram admitidas à negociação em mercado regulamentado, como é o caso da Sociedade, pelo que o Conselho Fiscal iniciou, durante o ano de 2016, um processo de seleção com vista à eleição de um novo ROC que, cumprindo todas as exigências legais ao nível de competências técnicas e de independência, pudesse a sua eleição ser proposta em Assembleia Geral Anual, o que veio a acontecer na Assembleia Geral Anual de 2017.

Neste sentido, a Sociedade não dispõe de uma política formal, interna, que disponha sobre a rotatividade do Auditor Externo, considerando-a desnecessária, porquanto cumpre as imposições legais, nesta matéria, em toda a sua extensão.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita

O Conselho Fiscal, no exercício das suas funções, acompanha, ao longo do exercício, o desempenho das funções do Auditor Externo, bem como efetua anualmente uma avaliação da independência do mesmo. Adicionalmente, o Conselho Fiscal promove, sempre que necessário ou adequado em função dos desenvolvimentos da atividade da Sociedade ou de exigências legais ou de mercado, uma reflexão sobre a adequação do Auditor Externo ao nível que exige para o exercício das suas funções.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação

Não foram prestados, pelo auditor externo em 2019, serviços distintos dos de auditoria.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:

	31.12.2019		31.12.2018	
<u>Pela Sociedade</u>				
Valor dos serviços de revisão de contas anuais (€)	2 600	2,0%	2 500	1,9%
<u>Por entidades que integram o Grupo</u>				
Valor dos serviços de revisão de contas anuais (€)	127 800	98,0%	126 450	97,3%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	-	0,0%	1 000	0,8%
<u>Total</u>				
Valor dos serviços de revisão de contas anuais (€)	130 400	100,0%	128 950	99,2%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	-	0,0%	1 000	0,8%
	<u>130 400</u>		<u>129 950</u>	

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. Estatutos

48. Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos da Sociedade

As alterações estatutárias seguem os termos legais aplicáveis constantes, em particular do CSC, os quais exigem a maioria de dois terços dos votos emitidos para a aprovação dessa deliberação.

II. Comunicação de irregularidades

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade

A ALTRI dispõe de um Código de Ética e de Conduta que reflete os princípios e as regras que deverão nortear as relações internas e externas estabelecidas entre todas as empresas do Grupo ALTRI com os seus *stakeholders* e tem como objetivo primordial orientar a conduta pessoal e profissional de todos os seus colaboradores, independentemente do cargo ou função que desempenhem, tendo por base princípios éticos comuns.

O Código de Ética e de Conduta foi amplamente divulgado a todos os Colaboradores e Parceiros e está publicado no *website* da Sociedade, (www.altri.pt) (separador “Investidores”, secção “Governance”).

O Código de Ética e de Conduta aplica-se a todos os colaboradores do Grupo ALTRI, incluindo membros de órgãos sociais de todas as empresas do Grupo, bem como – com as necessárias adaptações – aos mandatários, auditores externos, clientes, fornecedores e outras pessoas que lhes prestem serviços a qualquer título, seja permanente ou ocasionalmente.

Todos os Colaboradores do Grupo ALTRI devem orientar a sua conduta pelos seguintes princípios:

- Estricto cumprimento da lei, dos regulamentos, das recomendações e das disposições estatutárias, bem como das regras internas, das políticas e das linhas de orientação do Grupo ALTRI;
- Integridade, ética, transparência e honestidade na tomada das decisões;
- Cooperação e profissionalismo nas relações com os parceiros e com as comunidades locais em que cada empresa do Grupo ALTRI se insere;

- Condução dos negócios dentro de um quadro de lealdade, rigor e boa-fé no cumprimento dos objetivos do Grupo ALTRI;
- Elevada consciência da necessidade de tratamento confidencial de toda a informação que se produz ou à qual se tem acesso no exercício das funções;
- Tratamento diligente e parcimonioso de todos os instrumentos de trabalho ou bens das empresas do Grupo ALTRI, zelando pela sua proteção e pelo seu bom estado de conservação abstendo-se de qualquer utilização em benefício próprio.

O Conselho Fiscal é o órgão ao qual deverão ser dirigidas quaisquer comunicações de irregularidades, por parte de qualquer colaborador, parceiro, fornecedor ou qualquer outro *stakeholder*.

O Grupo ALTRI dispõe de um mecanismo específico para a comunicação de irregularidades que, de forma alinhada com os desígnios da Recomendação número I.2.5 do Código de Governo das Sociedades do IPCG, consubstanciem violações de natureza ética ou legal com impacto significativo nos domínios da contabilidade, da luta contra a corrupção e do crime bancário e financeiro (*Whistleblowing*), que salvaguarda a confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmissor, sempre que seja solicitada.

Se ao Conselho de Administração chegar algum pedido de esclarecimento ou manifestação de preocupação relacionado com o sistema de *Whistleblowing*, remetê-lo-á este órgão, de imediato, para o Conselho Fiscal.

O reporte ao Conselho Fiscal de qualquer irregularidade ou indício de irregularidade, deverá ser efetuado através de carta em envelope fechado com a menção da sua confidencialidade, para a seguinte morada: Rua Manuel Pinto de Azevedo, número 818, 4100-320 Porto. Só serão aceites e tratadas denúncias anónimas a título excepcional.

Importa referir que, ao longo do exercício de 2019 não foram reportadas ao Conselho Fiscal da Sociedade quaisquer comunicações de irregularidades.

III. Controlo interno e gestão de riscos

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno

A gestão de risco, enquanto pedra basilar dos princípios de bom governo da sociedade, é uma área considerada fundamental na ALTRI, que promove a consciencialização permanente de todos os seus colaboradores, nos diferentes níveis da organização, inculcando-lhes tal responsabilidade em todas os processos de tomada de decisão.

A gestão de risco é levada a cabo numa lógica de criação de valor, com uma identificação clara das situações que constituem uma ameaça suscetível de afetar os objetivos do negócio.

A gestão ambiental, assente em critérios de sustentabilidade, e a Responsabilidade Social assumem um papel cada vez mais determinante no seio da organização, sendo que a gestão do risco é monitorizada, também nestas áreas, com cada vez maior acuidade.

A gestão de risco, apesar de não se consubstanciar num departamento formalmente constituído, está assegurada no Grupo ALTRI, ao nível de cada uma das direções, que estão suficiente e aprofundadamente conscientes da necessidade de identificação e quantificação do risco associado a todas as decisões, com critérios que lhes são comunicados e que lhes permitem ajuizar, de modo autónomo e em cada caso concreto, se o risco pode ser assumido pela direção ou se a decisão da sua assunção, desde logo por critérios de materialidade ou de exposição do Grupo, deve ser levada a Conselho de Administração da sociedade em causa, seja a ALTRI, seja

qualquer uma das suas subsidiárias. Desta forma, as equipas operacionais do Grupo atuam tendo por base critérios claros de (i) níveis de assunção de risco e quem deverá tomar a decisão de os assumir ou não; (ii) identificação de formas de mitigação dos mesmos; (iii) autorresponsabilização, que se materializa numa maior necessidade de ponderação, na tomada das decisões.

A gestão de riscos é, assim, assegurada por todas as direções da ALTRI, com base na seguinte metodologia, que inclui várias etapas:

- Numa primeira fase são identificados e priorizados os riscos, internos e externos, que podem afetar de forma materialmente relevante a prossecução dos objetivos estratégicos do Grupo;
- Os responsáveis operacionais das várias direções do Grupo identificam os fatores de risco e eventos que podem afetar as operações e atividades da ALTRI, assim como eventuais processos e mecanismos de controlo;
- Adicionalmente, o impacto e a probabilidade de ocorrência de cada fator de risco são ponderados e, consoante o nível de exposição, é avaliada a necessidade de resposta ao risco; e
- As ações de mitigação de risco são acompanhadas e o nível de exposição aos fatores críticos é constantemente monitorizado.

Cabe ao Conselho de Administração decidir, a cada momento, qual o nível de exposição assumido pelo Grupo nas suas diferentes atividades e, sem prejuízo da delegação de funções e responsabilidades, definir limites globais de risco e assegurar que as políticas e procedimentos de gestão de risco são seguidos.

Na monitorização do processo de gestão de risco o Conselho de Administração, enquanto órgão responsável pela estratégia da ALTRI, tem o seguinte quadro de objetivos e responsabilidades:

- Conhecer os riscos mais significativos que afetam o Grupo;
- Assegurar a existência, no interior do Grupo, de níveis apropriados de conhecimento dos riscos que afetam as operações e forma de os gerir;
- Assegurar a divulgação da estratégia de gestão de risco a todos os níveis hierárquicos;
- Assegurar que o Grupo tem capacidade de minimizar a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos no negócio; e
- Assegurar que o processo de gestão de risco é adequado e que se mantém uma monitorização rigorosa dos riscos com maior probabilidade de ocorrência e impacto nas operações do Grupo;
- Assegurar uma comunicação permanente com o Conselho Fiscal, dando-lhe a conhecer o nível de exposição do risco assumido e solicitando, sempre que necessário, os pareceres deste órgão que considerar necessários à tomada de decisões conscientes e informadas, assegurando que os riscos identificados e as políticas definidas, são analisados sob as perspetivas multidisciplinares que norteiam a atuação do grupo.

As subsidiárias gerem os riscos, dentro dos critérios e delegações estabelecidos.

O Conselho Fiscal acompanha e fiscaliza, em permanência, o desempenho do grupo nesta matéria.

Com base nesta metodologia, a ALTRI tem vindo a concluir que tem conseguido garantir uma maior consciência e poderão na tomada das decisões em todos os níveis da organização, atendendo à responsabilidade inerente de cada *player* interno, o que contribui para que as pessoas se sintam mandatadas, verdadeiramente envolvidas e com uma participação ativa no desempenho da Sociedade.

A ALTRI, como já por diversas vezes referiu ao longo deste relatório, monitoriza, em permanência, a adequação do seu modelo também nesta matéria de gestão de risco, tendo concluído, até à data, que o mesmo se tem vindo a revelar totalmente adequado face à sua estrutura organizativa.

51. Explicitação das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade

Cabe ao Conselho Fiscal avaliar o funcionamento dos mecanismos de gestão de risco, e é a este órgão que são reportados os procedimentos de controlo considerados adequados à respetiva mitigação. É, assim, responsabilidade deste órgão a supervisão das ações desencadeadas na Sociedade nestas matérias e a verificação periódica de que os riscos efetivamente incorridos pela Sociedade são consistentes com o definido pelo Conselho de Administração.

O Auditor Externo, no exercício das suas funções, verifica a adequação dos mecanismos e procedimentos em causa assegurando o reporte das suas conclusões ao Conselho Fiscal. Ao Conselho de Administração cabe a responsabilidade de monitorizar tais mecanismos e procedimentos.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos

A gestão do risco é assegurada, na ALTRI, por todas as direções e unidades operacionais, nos termos amplamente descritos no ponto 51 *supra*. A ALTRI, como já por diversas vezes referiu também ao longo deste relatório, monitoriza, em permanência, a adequação do seu modelo também nesta matéria de gestão de risco, tendo concluído, até à data, que o mesmo se tem vindo a revelar totalmente adequado face à estrutura organizativa da Sociedade.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade

O Conselho de Administração considera que o Grupo se encontra exposto aos riscos normais decorrentes da sua atividade, nomeadamente ao nível das unidades operacionais. Destacam-se os seguintes fatores de risco:

Risco de Crédito

À semelhança de qualquer atividade que envolva uma componente comercial, o risco de crédito é um fator primordial tido em consideração pela administração nas unidades operacionais.

Este risco é monitorizado e controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e qualitativa, prestada por entidades credíveis que fornecem informação de riscos, que permite avaliar a viabilidade dos clientes quanto ao cumprimento das suas obrigações, visando minorar o risco associado à concessão de crédito.

A avaliação do risco de crédito é efetuada numa base regular, tendo em consideração as condições correntes de conjuntura económica e a situação específica do crédito de cada uma das empresas, sendo adotados procedimentos corretivos sempre que tal se julgue conveniente.

O risco de crédito é minorado pela gestão da concentração de riscos da carteira de clientes e pela rigorosa seleção de contrapartes bem como pela contratação de seguros de crédito junto de instituições especializadas e que cobrem uma parte expressiva do crédito concedido.

Risco de Mercado

Risco de Taxa de Juro

Tendo em consideração o endividamento a que se encontra exposto o Grupo, eventuais variações sobre a taxa de juro poderão ter um impacto indesejado sobre os resultados. Neste sentido, a adequada gestão do risco de taxa de juro leva a que o Grupo tente otimizar o balanceamento entre o custo da dívida e a exposição à variabilidade das taxas. Assim, quando se considera ultrapassado o limite desejado de exposição ao risco de taxa de juro, são contratados *swaps* de taxa de juro que cubram a exposição da Sociedade ao risco e que atenuem a volatilidade dos seus resultados.

A exposição do Grupo à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

Risco de Taxa de Câmbio

Efetuando um elevado volume de transações com entidades não residentes e fixadas em moeda diferente de Euro, a variação de taxa de câmbio poderá ter um impacto relevante sobre a performance do Grupo. Deste modo, sempre que considerado necessário, o Grupo procura efetuar uma cobertura da sua exposição à variabilidade da taxa de câmbio através da contratação de instrumentos financeiros derivados para reduzir a volatilidade dos seus resultados.

Risco de variabilidade nos preços de commodities

Desenvolvendo a sua atividade num setor que transaciona *commodities* (pasta de papel), o Grupo encontra-se particularmente exposto a variações de preço, com os correspondentes impactos nos seus resultados. No entanto, a inserção nestes sectores permite-lhe a celebração de contratos de cobertura de variação de preços de pasta de papel, pelos montantes e valores considerados adequados às operações previstas, atenuando assim a volatilidade dos seus resultados.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

O principal objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que o Grupo tem disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão da maturidade dos financiamentos.

O Grupo adota assim uma estratégia ativa de refinanciamento pautada pela manutenção de um elevado nível de recursos imediatamente disponíveis para fazer face às necessidades de curto prazo e pelo alongamento ou manutenção de maturidades da dívida de acordo com os cash-flows previstos e a capacidade de alavancagem do seu balanço.

Risco Legais, Fiscais e Regulatórios

A ALTRI, bem como o seu negócio, dispõem de assessoria legal, fiscal e regulatória permanente, que funciona em articulação com as áreas de negócio, assegurando, preventivamente, a proteção dos interesses do Grupo no cumprimento escrupuloso das disposições legais aplicáveis às áreas de negócio da Sociedade.

Esta assessoria é igualmente apoiada a nível nacional e internacional por prestadores de serviços externos que a ALTRI contrata de entre firmas de reconhecida reputação e de acordo com elevados critérios de competência, rigor e profissionalismo.

No entanto, a ALTRI e as suas participadas podem vir a ser afetadas, como quaisquer outras entidades, por alterações legislativas ocorridas tanto em Portugal como na União Europeia ou em outros países onde desenvolva sua atividade comercial. A ALTRI não controla, naturalmente, tais alterações que, caso ocorram, poderão ter um impacto adverso nos negócios do Grupo podendo, conseqüentemente, prejudicar ou impedir o alcance dos objetivos estratégicos. A política da ALTRI nesta matéria pauta-se por delegar na Direção Jurídica a monitorização permanente das alterações legislativas e de novos diplomas legais, estando informada nessa matéria e apta a dar resposta, em permanência, aos desafios que a materialização dos riscos legais, fiscais e regulatórios pode causar.

Risco Florestal

A ALTRI, através da sua subsidiária Altri Florestal, tem sob gestão um património florestal de cerca de 83.500 hectares dos quais o eucalipto representa 80%. A área florestal está certificada pelo

FSC^{®1} (*Forest Stewardship Council*[®]) e pelo PEFC (*Programme for the Endorsement of Forest Certification*) os quais estabelecem princípios e critérios relativamente aos quais é avaliada a sustentabilidade da gestão do património florestal nas vertentes económica, ambiental e social.

Neste contexto, toda a atividade florestal é dirigida para a otimização dos recursos disponíveis salvaguardando a estabilidade ambiental e os valores ecológicos presentes no seu património e garantindo o seu desenvolvimento.

Os riscos associados a qualquer atividade florestal também estão presentes na gestão da Altri Florestal. Os incêndios florestais e as pragas e doenças que podem ocorrer nas diferentes matas espalhadas por todo o território nacional são os maiores riscos com que o setor se defronta na sua atividade. Estas ameaças, se ocorrem, em função da sua intensidade, afetam o normal funcionamento das explorações florestais e a eficiência da produção.

De forma a prevenir e reduzir o impacto dos incêndios florestais nas matas, a Altri Florestal participa num agrupamento complementar de empresas denominado Afocelca que tem como finalidade a disponibilização, coordenação e a gestão dos meios disponíveis para o combate aos incêndios. Ao mesmo tempo são efetuados avultados investimentos nas áreas florestais com a limpeza da floresta para reduzir os riscos de propagação de incêndios assim como minorar os seus prejuízos.

No que respeita às pragas e doenças o seu aparecimento pode reduzir de forma significativa o crescimento dos povoamentos florestais provocando danos irreversíveis na produtividade. Para o seu combate foram estabelecidos procedimentos de luta integrada, quer através da luta biológica, quer através da utilização de produtos fitofármacos de modo a controlar as populações de insetos nocivos e reduzir o impacto negativo da sua presença. Por outro lado, nas áreas mais afetadas, a Altri Florestal está a utilizar material genético mais adequado nas novas plantações que, pelas suas características, permitem resistir melhor a riscos provenientes de fatores bióticos e abióticos.

Em qualquer caso, e num cenário de materialização das consequências de qualquer risco associado à sua atividade, a política do Grupo é de assegurar uma colaboração permanente com as entidades competentes, fornecendo toda a informação solicitada de uma forma aberta e transparente.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

Tal como descrito no ponto 52, o Conselho de Administração é o órgão responsável pela definição das políticas estratégicas gerais do Grupo, incluindo a política de gestão de risco, encontrando-se devidamente suportado pelas equipas de gestão das subsidiárias, que asseguram não só a monitorização permanente, como o reporte, ao Conselho de Administração da ALTRI, das situações detetadas, no sentido de assegurar um controlo permanente e efetivo de risco.

O processo de identificação e avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos na ALTRI funciona do seguinte modo:

São identificados os riscos que o Grupo enfrenta no normal desempenho da sua atividade. Em relação a todos os riscos identificados com materialidade relevante, é medido o impacto no desempenho financeiro e no valor do Grupo. Posteriormente é feito um estudo comparativo do valor em risco com os custos dos instrumentos de cobertura, se disponíveis e, em consequência, é monitorizada a evolução dos riscos identificados e dos instrumentos de cobertura, o que decorre, mais ou menos, no respeito pela seguinte metodologia:

- Numa primeira fase são identificados e priorizados os riscos internos e externos que podem afetar de forma materialmente relevante a prossecução dos objetivos estratégicos do Grupo;

¹ FSC-C004615

- Os responsáveis operacionais das várias unidades operacionais do Grupo identificam os fatores de risco e eventos que podem afetar as operações e atividades da *ALTRI*, assim como eventuais processos e mecanismos de controlo;
- Adicionalmente, o impacto e a probabilidade de ocorrência de cada fator de risco são ponderados e consoante o nível de exposição é avaliada a necessidade de resposta ao risco; e
- As ações de mitigação de risco são acompanhadas e o nível de exposição aos fatores críticos é constantemente monitorizado.

A Sociedade tem vindo a implementar estratégias adicionais de gestão de risco que visam garantir, essencialmente, que os sistemas e procedimentos de controlo e as políticas instituídas permitem responder às expectativas dos órgãos de gestão, acionistas e demais *stakeholders*.

De entre essas estratégias destacam-se as seguintes:

- Os sistemas e procedimentos de controlo e as políticas instituídas estão de acordo com todas as leis e regulamentos aplicáveis e são efetivamente aplicadas;
- A informação financeira e operacional é completa, fiável, segura e reportada periódica e atempadamente;
- Os recursos da *ALTRI* são usados de forma eficiente e racional; e

O valor para o acionista é maximizado e a gestão operacional adota as medidas necessárias para corrigir aspetos reportados.

Decorrido que esteja todo este processo, a decisão, nesta matéria, cabe ao Conselho de Administração, na sua qualidade de órgão executivo atuando nos termos que considerar que, em cada momento, melhor asseguram os interesses da Sociedade e dos seus Acionistas.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira

Quanto ao controlo de risco no processo de divulgação de informação financeira apenas um número muito restrito de colaboradores da *ALTRI* está envolvido no processo de divulgação de informação financeira.

Todos aqueles que estão envolvidos no processo de análise financeira da Sociedade são considerados como tendo acesso a informação privilegiada, estando especialmente informados sobre o conteúdo das suas obrigações bem como sobre as sanções decorrentes do uso indevido da referida informação.

As regras internas aplicáveis à divulgação da informação financeira visam garantir a sua tempestividade e impedir a assimetria do mercado no seu conhecimento.

O sistema de controlo interno nas áreas da contabilidade e preparação e divulgação de informação financeira assenta nos seguintes elementos chave:

- A utilização de princípios contabilísticos, detalhados ao longo das notas às demonstrações financeiras, constitui uma das bases do sistema de controlo;
- Os planos, procedimentos e registos da Sociedade e suas subsidiárias permitem uma garantia razoável de que apenas são registadas transações devidamente autorizadas e que essas transações são registadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
- A informação financeira é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades operacionais, garantindo uma monitorização permanente e o respetivo controlo orçamental;

- Durante o processo de preparação e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um calendário de encerramento de contas e partilhado com as diferentes áreas envolvidas, e todos os documentos são revistos em profundidade;
- Ao nível das demonstrações financeiras individuais das várias empresas do Grupo, os registos contabilísticos e a preparação das demonstrações financeiras são assegurados pelos serviços administrativos e contabilísticos. As demonstrações financeiras são elaboradas pelos técnicos oficiais de contas e revistas pela direção financeira de cada subsidiária. Depois da aprovação as demonstrações financeiras são enviadas para o Auditor Externo, que emite a sua Certificação Legal de Contas;
- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade trimestral pela equipa de consolidação. Este processo constitui um elemento adicional de controlo da fiabilidade da informação financeira, nomeadamente, garantindo a aplicação uniforme dos princípios contabilísticos e dos procedimentos de corte de operações assim como a verificação dos saldos e transações entre empresas do Grupo;
- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas sob a supervisão da direção financeira. Os documentos que constituem o relatório anual são enviados para revisão e aprovação do Conselho de Administração. Depois da aprovação, os documentos são enviados para o Auditor Externo, que emite a sua Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria; e
- O processo de preparação da informação financeira individual e consolidada e o Relatório de Gestão é coordenado pelo Conselho de Administração e supervisionado pelo Conselho Fiscal. Trimestralmente, estes órgãos analisam as demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade.

No que se refere aos fatores de risco que podem afetar materialmente o reporte contabilístico e financeiro, salientamos a utilização de estimativas contabilísticas que têm por base a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras bem como o conhecimento e experiência de eventos passados e/ou presentes. Salientamos igualmente os saldos e as transações com partes relacionadas: no Grupo ALTRI os saldos e transações com entidades relacionadas referem-se essencialmente às atividades operacionais correntes das empresas do Grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos remunerados a taxas de mercado.

O Conselho de Administração analisa e supervisiona regularmente a elaboração e divulgação da informação financeira, em articulação com o Conselho Fiscal, no sentido de obviar o acesso, indevido e extemporâneo, de terceiros, à informação relevante.

IV. Apoio ao Investidor

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto

Em observância das disposições legais aplicáveis, bem como dos regulamentos da CMVM nesta matéria, a ALTRI assegura, sempre em primeira mão, a divulgação aos seus acionistas e ao mercado em geral, de todas as informações relativas ao negócio das empresas do grupo que se enquadram no conceito de informação privilegiada. Desta forma a ALTRI tem vindo a assegurar, de forma permanente e tempestiva, a divulgação de informação aos seus acionistas e ao mercado em geral, no preciso momento em que a mesma assume a natureza de informação privilegiada.

A Sociedade dispõe de um Gabinete de Apoio ao Investidor do qual fazem parte, o Representante para as Relações com o Mercado e o *Investor Relations*.

Os contactos com vista à obtenção de informações por parte de investidores poderão ser efetuados pelas seguintes vias:

Rua Manuel Pinto de Azevedo, 818

4100-320 Porto
Tel: + 351 22 834 65 02
Fax: + 351 22 834 65 03
Email: investor.relations@altri.pt

Através da sua página oficial na Internet (www.altri.pt), a ALTRI disponibiliza informação financeira relativamente à sua atividade individual e consolidada, bem como das suas subsidiárias. Este *website* é igualmente utilizado pela empresa para divulgação de comunicados previamente divulgados no Sistema de Difusão de Informação da CMVM e posterior e eventualmente efetuados à imprensa, com indicação sobre quaisquer factos relevantes para a vida societária. Nesta página encontram-se igualmente disponíveis os documentos de prestação de contas do Grupo para os últimos exercícios. A generalidade da informação é disponibilizada pela Sociedade em português e inglês.

57. Representante para as relações com o mercado

As funções de representante para as relações com o mercado são desempenhadas por Miguel Valente e as funções de *Investor Relations* por Ricardo Mendes Ferreira.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores

Sempre que necessário, o Representante para as Relações com o Mercado assegura a prestação de toda a informação relevante no tocante a acontecimentos marcantes, factos enquadráveis como factos materialmente relevantes, divulgação trimestral de resultados e resposta a eventuais pedidos de esclarecimento por parte dos investidores ou público em geral sobre informação financeira de carácter público. Todas as informações solicitadas por parte dos investidores são analisadas e respondidas num prazo máximo de cinco dias úteis.

V. Sítio de Internet

59. Endereço(s)

A ALTRI tem disponível uma página na Internet com a informação sobre a Sociedade e o Grupo. O endereço é www.altri.pt.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais

www.altri.pt \ acerca \ acerca da altri

61. Local onde se encontram os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

www.altri.pt \ investidores \ governance \ estatutos
www.altri.pt \ investidores \ governance

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso

www.altri.pt \ acerca \ equipa de gestão
www.altri.pt \ investidores \ apoio do accionista

Nesta página é ainda prestada informação sobre o número de reuniões realizadas pelos vários órgãos sociais e pela Comissão de Remunerações.

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais

www.altri.pt \ investidores \ relatórios e apresentações
www.altri.pt \ investidores \ calendário financeiro

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

www.altri.pt \ investidores \ assembleias gerais

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

www.altri.pt \ investidores \ assembleias gerais

D. REMUNERAÇÕES

I. Competência para a determinação

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais

A Comissão de Remunerações é o órgão responsável pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais em representação dos acionistas, de acordo com a declaração sobre a política de remuneração aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral.

II. Comissão de remunerações

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores

A ALTRI tem, atualmente, definida uma Comissão de Remunerações, eleita em assembleia geral de acionistas para integrar um mandato de três anos, com início em 2017 e termo em 2019, e cuja composição é a seguinte:

- João da Silva Natária – Presidente
- André Seabra Ferreira Pinto - Vogal
- Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa – Vogal

Todos os membros da Comissão de Remunerações são independentes em relação aos membros do Conselho de Administração e a qualquer outro grupo de interesse.

Quanto à identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para prestar apoio a esta Comissão, importa referir que cabe nas suas atribuições a autonomia de, a expensas da Sociedade e em observância de critérios de razoabilidade no que a esta matéria diz respeito,

contratar prestadores de serviços externos que, com independência, possam levar a cabo avaliações, estudos e à elaboração de relatórios que possam coadjuvar aquela comissão no exercício pleno e cabal das suas funções, nos termos melhor explicitados no ponto 68 *infra*.

Esta comissão deve apoiar-se em estudos de *benchmarking* em matéria política retributiva, assegurando que a Declaração sobre a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais estão alinhadas com as melhores práticas em uso em empresas de igual relevo e dimensão.

Em 2019 não considerou esta comissão necessária a contratação de quaisquer pessoas ou entidades para apoiar as suas tomadas de decisão.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações

A experiência e as qualificações profissionais dos membros da Comissão de Remunerações estão espelhados nos currículos disponíveis no *website* da Sociedade em www.altri.pt, separador “Investidores”, Secção “Investidores/Assembleias Gerais/2017/Anexos: Currículos”, os quais foram disponibilizados a propósito da respetiva eleição, na Assembleia Geral Anual de 2017 e que aí permanecem nos termos legais aplicáveis.

A ALTRI considera que a experiência e percurso profissionais dos membros que integram a Comissão de Remunerações são plenamente adequados ao exercício das funções que lhe estão cometidas, permitindo-lhes exercê-las com o rigor e com a eficácia que se exige. Sem prejuízo das qualificações dos demais membros, faz sentido destacar o Dr. João da Silva Natária, pela elevada experiência e conhecimentos específicos de que dispõe em matéria de avaliação e de política remuneratória.

Adicionalmente, e em complemento do que já se referiu no ponto 67 *supra*, sempre que tal se revela necessário, aquela comissão recorre a recursos especializados, internos ou externos, para suportar as suas deliberações.

Nessas situações, a Comissão de Remunerações decide livremente a contratação, pela ALTRI, dos serviços de consultadoria considerados necessários ou convenientes, tendo o cuidado de assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à ALTRI ou às suas subsidiárias, sem autorização expressa da Comissão de Remunerações.

III. Estrutura das remunerações

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho

Tal como estipulado na Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, é submetida anualmente à apreciação da assembleia geral uma Declaração Sobre a Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização.

A Política de Remuneração e Compensação dos órgãos sociais da ALTRI, aprovada na Assembleia Geral de 28 de Maio de 2019, obedece aos seguintes princípios:

Conselho de Administração:

Para o estabelecimento do valor da remuneração individual de cada administrador são tidas em conta:

- As funções desempenhadas na Sociedade e nas diferentes subsidiárias
- A responsabilidade e o valor acrescentado pelo desempenho individual

- O conhecimento e a experiência acumulada no exercício da função
- A situação económica da empresa;
- A remuneração auferida em empresas do mesmo sector e outras sociedades cotadas na Euronext Lisboa

A remuneração global fixa do Conselho de Administração, nela se incluindo a remuneração que as sociedades participadas pagam aos membros que integram o Conselho de Administração, não pode exceder os 2.000.000 Euros por ano.

1. Administração executiva

- Componente fixa, valor pago mensalmente.
- Componente variável de médio prazo: destina-se a alinhar de forma mais vinculada os interesses dos administradores executivos com os dos acionistas e será calculada cobrindo o período correspondente a três mandatos, 2011 a 2019, tendo como base:
 - Retorno total para o acionista (valorização de ação mais dividendo distribuído)
 - Somatório dos resultados líquidos consolidados dos 9 anos (2011 a 2019)
 - Evolução dos negócios da SociedadeO valor total da componente variável de médio prazo não pode ser superior a 50% da remuneração fixa auferida durante o período dos 9 anos.

2. Administração não executiva

A remuneração individual de qualquer administrador não executivo não pode ultrapassar os 120.000 Euros/ano, tendo carácter exclusivamente fixo.

Conselho Fiscal:

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é baseada em valores anuais fixos, em níveis considerados adequados para funções similares.

Assembleia Geral:

A remuneração da mesa da Assembleia Geral será exclusivamente fixa e seguirá as práticas de mercado.

Revisor Oficial de Contas:

O Revisor Oficial de Contas terá uma remuneração fixa adequada ao exercício das suas funções e de acordo com a prática do mercado, sob a supervisão do Conselho Fiscal.

Compensação pela cessação de funções antes ou termo dos respetivos mandatos:

A política de remuneração mantém o princípio de não contemplar a atribuição de compensações aos administradores, ou membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação de funções antecipada ou no termo do respetivo mandato, sem prejuízo do cumprimento pela Sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria.

Acrescente-se, a este título que, em 2019, não houve lugar ao pagamento de quaisquer indemnizações a ex-administradores.

Abrangência dos Princípios:

Os princípios a que obedecem as políticas de remuneração e compensação constantes da presente declaração abrangem não só o conjunto das remunerações pagas pela ALTRI, mas também as remunerações que aos seus membros do Conselho de Administração sejam pagas por sociedades por ela direta ou indiretamente controladas.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos

A política de remuneração dos administradores executivos visa assegurar uma contrapartida adequada e rigorosa do desempenho e contribuição de cada administrador para o sucesso da organização, alinhando os interesses dos administradores executivos com os dos acionistas e da Sociedade. Adicionalmente, a política de remuneração prevê uma componente variável de médio prazo, indexada ao desempenho da Sociedade, destinada a alinhar de forma mais vinculada os interesses dos administradores executivos com os dos Acionistas e com os interesses de longo prazo da Sociedade.

As propostas de remuneração dos administradores executivos são elaboradas tendo em conta: **(i)** as funções desempenhadas na ALTRI e nas diferentes subsidiárias; **(ii)** a responsabilidade e o valor acrescentado pelo desempenho individual; **(iii)** o conhecimento e a experiência acumulada no exercício da função; **(iv)** a situação económica da Empresa; **(v)** a remuneração auferida em empresas do mesmo setor e noutras sociedades cotadas na *Euronext Lisbon*. Em relação a este último aspeto, a Comissão de Remunerações tem em consideração, nos limites da informação acessível, todas as sociedades nacionais de dimensão equivalente, designadamente cotadas na *Euronext Lisbon*, e também sociedades de outros mercados internacionais com características equivalentes às da ALTRI.

71. Referência à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente

Na Assembleia Geral de 28 de Maio de 2019 foi aprovada a política de remunerações conforme detalhado no ponto 69 *supra*, a qual prevê uma componente variável em função do desempenho no período compreendido entre 2011 e 2019.

Não estão previstos mecanismos que impeçam os administradores executivos de celebrar contratos que coloquem em causa a razão de ser da remuneração variável. Contudo, a Comissão de Remunerações tem em conta estes fatores nos critérios de determinação da remuneração variável.

A Sociedade não celebrou quaisquer contratos com membros do Conselho de Administração que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração, nem tem conhecimento de que existam contratos idênticos celebrados com terceiros.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento

Não existe atualmente qualquer remuneração variável cujo pagamento tenha sido diferido no tempo.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações

A ALTRI não tem em vigor nem está prevista qualquer forma de remuneração em que haja lugar à atribuição de ações ou qualquer outro sistema de incentivos em ações.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções

A ALTRI não tem em vigor nem está prevista qualquer forma de remuneração em que haja lugar à atribuição de direitos sobre opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

A ALTRI não tem qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários para além da remuneração variável, nos termos descritos *supra*.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais

A ALTRI não tem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os membros dos órgãos de administração e fiscalização.

Importa referir a este propósito que a administradora Laurentina Martins beneficia de uma pensão que lhe foi atribuída por efeito da cessação de funções enquanto colaboradora da subsidiária Caima – Indústria de Celulose, S.A. nos termos *standard* em vigor no Plano de Pensões daquela Sociedade. As funções de colaboradora naquela sociedade cessaram em 30 de Setembro de 2012.

Deve, assim, esclarecer-se que a pensão auferida, não é mais do que um direito adquirido pelo vínculo laboral estabelecido com aquela subsidiária e é independente do exercício das funções de administração na ALTRI, ou seja, ainda que cessasse as funções na ALTRI e independentemente da razão dessa cessação, o direito ao recebimento de tal pensão sempre estaria assegurado. Significa isto que a sua independência não é afetada, de nenhuma forma, a este título.

Importa ainda referir, a este propósito, que durante o exercício de 2019, não foi efetuada, por aquela administradora em observância das regras inerentes ao plano, qualquer contribuição para o referido fundo, tendo, no entanto, recebido, durante o referido exercício, a quantia de 33.705 Euros, a título de pensão de reforma por velhice.

Para informação mais detalhada sobre o Plano de Pensões aqui referido, deverá consultar-se a nota 30 a) do anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019.

IV. Divulgação das remunerações

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem

As remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração da ALTRI durante o ano de 2019, no exercício das suas funções, incluíram apenas remunerações fixas e foram pagas diretamente pela ALTRI, SGPS, S.A. e não por qualquer uma das suas subsidiárias. O montante ascendeu a 1.824.520 Euros repartido como segue: Paulo Fernandes – 490.310 Euros; João Borges de Oliveira – 490.310 Euros; Domingos Matos – 282.500 Euros; Pedro Borges de Oliveira – 282.500 Euros; Ana Mendonça – 109.900 Euros; Laurentina Martins – 109.500 Euros; José Archer – 59.500 Euros.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum

As remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração foram integralmente pagas pela ALTRI, SGPS, S.A., não existindo, por referência a 31 de Dezembro de 2019, administradores remunerados por outras sociedades do Grupo.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos

Durante o exercício não foram pagas quaisquer remunerações a título de participação nos lucros ou sob a forma de prémios.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Durante o exercício não foram pagos nem são devidos quaisquer montantes relativos a indemnizações a administradores cujas funções tenham cessado.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da sociedade

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por um montante anual fixo baseado na dimensão da ALTRI e nas práticas correntes de mercado em sociedade de igual relevo e dimensão. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 a remuneração dos atuais membros do Conselho Fiscal ascendeu a 31.620 Euros distribuída como segue: Pedro Pessanha – 15.000 Euros; António Pinho – 8.310 Euros; Guilherme Monteiro – 8.310 Euros.

A remuneração auferida pelo revisor oficial de contas encontra-se descrita no ponto 47 *supra*.

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral

A remuneração do presidente da mesa da assembleia-geral relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ascendeu a 3.500 Euros e a remuneração da secretária da mesa ascendeu a 1.500 Euros.

V. Acordos com implicações remuneratórias

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

A política de remunerações mantém o princípio de não contemplar a atribuição de compensações aos administradores, ou membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação de funções antecipada ou no termo do respetivo mandato, sem prejuízo do cumprimento pela Sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração ou outros dirigentes da ALTRI, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do CVM, que prevejam indemnizações em caso de pedido de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade. Não se encontram igualmente previstos acordos com os administradores no sentido de assegurar qualquer compensação em caso de não recondução no mandato.

VI. Planos de atribuição de acções ou opções sobre acções ('stock options')

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários

A ALTRI não possui qualquer plano de atribuição de ações ou de opções sobre ações aos membros dos órgãos sociais, nem aos seus trabalhadores.

86. Caracterização do plano

A ALTRI não possui qualquer plano de atribuição de ações ou de opções sobre ações de aquisição de ações.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa

Não existem quaisquer direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da Sociedade.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes

Não aplicável conforme exposto acima.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas, quando existem, e quando assumem uma relevância material, cumprem todas as exigências legais, nomeadamente, a obtenção prévia de parecer favorável do órgão de fiscalização da Sociedade.

O órgão de fiscalização da Sociedade tem acesso aos termos da potencial operação a realizar, com um nível rigoroso de detalhe, podendo ainda solicitar todos os esclarecimentos e informações adicionais que considere adequados ou necessários.

O seu parecer é, naturalmente, vinculativo.

Por outro lado, a Sociedade pauta a sua atuação, em todos os domínios e em especial neste, por critérios de rigor e transparência.

A Sociedade tem considerado, por isso, que até à data não se revelou necessária a adoção de uma política formal que estabeleça critérios de materialidade na medida em que as potenciais transações que assumem essa materialidade passam por um apertado escrutínio nos termos definidos pela lei.

Importa ainda referir que o Conselho de Administração presta, pelo menos trimestralmente, ao Conselho Fiscal todas as informações que este solicite, incluindo o reporte sobre transações com partes relacionadas, nunca tendo estado em causa a realização de qualquer transação que pudesse pôr em causa o rigor e a transparência que pauta a atuação da Sociedade, sem que tivesse sido observado o procedimento de solicitação de parecer prévio ao Conselho Fiscal.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência

No exercício de 2019 não foram realizados quaisquer negócios ou transações comerciais significativos entre a Sociedade e os titulares de participações qualificadas, e que tenham sido objeto de notificação à Sociedade.

Refira-se, adicionalmente, que não se concretizaram quaisquer negócios ou transações com membros do Conselho Fiscal.

As transações levadas a cabo pela Sociedade com sociedades em relação de domínio ou de Grupo não assumem materialidade digna de registo, tendo, no entanto, sido efetuadas em condições normais de mercado e, sendo todas elas enquadráveis da atividade corrente da Sociedade, não merecem ser alvo de divulgação separada.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação

As transações com administradores da ALTRI ou com sociedades que consigo estejam em relação de domínio ou de Grupo e em que um dos intervenientes seja administrador, independentemente do montante, estão sempre sujeitas à autorização prévia do Conselho de Administração, no pressuposto de que tenha sido emitido parecer favorável do órgão de fiscalização, nos termos prescritos pelo artigo 397.º do CSC.

As transações com partes relacionadas, quando existem, e quando assumem uma relevância material, cumprem todas as exigências legais, nomeadamente, a obtenção prévia de parecer favorável do órgão de fiscalização da Sociedade.

Em 2019 o Conselho Fiscal não foi chamado a emitir parecer a este propósito.

II. Elementos relativos aos negócios

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas

A informação sobre os negócios com partes relacionadas pode ser consultada na nota 32 do Anexo às Contas Consolidadas e na nota 20 do Anexo às contas separadas da Sociedade.

PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

O presente relatório de governo da sociedade apresenta a descrição da estrutura de governo societário vigente na ALTRI, apresentando ainda as políticas e as práticas cuja adoção, na vigência de tal modelo, se revelam necessárias e adequadas para garantir uma governação alinhada com as melhores práticas nesta matéria.

A avaliação apresentada cumpre as exigências legais do artigo 245.º-A do CVM bem como divulga, à luz do princípio *comply or explain*, o grau de observância das Recomendações do IPCG integradas no Código de Governo das Sociedades do IPCG, uma vez ser este o Código de Governo da Sociedade adotado pela Sociedade.

São igualmente cumpridos os deveres de informação exigidos pela Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, assim como pelo artigo 447.º do CSC, pelo Regulamento da CMVM n.º 5/2008, de 2 de Outubro de 2008, e pelo Regulamento (UE) n.º 596/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril.

Todas as disposições legais mencionadas no presente Relatório e as Recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades do IPCG, poderão ser consultadas em www.cmvm.pt e <https://cgov.pt/images/ficheiros/2018/codigo-pt-2018-ebook.pdf>, respetivamente.

Este Relatório deve ser lido como parte integrante do Relatório Anual de Gestão e Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas relativas ao exercício social de 2019, bem como com o Relatório de Sustentabilidade que dá cumprimento ao disposto no artigo 66.º-B do CSC, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

A ALTRI tem vindo a incentivar e a promover todas as ações tendentes à adoção das melhores práticas de *Corporate Governance*, pautando a sua política por elevados padrões éticos de responsabilidade social, ambiental e com decisões cada vez mais assentes em critérios de sustentabilidade.

A gestão integrada e eficaz do Grupo é um desígnio do Conselho de Administração da ALTRI que, estimulando a transparência no relacionamento com os investidores e com o mercado, tem pautado o seu desempenho pela busca permanente da criação de valor, na promoção dos legítimos interesses dos acionistas, dos colaboradores da Sociedade e demais *Stakeholders*.

Para efeitos de cumprimento do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 245.º-A do CVM, elencam-se, de seguida as Recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades do IPCG a cujo cumprimento a Sociedade se propôs.

RECOMENDAÇÕES	CUMPRIMENTO	OBSERVAÇÕES
CAPÍTULO I — PARTE GERAL		
Princípio geral:		
<i>O governo societário deve promover e potenciar o desempenho das sociedades, bem como do mercado de capitais, e sedimentar a confiança dos investidores, dos trabalhadores e do público em geral na qualidade e transparência da administração e da fiscalização e no desenvolvimento sustentado das sociedades.</i>		
I.1. RELAÇÃO DA SOCIEDADE COM INVESTIDORES E INFORMAÇÃO		
PRINCÍPIO:		
<i>As sociedades e, em particular, os seus administradores devem tratar de forma equitativa os acionistas e restantes investidores, assegurando designadamente mecanismos e procedimentos para o adequado tratamento e divulgação da informação</i>		
RECOMENDAÇÃO		
I.1.1. A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a produção, o tratamento e a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais <i>stakeholders</i> , aos analistas financeiros e ao mercado em geral	ADOTADA	PARTE 1, PONTOS 21, 22, 38, 59 A 65
I.2. DIVERSIDADE NA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE		
PRINCÍPIOS:		
I.2.A <i>As sociedades asseguram a diversidade na composição dos respetivos órgãos de governo e a adoção de critérios de mérito individual nos respetivos processos de designação, os quais são da exclusiva competência dos acionistas</i>		
I.2.B <i>As sociedades devem ser dotadas de estruturas decisórias claras e transparentes e assegurar a máxima eficácia do funcionamento dos seus órgãos e comissões</i>		
RECOMENDAÇÕES		
I.2.1. As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição	ADOTADA	PARTE 1, PONTOS 16, 19, 26, 33 E 36

<p>I.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros —, devendo ser elaboradas atas detalhadas das respetivas reuniões</p>	<p>ADOTADA</p>	<p>PARTE 1, PONTOS 22, 27, 29 E 34</p>
<p>I.2.3. Os regulamentos internos de órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados, na íntegra, no sítio da internet</p>	<p>ADOTADA</p>	<p>PARTE 1, PONTOS 22, 27, 34 E 61</p>
<p>I.2.4. A composição, o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade</p>	<p>ADOTADA</p>	<p>PARTE 1, PONTO 62</p>
<p>I.2.5. Os regulamentos internos da sociedade devem prever a existência e assegurar o funcionamento de mecanismos de deteção e prevenção de irregularidades, bem como a adoção de uma política de comunicação de irregularidades (whistleblowing) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que esta seja solicitada</p>	<p>ADOTADA</p>	<p>PARTE 1, PONTOS 38 E 49</p>
<p>I.3. RELAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS DA SOCIEDADE</p>		
<p>PRINCÍPIO:</p> <p><i>Os membros dos órgãos sociais, mormente os administradores, deverão criar as condições para que, na medida das responsabilidades de cada órgão, seja assegurada a tomada de medidas ponderadas e eficientes e, de igual modo, para que os vários órgãos da sociedade atuem de forma harmoniosa, articulada e com a informação adequada ao exercício das respetivas funções</i></p>		
<p>RECOMENDAÇÕES</p>		
<p>I.3.1. Os Estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos</p>	<p>ADOTADA</p>	<p>PARTE 1, PONTO 18, 38 E 61</p>

<p>I.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões</p>	<p>ADOTADA</p>	<p>PARTE 1, PONTOS 18, 23, 28, 38</p>
<p>I.4. CONFLITOS DE INTERESSES</p>		
<p>PRINCÍPIO: <i>Deve ser prevenida a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade. Deve garantir-se que o membro em conflito não interfere no processo de decisão</i></p>		
<p>RECOMENDAÇÕES</p>		
<p>I.4.1. Deve ser imposta a obrigação de os membros dos órgãos e comissões societárias informarem pontualmente o respetivo órgão ou comissão sobre os factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social</p>	<p>ADOTADA</p>	<p>PARTE 1, PONTO 20</p>
<p>I.4.2. Deverão ser adotados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitarem</p>	<p>ADOTADA</p>	<p>PARTE 1, PONTO 20</p>
<p>I.5. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS</p>		
<p>PRINCÍPIO: <i>Pelos potenciais riscos que comportam, as transações com partes relacionadas devem ser justificadas pelo interesse da sociedade e realizadas em condições de mercado, sujeitando-se a princípios de transparência e a adequada fiscalização</i></p>		
<p>RECOMENDAÇÕES</p>		
<p>I.5.1. O órgão de administração deve definir, com parecer prévio e vinculativo do órgão de fiscalização, o tipo, o âmbito e o valor mínimo, individual ou agregado, dos negócios com partes relacionadas que: (i) requerem a aprovação prévia do órgão de administração (ii) e os que, por serem de valor mais elevado, requerem, ainda, um parecer prévio favorável do órgão de fiscalização</p>	<p>NÃO ADOTADA</p>	<p>CLARIFICAÇÃO SOBRE AS RECOMENDAÇÃO NÃO ADOTADA <i>INFRA</i></p>
<p>I.5.2. O órgão de administração deve, pelo menos de seis em seis meses, comunicar ao órgão de fiscalização todos os negócios abrangidos pela Recomendação I.5.1.</p>	<p>ADOTADA</p>	<p>PARTE 1, PONTO 89</p>

CAPÍTULO II — ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL

PRINCÍPIOS:

II.A O adequado envolvimento dos acionistas no governo societário constitui um fator positivo de governo societário, enquanto instrumento para o funcionamento eficiente da sociedade e para a realização do fim social

II.B A sociedade deve promover a participação pessoal dos acionistas nas reuniões da Assembleia Geral, enquanto espaço de comunicação dos acionistas com os órgãos e comissões societários e de reflexão sobre a sociedade.

II.C A sociedade deve ainda permitir a participação dos acionistas na Assembleia Geral por meios telemáticos, o voto por correspondência e, em particular, o voto eletrônico, salvo quando tal se mostre desproporcional tendo em conta, designadamente, os custos associados

RECOMENDAÇÕES

II.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto

ADOTADA

PARTE 1, PONTO 12

II.2. A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei

ADOTADA

PARTE 1, PONTO 14

II.3. A sociedade deve implementar meios adequados para o exercício do direito de voto por correspondência, incluindo por via eletrónica

**PARCIALMENTE
ADOTADA**

PARTE 1, PONTO 12
CLARIFICAÇÃO SOBRE
RECOMENDAÇÃO
PARCIALMENTE ADOTADA
INFRA

II.4. A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na assembleia por meios telemáticos

**PARCIALMENTE
ADOTADA**

PARTE 1, PONTO 12
CLARIFICAÇÃO SOBRE
RECOMENDAÇÃO
PARCIALMENTE ADOTADA
INFRA

II.5. Os Estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado

**RECOMENDAÇÃO
NÃO APLICÁVEL**

CLARIFICAÇÃO SOBRE
RECOMENDAÇÃO NÃO
APLICÁVEL *INFRA*

relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione		
II.6. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores	ADOTADA	PARTE 1, PONTOS 4 E 84
CAPÍTULO III — ADMINISTRAÇÃO NÃO EXECUTIVA E FISCALIZAÇÃO		
PRINCÍPIOS:		
<i>III.A Os membros de órgãos sociais com funções de administração não executiva e de fiscalização devem exercer, de modo efetivo e criterioso, uma função fiscalizadora e de desafio à gestão executiva para a plena realização do fim social, devendo tal atuação ser complementada por comissões em áreas centrais do governo da sociedade</i>		
<i>III.B A composição do órgão de fiscalização e o conjunto dos administradores não executivos devem proporcionar à sociedade uma equilibrada e adequada diversidade de competências, conhecimentos e experiências profissionais</i>		
<i>III.C. O órgão de fiscalização deve desenvolver uma fiscalização permanente da administração da sociedade, também numa perspetiva preventiva, acompanhando a atividade da sociedade e, em particular, as decisões de fundamental importância para a sociedade</i>		
RECOMENDAÇÕES		
III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador (<i>lead independent director</i>) para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.	NÃO ADOTADA	CLARIFICAÇÃO SOBRE RECOMENDAÇÃO NÃO ADOTADA <i>INFRA</i>
III.2. O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua	ADOTADA	PARTE 1, PONTO 18

atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas		
III.3. Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos	NÃO ADOTADA	CLARIFICAÇÃO SOBRE RECOMENDAÇÃO NÃO ADOTADA <i>INFRA</i>
<p>III.4. Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:</p> <p>(i) Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade;</p> <p>(ii) Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;</p> <p>(iii) Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;</p> <p>(iv) Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;</p> <p>(v) Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;</p> <p>(vi) Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas</p>	NÃO ADOTADA	CLARIFICAÇÃO SOBRE RECOMENDAÇÃO NÃO ADOTADA <i>INFRA</i>
III.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (<i>cooling-off period</i>)	RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL	CLARIFICAÇÃO SOBRE RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL <i>INFRA</i>
III.6. Os administradores não-executivos devem participar na definição, pelo órgão de administração, da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que	ADOTADA	PARTE 1, PONTO 21

devam considerar-se estratégicas para a sociedade em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas		
III.7. O conselho geral e de supervisão deve, no quadro das suas competências legais e estatutárias, colaborar com o conselho de administração executivo na definição da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade, em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas	RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL	CLARIFICAÇÃO SOBRE RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL <i>INFRA</i>
III.8. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização deve, em especial, acompanhar, avaliar e pronunciar-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco definidas pelo órgão de administração	ADOTADA	PARTE 1, PONTOS 15 E 38
III.9. As sociedades devem constituir comissões internas especializadas adequadas à sua dimensão e complexidade, abrangendo, separada ou cumulativamente, as matérias de governo societário, de remunerações e avaliação do desempenho, e de nomeações	ADOTADA	PARTE 1, PONTOS 27,29
III.10. Os sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna devem ser estruturados em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade	ADOTADA	PARTE 1, PONTOS 50 A 55
III.11. O órgão de fiscalização e a comissão para as matérias financeiras devem fiscalizar a eficácia dos sistemas e de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna e propor os ajustamentos que se mostrem necessários	ADOTADA	PARTE 1, PONTOS 27, 29, 38 E 50
III.12. O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de controlo interno, incluindo controlo de cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance) e de auditoria interna, e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades	ADOTADA	PARTE 1, PONTOS 37, 38 E 50
CAPÍTULO IV — ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA		
PRINCÍPIOS:		
<i>IV.A Como forma de aumentar a eficiência e a qualidade do desempenho do órgão de administração e o adequado fluxo de informação para este órgão, a gestão corrente da sociedade deve pertencer a administradores executivos com as qualificações, competências e a experiência adequadas à função. À</i>		

administração executiva compete gerir a sociedade, prosseguindo os objetivos da sociedade e visando contribuir para o seu desenvolvimento sustentável

IV.B *Na determinação do número de administradores executivos, devem ser ponderadas, além dos custos e da desejável agilidade de funcionamento da administração executiva, a dimensão da empresa, a complexidade da sua atividade e a sua dispersão geográfica.*

RECOMENDAÇÕES

<p>IV.1. O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos executivos e do exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo</p>	<p>RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL</p>	<p>CLARIFICAÇÃO SOBRE RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL <i>INFRA</i></p>
<p>IV.2. O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais</p>	<p>ADOTADA</p>	<p>PARTE 1, PONTOS 21 E 28</p>
<p>IV.3. O órgão de administração deve fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e zelar pela sua prossecução</p>	<p>ADOTADA</p>	<p>PARTE 1, PONTO 50 CLARIFICAÇÃO SOBRE RECOMENDAÇÃO ADOTADA <i>INFRA</i></p>
<p>IV.4. O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração</p>	<p>ADOTADA</p>	<p>PARTE 1, PONTO 51</p>

CAPÍTULO V — AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES

V.1 AVALIAÇÃO ANUAL DE DESEMPENHO

PRINCÍPIO:

A sociedade deve promover a avaliação do desempenho do órgão executivo e dos seus membros individualmente e ainda do desempenho global do órgão de administração e das comissões especializadas constituídas no seu seio

RECOMENDAÇÕES

<p>V.1.1. O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores delegados, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e</p>	<p>ADOTADA</p>	<p>CLARIFICAÇÃO SOBRE RECOMENDAÇÃO ADOTADA <i>INFRA</i></p>
--	-----------------------	---

o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade		
V.1.2. O órgão de fiscalização deve fiscalizar a administração da sociedade e, em particular, avaliar anualmente o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o funcionamento interno do órgão de administração e das suas comissões, bem como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade	ADOTADA	PARTE 1, PONTOS 24, 25 E 38
<u>V.2 REMUNERAÇÕES</u>		
<u>PRINCÍPIO:</u>		
<i>A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização deve permitir à sociedade atrair, a um custo economicamente justificável pela sua situação, profissionais qualificados, induzir o alinhamento de interesses com os dos acionistas — tomando em consideração a riqueza efetivamente criada pela sociedade, a situação económica e a do mercado — e constituir um fator de desenvolvimento de uma cultura de profissionalização, de promoção do mérito e de transparência na sociedade</i>		
<u>RECOMENDAÇÕES</u>		
V.2.1. A fixação das remunerações deve competir a uma comissão, cuja composição assegure a sua independência em face da administração	ADOTADA	PARTE 1, PONTOS 66, 67 E 68
V.2.2. A comissão de remunerações deve aprovar, no início de cada mandato, fazer executar e confirmar, anualmente, a política de remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade, no âmbito da qual sejam fixadas as respetivas componentes fixas, e, quanto aos administradores executivos ou administradores pontualmente investidos de tarefas executivas, caso exista componente variável da remuneração, os respetivos critérios de atribuição e de mensuração, os mecanismos de limitação, os mecanismos de diferimento do pagamento da remuneração e os mecanismos de remuneração baseados em opções ou ações da própria sociedade	ADOTADA	PARTE 1, PONTOS 69 A 75
V.2.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter adicionalmente: (i) A remuneração total discriminada pelos diferentes componentes, a proporção relativa da remuneração fixa e da remuneração variável, uma explicação do modo como a remuneração total cumpre a política de remuneração adotada, incluindo a forma como contribui para o desempenho da sociedade a longo prazo, e informações sobre a forma como os critérios de desempenho foram aplicados;	ADOTADA	CLARIFICAÇÃO SOBRE RECOMENDAÇÃO ADOTADA <i>INFRA</i>

<p>(ii) As remunerações provenientes de sociedades pertencentes ao mesmo grupo;</p> <p>(iii) O número de ações e de opções sobre ações concedidas ou oferecidas, e as principais condições para o exercício dos direitos, incluindo o preço e a data desse exercício e qualquer alteração dessas condições;</p> <p>(iv) Informações sobre a possibilidade de solicitar a restituição de uma remuneração variável;</p> <p>(v) Informações sobre qualquer afastamento do procedimento de aplicação da política de remuneração aprovada, incluindo a explicação da natureza das circunstâncias excepcionais e a indicação dos elementos específicos objeto de derrogação;</p> <p>(vi) Informações quanto à exigibilidade ou inexistência de pagamentos relativos à cessação de funções de administradores.</p>		
<p>V.2.4. Para cada mandato, a comissão de remunerações deve igualmente aprovar o regime de pensões dos administradores, se os Estatutos as admitirem, e o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções</p>	<p>RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL</p>	<p>CLARIFICAÇÃO SOBRE RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL <i>INFRA</i></p>
<p>V.2.5. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas</p>	<p>ADOTADA</p>	<p>PARTE 1, PONTO 24 CLARIFICAÇÃO SOBRE RECOMENDAÇÃO ADOTADA <i>INFRA</i></p>
<p>V.2.6. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções. A Comissão de remunerações deve assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão</p>	<p>ADOTADA</p>	<p>PARTE 1, PONTO 67</p>
<p><u>V.3 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES</u></p>		
<p><u>PRINCÍPIO:</u></p>		
<p><i>Os administradores devem receber uma compensação:</i></p>		

<p>(i) que remunere adequadamente a responsabilidade assumida, a disponibilidade e a competência colocadas ao serviço da sociedade;</p> <p>(ii) que garanta uma atuação alinhada com os interesses de longo prazo dos acionistas, bem como de outros que estes expressamente definam; e</p> <p>(iii) que premeie o desempenho</p>		
RECOMENDAÇÕES		
<p>V.3.1. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos</p>	ADOTADA	PARTE 1, PONTOS 69 A 76
<p>V.3.2. Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade</p>	NÃO ADOTADA	CLARIFICAÇÃO SOBRE RECOMENDAÇÃO NÃO ADOTADA <i>INFRA</i>
<p>V.3.4. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos</p>	RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL	CLARIFICAÇÃO SOBRE RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL <i>INFRA</i>
<p>V.3.5. A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor</p>	ADOTADA	CLARIFICAÇÃO SOBRE RECOMENDAÇÃO ADOTADA <i>INFRA</i>
<p>V.3.6. A sociedade deve estar dotada dos instrumentos jurídicos adequados para que a cessação de funções antes do termo do mandato não origine, direta ou indiretamente, o pagamento ao administrador de quaisquer montantes além dos previstos na lei, devendo explicitar os instrumentos jurídicos adotados no relatório de governo da sociedade</p>	ADOTADA	PARTE 1, PONTO 83
V.4. NOMEAÇÕES		
PRINCÍPIO:		
<i>Independentemente do modo de designação, o perfil, conhecimentos e currículo dos membros dos órgãos sociais e dos quadros dirigentes devem adequar-se à função a desempenhar</i>		
RECOMENDAÇÕES		
<p>V.4.1. A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato</p>	ADOTADA	PARTE 1, PONTOS 16, 19, 22, 29, 31 E 33

V.4.2. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações	RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL	CLARIFICAÇÃO SOBRE RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL <i>INFRA</i>
V.4.3. Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes	RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL	CLARIFICAÇÃO SOBRE RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL <i>INFRA</i>
V.4.4. A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género	RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL	CLARIFICAÇÃO SOBRE RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL <i>INFRA</i>
CAPÍTULO VI — GESTÃO DE RISCO		
PRINCÍPIO:		
<i>Tendo por base a estratégia de médio e longo prazo, a sociedade deverá instituir um sistema de gestão e controlo de risco e de auditoria interna que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida</i>		
RECOMENDAÇÕES		
VI.1. O órgão de Administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a definição de níveis de risco considerados aceitáveis	ADOTADA	PARTE 1, PONTOS 21, 51 A 54
VI.2. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir um sistema de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação, (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento e (v) o procedimento de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema	ADOTADA	PARTE 1, PONTOS 50 A 55
VI.3. A sociedade deve avaliar anualmente o grau de cumprimento interno e o desempenho do sistema de gestão de riscos, bem como a perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	ADOTADA	PARTE 1, PONTOS 38 E 50 A 55
CAPÍTULO VII — INFORMAÇÃO FINANCEIRA		
VII.1 INFORMAÇÃO FINANCEIRA		

PRINCÍPIOS:		
<i>VII.A. O órgão de fiscalização deve, com independência e de forma diligente, assegurar-se de que o órgão de administração cumpre as suas responsabilidades na escolha de políticas e critérios contabilísticos apropriados e no estabelecimento de sistemas adequados para o reporte financeiro, para a gestão de riscos, para o controlo interno e para a auditoria interna</i>		
<i>VII.B. O órgão de fiscalização deve promover uma adequada articulação entre os trabalhos da auditoria interna e da revisão legal de contas</i>		
RECOMENDAÇÕES		
VII.1.1. O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada	ADOTADA	PARTE 1, PONTOS 34 E 38
VII.2 REVISÃO LEGAL DE CONTAS E FISCALIZAÇÃO		
PRINCÍPIO:		
<i>Cabe ao órgão de fiscalização estabelecer e monitorizar procedimentos formais, claros e transparentes sobre a forma de seleção e relacionamento da sociedade com o revisor oficial de contas, e sobre a fiscalização do cumprimento por este das regras de independência que a lei e as normas profissionais lhe impõem.</i>		
RECOMENDAÇÕES		
VII.2.1. Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir: (i) Os critérios e o processo de seleção do revisor oficial de contas; (ii) A metodologia de comunicação da sociedade com o revisor oficial de contas; (iii) Os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas; (iv) Os serviços distintos de auditoria que não podem ser prestados pelo revisor oficial de contas.	ADOTADA	PARTE 1, PONTOS 34, 37, 38 E 42 A 47
VII.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços	ADOTADA	PARTE 1, PONTOS 37 E 38
VII.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e	ADOTADA	PARTE 1, PONTOS 37 E 38

propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito		
VII.2.4. O revisor oficial de contas deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização.	ADOTADA	PARTE 1, PONTO 38
VII.2.5. O revisor oficial de contas deve colaborar com o órgão de fiscalização, prestando-lhe imediatamente informação sobre quaisquer irregularidades relevantes para o desempenho das funções do órgão de fiscalização que tenha detetado, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções	ADOTADA	PARTE 1, PONTOS 37 E 38

➤ **Recomendação I.5.1.** *O órgão de administração deve definir, com parecer prévio e vinculativo do órgão de fiscalização, o tipo, o âmbito e o valor mínimo, individual ou agregado, dos negócios com partes relacionadas que: (i) requerem a aprovação prévia do órgão de administração (ii) e os que, por serem de valor mais elevado, requerem, ainda, um parecer prévio favorável do órgão de fiscalização*

As transações com administradores da *ALTRI* ou com sociedades que estejam em relação de domínio ou de Grupo com aquela em que o interveniente é administrador, independentemente do montante, estão sempre sujeitas, por imposição legal, à autorização prévia do Conselho de Administração, depois de obtido o parecer favorável do órgão de fiscalização, tal como prescrito no artigo 397.º do CSC.

Assim, as transações com partes relacionadas, quando existem, sempre mas em especial quando assumem uma relevância material, cumprem todas as exigências legais, nomeadamente, a obtenção prévia de parecer favorável do órgão de fiscalização da Sociedade.

O órgão de fiscalização da Sociedade tem acesso aos termos da potencial operação a realizar, com um nível rigoroso de detalhe, podendo ainda solicitar todos os esclarecimentos e informações adicionais que considere adequados ou necessários.

O seu parecer é, naturalmente, vinculativo.

Por outro lado, a Sociedade pauta a sua atuação, em todos os domínios e em especial neste, por critérios de rigor e transparência.

A Sociedade tem considerado, por isso, que até à data não se revelou necessária a adoção de uma política formal que estabeleça critérios de materialidade na medida em que as potenciais transações passam por um apertado escrutínio nos termos definidos pela lei.

Adicionalmente importa ainda referir que a Sociedade presta, pelo menos trimestralmente, ao Conselho Fiscal todas as informações que este solicite, nunca tendo estado em causa a realização de qualquer transação que pudesse pôr em causa o rigor e a transparência que pauta a atuação da Sociedade, sem que tivesse sido observado o procedimento de solicitação de parecer prévio ao Conselho Fiscal.

Assim, atendendo à imposição legal supracitada (artigo 397.º do CSC), e considerando sobretudo a exigência legal constante do mesmo dispositivo, de divulgação, no relatório anual do conselho de administração, da ocorrência destas situações, a que a ALTRI sempre daria integral cumprimento, consideram-se salvaguardadas não só todas as exigências legais, como também, todos os deveres de divulgação de informação aos acionistas e ao mercado de forma completa e transparente.

➤ **Recomendação II.3.** *A sociedade deve implementar meios adequados para o exercício do direito de voto por correspondência, incluindo por via eletrónica*

Como referido no ponto 12 da Parte 1 do presente Relatório, a Sociedade implementou os meios necessários para assegurar o direito de voto por correspondência.

No que se refere ao voto por via eletrónica, a Sociedade não desencadeou ainda os mecanismos necessários à sua implementação **(i)** porque essa modalidade nunca lhe foi solicitada por qualquer acionista e **(ii)** por considerar que tal circunstância não consubstancia qualquer constrangimento ou restrição ao exercício do direito de voto por parte dos acionistas, exercício esse que a Sociedade promove e incentiva.

A ALTRI tem vindo a incentivar a participação física dos seus acionistas, por si diretamente ou através de representantes, nas suas Assembleias Gerais por considerar que as mesmas são o momento, por excelência, para o contacto entre os seus Acionistas com a equipa de gestão, aproveitando a presença dos membros que integram os demais órgãos sociais, nomeadamente o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, bem como os membros da Comissão de Remunerações. Esta iteração tem-se revelado profícua no seio da Sociedade.

➤ **Recomendação II.4.** *A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na assembleia por meios telemáticos*

Como referido no ponto 12 da Parte 1 do presente Relatório, a Sociedade implementou os meios necessários para assegurar o direito de voto por correspondência.

No que se refere à possibilidade de realização da Assembleia Geral por meios telemáticos, a Sociedade não desencadeou ainda os mecanismos necessários à sua implementação porque **(i)** essa modalidade nunca lhe foi solicitada por qualquer acionista, **(ii)** os custos de implementação dos meios telemáticos são elevados e **(iii)** tal circunstância não consubstancia qualquer constrangimento ou restrição ao exercício do direito de voto por parte dos acionistas, exercício esse que a Sociedade promove e incentiva.

Remetendo e reforçando para o que se acabou de referir no ponto anterior, a ALTRI tem vindo a incentivar a participação física dos seus acionistas, por si diretamente ou através de representantes, nas suas assembleias gerais por considerar que as mesmas são o momento, por excelência, para o contacto entre os seus Acionistas com a equipa de gestão, aproveitando a presença dos membros que integram os demais órgãos sociais, nomeadamente o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, bem como os membros da Comissão de Remunerações. Esta interação tem-se revelado profícua no seio da Sociedade.

Desta forma, entende-se que estão já assegurados todos os meios necessários e adequados a assegurar a participação na Assembleia Geral.

➤ **Recomendação II.5.** *Os Estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa*

disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione

Os Estatutos da Sociedade não preveem qualquer limitação ao número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas

➤ **Recomendação III.1.** *Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador (lead independent director) para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.*

Atendendo à dimensão e à estrutura da Sociedade, tendo sobretudo em conta a concentração da respetiva estrutura de capital e o número total de administradores que integram o Conselho, que é de apenas 7, e tendo ainda em conta a performance de atuação do atual presidente do Conselho que se tem revelado perfeitamente adequada e alinhada com os interesses da Sociedade e dos seus acionistas, a ALTRI considera que a designação de um *Lead Independent Director* apenas para efeitos de cumprimento de um critério meramente formal não acrescentaria valor relevante.

➤ **Recomendação III.3** - Tomando em consideração o perfil pessoal, o percurso e a experiência profissional dos membros que integram o Conselho de Administração da ALTRI, considera-se que o número de administradores não executivos, em relação ao número total de membros que integram o órgão, se revela adequado e equilibrado face à natureza e dimensão da Sociedade. Neste sentido, a ALTRI considera que os administradores não executivos são em número suficiente para garantir um acompanhamento efetivo, bem como uma verdadeira supervisão e fiscalização, à atividade desenvolvida pelos executivos, sobretudo tendo em conta que a Sociedade desenvolveu mecanismos tendentes a permitir aos administradores não executivos, tomadas de decisão independentes e informadas conforme melhor detalhado no ponto 18 do presente Relatório.

➤ **Recomendação III.4.** *Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:*

(i) Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade;

(ii) Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;

(iii) Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;

(iv) Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;

(v) Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;

(vi) Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas

O Conselho de Administração possui um membro que cumpre os critérios de independência previstos quer no Ponto 18.1 do Anexo ao Regulamento da CMVM número 4/2013, quer na Recomendação III.4 do Código de Governo das Sociedades do IPCG que é a administradora não executiva Laurentina da Silva Martins, uma vez que apesar de esta administradora ter sido colaboradora da subsidiária Caima – Indústria de Celulose, S.A., não o é já há mais de três anos. Importa referir que esta administradora recebe uma pensão de reforma que lhe é paga pelo fundo de pensões em vigor para os trabalhadores daquela subsidiária. No entanto, tal circunstância, porque se trata de um direito adquirido, que lhe assiste exercendo ou não o cargo de administração na ALTRI, e não deixando de lhe ser atribuído pela cessação do exercício das funções seja qual for o motivo dessa cessação, não afeta a sua independência.

Por outro lado, também não exerceu, durante mais de 12 anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade.

Assim, a ALTRI considera verificados na íntegra os critérios de independência previstos no ponto 18.1. do Anexo ao Regulamento da CMVM número 4/2013 o que classifica esta administradora como administradora independente.

A sociedade não dispõe de um terço de administradores independentes mas considera que a sua estrutura de Gestão está alinhada com as melhores práticas na medida em que tem estabelecidos mecanismos tendentes a permitir aos administradores não executivos, tomadas de decisão independentes e informadas, tais como:

- Envio prévio e atempado, a todos os membros que integram o Conselho de Administração, das convocatórias das reuniões daquele órgão, incluindo ordem de trabalhos, mesmo que provisória, da reunião, acompanhadas da demais informação e documentação relevante;
- Disponibilidade dos administradores executivos para o fornecimento, aos administradores não executivos, de toda a informação adicional que entendam relevante ou necessária, bem como para proceder a estudos e análises mais aprofundados em relação a todas as matérias que sejam objeto de deliberação ou que, não o sendo, estejam em análise, de alguma forma, na Sociedade;
- Disponibilização dos livros de actas, registos, documentos e restantes antecedentes de operações realizadas na Sociedade ou nas subsidiárias, para examinação, bem como, disponibilização e promoção de um canal direto de obtenção de informação junto dos administradores e responsáveis operacionais e financeiros das várias empresas que integram o Grupo, sem que seja necessária qualquer intervenção dos administradores executivos nesse processo.

A Sociedade ponderou e refletiu sobre este circunstancialismo considerando, por um lado, o modelo societário adotado e, por outro, a composição e o modo de funcionamento dos seus órgãos sociais como um todo, (nomeadamente o Conselho de Administração enquanto órgão colegial, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, com a independência que lhes é inerente) tendo concluído que a eventual designação, por razões meramente formais, de administradores independentes, não traria valias significativas para o desempenho da Sociedade, ou para um (eventual) melhor funcionamento do modelo adotado, considerando que quer aquele, quer este, se têm vindo a revelar positivos, pertinentes, adequados e eficientes.

Acrescente-se que o relatório de gestão inclui, no seu capítulo “Atividade desenvolvida pelos membros não-executivos do Conselho de Administração”, uma descrição da atividade desenvolvida pelos administradores não executivos durante o exercício de 2019.

➤ **Recomendação III.5.** *O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem, entretanto, decorrido pelo menos três anos (cooling-off period)*

A Sociedade não tem nenhum administrador na circunstância descrita.

➤ **Recomendação III.7.** *O conselho geral e de supervisão deve, no quadro das suas competências legais e estatutárias, colaborar com o conselho de administração executivo na definição da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade, em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas*

O modelo de governo adotado, nos termos do artigo 278.º, n.º 1, do CSC, não inclui Conselho Geral e de Supervisão.

➤ **Recomendação IV.1.** *O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos executivos e do exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo*

A ALTRI, considerando a sua estrutura organizativa, e a reduzida dimensão do Conselho de Administração que é composto por sete membros, entende desnecessária uma designação formal de uma Comissão Executiva no seio do Conselho de Administração.

No entanto, e tal como referido no ponto 28 do presente Relatório, dos 7 membros que integram o Conselho de Administração, 4 desempenham funções de cariz executivo - mais prático ou operacional -, pelo que se considera que estão garantidas as condições necessárias para que as decisões relativas a matérias estratégicas sejam, tal como são, tomadas pelo Conselho de Administração enquanto órgão colegial composto pela totalidade dos seus membros, executivos e não executivos, no normal desempenho das suas funções, de forma esclarecida e informada, totalmente focada na criação de valor para os acionistas.

➤ **Recomendação IV.3.** *O órgão de administração deve fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e zelar pela sua prossecução*

O Conselho de Administração é responsável pela aprovação das principais políticas da Sociedade, designadamente a política de risco.

➤ **Recomendação V.1.1.** *O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores delegados, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade*

A avaliação do desempenho do Conselho de Administração, é submetida à apreciação da Assembleia Geral nos termos da lei, tendo por referência o cumprimento do plano estratégico e orçamento da Sociedade, a sua gestão de riscos, funcionamento interno e as suas relações com os demais órgãos da Sociedade. O Conselho de Administração não elege um momento para, formalmente, proceder de forma documentada a essa auto-avaliação, mas essa autoavaliação é feita regularmente, num órgão que reúne, pelo menos 12 vezes por ano, e que leva a cabo um acompanhamento tão próximo e regular da atividade da sociedade, que traduz a justeza e adequação da atuação do órgão.

Adicionalmente, e como previsto no CSC (artigo 376.º), a Assembleia Geral procede anualmente à apreciação geral da administração da Sociedade.

➤ **Recomendação V.2.3.** *A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter adicionalmente:*

(i) A remuneração total discriminada pelos diferentes componentes, a proporção relativa da remuneração fixa e da remuneração variável, uma explicação do modo como a remuneração total cumpre a política de remuneração adotada, incluindo a forma como contribui para o desempenho

da sociedade a longo prazo, e informações sobre a forma como os critérios de desempenho foram aplicados;

(ii) As remunerações provenientes de sociedades pertencentes ao mesmo grupo;

(iii) O número de ações e de opções sobre ações concedidas ou oferecidas, e as principais condições para o exercício dos direitos, incluindo o preço e a data desse exercício e qualquer alteração dessas condições;

(iv) Informações sobre a possibilidade de solicitar a restituição de uma remuneração variável;

(v) Informações sobre qualquer afastamento do procedimento de aplicação da política de remuneração aprovada, incluindo a explicação da natureza das circunstâncias excepcionais e a indicação dos elementos específicos objeto de derrogação;

(vi) Informações quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à cessação de funções de administradores.

A política de remuneração e compensação dos órgãos sociais da ALTRI, aprovada na Assembleia Geral de 28 de Maio de 2019, inclui todos os elementos definidos na legislação aplicável e o disposto no ponto vi) desta Recomendação.

A informação definida nos pontos (i) a (v) desta Recomendação encontra-se detalhada no Relatório de Governo das Sociedades e no Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2019, documentos que são igualmente submetidos a aprovação dos acionistas da Sociedade.

➤ **Recomendação V.2.4.** *Para cada mandato, a comissão de remunerações deve igualmente aprovar o regime de pensões dos administradores, se os Estatutos as admitirem, e o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções*

A Sociedade não tem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os membros dos órgãos de administração e fiscalização. A política de remunerações aprovada não prevê um sistema de benefícios de pensões ou pagamento compensações.

➤ **Recomendação V.2.5.** *A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas*

A Sociedade entende que, do ponto de vista da proteção dos interesses dos acionistas e investidores, os mecanismos já previstos e implementados permitem salvaguardar o objetivo decorrente desta Recomendação.

➤ **Recomendação V.3.2.** *Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade*

A Comissão de Remunerações da Sociedade não definiu uma remuneração variável cujo pagamento tenha sido diferido no tempo.

➤ **Recomendação V.3.4.** *Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos*

A componente variável da retribuição da Sociedade não contempla a atribuição de opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações.

➤ **Recomendação V.3.5.** *A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor*

A política de remuneração aprovada pela Assembleia Geral sob proposta da Comissão de Remunerações estabelece que a remuneração individual de qualquer administrador não executivo tem caráter exclusivamente fixo.

➤ **Recomendação V.4.2.** *A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações*

A Sociedade não dispõe de uma comissão de nomeações, pelas razões elencadas nos pontos 27, 29 e 67 da Parte I deste Relatório.

➤ **Recomendação V.4.3.** *Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes*

A Sociedade não dispõe de uma comissão de nomeações, pelas razões elencadas nos pontos 27, 29 e 67 da Parte I deste Relatório.

➤ **Recomendação V.4.4.** *A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género*

A Sociedade não dispõe de uma comissão de nomeações, pelas razões elencadas nos pontos 27, 29 e 67 da Parte I deste Relatório.

3. Outras informações

Em linha com o que vem sendo dito, a ALTRI gostaria de fazer notar que, das sessenta recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades do IPCG, nove não lhe são aplicáveis pelas razões *supra* expostas, sendo que a não adoção integral de apenas cinco e adoção parcial de duas das recomendações está também amplamente explicitada e justificada *supra*.

A ALTRI considera assim que, dado o integral cumprimento de quarenta e quatro dessas cinquenta e uma recomendações (excluindo, portanto, as nove não aplicáveis), o grau de adoção da Sociedade às recomendações do Código de Governo das Sociedades do IPCG é praticamente total, o que se materializa numa gestão diligente e cautelosa, absolutamente focada na criação de valor para a Sociedade e, conseqüentemente, para os acionistas.



Relatório de Sustentabilidade 2019



Índice

Índice	2
A Altri em 2019	3
Mensagem do Conselho de Administração.....	4
Matriz de Materialidade	6
Sobre a Altri.....	7
Principais acontecimentos	7
Áreas de negócio.....	8
Produto e Mercado	10
Missão, Visão e Valores	13
Governance, ética e políticas do Grupo	14
Certificações	16
Como criamos valor	17
Transformação Digital.....	18
Produtos Sustentáveis	22
Cultura de Melhoria Contínua	23
Cultura de Segurança	26
Preparar os líderes do futuro	29
Uso responsável da água	31
A Altri e a Biodiversidade	34
1. A nossa Estratégia	37
Visão estratégica do Grupo Altri	37
Envolvimento com <i>stakeholders</i>	39
Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	41
Associações e compromissos subscritos do Grupo.....	43
2. Agenda Ambiental	44
Floresta.....	45
Materiais, água, energia e odores.....	49
Roteiro de Carbono	54
Economia circular	58
<i>Green Bonds</i>	60
3. Agenda Social	61
As nossas pessoas	62
Os nossos fornecedores.....	66
A nossa comunidade	68
Sobre este relatório.....	70
Anexos	71
Tabela GRI para a opção “De acordo” – Essencial.....	71
Tabela de Correspondência com os requisitos do Decreto de Lei (DL) nº 89/2017.....	85
Notas metodológicas – Pegada de Carbono 2019	87
Relatório <i>Green Bonds</i>	89
Relatório de Verificação	92
Relatório da Sustainalytics	94

A Altri em 2019

Produtor de referência de pasta de eucalipto

Líder no setor das energias renováveis de base florestal

Produção 1,1 milhões de toneladas

Investimentos 70 M€

EBITDA/Receitas totais 30,9%

Produção de energia elétrica renovável equivalente ao consumo de uma cidade com 300 mil habitantes

1.370 de visitantes

Primeira emissão de obrigações verdes na *Euronext* Lisboa

83,5 mil hectares de área florestal sob gestão certificada FSC® e PEFC™ dos quais 10% com função de conservação

95% matérias primas renováveis

91% bens e serviços adquiridos nacionalmente

65% resíduos valorizados

772 colaboradores

34,2% colaboradores com formação superior

71% das mulheres com formação superior, 17% com menos de 30 anos e 75% com mais de 50 anos

69 estagiários

5,5 milhões de plantas produzidas nos Viveiros do Furadouro

Mensagem do Conselho de Administração

102-14 102-15

Num mundo em constante mudança, em que os consumidores são cada vez mais informados e exigentes, no que diz respeito à origem dos produtos que consomem e à forma como estes são produzidos, as oportunidades para a Altri são inúmeras, uma vez que, a matéria prima que utilizamos – a madeira – é produzida de forma sustentável, renovável e de origem não fóssil. Estamos, assim, numa posição preferencial na escolha dos consumidores com produtos alternativos aos que são produzidos a partir de hidrocarbonetos.

O mesmo se aplica ao mercado da energia, no qual, a Altri é um dos maiores produtores nacionais de energia renovável a partir de biomassa florestal, subproduto da sua atividade industrial.

O ano de 2019 foi de retração para o mercado das pastas celulósicas, devido essencialmente a uma queda brusca no preço, a eventos macroeconómicos como a guerra comercial entre a China e os Estados Unidos e a debilidade da economia europeia. Apesar deste cenário, face a 2018, as receitas e o EBITDA da Altri, apresentaram apenas um decréscimo, respetivamente, de 4% e de 20%.

Estes resultados só foram possíveis devido à implementação de ferramentas de melhoria contínua e à disseminação das melhores práticas entre as empresas do Grupo. Estas duas medidas potenciaram a redução de custos de produção, otimização de recursos e a eliminação de desperdícios.

O Altri Operating System é hoje a nossa forma de trabalhar e representa o nosso conceito de melhoria contínua.



A transformação digital é também para o Grupo Altri, uma ferramenta essencial para o alcance de uma nova dimensão na gestão das operações.

A transformação digital foi um dos focos de atuação durante o ano de 2019, resultando num grande investimento em inovação e desenvolvimento ao longo de toda a cadeia de valor, com a aposta no tratamento dos grandes dados, em ferramentas de inteligência artificial e de imagem virtual.

A vontade de fazer sempre mais e melhor que nos caracteriza, tem impacto em todos os processos da empresa, nomeadamente na Gestão dos Recursos Humanos, levando, portanto, a uma maior aposta na formação e na contratação de colaboradores qualificados e com agilidade de resposta face a novos desafios.

Continuámos também a investir no desenvolvimento pessoal das pessoas, na criação de uma cultura de segurança e na promoção do equilíbrio da vida profissional com a vida pessoal.

Na Floresta, que é fundamental para a nossa atividade, fazemos a sua gestão de uma forma criteriosa e responsável. A Estratégia de Conservação e Promoção da Diversidade Biológica e da Paisagem (*Altri Diversity*) surgiu como um instrumento, que visa refletir e projetar a atitude da empresa na proteção e valorização dos espaços naturais presentes nas áreas florestais sob a sua gestão.

No âmbito social, fortalecemos a nossa relação com os parceiros, fornecedores e a comunidade onde estamos inseridos, através de várias iniciativas de responsabilidade social. Subscrevemos o Guia do CEO sobre Direitos Humanos do WBCSD, o que demonstra o nosso compromisso com os direitos humanos universais para todos.

Comprometemo-nos também a estabelecer metas de redução de emissões em linha com as metas definidas no Acordo de Paris, de limitar o aquecimento global abaixo de 1,5°C. Neste sentido, em 2019, assinámos uma carta de compromisso com o *Science Based Target Initiative* (SBT) e apresentamos o cálculo das nossas emissões em conformidade com esta metodologia.

Também em 2019, entrou em operação a nova Central Termoelétrica a Biomassa na Figueira da Foz designada por Sociedade Bioelétrica do Mondego, cujos investimentos foram financiados com um “empréstimo obrigacionista verde” e que, em conjunto com as outras centrais termoelétricas a biomassa da Altri, vai contribuir para a prossecução de uma política estruturante no campo energético, que permitirá diminuir a dependência externa de Portugal e o efeito de estufa resultante da utilização de combustíveis fósseis. A utilização de biomassa florestal, para além de contribuir para a criação de emprego e para o ordenamento da floresta, permite reduzir os riscos de incêndio.

Os *stakeholders* da Altri exigem, com toda a legitimidade, que assumamos as nossas responsabilidades nos pilares ambiental, económico e social, em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Assumimos esta responsabilidade e apresentamos neste relatório, de uma forma transparente, o que temos feito para criar valor, assentando a nossa estratégia na inovação, ecoeficiência, melhoria contínua e perenidade do nosso negócio.

Paulo Fernandes

Presidente e CO-CEO da Altri

João Borges de Oliveira

Vice-Presidente e CO-CEO da Altri

Sobre a Altri

Principais acontecimentos

A Altri, SGPS, S.A. foi constituída em março de 2005, com o objeto de gerir participações sociais como forma indireta do exercício de atividades económicas. Esta sociedade passou a ser, desde a data da sua constituição, a sociedade *holding* de um grupo de empresas que se dedicam à produção de pastas celulósicas e à gestão florestal. O Grupo Altri rapidamente alcançou reconhecimento no mercado como produtor europeu de referência de pasta de papel de eucalipto e, mais recentemente, de pasta solúvel. Posteriormente diversificou o seu portefólio de negócios com a área das energias renováveis, na qual o Grupo se destaca como um *player* de referência na produção de energia elétrica a partir de biomassa florestal.

A Altri tem vindo a assentar o seu crescimento numa estratégia de aquisições transformadoras (Celtejo em 2005, Celbi em 2006 e a conclusão da aquisição da totalidade da EDP Bioelétrica em 2018), na integração, consolidação e expansão das unidades adquiridas, e no desenvolvimento de projetos que visem criar valor acrescentado à matéria-prima utilizada.

O ano de 2019 ficou marcado pela entrada em operação de uma nova Central Termoelétrica a Biomassa na Figueira da Foz (Sociedade Bioelétrica do Mondego), que permitiu a redução do impacte ambiental. Também este ano foi marcado pelo arranque do projeto BSM (*Brown Stock Modification*) na Celtejo, que com a instalação de novos equipamentos de lavagem e crivagem, também vai permitir a redução do impacte ambiental e a melhoria da qualidade do produto final.

Outras iniciativas e prémios de destaque conquistados durante o ano estão reportados ao longo deste relatório.

2010

Em maio de 2010, foi concluído o projeto C09 na Celbi, cujo objetivo visou o aumento da capacidade produtiva dessa unidade industrial de 300 mil para 550 mil toneladas.

Também em 2015, assinalou-se a conclusão do projeto de conversão da Caima para pastas de especialidade, nomeadamente pasta solúvel (DWP), tornando-se a primeira unidade industrial do Grupo Altri a produzir este tipo de produto.

O ano de 2005 foi marcado pela aquisição, ao Estado Português, de 95% do capital social e dos direitos de voto da Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A., que representou um investimento de 38 milhões de euros.

2008

Em fevereiro de 2008 foi concluído na Celtejo o projeto de conversão do processo de fabrico de pasta não branqueada para pasta branqueada.

2015

Em junho de 2015, foi concluído o projeto C15 na Celbi, que permitiu o aumento da sua capacidade produtiva para 760 mil toneladas.

2018

Em 2018, a Altri adquiriu a totalidade do capital social e dos direitos de voto da EDP Bioelétrica. Esta aquisição, que tornou a Altri titular da totalidade do capital social e dos direitos de voto da sociedade, entretanto redenominada Bioelétrica da Foz. Também em 2018 foi concluído o projeto TP2018 na Celtejo, contemplando uma nova caldeira de recuperação, nova turbina de condensação, nova ETA e uma nova ETARI.

2019

O ano de 2019 foi marcado pela entrada em operação de uma nova Central Termoelétrica a Biomassa na Figueira da Foz (Sociedade Bioelétrica do Mondego).

O ano de 2019 destaca-se pela estreia na emissão de Obrigações Verdes por forma a financiar os investimentos da Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A.

A Altri foi constituída em 2005, em resultado de um processo de reestruturação do Grupo Cofina.

A esta data já era proprietária da Caima.

Em 2006 a Altri adquiriu 100% do capital social e dos direitos de voto da Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A. à Stora Enso, adquiriu 50% da EDP Bioelétrica e adquiriu mais 4,5% do capital social da Celtejo (elevando a sua participação para 99,45%).

2005

2006

Áreas de negócio

102-2 102-4 102-6

A Altri é uma empresa de referência europeia na produção de pastas de eucalipto e na gestão florestal sustentável. Atualmente, a Altri tem três fábricas de pasta de celulose – a Celbi, a Caima e a Celtejo – com uma capacidade anual nominal superior a 1 milhão de toneladas. A Celbi e a Celtejo produzem pasta de papel e a Caima produz pasta solúvel, utilizando como matéria-prima madeira de eucalipto.

Para uma melhor gestão da floresta, a Altri - através da sua subsidiária Bioelétrica da Foz - produz energia elétrica a partir de biomassa florestal. Atualmente estão em operação cinco centrais - Mortágua (8,6 MW de potência instalada); Ródão (localizada nas instalações fabris da Celtejo - com 12,8 MW de potência instalada); duas na Figueira da Foz (localizada nas instalações fabris da Celbi – uma com capacidade de cerca de 28 MW de potência instalada e a outra com 34,5 MW de potência instalada) e Constância (localizada nas instalações fabris da Caima - com capacidade de 12,8 MW de potência instalada).

Paralelamente, as fábricas da Altri são excedentárias na produção de energia elétrica através da cogeração industrial de base renovável. Este processo assenta no aproveitamento de componentes vegetais com propriedades combustíveis que não servem para a produção de pastas (lenhina), que são queimados numa caldeira de recuperação visando a produção de energia térmica e energia elétrica.

A Altri detém integralmente a Altri Florestal, empresa que tem cerca de 87 mil hectares de floresta sob intervenção. Atualmente, estes ativos garantem um nível de autoabastecimento próximo de 20% das necessidades de aprovisionamento das empresas do Grupo.

A estratégia florestal da Altri assenta na otimização da capacidade produtiva florestal através da implementação de um modelo silvícola de longo prazo, capaz de garantir um nível de rentabilidade adequado, gerido de forma sustentável e assente na aplicação das melhores práticas florestais.



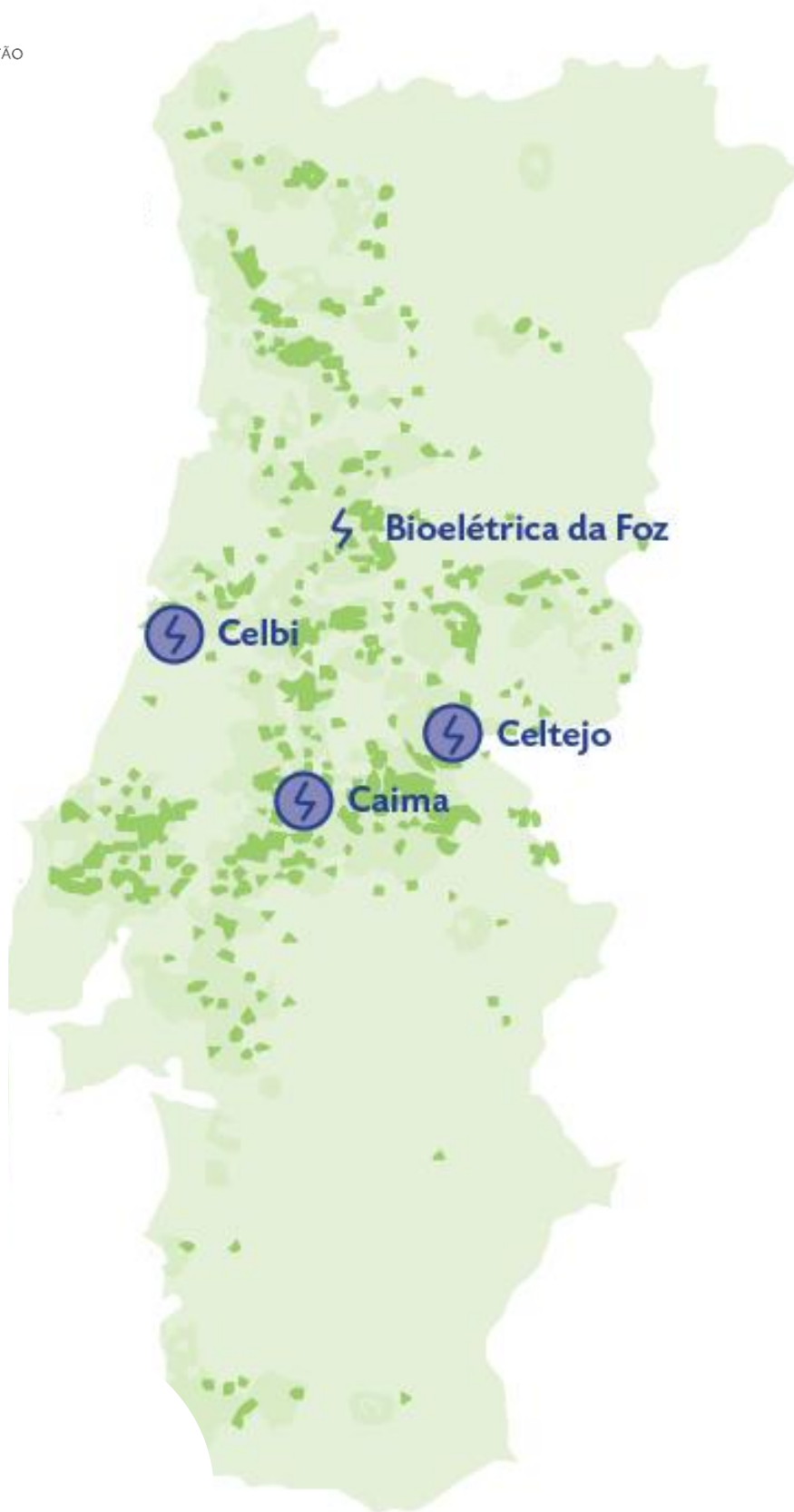
A Celbi produz cerca de 800 mil toneladas de pasta por ano do tipo Bleached Eucalyptus Kraft Pulp (BEKP) e tem como principal mercado as papelarias europeias que produzem desde papéis finos até ao *tissue*.

A Celtejo também produz pasta de eucalipto branqueado do tipo BEKP e tem uma produção anual superior a 260 mil toneladas por ano.

A Caima produz atualmente mais de 115 mil toneladas por ano de pasta solúvel a partir de Eucalipto, para a indústria têxtil, nomeadamente viscose.

A Bioelétrica da Foz, materializa a presença da Altri no setor da energia renovável a partir de biomassa. Atualmente estão em funcionamento cinco centrais de produção termoelétrica a partir de biomassa florestal, que produzem anualmente cerca de 700 GWh.

- PROPRIÉDADES EM GESTÃO
- CENTRAIS DE BIOMASSA
- FÁBRICAS DE CELULOSE



Produto e Mercado

As principais atividades do Grupo Altri são a produção de pasta de papel e solúvel e a produção de energia elétrica renovável. Sendo a produção de pasta o *core business* do Grupo e sendo a gestão florestal indissociável da mesma, a conjugação de ambas possibilita e potencia a atividade de produção de energia renovável, através da cogeração e da biomassa.

Com uma forte cultura de trabalho, de investigação e com um inconformado espírito de inovação, a Altri rapidamente atingiu um elevado *know-how* no setor da energia renovável, sendo hoje reconhecida, também nesta área, como um dos principais *players* portugueses.

Produto

As pastas produzidas pela Altri têm diversas aplicações, nomeadamente a produção de papel (destacando-se a produção de papéis *tissue*, de impressão e escrita) e a pasta solúvel, que é maioritariamente utilizada na produção de têxteis. A Celbi e a Celtejo produzem pasta branqueada de eucalipto (BEKP - *Bleached Eucalyptus Kraft Pulp*), e a Caima produz pasta solúvel (DWP), sendo integralmente pasta de mercado.

As pastas de papel produzidas estão aprovadas pelo Nordic Ecolabelling of Paper Products e pelo European Ecolabel, e assim podem ser utilizadas em produtos que pretendam utilizar este rótulo ambiental.

O Nordic Ecolabelling of Paper Products e o European Ecolabel são programas de rotulagem ambiental, baseados na análise do ciclo de vida do produto.

Produção de energia renovável

O processo de produção da pasta e a gestão florestal integrada possibilitam o aproveitamento de fontes de energia renovável, tais como licor negro e biomassa.

O processo de produção de energia através de cogeração consiste na produção de vapor através da queima de licor negro (lenhina), que faz movimentar uma turbina, acionando um gerador que produz energia elétrica. As fábricas de pasta reutilizam este componente vegetal e reciclam a maioria dos químicos utilizados no processo produtivo.

A biomassa florestal, resultante da gestão das florestas, é produzida essencialmente através da casca das árvores, mas, também dos ramos e folhas de árvores. Esta biomassa é destrocada e posteriormente queimada numa caldeira de biomassa, produzindo vapor que ativa uma turbina, que por sua vez aciona um gerador elétrico. A energia elétrica produzida através deste processo é integralmente colocada na rede elétrica nacional.

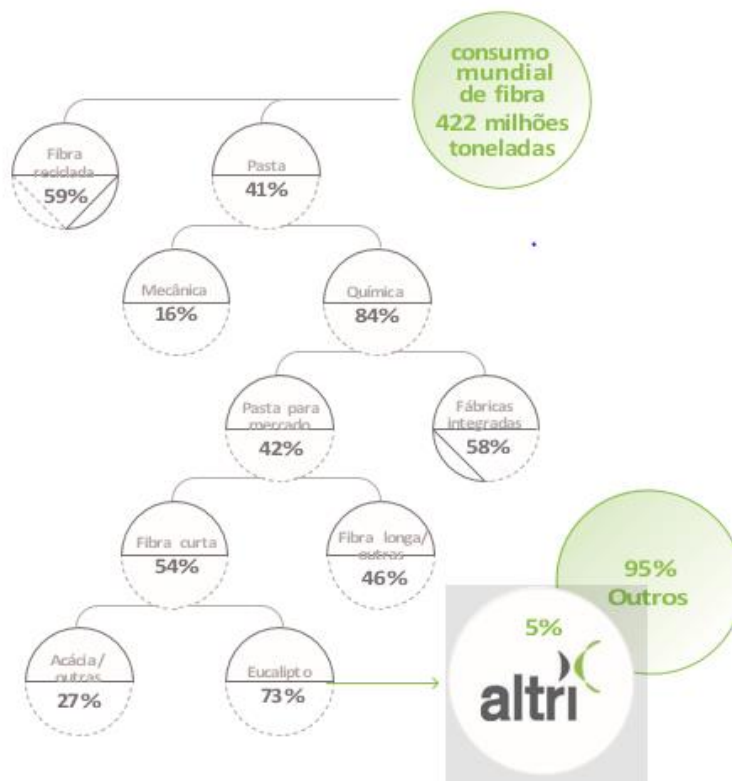
Em 2019, a Altri produziu cerca de 1,1 milhões de toneladas de pasta (valor equivalente ao ano anterior), das quais cerca de 10% foi pasta solúvel.

Os diferentes destinos dos produtos Altri



Mercado

A Altri produz pasta de papel a partir de uma matéria-prima principal - a madeira de eucalipto. Neste segmento a Altri representa cerca de 5% da produção mundial.



O Grupo Altri está posicionado no segmento B2B (*Business to Business*), sendo os seus principais clientes indústrias transformadoras. Estas indústrias adquirem às fábricas do Grupo as pastas de papel e solúvel, que mais tarde integram nos seus próprios processos produtivos, enquanto matéria-prima. As múltiplas aplicações da pasta, e a identificação constante de novas soluções, têm levado ao aumento da procura do mercado, e consequentemente ao crescimento da produção. No contexto do Grupo Altri importa destacar a pasta produzida pela Caima que, sendo uma pasta solúvel, tem um âmbito de aplicação mais alargado.

Como exemplo de produtos finais, que integram no seu processo produtivo a pasta de papel e a solúvel, podemos referir, o papel (seja de escrita, decorativo ou *tissue*), têxteis (tecidos e roupa), óculos, pneus, colchões, esponjas, dispositivos eletrónicos, indústria alimentar (como por exemplo, a produção de molhos), tintas, cigarros, loiça, entre muitos outros. Com este leque de aplicações, a indústria da pasta de celulose acrescenta valor à sociedade.

Missão, Visão e Valores

102-16



Missão

Fornecer pastas de eucalipto, que produz de forma económica e ambientalmente sustentável, satisfazendo os requisitos e expectativas dos seus clientes.



Visão

A Altri pretende ser o produtor mais eficiente à escala global na colocação da pasta de papel à porta dos seus clientes.



Valores

1.

Orientação para os resultados e para a qualidade total

2.

Foco nas necessidades e expectativas dos clientes e partes interessadas

3.

Empenho na defesa do meio ambiente

4.

Responsabilidade social

5.

Espírito de abertura face aos desafios e à mudança

6.

Versatilidade e polivalência profissional

7.

Ambição para melhorar, inovar e estar na vanguarda

8.

Descentralização e responsabilização

9.

Informalidade no relacionamento pessoal

Governance, ética e políticas do Grupo

102-11 102-16 102-17 102-18 307-1 419-1

Governance

O modelo de governo da Altri é composto por um órgão de administração, um órgão de fiscalização e um Revisor Oficial de Contas. O ano de 2019 foi o último ano do triénio 2017/2019, mandato para o qual foram eleitos os membros que integram os órgãos sociais mencionados. A única comissão especializada na estrutura de Governance do Grupo Altri é a Comissão de Remunerações.

Neste sentido, e até à eleição de membros para integrarem os órgãos sociais do novo mandato correspondente ao triénio 2020/2022, o ano de 2019, em termos de estrutura de Governance, foi um ano de continuidade dos últimos três anos.

A 31 de dezembro de 2019, o Órgão de Administração da Altri era composto por sete administradores, um presidente e seis vogais:

- Paulo Jorge dos Santos Fernandes (Presidente e Co-CEO)
- João Manuel Matos Borges de Oliveira (Vice-Presidente e Co-CEO)
- Domingos José Vieira de Matos (Vogal)
- Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira (Vogal)
- Ana Carvalho Rebelo Menéres de Mendonça (Vogal)
- José Manuel de Almeida Archer (Vogal)
- Laurentina da Silva Martins (Vogal)

O Órgão de Fiscalização, na mesma data, era composto por três membros, um presidente e dois vogais:

- Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa (Presidente)
- António Luís Isidro de Pinho (Vogal)
- Guilherme Paulo Aires da Mota Correia Monteiro (Vogal)

O Revisor Oficial de Contas é um cargo exercido pela Ernest & Young

Mais informação sobre o tema da diversidade nos Órgãos de Gestão e sobre o funcionamento e regulamentos dos Órgãos de Gestão, para consulta no website da sociedade: www.altri.pt

Ética

A Altri adotou em 2015 um novo Código de Ética e de Conduta que reflete os princípios e as regras que deverão nortear as relações internas e externas estabelecidas entre todas as empresas do Grupo Altri com os seus *stakeholders*, que tem como objetivo primordial orientar a conduta pessoal e profissional de todos os colaboradores do Grupo Altri, independentemente do cargo ou função que desempenhem, tendo por base princípios éticos comuns.

O Código de Ética e de Conduta aplica-se a todos os colaboradores do Grupo Altri, incluindo Órgãos Sociais de todas as empresas do Grupo, bem como – com as necessárias adaptações – aos mandatários, auditores externos, clientes, fornecedores e outras pessoas que lhes prestem serviços a qualquer título, seja permanente ou ocasionalmente.

Mais informações sobre o Código de Ética e Conduta da Altri, para consulta no seguinte website: http://www.altri.pt/~media/Files/A/Altri-V2/documents/Codigo_Etica_Conduta.pdf

Políticas do Grupo

A formalização de Políticas do Grupo assegura o funcionamento regular, sustentável e seguro das atividades da Altri. Estas Políticas estão alinhadas com a legislação aplicável.

O Conselho Fiscal é o órgão ao qual deverão ser dirigidas quaisquer comunicações de irregularidades, por parte de qualquer colaborador, parceiro, fornecedor ou qualquer outro *stakeholder*.

O Grupo Altri dispõe de um mecanismo específico para a comunicação de irregularidades que, de forma alinhada com os desígnios da Recomendação número 1.2.5 do Código de Governo das Sociedades do IPCG, consubstanciem violações de natureza ética ou legal com impacto significativo nos domínios da contabilidade, da luta contra a corrupção e do crime bancário e financeiro (*Whistleblowing*), que salvaguarda a confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que seja solicitada.

Se for dirigido ao Conselho de Administração algum pedido de esclarecimento ou manifestação de preocupação relacionado com o sistema de *Whistleblowing*, este órgão, de imediato, remetê-lo-á para o Conselho Fiscal.

O reporte ao Conselho Fiscal de qualquer irregularidade ou indício de irregularidade, deverá ser efetuado através de carta em envelope fechado com a menção da sua confidencialidade, para a seguinte morada: Rua Manuel Pinto de Azevedo, número 818, 4100-320 Porto. Só serão aceites e tratadas denúncias anónimas a título excecional.

Ao longo do exercício de 2019 não foram reportadas ao Conselho Fiscal da Sociedade quaisquer comunicações de irregularidades.

Mais informações sobre as Políticas do Grupo Altri, para consulta no seguinte *website* (Relatório de Sustentabilidade 2018 - pg. 33 e 34): <http://www.altri.pt/~media/Files/A/Altri-V2/reports-and-presentations/reports/portuguese/2018/altri-relatorio-sustentabilidade-2018s.pdf>

Certificações

O foco na qualidade, na melhoria contínua do desempenho global e na intenção de satisfazer as necessidades e estar sempre ao nível das mais elevadas expectativas dos seus clientes, fez com que todas as empresas do Grupo apostassem na implementação e certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade (ISO 9001).

Todas as unidades industriais da Altri têm os seus sistemas de gestão certificados em conformidade com os requisitos da ISO 14001 (Sistemas de Gestão Ambiental) e da OHSAS 18001 (Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho). De igual forma, todas as unidades fabris têm os seus laboratórios de apoio ao processo acreditados pela Norma ISO/ IEC 17025.

A Celbi e a Celtejo têm implementados Sistemas de Gestão da Energia, certificados segundo a Norma ISO 50001 e a Caima tem como objetivo obter esta certificação no decorrer de 2020. A Celbi e a Caima estão também registadas no EMAS – Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria da União Europeia. A Celtejo tem o seu sistema de Investigação, Desenvolvimento e Inovação certificado segundo a norma NP 4457.

As suas cadeias de responsabilidade de abastecimento de madeira estão também certificadas através de normas internacionais de gestão florestal (FSC® – Forest Stewardship Council®¹ e PEFC™² – Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes²), o que demonstra o compromisso estabelecido na Política de Abastecimento da Altri com o controlo da origem da madeira ao longo da cadeia de fornecedores.

ISO 9001	✓
ISO 14001	✓
OHSAS 18001	✓
ISO/IEC 17025	✓
ISO 50001	✓
EMAS	✓
NP 4457	✓
Forest Stewardship Council® - FSC®	✓
Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes - PEFC™	✓

1 Licence Code: FSC-C104460

2 Licence Code: PEFC/13-23-002

Como criamos valor



Transformação Digital



Produtos Sustentáveis



Cultura de Melhoria Contínua



Cultura de Segurança



Preparar os Líderes do Futuro



Uso Responsável da Água



A Altri e a Biodiversidade



KPI's

- 3,4 M€ investido em IDI
- 100% de produtos recicláveis/biodegradáveis
- Implementação de projetos de melhoria contínua em 100% das empresas do Grupo Altri
- 0,12 Índice de gravidade
- 8,89 Índice de frequência
- 34% dos colaboradores têm formação superior
- 37.331 horas de formação a colaboradores
- 48 horas de formação por colaborador
- 23 milhões dem³ de uso de água
- 81% de água devolvida ao ambiente
- 87 mil hectares de área florestal sob intervenção

Transformação Digital

A Transformação Digital é um movimento transversal a todos os setores de atividade, sendo um termo com origem na Alemanha e associado à Quarta Revolução Industrial.

A Indústria Europeia de papel e celulose acompanhou de perto as três principais fases da transformação industrial – da energia do vapor à energia elétrica e à integração progressiva da automação e das tecnologias de informação. Hoje em dia, a indústria de papel está pronta para abraçar os desafios da Indústria 4.0, utilizando sistemas ciberfísicos como forma de quebrar a estagnação da produtividade.

Primeira Revolução

Água/vapor



Segunda Revolução

Eletricidade



Terceira Revolução

Automação



Quarta Revolução

Sistemas ciberfísicos



Transformação Digital na Altri

As indústrias são uma componente importante da solução para o desenvolvimento sustentável e neste sentido as tecnologias utilizadas pelas indústrias devem ser economicamente viáveis e contribuir para a minimização dos impactos no meio ambiente, proporcionando impactos positivos não só nos clientes e colaboradores, mas criando valor para todos os *stakeholders*. O uso consciente, eficiente e sustentável de recursos nos processos produtivos está no centro da nova revolução industrial do Grupo Altri.

Os novos desafios desta transformação digital estão relacionados com quantidades de dados massivos (*big data*), com a capacidade de ligação ao longo de toda a cadeia de valor em tempo real (*Internet of Things*) e com a existência de fábricas inteligentes (*smart factories*).

A transformação digital vai influenciar todos os processos de negócio, nomeadamente a Gestão de Recursos Humanos. Desde logo, ao estabelecer uma mudança na forma como trabalhamos e exigindo aos colaboradores cada vez mais qualificados.

53% dos
colaboradores
admitidos na Altri
têm formação
superior

“Quando perguntados sobre suas perspetivas futuras, os Digital Champions ficaram significativamente otimistas. Estes esperam que os seus investimentos em novas tecnologias e na melhoria dos ecossistemas digitais resultem em aumentos de receita de cerca de 15% nos próximos cinco anos.”

Estudo global da PwC sobre Digital Operations

A Altri tem como visão utilizar os dados disponíveis para prever flutuações e inovações de mercado, produto e processos, adaptando-se às necessidades e exigências dos *stakeholders* e contribuindo para a criação de valor económico, social e ambiental.

A partir da matéria-prima da Altri - a madeira - podem ser recolhidas informações em tempo real no terreno sobre o volume, condição e maturidade do *stock* de árvores. Estas informações podem sinalizar o momento ideal para o corte ou sinalizar dados sobre a condição da árvore (humidade, doenças, etc.). Da mesma forma, os fornecedores podem ter uma ligação em tempo real aos clientes industriais como a Caima, Celbi ou Celtejo e podem reagir, sem atrasos, aos seus requisitos e às novas necessidades.

Monitorizando o processo de produção, o *stock* de produto acabado ou a previsão atual de vendas, o fornecedor poderá também identificar problemas de qualidade ou as necessidades mais imediatas de materiais, garantindo um reabastecimento mais rápido.

No setor em que a Altri opera, as vertentes mais importantes da transformação digital são o *big data*, inteligência artificial, *machine learning* e imagem virtual. Estas ferramentas irão permitir ao Grupo, de um modo mais eficaz:

- Selecionar as condições e plantas que permitirão obter plantações com maior crescimento;
- Selecionar as condições no processo de fabrico que permitirão obter maiores rendimentos e menores custos;
- Obter maior estabilidade na qualidade do produto com menor variabilidade;
- Desenvolver a criação de algoritmos com base nos sinais provenientes dos equipamentos de fabrico, que antecipem falhas e evitem ações preventivas desnecessárias, reduzindo deste modo os custos de manutenção.

Implementação do Metris OPP em parceria com a Metris – ANDRITZ Digital Solutions

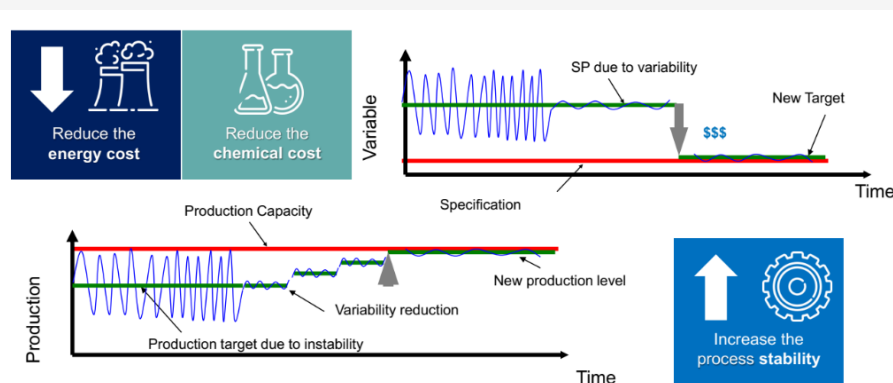
A Celbi iniciou no final de 2018 a implementação do Metris OPP, apresentando já excelentes resultados, entre eles:

- Seleção de condições no processo de fabrico que permitem obter maiores rendimentos e custos mais baixos;
- Obtenção de maior estabilidade na qualidade do produto com menor variabilidade.

Em 2019 o projeto alargou-se à Caima e à Celtejo.

As fábricas da Altri estão equipadas com sistemas de controlo de processo bastante avançados e sofisticados que podem ser otimizados através de análise multivariável. O Metris OPP (Otimização da *Performance* do Processo) combina um programa sofisticado de tratamento de dados das áreas fabris com o conhecimento humano especializado dos processos de uma fábrica de produção de pasta de papel.

O OPP permite relacionar milhares de dados que recolhe dos sistemas de controlo distribuído e controladores existentes, reduzindo a variabilidade dos processos. É uma aplicação que faz a aquisição de dados em tempo real e, após tratamento estatístico complexo, atua no controlo de supervisão dos processos de fabrico. Tem uma componente de criação de algoritmos com base nos sinais provenientes dos equipamentos de fabrico, que antecipem falhas e evitem ações preventivas desnecessárias reduzindo, deste modo, os custos de manutenção.



Parceiro estratégico da Altri

O mundo está a viver a sua 4ª revolução industrial com grande impacto na competitividade e sobrevivência das indústrias.

Ciente disso, o Grupo Altri priorizou no seu plano estratégico a adoção de uma plataforma voltada à Indústria 4.0 (também conhecida como IIoT – Industrial Internet of Things).

Nesse sentido, após procurar referências bem-sucedidas no setor de Papel e Celulose, escolheu a Andritz com a sua Plataforma Metris OPP como sua parceira estratégica para a Transformação Digital das suas plantas industriais de celulose. A plataforma Metris OPP possui hoje mais de 60 aplicativos direcionados para a otimização de processos. Aplicativos esses desenvolvidos ao longo dos últimos 15 anos de existência da Plataforma.

Possuindo mais de 60 contratos em operação em 15 países a Andritz pode afirmar categoricamente o quão maduro o Grupo Altri estava para adotar essa tecnologia, afinal está em jogo não apenas a adoção de modernas ferramentas de inteligência artificial e mineração de dados, mas uma profunda mudança cultural das equipes fabris.

Logo de início no contrato piloto com a planta da Celbi o compromisso de toda a equipe fabril chamou a atenção da equipe Andritz. Desde a alta liderança até às equipas operacionais, todos estavam dispostos a apoiar o projeto, percebendo a importância do mesmo para que a Celbi continuasse seus resultados já benchmarking no setor. Esse engajamento logo se fez refletir em excelentes resultados, seja na estabilidade do processo fabril, na economia de químicos, no aumento da produção de celulose e energia. Além desses ganhos perceptíveis no bottom line do negócio, a mudança cultural necessária para se beneficiar dessa transformação digital também se fez notar.

A partir da sua experiência bem-sucedida na planta Celbi, o grupo Altri decidiu expandir o seu movimento para suas duas outras plantas – Celtejo e Caima.

A Andritz tem o maior orgulho de ter sido escolhida para ser a parceira estratégica do grupo Altri, grupo esse já reconhecido no mercado por sua excelente performance industrial, competitividade e preocupação com o meio ambiente. A tecnologia segue evoluindo em passos largos, mas a Altri seguramente está a pelo menos alguns passos à frente para acompanhar essa evolução, beneficiar-se dela e oferecer a seus clientes um produto de qualidade cada vez melhor e com menor impacto ambiental que seus concorrentes por conta de sua estabilidade operacional e antecipação de distúrbios só possíveis através dessa tecnologia.

Luis Binotto

Senior VP – Division Manager

Maintenance Performance & Process Optimization

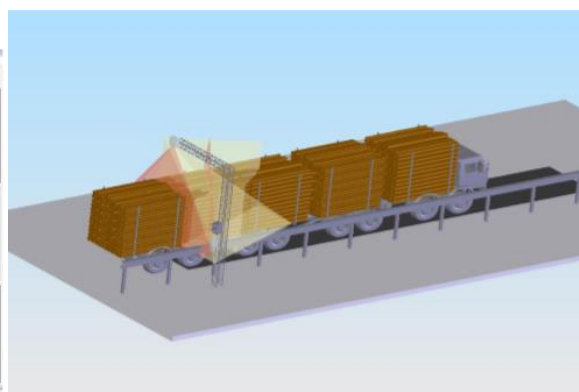


Outro projeto relevante na área da transformação digital da Altri é o Projeto Visão Artificial. Este projeto, desenvolvido em parceria com a Celpa e a The Navigator Company, tem como objetivo melhorar o conhecimento sobre a madeira rececionada nas suas unidades industriais.

A abordagem passa pela utilização de sistemas de visão artificial com tratamento de dados que conseguem obter o máximo de informação através da observação da totalidade das cargas de rolaria que entram nas fábricas, em três locais distintos: receção, ergoteste e descarga.

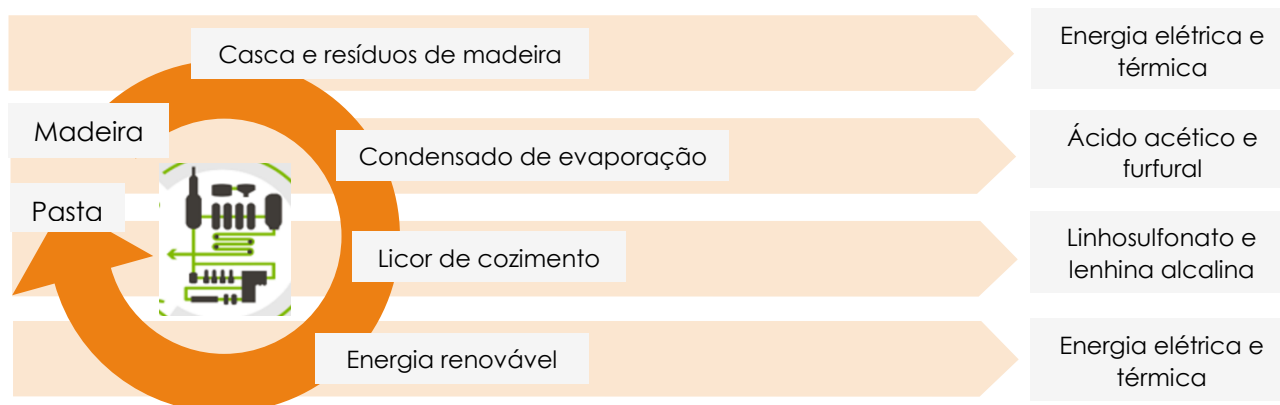
Com a implementação deste projeto, foi desenvolvida uma solução protótipo para a determinação das dimensões da madeira em toros (diâmetro ou área da secção, comprimento e volume completo). Complementarmente, pretende-se ainda identificar a espécie em questão e determinar a presença de casca na rolaria.

Este é um projeto inovador que está em fase de validação e que, sem intervenção humana, permitirá recolher muita informação de modo a otimizar as atividades florestais e industriais.



Produtos Sustentáveis

A atividade da Altri tem por base o desenvolvimento de produtos renováveis partir de uma fonte renovável – a madeira – que permite uma grande variedade de aplicações fruto do processo de produção de pasta de papel e pasta solúvel. O seguinte esquema representa o conceito de biorefinaria nas fábricas de celulose da Altri, onde se pode observar os vários resultados possíveis do processo de fabricação da pasta de papel



O conceito de biorefinaria garante que 100% da madeira é usada para a produção de fibras celulósicas, químicos de base natural e energia de origem renovável, maximizando a criação de valor do ponto de vista ecológico e ambiental.

A Produção de Pasta Solúvel na Caima

A Caima é a única empresa em Portugal, e uma das poucas na Europa, a produzir pasta solúvel. Como produtor de pasta solúvel, a Caima possui uma visão integrada da cadeia de valor desde a madeira ao seu produto, e do potencial que resulta da sua aplicação na produção de fibras têxteis.

A produção de pasta solúvel para aplicação na produção de fibras têxteis de base celulósica garante vantagens ambientais quando comparadas com as fibras sintéticas de origem petroquímica e as fibras naturais como o algodão.

As fibras têxteis de base celulósica são totalmente recicláveis, biodegradáveis e provêm de florestas sustentáveis com consumos de água e nutrientes inferiores aos das plantações de algodão.

De entre as várias aplicações da pasta de papel, alguns exemplos são o papel para escrita, o papel *tissue*, o papel de embalagem, papel *décor*, *fluff/non-woven*, fibra têxtil (viscose, lyocell), acetatos de celulose, éteres de celulose e especialidades químicas. Todos estes produtos finais têm por base uma matéria prima renovável e sustentável, sendo um passo na direção de uma economia circular, onde no final de ciclo de vida dos produtos, a natureza retorna à natureza.

Em linha com a estratégia definida, a Altri tem vindo a investir na Investigação e Desenvolvimento, na procura de produtos sustentáveis de alto valor acrescentado.

Em 2019, o investimento em I&D foi de cerca de 0,5% do volume de negócios da Altri, valor em linha com as empresas de referência do setor.

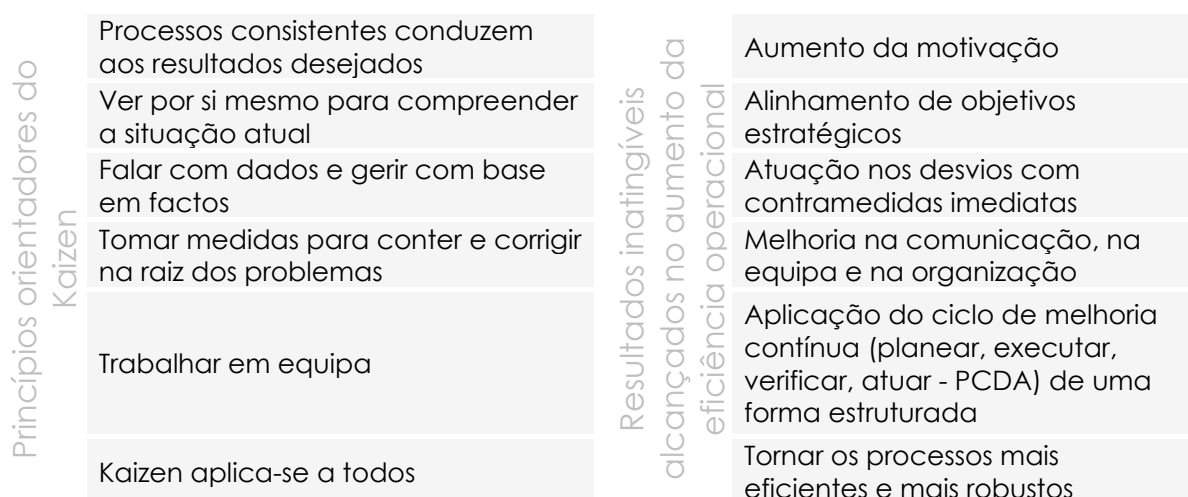
Cultura de Melhoria Contínua

A cultura da melhoria contínua faz parte do ADN da Altri, materializado no crescimento da empresa de forma sustentada desde a sua criação.

Esta cultura de melhoria contínua traduz-se numa atitude de trabalho e eficiência e de atuar sempre de forma correta, como meio de alcançar continuamente mais e melhores resultados. Apesar desta atitude, foi identificado há uns anos pela gestão do Grupo Altri, a necessidade de implementar uma metodologia de *Lean Management* (uma abordagem de longo prazo de gestão de melhoria contínua, que consiste na procura de pequenas mudanças incrementais nos processos, a fim de melhorar a eficiência e a qualidade da empresa).

Hoje melhor do que ontem,
amanhã
melhor do que hoje.

Em japonês “Kai” significa mudar e “Zen” significa melhor. A junção das duas palavras dá origem à palavra composta Kaizen, cuja tradução é “melhoria contínua”. Este conceito empresarial foi introduzido na Europa em 1986, quando o professor Masaaki Imai escreveu o livro *Kaizen: The Key to Japan’s Competitive Success*. A filosofia Kaizen está orientada para a melhoria da produção industrial. É uma prática reconhecida mundialmente como um importante pilar da estratégia competitiva de longo prazo das organizações.



Melhoria contínua na Celbi

O projeto Kaizen teve início na Celbi em 2016, com duas equipas piloto - uma equipa de *Gemba* (equipa operacional) e uma equipa de Supervisão. Com os resultados obtidos e as lições aprendidas no projeto piloto, em 2017 alargou-se a metodologia de Kaizen Diário a toda a área industrial, envolvendo cerca de 210 colaboradores, 2.387 horas de formação e 28 quadros de equipa implementados.

As reuniões de Kaizen Diário implementadas em todos níveis da organização fabril, desde as equipas de *Gemba* até à Administração, facilitaram a cadeia de ajuda, a melhoria nos canais de comunicação, o alinhamento dos objetivos estratégicos da empresa e permitiram reforçar o desenvolvimento de pessoas em equipas que, através da análise sistemática de indicadores, da padronização de tarefas e de toda a partilha de informação, tornaram os processos mais robustos e mais eficientes.

Foi com este conjunto de projetos de melhoria contínua que a Celbi foi premiada em 2018 pelo Kaizen Institute na Categoria Excelência na Qualidade.

Após a implementação desta fase inicial de organização das equipas, foi com naturalidade que a Celbi avançou para o módulo de *Kaizen Events* (Eventos Kaizen), que com a implementação de projetos de melhoria assentes na metodologia *Kobetsu*, visaram a melhoria contínua da qualidade para um aumento da eficiência operacional. Todos os níveis hierárquicos da organização estiveram envolvidos, executando projetos de melhoria com equipas multidisciplinares. O resultado final traduziu-se num aumento na produção de pasta devido à diminuição de perdas e ineficiências, sem prejuízo para a qualidade do produto final.

Adicionalmente, o projeto resultou na redução do consumo de energia elétrica em 6%, diminuição do uso específico de água em 19% e do aumento da vida útil das navalhas de destroçamento de madeira. Estes ganhos contribuíram para o aumento da eficiência operacional em 3% e consequentemente do volume de produção/venda.

Além destes ganhos tangíveis, a Celbi foi premiada pelas boas práticas da melhoria contínua. O prémio atribuído pelo Kaizen Institute foi o reconhecimento da atitude de ir mais além, de fazer o que é certo, para alcançar mais e melhores resultados. O prémio é também uma prova de que é possível aplicar as metodologias *Lean* com sucesso, em atividades industriais de laboração contínua e não apenas de laboração discreta como a indústria automóvel.

Após a implementação de melhoria contínua na Celbi, a Celtejo e a Caima deram um passo na mesma direção:

- Em 2018, depois dos investimentos realizados na Celtejo que incluíram uma nova caldeira de recuperação, uma nova ETARI, uma nova turbina e uma nova instalação de tratamento de águas, entendeu-se ser o momento certo para dar um passo importante na melhoria contínua, implementando a metodologia Kaizen. Com a introdução das práticas Kaizen na Celtejo pretendeu-se dotar a organização de novas e melhores soluções, a partir das quais se vão diminuir os desperdícios e os desvios, aumentando a produtividade e, consequentemente, os resultados.
- Já em 2019, recorrendo a equipas multidisciplinares e envolvendo todas as áreas operacionais da fábrica, implementaram-se *Kobetsu* (projetos de melhoria), com bons resultados atingidos ao nível da redução das perdas de madeira, redução do consumo de energia elétrica, redução do volume de efluente e aumento da disponibilidade da Máquina de Secagem de pasta.
- Com a implementação das ferramentas Kaizen na Celtejo, acrescentou-se valor a toda a Organização, porque esta metodologia não visa unicamente o sucesso da Empresa, mas igualmente o desenvolvimento do capital humano que nela trabalha, resultando num evidente valor acrescentado em toda a cadeia funcional.
- Numa fase em que todas as equipas da Caima já utilizavam a metodologia implementada em 2018, surgiu a necessidade de melhorar aspetos relacionados com a troca e uniformização da informação e de acompanhamento das ações de melhoria. Para isso, foi desenvolvido um conjunto de ferramentas simples de gestão visual que vieram revolucionar a produtividade, a eficiência de processos, a rentabilização de recursos e a motivação das equipas.
- Em 2019 iniciou-se o projeto na Altri Florestal, com a implementação das ferramentas de melhoria contínua na gestão diária da melhoria contínua nas atividades florestais e de aquisição de madeira.

Atualmente, todas as empresas do Grupo Altri - Celbi, Caima, Celtejo e Altri Florestal - aplicam diariamente os princípios da metodologia Kaizen, o que se tem traduzido numa verdadeira revolução cultural.

Na Altri, foram implementados os "Sabia que...?", as OPL (*One Point Lesson*) e os cartões de Não Conformidade. O objetivo da iniciativa "Sabia que...?" é alcançar uma maior transparência e transversalidade da informação, recorrendo a pequenos cartões com informações simples sobre temas de interesse para o dia-a-dia da fábrica. Os OPL, consistem em documentos que transcrevem procedimentos e informações de uma forma simples e acessível a todos.

A integração das ferramentas Kaizen no Sistema de Gestão concretizou-se usando os Cartões de Melhoria, os Cartões de Cadeia de Ajuda, os recém-implementados Projetos Kobetsu e os Cartões de Não Conformidade nos processos já existentes.

Nos projetos de melhoria Kobetsu são estudadas e implementadas melhorias respeitantes a problemas complexos e que necessitem do acompanhamento de equipas multidisciplinares, ficando os problemas mais simples para resolução através do ciclo PDCA, com recurso aos Cartões de Melhoria e aos Cartões de Cadeia de Ajuda, ou através do plano de tarefas, quando podem ter resolução imediata.

Parceiro estratégico da Altri

Quando uma empresa decide fazer Kaizen, está a decidir que quer desenvolver um modelo de organização que permita que todas as pessoas façam melhorias todos os dias, em todas as áreas. Este é o objetivo último.

Para fazer Kaizen, esta organização tem de desenvolver 3 capacidades:

Em primeiro lugar, temos de conseguir melhorar o que fazemos todos os dias, pelo que, para as tarefas diárias, deveremos ter um standard, ou seja, o método mais eficiente, mais seguro, a melhor maneira de realizar este trabalho conhecida até hoje.

A primeira competência de uma organização e, conseqüentemente, das suas pessoas, passa por conseguir identificar diariamente os seus problemas e resolvê-los de forma sistemática, o quanto antes.

Mas, se decorridos 2 ou 3 meses, o problema persiste, então a organização precisa de pôr em prática a sua segunda capacidade: organizar um trabalho de equipa com pessoas das funções implicadas no âmbito do problema em questão. Esta equipa, aplicando uma metodologia normalizada vai criar as condições necessárias para a irradicação do problema.

Não obstante, estas duas capacidades não são, por si só, suficientes para as organizações darem saltos nos seus objetivos de crescimento e rentabilidade. Precisamos criar condições para que a empresa se autoimponha objetivos disruptivos considerados, por muitos, impossíveis de atingir. São estes objetivos, lançados pelos líderes de topo da organização, que vão levar à mudança de paradigmas, alterando a forma como as coisas são, atualmente, realizadas. O que é que hoje é impossível fazer, que transformará a forma como faremos as coisas, no futuro? Esta é a pergunta que devemos colocar para a organização poder encontrar, periodicamente, as disrupções nos seus processos e no valor que entrega aos clientes.

A Altri, ao longo deste processo, tem vindo a desenvolver com sucesso estas três capacidades, pois tem implementado um sistema de comunicação a todos os níveis da hierarquia em que todas as equipas naturais têm reuniões frequentes (a maioria diárias) de curta duração com uma agenda pré-definida e com vários elementos visuais onde são resolvidos os problemas da gestão diária.

Para além disso, no seu Roteiro Anual de Melhoria tem planeado e implementado Eventos Kaizen realizados por equipas multidisciplinares, visando a resolução de problemas mais complexos.

Também existem projetos mais disruptivos que envolvem a gestão de topo da Organização, que fomentam o pensar "fora da caixa" e obter verdadeiros saltos que têm permitido à Altri manter-se na liderança e ser reconhecida como uma empresa de referência no setor.

Alberto Bastos

Senior Partner & Managing Director

Kaizen Institute Western Europe

Cultura de Segurança

403-2

O que caracteriza uma cultura de segurança é, não só os equipamentos, procedimentos, sinalização de segurança, mas principalmente as pessoas. Elas são as principais responsáveis pela sua segurança e pela segurança de quem trabalha com elas.

A Altri acredita que uma cultura de segurança se constrói ao longo do tempo, através de uma liderança com enfoque em segurança e desmistificando o conceito de acidentes e culpados. Aquando da ocorrência de um acidente, as causas do mesmo são investigadas em conjunto pelas equipas de coordenação da segurança, na área em que ocorreu o acidente e se possível com o(s) acidentado(s), de modo a tomar as medidas corretivas e preventivas mais adequadas.

A Altri definiu o objetivo "Zero Acidentes"



A Altri cumpre integralmente a legislação de saúde e segurança aplicável, baseando-se em normas internacionais como a OHSAS 18001. Adicionalmente, os processos de saúde e segurança implementados vão para além dos requisitos obrigatórios, tendo como objetivo proporcionar um ambiente de trabalho seguro e saudável, garantindo assim o direito das pessoas à proteção da sua saúde e da sua integridade.

Uma vez que grande parte dos acidentes ocorre devido a comportamentos inseguros por parte dos colaboradores e subcontratados das empresas da Altri, estas têm investido ao longo dos últimos anos no Projeto Comportamentos Seguros®, com o apoio de um parceiro especialista nesta área - LTM Consultoria, Lda., proprietária da marca Comportamentos Seguros®.

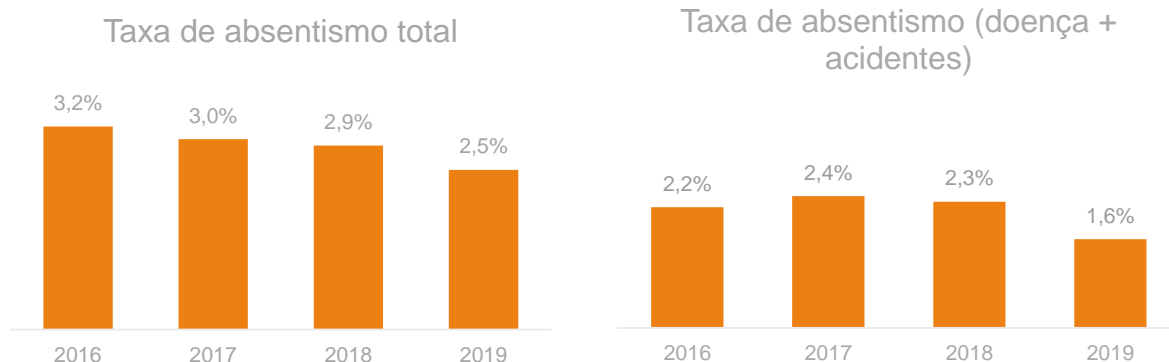
O principal objetivo do projeto Comportamentos Seguros® é evitar que as pessoas se magoem. Neste sentido, o projeto transmite um conjunto de mecanismos e ferramentas que conduzam à adoção de comportamentos que evitam acidentes. A metodologia utilizada neste projeto foi segmentada em três etapas – Preparação, Formação e Iniciativas – com foco em quatro eixos de mudança comportamental:

1. Explicar o processo de mudança – Através da formação em comportamentos seguros é comunicada a todos os colaboradores a razão pela qual o projeto é implementado e o que se pretende mudar ao nível comportamental.
2. Desenvolver de competências – Através da formação de comportamentos seguros são transmitidas às pessoas as ferramentas que podem utilizar no dia-a-dia e como fazê-lo. Como se avaliam riscos? Qual é a utilidade de uma *checklist*?
3. Reforçar através de mecanismos formais – As estruturas, os sistemas e os processos devem suportar (e pressionar) os esforços dos colaboradores na mudança comportamental.
4. Liderar – Não basta aos líderes definir regras. Devem exemplificar a sua concretização. Ser conseqüentes. *Walk the talk*.

Após a implementação do projeto, os principais resultados foram: o envolvimento de todos os níveis hierárquicos em tarefas associadas à prevenção de acidentes; a criação de canais de comunicação efetiva sobre segurança, através de iniciativas; a implementação de um mapa de bordo com indicadores preventivos de segurança (que monitorizam o sistema preventivo). Como resultado principal, foi visível que a segurança na Altri evoluiu positivamente, no mesmo sentido que a produtividade da empresa.

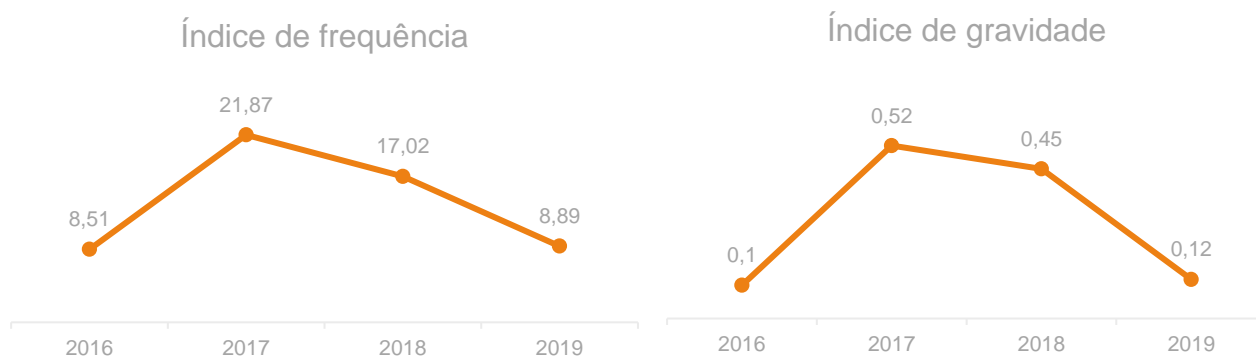
A Altri está empenhada em zelar pela saúde e segurança dos seus colaboradores. Neste domínio, monitoriza os indicadores fundamentais do absentismo para determinar as tendências e respetivas causas de forma a implementar ações que contribuam para a melhoria do bem-estar dos colaboradores.

As principais causas do absentismo são motivadas por doença, com mais de 58% do total e por acidentes com cerca de 6%. Assim, não é de estranhar que as taxas de absentismo tenham uma tendência decrescente. Em 2019, a taxa de absentismo total atingiu 2,5%, registando uma redução de 0,7 pontos percentuais face a 2016. Por sua vez, a taxa de absentismo por motivos de doença e acidentes registou uma diminuição de 0,6 pontos percentuais atingindo 1,6% em 2019.



Relativamente aos acidentes de trabalho, a Altri utiliza os indicadores de frequência e de gravidade como forma de analisar as tendências e definir prioridades de atuação, privilegiando ações que contribuam para redução da sinistralidade e caminhar para atingir a meta dos ZERO ACIDENTES.

Em 2019, o Índice de Frequência situou-se nos 8,89 ("Bom" segundo a Organização Internacional do Trabalho - OIT³) e o Índice de Gravidade situou-se nos 0,12 no mesmo ano ("Bom", segundo a OIT³), representando em ambos os índices uma redução para quase metade dos índices em 2018.



³ Avaliação dos Índices de Frequência, segundo a OIT: < 20 Bom | 20 – 50 Aceitável | 50 – 80 Insuficiente | > 80 Mau

Parceiro estratégico da Altri

A minha colaboração com o Grupo Altri, enquanto Coordenador da metodologia Comportamentos Seguros® da LTM, teve o seu início em 2014. Volvidos 6 anos, é com satisfação que faço um balanço dos projetos implementados na Celbi, Caima e Celtejo.

Os 3 projetos apresentaram diferenças lógicas:

-Desde logo relativas ao timing de execução. Qualquer projeto que implique uma mudança significativa, exige ser aplicado no momento certo, garantindo a disponibilidade adequada.

-A seleção das novas rotinas de segurança e a forma como as mesmas foram implementadas, também diferiram de fábrica para fábrica. Um erro comum, que foi evitado, é a tentativa de réplica de standards, sem considerar o ponto de partida que é sempre diferente entre fábricas. Ao longo das implementações, o desafio de cada fábrica foi sempre, ela própria, ser melhor "amanhã". Nunca copiar uma fábrica irmã. Aproveitando seguramente as sinergias dentro do Grupo, mas sem o método "copy paste" que tantas vezes falha, porque o ponto de partida nunca é o mesmo.

Todos os projetos partilharam, no entanto, 2 aspetos fundamentais:

-Uma metodologia de longo prazo, onde a resistência tem primazia sobre a força. A mudança de cultura organizacional em prol da segurança é uma maratona e não um sprint.

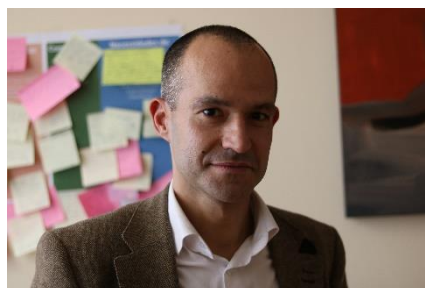
-O comprometimento das pessoas chave envolvidas. Quer o topo da organização, quer os vários níveis de responsáveis pelo projeto, em todas as fábricas, mantiveram a resiliência necessária durante longos períodos para fazer o que tinha de ser feito. Resistindo a momentos de curto prazo com menor sucesso ou maior dificuldade, em prol da firmeza num objetivo maior. Estou certo que esta resiliência é visível na implementação de outras medidas de gestão, porque quando se trabalha "cultura", os valores são transversais.

Se existe uma sensação de sucesso coletivo (e assumo que os resultados de longo prazo permitem essa sensação), isso deve-se a este compromisso que foi assumido pelas pessoas. E porque para lá dos indicadores de segurança estão as pessoas, aceitemos o desafio de continuar a melhorar!

Ludgero Feiteira

Coordenador do Projeto Comportamentos Seguros®

<https://comportamentosseguros.ltm.pt/>



Preparar os líderes do futuro

A formação *Growth Program for Altri High Potentials* deu um valioso contributo para dotar os participantes de competências atualizadas e procurar reter talentos, nomeadamente a quem foi identificado potencial para exercer funções mais complexas e exigentes no futuro.

Existia a ambição de criar um modelo de formação alinhado, abrangente e continuado no tempo, capaz de abrir caminhos para o desenvolvimento de competências adequadas a todas as empresas do grupo Altri, reforçando a cultura e os objetivos do grupo.



No seguimento desta visão, em 2013 foi criada a Altri Leadership Academy. O primeiro programa de formação desenvolvido na academia, foi criado em parceria com a Porto Business School (PBS) e realizado entre 2013 e 2015, envolvendo 90 quadros superiores da Altri, das diversas áreas funcionais e empresas do Grupo. Designado por *Breakthrough Program for Altri Future Leaders*, este foi estruturado para alinhar a estratégia de negócio, integrar os valores e a cultura organizacional do grupo e desenvolver novas competências aos futuros líderes, de forma a serem capazes de responder aos desafios de um mercado cada vez mais global e competitivo.

Sentiu-se que este era o momento, na carreira destes jovens, para garantir formação em áreas menos técnicas, mais orientadas para a gestão e desenvolvimento pessoal. Esta geração de trabalhadores mais jovens valoriza modelos organizacionais mais orientados para as pessoas em detrimento de outros mais tradicionais. Os melhores resultados deste curso, são o reforço do relacionamento entre os participantes, um maior conhecimento das diferentes empresas do grupo Altri e a otimização do trabalho em equipa.

Atendendo ao sucesso desta iniciativa e ao positivo impacto interno que alcançou, a Altri decidiu criar um novo curso em parceria com a PBS. Desta vez, a formação foi designada como *Growth Program for Altri High Potentials*, tendo abrangido 45 jovens colaboradores das empresas Caima, Celbi, Celtejo e Altri Florestal. O início da formação em sala aconteceu em setembro de 2018 e o programa terminou com sessões de follow-up que decorreram em 2019.

O objetivo desta iniciativa era claro: apostar nos quadros mais jovens das diversas áreas das empresas do Grupo que, hoje, têm desafios merecedores de uma atenção particular por parte da empresa.

Parceiro estratégico da Altri

Foi com imenso entusiasmo que a Porto Business School respondeu, mais uma vez, ao aliciante desafio da Academia Altri para desenvolvermos em conjunto o Growth Program For Altri High Potentials.

Como a feliz denominação expressa, o Programa foi desenhado para quadros jovens com elevado potencial de crescimento no universo das empresas do Grupo Altri, numa perspetiva de futuro.

O lançamento deste Programa fica ainda melhor compreendido se o articulamos com o Programa Breakthrough Program for Altri Future Leaders, realizado em 2013 e 2015 em regime de parceria pela Porto Business School e pela Altri, e que foi orientado para quadros com maior senioridade e, de uma forma geral, com uma permanência temporal no grupo mais alargada.

Considerando o perfil dos Participantes e os objetivos estratégicos de desenvolvimento do capital humano do Grupo ALTRI, a Porto Business School e a Academia Altri desenharam um Programa com temas muito atuais, nomeadamente: Liderança, Trabalho em Equipa; Negociação, Comunicação, Gestão e Finanças.

Os resultados do Programa foram excelentes, baseados nos excelentes contributos dos participantes, que criaram entre si uma forte dinâmica de grupo e uma cultura vencedora.

Com este Programa, a Altri assegurou a valorização de forma relevante do seu capital humano e organizacional, reforçou o seu orgulho de integrar o Grupo e capacitou os participantes para vencer os grandes desafios individuais e do Grupo, que resultam do contexto mundial, nacional e setorial em fase de mudanças aceleradas.

José Luís Alvim

Coordenador do Programa Growth Program For Altri High Potentials

Porto Business School

Uso responsável da água

303-1 303-3

Quando se pensa no processo de produção de pasta de celulose, o primeiro recurso natural que se destaca é a madeira. No entanto, a água tem uma função igualmente importante nesta indústria principalmente relevante para o transporte das fibras de celulose, para a sua lavagem, para formação da folha de pasta e para os circuitos de aquecimento e arrefecimento.

Cerca de 81% da água captada nas fábricas é devolvida ao ambiente após ser devidamente tratada, cumprindo todos os requisitos definidos nos Títulos Únicos de Recursos Hídricos de cada uma das unidades industriais. Os restantes 19% acompanham o produto final ou evaporam para a atmosfera. Para além disso, devido aos vários circuitos de recuperação de água nas diferentes etapas do processo, esta pode ser recirculada cerca de dez vezes antes de ser enviada para tratamento nas Estações de Tratamento de Águas Residuais existentes nas fábricas.

Também nas florestas geridas pela Altri, a proteção dos recursos hídricos é de extrema importância para a Altri e inclui, por exemplo, evitar a utilização inadequada de produtos químicos ou outras substâncias nocivas que influenciam a qualidade da água de forma negativa, sendo a construção das infraestruturas feita de forma a preservar o nível natural, a função dos cursos de água e os leitos dos rios, evitando o assoreamento dos cursos de água. Sendo a Gestão Florestal da Altri certificada pelo FSC® e pelo PEFC™, um dos princípios base é a existência de planos de gestão florestal que contemplam a proteção e a conservação dos recursos naturais, entre os quais a água.

Neste sentido, sabia que a água necessária para produzir 1kg de madeira de eucalipto corresponde apenas a 20% da água necessária para produzir 1 kg de milho, e 14% da água necessária para produzir 1 kg de arroz?⁴

É por tudo isto que o uso responsável da água é, desde há muitos anos, uma prioridade da Altri, tendo todas as suas fábricas definido programas de melhoria com objetivos bastantes ambiciosos para o uso específico de água, sem prejudicar a qualidade dos seus efluentes finais. Neste sentido, a Altri definiu um objetivo até 2021 de reportar o seu desempenho na gestão da água no âmbito do "Water Disclosure Project" (WDP), como forma de gestão e medição da sua pegada hídrica.

Cada uma das fábricas da Altri tem a sua pegada de água específica dependendo da idade dos equipamentos e do tipo de produto. Os resultados das ações implementadas, entre 2009 e 2019, levaram a que as fábricas da Altri evidenciassem uma redução no uso específico de água em cerca de 45%.

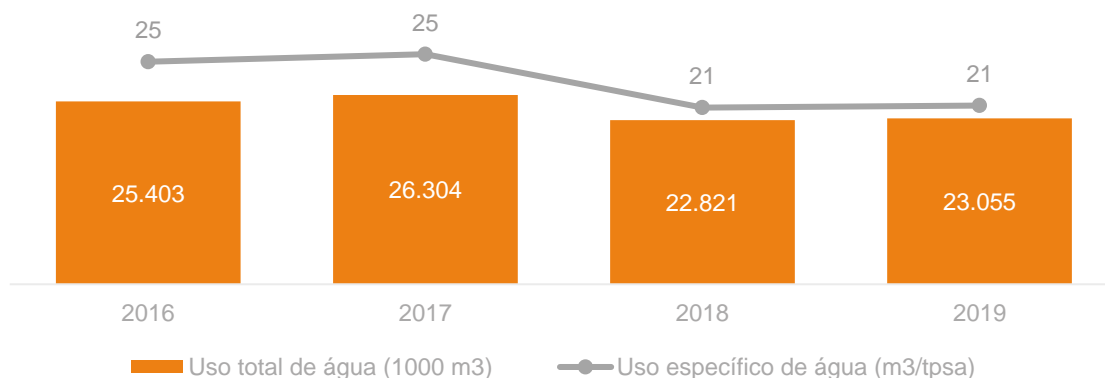
A Altri está fortemente comprometida com a sua Política de Gestão Eficiente da Água, cujo plano de ações consiste:

- Na redução do uso específico de água, com a adoção de medidas internas;
- Na reciclagem de águas residuais tratadas nas unidades industriais.



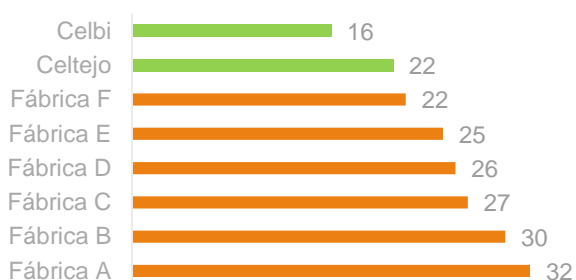
⁴ Fonte: Two Sides Brasil, 2018 - Comunicação Impressa e Papel Mitos e Fatos. Retirado de: <https://twosides.org.br/wp-content/uploads/sites/15/2018/06/Mitos-e-fatos-2018-final-web.pdf>

Uso total da água (m3)



O uso específico de água, ou seja, a quantidade de água necessária para produzir uma tonelada de pasta é atualmente cerca de 21 m³/tpsa valor considerado de referência para o setor da pasta e do papel e abaixo da referência das Melhores Tecnologias Disponíveis (MTD) do PCIP (Prevenção e Controlo Integrados da Poluição) e das diretrizes do IFP *International Financial Corporation*), que estabelecem o intervalo de 25 m³/tpsa a 50 m³/tpsa como melhores práticas globais de gestão da água para esta atividade.

Uso específico de água em fábricas de eucalipto de referência (m3/tpsa)



Fonte do gráfico: Relatórios Sustentabilidade 2018 das fábricas não integradas de produção de pasta de papel a partir de eucalipto

A fábrica da Celbi é considerada referência mundial em relação ao uso específico de água. Desde 1990 o uso específico de água reduziu 80% e o objetivo definido é de 10 m³ de água por tonelada de pasta até 2025. Comparando a Celbi com os seus concorrentes mais fortes que produzem pasta de papel a partir de eucalipto, esta fábrica é a mais eficiente no que diz respeito à gestão que faz da água, sendo logo seguida pela Celtejo. A Caima, por ser uma fábrica de pasta solúvel, não foi incluída neste gráfico.

A reciclagem do efluente tratado para o processo de produção de pasta foi mais uma etapa alcançada em 2019, e reduziu a necessidade de captação de água do rio Tejo em cerca de 10%.



No que toca ao tratamento dos efluentes, as fábricas da Altri têm instaladas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETARI) altamente eficientes que asseguram que os efluentes descarregados para os meios recetores são ecologicamente seguros e cumprem todos os requisitos regulamentares. Neste âmbito, a Celtejo, com o objetivo de dar cumprimento às condições extremamente exigentes definidas no seu Título Único Ambiental, desenvolveu um plano que permitiu à unidade fabril evoluir para um novo modelo industrial de economia circular mais sustentável.

Este plano materializou-se num investimento de cerca de 14 milhões de Euros na Estação de tratamento de Águas Residuais, utilizando-se as melhores tecnologias disponíveis a nível mundial, incluindo uma etapa de tratamento por ultrafiltração por membranas, com eficiências de redução para os parâmetros CQO, CBO₅ e SST de cerca de 90%, passando a ser uma instalação de referência mundial no setor da pasta.

Parceiro estratégico da Altri

Com o objetivo de cumprir as exigências legais impostas e de dar resposta ao forte compromisso da Celtejo com a proteção ambiental, a Celtejo em parceria com a SUEZ Water Technologies e Solutions uniram-se na procura da melhor tecnologia disponível para o tratamento dos efluentes produzidos na unidade industrial.

O desenvolvimento de uma nova Estação de Tratamento de Águas Residuais, exigiu uma solução que melhor respondesse a todos os requisitos ambientais para a atividade da Celtejo.

A estação de tratamento teria de tratar todos os efluentes produzidos durante a produção de pasta e alcançar, em 100% do tempo de operação, valores extremamente baixos para os parâmetros CQO, CBO₅, SST, N e P.

Adicionalmente, o dimensionamento do novo tratamento secundário teria de ter em consideração situações de períodos de escassez de água, com limitações no volume de efluente descarregado no rio Tejo, tendo a Celtejo de estar preparada para reciclar as águas residuais tratadas. Houve assim que selecionar uma tecnologia robusta e avançada.

Perante esta situação, e tendo em consideração as especificidades dos efluentes da indústria de pasta e papel e o curto espaço de tempo disponível para a implementação da solução final, o desafio colocado a ambas as empresas foi muito ambicioso.

Ambas as empresas trabalharam em conjunto no desenvolvimento de uma solução, construindo a nova ETAR em pouco tempo, convertendo o desafio num enorme sucesso no que diz respeito à qualidade atual do efluente, tornando a ETAR da Celtejo a mais avançada a nível mundial no setor da pasta e papel.

A tecnologia da nova ETAR, MBR (Membrane Bio Reactor/reator biológico com membranas) da SUEZ WTS, foi selecionada como a tecnologia central para o projeto, atendendo aos excelentes resultados dos ensaios efetuados pela SUEZ WTS numa instalação piloto colocada em operação antecipadamente na CELTEJO e no conhecimento tecnológico da SUEZ WTS no domínio do tratamento de efluentes.

A nova estação de tratamento biológico contempla uma etapa de tratamento por ultrafiltração por membranas, ZeeWeed 500D MBR, que permite à CELTEJO cumprir e atingir sempre valores dos parâmetros de descarga, bastante inferiores aos limites legais de emissão, considerados dos mais rigorosos neste setor de atividade e estar pronta para reciclar as águas residuais tratadas quando necessário.

Atualmente, devido ao MBR, a Celtejo e a SUEZ WTS iniciaram uma nova era para o tratamento de efluentes nesta indústria, convertendo a Estação de Tratamento de águas Residuais numa Fábrica de Água.

Luis Urrutia

Projects Sales Leader Iberia

Water Technologies & Solutions

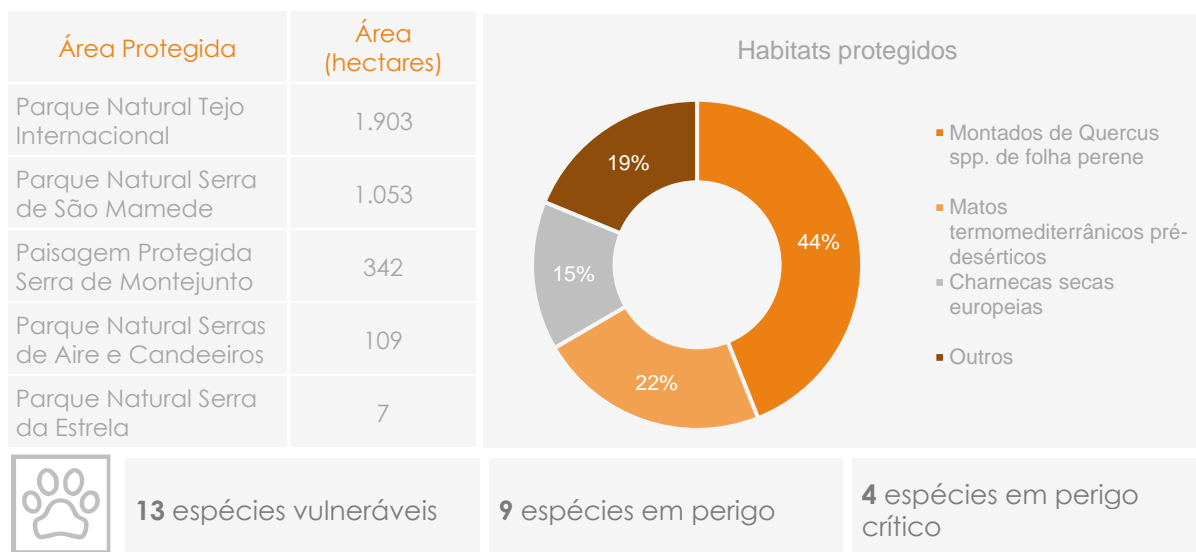


A Altri e a Biodiversidade

304-1 304-2 304-3 304-4

A Altri, através da Altri Florestal, é responsável pela gestão florestal de cerca de 83,5 mil hectares em território nacional dos quais cerca de 10% se encontram classificados com a função de conservação dos valores naturais aí presentes. A Altri Florestal acredita que a gestão florestal que pratica, orientada para a produção contínua de madeira de eucalipto para transformação industrial, é compatível e indissociável da valorização e produção de outros bens e serviços, diretos e indiretos, gerados no património sob sua gestão.

Mantendo o seu foco na produção de eucalipto e dando corpo à sua Política Florestal, a Altri Florestal promove uma utilização diversificada dos espaços florestais de acordo com os valores naturais encontrados, o seu potencial de desenvolvimento e o seu enquadramento local, regional ou nacional, independentemente dos enquadramentos legais existentes.



altriversity

A Estratégia de Conservação e Promoção da Diversidade Biológica e da Paisagem (Altri Diversity), elaborada em 2019, surgiu como um instrumento que visa refletir e projetar a atitude da empresa na proteção e valorização dos espaços naturais presentes nas áreas florestais sob a sua gestão.

Esta estratégia resulta da experiência adquirida nos últimos anos, nas relações estabelecidas com outras entidades e nas reflexões resultantes dos processos de certificação florestal. A direção de médio e longo prazo estabelecida enquadra a atitude e iniciativas da Altri na proteção e valorização dos espaços naturais presentes nas áreas florestais, sejam essas atitudes tomadas de forma isolada ou em parceria e colaboração com as partes interessadas.

Os principais objetivos definidos no âmbito da Altri Diversity são:

1. Duplicar a área de conservação em 10 anos;
2. Produzir e plantar 1 milhão de plantas autóctones por ano;
3. Alargar a rede de estações de biodiversidade e biospots;
4. Conservar e restaurar os ecossistemas de elevado valor de conservação;
5. Integrar outras atividades com valor (económico, social e ambiental) com a gestão florestal.

Projeto RENATURE Monchique

A Altri Florestal assinou em 2019 um protocolo com o GEOTA (Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente), no âmbito do projeto RENATURE Monchique, onde assumiu o compromisso de trabalhar em parceria com o objetivo de restaurar os ecossistemas da Rede Natura 2000 no concelho de Monchique. Este território foi afetado pelo maior incêndio na Europa em 2018, que atingiu a propriedade Barranco do Corgo, área classificada como Alto Valor de Conservação e sob gestão da Altri Florestal.

As ações de restauro ecológico incidem sobre a recuperação dos habitats de medronhal, sobreiral e carvalhal e, particularmente, na recuperação e proteção das formações raras de Adelfeiras - *Rhododendron ponticum*.



Parceiro estratégico da Altri

A Altri Florestal tem colaborado com a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), através do seu Grupo de Trabalho em águia-de-Bonelli (GTAB), de forma a proteger áreas importantes para aves de rapina florestais diurnas nos seus terrenos ou áreas sob sua gestão nas regiões da Grande Lisboa e Oeste, nomeadamente:

- A implementação de medidas de gestão florestal compatíveis com a preservação do local de nidificação de um território de águia-de-Bonelli (*Aquila fasciata*) – espécie com estatuto de conservação "Em Perigo" de acordo com o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal e de interesse comunitário segundo a Diretiva Aves (79/409/CEE) – nomeadamente a realização de operações florestais fora da época de reprodução e a criação e fomento de bosquetes alternativos de nidificação;
- A manutenção de áreas de proteção em redor de ninhos de açor (*Accipiter gentilis*) – espécie com estatuto de conservação "Vulnerável", segundo o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal – em povoamentos florestais sujeitos a corte e o desfasamento do corte relativamente à época de reprodução, com vista ao sucesso reprodutor dos casais que ocupam essas áreas.

Esta colaboração tem fomentado a parceria em candidaturas a projetos de conservação para ambas as espécies, que, caso sejam aprovadas, permitirão uma melhor articulação dos esforços de conservação, incluindo a monitorização mais regular das suas populações nas áreas sob gestão da Altri Florestal.

Rita Ferreira

Grupo de Trabalho em águia-de-Bonelli (GTAB)

Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA)

A consideração de aspetos de natureza ambiental para a concretização dos objetivos da Altri Florestal é inerente à gestão florestal e está espelhada nos Princípios de Gestão Florestal sustentada que a empresa subscreve e pratica. No entanto, a Altri Diversity ultrapassa o mero respeito e adaptação das melhores práticas, colocando a proteção e conservação dos valores naturais num patamar superior de preocupação estratégico e operacional, presente em todas as atividades do Grupo.



A Altri tem presente a natureza dos desafios, assim como a diversidade de valores naturais e o condicionamento que resulta de um conjunto de fatores, tais como, a dispersão e fragmentação no território e a ocorrência de fatores bióticos e abióticos. Neste sentido, a Altri realça a importância da criação de valor nas áreas naturais, como por exemplo, através da valorização dos serviços do ecossistema e da oportunidade que resulta de uma partilha efetiva de experiências, de conhecimento e potenciais benefícios de uma gestão ativa e integrada das áreas de produção e de conservação de áreas protegidas, habitats e espécies.

Dada a necessidade de estabelecer mecanismos de comunicação adequados, é de extrema relevância para a Altri o acompanhamento e avaliação de resultados em termos de monitorização das ações de gestão da biodiversidade e acompanhamento dos indicadores de presença das espécies e habitats.

Com base nos princípios enunciados, foram selecionados os seguintes objetivos estratégicos de médio e longo prazo que pretendem refletir a experiência e cultura da empresa na gestão dos valores naturais. Para o cumprimento destes objetivos, caso a caso, a forma de realização poderá assumir a forma de projetos dedicados, com a construção de parcerias com outras organizações, intervenções diretas e/ou troca de conhecimentos e experiências com Universidades e outras instituições.

Objetivos estratégicos:

- Conservar e restaurar os ecossistemas considerados relevantes no património sob gestão da empresa.
- Contribuir para uma maior diversidade e coerência territorial nos domínios da produção florestal integrada com a conservação da natureza.
- Integrar os objetivos de conservação nas atividades, estrutura e identidade da Altri.
- Envolver outras entidades nas atividades de gestão florestal e conservação.
- Partilhar conceitos, valores e experiências.

1. A nossa Estratégia

Visão estratégica do Grupo Altri

102-15

A Altri acredita que, seguindo prioridades estratégicas assentes em objetivos de melhoria contínua e em inovação, a sustentabilidade da sua atividade será cada vez mais robusta, num mercado onde os produtos derivados da madeira assumem protagonismo determinante.



Sendo o desenvolvimento sustentável fundamental para a estratégia da empresa, foi criada em 2019 a Direção de Sustentabilidade da Altri. A Direção de Sustentabilidade tem como missão apoiar na definição de políticas e diretrizes e promover uma cultura de desenvolvimento sustentável nas várias empresas do Grupo Altri.

A Altri também considerou que era o momento para desenvolver uma estratégia concertada assente na produção de produtos de maior valor acrescentado e na otimização dos recursos produtivos num contexto de escassez de matéria-prima. Para concretizar esta estratégia, decidiu-se pela criação de uma nova Direção de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico que possa consolidar o conhecimento já existente no Grupo e potenciar o desenvolvimento tecnológico, agregando valor económico, de capital humano e intelectual.

O Grupo consolidou ainda o processo de concentração de funções transversais com a criação de Direção de Recursos Humanos da Altri, que será responsável por assegurar a implementação de políticas, estratégias e ações que materializem as atividades relacionadas com a gestão de pessoas.

Envolvimento com *stakeholders*

102-40 102-42 102-43 102-44

A Altri está permanentemente atenta aos seus *stakeholders*, disponível para receber as suas comunicações ou sugestões e para dar resposta às solicitações que lhe sejam dirigidas. A Altri valoriza esta interação contínua, pois reconhece nos *stakeholders* um papel importante na melhoria do desempenho do Grupo, na medida em que as suas comunicações e sugestões, serão tomadas em consideração, no estabelecimento da definição das prioridades na execução da estratégia do Grupo.



Fornecedores



Acionistas



Clientes



Colaboradores



Comunidade Académica



Comunidades/
Organizações não
governamentais



Entidades oficiais

Os *stakeholders* da Altri

A identificação dos principais *stakeholders* da Altri foi feita com base em critérios de importância, relevância e influência de todos aqueles, pessoas ou instituições, que afetam e/ou podem ser afetados pelas atividades e produtos do Grupo.

Principais meios de comunicação com os *stakeholders*

No exercício da sua atividade, a Altri estabelece relações com os *stakeholders*, promovendo uma estreita ligação e um amplo diálogo com todos. Nesse sentido, o Grupo utiliza diversos meios de comunicação, nomeadamente:



Acionistas

- Assembleia Geral Anual;
- Relatório e Contas, Relatório de Governo da Sociedade e Relatório de Sustentabilidade, elaborados pelo órgão de administração e apresentados ao escrutínio dos acionistas;
- AltriNews – enquanto ferramenta da comunicação das atividades desenvolvidas pelo Grupo a cada trimestre.
- Website da Altri www.altri.pt



Clientes

- Visitas;
- Inquéritos dos clientes;
- Avaliação da perceção externa dos clientes;
- Parcerias estratégicas;
- AltriNews - enquanto ferramenta da comunicação das atividades desenvolvidas pelo Grupo a cada trimestre;
- Relatório e Contas, Relatório de Governo da Sociedade e Relatório de Sustentabilidade.
- Website da Altri www.altri.pt



Colaboradores

- Reuniões diárias e semanais;
- Intranet;
- Reunião de Chefias e Quadros para divulgação dos objetivos da Empresa;
- Ações de formação;
- Reuniões com Comissões Sindicais;
- Comissão de Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho;
- Programas de Participação;
- AltriNews - enquanto ferramenta da comunicação das atividades desenvolvidas pelo Grupo a cada trimestre;
- MyCeltejoChannel.
- Website da Altri www.altri.pt



Comunidade
Académica

- Protocolos de colaboração com Universidades;
- Concessão de estágios curriculares e pós-curriculares em colaboração com os Centros de Formação, Escolas e Universidades;
- Estágios Profissionais em colaboração com o Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- Visitas à fábrica;
- AltriNews - enquanto ferramenta da comunicação das atividades desenvolvidas pelo Grupo a cada trimestre.
- Website da Altri www.altri.pt



Comunidades/ Organizações Não Governamentais

- Doações financeiras;
- Colaboração no apoio a Instituições de Solidariedade Social;
- Ações de voluntariado;
- Organização conjunta com corporações de bombeiros de simulacros de atuação em emergências;
- Cedência do campo de treinos para corporações de bombeiros;
- Cedência de material informático;
- Apoio a diversas iniciativas de Escolas;
- Programa: Academia de Verão;
- AltriNews - enquanto ferramenta da comunicação das atividades desenvolvidas pelo Grupo a cada trimestre;
- Relatório de Sustentabilidade.
- Website da Altri www.altri.pt



Entidades oficiais

- Envio regular de estatísticas e relatórios de diversa natureza (fiscal, laboral, ambiental, saúde e segurança no trabalho, formação profissional, etc.);
- AltriNews - enquanto ferramenta da comunicação das atividades desenvolvidas pelo Grupo a cada trimestre;
- Relatório de Sustentabilidade.
- Website da Altri www.altri.pt



Fornecedores

- Qualificação e avaliação de fornecedores de serviços e de matérias-primas;
- Ações de formação a prestadores de serviço, contemplando matérias ambientais e de segurança;
- Parcerias com a CELPA;
- Sessões de informação sobre ambiente e segurança, destinadas a responsáveis de empresas de prestação de serviços;
- Participação dos técnicos de segurança de empresas externas nas ações;
- Cartão de Segurança da Indústria Papeleira (CSIP);
- Programa Comportamentos responsáveis;
- Formação na Frente de Trabalho na Floresta;
- AltriNews - enquanto ferramenta da comunicação das atividades desenvolvidas pelo Grupo a cada trimestre;
- Relatório de Sustentabilidade.
- Website da Altri www.altri.pt

Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A Altri contribui, através das suas atividades, para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS), que constituem a Agenda UN 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

As atividades desenvolvidas pela Altri contribuem diretamente para 6 ODS: Saúde e bem-estar (ODS 3), Energias renováveis (ODS 7), Consumo e Produção Responsável (ODS 12), Ação Climática (ODS 13), Vida na água (ODS 14) e Vida na terra (ODS 15). Paralelamente, a Altri contribui de uma forma transversal para os seguintes ODS: Educação de qualidade (ODS 4), trabalho digno e crescimento económico (ODS 8) e reduzir as desigualdades (ODS 10), não sendo um resultado direto da atividade da Altri.



A seguinte tabela detalha a forma como a Altri contribui para cada ODS, relativamente a cada atividade desenvolvida.

ODS	Metas e Respostas	Como?	Resultados
-----	-------------------	-------	------------

Atividade: Produção de pasta de papel



A Altri adota medidas que visam melhorar a educação e aumentar a consciencialização acerca da mitigação das alterações climáticas.
([Meta 13.3 dos ODS](#))

Produção de Pasta Solúvel na Caima

As fibras têxteis de base celulósica resultantes do processo produtivo de pasta solúvel são totalmente recicláveis, biodegradáveis e provêm de florestas sustentáveis com consumos de água e nutrientes inferiores aos das plantações de algodão.



Na Altri desenvolvem-se processos que visam a prevenção e redução da poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.
([Meta 14.1 dos ODS](#))

Gestão responsável da água

Cerca de 81% da água captada nas fábricas é devolvida ao ambiente após ser devidamente tratada, cumprindo todos os requisitos definidos nos Títulos Únicos de Recursos Hídricos de cada uma das unidades industriais. Os restantes 19% acompanham o produto final ou evaporam para a atmosfera. Para além disso, devido aos vários circuitos de recuperação de água nas diferentes etapas do processo, esta pode ser reutilizada cerca de 10 vezes antes de ser enviada para tratamento nas Estações de Tratamento de Águas Residuais existentes nas fábricas.

Atividade: Produção de energia de fontes renováveis



Consciente do impacto das alterações climáticas no Planeta, a Altri procura a produção de energia de fontes renováveis, nomeadamente através da expansão e modernização das suas centrais de biomassa. ([Meta 7.b. dos ODS](#))

5 Centrais termoelétricas a biomassa

A Bioelétrica da Foz, materializa a presença da Altri no setor da energia renovável a partir de biomassa. Atualmente estão em funcionamento cinco centrais de produção termoelétrica a partir de biomassa florestal, que produzem anualmente cerca de 700 GWh.



Através da emissão do *Green Bond*, e entrada em funcionamento da Sociedade Bioelétrica do Mondego, a Altri procura a prevenção e controlo integrado da poluição, contribuindo para minimizar os seus impactos adversos ao ambiente e saúde humana.
([Meta 12.4 dos ODS](#))

Sociedade Bioelétrica do Mondego (*Green Bond*)

Deu-se início em julho de 2019, à produção contínua de energia elétrica a partir da valorização energética de biomassa florestal residual. A entrada em funcionamento desta Central contribui para a política energética no Grupo Altri, que tem como objetivo a diminuição da dependência externa e do efeito de estufa resultante da utilização de combustíveis fósseis.

Atividade: Gestão Florestal



A Altri integra, no seu modelo de negócio, medidas relacionadas com alterações climáticas.
 (Meta 13.2 dos ODS)

Código de Conduta de Fornecedores de Serviços Florestais

O Código de Conduta de Fornecedores de Serviços Florestais incide sobre Desempenho, Auditorias, Ética, Subcontratação, Segurança e Saúde, Laborais, Ambientais, Igualdade e Não Discriminação, e Confidencialidade.



Sendo a conservação da biodiversidade de importância elevada para os serviços dos ecossistemas, a Altri implementa estratégias que potenciam o seu desenvolvimento.
 (Metas 15.1 & 15.9 dos ODS)

Proteção da Biodiversidade; Altri Diversity

A Altri realça a importância da criação de valor nas áreas naturais, como por exemplo, através da valorização dos serviços do ecossistema e da oportunidade que resulta de uma partilha efetiva de experiências, de conhecimento e potenciais benefícios de uma gestão ativa e integrada das áreas de produção e de conservação de áreas protegidas, habitats e espécies.



Parceria Altri e Fundação Mata do Bussaco

A Altri juntou-se à Fundação Mata Bussaco com o objetivo de valorizar e dinamizar o potencial endógeno dos territórios abrangidos pela Mata Nacional e Serra do Bussaco. Entre outras ações, foram introduzidas técnicas de controlo e remoção desta espécie invasora.

Atividade: Desenvolvimento social



São promovidas políticas e princípios com o objetivo de apoiar as atividades produtivas e incentivar o crescimento.
 (Meta 8.3 dos ODS)

Cultura de melhoria contínua

A Altri usa a metodologia Kaizen e estratégias como a OPL (One Point Lesson), a que todos os colaboradores têm acesso, de forma simples e acessível.



A Altri promove políticas de saúde e segurança, com vista a assegurar o acesso a serviços de saúde de qualidade.
 (Meta 3.8 dos ODS)

Saúde e Segurança no Trabalho

A Altri cumpre integralmente a legislação de saúde e segurança aplicável, baseando-se em normas internacionais como a OHSAS 18001. Adicionalmente, os processos de saúde e segurança implementados vão para além dos requisitos obrigatórios, tendo como objetivo proporcionar um ambiente de trabalho seguro e saudável, garantindo assim o direito das pessoas à proteção da sua saúde e da sua integridade.



Na Altri o acesso a formação e a potenciação do conhecimento dos colaboradores é um esforço contínuo.
 (Meta 4.3 dos ODS)

Growth Program for Altri HighPotentials

Iniciativa que pretende dotar os participantes de competências atualizadas e procurar reter talentos, nomeadamente a quem foi identificado potencial para exercer funções mais complexas e exigentes no futuro. Em 2019 abrangeu 45 jovens colaboradores das empresas Caima, Celbi, Celtejo e Altri Florestal.



O respeito dos Direitos Humanos é uma preocupação efetiva para a Altri. Nesse sentido, implementam-se práticas que visam garantir a igualdade de oportunidades.
 (Meta 10.3 dos ODS)

Formação de colaboradores

A Altri esforça-se por garantir que os seus colaboradores são dos mais qualificados no mercado. Neste sentido, o Grupo promove o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus colaboradores, através de uma vasta oferta de formações e e-learning.



Subscrição do Guia do CEO sobre Direitos Humanos

Reforço do respeito e cumprimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas.



Ainda no âmbito de melhorar a educação e aumentar a consciencialização das pessoas no que se refere ao meio ambiente, a Altri desenvolve iniciativas externas de sensibilização.
 (Meta 13.3 dos ODS)

Missão 360

Foram promovidas cerca de 50 sessões, envolvendo mais de 1250 alunos e 120 professores, nos concelhos de Viana do Castelo, Vila Velha de Ródão, Aveiro, Figueira da Foz, Constância, Torres Novas e Setúbal, sobre o tema da economia circular e qual o lugar da indústria papelreira nesse sistema.



Associações e compromissos subscritos do Grupo

102-12 102-13

A Altri tem uma forte presença no mercado, fortalecida pela sua participação em associações e organizações do setor, assim como pelos compromissos que subscreve.

Principais filiações e participação noutras organizações

- Membro do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD Portugal)
- Membro fundador da Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal (AIFF)
- Membro da Associação Empresarial para a Inovação (COTEC Portugal)
- Membro da Associação de Indústria Papeleira (CELPA)
- Membro da Tecnicelpa, participação em órgãos dirigentes
- Confederação Europeia das Indústrias de Papel (CEPI), participação em grupos de trabalho
- Membro da Iniciativa *Business & Biodiversity*
- Membro do FSC® Portugal
- Membro da AFOCELCA (agrupamento de empresas para vigilância e combate a fogos florestais)
- Membro da IUFRO – International Union of Forest Research Organizations
- Membro do IEFC- Instituto Europeu da Floresta Cultivada
- Membro do Centro Pinus
- Membro da ANEFA (via Viveiros do Furadouro)
- Membro do Núcleo Empresarial de Santarém (NERSANT), participação em órgãos dirigentes
- Membro da Associação empresarial da Beira Baixa (AEBB), participação em órgãos dirigentes.
- Membro do PEFC™ Portugal
- Membro do IberLinx – Associação para a Conservação do Lince-Ibérico

Compromissos subscritos pela Altri

A Altri subscreve, através do seu Código de Conduta, a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas. Este guia é uma chamada de ação para os parceiros do WBCSD, partilhando uma visão de como as empresas estão a cumprir a sua responsabilidade corporativa de direitos humanos, e partilhando as melhores práticas empresariais neste tema.

Mais informação sobre o Guia do CEO sobre Direitos Humanos para consulta no seguinte *website*:

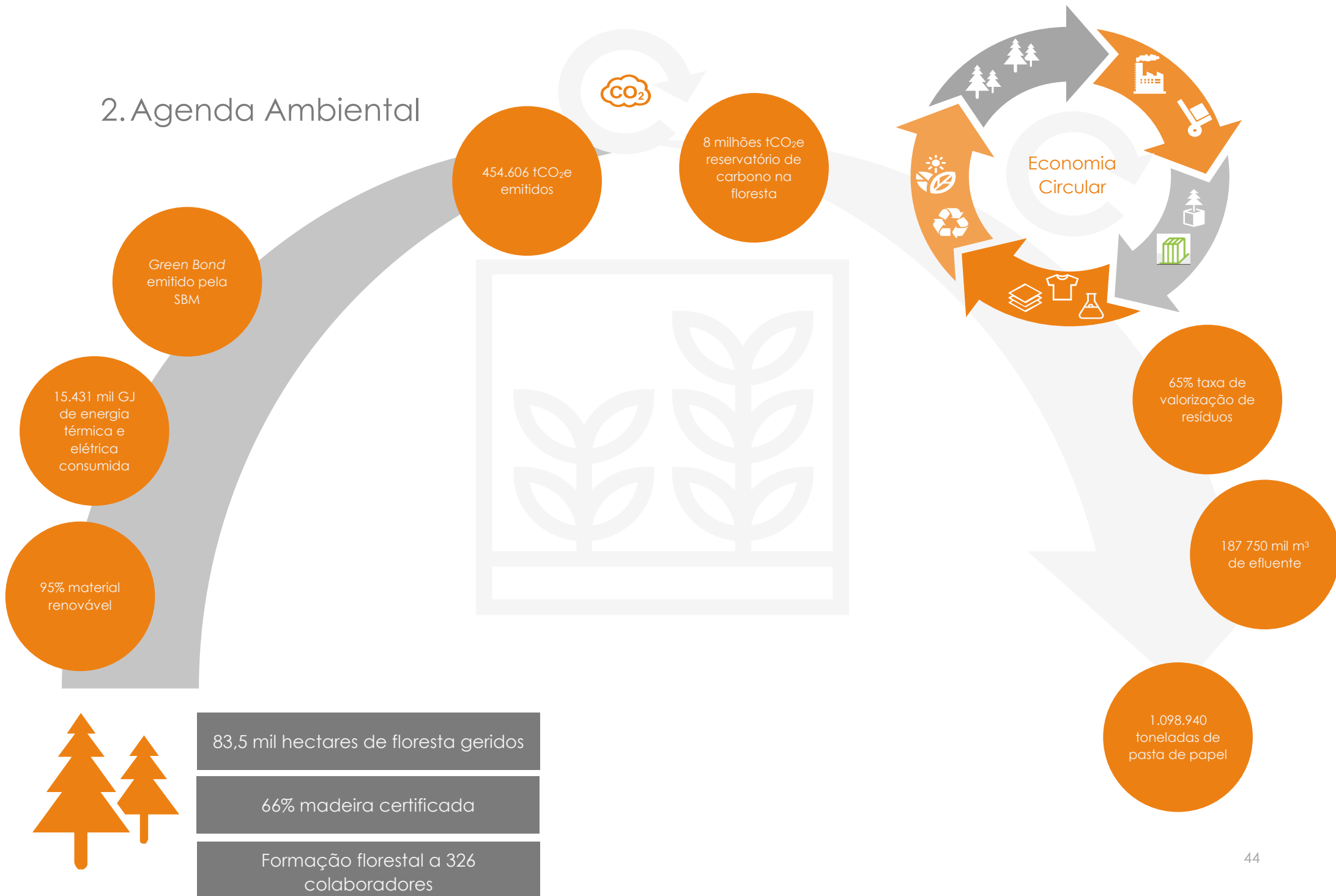
https://www.bcsdportugal.org/wp-content/uploads/2019/09/Guia-CEO-Direitos-Humanos-PT_digital_final.pdf



wbcd

Guia do CEO
sobre Direitos
Humanos

2. Agenda Ambiental



A Gestão Florestal da Altri pretende garantir a sustentabilidade da Floresta nas vertentes económica, ambiental e social. Toda a sua atividade é dirigida para a produção de madeira e biomassa, com elevados níveis de qualidade e custos competitivos, com a utilização das técnicas mais adequadas de preparação, manutenção e gestão das suas florestas.

Missão: Garantir, no presente e no futuro, a produção e o abastecimento de qualidade às unidades fabris de uma forma competitiva e sustentável

Tendo em vista a melhoria da qualidade da madeira e o acréscimo de produtividade dos seus povoamentos florestais, a Altri Florestal procura, de forma contínua, a melhoria genética das plantas utilizadas nas suas plantações e a melhoria das técnicas silvícolas e de nutrição utilizadas.

Certificação Florestal

A Altri Florestal promove a certificação da gestão florestal e cadeia de custódia dos seus parceiros e fornecedores de matéria-prima, prestando o apoio técnico necessário para a constituição e funcionamento de agrupamentos de produtores, adquirindo depois a madeira certificada.

A Altri Florestal participa de forma ativa na construção dos referenciais normativos de gestão florestal, assumindo o seu papel como membro integrante das duas associações nacionais que representam o PEFC™ e o FSC®.

Em 2019, a Altri Abastecimento de Madeira adquiriu, para as três unidades industriais do Grupo, 66% de madeira certificada FSC® e PEFC™, um acréscimo de cerca de 9% face a 2018, o que reflete o resultado das ações de divulgação e apoio à produção florestal nacional.

A preservação do património florestal é outro dos grandes objetivos da Altri Florestal, nomeadamente na defesa da floresta contra os incêndios, cabendo realçar os investimentos nas intervenções preventivas, a colaboração com as restantes empresas congéneres no combate aos fogos e o esforço e dedicação de todo o pessoal nos sistemas de prevenção e combate aos incêndios. Também são desenvolvidas ações de proteção contra as pragas e doenças, apoiadas em projetos de investigação setoriais.

Mais informação sobre a gestão da Floresta nos seguintes links:

Filme institucional: <https://youtu.be/tyJwYh1V3-Y>

Filme sobre a influência da gestão florestal no comportamento do fogo:
<https://youtu.be/zxhxJVJXsHo>

A área sob gestão da Altri Florestal abrange por volta de 83,5 mil hectares, sendo a maior parte constituída por propriedades pertencentes ao universo de empresas do Grupo Altri. Três quartos desta área são ocupados por florestas de eucalipto. Dos restantes produtos não lenhosos produzidos, é de destacar a cortiça, proveniente de floresta de sobreiro, na quantidade aproximada de 3 mil hectares.

A conservação da biodiversidade é também uma prioridade em todas as áreas com um valor ecológico relevante. Nestas áreas é promovido o desenvolvimento destes valores, através de projetos de restauro. As atividades silvícolas desenvolvidas pela Altri Florestal são realizadas através de serviços contratados, em grande parte a fornecedores de equipamentos e mão-de-obra regionais, contribuindo assim para o desenvolvimento económico e social das regiões onde opera.

As operações florestais e atividades relacionadas são sempre executadas em condições que salvaguardem a segurança de todos os intervenientes. A Altri Florestal promove a formação

continua dos seus colaboradores e fornecedores de forma a manter as competências adequadas aos novos desenvolvimentos e desafios do setor florestal.

As principais iniciativas, desenvolvidas pela Altri no âmbito da Floresta, estão descritas de seguida:

Limpa & Aduba, um programa de apoio à produção e gestão florestal

Está em desenvolvimento na Celpa um programa que abrange uma área de 100 mil hectares, em parceria com os produtores, com os prestadores de serviços florestais e com a indústria. O resultado será um aumento da produção de madeira na mesma área e um menor risco de incêndio. Os principais objetivos do projeto são:

1. Diminuir o risco de incêndio florestal e as pragas, aumentando a resistência e a resiliência da floresta de eucalipto, através do controlo da vegetação e da seleção de varas.
2. Aumentar a produtividade dos eucaliptais, através do fomento da gestão florestal com recurso às boas práticas, mas também na promoção do investimento com vista a uma melhor rentabilidade.
3. Melhorar o relacionamento junto das partes interessadas e da opinião pública, fomentando uma melhor imagem da espécie e da fileira.
4. Promover uma gestão florestal ativa junto dos proprietários e das organizações que os representam.



Parceria Altri: Fundação Mata do Bussaco

A Altri assinou um compromisso com a Fundação Mata do Bussaco com vista à valorização e dinamização do potencial endógeno dos territórios abrangidos pela Mata Nacional e Serra do Bussaco.

Adicionalmente, foi assinado um protocolo de colaboração, que prevê a criação de eco-parques intermunicipais de recolha de biomassa e de ecopontos. Estes serão geridos pelos municípios e adequados às suas características, possibilitando a gestão de todos os sobrantes provenientes de pequenas explorações, de trabalhos de jardinagem e da floresta, procurando evitar o seu uso indevido e perigosidade associada à prática de queimas ou queimadas.

Uma das atividades desenvolvidas em 2019 foi a demonstração de processamento e colheita de biomassa, utilizando um sistema inovador de enfardamentos dos resíduos florestais. Foi ainda designada uma parcela de cerca de 10 hectares de acacial na serra do Bussaco, na qual foram introduzidas técnicas de controlo e remoção desta espécie invasora e onde posteriormente se realizou a reconversão deste espaço com espécies adequadas. A gestão desta área ficou sob a tutela partilhada da Fundação Mata do Bussaco, ICNF e da Altri Florestal.

Formação certificada em Segurança e Saúde em Trabalhos Florestais

A Altri Florestal, em conjunto com a Autoridade das Condições do Trabalho (ACT), estruturou um plano de formação contemplando os objetivos estratégicos em matéria de Segurança e Saúde em Trabalhos Florestais. Foram criados módulos com diferentes durações, permitindo a frequência pelos colaboradores das empresas de serviços florestais em obra. No final da formação de 14 horas, e participando em todos os módulos, os participantes obtêm o certificado reconhecido pela DGERT.

Em 2019, a formação certificada abrangeu 67 empresas e 326 colaboradores.

Esta formação é concretizada através da parceria entre a Altri Florestal, como entidade executora, e a CELPA (Associação da Indústria Papeleira Portuguesa), que é a entidade reconhecida pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT). A formação assenta na partilha de experiências e na sensibilização de práticas que são amplamente conhecidas pelos operadores florestais, mas que são muitas vezes ignoradas ou mesmo transgredidas, podendo originar graves acidentes.

A formação certificada permite a qualificação e o reconhecimento no mercado de trabalho das competências dos operadores florestais. Numa gestão florestal profissional, a qualificação e competência técnica dos seus operadores é um fator essencial para a manutenção e a melhoria da competitividade do setor florestal. A formação certificada, bem como as formações na frente de trabalho e os simulacros de acidentes em operações florestais desenvolvidas pela Altri Florestal, pretendem contribuir para a valorização, promoção e divulgação das boas práticas e a implementação de procedimentos de segurança.



Simulacros de Acidentes em Trabalho Florestal

A Segurança e Emergência em Trabalhos Florestais é um tema importante para a Altri Florestal, que valoriza a promoção e divulgação das boas práticas e a implementação de procedimentos de segurança. O trabalho florestal tem especificidades, não só pelo tipo de máquinas e equipamentos utilizados em operações florestais, mas também pela dispersão, isolamento e difícil acesso dos locais de trabalho em geral. Neste sentido, os simulacros realizados refletem um cenário real de emergência de diferentes situações, como por exemplo, incêndios, acidentes, terremotos, inundações, entre outros, permitindo testar a capacidade de resposta das pessoas e organizações a situações imprevistas de emergência e, se necessário, redefini-las e corrigir fragilidades.

A Altri Florestal realizou entre 2018 e 2019, quatro simulacros de acidente de trabalho em operações florestais, onde testou a operacionalização do procedimento de segurança em situações de enganchamento de árvores em exploração florestal com pré-abate. Devido às especificidades deste trabalho, o procedimento de emergência a aplicar em situação de acidente de trabalho é uma prioridade para a Altri Florestal, em particular no que diz respeito à comunicação e localização do ponto de encontro da propriedade - identificado em mapa distribuído aos Fornecedores de Serviços Florestais com as coordenadas geográficas.

As ações terminaram com uma formação em suporte básico de vida para várias situações de acidente na frente de trabalho em operações florestais. Os simulacros contaram ainda com o apoio da carrinha de formação itinerante da Altri Florestal e com a participação e envolvimento de várias entidades locais e regionais, tais como Bombeiros Voluntários, Serviços Municipais de Proteção Civil, CDOS, INEM, Autoridade para as Condições do Trabalho, Guarda Nacional Republicana e associações de produtores florestais, para além da presença dos colaboradores das empresas prestadoras de serviços florestais.

As entidades parceiras realçaram a oportunidade de treino dos seus operacionais em situações de acidentes florestais e a implementação das coordenadas do ponto encontro nas áreas florestais geridas pela Altri Florestal como aspetos muito positivos, concluindo que estas iniciativas contribuem para a melhoria da coordenação entre as várias entidades envolvidas em caso de acidente, melhorando do tempo de resposta e a gestão de stress em situação de emergência.



Materiais, água, energia e odores

301-1 302-1 302-2 302-3 302-4 306-1 306-2

Na Altri tem sido feito um esforço, ao longo dos anos, para minimizar os consumos de matérias-primas, de combustíveis fósseis e de água. Pretende-se continuar neste caminho, por forma a otimizar o desempenho ambiental, reduzindo custos e aumentando a competitividade. Por outro lado, tem-se trabalhado na redução do impacte ambiental provocado pelas atividades das fábricas da Altri, com o desenvolvimento de ações conducentes à diminuição das emissões líquidas, das emissões atmosféricas e dos resíduos produzidos.

Todas as unidades industriais da Altri dispõem de Sistemas de Gestão Ambiental, implementados e certificados, em conformidade com normas internacionais de referência. Neste âmbito, estão identificados todos os aspetos ambientais e avaliados os respetivos impactes e riscos associados, para todas as atividades realizadas, bem como definidas as medidas de controlo e de mitigação associadas, para os que são considerados mais significativos.

Comissão de Acompanhamento Ambiental

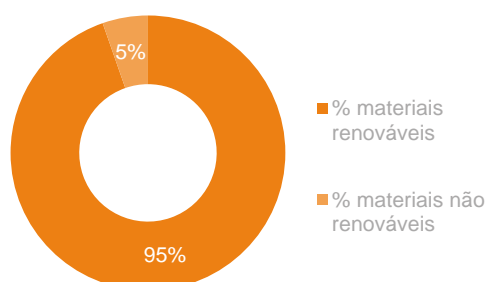
A Celbi, em conjunto com a *The Navigator Company* – Complexo da Figueira da Foz, formou em 2019 uma Comissão de Acompanhamento Ambiental (CAA). Esta Comissão foi criada com o objetivo de implementar uma política de abertura e de partilha do desempenho ambiental das empresas, bem como possibilitar a partilha das preocupações da comunidade local. A CAA é constituída por um conjunto de várias partes interessadas, onde se incluem representantes do município e de organizações públicas e privadas locais.

Durante o ano de 2019, foram realizadas duas reuniões, nas quais foram apresentadas pelas empresas os indicadores ambientais mais relevantes e as ações recentes de envolvimento com a comunidade.

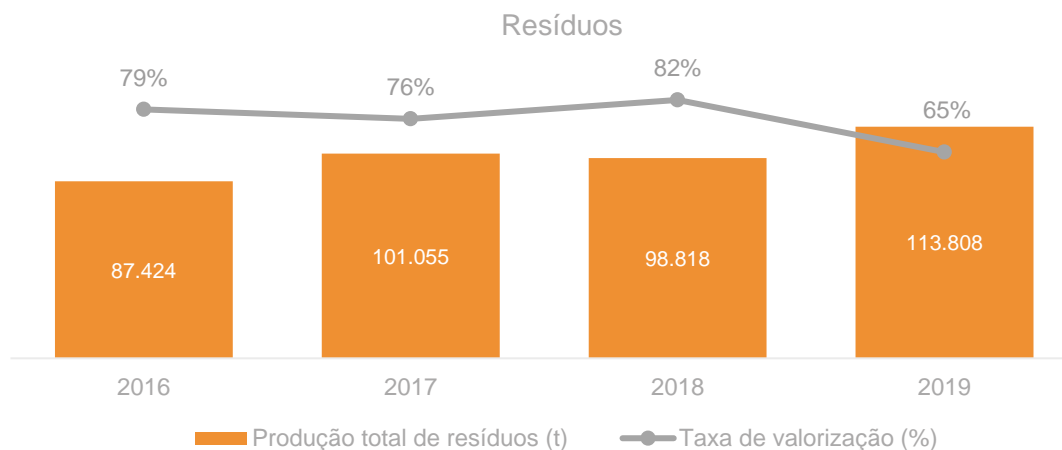
Pretende-se continuar com esta iniciativa e que esta seja um canal de comunicação com as partes interessadas locais, de forma a garantir um alinhamento das necessidades e expectativas das mesmas, com os objetivos estratégicos das empresas

Materiais e resíduos

A matéria-prima base para a produção de pasta de papel e solúvel é a madeira. Esta matéria-prima renovável provém de grandes áreas de floresta certificada e geridas de forma sustentável e que, à semelhança dos anos anteriores, representa cerca de 95% das matérias usadas no processo de fabrico. Os restantes 5% são produtos químicos, sendo os mais relevantes a soda cáustica, o peróxido de hidrogénio, o oxigénio, o ácido sulfúrico e o clorato de sódio.



Em termos de resíduos, a Altri esforça-se por levar a cabo projetos de valorização interna e de redução de produção dos mesmos.

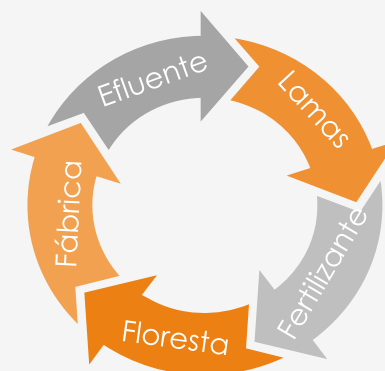


Do total de resíduos produzidos em 2019, 65% foram encaminhados para processos de valorização, o que representou uma redução de 17 pontos percentuais face a 2018. Por sua vez, verificou-se um aumento na ordem dos 16% face ao ano anterior na produção total de resíduos. Este aumento da produção de resíduos esteve principalmente associado à falta de capacidade do forno de cal da Celtejo e a atrasos no licenciamento do novo aterro desta unidade fabril.

Na Altri, apenas os resíduos industriais não perigosos de origem processual que não têm outros destinos adequados, são depositados em aterros controlados. No caso da Celbi e da Celtejo, estes aterros encontram-se nas respetivas unidades fabris. Na Celbi, os resíduos orgânicos do processamento da madeira, juntamente com as lamas biológicas do tratamento de efluentes eram processados na Estação de compostagem de resíduos. Em novembro de 2019, devido à entrada em funcionamento da instalação de valorização energética de lamas biológicas na Caldeira de Recuperação, as lamas biológicas deixaram de ser enviadas para compostagem e os resíduos do processamento de madeira passaram a ser enviados na sua totalidade para valorização energética nas Centrais de Biomassa. Em todas as unidades fabris, os resíduos que não resultam da sua atividade produtiva (papel, plástico, vidro, óleos usados, resíduos contaminados com óleos, entre outros) são recolhidos através de uma extensa rede de contentores de recolha seletiva e encaminhados para operadores externos de gestão de resíduos devidamente licenciados para o efeito, visando o seu tratamento, eliminação ou valorização.

Projeto para a produção de fertilizante a partir das lamas secundárias da ETARi Celtejo

As lamas biológicas produzidas na ETARi da Celtejo resultam da biomassa em excesso que se forma durante o processo de biodegradação de matéria orgânica e outros nutrientes (azoto e fósforo). As lamas secundárias são espessadas graviticamente, desidratadas mecanicamente e encaminhadas para contentores de armazenamento. A Celtejo, estrategicamente comprometida com a sustentabilidade ambiental e com a economia circular, desenvolveu, no ano 2019, um projeto com o objetivo de aproveitar a matéria orgânica e nutrientes presentes nas lamas biológicas e reutilizá-las como fertilizante no setor agrícola/florestal. De modo a testar a solução, foi instalada uma unidade piloto na ETARi, com o objetivo de transformar as lamas biológicas em fertilizante.



O parceiro neste projeto é a AGRISTARBIO, empresa proprietária da tecnologia aplicada nesta instalação. Com a reutilização das lamas biológicas na fertilização dos solos florestais, fecha-se o ciclo de vida da matéria orgânica que teve origem na própria floresta.

Água e efluentes

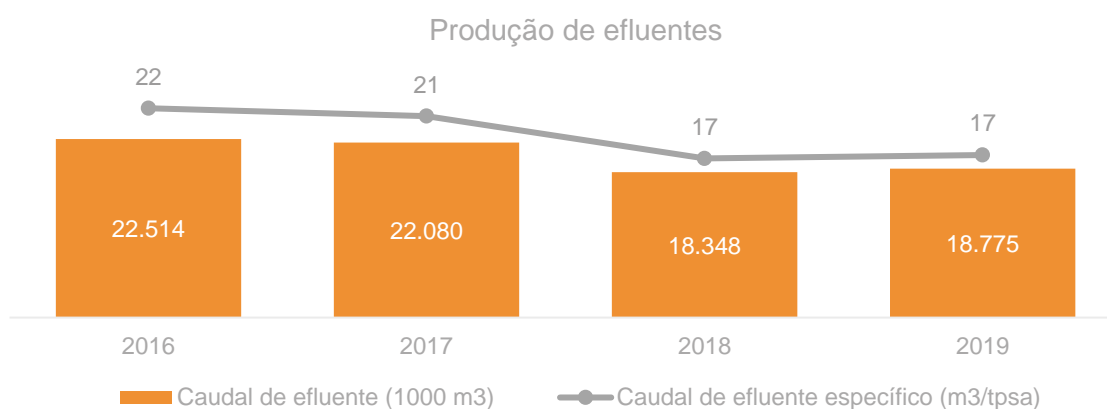
Ao longo dos anos têm sido implementadas diversas ações de melhoria no sentido de diminuir o uso total e específico da água, reciclando e recirculando o mais possível. Em 2019, o uso total de água foi de 23.055.123m³, e o uso específico de 21 m³/tpsa.

Mais informação sobre o consumo e gestão da água na Altri no capítulo "Como criamos valor - Uso responsável da água".

Na Altri, em termos de efluentes, todas as fábricas estão dotadas de Estações de Tratamento de Águas Residuais Industriais (ETARIs) e é efetuada a monitorização periódica da qualidade das emissões líquidas.

Em 2019, destacam-se as iniciativas de tratamento de água e efluentes na Caima e Celtejo. Na Celtejo, ocorreu a instalação e entrada em funcionamento de um tanque de passagem de efluente tratado de 15 mil m³. Adicionalmente, foi promovida a recirculação de efluente tratado para o processo de fabrico. Na Caima, destaca-se a utilização do condensado alcalino EOP na DPA 921 – Redução de 3m³/tpsa, a automatização da lavagem dos filtros de areia dos ácidos e o uso de águas brancas dos feltros na evaporação. Adicionalmente, arrancou também na Caima o novo tratamento anaeróbio, constituindo uma das etapas de tratamento de águas residuais da instalação, substituindo a tecnologia atualmente implementada (de contacto) pela tecnologia de biomassa granular, considerada à data a melhor tecnologia disponível.

Ao longo de 2019, e em linha com os anos anteriores, as unidades industriais do Grupo Altri pautaram a sua atuação pelo cumprimento dos limites de emissão constantes das respetivas licenças ambientais. Nessas unidades, todos os efluentes líquidos das fábricas são submetidos a processos de tratamento primário para remoção de sólidos suspensos, sendo posteriormente tratados em unidades de tratamento biológico, nos quais a matéria orgânica é decomposta por ação de microrganismos.



Em 2019 verificou-se um aumento do caudal de efluente em 2% face ao ano anterior, com estabilização do nível de caudal de efluente específico, mantendo-se o mesmo valor de 2018 nos 17m³/tpsa.

Energia

O processo de produção de pasta de papel é energeticamente intensivo, mas nas fábricas da Altri as necessidades energéticas são satisfeitas através de derivados da madeira, nomeadamente licor negro, serradura e casca, cujo teor em carbono é considerado ambientalmente neutro.

O foco na diminuição do custo de produção e no aumento da eficiência energética, levaram a Celbi e a Celtejo a implementar e certificar Sistemas de Gestão da Energia em conformidade com os requisitos da Norma ISO 50001, que determinam a definição e a implementação frequente de projetos e programas específicos de melhoria energética.

Ao longo dos últimos dois anos, foi desenvolvido um projeto de melhoria da eficiência energética da Celbi que teve como objetivo a redução de 6% do consumo de energia elétrica. Ao longo deste período foram implementadas as seguintes medidas:

Sem investimento:

1. Aplicação de modelos de controlo aos motores equipados com controlo de velocidade;
2. Criação de displays com sinalética do nível de otimização do funcionamento dos motores com controlo de velocidade;
3. Definição de rotinas de limpeza para desobstrução de barreiras ao correto funcionamento de alguns motores

Com investimento:

1. Substituição de alguma iluminação por sistemas mais eficientes;
2. Identificação e criação de plano de substituição dos motores de classe energética mais baixa;
3. Identificação e instalação de controlo de velocidade em alguns motores

Com todas estas medidas e com o aumento e estabilização da produção da fábrica, foi atingido na Celbi o objetivo do projeto de melhoria.

Em 2019, na Caima, destacam-se como medidas de redução de consumo energético a dinamização de campanhas de sensibilização para redução de consumo energético à população fabril, a instalação de vários variadores velocidade, possibilitando a redução de consumo de energia elétrica, recuperação de calor do filtrado do branqueamento e a instalação de iluminação por leds nas várias áreas fabris. Adicionalmente, na Caima, em 2019 verificou-se ainda uma redução do consumo de gás natural e do consumo de vapor e a identificação de fugas de ar comprimido.

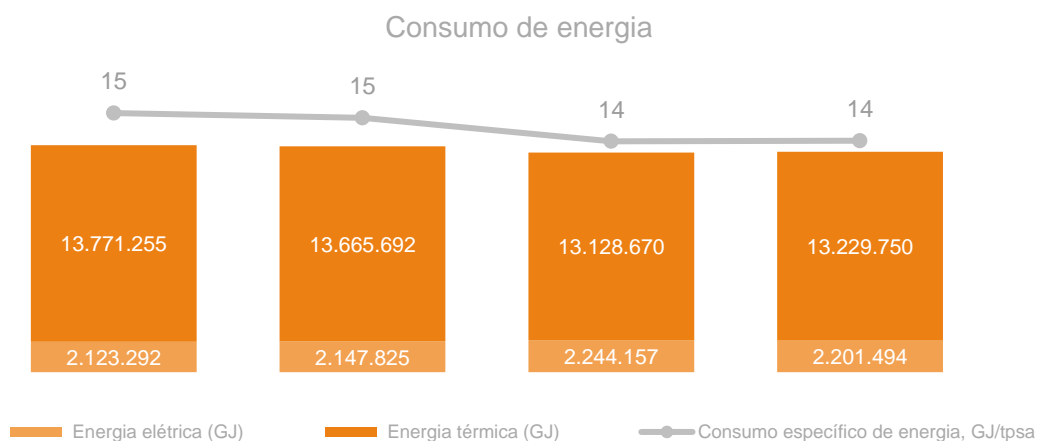
Na Celtejo, as principais medidas de redução de consumo energético foram a substituição de 69 motores antigos e/ou de menor eficiência energética juntamente com a instalação de 23 variadores de velocidade, possibilitando a redução de consumo de energia elétrica; alterações na turbina visando otimizar as extrações de vapor e maximizar a produção de energia elétrica; a otimização da secagem de pasta, reduzindo-se o consumo de vapor e privilegiando-se o consumo de vapor de baixa pressão em vez do vapor de média pressão na Estufa; e a redução do consumo de vapor de média pressão na sopragem da Caldeira de Recuperação.

Entrada em funcionamento da Central de Biomassa – Sociedade Bioelétrica do Mondego na Celbi

Deu-se início em julho de 2019, à produção contínua de energia elétrica a partir de uma nova Central Termoelétrica a Biomassa - a Sociedade Bioelétrica do Mondego (SBM) - localizada no perímetro industrial da Celbi. Esta Central produz eletricidade a partir da valorização energética de biomassa florestal residual, tendo uma potência térmica de 135 MWt, o que corresponde a produção líquida de eletricidade de 34,5 MWe para venda à rede do Sistema Elétrico Público (SEP).

A entrada em funcionamento desta Central contribui para a política estruturante no campo energético existente no Grupo Altri, que tem como objetivo a diminuição da dependência externa e do efeito de estufa resultante da utilização de combustíveis fósseis.

Como consequência das diversas iniciativas implementadas ao longo dos últimos anos, verifica-se que, embora a energia consumida se tenha mantido sensivelmente constante, em termos específicos registou-se uma variação francamente positiva no decréscimo da energia elétrica adquirida ao exterior, fruto da produção energética das fábricas. O investimento em novas tecnologias e a aposta nas melhores práticas de eficiência energética, permitem que a energia produzida a partir da queima de biocombustíveis seja cada vez mais representativa, sendo que cerca de 90% das fontes de energia utilizadas no processo de fabrico são de origem não fóssil.



Em 2019, verificou-se um ligeiro aumento do consumo de energia térmica e uma redução do consumo de energia elétrica, em comparação com 2018. Apesar destas flutuações, o consumo específico de energia manteve-se constante face a 2018. Em 2019, o consumo total de energia observou um aumento anual de 0,4%.

Odores

Sendo o odor resultante das atividades das fábricas uma das maiores preocupações das comunidades locais, o grupo Altri pretende continuar a investir para minimizar este impacto ambiental.

Projeto recolha de emissões difusas no setor da produção de pasta

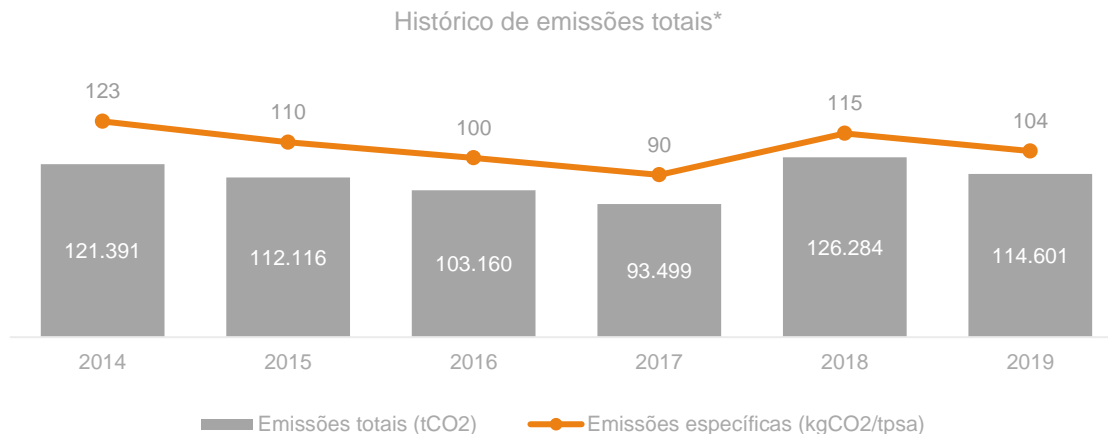
Em 2020, está previsto iniciar um projeto na Celbi para recolha de emissões difusas libertadas nas áreas fabris do digestor, lavagem, crivagem, deslenhificação com oxigénio e branqueamento. Os gases recolhidos serão lavados quimicamente num equipamento adequado e enviados para queima na Caldeira de Recuperação.

Espera-se com este projeto uma redução muito significativa do odor sentido pela comunidade envolvente, uma vez que as emissões difusas destas áreas correspondem atualmente a cerca de 90% destas emissões.

Roteiro de Carbono

305-1 305-2 305-3 305-4 305-5 305-7

A Altri tem vindo a apostar na diminuição da sua pegada de carbono, através de várias iniciativas de redução de emissões de carbono resultantes da sua atividade. Ao longo dos anos, as emissões têm vindo a manter-se constantes, mostrando um ligeiro aumento nas emissões totais e específicas desde 2018.



*Emissões calculadas em linha com o CELE.

Uma das principais iniciativas desenvolvidas em 2019 neste âmbito foi a revisão da pegada de carbono da Altri, como forma de entender melhor quais as principais fontes de emissão e qual a dimensão e potencialidade de retenção de carbono resultante da atividade da Altri.

Neste sentido, a Altri comprometeu-se a calcular as suas emissões de acordo com a metodologia *Science Based Target Initiative (SBT)*, uma plataforma que apoia empresas a estabelecer metas de redução de emissões, em linha com o compromisso do Acordo de Paris, de limitar o aquecimento global abaixo de 1,5°C.

Pegada de Carbono da Altri

As alterações climáticas são uma preocupação cada vez mais relevante na Sociedade. Tendo em consideração a função central das emissões antropogénicas nesta problemática, torna-se fundamental medir e gerir as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) geradas. A pegada de carbono (ou inventário de emissões) consiste no cálculo das emissões de uma determinada entidade, que assume uma abordagem mais abrangente do que o simples cálculo das emissões diretas de GEE (âmbito 1) da organização. Neste sentido, alinhado com as melhores práticas de sustentabilidade, o cálculo da pegada de carbono inclui também o cálculo das emissões indiretas, como as emissões provenientes da produção de eletricidade adquirida (âmbito 2) e outras emissões indiretas associadas à cadeia de valor (âmbito 3). Desta forma, a pegada de carbono permite ter uma visão mais abrangente da esfera de influência de uma entidade sobre as emissões de GEE, pelas quais a entidade é direta ou indiretamente responsável.

Em 2019, a Altri reestruturou e refinou o cálculo da pegada de carbono, de modo a melhorar o seu alinhamento com diversos *frameworks* e referenciais internacionais, tais como o *GHG Protocol*, o *CDP Climate Change* e o *Framework for Carbon Footprints for Paper and Board Products* da CEPI. Neste sentido, a pegada de carbono 2019 é apresentada sob dois formatos. Na primeira tabela (tabela 1), encontra-se subdividida nas diferentes categorias de reporte de acordo com o *GHG Protocol*, enquadradas em três âmbitos, nomeadamente:

- Âmbito 1: referente às emissões de gases com efeito de estufa (GEE) diretas das operações, por fontes detidas ou controladas pela Altri;
- Âmbito 2: referente às emissões de GEE associadas à produção da eletricidade adquirida pela Altri;

- Âmbito 3: referente a outras emissões indiretas de GEE associadas à cadeia de valor da Altri.

Na segunda tabela (tabela 2) foca-se nos 10 elementos ("ten toes") do Framework da CEPI, especialmente adaptado ao setor para o reporte de emissões de CO₂ associadas aos produtos de papel e cartão. Para o cálculo da pegada de carbono 2019 da Altri foram consideradas as fábricas de pasta Celbi, Celtejo e Caima e, adicionalmente, a Altri Florestal.

Relativamente ao ano anterior, a pegada de carbono foi reestruturada e atualizada no que se refere à metodologia de cálculo e âmbito de reporte. O ano de 2019 servirá como ano base de referência para futuros cálculos e estabelecimento de objetivos de redução de emissões de GEE.

Relativamente ao âmbito 1, foram incluídas novas fontes de emissão associadas ao processo de produção de pasta de papel (como o consumo de combustíveis da Caima e a inclusão de gases fluorados das fábricas). As emissões de âmbito 2 foram calculadas segundo as metodologias de *market-based* e *location-based*, de acordo com o GHG Protocol, tendo sido atualizados os fatores de emissão. Relativamente ao âmbito 3, o mesmo foi alargado, tendo sido calculadas três novas categorias de reporte, nomeadamente: i) Resíduos gerados das operações (incluindo o transporte e gestão dos resíduos); ii) Atividades relacionadas com os combustíveis e a energia não incluídas nos âmbitos 1 e 2; e iii) outras emissões relacionadas com fornecedores. A categoria de transportes (já calculada) foi subdividida em duas: transporte a montante e a jusante, isto é, foram separados os transportes da madeira e produtos químicos (transporte a montante) do transporte de produto (transporte a jusante), de acordo com o GHG Protocol.

Adicionalmente, foram calculadas, no âmbito da Altri Florestal, o reservatório de carbono (*stock* de carbono) na floresta sob sua gestão. Também foi revista a metodologia de cálculo das emissões evitadas, em alinhamento com referências internacionais (energia elétrica injetada na rede pelas fábricas de pasta e pelas centrais bioelétricas, sendo que para efeitos de cálculo de acordo com o Framework da CEPI só foi considerada a energia elétrica injetada pelas fábricas de pasta). Por último, foram calculadas as emissões biogénicas associadas ao consumo de combustíveis de origem não fóssil nas fábricas de pasta (licor negro e biomassa).

As emissões de GEE associadas ao uso do produto e ao fim de vida do produto encontram-se fora do âmbito de reporte da presente pegada de carbono.

Como se pode observar na primeira tabela, as emissões indiretas de âmbito 3 (cadeia de valor) correspondem à parte mais significativa da pegada de carbono 2019 da Altri (63%), seguidas das emissões de âmbito 1 (29%) e das emissões de âmbito 2 (8%).

ÂMBITO	CATEGORIA DE EMISSÕES	EMISSÕES 2019 (tCO ₂ e)
Emissões de GEE de Âmbito 1 – Emissões diretas		
Âmbito 1	Emissões diretas das operações	133.294
Emissões de GEE de Âmbito 2 – Emissões indiretas		
Âmbito 2	Emissões indiretas – emissões associadas à aquisição de eletricidade (<i>market-based</i>)	36.436
	Emissões indiretas – emissões associadas à aquisição de eletricidade (<i>location-based</i>)	43.644
Emissões de GEE de Âmbito 3 – Outras emissões indiretas		
Âmbito 3	Transporte a montante (madeira e produtos químicos)	80.272
	Transporte a jusante (produto)	53.120
	Compras de bens e serviços	119.468
	Atividades relacionadas com os combustíveis e a energia não incluídas nos âmbitos 1 e 2	9.147

	Resíduos gerados das operações (inclui transporte)	2.860
	Outras emissões - fornecedores	20.008
Total Emissões GEE – Âmbito 1		133.294
Total Emissões GEE – Âmbito 2	<i>Market-based</i>	36.436
	<i>Location-based</i>	43.644
Total Emissões GEE – Âmbito 3		284.876
Total Emissões GEE – Âmbitos 1, 2 (market-based) e 3		454.606
Outras – Emissões evitadas associadas à venda de eletricidade		-186.555
Outras – Reservatório de carbono na floresta		8.044.739
Outras – Emissões biogénicas da combustão de combustíveis não fósseis		1.934.407

Tabela 1

A categoria de emissões evitadas inclui a venda de energia elétrica produzida pelas fábricas que são excedentárias em energia elétrica e, adicionalmente, a venda de energia elétrica das centrais bioelétricas (biomassa), sendo estas últimas responsáveis pela maior parte destas emissões evitadas (86%). As emissões evitadas da Altri, na ordem das 187 mil toneladas de CO₂, assumem um papel preponderante na sua pegada de carbono (aproximadamente 41% das emissões de âmbitos 1, 2 e 3 de forma conjunta).

A utilização de biomassa, em vez de combustíveis fósseis, representa uma forma eficaz de mitigar o impacto sobre as alterações climáticas. A biomassa é considerada globalmente como -intrinsecamente neutra em carbono (e.g. WBCSD (2015) – *Recommendations on Biomass Carbon Neutrality*), pois a devolução de carbono biogénico à atmosfera é compensada pela remoção de CO₂ da biomassa em crescimento, fechando o ciclo de forma equilibrada.

Em 2019, com o investimento significativo na produção deste tipo de energia, através da nova Central Termoelétrica a Biomassa (Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A.), a Altri contribui cada vez mais para uma produção de eletricidade de origem renovável. Esta energia verde, diretamente injetada na rede, ajuda a tornar o *mix* energético da rede nacional menos intensivo em carbono e mais diversificado. Neste sentido, a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis como a biomassa, contribui para a descarbonização do sistema eletroprodutor e encontra-se alinhado com o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho.

Elemento CEPI	Emissões/sequestro de carbono (2019)	
	kgCO ₂ e de origem fóssil/tpsa	kgCO ₂ e de origem biogénica/tpsa
1 CO ₂ sequestrado na floresta	-	-
2 Carbono biogénico retido no produto (após saída da fábrica até ao cliente)	-	1.466
Sequestro de carbono em biomassa		
3 Emissões de GEE associadas ao processo de produção de pasta de papel	118	1 760
4 Emissões de GEE associadas ao processo de produção de madeira de eucalipto	23	-
5 Emissões de GEE associadas à produção de outras matérias-primas	80	-
6 Emissões de GEE associadas à aquisição de eletricidade	33	-
7 Emissões de GEE associadas a transportes	122	-
8 Emissões de GEE associadas ao uso do produto (ex: produção de papel)	-	-
9 Emissões de GEE associadas ao fim de vida do produto	-	-
Emissões totais de CO₂ fóssil		1.760
10 Emissões de GEE evitadas	-23	-

Tabela 2

O elemento 4, das emissões associadas ao processo de produção de madeira de eucalipto, inclui as atividades da Altri Florestal (cerca de 23 kgCO₂ de origem fóssil por tonelada de pasta). A Altri Florestal calculou as suas emissões de âmbito 1 (4.019 t CO₂e), âmbito 2 (180 t CO₂e) e âmbito 3 (20.668 t CO₂e).

Para informação adicional sobre a pegada de carbono da Altri, consulte as Notas Metodológicas.

Economia circular

O setor da pasta e do papel é, por excelência, um dos melhores exemplos de economia circular, uma vez que utiliza recursos renováveis de uma forma eficiente e em cascata. Na Altri, é promovida a reutilização e a reciclagem dos produtos de base papel até que, quando tal não é possível, é realizada a sua valorização energética.

O ciclo de vida dos produtos de base florestal é um ciclo infinito de circulação de carbono.

A Altri, como produtora de produtos renováveis, aplica a economia circular ao longo de toda a sua cadeia de valor – desde as suas florestas geridas de forma sustentável, passando pelo processo de produção das pastas de celulose até à forma como reutiliza todos os subprodutos.



<p>1. Recursos renováveis</p> <p>A Altri utiliza madeira produzida em florestas geridas de forma sustentável. A biomassa florestal residual é valorizada energeticamente nas caldeiras a biomassa.</p>	<p>2. Operações responsáveis</p> <p>A Altri opera por forma a obter a máxima eficiência operacional nas suas unidades industriais, reduzindo o seu impacto ambiental e social.</p>	<p>3. Produtos sustentáveis</p> <p>Todos os seus produtos são sustentáveis e renováveis</p>	<p>Utilizações dos produtos</p>	<p>5. Circularidade no fim de vida</p> <p>Quando já não é possível reutilizar ou reciclar, os produtos de base florestal são valorizados energeticamente, substituindo os combustíveis de origem fóssil.</p>
---	---	--	--	---

Na Altri, cerca de 95% das matérias primas utilizadas são renováveis, sendo a estratégia do Grupo aproveitar ao máximo todos os subprodutos resultantes dos seus processos e atividades. Neste sentido, o Grupo definiu um plano de ações que consiste em dois principais eixos de atuação:

- Aumentar a eficiência operacional das unidades industriais, por forma, a diminuir a utilização de recursos naturais e a produção de resíduos.

- Produção de produtos de maior valor acrescentado:
 - Utilização dos subprodutos e resíduos produzidos nas suas unidades fabris como matéria prima para outras indústrias;
 - Produção de fertilizantes para aplicação na floresta;
 - Valorização energética de biomassa florestal residual nas centrais termoelétricas a biomassa.

Green Bonds

A Altri está empenhada em integrar a agenda da sustentabilidade nas suas finanças corporativas. Assim, através do financiamento sustentável, a Altri pretende investir em projetos que visam a melhoria do seu desempenho ambiental.

Em 2019, o Grupo Altri, através da sua participada Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A. (SBM), lançou a primeira emissão obrigacionista "verde" admitida à negociação em Portugal no mercado não regulamentado Euronext Access Lisbon.

Para financiar os seus investimentos, a SBM desenvolveu um *SBM Green Bond Framework*, que serviu de base à emissão do seu *SBM 2019-2029 Green Bond* ("empréstimo obrigacionista verde"), por subscrição particular, no montante de Euro 50.000.000 (cinquenta milhões de euros), com a taxa de cupão de 1,90%.

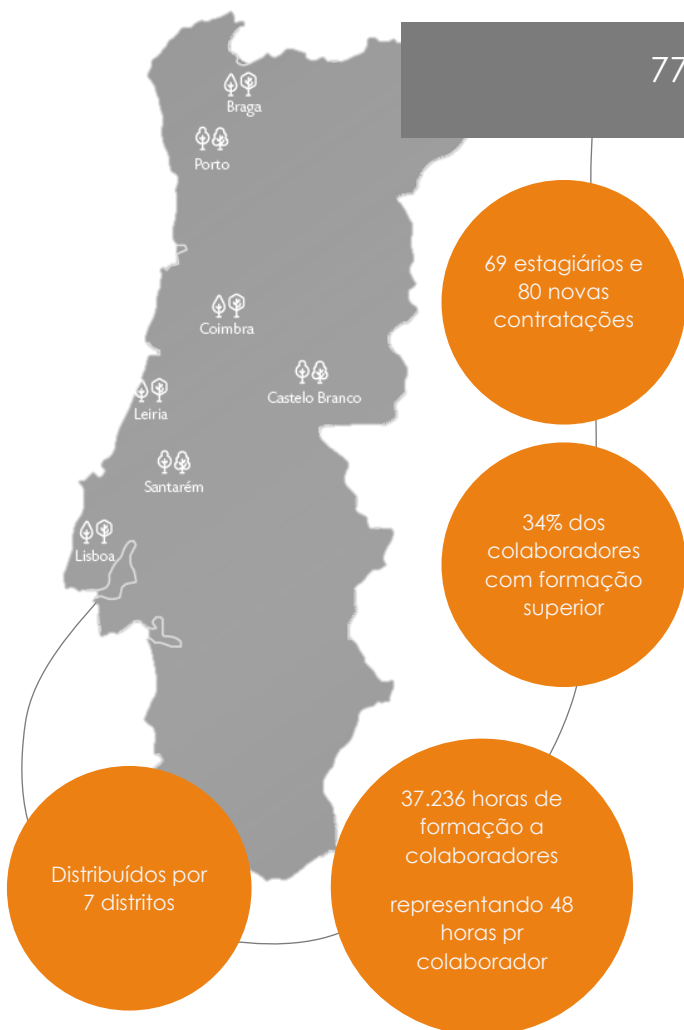
A utilização dos recursos foi alocada exclusivamente ao financiamento da central termoelétrica a biomassa de 34,5 MW, localizada no perímetro fabril da Celbi.

A Emissão alinha-se com as condições estabelecidas pelos Princípios de Obrigações Verdes ("Green Bond Principles") publicados pela International Capital Market Association, tendo obtido uma *Second Party Opinion* ("SPO") positiva da empresa de ratings ESG e de research independente especializada Sustainalytics.

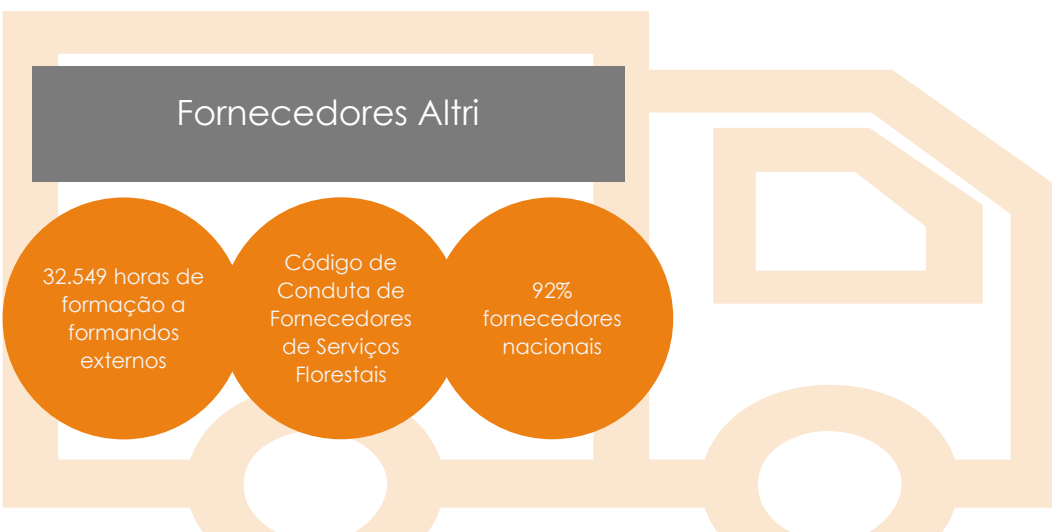
Em anexo, no Relatório Green Bonds, apresenta-se o reporte anual a investidores relativamente à alocação do investimento, incluindo informação relevante sobre a aplicação dos fundos e sobre os benefícios ambientais resultantes.

3. Agenda Social

102-7 102-8 102-9 102-10 102-41 204-1 401-1 404-1 404-2 405-1 405-2 413-1 413-2



Comunidade Altri

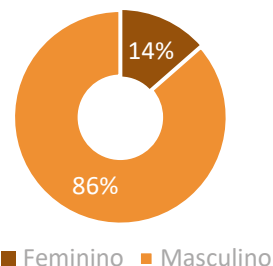


Caracterização do capital humano

Na Altri é privilegiado quer o talento, quer as competências do capital humano, e por isso acreditamos que nosso fator de diferenciação são as pessoas - as principais responsáveis pelo percurso e lançamento das bases para um futuro de sucesso, antecipar mudanças, resistir e vencer as dificuldades diárias.

Em 2019, o Grupo Altri contou com 772 colaboradores ativos a 31 de dezembro, o que corresponde a um aumento de 6,5% de criação líquida de emprego.

Apesar das áreas de atividade do Grupo serem eminentemente industriais, historicamente mais propensas à predominância do género masculino, o Grupo definiu uma política que tem vindo continuamente a implementar no sentido de atingir uma maior paridade de género. Uma destas medidas passa pelo recrutamento. Assim, em 2019, o número de colaboradores do género feminino aumentou 12% relativamente a 2018 (mais 12 colaboradoras), representando agora 14,5% do total de colaboradores.



Em termos de colaboradores por faixa etária, a maioria dos colaboradores estão na faixa dos 30 a 50 anos. No entanto, resultado também do continuo trabalho de renovação do quadro de pessoal da Altri, verificou-se um aumento no total de colaboradores da Altri com idade inferior a 30 anos (18% do total de colaboradores em 2019), o que representa um aumento de 13% face ao ano anterior.

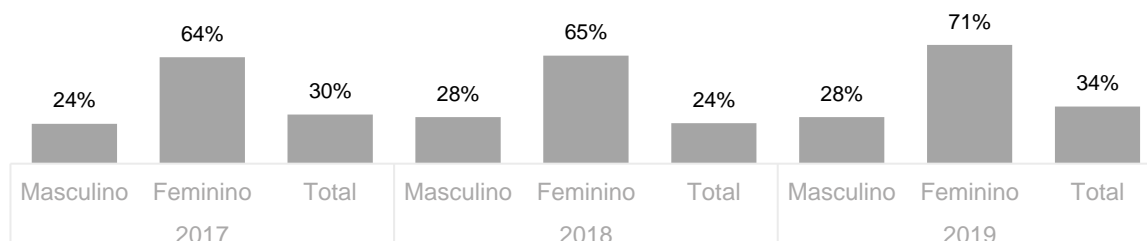
Colaboradores por faixa etária



Em 2019 a taxa de novas contratações voltou a subir (10,4%), subida esta mais acentuada na faixa etária até aos 30 anos (5,3%), o que revela, mais uma vez, o esforço da Altri em chamar novo talento e em acreditar na nova geração.

Evidenciando a aposta na atração de jovens diferenciados e com potencial, tem vindo a crescer o número de colaboradores com formação superior, representando atualmente 34% do total de colaboradores. De salientar que, nas mulheres a percentagem é muito superior atingindo 71%.

Taxa de colaboradores com formação superior (%)



A maioria dos colaboradores da Altri são colaboradores a tempo integral com um aumento crescente deste tipo de contrato (8,1% em 2019), fruto de uma preocupação da Altri em promover o crescimento do emprego permanente. De igual modo tem havido uma descida constante dos contratos a termo, abrangendo este ano apenas 77 colaboradores (55 do sexo masculino, 22 do sexo feminino), face aos 82 contratos em 2018.

O direito ao associativismo e à negociação coletiva é um princípio de extrema relevância para o Grupo Altri e, por isso, a percentagem de colaboradores sindicalizados é de 32%, o que corresponde a 242 colaboradores.

Dando continuidade ao processo de concentração de funções transversais, foi criada a Direção de Recursos Humanos da Altri que terá a responsabilidade em assegurar a implementação de políticas, estratégias e ações que materializem no Grupo as atividades relacionadas com a gestão de pessoas. De forma a prosseguir esta mudança, a Direção de Recursos Humanos tem agora quatro novas grandes áreas de atuação:

- a) Remunerações e Benefícios;
- b) Formação e Desenvolvimento Organizacional;
- c) Serviços Gerais e Instalações e
- d) Serviços de Medicina do Trabalho.

Assim, em 2019, foram dados os últimos passos na implementação de um sistema único de informação de Recursos Humanos nas empresas do Grupo Altri. Este sistema de informação permitirá simplificar processos administrativos, reduzindo o tempo e etapas nos processos administrativos da gestão de Recursos Humanos, agilizar a preparação de informação e harmonizar o *reporting* de informação para a gestão de modo a maximizar resultados. Este sistema disponibiliza um portal e uma aplicação móvel que permitirá uma forma mais interativa, moderna e eficaz o acesso à informação.

Com o objetivo de promover o bem-estar dos seus colaboradores, no âmbito da sua responsabilidade social, e política de gestão de pessoas, as empresas do Grupo Altri proporcionam há já largos anos um Seguro de Saúde aos seus trabalhadores e respetivo agregado familiar.

De forma a garantir um plano de saúde equitativo a todos os seus trabalhadores, com mais garantias de risco, melhor proteção para doenças graves, maior rede de prestadores de cuidados médicos e uma superior agilização de processos, a Altri acordou este ano um novo plano de saúde passando a abranger cerca de 1.800 pessoas.

De forma a reforçar a importância de todos os trabalhadores da Altri e agradecer o seu trabalho e dedicação, em 2019 prosseguimos a nossa política de privilegiar a remuneração variável, fazendo participar os seus trabalhadores nos resultados obtidos, premiando a competência, a disponibilidade e a dedicação. Assim, em conformidade, no final de 2019, a empresa distribuiu à generalidade dos trabalhadores um prémio de desempenho, equivalente a dois meses de remuneração.



A Altri esforça-se por garantir que os seus colaboradores são dos mais qualificados no mercado. Neste sentido, o Grupo promove o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus colaboradores, através de uma vasta oferta de formações e *e-learning*s.

Da mesma forma, são várias as colaborações realizadas ao longo do ano de modo a formar futuros colaboradores mais qualificados e capazes, promovendo o interesse por esta área.

Atração de talento

A dificuldade de recrutamento de jovens trabalhadores qualificados para a indústria é um problema, não só no espaço nacional, como também no Europeu. No panorama nacional existem vários setores de atividade industrial em que esta questão se tem acentuado, sendo este um grande desafio para as empresas do Grupo Altri.

69
estagiários
em 2019

Número de estagiários na Altri



De forma a atrair e reter talentos, a Altri aposta na ligação das suas empresas às Instituições de Ensino, de forma a promover uma imagem de competência e aposta na valorização profissional dos seus colaboradores, evidenciando que "vale a pena trabalhar na Altri". Esta ligação materializa-se na concessão de estágios de índole curricular, profissional ou de pós-graduação que, proporcionando aos jovens uma visão prática dos conhecimentos adquiridos nos seus estudos académicos, capacita-os para encarar a vida profissional de forma mais confiante.

Por outro lado, a empresa privilegia neste domínio, o apoio à organização e funcionamento de cursos nas Instituições de Ensino.

Apoio ao desenvolvimento de cursos no ensino superior

Em 2019, destacam-se dois apoios da Altri à criação de cursos em instituições de ensino superior:

- O apoio dado pela Altri à Coimbra Business School, materializou-se na criação de um curso de pós-graduação em Economia e Gestão Industrial. A Altri assegura a monitorização de alguns dos módulos do curso, que se realizaram nas instalações da empresa. Desta forma, a Altri procura proporcionar uma visão aprofundada e integrada dos processos de gestão num contexto complexo e dinâmico, dotando os futuros quadros das competências necessárias aos desafios que eles colocam.
- O apoio prestado ao Instituto Politécnico de Tomar, na elaboração do "Curso Técnico Superior de Tecnologias Integradas de Produção Industrial", já submetido à aprovação da Direção Geral de Ensino, que tem como objetivo a formação de quadros médios e técnicos - quadros estes em que há uma grande escassez.

Desenvolvimento de competências

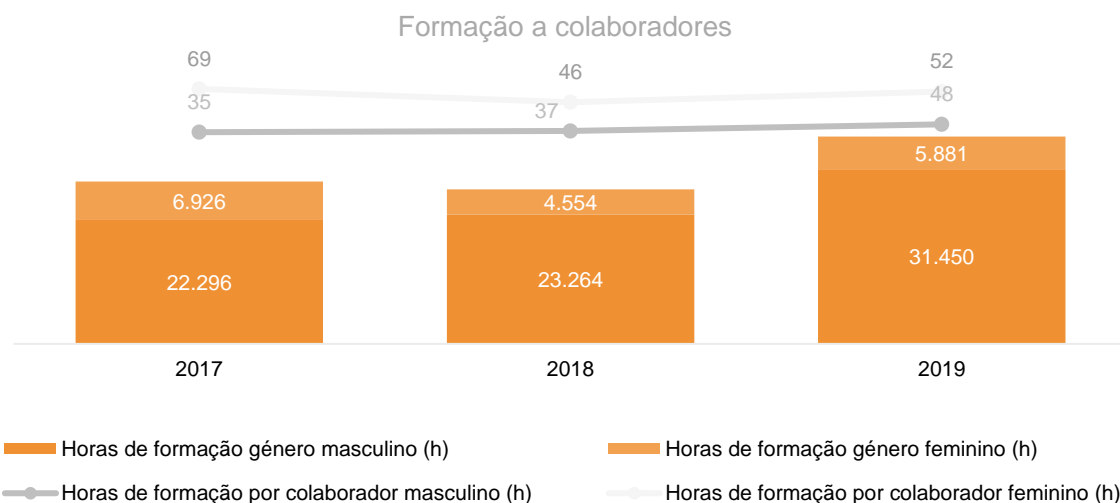
Saber gerir bem as pessoas e potenciar o seu desempenho, é hoje o grande diferencial competitivo das organizações. Os recentes projetos de investimento e as conseqüentes alterações tecnológicas tornaram o processo de fabrico nas empresas da Altri mais complexo. Tal facto, levou a Altri a adotar uma estratégia de valorização e qualificação dos seus colaboradores, orientada para enfrentar os desafios futuros.

A Altri acredita que o desenvolvimento profissional e pessoal dos seus colaboradores é um dos principais fatores potenciadores de um desempenho de elevado nível e do aumento da eficiência e produtividade das operações. De igual forma, esta política de valorização pretende

consciencializar os seus colaboradores e implementar medidas que lhes permitem alcançar o equilíbrio possível entre a vida pessoal e profissional.

Neste sentido, em 2019 foram ministradas 37.236 horas de formação aos colaboradores da Altri, resultando numa média de 48 horas de formação por colaborador. Estes valores representam um aumento de 34% e 26%, respetivamente.

As principais áreas de formação foram Processo (44%), Segurança (21%), Manutenção (9%) e Gestão e Comportamental (8%).

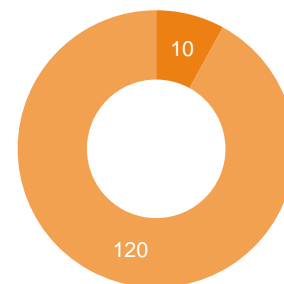


Os nossos fornecedores

102-9 102-10 308-1 414-1 414-2

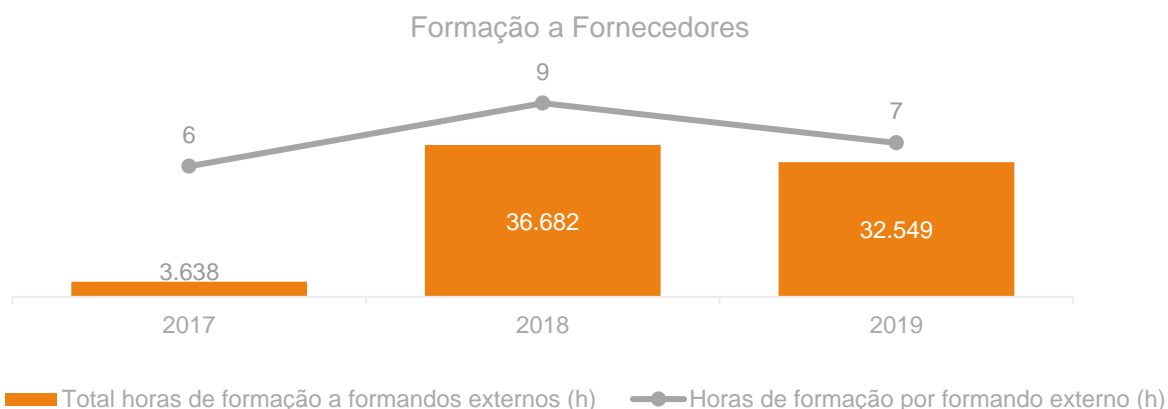
Sendo os fornecedores parceiros de negócio fundamentais na cadeia de valor do Grupo, a seleção destes assenta num rigoroso processo, que implica uma gestão cuidadosa e criteriosa que se tem vindo a intensificar, juntamente com a aplicação de um conjunto de políticas sociais e ambientais do Grupo.

Um importante critério na escolha dos fornecedores na Altri é a nacionalidade dos mesmos, com vista a contribuir para a economia local e nacional. Nesse sentido, em 2019, 92% dos Fornecedores da Altri eram nacionais.



■ Total de fornecedores estrangeiros
■ Total de fornecedores nacionais

A Altri aposta não só na seleção dos seus fornecedores, mas também na formação dos mesmos. Através da dinamização de várias atividades de formação, tais como o Cartão de Segurança da Indústria Papeleira (CSIP), Formação certificada em Segurança e Saúde em Trabalhos Florestais, e Programas de comportamento responsável para prestadores de serviço, as horas de formação a formandos externos em 2019 totalizaram 32.549 horas.



O Código de Conduta de Fornecedores de Serviços Florestais pretende ir além das normas legais, e todos os Fornecedores de Serviços Florestais devem pautar a sua conduta pelos valores éticos que regem e norteiam a Altri, tal como cumprir todos os princípios e regras do Código de Ética e de Conduta Altri.

O Código de Conduta de Fornecedores de Serviços Florestais incide sobre Desempenho, Auditorias, Ética, Subcontratação, Segurança e Saúde, Laborais, Ambientais, Igualdade e Não Discriminação, e Confidencialidade.

Código de Conduta de Fornecedores de Serviços Florestais:

- Todos os nossos Fornecedores de Serviços Florestais têm de cumprir todas as normas legais e regulamentares;
- Enviar regularmente o seu desempenho no âmbito dos serviços que prestam à Altri Florestal, demonstrando que cumprem as leis e regulamentos;
- Estarem disponíveis a serem objeto de auditoria pela Altri Florestal ou por quem esta indicar;

- Informar os subcontratados do Código de Ética;
- Identificar todos os perigos e avaliar todos os riscos associados às atividades desenvolvidas, de modo a garantir as melhores condições de segurança e saúde no trabalho e ainda oferecer formação específica sobre segurança e saúde no trabalho;
- Em termos ambientais assegurar o cumprimento dos requisitos ambientais no que diz respeito a resíduos e proteção de valores naturais;
- Em termos Laborais, os Fornecedores de Serviços Florestais deverão proporcionar a todos os seus trabalhadores, boas condições de trabalho do ponto de vista físico e moral;
- Repudiar a discriminação e quaisquer tratamentos diferenciados em função da raça, género, origem étnica ou social, orientação sexual, política ou de associação sindical ou convicção religiosa;
- Assegurar a confidencialidade de todas as informações da Altri Florestal a que possam ter acesso.

A nossa comunidade

102-7 413-1 413-2

A Altri procura estar perto das comunidades onde está inserida, reforçando a sua presença na comunidade ao envolver todas as pessoas nas suas ações, através de parcerias, desenvolvimento de meios de comunicação e apoiando a um conjunto de iniciativas e atividades, das mais diversas instituições e áreas.



A Altri apoia as comunidades envolventes, através do apoio a causas e entidades locais, reforço a parcerias escolares e académicas e desenvolvimento de iniciativas ambientais e desportivas. Desta forma, a Altri contribui para a redução das desigualdades sociais nas comunidades onde atua, e reforça o seu impacto positivo.

De modo a realçar os esforços realizados pela Celbi na 8ª Gala da Figueira TV – um evento que procura destacar pessoas, empresas, instituições e eventos que se tenham evidenciado ao longo do ano no concelho e na região.

A Celbi foi distinguida com o Prémio Responsabilidade Social, que reconhece o esforço da empresa em proporcionar o bem-estar da população, criar e manter o diálogo e o apoio permanente aos diferentes projetos e atividades da comunidade envolvente da sua unidade industrial.



No âmbito do bem-estar Social, a Altri tem vindo a desenvolver várias iniciativas no âmbito do bem-estar social. Em 2019, a Celbi ofereceu uma bancada didática eletropneumática à Escola Secundária Bernardino Machado no valor de 13.500 euros. Este equipamento será utilizado no laboratório de eletrónica, automação e comando, cujo curso formou 17 alunos no passado ano letivo com empregabilidade garantida, o que contribui para acabar com o estigma do ensino profissional.

Missão 360

Em conjunto com a CELPA – Associação da Indústria Papeleira e em parceria com a Agência Portuguesa do Ambiente e a Direção Geral da Educação, a Altri participou num projeto educativo de sensibilização ambiental destinado a alunos do 1º e 2º ciclo do Ensino Básico.

O projeto Missão 360 realizou, em 2019, cerca de 50 sessões, envolvendo mais de 1.250 alunos e 120 professores, nos concelhos de Viana do Castelo, Vila Velha de Ródão, Aveiro, Figueira da Foz, Constância, Torres Novas e Setúbal, sobre o tema da economia circular e qual o lugar da indústria papeleira nesse sistema.

Através de uma história divertida, os alunos seguem viagem com o herói Quico para acabar com as mentiras do vilão Dr. Tulha e passar a mensagem aos adultos sobre a importância da conservação dos recursos naturais para um futuro sustentável da Terra.

Em março, no âmbito das comemorações da semana da floresta, as empresas associadas da CELPA – Altri, DS Smith, The Navigator Company e Renova – proporcionaram aos alunos visitas às estações de biodiversidade, viveiros e instalações fabris com o objetivo de despertar a curiosidade e sensibilizar para a necessidade da mudança de comportamentos na utilização dos recursos naturais do planeta.



Em 2019, foi ainda assinado um protocolo de colaboração entre o Agrupamento de Escolas do Paião (AEP), o Município da Figueira da Foz (MFF) e a Celulose Beira Industrial (CELBI) S.A.. Este protocolo tem por objetivo regular a cooperação e apoio, sob a forma de donativo da CELBI ao Município de duas unidades de ar condicionado no valor total de 9.500 euros, para utilização do AEP, com vista à melhoria das condições de climatização e bem-estar das crianças do Jardim de Infância da Leirosa.



Desde há cinco anos que a Celbi, em conjunto com outras instituições, organiza iniciativas anuais de Limpeza Voluntária da Praia da Leirosa. Após o sucesso dos anos anteriores, a 5ª Edição da Limpeza da Praia da Leirosa contou com mais de 300 participantes. A iniciativa foi seguida por um almoço na cantina da Celbi e contemplou igualmente uma visita às instalações fabris e atividades comemorativas do Dia Mundial da Criança.

Em 2019, decorreu a assinatura formal de um protocolo entre o Centro Desportivo Recreativo e Cultural de Vila Velha de Ródão (CDRC) e a Celtejo, que visa o apoio financeiro da academia de futebol desta associação por um período protocolado de três anos. Com mais de 60 jovens atletas a frequentar a academia, “este é um apoio fundamental para prosseguir na senda do desenvolvimento desportivo destes jovens do nosso concelho. A estrutura de um clube engloba diversos aspetos financeiros que têm de ser colmatados pelas suas direções e são estes apoios, a par do que sempre tivemos do Município de Vila Velha de Ródão, que nos ajudam a continuar o bom trabalho”, refere o presidente da direção do CDRC, António Carmona.

Dia Aberto Caima

Sob o tema de “A fábrica de Constância pelos olhos dos Arqueólogos Industriais”, a Caima abriu as suas portas ao público no dia 1 de junho de 2019, com vista a mostrar, através de visitas guiadas, a Fábrica de Constância e da partilha dos conceitos e técnicas da arqueologia industrial, de acordo com os resultados da investigação prosseguidos pelos arqueólogos que se encontram no terreno e a desenvolver os resultados dos seus estudos históricos e arqueológicos.



Celebrar 130 anos é um marco na história de qualquer organização. São 130 anos de vida de uma empresa industrial, pioneira no setor da celulose em Portugal e na Europa e que, ao longo da sua história, manteve uma presença global, colocando o seu produto nos quatro cantos do mundo, o que constitui um evento raro, que não podia deixar de ser destacado. Desde a sua fundação, a Caima viu reinar 4 monarcas, foram eleitos 20 presidentes da República, Portugal usou 4 moedas diferentes e viu a sua população duplicar. A resiliência da Caima e a capacidade de antecipar a mudança, permitiu-lhe resistir às dificuldades impostas por duas Grandes Guerras, vencer as adversidades dos ciclos recessivos do nosso país e vencer os obstáculos levantados pela economia global. Ao celebrar o 130º aniversário, a Caima pretende prestar tributo aos homens e mulheres que ao longo de treze décadas fizeram a Empresa; são eles os responsáveis por este percurso e pelo lançamento das bases para um futuro que se quer seja de sucesso.

Sobre este relatório

102-1 102-3 102-46 102-48 102-49 102-50 102-53 102-54 102-56

É com grande satisfação que a Altri apresenta o seu terceiro Relatório de Sustentabilidade, com enfoque na inovação do seu negócio, na sustentabilidade das suas atividades e na valorização do seu capital humano.

É através deste documento que o Grupo Altri apresenta a todos os seus *stakeholders*, a forma como a Altri cria valor económico, social e ambiental para a sociedade. A Altri acredita que só é possível alcançar um verdadeiro desenvolvimento sustentável se os critérios norteadores das decisões no seio do Grupo forem critérios de sustentabilidade.

Período de reporte

O período do reporte incide sobre a atividade do Grupo Altri desde 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019. Importa, no entanto, referir que existem referências a factos relativos a anos anteriores, o que permite uma visão comparativa da evolução dos principais indicadores.

Âmbito

O Relatório contém informação de todas as empresas que integram o perímetro de consolidação do Grupo Altri. As exceções a esta regra, caso existam, estão assinaladas junto do texto.

Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho e *Global Reporting Initiative (GRI)*

O Relatório pretende dar resposta ao Decreto-Lei n.º 89/2017, que transpõe a Diretiva 2014/95/UE, relativamente à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade, informações essas cuja divulgação é exigida a grandes empresas e grupos, como é o caso do Grupo Altri. Em cumprimento dos citados diplomas legais, o presente Relatório apresenta dados e informações que permitem compreender a evolução, o desempenho, a posição e o impacto das atividades do Grupo em matéria ambiental e social mas também em relação aos seus colaboradores, à igualdade entre mulheres e homens e à não discriminação, bem como ao respeito pelos Direitos Humanos e ao combate à corrupção e tentativas de suborno (vide Tabela de Correspondência com os requisitos do Decreto de Lei (DL) n.º 89/2017).

O presente relatório foi elaborado de acordo com os GRI Standards para a opção “De acordo” Essencial (vide Tabela GRI para a opção “De acordo” – Essencial).

Contactos

Para esclarecimentos adicionais sobre a informação apresentada neste Relatório de Sustentabilidade, por favor consulte o website ou entre em contacto através do seguinte email:



sustentabilidade@altri.pt

Anexos

Tabela GRI para a opção "De acordo" – Essencial

Divulgações		Localização/Omissão	Verificação	ODS
PERFIL ORGANIZACIONAL				
102-1	Nome da organização	Sobre este Relatório	S/V	
102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços	Sobre a Altri – Áreas de negócio Sobre a Altri – Produto e Mercado	S/V	
102-3	Localização da sede	Sobre este Relatório	S/V	
102-4	Localização das operações	Sobre a Altri – Áreas de negócio	S/V	
102-5	Propriedade e natureza legal	http://www.altri.pt/pt/about/overview	S/V	
102-6	Mercados servidos	Sobre a Altri – Áreas de negócio Sobre a Altri – Produto e Mercado	S/V	
102-7	Dimensão da organização	A Altri em 2019 02. Agenda Ambiental - Floresta (Página inicial) 02. Agenda Ambiental (Página inicial) 03. Agenda Social - As nossas pessoas (Página inicial) 03. Agenda Social - A nossa comunidade (Página inicial)	S/V	
102-8	Informação sobre colaboradores e outros trabalhadores	03. Agenda Social - As nossas pessoas	S/V	8

2019	Celbi	Celtejo	Caima	Altri Florestal	Viveiros	Altri, SL	Altri, SGPS	Altri Sales	FlorestSul	Total
Tipo de contrato por género										
Contratos permanentes (n.º)	241	193	174	53	10	6	9	8	1	695
Masculino	206	173	164	44	3	5	5	3	1	604
Feminino	35	20	10	9	7	1	4	5	0	91
Contratos a termo (n.º)	32	21	16	7	1	0	0	0	0	77
Masculino	23	14	11	7	0	0	0	0	0	55
Feminino	9	7	5	0	1	0	0	0	0	22
Tipo de emprego por género										
Tempo integral (n.º)	273	214	190	60	11	6	9	5	1	769
Masculino	229	187	175	51	3	5	5	2	1	658
Feminino	44	27	15	9	8	1	4	3	0	111
Tempo parcial (n.º)	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3
Masculino	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Feminino	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Total de colaboradores	273	214	190	60	11	6	9	8	1	772

102-9	Cadeia de fornecedores	03. Agenda Social - Os nossos fornecedores	S/V	
102-10	Alterações significativas na organização e na cadeia de fornecedores	03. Agenda Social - Os nossos fornecedores	S/V	

102-11	Abordagem ao princípio de precaução	Sobre a Altri - Governance, ética e políticas do Grupo	S/V	
102-12	Iniciativas externas	01. A nossa Estratégia - Envolvimento com os Stakeholders	S/V	
102-13	Membro de associações	01. A nossa Estratégia - Envolvimento com os Stakeholders	S/V	
ESTRATÉGIA				
102-14	Mensagem do Presidente	Mensagem do Conselho de Administração	S/V	
102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades	Mensagem do Conselho de Administração 01. A nossa Estratégia - Visão estratégica do Grupo Altri	S/V	
ÉTICA E INTEGRIDADE				
102-16	Valores, princípios, standards e normas de conduta	Sobre a Altri – Missão, Visão e Valores Sobre a Altri - Governance, ética e políticas do Grupo	S/V	16
102-17	Mecanismos de aconselhamento e preocupações éticas	Sobre a Altri - Governance, ética e políticas do Grupo Sobre a Altri - Governance, ética e políticas do Grupo	S/V	
GOVERNANCE				
102-18	Estrutura de governance	Sobre a Altri - Governance, ética e políticas do Grupo	S/V	
ENVOLVIMENTO COM STAKEHOLDERS				
102-40	Lista dos grupos de Stakeholders	01. A nossa Estratégia - Envolvimento com os Stakeholders	S/V	
102-41	Acordos coletivos de trabalho	Indicador respondido na tabela abaixo.	S/V	8

2019	Celbi	Celtejo	Caima	Altri Florestal	Viveiros	Altri, SL	Altri, SGPS	Altri Sales	FlorestSul	Total
Colaboradores abrangidos por acordos de negociação colectiva										
Total de colaboradores (n.º)	273	214	190	60	11	6	9	8	1	772
Total de colaboradores sindicalizados (n.º)	72	137	38	0	0	0	0	0	0	247
Masculino	71	133	38	0	0	0	0	0	0	242
Feminino	1	4	0	0	0	0	0	0	0	5
Percentagem de colaboradores sindicalizados (%)	26%	64%	20%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	32%
Percentagem de colaboradores abrangidos por acordos de negociação colectiva (%)	100%	100%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	88%

102-42	Identificação e seleção de Stakeholders	01. A nossa Estratégia - Envolvimento com os Stakeholders	S/V	
102-43	Abordagem de envolvimento com Stakeholders	01. A nossa Estratégia - Envolvimento com os Stakeholders	S/V	
102-44	Principais questões e preocupações levantadas pelos Stakeholders	01. A nossa Estratégia - Envolvimento com os Stakeholders	S/V	
PRÁTICA DE REPORTE				
102-45	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	R&C 2019	S/V	

102-46	Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos	Sobre este Relatório	S/V	
102-47	Lista dos tópicos materiais	Matriz de Materialidade	S/V	
102-48	Reformulação de informação	Sobre este Relatório	S/V	
102-49	Alterações no relatório	Sobre este Relatório	S/V	
102-50	Período de reporte	Sobre este Relatório	S/V	
102-51	Data do relatório mais recente	2018	S/V	
102-52	Ciclo de relatórios	Anual.	S/V	
102-53	Contacto para questões sobre o relatório	Sobre este Relatório	S/V	
102-54	Opção "de acordo" com os GRI Standards	Sobre este Relatório	S/V	
102-55	Índice de conteúdo GRI	Presente tabela	S/V	
102-56	Verificação externa	Sobre este Relatório	S/V	

Divulgações		Localização/Omissão	Verificação	ODS
GRI 200 - DIVULGAÇÕES ECONÓMICAS				
GRI 201 - DESEMPENHO ECONÓMICO				
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído	Indicador respondido na tabela abaixo.		5 7 8 9

2019	TOTAL (milhares de euros)
VALOR ECONÓMICO DIRETO GERADO (€)	688.385
Receitas (1)	688.385
VALOR ECONÓMICO DISTRIBUÍDO (€)	688.623
Custos Operacionais (2)	450.068
Salários e Benefícios dos Colaboradores (3)	37.703
Pagamentos a Investidores (4)	147.695
Pagamentos ao Estado (5)	53.009
Donativos e outros investimentos na comunidade (6)	147
VALOR ECONÓMICO ACUMULADO (€)	(238)

- (1) Vendas + Prestações de serviços + Outros rendimentos (excluindo transações intra-grupo)
- (2) Custo das vendas + Fornecimento de serviços externos + Outros gastos (excluindo transações intra-grupo)
- (3) Custos com o pessoal (excluindo transações intra-grupo)
- (4) Dividendos distribuídos pela Altri SGPS
- (5) Pagamentos de Imposto sobre o Rendimento Coletivo
- (6) Donativos

GRI 204 - PRÁTICAS DE COMPRA						
204-1	Proporção de despesas com fornecedores locais	03. Agenda Social - Os nossos fornecedores			S/V	12
		Indicador respondido na tabela abaixo.				
			2018	2019		
		Proporção de gastos com fornecedores locais				
	Percentagem de fornecedores nacionais (%)	92%	91%			

GRI 205 – ANTICORRUPÇÃO				
205-1	Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção	<p>Sobre a Altri - Governance, ética e políticas do Grupo</p> <p>No exercício de 2019, quaisquer comunicações ou reportes ao Conselho Fiscal da Sociedade relacionados com suspeitas de corrupção, pelo que não realizou o Conselho Fiscal qualquer avaliação a matérias desta natureza. Relativo às Políticas do Grupo Altri, as mesmas estão alinhadas com a legislação aplicável também em matéria de luta contra a corrupção e contra o crime bancário e financeiro.</p> <p>Quaisquer comunicações de irregularidades devem ser dirigidas ao Conselho Fiscal da Altri em observância da política em vigor no Grupo que dispõe de um mecanismo específico para a comunicação de irregularidades que, de forma alinhada com os desígnios da Recomendação número 1.2.5 do Código de Governo das Sociedades do IPCG, consubstanciem violações de natureza ética ou legal com impacto significativo nos domínios da contabilidade, da luta contra a corrupção e do crime bancário e financeiro (<i>Whistleblowing</i>), que salvaguarda a confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que seja solicitada.</p> <p>Se ao Conselho de Administração chegar algum pedido de esclarecimento ou manifestação de preocupação relacionado com o sistema de <i>Whistleblowing</i>, remetê-lo-á este órgão, de imediato, para o Conselho Fiscal.</p>		16
205-2	Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção	<p>Sobre a Altri - Governance, ética e políticas do Grupo</p> <p>A comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção materializa-se, no grupo Altri, ao nível de cada uma das direções, às quais são comunicados os critérios que lhes dão as bases para ajuizar, de modo autónomo e em cada caso concreto, comportamentos que possam indiciar práticas corruptivas. Se a direção em causa considerar que pode estar perante um comportamento deste tipo, acionará os mecanismos de reporte em vigor na sociedade, tal como aqui já explicitado, ou seja, reportando ao Conselho Fiscal.</p>		16
205-3	Incidentes de corrupção confirmados e ações tomadas	<p>Sobre a Altri - Governance, ética e políticas do Grupo</p> <p>Não se registaram, no exercício de 2019, quaisquer incidentes de corrupção.</p>		16

GRI 300 - DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS

GRI 301 - MATERIAIS

301-1	Consumo de materiais por peso ou volume	02. Agenda Ambiental - Materiais, água, energia e emissões	S/V	8 12
301-2	Materiais usados provenientes de reciclagem	02. Agenda Ambiental - Materiais, água, energia e emissões Indicador respondido na tabela abaixo.	S/v	8 12

	Celbi			Celtejo			Caima			Total		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Materiais renováveis (madeira) (t)	2.175	2.321	2.254	628	614	667	226	386	368	3.029	3.322	3.289
Materiais não renováveis (outros) (t)	130	111	115	61	51	53	18	19	18	209	181	186
% materiais renováveis	94%	95%	95%	91%	92%	93%	92%	95%	95%	94%	95%	95%
% materiais não renováveis	6%	5%	5%	9%	8%	7%	8%	5%	5%	6%	5%	5%

GRI 302 – ENERGIA

Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Os temas materiais da Altri tiveram como base o cruzamento dos resultados dos temas materiais dos peers da Empresa com a perspetiva interna da Altri. Com relação direta com a Energia, o tema "Energia e alterações climáticas" foi considerado um tema de materialidade muito elevada (<i>vide</i> Matriz de Materialidade).	S/V	
------------------	-------	--	---	-----	--

	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Altri tem promovido várias iniciativas relacionadas com a Energia (vide capítulo 02. Agenda Ambiental - Materiais, água, energia e odores).		
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Altri realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (vide capítulo 02. Agenda Ambiental - Materiais, água, energia e odores).		
302-1		Consumo de energia dentro da organização	02. Agenda Ambiental - Materiais, água, energia e odores	S/V	7 8 12 13
302-3		Intensidade energética	02. Agenda Ambiental - Materiais, água, energia e odores	S/V	7 8 12 13
302-4		Redução do consumo de energia	02. Agenda Ambiental - Materiais, água, energia e odores	S/V	7 8 12 13
302-5		Redução das necessidades energéticas dos produtos e serviços	02. Agenda Ambiental - Materiais, água, energia e odores		7 8 12 13
GRI 303 - ÁGUA					
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Os temas materiais da Altri tiveram como base o cruzamento dos resultados dos temas materiais dos peers da Empresa com a perspetiva interna da Altri. Com relação direta com a Água, o tema "Gestão da água" foi considerado um tema de materialidade muito elevada (vide Matriz de Materialidade).	S/V	
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Altri tem promovido várias iniciativas relacionadas com a Água (vide capítulo 02. Agenda Ambiental - Materiais, água, energia e odores).		
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Altri realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (vide capítulo 02. Agenda Ambiental - Materiais, água, energia e odores).		
303-1		Captação de água por fonte	02. Agenda Ambiental - Materiais, água, energia e odores Indicador respondido na tabela abaixo.	S/V	6

	Celbi			Celtejo			Caima			Total		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Captação de água												
Captações superficiais (1000 m3)	11.105	9.630	9.649	6.083	4.365	5.084	5.954	5.984	5.742	23.142	19.980	20.475
Captações subterâneas (1000 m3)	3.162	2.842	2.580	-	-	-	-	-	-	3.162	2.842	2.580
Uso total de água (1000 m3)	14.267	12.472	12.229	6.083	4.365	5.084	5.954	5.984	5.742	26.304	22.821	23.055

303-3		Reutilização e reciclagem de água	02. Agenda Ambiental - Materiais, água, energia e odores		6 8 12
GRI 304 - BIODIVERSIDADE					
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Os temas materiais da Altri tiveram como base o cruzamento dos resultados dos temas materiais dos peers da Empresa com a perspetiva interna da Altri. Com relação direta com a Biodiversidade, o tema "Gestão florestal sustentável e da biodiversidade" foi considerado um tema de materialidade muito elevada (vide Matriz de Materialidade).	S/V	
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Altri tem promovido várias iniciativas relacionadas com a Biodiversidade (vide capítulo Como criamos valor – A Altri e a Biodiversidade).		
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Altri realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (vide capítulo Como criamos valor – A Altri e a Biodiversidade).		

304-1	Instalações operacionais (próprias, arrendadas ou geridas) nas áreas adjacentes a áreas protegidas e áreas com alto valor de biodiversidade fora das áreas protegidas	Como criamos valor – A Altri e a Biodiversidade	S/V	6 14 15		
304-2	Impactos significativos das atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade	Como criamos valor – A Altri e a Biodiversidade	S/V	6 14 15		
304-3	Habitats protegidos ou recuperados	Como criamos valor – A Altri e a Biodiversidade	S/V	6 14 15		
304-4	Espécies incluídas na Lista Vermelha da IUCN (International Union for Conservation of Nature) e em listas de espécies de conservação nacional, cujos habitats se encontram em áreas afetadas pelas operações da empresa	Como criamos valor – A Altri e a Biodiversidade	S/V	6 14 15		
GRI 305 - EMISSÕES						
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	S/V			
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes				
	103-3	Evolução da forma de gestão				
305-1	Emissões diretas de Gases de Efeito de Estufa - GEE (Âmbito 1)	02. Agenda Ambiental - Roteiro de Carbono	S/V	3 12 13 14 15		
305-2	Emissões indiretas de GEE (Âmbito 2)	02. Agenda Ambiental - Roteiro de Carbono	S/V	3 12 13 14 15		
305-3	Outras emissões indiretas de GEE (Âmbito 3)	02. Agenda Ambiental - Roteiro de Carbono	S/V	3 12 13 14 15		
305-4	Intensidade das emissões de GEE	02. Agenda Ambiental - Roteiro de Carbono	S/V	13 14 15		
305-5	Redução de emissões de GEE	02. Agenda Ambiental - Roteiro de Carbono	S/V	13 14 15		
305-6	Emissões de substâncias que destroem a camada do ozono	2017	2018	2019	S/V	3 12 13
		Gases Fluorados (kg CO ₂ eq)	670.475	764.160		
305-7	Óxidos de azoto (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas	02. Agenda Ambiental - Roteiro de Carbono	S/V	3 12 14 15		

	Celbi			Celtejo			Caima			Total		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono												
Emissões (Kg CO2 E)												
NOx (kg)	845.739	797.240	771.032	153.489	172.860	186.970	216.700	271.608	170.642	1.215.928	1.241.708	1.128.645
SO2 (kg)	14.709	31.574	52.449	1.514.697	94.470	4.637	28.9466	19.021	56.088	195.124	145.065	113.175
Partículas (kg)	66.188	63.148	64.997	56.549	32.160	6.731	10.128	35.003	36.100	132.865	130.311	107.828
TRS (kg)	7.354	7.893	8.089	22.215	14.070	2.557	0	0	0	29.570	21.963	10.647
Emissões, kg/tSa												
NOx (kg/tSa)	1,15	1,01	1,00	0,76	0,86	0,82	2,06	2,55	1,69	3,97	4,42	3,51
SO2 (kg/tSa)	0,02	0,04	0,07	0,75	0,47	0,02	0,27	0,18	0,55	1,04	0,69	0,64
Partículas (kg/tSa)	0,09	0,08	0,08	0,28	0,16	0,03	0,10	0,33	0,36	0,47	0,57	0,47
TRS (kg/tSa)	0,01	0,01	0,01	0,11	0,07	0,01	0,00	0,00	0,00	0,03	0,02	0,01

GRI 306 - RESÍDUOS E EFLUENTES

306-1	Descargas de água por qualidade e por destino	02. Agenda Ambiental - Materiais, água, energia e odores Indicador respondido na tabela abaixo.	S/V	3 6 12 14
-------	---	--	-----	--------------------

	Celbi			Celtejo			Caima			Total		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Descargas de água por qualidade e por destino												
Volume de efluente descarregado (1000 m³)	11.767	9.472	9.164	5.199	4.112	4.777	5.114	4.764	4.835	22.080	18.348	18.775
Caudal de efluente (m3/tpsa)	16	12	12	26	20	21	49	45	48	21	17	17
Método de tratamento*												
Água devolvida (%)	82%	76%	75%	85%	94%	80%	86%	80%	84%	84%	80%	81%

*Tratamento primário, Tratamento Secundário (ultrafiltração) com precipitação química de fósforo.

306-2	Resíduos por tipo e por destino	02. Agenda Ambiental - Materiais, água, energia e odores Indicador respondido nas tabelas abaixo.	S/V	3 6 12																
		<table border="1"> <thead> <tr> <th>2019 - Total</th> <th>Resíduos por tipo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Resíduos perigosos (t)</td> <td>305</td> </tr> <tr> <td>Valorização (t)</td> <td>111</td> </tr> <tr> <td>Eliminação (t)</td> <td>194</td> </tr> <tr> <td>Resíduos não perigosos (t)</td> <td>113.503</td> </tr> <tr> <td>Valorização (t)</td> <td>74.143</td> </tr> <tr> <td>Eliminação (t)</td> <td>39.361</td> </tr> <tr> <td>Resíduos gerados (t)</td> <td>113.808</td> </tr> </tbody> </table>	2019 - Total	Resíduos por tipo	Resíduos perigosos (t)	305	Valorização (t)	111	Eliminação (t)	194	Resíduos não perigosos (t)	113.503	Valorização (t)	74.143	Eliminação (t)	39.361	Resíduos gerados (t)	113.808		
2019 - Total	Resíduos por tipo																			
Resíduos perigosos (t)	305																			
Valorização (t)	111																			
Eliminação (t)	194																			
Resíduos não perigosos (t)	113.503																			
Valorização (t)	74.143																			
Eliminação (t)	39.361																			
Resíduos gerados (t)	113.808																			

	Celbi			Celtejo			Caima			Total		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Resíduos												

Resíduos gerados (t)	63.016	44.605	50.621	11.952	24.921	41.550	26.087	29.292	21.637	101.055	98.818	113.808
Valorização (t)	44.880	33.517	26.649	1.326	20.789	26.149	22.867	26.993	21.381	69.074	81.299	74.179
Aterro sanitário (t)	18.136	11.088	23.849	10.626	4.132	15.401	3.220	2.299	255	31.982	17.520	39.505
Taxa de Valorização	71%	75%	53%	11%	83%	63%	88%	92%	99%	68%	82%	65%

GRI 307 - COMPLIANCE AMBIENTAL

307-1	Não conformidade com as leis e regulamentos ambientais	<p>A Altri dispõe de assessoria legal e regulatória permanente, que funciona em articulação com as áreas de negócio, assegurando, preventivamente a proteção dos interesses do grupo no cumprimento escrupuloso das disposições legais aplicáveis às áreas de negócio da Sociedade. Esta assessoria é igualmente apoiada a nível nacional e internacional por prestadores de serviços externos que a Altri contrata entre firmas de reconhecida reputação e de acordo com elevados critérios de competência, rigor e profissionalismo.</p> <p>No entanto, a Altri e as suas participadas podem vir a ser afetadas, como quaisquer outras entidades, por alterações legislativas ocorridas tanto em Portugal como na União Europeia ou em outros países onde desenvolva sua atividade comercial assim como pode, por alguma vicissitude, incorrer no incumprimento inadvertido ou por razões de força maior, de alguma norma legal. A Altri não controla, naturalmente, tais alterações legislativas ou que sucedam tais vicissitudes que, a verificarem-se, poderão ter um impacto adverso nos negócios do Grupo podendo, consequentemente, prejudicar ou impedir o alcance dos objetivos estratégicos.</p> <p>A política da Altri nesta matéria pauta-se por delegar na área Jurídica a monitorização permanente das alterações legislativas e de novos diplomas legais, estando informada nessa matéria e apta a dar resposta, em permanência, aos desafios que a materialização de riscos legais ou regulatórios pode causar.</p> <p>Refira-se, por fim, que, ao longo do exercício de 2019 não se registaram quaisquer situações de incumprimento de leis e regulamentos ambientais.</p>	S/V	16
-------	--	--	-----	----

GRI 308 - AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES

Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Os temas materiais da Altri tiveram como base o cruzamento dos resultados dos temas materiais dos peers da Empresa com a perspetiva interna da Atri. Com relação direta com a Avaliação Ambiental de Fornecedores, o tema "Gestão sustentável da cadeia de valor" foi considerado um tema de materialidade muito elevada (vide Matriz de Materialidade).	S/V	
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Altri tem promovido várias iniciativas relacionadas com a Avaliação Ambiental de Fornecedores (vide capítulo 03. Agenda Social - Os nossos fornecedores).		
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Atri realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (vide capítulo 03. Agenda Social - Os nossos fornecedores).		
308-1	Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios ambientais	03. Agenda Social - Os nossos fornecedores	S/V		
308-2	Impactes ambientais negativos na cadeia de abastecimento e ações tomadas	Nada a reportar.	S/V		

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS
GRI 401 - EMPREGO

401-1	Novas contratações e rotatividade de colaboradores	03. Agenda Social - As nossas pessoas Indicador respondido na tabela abaixo.	S/V	5 8
-------	--	---	-----	--------

	Celbi	Celtejo	Caima	Altri Florestal	Viveiros	Altri, SL	Altri, SGPS	Altri Sales	FlorestSul	Total
Total de Colaboradores										
Faixa etária (nº)	273	214	190	60	11	6	9	8	1	772
< 30 anos	47	50	31	5	1	0	2	0	0	136

Dos 30 aos 50 anos	100	136	94	32	7	6	7	2	1	385	
≥ 50 anos	126	28	65	23	3	0	0	6	0	251	
Género (nº)	273	214	190	60	11	6	9	8	1	772	
Masculino	229	188	175	51	3	5	5	3	1	660	
Feminino	44	26	15	9	8	1	4	5	0	112	
Novas contratações											
Faixa etária (nº)	31	30	13	4	0	0	1	0	1	80	
< 30 anos	20	12	6	2	0	0	1	0	0	41	
Dos 30 aos 50 anos	10	15	7	2	0	0	0	0	1	35	
≥ 50 anos	1	3	0	0	0	0	0	0	0	4	
Género (nº)	31	30	13	4	0	0	1	0	1	80	
Masculino	23	22	11	4	0	0	0	0	1	61	
Feminino	8	8	2	0	0	0	1	0	0	19	
Taxa de novas contratações											
Faixa etária (nº)	11,4%	14,0%	6,8%	6,7%	0,0%	0,0%	11,1%	0,0%	100,0%	10,4%	
< 30 anos	7,3%	5,6%	3,2%	3,3%	0,0%	0,0%	11,1%	0,0%	0,0%	5,3%	
Dos 30 aos 50 anos	3,7%	7,0%	3,7%	3,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	4,5%	
≥ 50 anos	0,4%	1,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%	
Género (nº)	11,4%	14,0%	6,8%	6,7%	0,0%	0,0%	11,1%	0,0%	100,0%	10,4%	
Masculino	8,4%	10,3%	5,8%	6,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	7,9%	
Feminino	2,9%	3,7%	1,1%	0,0%	0,0%	0,0%	11,1%	0,0%	0,0%	2,5%	
Saída de colaboradores											
Faixa etária (nº)	9	14	8	0	0	0	0	0	0	31	
< 30 anos	1	1	1	0	0	0	0	0	0	3	
Dos 30 aos 50 anos	4	6	1	0	0	0	0	0	0	11	
≥ 50 anos	4	7	6	0	0	0	0	0	0	17	
Género (nº)	9	14	8	0	0	0	0	0	0	31	
Masculino	7	11	8	0	0	0	0	0	0	26	
Feminino	2	3	0	0	0	0	0	0	0	5	
Taxa de rotatividade											
Faixa etária (nº)	3,3%	6,5%	4,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	4,0%	
< 30 anos	0,4%	0,5%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%	
Dos 30 aos 50 anos	1,5%	2,8%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,4%	
≥ 50 anos	1,5%	3,3%	3,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,2%	
Género (nº)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Masculino	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Feminino	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
401-2	Benefícios concedidos aos colaboradores em regime full-time que não são concedidos aos colaboradores temporários ou em part-time		Os benefícios de Fundo de Pensões, Seguros de Saúde e Seguro de Vida são aplicáveis apenas aos colaboradores do quadro permanentes.						S/V		8
GRI 403 - SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL											
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Os temas materiais da Altri tiveram como base o cruzamento dos resultados dos temas materiais dos peers da Empresa com a perspetiva interna da Altri. Com relação direta com a Saúde e Segurança Ocupacional, o tema "Saúde e segurança no trabalho" foi considerado um tema de materialidade muito elevada (vide Matriz de Materialidade).						S/V		
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Altri tem promovido várias iniciativas relacionadas com a Saúde e Segurança Ocupacional (vide capítulo Como criamos valor – Cultura de Segurança).								

103-3	Evolução da forma de gestão	A Altri realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (vide capítulo Como criamos valor – Cultura de Segurança).		
403-1	Representação dos trabalhadores em comissões formais de segurança e saúde	As empresas industriais do grupo Altri (Caima, Celbi e Celtejo) têm representantes dos colaboradores eleitos nas suas comissões de Saúde, Higiene e Segurança, publicados em Boletim do Trabalho e Emprego. Indicador respondido na tabela abaixo.	S/V	3 8

	Celbi			Celtejo			Caima			Total*		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Representação de trabalhadores em comités de saúde e segurança												
Número de trabalhadores representados por comités (n.º)	250	250	273	197	200	214	196	188	190	643	638	677
Porcentagem de trabalhadores representados por comités (%)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

* Considerando apenas a Celbi, Celtejo e Caima.

403-2	Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de mortes relacionadas com o trabalho, por género	Como criamos valor – Cultura de Segurança Indicador respondido na tabela abaixo.	S/V	3 8
-------	---	---	-----	--------

2019	Celbi	Celtejo	Caima	Altri Florestal	Viveiros	Altri, SL	Altri, SGPS	Altri Sales	FlorestSul	Total
Saúde e segurança (colaboradores)										
Horas potenciais (teóricas) (h)	458.972	382.165	345.192	107.643	20.040	11.040	13.450	0	456	1.338.958
Trabalho efetivo (horas trabalhadas)	473.634	379.957	346.580	105.947	19.401	11.040	13.370	0	456	1.350.385
Absentismo										
Total de horas de absentismo (h)	10.434	11.492	11.685	0	0	0	80	0	0	33.691
Masculino	9.525	10.042	11.061				20			30.647
Feminino	909	1.450	625				60			3.044
Absentismo por acidente (h)	720	167	1.064	0	0	0	0	0	0	1.951
Absentismo por doença (h)	6.694	5.322	7.604	0	0	0	80	0	0	19.700
Taxa de absentismo total (%)	2,3%	3,0%	3,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%		0,0%	2,5%
Masculino	2,5%	3,0%	3,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%		0,0%	2,7%
Feminino	1,2%	3,0%	2,5%	0,0%	0,0%	0,0%	1,4%			1,7%
Taxa de absentismo por acidente e por doença (%)	1,6%	1,4%	2,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%		0,0%	1,6%
Acidentes										
Dias perdidos por acidente (nº)	48	21	90	0	0	0	0	0	0	159
Total de acidentes (n.º)	13	12	6	0	0	0	0	0	0	31
Masculino	12	12	6				0			30
Feminino	1	0	0				0			1
Total de acidentes em deslocação casa-trabalho-casa (n.º)	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Total de acidentes com incapacidade (n)	5	4	3	0	0	0	0	0	0	12

Total de óbitos (n.º)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Taxa de acidentes (%)	0,2%	0,0%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Índice Frequência Acidentes c/ Incapac.	10,6	10,5	8,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,89
Índice Gravidade Acidentes do ano c/ Incapac.	0,1	0,1	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,12

GRI 404 - FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO																																																																										
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Os temas materiais da Altri tiveram como base o cruzamento dos resultados dos temas materiais dos peers da Empresa com a perspetiva interna da Altri. Com relação direta com a Formação e Educação, o tema "Desenvolvimento do capital humano e atração e retenção do talento" foi considerado um tema de materialidade muito elevada (vide Matriz de Materialidade).							S/V																																																																
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Altri tem promovido várias iniciativas relacionadas com a Formação e Educação (vide capítulo 03. Agenda Social - As nossas pessoas).																																																																							
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Altri realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (vide capítulo 03. Agenda Social - As nossas pessoas).																																																																							
404-1	Médias de horas de formação por ano e por colaborador	<p>03. Agenda Social - As nossas pessoas</p> <p>Indicador respondido nas tabelas abaixo.</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="4">2019 Total</th> </tr> <tr> <th>Total de colaboradores por categoria e funcional</th> <th>Masculino</th> <th>Feminino</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Quadros e Técnicos Superiores (n.º)</td> <td>88</td> <td>19</td> <td>107</td> </tr> <tr> <td>Quadros médios e Chefias Diretas (n.º)</td> <td>77</td> <td>9</td> <td>86</td> </tr> <tr> <td>Restantes trabalhadores (n.º)</td> <td>494</td> <td>85</td> <td>579</td> </tr> <tr> <td>Total (n.º)</td> <td>659</td> <td>113</td> <td>772</td> </tr> <tr> <th>Total de horas de formação (h)</th> <th>Masculino</th> <th>Feminino</th> <th>Total</th> </tr> <tr> <td>Quadros e Técnicos Superiores (n.º)</td> <td>3472</td> <td>654</td> <td>4.126</td> </tr> <tr> <td>Quadros médios e Chefias Diretas (n.º)</td> <td>3092</td> <td>627</td> <td>3.719</td> </tr> <tr> <td>Restantes trabalhadores (n.º)</td> <td>24.886</td> <td>4.600</td> <td>29.486</td> </tr> <tr> <td>Total (n.º)</td> <td>31.450</td> <td>5.881</td> <td>37.331</td> </tr> <tr> <th>Média de horas de formação por categoria (h/colaborador)</th> <th>Masculino</th> <th>Feminino</th> <th>Total</th> </tr> <tr> <td>Quadros e Técnicos Superiores (n.º)</td> <td>39</td> <td>34</td> <td>39</td> </tr> <tr> <td>Quadros médios e Chefias Diretas (n.º)</td> <td>40</td> <td>70</td> <td>43</td> </tr> <tr> <td>Restantes trabalhadores (n.º)</td> <td>50</td> <td>54</td> <td>51</td> </tr> <tr> <td>Total (n.º)</td> <td>48</td> <td>52</td> <td>48</td> </tr> </tbody> </table>							2019 Total				Total de colaboradores por categoria e funcional	Masculino	Feminino	Total	Quadros e Técnicos Superiores (n.º)	88	19	107	Quadros médios e Chefias Diretas (n.º)	77	9	86	Restantes trabalhadores (n.º)	494	85	579	Total (n.º)	659	113	772	Total de horas de formação (h)	Masculino	Feminino	Total	Quadros e Técnicos Superiores (n.º)	3472	654	4.126	Quadros médios e Chefias Diretas (n.º)	3092	627	3.719	Restantes trabalhadores (n.º)	24.886	4.600	29.486	Total (n.º)	31.450	5.881	37.331	Média de horas de formação por categoria (h/colaborador)	Masculino	Feminino	Total	Quadros e Técnicos Superiores (n.º)	39	34	39	Quadros médios e Chefias Diretas (n.º)	40	70	43	Restantes trabalhadores (n.º)	50	54	51	Total (n.º)	48	52	48	S/V	4 5 8
2019 Total																																																																										
Total de colaboradores por categoria e funcional	Masculino	Feminino	Total																																																																							
Quadros e Técnicos Superiores (n.º)	88	19	107																																																																							
Quadros médios e Chefias Diretas (n.º)	77	9	86																																																																							
Restantes trabalhadores (n.º)	494	85	579																																																																							
Total (n.º)	659	113	772																																																																							
Total de horas de formação (h)	Masculino	Feminino	Total																																																																							
Quadros e Técnicos Superiores (n.º)	3472	654	4.126																																																																							
Quadros médios e Chefias Diretas (n.º)	3092	627	3.719																																																																							
Restantes trabalhadores (n.º)	24.886	4.600	29.486																																																																							
Total (n.º)	31.450	5.881	37.331																																																																							
Média de horas de formação por categoria (h/colaborador)	Masculino	Feminino	Total																																																																							
Quadros e Técnicos Superiores (n.º)	39	34	39																																																																							
Quadros médios e Chefias Diretas (n.º)	40	70	43																																																																							
Restantes trabalhadores (n.º)	50	54	51																																																																							
Total (n.º)	48	52	48																																																																							

2019	Celbi	Celtejo	Caima	Altri Florestal	Viveiros	Altri, SL	Altri, SGPS	Altri Sales	Florestal	Total
Total de colaboradores por categoria e funcional										
Quadros e Técnicos Superiores (n.º)	43	18	26	15	1	1	1	2	0	107
Quadros médios e Chefias Diretas (n.º)	24	19	25	9	0	1	5	2	1	86
Restantes trabalhadores (n.º)	206	177	139	36	10	4	3	4	0	579
Total (n.º)	273	214	190	60	11	6	9	8	1	772
Total de horas de formação (h)										
Quadros e Técnicos Superiores (n.º)	1.701	938	1.158	324	6	0	0	0	0	4.114
Quadros médios e Chefias Diretas (n.º)	973	1.199	1.323	148	0	0	60	0	0	3.703
Restantes trabalhadores (n.º)	13.469	11.186	4.089	661	16	0	0	0	0	29.420
Total (n.º)	16.142	13.323	6.569	1.121	21	0	60	0	0	37.236
Média de horas de formação por categoria (h/colaborador)										
Quadros e Técnicos Superiores (n.º)	40	52	45	21	6	0	0	0	0	38
Quadros médios e Chefias Diretas (n.º)	41	63	53	16	0	0	12	0	0	43
Restantes trabalhadores (n.º)	65	63	29	18	2	0	0	0	0	51

Total (n.º)	59	62	35	19	2	0	7	0	0	48
-------------	----	----	----	----	---	---	---	---	---	----

404-2	Programas de melhoria de competências dos colaboradores e programas de apoio à transição	03. Agenda Social - As nossas pessoas Indicador respondido na tabela abaixo.	S/V	8
-------	--	---	-----	---

Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua	Celbi		Celtejo		Caima		Altri Florestal		Viveiros		Total	
	Nº ações	Nº horas (h)	Nº ações	Nº horas (h)	Nº ações	Nº horas (h)	Nº ações	Nº horas (h)	Nº ações	Nº horas (h)	Nº ações	Nº horas (h)
Processo	75	11.176	33	4.239	16	1.052	6	271			130	16.738
Gestão e Comportamental	32	781	15	1.887	8	176	5	50			60	2.894
Manutenção	27	1.420	18	1.101	18	956					63	3.477
Segurança	81	1.683	30	2.224	57	3626	13	550	2	21	183	8.103
(Outro)	45	1.084	21	4.131	45	759	8	345			119	6.318
Total	260	16.142	117	13.582	144	6.569	32	1.216	2	21	555	37.529

GRI 405 - DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES				
405-1	Diversidade dos órgãos de governança e dos colaboradores	04. Sobre a Altri - Governança, ética e políticas do Grupo 03. Agenda Social - As nossas pessoas Indicador respondido na tabela abaixo.	S/V	5 8

Total 2019	Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
Quadros e Técnicos Superiores (n.º)	< 30 anos	8	1	9
	Dos 30 aos 50 anos	46	11	57
	≥ 50 anos	34	7	41
	TOTAL	88	19	107
Quadros e Técnicos Superiores (%)	< 30 anos	7,5%	0,9%	8,4%
	Dos 30 aos 50 anos	43,0%	10,3%	53,3%
	≥ 50 anos	31,8%	6,5%	38,3%
	TOTAL	82,2%	17,8%	100,0%
Quadros médios e Chefias Diretas (n.º)	< 30 anos	4	2	6
	Dos 30 aos 50 anos	40	4	44
	≥ 50 anos	33	3	36
	TOTAL	77	9	86
Quadros médios e Chefias Diretas (%)	< 30 anos	4,7%	2,3%	7,0%
	Dos 30 aos 50 anos	46,5%	4,7%	51,2%
	≥ 50 anos	38,4%	3,5%	41,9%
	TOTAL	89,5%	10,5%	100,0%
Restantes trabalhadores (n.º)	< 30 anos	95	37	132
	Dos 30 aos 50 anos	265	30	295
	≥ 50 anos	135	17	152
	TOTAL	495	84	579
Restantes trabalhadores (%)	< 30 anos	16,4%	6,4%	22,8%
	Dos 30 aos 50 anos	45,8%	5,2%	50,9%
	≥ 50 anos	23,3%	2,9%	26,3%
	TOTAL	85,5%	14,5%	100,0%
Total (n.º)		660	112	772

Órgãos de governança por categoria funcional faixa etária e género				
	Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
Órgãos de governança (n.º)	< 30 anos	0	0	0
	Dos 30 aos 50 anos	0	1	1
	≥ 50 anos	5	1	6
	TOTAL	5	2	7
Órgãos de governança (%)	< 30 anos	0%	0%	0%
	Dos 30 aos 50 anos	0%	14,29%	14,29%
	≥ 50 anos	71,4%	14,29%	85,69%

		TOTAL	100%	100%	100%
405-2	Rácio entre o salário base e remuneração da mulher e do homem	03. Agenda Social - As nossas pessoas Indicador respondido na tabela abaixo.			5 8 10
		2019		Rácio F/M	
		Remuneração base por categoria funcional e género (€)			
		Quadros e Técnicos Superiores		0,78	
		Quadros médios e Chefias Diretas		0,89	
		Restantes trabalhadores		0,59	
		Total		0,69	
		Remuneração total por categoria funcional e por género (€)			
		Quadros e Técnicos Superiores		0,73	
		Quadros médios e Chefias Diretas		0,82	
Restantes trabalhadores		0,69			
Total		0,74			
GRI 406 – NÃO DISCRIMINAÇÃO					
406-1	Casos de discriminação e medidas tomadas	03. Agenda Social - As nossas pessoas Não há registo, durante o exercício de 2019, de qualquer reporte de situações discriminatórias que impusessem a tomada de medidas concretas de combate a tais situações.			5 8 16
GRI 413 - COMUNIDADES LOCAIS					
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Os temas materiais da Altri tiveram como base o cruzamento dos resultados dos temas materiais dos peers da Empresa com a perspetiva interna da Altri. Com relação direta com as Comunidade Locais, o tema "Desenvolvimento local e apoio à comunidade" foi considerado um tema de materialidade muito elevada (vide Matriz de Materialidade).		S/V
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Altri tem promovido várias iniciativas relacionadas com as Comunidades Locais (vide capítulo 03. Agenda Social - A nossa comunidade).		
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Altri realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (vide capítulo 03. Agenda Social - A nossa comunidade).		
413-1	Operações com envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento de programas	03. Agenda Social - A nossa comunidade			S/V
413-2	Operações com impactos negativos significativos atuais e potenciais nas comunidades locais	03. Agenda Social - A nossa comunidade			S/V 1 2
GRI 414 - AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES					
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Os temas materiais da Altri tiveram como base o cruzamento dos resultados dos temas materiais dos peers da Empresa com a perspetiva interna da Altri. Com relação direta com a Avaliação Social de Fornecedores, o tema "Gestão sustentável da cadeia de valor" foi considerado um tema de materialidade muito elevada (vide Matriz de Materialidade).		S/V
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Altri tem promovido várias iniciativas relacionadas com a Avaliação Social de Fornecedores (vide capítulo 03. Agenda Social - Os nossos fornecedores).		
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Altri realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (vide capítulo 03. Agenda Social - Os nossos fornecedores).		
414-1	Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios sociais	03. Agenda Social - Os nossos fornecedores			S/V
414-2	Impactos sociais negativos na cadeia	03. Agenda Social - Os nossos fornecedores Sobre a Altri - Governance, ética e políticas do Grupo			S/V 5 8

	de abastecimento e medidas tomadas	A Altri não identificou nenhum impacto social negative na sua cadeia de valor.		16
GRI 417 - MARKETING E ROTULAGEM				
417-1	Requisitos de informação e rotulagem para produtos e serviços	Sobre a Altri - Produto e Mercado	S/V	12 16
GRI 419 – CONFORMIDADES SOCIOECONÓMICAS				
419-1	Não conformidade com as leis e regulamentos na área social e económica	Sobre a Altri -Governance, ética e políticas do Grupo Não há, durante o exercício de 2019, qualquer registo relevante de não conformidade com leis e regulamentos na área social e económica.		16

Legenda:

S/V – Sem Verificação

ODS – [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#)

Tabela de Correspondência com os requisitos do Decreto de Lei (DL) nº 89/2017

DL n.º89/2017	
Requisito	Resposta
Modelo Empresarial	
DL 89/2017 - Artº3º (Remetido para o Nº2 do Artº508º- G do CSC) - Diretiva 2014/95/UE- Art. 19a (1)(a)	
Modelo empresarial da empresa	Sobre a Altri
	01. A nossa Estratégia - Visão estratégica do Grupo Altri
	Sobre a Altri - Governance, ética e políticas do Grupo
Diversidade nos órgãos de governo	
DL 89/2017 - Artº4º (Remetido para o Artº 245.º- N.º 1 r) e N.º2 do CVM) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 20 (1)(g)	
Política de diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização	Sobre a Altri - Governance, ética e políticas do Grupo
	Sobre a Altri - Governance, ética e políticas do Grupo
Questões ambientais	
DL 89/2017 - Nº2 do Artº3º (Remetido para o Nº2 do Artº508º do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1)(a-e)	
Políticas específicas relacionadas com questões ambientais	Sobre a Altri - Governance, ética e políticas do Grupo
	04. Sobre a Altri - Certificações
Resultados da aplicação das políticas	02. Agenda Ambiental - Floresta
	02. Agenda Ambiental
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	02. Agenda Ambiental - Floresta
Indicadores-chave de desempenho	02. Agenda Ambiental - Tabelas e Gráficos com desempenho
Questões sociais e relativas aos trabalhadores	
DL 89/2017 - Nº2 do Artº3º (Remetido para o Nº2 do Artº508º do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1)(a-e)	
Políticas específicas relacionadas com questões sociais e relativas aos trabalhadores	Sobre a Altri - Governance, ética e políticas do Grupo
Resultados da aplicação das políticas	03. Agenda Social - As nossas pessoas
	Sobre a Altri - Governance, ética e políticas do Grupo
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	Sobre a Altri - Governance, ética e políticas do Grupo
	03. Agenda Social - As nossas pessoas
Indicadores-chave de desempenho	03. Agenda Social - As nossas pessoas
	Sobre a Altri - Governance, ética e políticas do Grupo
Igualdade entre mulheres e homens e não discriminação	
Nº2 do Artº3º do DL 89/2017 (Remetido para o Nº2 do Artº508º do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1)(a-e)	
Políticas específicas relacionadas com questões de igualdade entre mulheres e homens e não discriminação	03. Agenda Social - As nossas pessoas – Os colaboradores da Altri
	Sobre a Altri - Governance, ética e políticas do Grupo
	"As práticas e os procedimentos laborais do Grupo Altri repudiam a discriminação e quaisquer tratamentos diferenciados em função da raça, género, origem étnica ou social, orientação sexual, política ou de associação sindical ou convicção religiosa" in Código de Conduta.
Resultados da aplicação das políticas	Sobre a Altri - Governance, ética e políticas do Grupo
	03. Agenda Social - As nossas pessoas – Os colaboradores da Altri
	Sobre a Altri - Governance, ética e políticas do Grupo
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	Os riscos ambientais, de mercado, de saúde e segurança no trabalho, abastecimento e produção florestal são geridos no âmbito dos seus sistemas de Gestão.
Indicadores-chave de desempenho	Sobre a Altri - Governance, ética e políticas do Grupo
	03. Agenda Social - As nossas pessoas – Os colaboradores da Altri
Respeito dos Direitos Humanos	
Nº2 do Artº3º do DL 89/2017 (Remetido para o Nº2 do Artº508º do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1)(a-e)	

<p>Políticas específicas relacionadas com o respeito dos Direitos Humanos</p>	<p>Sobre a Altri - <i>Governance</i>, ética e políticas do Grupo</p> <p>O respeito pela dignidade humana e o cumprimento estrito, sem quaisquer reservas, de toda a legislação aplicável nesta matéria (nomeadamente, mas sem limitar, da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem) são valores que não podem deixar de ser um desígnio de qualquer empresa, pelo que, para o Grupo Altri são um valor superior, inquestionável e inalienável.</p>
<p>Resultados da aplicação das políticas</p>	<p>A legislação nacional e, em geral, a legislação no espaço europeu, têm inerente a salvaguarda dos direitos fundamentais. A atuação do Grupo Altri, em qualquer domínio, mas em particular neste, pauta-se pela salvaguarda da legislação.</p>
<p>Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos</p>	<p>O Grupo Altri respeita e promove os Direitos Humanos, conforme consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas e norteia a sua atuação no respeito pela igualdade de oportunidades. Para a Altri, são fundamentais os direitos pessoais constitucionalmente consagrados.</p> <p>Neste sentido, a Altri no respeito pelos direitos de personalidade dos seus colaboradores, promove proactivamente a igualdade de oportunidades e a não discriminação em razão do sexo, origens étnicas, religião e convicções políticas, ideológicas ou sindicais.</p> <p>A Altri repudia em absoluto qualquer utilização de trabalho infantil ou forçado. Estes princípios integram o ADN do grupo, estão divulgados de forma transversal na organização, constando do Código de Ética e Conduta, sendo transmitidos a todos os colaboradores.</p>
<p>Combate à corrupção e tentativas de suborno</p>	
<p>Nº2 do Artº3º do DL 89/2017 (Remetido para o Nº2 do Artº508º do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1)(a-e)</p>	
<p>Políticas específicas relacionadas com o combate à corrupção e tentativas de suborno</p>	<p>Sobre a Altri - <i>Governance</i>, ética e políticas do Grupo</p> <p>A corrupção e suborno são um risco inerente a qualquer atividade económica.</p> <p>A principal ferramenta que norteia a atuação dos colaboradores neste domínio é o Código de Ética e Conduta. De acordo com o Código de Ética e Conduta da Altri, é proibido qualquer tipo de corrupção no exercício da sua atividade, sendo que o Grupo e os seus colaboradores devem atuar de forma aberta e transparente, livres de corrupção, não pagando subornos e não influenciando decisões dos parceiros de negócio de forma ilegal.</p>
<p>Resultados da aplicação das políticas</p>	<p>Os colaboradores da Altri devem recusar quaisquer ofertas que ultrapassem a mera cortesia ou que tenham um valor comercial relevante e cuja aceitação possa criar, no oferente, uma expectativa de favorecimento nas suas relações com o Grupo.</p>
<p>Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos</p>	<p>Os colaboradores da Altri não devem intervir em processos de tomada de decisões que envolvam, de forma direta ou indireta, organizações com as quais colaborem ou tenham colaborado ou que envolvam pessoas / entidades a que estejam, ou tenham estado, ligados por laços de parentesco ou por relações de afinidade.</p> <p>A Altri implementou uma exigente política interna nos domínios da concorrência desleal, <i>antitrust</i>, ou práticas de monopólio, que se tem revelado perfeitamente eficaz e adequada.</p> <p>Deve referir-se que nenhuma das empresas do grupo está envolvida em qualquer processo administrativo ou judicial relacionado com estes domínios.</p>

Notas metodológicas – Pegada de Carbono 2019

Para o cálculo da pegada de carbono da Altri foram incluídas as fábricas de pasta Celbi, Celtejo e Caima e, adicionalmente, a Altri Florestal. Em 2019, a Altri reestruturou e refinou o cálculo da pegada de carbono, de modo a melhorar o seu alinhamento com diversos *frameworks* e referenciais internacionais, tais como o GHG Protocol, o CDP Climate Change e o Framework for Carbon Footprints for Paper and Board Products da CEPI.

O reporte da pegada de carbono de 2019, encontra-se alinhado com o GHG Protocol, de acordo com os três âmbitos de reporte. São também reportadas, de forma independente, outras emissões, tais como o stock de carbono da floresta; emissões evitadas pela venda de eletricidade e emissões biogénicas.

Foram considerados os seguintes âmbitos:

- **Âmbito 1:** referente às emissões de gases com efeito de estufa (GEE) diretas das operações, por fontes detidas ou controladas pela Altri. Inclui as emissões no âmbito do CELE e outras emissões como outros combustíveis da Caima e as fugas dos gases fluorados.
- **Âmbito 2:** referente às emissões de GEE associadas à produção da eletricidade adquirida pela Altri. Estas emissões foram calculadas segundo as metodologias de *market-based* e *location-based*.
- **Âmbito 3:** referente a outras emissões indiretas de GEE associadas à cadeia de valor da Altri. As categorias calculadas neste âmbito são:
 - Transporte a montante e a jusante - a categoria de transportes foi subdividida em duas: transporte a montante e a transportes a jusante, isto é, transportes da madeira e produtos químicos (transporte a montante) e transporte de produto (transporte a jusante);
 - Compra de bens e serviços - incluem a compra de produtos químicos, biomassa externa, fertilizantes e fitofármacos.
 - Atividades relacionadas com combustíveis e energia não incluídas nos âmbitos 1 e 2 – calculado com base nos dados de atividade presentes nos âmbitos 1 e 2, como as emissões associadas à extração, refinação e transporte de combustíveis e perdas na rede;
 - Resíduos gerados das operações (incluindo transporte) – inclui os resíduos gerados nas fábricas de pasta;
 - Outras emissões – fornecedores, incluindo informação disponível de prestadores de serviço e subcontratados de transportes internos de madeiras e pasta nas fábricas de pasta e subcontratados da Altri Florestal, nomeadamente operações de silvicultura, operações de exploração e operações de DFCl.
- **Outras emissões:**
 - Reservatório de carbono da floresta: no âmbito da Altri Florestal, foi calculado o *stock* de carbono na floresta sob a sua gestão. Este *stock* diz respeito ao reservatório de carbono da floresta no final de 2019.
 - Emissões evitadas: foi revista a metodologia de cálculo das emissões evitadas. Para este efeito, foi considerada a energia elétrica injetada na rede pelas fábricas de pasta (apenas as fábricas excedentárias em energia elétrica foram consideradas neste cálculo) e pelas centrais bioelétricas.
 - Emissões biogénicas: foram calculadas as emissões biogénicas associadas ao consumo de combustíveis de origem não fóssil nas fábricas de pasta. Os principais combustíveis de origem não fóssil são o licor negro e a biomassa.
- **Exclusões:** as emissões de GEE associadas ao uso do produto e ao fim de vida do produto encontram-se fora do âmbito de reporte da pegada de carbono, uma vez que a Altri é um produtor de pasta de papel. Outras categorias de âmbito 3 foram consideradas como não relevantes ou não aplicáveis à atividade da Altri.

A Altri reporta ainda as emissões de acordo com os 10 elementos ("ten toes") do Framework da CEPI (Framework for Carbon Footprints for Paper and Board Products), especialmente adaptado ao setor para o reporte de emissões de CO₂ associadas aos produtos de papel e cartão. As emissões são reportadas em valores específicos, em quilogramas sobre toneladas de pasta seca ao ar (kg CO₂e/tpsa), com a distinção inequívoca entre as emissões de origem fóssil e biogénica.

1. CO₂ sequestrado na floresta	<p>Através de uma gestão sustentável, as florestas podem funcionar como reservatórios de carbono, enquanto abastecem matéria-prima para a indústria, fornecem serviços de ecossistema e criam empregos. Esta gestão sustentável garante que os stocks de carbono da floresta sejam estáveis, ou até que aumentem ao longo do tempo. A Altri através do seu processo de Cadeia de Responsabilidade certificado pelo FSC® – Forest Stewardship Council® e pelo PEFC™ – Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes), promove junto dos seus fornecedores a gestão florestal sustentável. Este elemento, neste momento, não está incluído no âmbito da pegada de carbono da Altri segundo o Framework da CEPI.</p>
2. Carbono biogénico retido no produto (após saída da fábrica até ao cliente)	<p>Neste elemento é reportado o conteúdo de carbono numa tonelada de pasta seca ao ar, em toneladas de CO₂, no momento em que o produto sai da fábrica de pasta.</p>
3. Emissões de GEE associadas ao processo de produção de pasta de papel	<p>Este elemento inclui as emissões associadas ao CELE e outros combustíveis da Caima (não CELE). Estas emissões estão relacionadas com o consumo de combustíveis (Caldeira de Recuperação, Forno da Cal, Caldeira Auxiliar) e emissões de processo (da utilização de carbonato de cálcio e de carbonato de sódio como químicos de reposição) e ainda emissões das fugas de gases fluorados. Também são calculadas, de forma independente, as emissões biogénicas resultantes de combustíveis não fósseis (licor negro e biomassa).</p>
4. Emissões de GEE associadas ao processo de produção de madeira de eucalipto	<p>Inclui as emissões resultantes das operações associadas à gestão florestal, nomeadamente as emissões associadas à gestão das propriedades florestais da Altri Florestal e aos Viveiros Furadouro (âmbito 1, 2 e 3). Também são abrangidas as emissões associadas ao processo de produção de madeira externa ao Grupo.</p>
5. Emissões de GEE associadas à produção de outras matérias-primas	<p>Inclui as emissões da produção de produtos químicos, que correspondem a mais de 10 kg por tonelada de pasta.</p>
6. Emissões de GEE associadas à aquisição de eletricidade	<p>Neste elemento são incluídas as emissões associadas à produção de energia elétrica adquirida pelas fábricas de pasta.</p>
7. Emissões de GEE associadas a transportes	<p>Inclui o transporte de matérias-primas até à fábrica, o transporte de produto até ao cliente e o transporte de resíduos até à entidade gestora.</p>
8. Emissões de GEE associadas ao uso do produto (e.g. produção de papel)	<p>Fora do âmbito, tendo em conta que a Altri é produtor de pasta de papel.</p>
9. Emissões de GEE associadas ao fim de vida do produto	<p>Fora do âmbito, tendo em conta que a Altri é produtor de pasta de papel.</p>
10. Emissões de GEE evitadas	<p>As emissões evitadas foram calculadas tendo em consideração a energia elétrica injetada na rede, proveniente apenas das fábricas de pasta.</p>

RELATÓRIO DE ALOCAÇÃO E IMPACTO DAS OBRIGAÇÕES VERDES

Enquadramento

O Grupo Altri, através da sua participada Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A. ("SBM"), e o Banco BPI, S.A. ("BPI") lançaram a primeira emissão obrigacionista "verde" admitida à negociação em Portugal no mercado não regulamentado Euronext Access Lisbon em fevereiro de 2019.

A Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A. é uma empresa Portuguesa, detida a 100% pelo Grupo Altri, que se dedica à construção, operação e manutenção de uma central termoelétrica a biomassa, com capacidade de 34,5 MW, localizada na Figueira da Foz.

Para financiar os seus investimentos, a SBM desenvolveu um SBM Green Bond Framework, que serviu de base à emissão do seu SBM 2019-2029 Green Bond ("empréstimo obrigacionista verde"), por subscrição particular, no montante de Euro 50.000.000 (cinquenta milhões de euros), com a taxa de cupão de 1,90%.

A utilização dos recursos foi alocada exclusivamente ao financiamento da central termoelétrica a biomassa de 34,5 MW, localizada no perímetro fabril da Celbi, ainda que na fase inicial do projeto tenha havido aporte de fundos próprios da acionista da SBM.

A Emissão alinha-se com as condições estabelecidas pelos Princípios de Obrigações Verdes ("Green Bond Principles") publicados pela International Capital Market Association, tendo obtido uma Second Party Opinion ("SPO") positiva da empresa de ratings ESG e de research independente especializada Sustainalytics.

Neste documento apresenta-se, conforme previsto no SBM Green Bond Framework, o reporte anual a investidores relativamente ao alocação do investimento, incluindo informação relevante sobre a aplicação dos fundos e sobre os benefícios ambientais resultantes. A informação aqui incluída encontra-se disponível no site da Altri, em <http://www.altri.pt/pt/investors/green-funding/green-bond>.


Descrição do projeto

A operação destinou-se a financiar os investimentos da Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A., na construção de uma nova central termoelétrica a biomassa do Grupo Altri, localizada na Figueira da Foz, contribuindo para a prossecução de uma política estruturante no campo energético, que permite diminuir a dependência externa e o efeito de estufa resultante da utilização de combustíveis fósseis. A utilização de biomassa florestal, por outro lado, além de contribuir para a criação de emprego e para o ordenamento da floresta, permite reduzir os riscos de incêndio, promovendo um ambiente de produção de energia limpa e renovável, reforçando assim o compromisso de sustentabilidade do Grupo Altri.

Este investimento da SBM contribuiu para a diversificação das fontes energéticas do Grupo Altri e insere-se na estratégia definida para a política energética nacional, através da construção de uma central de produção de eletricidade a partir de fontes não convencionais (designadamente, a valorização energética de biomassa florestal).

A Central de Biomassa entrou em funcionamento em julho de 2019, tendo produzido no ano de arranque um total de 116.030 MWh.

Resumo da SBM Green Bond Framework:

 <p>Uso dos recursos</p>	<p>O objetivo principal é a utilização dos recursos em projetos verdes, que resultem em benefícios ambientais claros. Os critérios de elegibilidade definidos no SBM Green Bond Framework são:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Energia Renovável e Limpa 2. Prevenção e Controlo Integrados da Poluição
 <p>Impactos positivos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Eficiência energética. • Diminuição da fatura energética nacional. • Criação de emprego e crescimento da economia. • Redução do risco de incêndio florestal / Gestão Sustentável da Floresta. • Aumento da economia circular.
 <p>Avaliação e seleção de projetos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os projetos da SBM são propostos ao Grupo de Trabalho sobre Investimentos, que é formado por administradores da SBM. Esse grupo gere e revê todas as propostas projetos. • Os projetos elegíveis são selecionados de entre os vários setores elegíveis e resultam da aplicação dos critérios de elegibilidade, sob responsabilidade do Comité Green Bond. • Apenas os projetos aprovados pelo Grupo de Trabalho sobre Investimentos e pelo Comité Green Bond serão considerados para financiamento. • Os projetos verdes elegíveis são monitorizados e alvo de relatórios numa base anual.
 <p>Gestão de fundos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O produto líquido da Green Bond será aplicado num único projeto / empresa. • O Departamento Financeiro garante a alocação dos fundos segundo um procedimento interno que visa definir o destino dos fluxos de caixa, definir contas reservadas para valores não investidos e ajustar periodicamente os valores. • As receitas não desembolsadas imediatamente serão mantidas e não serão investidas em projetos não verdes, projetos intensivos em atividades com emissões de gases com efeito de estudo ou atividades controversas. Serão investidas de acordo com a liquidez da SBM e / ou atividades de gestão de responsabilidade, seguindo as melhores práticas do mercado.
 <p>Reporte</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A SBM fornecerá uma atualização anual sobre o uso dos recursos relacionados com a Green Bond • O relatório deve divulgar uma descrição dos fundos restantes e do valor fundos alocadas e não alocados. • A informação divulgada deve incluir indicadores de desempenho para permitir o acesso ao impacto ambiental dos projetos verdes elegíveis. • Exemplos de produtos e indicadores de impacto considerados <ol style="list-style-type: none"> 1. <u>Energias Renováveis e Limpas:</u> <ul style="list-style-type: none"> - Capacidade instalada de energia renovável (MW) - Geração anual esperada de energia renovável (MWh) - Emissão anual estimada de GEE evitada ou reduzida (tCO_{2e})

2. Prevenção e Controlo Integrados da Poluição

- Redução de resíduos de biomassa na floresta
- Emissão anual estimada de GEE evitada ou reduzida (tCO₂e)

Relatório de alocação de recursos (dados entre julho e dezembro de 2019)

Projetos verdes elegíveis (1)	Valor disponível (€) (2)	Alocação de recursos a projetos (3)	Valor alocado (€) (4)	Peso face ao valor do ativo (%) (5)	Utilização dos recursos da Green Bond (%) (6)
1. Energia Renovável e Limpa					
2. Prevenção e Controlo Integrados da Poluição	50.000.000	Central de Biomassa	50.000.000	60,28%	100%
Total	50.000.000		50.000.000		

- (1) Categorias de projetos elegíveis
- (2) Valor total da Green Bond
- (3) Projeto a que os recursos foram alocados
- (4) Valor alocado ao projeto
- (5) Peso do valor da Green Bond no valor total do projeto
- (6) Nível de utilização dos recursos da Green Bond

Relatório de indicadores de impacto ambiental (dados entre julho e dezembro de 2019)

Projetos verdes elegíveis (1)	Valor disponível (€) (2)	Peso no total da Green Bond (%) (3)	Valor elegível (%) (4)	Capacidade instalada (MW) (5)	Produção anual de energia renovável (MWh) (6)	Emissões de CO ₂ evitadas (tonCO ₂ e) (7)	Redução de resíduos de biomassa na floresta (ton) (8)
Central de Biomassa	50.000.000	100%	100%	34,5	116.030	34.577	176.000 (50% humidade)
Total	50				116.030	34.577	176.000

- (1) Identificação dos projetos enquadrados nas categorias elegíveis: 1. Energia Renovável e Limpa e 2. Prevenção e Controlo Integrados da Poluição
- (2) Valor total da Green Bond
- (3) Peso do projeto no valor total da Green Bond
- (4) Valor elegível
- (5) Capacidade instalada de produção de energia renovável do projeto
- (6) Produção total de energia renovável pelo projeto no período de referência, entre julho e dezembro de 2019
- (7) Emissões evitadas. As emissões evitadas são as correspondentes às emissões que ocorreriam caso a eletricidade produzida resultasse do sistema nacional, usando-se como referência o fator de emissão da rede nacional, disponível em https://www.erse.pt/media/hnsfi3om/energia_em_numeros_edicao_2019.pdf
- (8) Biomassa utilizada pela Central de Biomassa

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
 Registo na OROC nº 43
 Registo na OHM nº 20161389
 Bom Sucesso Trade Center
 Praça do Bom Sucesso, 61 - 1.º
 4150-146 Porto
 Portugal

Tel: +(351) 225 499 200
www.deloitte.pt

RELATÓRIO INDEPENDENTE DE GARANTIA LIMITADA DE FIABILIDADE

Ao Conselho de Administração da Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A.

Introdução

Efetuamos o trabalho de garantia limitada de fiabilidade para relatar sobre o Relatório de Alocação e Impacto das Obrigações Verdes ("Relatório de Obrigações Verdes") da Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A. ("Entidade" ou "SBM"), incluído no Relatório de Sustentabilidade de 2019 do Grupo Altri, preparado pelo Conselho de Administração da Entidade em conformidade com o SBM Green Bond Framework ("Framework").

Responsabilidades

O Conselho de Administração da Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A. é responsável pela preparação e conteúdo do Relatório das Obrigações Verdes, incluído no Relatório de Sustentabilidade de 2019 do Grupo Altri, de acordo com o Framework, bem como pela manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita uma adequada preparação da informação.

A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e especificados na secção "Âmbito".

Âmbito

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a ISAE 3000 - Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que não sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica, emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Esta norma requer que o nosso trabalho seja planeado e executado por forma a obtermos um grau de segurança limitada de fiabilidade se a informação incluída no Relatório de Obrigações Verdes está isenta de distorções materialmente relevantes.

Os procedimentos efetuados dependem do nosso julgamento profissional, considerando o nosso entendimento da natureza da Entidade, da utilização dos recursos das Obrigações Verdes, e outras circunstâncias relevantes para este trabalho, tendo consistido em:

- i) reunir com os colaboradores do Grupo Altri, SGPS, S.A., que estiveram envolvidos na preparação da emissão das Obrigações Verdes de forma a compreender as características dos projetos financiados ou refinanciados, os procedimentos e sistemas de gestão internos em vigor, o processo de recolha de dados e o ambiente de controlo inerente aos referidos processos;
- ii) verificar a aplicação dos critérios de elegibilidade, descritos no Framework, para a seleção dos projetos financiados ou refinanciados pelos recursos obtidos pela emissão das Obrigações Verdes;

"Deloitte" refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação acede a www.deloitte.com/pt/about

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matricula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 1.º, 4150-146 Porto



27251

- iii) analisar os procedimentos utilizados para a obtenção das informações e dados apresentados no Relatório de Alocação e Impacto das Obrigações Verdes;
- iv) verificar, numa base de amostragem aleatória e testes substantivos, as informações relacionadas com os indicadores incluídos no Relatório de Alocação e Impacto das Obrigações Verdes, bem como verificar se os mesmos foram adequadamente compilados a partir dos dados fornecidos pelas fontes de informação da Empresa;
- v) validar que a informação divulgada está de acordo com os requisitos de reporte estabelecidos no Framework.

Os procedimentos efetuados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados num trabalho de garantia razoável de fiabilidade, por conseguinte, é obtida menos segurança do que no trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, não expressamos uma opinião de sobre o Relatório de Obrigações Verdes. Consideramos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa conclusão.

Independência e controlo de qualidade

Na realização do nosso trabalho, cumprimos com os requisitos aplicáveis do Código de Ética emitido pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, que é baseado nos princípios fundamentais de integridade, objetividade, competência profissional, zelo, confidencialidade e comportamento profissional.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade nº 1 e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade incluindo políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento com requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação incluída no Relatório de Alocação e Impacto das Obrigações Verdes, incluído no Relatório de Sustentabilidade do Grupo Altri não tenha sido preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os requisitos de reporte das Obrigações Verdes e do Framework.

Restrição de uso

Este relatório foi preparado, a pedido do Conselho de Administração da Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A., para efeitos de divulgação sobre o desempenho e atividades inerentes à emissão e utilização dos recursos das Obrigações Verdes. Por conseguinte, não assumiremos quaisquer responsabilidades perante terceiros, para além da Entidade pelo nosso trabalho e pelas conclusões expressas neste relatório, o qual não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito, nem deverá ser publicado em qualquer outro documento para além do Relatório de Sustentabilidade de 2019 do Grupo Altri.

Porto, 27 de março de 2020

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo, ROC



Sociedade Bioelétrica do Mondego

Type of Engagement: Annual Review

Date: March 11, 2020

Engagement Team: Amanda Ackerman, amanda.ackerman@sustainalytics.com, (+31) 20 205 00 88
Mina Jang, mina.jang@sustainalytics.com, (+31) 20 205 02 09

Introduction

In 2019, Sociedade Bioelétrica do Mondego ("SBM" or the "Issuer") issued green bonds aimed at exclusively financing the development of a 34.5 MW capacity biomass power plant, which is attached to the pulp mill of its sister company, Celbi.¹ In 2020, SBM engaged Sustainalytics to review the projects funded through the issued green bonds and provide an assessment as to whether the projects met the Use of Proceeds criteria and the Reporting commitments outlined in the Sociedade Bioelétrica do Mondego Green Bond.

Evaluation Criteria

Sustainalytics evaluated the projects and assets funded in 2019 based on whether the project:

1. Met the Use of Proceeds and Eligibility Criteria outlined in the Sociedade Bioelétrica do Mondego Green Bond; and
2. Reported on at least one of the Key Performance Indicators (KPIs) for each Use of Proceeds criteria outlined in the Sociedade Bioelétrica do Mondego Green Bond.

Table 1 lists the Use of Proceeds, Eligibility Criteria, and associated KPIs while Table 2 lists the associated KPIs.

Table 1: Use of Proceeds, Eligibility Criteria, and associated KPIs

Use of Proceeds	Eligibility Criteria
Renewable and Clean Energy	<ul style="list-style-type: none"> • Biomass energy generation: <ul style="list-style-type: none"> ◦ Endogenous renewable energy source (biomass), thereby avoiding greenhouse gas emissions; ◦ Energy production from biomass from Altri Group's² own operations and external sources to supply to the national grid.
Integrated Pollution Prevention and Control	<ul style="list-style-type: none"> • Reduction of air emissions and greenhouse gas reduction. • Contribution to decreased GHG emissions. • Design and operation of biomass power plant according to the Best Available Techniques reference document (BREF) published by the European Union for the energy production sector.

Table 2: Key Performance Indicators

Key performance indicators	
Renewable and Clean Energy	<ul style="list-style-type: none"> • Installed renewable energy capacity (MW) • Expected annual renewable energy generation (MWh) • Estimated annual GHG emission avoided or reduced (tCO₂e)
Integrated Pollution Prevention and Control	<ul style="list-style-type: none"> • Reduction of biomass waste in the forest • Estimated annual GHG emission avoided or reduced (tCO₂e)

¹ While the proceeds were allocated exclusively to the financing of the thermoelectric plant, in the initial phase of the project there were advances of own funds made by SBM's parent company.

² Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A. is a Portuguese company, wholly-owned by the Altri Group.

	<ul style="list-style-type: none"> Emissions of dust, nitrogen oxides (NOx), sulphur dioxide (SO₂) and hydrochloric acid and hydrofluoric acid (HCL and HF)
--	---

Issuing Entity's Responsibility

SBM is responsible for providing accurate information and documentation relating to the details of the projects that have been funded, including description of projects, estimated and realized costs of projects, and project impact.

Independence and Quality Control

Sustainalytics, a leading provider of ESG and corporate governance research and ratings to investors, conducted the verification of SBM's Green Bond Use of Proceeds. The work undertaken as part of this engagement included collection of documentation from SBM employees and review of documentation to confirm the conformance with the Sociedade Bioelétrica do Mondego Green Bond.

Sustainalytics has relied on the information and the facts presented by SBM with respect to the Nominated Projects. Sustainalytics is not responsible nor shall it be held liable if any of the opinions, findings, or conclusions it has set forth herein are not correct due to incorrect or incomplete data provided by SBM.

Sustainalytics made all efforts to ensure the highest quality and rigor during its assessment process and enlisted its Sustainability Bonds Review Committee to provide oversight over the assessment of the review.

Conclusion

Based on the limited assurance procedures conducted,³ nothing has come to Sustainalytics' attention that causes us to believe that, in all material respects, the reviewed bond projects, funded through proceeds of SBM's Green Bond, are not in conformance with the Use of Proceeds and Reporting Criteria outlined in the Sociedade Bioelétrica do Mondego Green Bond. SBM has disclosed to Sustainalytics that the proceeds of the green bond were fully allocated as of December 2019.

Detailed Findings

Table 3: Detailed Findings

Eligibility Criteria	Procedure Performed	Factual Findings	Error or Exceptions Identified
Use of Proceeds Criteria	Verification of the projects funded by the green bond in 2019 to determine if projects aligned with the Use of Proceeds Criteria outlined in the Sociedade Bioelétrica do Mondego Green Bond and above in Table 1.	All projects reviewed complied with the Use of Proceeds criteria.	None
Reporting Criteria	Verification of the projects funded by the green bond in 2019 to determine if impact of projects was reported in line with the KPIs outlined in the Sociedade Bioelétrica do Mondego Green Bond and above in Table 2. For a list of KPIs reported please refer to Appendix 1.	All projects reviewed reported on at least one KPI per Use of Proceeds criteria.	None

³ Sustainalytics limited assurance process includes reviewing the documentation relating to the details of the projects that have been funded, including description of projects, estimated and realized costs of projects, and project impact, which were provided by the issuer. The issuer is responsible for providing accurate information. Sustainalytics has not conducted on-site visits to projects.

Appendix 1: Impact Reporting by Eligibility Criteria

Use of Proceeds Category	Environmental Impact Reported by Eligibility Criteria
Renewable and Clean Energy	<ul style="list-style-type: none"> • Installed renewable energy capacity from 2019 is reported as 34.5 MW. • Annual renewable energy generation from 2019 is reported as 116,030 MWh. • Annual GHG emission avoided from 2019 is reported as 34,577 tCO₂e.
Integrated Pollution Prevention and Control	<ul style="list-style-type: none"> • Reduction of biomass waste in the forest from 2019 is reported as 176,000 t (50% wet).

Disclaimer

© Sustainalytics 2020. All rights reserved.

The intellectual property rights to the information contained herein is vested exclusively in Sustainalytics. No part of this deliverable may be reproduced, disseminated, combined, used to create derivative works, furnished in any manner, made available to third parties or published, parts hereof or the information contained herein in any form or in any manner, be it electronically, mechanically, through photocopies or recordings without the express written consent of Sustainalytics.

As the information herein is based on information made available by the issuer, the information is provided "as is" and, therefore Sustainalytics does not warrant that the information presented in this deliverable is complete, accurate or up to date, nor assumes any responsibility for errors or omissions and Sustainalytics will not accept any form of liability for the substance of the deliverable and/or any liability for damage arising from the use of this deliverable and/or the information provided in it. Any reference to third party names is for appropriate acknowledgement of their ownership and does not constitute a sponsorship or endorsement by such owner.

Nothing contained in this deliverable shall be construed as to make a representation or warranty on the part of Sustainalytics, express or implied, regarding the advisability to invest in companies, selection of projects or make any kind of business transactions. It shall not be construed as an investment advice (as defined in the applicable jurisdiction), nor be interpreted and construed as an assessment of the issuer's economic performance, financial obligations nor its creditworthiness.

The issuer is fully responsible for certifying and ensuring the compliance with its commitments, for their implementation and monitoring.


Sustainalytics

Sustainalytics is a leading independent ESG and corporate governance research, ratings and analytics firm that supports investors around the world with the development and implementation of responsible investment strategies. With 13 offices globally, the firm partners with institutional investors who integrate ESG information and assessments into their investment processes. Spanning 30 countries, the world's leading issuers, from multinational corporations to financial institutions to governments, turn to Sustainalytics for second-party opinions on green and sustainable bond frameworks. Sustainalytics has been certified by the Climate Bonds Standard Board as a verifier organization, and supports various stakeholders in the development and verification of their frameworks. In 2015, Global Capital awarded Sustainalytics "Best SRI or Green Bond Research or Ratings Firm" and in 2018 and 2019, named Sustainalytics the "Most Impressive Second Party Opinion Provider". The firm was recognized as the "Largest External Reviewer" by the Climate Bonds Initiative as well as Environmental Finance in 2018, and in 2019 was named the "Largest Approved Verifier for Certified Climate Bonds" by the Climate Bonds Initiative. In addition, Sustainalytics received a Special Mention Sustainable Finance Award in 2018 from The Research Institute for Environmental Finance Japan and the Minister of the Environment Award in the Japan Green Contributor category of the Japan Green Bond Awards in 2019.

For more information, visit www.sustainalytics.com

Or contact us info@sustainalytics.com





DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
E NOTAS ANEXAS

Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

ALTRI, SGPS, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31.12.2019	31.12.2018
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos biológicos	11	104 491 065	98 473 925
Ativos fixos tangíveis	7	555 289 032	555 509 551
Ativos sob direito de uso	8	69 601 105	-
Propriedades de investimento		113 310	113 310
Goodwill	9	265 630 973	265 531 404
Ativos intangíveis	10	52 042 671	55 284 353
Investimentos em empresas associadas	4.2	725 472	696 660
Outros investimentos		239 987	822 913
Outros ativos não correntes	19	3 210 260	3 210 260
Instrumentos financeiros derivados	28	-	733 653
Ativos por impostos diferidos	12	33 501 991	36 183 398
Total de ativos não correntes		1 084 845 866	1 016 559 427
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	11	85 965 748	70 096 250
Clientes	13	83 738 646	120 825 225
Ativos associados a contratos com clientes	15	7 365 847	8 018 340
Outras dívidas de terceiros	14	18 317 337	25 079 689
Imposto sobre o rendimento	16	12 658 843	3 702 509
Outros ativos correntes	17	6 657 394	7 043 093
Instrumentos financeiros derivados	28	1 557 085	98 873
Caixa e equivalentes de caixa	18	181 343 914	240 765 868
Total de ativos correntes		397 604 814	475 629 847
Total do ativo		1 482 450 680	1 492 189 274
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
		31.12.2019	31.12.2018
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	20	25 641 459	25 641 459
Reserva legal	20	5 128 292	5 128 292
Reserva de cobertura	20	(2 493 790)	(2 502 304)
Outras reservas	20	336 927 499	298 832 349
Resultado líquido consolidado do exercício		100 826 022	194 497 353
Total do capital próprio atribuível aos acionistas da Empresa-Mãe		466 029 482	521 597 149
Interesses que não controlam		13 453	-
Total do capital próprio		466 042 935	521 597 149
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	21	27 500 000	33 500 000
Outros empréstimos	21	558 764 714	506 035 710
Incentivos reembolsáveis	21	2 942 267	6 581 251
Passivo da locação	8	70 392 159	-
Outros passivos não correntes	23	14 448 082	16 411 963
Passivos por impostos diferidos	12	44 894 324	41 427 492
Responsabilidades por pensões	30	4 768 530	3 774 864
Provisões	22	17 307 171	14 390 330
Instrumentos financeiros derivados	28	919 120	-
Total de passivos não correntes		741 936 367	622 121 610
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	21	6 202 715	6 536 505
Outros empréstimos	21	102 650 962	128 811 525
Incentivos reembolsáveis	21	3 026 144	5 511 090
Passivo da locação	8	9 316 241	-
Fornecedores	24	102 377 748	123 710 486
Passivos associados a contratos com clientes	26	3 568 671	5 670 445
Outras dívidas a terceiros	25	20 505 050	29 391 301
Imposto sobre o rendimento	16	4 125 532	25 228 590
Outros passivos correntes	27	20 817 950	20 677 215
Instrumentos financeiros derivados	28	1 880 365	2 933 358
Total de passivos correntes		274 471 378	348 470 515
Total do passivo e capital próprio		1 482 450 680	1 492 189 274

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

ALTRI, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2019	31.12.2018
Vendas	39	731 432 731	768 369 799
Prestações de serviços	39	4 102 901	9 241 002
Outros rendimentos	34	17 984 193	7 220 151
Custo das vendas	11	(285 622 783)	(255 518 399)
Fornecimento de serviços externos	41	(182 781 051)	(187 071 077)
Custos com o pessoal	40	(40 319 555)	(39 527 507)
Amortizações e depreciações	37	(75 346 753)	(60 204 233)
Variação de justo valor dos ativos biológicos	11	1 936 954	3 269 040
Provisões e perdas por imparidade	22	(7 273 931)	(655 445)
Outros gastos	35	(6 316 076)	(12 645 400)
Resultados relativos a investimentos	4.2 e 5	28 812	30 808 977
Gastos financeiros	36	(25 524 941)	(20 710 368)
Rendimentos financeiros	36	3 958 271	8 063 227
Resultados antes de impostos		<u>136 258 772</u>	<u>250 639 767</u>
Impostos sobre o rendimento	12	<u>(35 436 397)</u>	<u>(56 142 414)</u>
Resultado líquido consolidado do exercício		<u><u>100 822 375</u></u>	<u><u>194 497 353</u></u>
Atribuível a:			
Detentores de capital próprio da empresa-mãe	38	100 826 022	194 497 353
Interesses que não controlam		(3 647)	-
		<u>100 822 375</u>	<u>194 497 353</u>
Resultados por ação			
Básico	38	0,49	0,95
Diluído	38	0,49	0,95

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

ALTRI, S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2019	31.12.2018
Resultado líquido consolidado do exercício		100 822 375	194 497 353
Outro rendimento integral:			
Itens que não serão reclassificados para o resultado líquido			
Variações nas responsabilidades com fundos de pensões - valor bruto	30	(993 666)	(908 578)
Variações nas responsabilidades com fundos de pensões - imposto diferido	12	221 455	210 266
		(772 211)	(698 312)
Itens que futuramente podem ser reclassificados para o resultado líquido			
Variação no justo valor dos derivados de cobertura dos fluxos de caixa - valor bruto	28	(33 919)	(6 881 736)
Variação no justo valor dos derivados de cobertura dos fluxos de caixa - imposto diferido	12	42 433	1 763 306
Variação de reservas de conversão cambial		13 625	25 697
		22 139	(5 092 733)
Outro rendimento integral do exercício		(750 072)	(5 791 045)
Total do rendimento integral consolidado do exercício		100 072 303	188 706 308
Atribuível a:			
Acionistas da Empresa-Mãe		100 075 950	188 706 308
Interesses que não controlam		(3 647)	-

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

ALTRI S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Atribuível aos acionistas da Empresa-Mãe						Interesses que não controlam	Total do capital próprio	
	Capital social	Reserva legal	Reserva de cobertura	Outras reservas	Resultado líquido	Total			
Saldo em 1 de janeiro de 2018	20	25 641 459	5 128 292	2 616 126	265 113 031	96 068 168	394 567 076	-	394 567 076
Aplicação do resultado consolidado de 2017	43	-	-	-	96 068 168	(96 068 168)	-	-	-
Distribuição de dividendos	43	-	-	-	(61 539 503)	-	(61 539 503)	-	(61 539 503)
Outros	-	-	-	-	(136 732)	-	(136 732)	-	(136 732)
Total do rendimento integral consolidado do período	-	-	-	(5 118 430)	(672 615)	194 497 353	188 706 308	-	188 706 308
Saldo em 31 de dezembro de 2018	20	25 641 459	5 128 292	(2 502 304)	298 832 349	194 497 353	521 597 149	-	521 597 149
Saldo em 1 de janeiro de 2019	20	25 641 459	5 128 292	(2 502 304)	298 832 349	194 497 353	521 597 149	-	521 597 149
Aplicação do resultado consolidado de 2018	43	-	-	-	194 497 353	(194 497 353)	-	-	-
Distribuição de dividendos	43	-	-	-	(147 694 804)	-	(147 694 804)	-	(147 694 804)
Aquisição de filiais	-	-	-	-	-	-	-	15 600	15 600
Constituição de filiais	-	-	-	-	-	-	-	1 500	1 500
Impacto da aplicação da IFRS 16	-	-	-	-	(7 955 898)	-	(7 955 898)	-	(7 955 898)
Outros	-	-	-	-	7 085	-	7 085	-	7 085
Total do rendimento integral consolidado do período	-	-	-	8 514	(758 586)	100 826 022	100 075 950	(3 647)	100 072 303
Saldo em 31 de dezembro de 2019	20	25 641 459	5 128 292	(2 493 790)	336 927 499	100 826 022	466 029 482	13 453	466 042 935

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

ALTRI, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2019	2018
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		829 865 715	808 599 468
Pagamentos a fornecedores		(553 224 094)	(501 664 053)
Pagamentos ao pessoal		(35 712 060)	(34 713 713)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(4 753 883)	(14 462 124)
Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas		(56 662 019)	(30 883 336)
<i>Fluxos gerados pelas atividades operacionais (1)</i>		<u>179 513 659</u>	<u>226 876 242</u>
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	18	199 209	220 500
Ativos fixos tangíveis		289 993	425 429
Subsídios ao investimento		1 850 345	2 912 703
Juros e proveitos similares		902 034	2 188 342
Dividendos		-	-
		<u>3 241 581</u>	<u>5 746 974</u>
Pagamentos relativos a:			
Investimentos financeiros	5 e 18	(4 558 376)	(137 098 631)
Ativos fixos tangíveis		(70 943 018)	(64 778 282)
Ativos intangíveis		(157 142)	(145 761)
Subsídios ao investimento		-	(877 048)
<i>Fluxos gerados pelas atividades de investimento (2)</i>		<u>(72 416 955)</u>	<u>(202 899 722)</u>
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	21	370 608 000	147 711 161
Outras operações de financiamento		-	1 515 759
		<u>370 608 000</u>	<u>149 226 920</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e custos similares		(16 941 613)	(16 654 216)
Dividendos distribuídos		(147 694 804)	(61 539 503)
Empréstimos obtidos	21	(349 926 363)	(57 438 710)
Incentivos reembolsáveis	21	(6 123 930)	-
Passivo da locação	8	(12 003 105)	-
Outras operações de financiamento		(4 155 019)	(1 740 887)
<i>Fluxos gerados pelas atividades de financiamento (3)</i>		<u>(536 844 834)</u>	<u>(137 373 316)</u>
		<u>(166 236 834)</u>	<u>11 853 604</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18	240 476 078	193 599 737
Variação de perímetro	5	-	5 305 645
Efeito das diferenças de câmbio		7 966	(6 402)
Variação de caixa e bancos: (1)+(2)+(3)		<u>(59 140 130)</u>	<u>41 577 098</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	18	<u>181 343 914</u>	<u>240 476 078</u>

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Altri, SGPS, S.A. (“Altri” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1 de março de 2005, no âmbito do processo de reestruturação da Cofina, SGPS, S.A., tem sede na Rua Manuel Pinto de Azevedo, 818, no Porto e tem como atividade principal a gestão de participações sociais, sendo as suas ações cotadas na Euronext Lisbon.

A Altri dedica-se à gestão de participações sociais essencialmente na área industrial, sendo a empresa-mãe do grupo de empresas indicado na Nota 4 e designado por Grupo Altri, não existindo qualquer sociedade acima dela que incorpore estas demonstrações financeiras consolidadas. As atividades atuais do Grupo Altri centram-se na produção de pasta branqueada de eucalipto através de três unidades produtivas e na produção de energia elétrica através do consumo de resíduos e biomassa florestal.

Face a esta realidade do Grupo Altri, o seu Conselho de Administração entende que existem dois segmentos de negócio, nomeadamente, a produção e comercialização de pasta branqueada de eucalipto e a produção de energia elétrica através do consumo de resíduos e biomassa florestal, sendo que a informação de gestão é também preparada e analisada nessa base (Nota 39).

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Altri são apresentadas em Euros em valores arredondados à unidade, sendo esta a divisa utilizada pelo Grupo nas suas operações e como tal considerada a moeda funcional. As operações das sociedades estrangeiras cuja moeda funcional não seja o Euro são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política estabelecida na Nota 2.2.d).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 31 de março de 2020. A sua aprovação final está ainda sujeita a concordância da Assembleia Geral de Acionistas, sendo expectativa do Grupo e do Conselho de Administração que as mesmas serão aprovadas sem alterações significativas.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quanto às que resultam da adoção da IFRS 16, a qual é de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019.

Adicionalmente, não ocorreram alterações significativas nas principais estimativas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia (“IFRS-UE”) em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2019. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (“IFRS - IC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa, suas subsidiárias e associadas operarem em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que

considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registros contábilísticos da empresa, suas subsidiárias e associadas, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas o Grupo tomou por base o custo histórico, modificado, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de i) ativos biológicos mensurados a justo valor, ii) determinados instrumentos financeiros, que se encontram registrados pelo justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS-UE requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contábilísticas a adotar pelo Grupo, com impacto significativo no valor contábilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período. Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.4.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é hierarquizada em três níveis (Nível 1, 2 e 3), os quais têm em consideração, nomeadamente, se os dados utilizados são observáveis em mercado ativo e a significância dos mesmos ao nível da valorização dos ativos / passivos ou na divulgação destes.

O justo valor é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas, independentemente de esse preço poder ser diretamente observável ou estimado utilizando outras técnicas de valorização. Ao estimar o justo valor de um ativo ou passivo, o Grupo considera as características que os participantes do mercado também teriam em consideração quando valorizassem o ativo ou passivo na data de mensuração.

Os ativos que são mensurados a justo valor após o reconhecimento inicial são agrupados em 3 níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

Nível 1: o justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;

Nível 2: o justo valor é determinado com base em técnicas de avaliação. Os principais inputs dos modelos de avaliação são observáveis no mercado; e

Nível 3: o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

(i) Adoção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 16 – Locações	1-jan-19	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implica alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Emenda à IFRS 9: características de pagamentos antecipados com compensação negativa	1-jan-19	Esta emenda vem permitir que ativos financeiros com condições contratuais que preveem, na sua amortização antecipada, o pagamento de um montante considerável por parte do credor, possam ser mensurados ao custo amortizado ou a justo valor por reservas (consoante o modelo de negócio), desde que: (i) na data do reconhecimento inicial do ativo, o justo valor da componente da amortização antecipada seja insignificante; e (ii) a possibilidade de compensação negativa na amortização antecipada seja única razão para o ativo em causa não ser considerado um instrumento que contempla apenas pagamentos de capital e juros.
IFRIC 23 - Incertezas no tratamento de imposto sobre o rendimento	1-jan-19	Esta interpretação vem dar orientações sobre a determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)	1-jan-19	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: requer remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo sobre uma participada sobre a qual anteriormente tinha controlo conjunto; IFRS 11 – Empreendimentos conjuntos: clarifica que

		não deve haver remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo conjunto sobre uma operação conjunta; IAS 12 – Impostos sobre o rendimento: clarifica que todas as consequências fiscais de dividendos devem ser registadas em resultados, independentemente de como surge o imposto; IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos: clarifica que a parte do empréstimo diretamente relacionado com a aquisição/construção de um ativo, em dívida após o correspondente ativo ter ficado pronto para o uso pretendido, é, para efeitos de determinação da taxa de capitalização, considerada parte integrante dos financiamentos genéricos da entidade.
Emendas à IAS 19: Alteração do Plano, Restrição ou Liquidação	1-jan-19	Se uma emenda, corte ou liquidação do plano ocorrer, agora é obrigatório que o custo do serviço corrente e os juros líquidos do período após a remensuração sejam determinados usando os pressupostos usados para a remensuração. Além disso, foram incluídas alterações para esclarecer o efeito de uma alteração, redução ou liquidação do plano sobre os requisitos relativos ao limite máximo do ativo.
Emenda à IAS 28: Investimentos de longo prazo em associadas e acordos conjuntos	1-jan-19	Esta emenda vem clarificar que a IFRS 9 deve ser aplicada (incluindo os respetivos requisitos relacionados com imparidade) a investimentos em associadas e acordos conjuntos quando o método da equivalência patrimonial não é aplicado na mensuração dos mesmos.

Da aplicação destas normas e interpretações não foram registados impactos relevantes para as demonstrações financeiras do Grupo, com exceção da IFRS 16.

IFRS 16 – Locações

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Grupo aplicou a IFRS 16 – Locações e as emendas relacionadas que se encontram efetivas para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019.

Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações, IFRIC 4 - Determinar se um Acordo contém uma Locação, SIC 15 - Locações Operacionais – Incentivos e SIC 27 - Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações e exige que os locatários reconheçam a maioria das locações na demonstração da posição financeira de acordo com um modelo único.

O Grupo Altri optou pelo modelo de transição retrospectivo modificado na aplicação da IFRS 16, de acordo com o previsto nos seus parágrafos C3(a), C5(b), C7 e C8, tendo conseqüentemente, determinado a taxa de desconto com base na taxa de juro incremental assumindo a moeda, maturidade e perfis de cash flow inerentes à locação e o próprio risco de crédito do Grupo à data da aplicação inicial.

O Grupo decidiu aplicar as isenções de reconhecimento para contratos de locação que, na data de início, têm um prazo de locação igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (locação

de curto prazo) e contratos de locação para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor).

Reconhecimento

O Grupo apresenta os ativos sob direito de uso e os passivos da locação em rubricas devidamente segregadas na demonstração da posição financeira. O Grupo reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação na data de início do contrato.

O ativo registado em “Ativos sob direito de uso” é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido (caso aplicável).

O passivo registado em “Passivo da locação” corresponde ao valor atual, a 1 de janeiro de 2019, dos pagamentos de locação remanescentes dos contratos que tinham sido classificados como locações operacionais, ao abrigo da IAS 17, e que não correspondem a locação de curto prazo, conforme previsto na IFRS 16. Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem os pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos (caso aplicável) e pagamentos variáveis associados a um índice ou taxa.

O Grupo utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de desconto a aplicar.

O passivo da locação é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo, sendo remensurado quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação.

Pagamentos variáveis que não estejam associados a quaisquer índices ou taxas são reconhecidos como gasto do exercício, no exercício em que ocorre o evento ou condição que leva ao pagamento.

Quando o passivo da locação é remensurado, o valor do ativo sob direito de uso é também ajustado, ou é registado um lucro ou prejuízo na demonstração de resultados, se a quantia escriturada do ativo sob direito de uso já se encontrava reduzida a zero e ocorre uma redução adicional na responsabilidade da locação.

O ativo sob direito de uso é depreciado por duodécimos utilizando o método de depreciação linear, com base no prazo da locação.

O Grupo não detém posições contratuais relevantes como locador, pelo que não foram originados impactos significativos da adoção da IFRS 16 decorrentes de contratos em que seja locador.

A reconciliação entre as responsabilidades com locações operacionais divulgadas pelo Grupo nas Notas às demonstrações financeiras consolidadas do ano anterior e as responsabilidades por locações reconhecidas na data inicial de aplicação é a seguinte:

(em milhares de euros)

Responsabilidades com locações operacionais divulgadas a 31 dezembro 2018	88.495
Contratos de serviço remensurados como contratos de locação	9.096
Responsabilidades por locação não descontadas reconhecidas a 1 janeiro 2019	97.591
Taxa incremental de financiamento (média ponderada)	2,9%
Responsabilidades por locação descontadas reconhecidas a 1 janeiro 2019	81.143
Responsabilidades com locações financeiras reconhecidas a 31 dezembro 2018	376
Responsabilidades por locação reconhecidas a 1 janeiro 2019:	81.519

Resumidamente os principais impactos resultantes da adoção da IFRS 16 na data de aplicação inicial (1 de janeiro de 2019) podem ser apresentados como segue:

	01.01.2019
ATIVOS NÃO CORRENTES:	
Ativo sob direito de uso	70 809 790
Ativos por impostos diferidos	2 325 957
Total do ativo	73 135 747
PASSIVO:	
Passivo da locação	81 143 123
Outros passivos correntes	(51 478)
Total de passivo	81 091 645
CAPITAL PRÓPRIO:	
Outras reservas	(7 955 898)
Interesses sem controlo	-
	(7 955 898)

(ii) Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emendas a referências à Estrutura Conceptual nas Normas IFRS	1-jan-20	Corresponde a emendas em diversas normas (IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22 e SIC 32) em relação a referências à Estrutura Conceptual revista em março de 2018. A Estrutura Conceptual revista inclui definições revistas de um ativo e de um passivo e novas orientações sobre mensuração, desreconhecimento, apresentação e divulgação.
Emenda à IAS 1 e IAS 8 – Definição de material	1-jan-20	Corresponde a emendas para clarificar a definição de material na IAS 1. A definição de material na IAS 8 passa a remeter para a IAS 1. A emenda altera a definição de material em outras normas para garantir consistência. A informação é material se pela sua omissão, distorção ou ocultação seja razoavelmente esperado que influencie as decisões dos utilizadores primários das demonstrações financeiras tendo por base as demonstrações financeiras.
Emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – reforma das taxas de juro benchmark (IBOR Reform)	1-jan-20	Corresponde a emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 relacionadas com o projeto de reforma das taxas de juro de <i>benchmark</i> (conhecido como “IBOR reform”), no sentido de

diminuir o impacto potencial da alteração de taxas de juro de referência no relato financeiro, nomeadamente na contabilidade de cobertura.

Estas emendas apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo em 2019, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

(iii) Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontravam ainda aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 17 - Contratos de Seguros	1-jan-21	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.
Emenda à IFRS 3 – Definição de negócio	1-jan-20	Corresponde a emendas à definição de negócio, pretendendo clarificar a identificação de aquisição de negócio ou de aquisição de um grupo de ativos. A definição revista clarifica ainda a definição de output de um negócio como fornecimento de bens ou serviços a clientes. As alterações incluem exemplos para identificação de aquisição de um negócio.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

2.2 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Os princípios de consolidação adotados pelo Grupo Altri na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Investimentos financeiros em subsidiárias

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo Altri detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, de tal modo que consigam influenciar, em resultado do seu envolvimento, o retorno das atividades da entidade detida e a capacidade de afetar esse retorno (definição de controlo utilizada pelo Grupo) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada nas rubricas “Interesses que não controlam”. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 4.1.

O rendimento integral total é atribuído aos proprietários da empresa-mãe e dos interesses que não controlam, mesmo que isso resulte num saldo deficitário ao nível dos interesses que não controlam.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data de tomada de controlo ou até à data da cedência de controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (entendendo o Grupo como tal as empresas onde exerce uma influência significativa das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa, mas nas quais não detém controlo ou controlo conjunto, geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos financeiros em empresas associadas são inicialmente contabilizados pelo custo de aquisição. As participações financeiras são posteriormente ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. Adicionalmente, os dividendos destas empresas são registados como uma diminuição do valor do investimento, e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio do Grupo.

É efetuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

As políticas contabilísticas das associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 4.2.

c) Concentrações de atividades empresariais e Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas subsidiárias, acrescido do valor dos interesses que não controlam, e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas são registadas na rubrica “Goodwill” e quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas diretamente na demonstração dos resultados.

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas associadas e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são mantidas na rubrica “Investimentos em empresas associadas” e, quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas diretamente na demonstração dos resultados, na rubrica “Resultados relativos a investimentos”.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias sediadas no estrangeiro e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas subsidiárias à data da sua aquisição, são registadas na moeda de reporte dessas filiais, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica “Reserva de conversão cambial” incluída na rubrica “Outras reservas”.

O Grupo Altri, numa base de transação a transação (para cada concentração de atividades empresariais), opta por mensurar qualquer interesse sem controlo na empresa adquirida ou pelo justo valor ou pela parte proporcional dos interesses sem controlo nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Até 1 de janeiro de 2010, os interesses sem controlo eram valorizados exclusivamente de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de “Goodwill”, mas apenas se ocorrer dentro do período de mensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com factos e circunstâncias que existiam à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida da demonstração dos resultados, a menos que esse pagamento contingente esteja classificado como capital próprio, sendo que neste caso não deve ser remensurado e, apenas aquando da sua liquidação, será reconhecido o impacto em capital próprio.

Transações de compra ou venda de interesses em entidades já controladas, sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto na rubrica “Goodwill” ou na demonstração dos resultados.

Quando a combinação de negócios é efetuada em fases, o justo valor na data de aquisição anterior dos interesses detidos é remensurado para o justo valor na data em que o controlo é obtido, por contrapartida de resultados do período em que o controlo é atingido, afetando a determinação do Goodwill ou de alocação do preço de compra.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos dessa entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada na demonstração dos resultados.

O Grupo testa anualmente a existência de imparidade do Goodwill. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo dos valores de uso. Estes cálculos exigem o uso de pressupostos que são efetuados com base em estimativas de circunstâncias futuras cuja ocorrência poderá vir a ser diferente da estimada. As perdas por imparidade do Goodwill não podem ser revertidas.

d) Conversão de demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras incluídas na consolidação são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira e os gastos e rendimentos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante é registada na rubrica de capital próprio “Reservas de conversão”.

O valor do *Goodwill* e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para Euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma participação numa entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação, no caso de existir perda de controlo, ou transferido para interesses que não controlam, no caso de não haver perda de controlo.

A cotação utilizada na conversão para euro das contas da filial em moeda estrangeira foi como segue:

	31.12.2019		31.12.2018	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Franco Suíço	1,0854	1,112449	1,1269	1,154958

2.3 PRINCIPAIS CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração usados pelo Grupo Altri na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Quando adquiridos individualmente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

As despesas de desenvolvimento para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente às quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo no período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como custos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações os custos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após os bens estarem disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado (genericamente 3 a 5

anos). No caso do ativo intangível associado às licenças de exploração das centrais de produção de energia da Bioelétrica da Foz, S.A. (e suas subsidiárias) o período de vida útil corresponde ao período da licença.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) encontram-se registados ao seu “*deemed cost*”, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Terrenos e recursos naturais	20 a 50
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	2 a 15
Equipamento de transporte	2 a 10
Equipamento administrativo	2 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 10

No caso dos ativos fixos tangíveis da Bioelétrica da Foz e suas subsidiárias o período de vida útil utilizado corresponde ao período da licença de exploração como segue:

<u>Central</u>	<u>Fim da concessão</u>
Mortágua	2024
Vila Velha de Ródão	2031
Constância	2034
Figueira da Foz	2034
Mondego (Figueira da Foz)	2044

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Provisões e perdas por imparidade” da demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do exercício em que incorridas.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são amortizados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento do Grupo Altri correspondem a imóveis não afetos à atividade do Grupo, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo (que inclui custos de transação) e, subsequentemente são mantidas ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada bem.

d) Locações

Política aplicável desde 1 de janeiro de 2019

O Grupo avalia, no início de cada acordo, se o acordo é, ou contém, uma locação. Isto é, se transmite o direito de uso de um ativo ou ativos específicos por um determinado período de tempo em troca de uma contrapartida.

Grupo como locatário

O Grupo aplica o mesmo método de reconhecimento e mensuração a todas as locações, exceto para as locações de curto prazo e locações associadas a ativos de baixo valor. O Grupo reconhece um passivo relativo aos pagamentos da locação e um ativo identificado como direito de uso do ativo subjacente.

(i) Ativos sob direito de uso

À data de início da locação (isto é, data a partir da qual o ativo está disponível para uso), o Grupo reconhece um ativo relativo ao direito de uso. Os “Ativos sob direito de uso” são mensurados ao custo, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas, ajustado pela remensuração do passivo da locação. O custo compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido (caso aplicável).

O ativo sob direito de uso é depreciado por duodécimos utilizando o método de depreciação linear, com base no prazo da locação.

Se a propriedade do ativo se transmitir para o Grupo no final do prazo da locação, ou o custo incluir uma opção de compra, as depreciações são calculadas tendo em conta a vida útil estimada do ativo.

Os Ativos sob direito de uso são ainda sujeitos a perdas por imparidade.

(ii) Passivos da locação

À data de início da locação, o Grupo reconhece um passivo mensurado ao valor presente dos pagamentos de rendas a efetuar ao longo do acordo. Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem os pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos (caso aplicável) e pagamentos variáveis associados a um índice ou taxa. Os pagamentos incluem ainda, caso aplicável, o preço de exercício de uma opção de compra, que será exercida pelo Grupo com uma certeza razoável, e pagamentos de penalizações por terminar o contrato, se os termos da locação refletirem a opção de exercício do Grupo.

O passivo da locação é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo, sendo remensurado quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação.

Pagamentos variáveis que não estejam associados a quaisquer índices ou taxas são reconhecidos como gasto do exercício, no exercício em que ocorre o evento ou condição que leva ao pagamento.

Para o cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação, o Grupo usa a sua taxa de juro incremental à data de início da locação, uma vez que a taxa de juro implícita ao contrato não é prontamente determinável. Após essa data, o montante do passivo da locação é aumentado por acréscimo de juros e reduzido por pagamentos de rendas efetuados. Adicionalmente, o valor é remensurado se ocorrer alguma alteração nos termos do acordo, no valor das rendas (e.g., alterações dos pagamentos futuros causadas por uma alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos) ou uma alteração da avaliação de uma opção de compra associada ao ativo subjacente.

(iii) Locações de curto prazo e locações de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento às suas locações de curto prazo de ativos (i.e., locações com prazos de 12 meses ou inferiores e não contém uma opção de compra). O Grupo aplica igualmente a isenção de reconhecimento a locações de ativos considerados de baixo valor. Os pagamentos de rendas de locações de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como gasto do exercício, ao longo do período da locação.

Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2019

A determinação se um acordo é, ou contém, uma locação baseia-se na substância do acordo no início do acordo, que é a data mais antiga entre a data do acordo e a data do compromisso pelas partes em relação aos principais termos do acordo, com base em todos os factos e circunstâncias. O acordo é, ou contém, uma locação se o cumprimento do acordo está dependente do uso de um ativo ou ativos específicos e o acordo transmite um direito de usar o ativo, mesmo que esse ativo não esteja explicitamente identificado no acordo. A duração da locação é a soma do período durante o qual a locação não pode ser cancelada com um período adicional que esteja previsto o locatário ter a opção de manter a locação e, no início do contrato, o Grupo tem uma certeza razoável que o locatário a vá exercer.

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A análise de transferência de riscos e benefícios inerentes à posse do ativo toma em consideração diversos fatores, nomeadamente, se a posse está ou não contratualmente condicionada a assumir a propriedade do bem, o valor de pagamentos mínimos a efetuar ao abrigo do contrato, a natureza do ativo sob locação e a duração do contrato tendo em consideração a possibilidade de renovação.

Locações financeiras são registadas pelo justo valor no ativo ou, se menor, ao valor atual dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos mínimos da locação são repartidos entre o encargo financeiro e a redução do passivo pendente de forma a produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são registados na demonstração dos resultados como gastos financeiros. O ativo locado é depreciado durante a sua vida útil (as depreciações são registadas como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, tal como descrito na Nota 2.3. b)). No entanto, se não houver certeza razoável de que o locatário virá a obter a propriedade no fim do prazo da locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou da sua vida útil, dos dois o mais curto.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

e) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios atribuídos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração, são registados na rubrica “Outros rendimentos” da demonstração consolidada dos resultados do exercício em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, quando estão cumpridas todas as condições necessárias para o seu recebimento.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para financiamento de ativos fixos tangíveis são registados na demonstração da posição financeira como “Outros passivos correntes” e “Outros passivos não correntes” relativamente às parcelas de curto prazo e de médio e longo prazo respetivamente, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Os subsídios relacionados com ativos biológicos valorizados ao justo valor apenas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando a sua atribuição é incondicional, ou seja, quando estão cumpridos todos os termos e condições de atribuição.

Os incentivos financeiros recebidos para financiamento de ativos fixos tangíveis são registados na rubrica “Incentivos reembolsáveis” do passivo corrente e não corrente de acordo com o plano de reembolsos definido pelas entidades atribuidoras.

f) Imparidade dos ativos não correntes, exceto goodwill

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos do Grupo à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados

na rubrica “Outros rendimentos”. Esta reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

g) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final da construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

h) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, e que é inferior ao valor de mercado. Dentro desta ótica, a madeira cortada em posse do Grupo encontra-se valorizada ao custo de produção, que inclui os custos incorridos com o corte e chegada da madeira, assim como a parte proporcional à área cortada dos custos acumulados de estabelecimento, manutenção e gastos administrativos com estes ativos.

O Grupo procede ao registo das correspondentes perdas por imparidade para reduzir, quando aplicável, os inventários ao seu valor realizável líquido ou preço de mercado.

i) Ativos biológicos

Parte da atividade do Grupo Altri consiste no cultivo de várias espécies florestais, principalmente eucalipto, as quais são basicamente utilizadas como matéria-prima para a produção de pasta de eucalipto. O Grupo Altri é proprietário de diversas florestas destinadas a esta atividade, as quais se encontram classificadas na rubrica “Ativos biológicos”. Os solos florestais que são propriedade do Grupo estão valorizados de acordo com a política contabilística referida na Nota 2.3.b) e são apresentados na rubrica “Ativos fixos tangíveis” da demonstração consolidada da posição financeira. Os solos florestais que não são propriedade do Grupo Altri e que se encontram sob locação são mensurados de acordo com a política contabilística referida na Nota 2.3.d) locação, sendo apresentados na rubrica “Ativos sob direito de uso” da demonstração da posição financeira consolidada.

Os ativos biológicos são mensurados ao justo valor, com exceção do valor do investimento inicial nos primeiros dois anos em que são mensurados ao custo. Após a referida data o ativo é considerado para efeitos de avaliação ao justo valor. Na determinação desse justo valor é utilizado o método do valor presente dos fluxos de caixa descontados, os quais foram apurados através de uma avaliação independente efetuada por uma entidade externa. A referida avaliação teve em consideração pressupostos relativos à produtividade das florestas, o preço de venda da madeira deduzido do custo de corte, das rendas, da chegada, do transporte, dos custos de plantação e manutenção e com a atualização dos fluxos monetários futuros utilizando a taxa de desconto estimada.

As alterações de estimativas são reconhecidas enquanto variações de justo valor dos ativos biológicos na demonstração dos resultados.

Os ativos biológicos são avaliados de acordo com o nível 3 da hierarquia de justo valor.

O valor da madeira é transferido para custos de produção quando a respetiva madeira, depois de cortada, é incorporada no produto final, sendo que os cortes de madeira própria são valorizados ao custo específico de cada mata (ou talhão) quando transferidos para as unidades de exploração que constituem o inventário.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tenha uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento de centros electroprodutores

O Grupo constitui provisões com estes fins quando existe uma obrigação legal, contratual ou construtiva no final da vida útil dos ativos.

Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nos centros electroprodutores para fazer face às respetivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos onde estes se encontram. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respetivas responsabilidades futuras e são registadas por contrapartida de um aumento dos respetivos ativos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil médio esperado desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida em resultados.

Os dispêndios de carácter ambiental são reconhecidos como gastos no período em que são incorridos a menos que satisfaçam os critérios necessários para serem reconhecidos como um ativo.

k) Complementos de reforma

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram compromissos de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez, os quais configuram planos de benefícios definidos.

Para cobrir essas responsabilidades existem os correspondentes fundos de pensões autónomos, cujos encargos anuais, determinados de acordo com cálculos atuariais são registados como gastos ou rendimentos do exercício, em conformidade com a IAS 19 – “Benefícios dos empregados”.

O efeito da mensuração das responsabilidades por planos de benefícios definidos, incluindo ganhos e perdas atuariais, e o rendimento dos ativos do plano (quando aplicável) líquido de juros é reconhecido em outro rendimento integral. Tal mensuração não é objeto de reclassificação para a demonstração dos resultados em exercícios subsequentes.

O juro líquido é reconhecido na demonstração dos resultados. O custo dos serviços passados também é reconhecido na demonstração dos resultados, nos exercícios em que os serviços são prestados pelos trabalhadores.

Qualquer insuficiência de cobertura por parte dos fundos de pensões autónomos face às responsabilidades por serviços passados é registada como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo.

Quando a situação patrimonial dos fundos de pensões autónomos é superior às responsabilidades por serviços passados, o Grupo Altri regista um ativo nas suas demonstrações financeiras na medida em que o diferencial corresponda a menores necessidades de dotações para os fundos de pensões no futuro.

As responsabilidades atuariais são calculadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method” utilizando os pressupostos atuariais e financeiros considerados adequados (Nota 30).

A partir de maio de 2014, as subsidiárias do Grupo passaram a conceder esses complementos de reforma através de planos de contribuição definida, sendo a contribuição de cada Empresa reconhecida em gastos do exercício (com exceção das subsidiárias Celtejo, Caima Indústria e Altri Florestal em que coexistem as duas situações).

l) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira do Grupo quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo seu justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão dos ativos e passivos financeiros (que não sejam ativos ou passivos financeiros mensurados pelo justo valor através da demonstração dos resultados) são adicionados ou deduzidos ao justo valor do ativo ou passivo financeiro, conforme o caso, no reconhecimento inicial.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ou passivos financeiros reconhecidos pelo justo valor através da demonstração dos resultados são reconhecidos imediatamente na demonstração consolidada dos resultados.

Ativos financeiros

Todas as compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira. Todos os ativos financeiros reconhecidos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou, ao seu justo valor, dependendo do modelo de negócio adotado pelo Grupo e das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

Classificação de ativos financeiros

(i) Instrumentos de dívida e contas a receber

Os instrumentos de dívida de rendimento fixo e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado:

- o ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo é mantê-lo de forma a receber os seus fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

O método da taxa de juro efetiva é um método de calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e de alocar o respetivo juro durante o período da sua vigência.

Para os ativos financeiros que não sejam adquiridos ou originados com imparidade (ou seja, ativos com imparidade no reconhecimento inicial), a taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo fees e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do instrumento na sua quantia escriturada bruta na data do seu reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro é o montante pelo qual o mesmo é mensurado no reconhecimento inicial deduzido dos reembolsos de capital, mais a amortização acumulada, utilizando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante inicial e o montante do seu reembolso, ajustado por eventuais perdas por imparidade.

A receita associada aos juros é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Rendimentos financeiros", através do método da taxa de juro efetiva, para os ativos financeiros registados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados. A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juro efetiva à quantia escriturada bruta do ativo financeiro.

Os instrumentos de dívida e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente a justo valor através de outro rendimento integral:

- o ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo prevê quer o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, quer a sua alienação; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

(ii) Instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral

No reconhecimento inicial, o Grupo pode efetuar uma escolha irrevogável (instrumento financeiro a instrumento financeiro) de designar determinados investimentos em instrumentos de capital próprio (ações) a justo valor através do outro rendimento integral quando eles satisfazem a definição de capital prevista na IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação e não são detidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento.

A designação a justo valor através de outro rendimento integral não é permitida se o investimento for mantido para efeitos de negociação ou se resultar de uma contraprestação contingente reconhecida no âmbito de uma concentração de atividades empresariais.

Um instrumento de capital é mantido para negociação se:

- ele for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo;
- no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- se for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afeto a uma operação de cobertura).

Os investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados ao seu justo valor com os ganhos e perdas decorrentes da sua variação reconhecidos no outro rendimento integral. No momento da sua alienação, o ganho ou a perda acumulado gerado com estes instrumentos financeiros não é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados, mas sim transferido somente para a rubrica de "Resultados transitados".

Os dividendos associados a investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados no momento em que são atribuídos / deliberados, a menos que os mesmos

representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são registados na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Rendimentos financeiros".

Na primeira aplicação da IFRS 9, o Grupo designou os investimentos em instrumentos de capital próprio que não eram mantidos para negociação como valorizados ao justo valor através de resultados.

(iii) Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados

Os ativos financeiros que não cumpram os critérios para serem mensurados pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados. Estes ativos incluem ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros designados no momento de reconhecimento inicial como mensurados ao justo valor através dos resultados, ou os ativos financeiros que obrigatoriamente têm de ser mensurados ao justo valor.

Os ativos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo justo valor apurado no final de cada período de relato, sendo os respetivos ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, exceto se fizerem parte de uma relação de cobertura.

Imparidade de ativos financeiros

O Grupo reconhece perdas de imparidade esperadas para instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como para contas a receber de clientes, de outras dívidas de terceiros, e para ativos associados a contratos com clientes. A perda por imparidade destes ativos é registada em função das perdas por imparidade esperadas ("*expected credit losses*") daqueles ativos financeiros. O valor da perda é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício em que tal situação ocorra.

A quantia de perdas esperadas de imparidade para os ativos financeiros acima referidos é atualizada a cada data de relato de forma a refletir as alterações no risco de crédito ocorridas desde o reconhecimento inicial dos respetivos ativos financeiros.

As perdas de imparidade esperadas para crédito concedido (contas a receber de clientes e outras dívidas de terceiros e de ativos associados a contratos com clientes) são estimadas utilizando uma matriz de incobabilidade baseada no histórico creditício dos devedores do Grupo nos últimos anos, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro.

De acordo com a abordagem simplificada prevista, o Grupo reconhece as perdas por imparidade esperadas para a vida económica das contas a receber de clientes e outras dívidas de terceiros ("*lifetime*"). As perdas esperadas sobre estes ativos financeiros são estimadas utilizando uma matriz de imparidade baseada na experiência histórica de perdas por imparidade do Grupo, afetada por fatores prospetivos específicos relacionados com o risco de crédito esperado dos devedores, pela evolução das condições económicas gerais e por uma avaliação das circunstâncias atuais e prospetivas à data de reporte financeiro.

Mensuração e reconhecimento das *expected credit losses*

A mensuração das perdas por imparidade esperadas reflete a probabilidade estimada de *default*, a probabilidade de perda devido a esse *default* (i.e. a magnitude da perda caso ocorra um *default*) e a exposição real do Grupo a esse *default*. O Grupo considera 60 dias após a data de vencimento como "*default*".

A avaliação da probabilidade de *default* e de perda devido a esse *default* é baseada na informação histórica existente, ajustada de informação previsional futura conforme acima descrito.

Quanto à exposição ao *default*, para ativos financeiros, a mesma é representada pelo valor contabilístico bruto dos ativos em cada data de reporte. Para ativos financeiros, a perda por

imparidade esperada é estimada como a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos ao Grupo em conformidade com o acordo entre as partes e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados à taxa de juro efetiva original.

O Grupo reconhece ganhos e perdas relativos às imparidades na demonstração dos resultados para todos os instrumentos financeiros, com os correspondentes ajustamentos ao seu valor contabilístico através da rubrica de perdas por imparidade acumulada na demonstração da posição financeira.

Fruto da rigorosa política de controlo de crédito do Grupo os créditos incobráveis têm sido quase inexistentes.

A partir de janeiro de 2018, o Grupo passou a avaliar de forma prospetiva as perdas de imparidade esperadas, de acordo com a IFRS 9.

O modelo utilizado para apuramento das imparidades de contas a receber consiste em:

- Estratificação dos clientes por tipo de crédito associado;
- Análise do histórico de incobráveis e “*default*” para as subpopulações identificadas;
- Segregação dos saldos em aberto tendo em consideração a existência de seguro de crédito e cartas de crédito;
- Para os saldos não cobertos por seguro de crédito apuramento da taxa histórica de incobráveis nos últimos dois anos;
- Ajustar as taxas obtidas acima com uma componente *forward looking* com base em projeções futuras de evolução do mercado;
- Aplicar as taxas apuradas ao saldo de clientes em aberto na data de relato.

Da análise efetuada o Grupo Altri concluiu que a adoção da IFRS 9 não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2018.

Além disso, o Grupo mantém imparidades reconhecidas em exercícios anteriores em resultado de eventos passados específicos e com base em saldos específicos analisados de forma casuística.

Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, estando, portanto, ao seu justo valor.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, o Grupo aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito, o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos de caixa contratuais até à maturidade do ativo. A avaliação do risco de crédito é efetuada de acordo com os critérios divulgados nas políticas de gestão de risco crédito.

Desreconhecimento de ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua propriedade para outra entidade. Quando não foram transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade de um ativo, nem transferido o controlo do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece o passivo correspondente, o ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que o Grupo reteve. Se o Grupo retiver substancialmente todos os

riscos e benefícios associados à propriedade de um ativo financeiro transferido, o Grupo continua a reconhecer o mesmo e reconhece adicionalmente um empréstimo pelo montante entretanto recebido.

No desreconhecimento de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre a sua quantia escriturada e a soma da retribuição recebida e a receber é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Por outro lado, no desreconhecimento de um ativo financeiro representado por um instrumento de capital registado a justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou a perda acumulado na reserva de reavaliação é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados.

No entanto, no desreconhecimento de um ativo financeiro representado por um instrumento de capital designado no reconhecimento inicial irrevogavelmente como registado a justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou a perda acumulado na reserva de reavaliação não é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados, mas sim transferido para a rubrica de “Resultados transitados”.

(iv) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Classificação como passivo financeiro ou como instrumento de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados como passivo ou como capital próprio de acordo com a substância contratual da transação.

Capital próprio

São considerados pelo Grupo instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transação evidencie que o Grupo detém um interesse residual num conjunto de ativos após dedução de um conjunto de passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são reconhecidos pelo montante recebido, líquido dos custos diretamente atribuíveis à sua emissão.

A recompra de instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo (ações próprias) é contabilizada pelo seu custo de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação de ações próprias são registados na rubrica “Outras reservas”.

Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, todos os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Os passivos financeiros são registados ao justo valor através da demonstração dos resultados quando:

- o passivo financeiro resultar de uma contraprestação contingente decorrente de uma concentração de atividades empresariais;
- quando o passivo for detido para negociação; ou
- quando o passivo for designado para ser registado a justo valor através da demonstração dos resultados.

Um passivo financeiro é classificado como detido para negociação se:

- for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo; ou
- no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- se for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afeto a uma operação de cobertura).

Os passivos financeiros registados ao justo valor através da demonstração consolidada dos resultados são mensurados pelo seu justo valor com os respetivos ganhos ou perdas decorrentes da sua variação reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura.

Passivos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são designados para registo ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juro efetiva.

O método da taxa de juro efetiva é um método de calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e de alocar o respetivo juro durante o período da sua vigência.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo *fees* e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do passivo financeiro na sua quantia escriturada na data do seu reconhecimento inicial.

Tipologias de passivos financeiros

Os empréstimos sob a forma de emissões de papel comercial são classificados como passivos não correntes quando têm garantia de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Conselho de Administração do Grupo utilizar essa fonte de financiamento igualmente por um período superior a um ano.

Os outros passivos financeiros referem-se, essencialmente, a operações de factoring e de passivos da locação, as quais são inicialmente registadas pelo seu justo valor. Estes passivos financeiros são, subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

Letras descontadas e contas a receber cedidas em “factoring”

O Grupo desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais ativos já tiver expirado, ou quando o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se o Grupo retiver substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, registando no passivo na rubrica “Outros empréstimos” a contrapartida monetária pelos ativos cedidos.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em factoring à data de cada demonstração da posição financeira, com exceção das operações de “factoring sem recurso” (e para as quais seja inequívoco que são transferidos os riscos e benefícios inerentes a estas contas a receber) são reconhecidas nas demonstrações financeiras do Grupo até ao momento do seu recebimento. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não existiam operações de factoring denominadas de “sem recurso”.

Desreconhecimento de passivos financeiros

O Grupo desreconhece passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações do Grupo são liquidadas, canceladas ou expiraram.

A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro desreconhecido e a contraprestação paga ou a pagar é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Quando o Grupo troca com um determinado credor um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes, essa troca é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

De igual forma, o Grupo contabiliza as modificações substanciais nos termos de uma responsabilidade existente, ou em parte dela, como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

Caso a modificação não seja substancial, a diferença entre: (i) a quantia escriturada do passivo antes da modificação; e (ii) o valor presente dos fluxos de caixa futuros após a modificação é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados como um ganho ou perda da modificação.

Confirming

O Grupo contrata operações de *confirming* com instituições financeiras, as quais são enquadráveis como *reverse factoring agreements*. O Grupo não utiliza estes contratos como forma de gerir as suas necessidades de liquidez já que o pagamento das faturas se mantém na data do vencimento das mesmas. Nessa data, o Grupo paga às instituições financeiras os valores adiantados.

Consequentemente, e tendo em consideração que estes contratos não originam gasto financeiro para o Grupo, os montantes das faturas adiantadas aos fornecedores que aderem a estes contratos são mantidos no passivo na rubrica “Fornecedores – títulos a pagar”.

O passivo apenas é desreconhecido quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Instrumentos derivados

O Grupo Altri utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos, de taxa de câmbio, bem como de cobertura do preço da pasta. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. Os índices de preços aos quais estão indexados os contratos de futuros de cobertura do preço da pasta, são os mais utilizados pelas subsidiárias do Grupo como referencial do preço de venda da sua pasta, razão pela qual se entende que os mesmos desempenham igualmente uma cobertura perfeita de transações altamente prováveis e que se esperam que venham a ocorrer em montantes muito mais significativos.

De igual forma, a cobertura da exposição de taxa de câmbio é efetuada para transações altamente prováveis e para uma pequena parcela do total esperado pelo que igualmente se entende as estratégias de cobertura como altamente eficazes.

A cobertura do risco é efetuada para a sua totalidade não havendo lugar à cobertura de componentes de risco, não se encontrando definido um valor de cobertura objetivo para os referidos riscos.

Até 1 de janeiro de 2018, o Grupo designava todos os contratos forward como instrumento de cobertura. Qualquer ganho ou perda decorrente de alterações no justo valor dos derivados eram registados diretamente na demonstração dos resultados, exceto a parcela eficaz das coberturas de fluxos de caixa as quais eram registadas no Outro rendimento integral e posteriormente reclassificadas para a demonstração dos resultados quando o item coberto afetava também a demonstração dos resultados.

A partir de 1 de janeiro de 2018, o Grupo designa apenas o elemento à vista dos contratos forward como instrumento de cobertura. O elemento forward é reconhecido no Outro rendimento integral e acumulado numa componente separada de capital próprio.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura económica dos riscos podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transação a relação de cobertura se encontre identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- (ii) Exista a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da operação e ao longo da sua vida;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da operação e ao longo da sua vida;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa, a probabilidade da sua ocorrência deverá ser elevada.

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro ou de câmbio o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de proteção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, tais como, entre outros, *interest rate swaps* (IRS), *collars* de taxa de juro e de câmbio ou *forwards* cambiais.

Na seleção dos instrumentos de cobertura a utilizar são essencialmente valorizadas as suas características em termos da cobertura dos riscos económicos que visam cobrir. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira de derivados existentes, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

Os instrumentos de cobertura são registados pelo seu justo valor.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros é efetuada com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e teve por base a atualização, para a data da demonstração da posição financeira, dos fluxos de caixa futuros do “leg” fixo e do “leg” variável do instrumento derivado.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas até então, que se encontram registadas em capital próprio na rubrica “Reservas de cobertura”, são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração dos resultados.

Nos casos em que os instrumentos derivados, embora contratados com o objetivo específico de cobertura de riscos financeiros, não se enquadram nos requisitos acima referidos para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afetam diretamente a demonstração dos resultados, nas rubricas “Rendimentos financeiros” e “Gastos financeiros”.

Se a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa for interrompida, a quantia acumulada no Outro rendimento integral deve permanecer se se esperar que os fluxos de Caixa futuros cobertos ainda ocorram. Caso contrário, a quantia acumulada é reclassificada imediatamente para a demonstração dos resultados como um ajustamento de reclassificação. Após a interrupção, assim

que os fluxos de caixa coberto ocorram, qualquer quantia acumulada remanescente em capital próprio na rubrica “Reservas de cobertura” deve ser contabilizada de acordo com a natureza da transação subjacente.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o respetivo valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira consolidada se existir um direito presente de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas e existe a intenção de ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo.

m) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica do passivo corrente “Empréstimos bancários”.

n) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais (que englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional), de financiamento (que incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, passivos da locação e pagamento de dividendos) e de investimento (que incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis).

o) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

p) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor.

A generalidade das subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação do Grupo Altri pelo método integral sediadas em Portugal são tributadas segundo o regime especial de tributação de grupos de sociedades, de acordo com o art.º 69º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

O Grupo reconhece o ganho com incentivos fiscais ao investimento sob a forma de descontos à coleta de acordo com os critérios estabelecidos na “IAS 12 – Imposto sobre o rendimento” para reconhecimento de ganhos com créditos fiscais. Deste modo, o ganho é reconhecido no momento em que é obtido o direito a utilizar o mesmo, sendo reconhecido um “ativo por imposto diferido” caso não seja possível utilizar no exercício a totalidade daqueles créditos fiscais e seja expectável que no futuro a empresa gere resultados suficientes que permitam a sua utilização.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou substancialmente em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

A mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data da demonstração da posição financeira; e
- Reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como o Grupo espera, à data da demonstração da posição financeira, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em associadas por se considerar que se encontram satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- O Grupo é capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- É provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

q) Rédito

O rédito no exercício de 2018 passou a ser mensurado de acordo com a retribuição especificada nos contratos estabelecidos com os clientes e exclui qualquer montante recebido por conta de

terceiros. Deste modo, o Grupo reconhece o rédito quando transfere o controlo sobre um determinado bem ou serviço para o cliente.

As fontes de rédito do Grupo nos exercícios de 2019 e 2018 podem ser detalhadas como se segue:

- (i) Pasta – vendas da pasta produzidas pelas três unidades industriais da Altri;
- (ii) Energia – venda de energia elétrica para a rede pública nacional.

Natureza, obrigações de desempenho e momento de reconhecimento do rédito

(i) Pasta – Nesta área de negócio, o Grupo celebra com entidades privadas diversos contratos de fornecimento de pasta com determinadas características (nomeadamente, nível de branqueamento). Trata-se de obrigações de desempenho únicas que são integralmente satisfeitas com a entrega do produto final nas condições acordadas (nomeadamente, os “incoterms” acordados com o cliente).

(ii) Energia – Nesta área de negócio, o Grupo injeta energia elétrica na rede proveniente das suas centrais de cogeração sendo igualmente tratada como uma obrigação de desempenho única.

O Grupo reconhece o rédito de acordo com a IFRS 15, que estabelece que uma entidade reconheça o rédito para refletir a transferência de bens e serviços contratados pelos clientes, no montante que corresponda à retribuição que a entidade espera ter direito a receber como contrapartida da entrega desses bens ou serviços, com base no modelo de 5 passos abaixo:

1. identificação do contrato com um cliente;
2. identificação das obrigações de desempenho;
3. determinação do preço da transação;
4. alocação do preço da transação a obrigações de desempenho; e
5. reconhecimento do rédito quando ou à medida que a entidade satisfaz uma obrigação de performance.

O rédito é reconhecido líquido de bonificações, descontos e impostos (exemplo: descontos comerciais e descontos de quantidade), e refere-se à consideração recebida ou a receber dos bens e serviços vendidos em linha com as tipologias de negócio do Grupo acima identificadas.

Os contratos comerciais com clientes referem-se essencialmente à venda de bens e numa extensão limitada ao transporte inerente a esses bens, quando aplicável, e de acordo com os segmentos reportados. O rédito é reconhecido pelo montante da obrigação de desempenho satisfeita.

Os contratos com clientes que o Grupo tem não contemplam remunerações variáveis nem incluem componentes de financiamento significativas. Adicionalmente, não existe histórico de modificações aos contratos e de combinação de contratos.

Os contratos em vigor não têm garantias adicionais associadas. Para além disso, os custos de angariação de clientes são internos, na generalidade dos casos, já que os contratos são angariados pela equipa comercial interna do Grupo.

Relativamente, ao preço da transação este é uma componente fixa em função das quantidades vendidas.

A transferência de controlo ocorre na mesma medida de que os riscos associados são transferidos, de acordo com as condições contratuais estabelecidas. A transferência de controlo dos bens ocorre na sua generalidade quando os bens são entregues nas instalações do cliente.

O Grupo considera os factos e circunstâncias quando analisa os termos de cada contrato com clientes, aplicando os requisitos que determinam o reconhecimento e mensuração do rédito de forma harmonizada, quando se tratem de contratos com características e em circunstâncias semelhantes.

Ativos associados a contratos com clientes

Um ativo de contrato com clientes é um direito a receber uma retribuição em troca de bens ou serviços transferidos para o cliente.

Se o Grupo entrega os bens ou presta os serviços a um cliente antes do cliente pagar a retribuição ou antes da retribuição ser devida, o ativo contratual corresponde ao valor da retribuição que é condicional.

Contas a receber de clientes

Uma conta a receber representa o direito incondicional (ou seja, apenas depende da passagem de tempo até que a retribuição seja devida) do Grupo em receber a retribuição.

Passivos associados a contratos com clientes

Um passivo de contratos com clientes é a obrigação de transferir bens ou serviços para os quais o Grupo recebeu (ou tem direito a receber) uma retribuição de um cliente. Se o cliente paga a retribuição antes que o Grupo transfira os bens ou serviços, um passivo contratual é registrado quando o pagamento é efetuado ou quando é devido (dependendo do que aconteça primeiro). Os passivos contratuais são reconhecidos como crédito quando o Grupo executa as suas obrigações de desempenho contratuais.

r) Especialização dos exercícios

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros ativos correntes”, “Outros passivos correntes”, “Outros ativos não correntes” e “Outros passivos não correntes”.

s) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio oficiais vigentes à data da demonstração da posição financeira.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio.

t) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (“*adjusting events*”) são refletidos na demonstração financeira do Grupo. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que sejam indicativos de condições que surgiram após a data da demonstração da posição financeira (“*non adjusting events*”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

u) Informação por segmentos

Em cada exercício, são identificados os segmentos relatáveis aplicáveis ao Grupo mais adequados tendo em consideração as atividades desenvolvidas. Segmento operacional é um grupo de ativos e operações do Grupo cuja informação financeira é utilizada no processo de decisão desenvolvido pela gestão do Grupo.

Os segmentos operacionais são apresentados nestas Demonstrações financeiras da mesma forma que são apresentados internamente na análise da evolução da atividade do Grupo.

As políticas contábilísticas do relato por segmentos são as utilizadas consistentemente no Grupo. Todas as vendas e prestações de serviços intersegmentais são apresentados a preços de mercado e todas as vendas e prestações de serviços intersegmentais são eliminadas na consolidação.

Atualmente, as atividades do Grupo Altri centram-se na produção de pasta branqueada de eucalipto através de três unidades produtivas e na produção de energia elétrica através do consumo de resíduos e biomassa florestal.

v) Ativos detidos para venda e operações em descontinuação

Incluem-se nesta categoria os ativos ou grupo de ativos cujo respetivo valor seja realizável através de uma transação de venda ou, conjuntamente, como um grupo numa transação única, e os passivos diretamente associados a estes ativos que sejam transferidos na mesma transação. Os ativos e passivos nesta situação são mensurados ao mais baixo valor entre o respetivo valor contábilístico e o justo valor deduzido dos custos de vender.

Para que esta situação se verifique é necessário que a venda seja muito provável (sendo expectável que se concretize num prazo inferior a 12 meses), e que o ativo esteja disponível para venda imediata nas atuais condições, para além de que o Grupo se tenha comprometido na sua venda.

A amortização dos ativos nestas condições cessa a partir do momento em que são classificados como detidos para venda e são apresentados como correntes em linhas próprias do ativo, passivo e capital próprio. Uma unidade operacional descontinuada é um componente (unidades operacionais e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos, operacionalmente e para finalidades de relato financeiro, do resto da entidade) de uma entidade que ou foi alienada ou está classificada como detida para venda, e:

- (i) representa uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada;
- (ii) é parte integrante de um único plano coordenado para alienar uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada; ou
- (iii) é uma subsidiária adquirida exclusivamente com vista à revenda.

Os resultados das unidades operacionais descontinuadas são apresentados como uma quantia única na demonstração dos resultados, compreendendo os lucros ou prejuízos após os impostos das unidades operacionais descontinuadas, adicionados dos ganhos ou perdas após os impostos reconhecidos na mensuração pelo justo valor menos os custos de vender ou na alienação de ativos ou de grupo(s) para alienação que constituam a unidade operacional descontinuada.

Os saldos e transações entre operações continuadas e operações descontinuadas são eliminados na extensão que representem as operações que deixarão de ser levadas a cabo pelo Grupo.

Não existem ativos nestas condições em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

2.4 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o normativo contábilístico em vigor (Nota 2.1), o Conselho de Administração do Grupo adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, bem como os rendimentos e gastos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

Os principais juízos de valor e estimativas mais significativas efetuadas utilizadas na preparação nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Apuramento do justo valor dos ativos biológicos
Como referido na Nota 2.3. i), o justo valor dos ativos biológicos foi determinado através de uma avaliação independente efetuada por uma entidade externa, a qual o Conselho de Administração do Grupo reconhece competência e objetividade. Na determinação do justo valor dos ativos biológicos foi utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, no qual se consideram pressupostos correspondentes à natureza dos ativos em avaliação (Nota 11).
Alterações nestes pressupostos podem implicar valorizações/desvalorizações destes ativos.
- b) Provisões (incluindo provisões para desmantelamento e descomissionamento)
O Grupo considera existirem obrigações legais, contratuais ou construtivas relativamente ao desmantelamento e descomissionamento de ativos fixos tangíveis afetos à atividade de produção de energia. O Grupo constitui provisões de acordo com as respetivas obrigações existentes para fazer face ao valor presente das respetivas despesas estimadas com a reposição dos respetivos locais e terrenos onde se encontram localizados os centros electroprodutores. Para efeitos do cálculo das referidas provisões são efetuadas estimativas do valor presente das respetivas responsabilidades futuras.
A consideração de outros pressupostos nas estimativas e julgamentos referidos poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles que foram considerados.
- c) Testes de imparidade do Goodwill, ativos fixos tangíveis e intangíveis, bem como de investimentos financeiros
As análises de imparidade requerem a determinação do justo valor e / ou do valor de uso dos ativos em questão (ou de algumas unidades geradoras de caixa). Este processo requer um elevado número de julgamentos relevantes, nomeadamente a estimação de fluxos de caixa futuros associados aos ativos ou às respetivas unidades geradoras de caixa e a determinação de uma taxa de desconto apropriada para o apuramento do valor presente dos referidos fluxos de caixa. Neste particular, o Grupo, mais uma vez, estabeleceu o requisito de ser utilizada a máxima quantidade possível de dados de mercado observáveis. Estabeleceu ainda mecanismos de monitorização dos cálculos assentes no desafio crítico da razoabilidade dos pressupostos utilizados, da sua coerência e consistência (em situações similares).
- d) Cálculo da responsabilidade associada aos fundos de pensões
As responsabilidades com pensões de reforma são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por peritos externos certificados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Aquelas avaliações incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade, invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros. Os pressupostos adotados na determinação das responsabilidades com pensões correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Grupo quanto ao comportamento futuro das variáveis acima referidas.
- e) Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados
Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos foram utilizadas técnicas de valorização assentes em métodos de fluxos de caixa descontados ou em múltiplos de transações de mercado. A determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados é geralmente efetuada pelas entidades junto das quais os mesmos foram contratados (contrapartes).
O Conselho de Administração do Grupo reconhece competência e objetividade às contrapartes.

f) Determinação de perdas de imparidade em contas a receber

As perdas de imparidade em contas a receber são apuradas conforme indicado na Nota 2.3 l). Deste modo, a determinação da imparidade através da análise individual corresponde ao julgamento do Grupo quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa sobre o valor atribuído a eventuais garantias existentes, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. Por outro lado, as perdas de imparidade esperadas no crédito concedido são apuradas tendo em conta um conjunto de informação histórica e de pressupostos, os quais poderão vir a não ser representativos da incobrabilidade futura dos devedores do Grupo.

g) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

O Grupo revê as vidas úteis estimadas dos seus ativos tangíveis e intangíveis em cada data de relato. As vidas úteis dos ativos dependem de diversos fatores relacionados quer com a utilização dos mesmos, quer com decisões estratégicas do Grupo, quer ainda com a envolvente económica das várias empresas incluídas no perímetro de consolidação.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

2.5 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

O Grupo Altri encontra-se exposto essencialmente ao: (a) risco de mercado; (b) risco de liquidez; (c) risco de crédito; e (d) risco de capital. O principal objetivo do Conselho de Administração ao nível da gestão de risco é o de reduzir estes riscos a um nível considerado aceitável para o desenvolvimento das atividades do Grupo. As linhas orientadoras da política de gestão de risco são definidas pelo Conselho de Administração da Altri, o qual determina quais os limites de risco aceitáveis. A concretização operacional da política de gestão de risco é levada a cabo pela Administração e pela Direção de cada uma das empresas participadas.

a) Risco de mercado

Revestem-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado o risco de taxa de juro, o risco de taxa de câmbio, o risco da variabilidade nos preços de *commodities* e os riscos relacionados com a gestão florestal e produção de eucalipto.

O Grupo, quando entende necessário, utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos de mercado a que está exposto como forma de garantir a sua cobertura, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação ou especulação.

i) Risco de taxa de juro

A exposição do Grupo à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O Grupo utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro consideradas significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção do risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros

pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo dos instrumentos de cobertura;

- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta; e
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo dos fundos considerados no plano de negócios do Grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento do Grupo Altri se encontra indexado a taxas variáveis, são utilizados *swaps* de taxa de juro, quando tal é considerado necessário, como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os *swaps* de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos o Grupo acorda com terceiras partes (Bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura da refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do Grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, o Grupo Altri solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade destas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo Altri utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data da demonstração da posição financeira consolidada. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizados como referencial de avaliação.

O Conselho de Administração do Grupo Altri aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para o Grupo, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável).

O objetivo do Grupo é limitar a volatilidade dos *cash-flows* e resultados tendo em conta o perfil da sua atividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política do Grupo permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

A maior parte dos instrumentos derivados utilizados pelo Grupo na gestão do risco taxa de juro são definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa por configurarem relações perfeitas de cobertura. Os indexantes, as convenções de cálculos, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados. No entanto, existem alguns instrumentos derivados que, embora tenham sido contratados com o objetivo de cobertura do risco da taxa de juro, não se enquadram nos requisitos acima referidos para classificação como instrumentos de cobertura.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a sensibilidade do Grupo a alterações no indexante da taxa de juro de mais ou menos 1 ponto percentual, medida como a variação nos

resultados financeiros, pode ser analisada como segue, não considerando o efeito de cobertura dos instrumentos financeiros derivados (Nota 28):

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Juros suportados (Nota 36)	12 226 800	13 042 121
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento	(6 940 000)	(6 900 000)
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento	6 940 000	6 900 000

A análise de sensibilidade acima foi calculada com base na exposição à taxa de juro existente à data do final de cada exercício. Para esta análise foi tido como pressuposto base que a estrutura de financiamento (ativos e passivos remunerados) se manteve estável ao longo do ano e semelhante à apresentada no final de cada exercício e mantendo-se tudo o resto constante.

ii) Risco de taxa de câmbio

O Grupo está exposto ao risco de taxa de câmbio nas transações relativas a vendas de produtos acabados em mercados internacionais em moeda diferente do Euro.

Sempre que o Conselho de Administração considere necessário, para reduzir a volatilidade dos seus resultados à variabilidade das taxas de câmbio, a exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (*forwards*) ou de outros instrumentos derivados de taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos em Euros expressos em moeda diferente do Euro são como segue:

	<u>31.12.2019</u>		<u>31.12.2018</u>	
	(USD)	(SEK e GBP)	(USD)	(SEK e GBP)
Contas a receber	39 174 329	5 251	32 435 933	-
Contas a pagar	(11 536)	(5 826)	(1 611 931)	121 876
Depósitos bancários (Nota 18)	4 078 521	-	6 387 473	-
Factoring (Nota 21)	-	-	(12 360 794)	-
-	<u>43 241 314</u>	<u>(575)</u>	<u>24 850 681</u>	<u>121 876</u>

O Conselho de Administração do Grupo entende que eventuais alterações da taxa de câmbio não terão um efeito significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas quer pela dimensão dos ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, quer pela reduzida maturidade dos mesmos.

iii) Risco de variabilidade nos preços de *commodities*

Desenvolvendo a sua atividade num setor que transaciona *commodities* (pasta de eucalipto), o Grupo encontra-se particularmente exposto a variações do seu preço, com os correspondentes impactos nos seus resultados. No entanto, para gerir este risco foram celebrados contratos de cobertura de variação de preços da pasta de papel, pelos montantes e valores considerados adequados às operações previstas, atenuando assim a volatilidade dos seus resultados.

O aumento/diminuição de 5% do preço da pasta comercializada pelo Grupo Altri durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 teria implicado um aumento/diminuição dos resultados operacionais¹ de, aproximadamente, 28,3 milhões de Euros (32,2 milhões de euros a 31 de dezembro de 2018), sem considerar o efeito dos derivados de pasta (Nota 28) e mantendo-se tudo o resto constante.

¹ Resultados operacionais = Resultados antes de imposto + Gastos financeiros – Rendimentos financeiros – Resultados relativos a investimentos

² FSC-C004615

iv) Riscos relacionados com a gestão florestal e produção de eucalipto

A Altri, através da sua subsidiária Altri Florestal, tem sob sua intervenção um património florestal de cerca de 87 mil hectares (83 mil hectares em 2018) dos quais o eucalipto representa 81% (81% em 31 de dezembro de 2018). Grande parte desta área florestal encontra-se certificada pelo FSC® (*Forest Stewardship Council*®) e pelo PEFC (*Programme for the Endorsement of Forest Certification*) os quais estabelecem princípios e critérios relativamente aos quais é avaliada a sustentabilidade da gestão do património florestal nas vertentes económica, ambiental e social.

Neste contexto, toda a atividade florestal é dirigida para a otimização dos recursos disponíveis salvaguardando a estabilidade ambiental e os valores ecológicos presentes no seu património e garantindo o seu desenvolvimento.

Os riscos associados a qualquer atividade florestal também estão presentes na gestão da Altri Florestal. Os incêndios florestais e as pragas e doenças que podem ocorrer nas diferentes matas espalhadas por todo o território nacional são os maiores riscos com que o setor se defronta na sua atividade. Estas ameaças, se ocorrerem, em função da sua intensidade, afetam o normal funcionamento das explorações florestais e a eficiência da produção.

De forma a prevenir e reduzir o impacto dos incêndios florestais nas matas, a Altri Florestal participa no agrupamento Afocelca, em parceria com o grupo Navigator, que tem como finalidade a disponibilização, coordenação e a gestão dos meios disponíveis para o combate aos incêndios. Ao mesmo tempo são efetuados recorrentemente investimentos significativos nas áreas florestais com a limpeza da floresta para reduzir os riscos de propagação de incêndios assim como minorar os seus prejuízos.

No que respeita às pragas e doenças, o seu aparecimento pode reduzir de forma significativa o crescimento dos povoamentos florestais provocando danos irreversíveis na produtividade. Para o seu combate foram estabelecidos procedimentos de luta integrada, quer através de largadas de parasitoides específicos oriundos da Austrália quer através da utilização de produtos fitofármacos de modo a controlar as populações de insetos nocivos e reduzir o impacto negativo da sua presença. Por outro lado, nas áreas mais afetadas, a Altri Florestal está a utilizar material genético mais adequado nas novas plantações que, pelas suas características, permitem resistir melhor a essas pragas e doenças.

O aumento/diminuição de 5% do preço da madeira durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 teria implicado uma diminuição/aumento nos resultados operacionais de, aproximadamente, 12,9 milhões de Euros (11,8 milhões de euros a 31 de dezembro de 2018) mantendo-se tudo o resto constante.

b) Risco de liquidez

O principal objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que o Grupo tem disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão da maturidade dos financiamentos.

O Grupo prossegue assim uma política ativa de refinanciamento pautada: (i) pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto prazo; e (ii) pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os cash-flows previstos e a capacidade de alavancagem da sua demonstração da posição financeira.

A análise de liquidez para instrumentos financeiros é apresentada junto da nota respetiva a cada classe de passivos financeiros.

c) Risco de crédito

O Grupo está exposto ao risco de crédito no âmbito da sua atividade operacional corrente. Este risco é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e qualitativa, prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes no cumprimento das suas obrigações, visando a redução do risco de concessão de crédito.

A avaliação do risco de crédito é efetuada numa base regular, tendo em consideração as condições correntes de conjuntura económica e a situação específica do crédito de cada uma das empresas, sendo adotados procedimentos corretivos sempre que tal se julgue conveniente.

O risco de crédito é limitado pela gestão da concentração de riscos e uma rigorosa seleção de contrapartes bem como pela contratação de seguros de crédito junto de instituições especializadas e que cobrem uma parte significativa do crédito concedido em resultado da atividade desenvolvida pelo Grupo.

A quase totalidade das vendas que não estão abrangidas por um seguro de crédito são cobertas por garantias bancárias ou créditos documentários.

d) Risco de capital

A estrutura de capital do Grupo Altri, determinada pela proporção entre o capital próprio e a dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e o desenvolvimento das suas atividades operacionais, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar os custos de financiamento.

O Grupo monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos acima referidos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo Altri apresenta um *Gearing* contabilístico de 78% e 117% respetivamente.

Gearing = total do capital próprio / dívida líquida, sendo que a dívida líquida corresponde à soma algébrica das seguintes rubricas da demonstração consolidada da posição financeira: outros empréstimos; empréstimos bancários; incentivos reembolsáveis; passivo da locação e (-) Caixa e equivalentes de caixa.

O Grupo apresenta na rubrica Caixa e Equivalentes de Caixa um valor de aproximadamente 70% dos seus passivos correntes.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS

A respeito das novas normas, interpretações, emendas e revisões às IFRS ver Nota 2.1.

Não ocorreram durante o exercício alterações voluntárias de políticas contabilísticas, não tendo igualmente sido reconhecidos erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. INVESTIMENTOS

4.1 INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral, respetivas sedes, proporção do capital detido e atividade desenvolvida em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são as seguintes:

Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

Denominação social	Sede	Percentagem	Percentagem	Atividade principal
		efetiva de participação 2019	efetiva de participação 2018	
<u>Empresa mãe:</u>				
Altri, SGPS, S.A.	Porto			Sociedade gestora de participações sociais
<u>Subsidiárias:</u>				
Altri Abastecimento de Madeira, S.A.	Figueira da Foz	100%	100%	Comercialização de madeira
Altri Florestal, S.A.	Figueira da Foz	100%	100%	Exploração silvícola
Altri Sales, S.A.	Nyon, Suíça	100%	100%	Serviços de apoio à gestão do grupo
Altri, Participaciones Y Trading, S.L.	Pontevedra, Espanha	100%	100%	Comercialização de pasta de eucalipto
Caima Energia – Empresa de Gestão e Exploração de Energia, S.A.	Constância	100%	100%	Produção de energia térmica e eléctrica
Caima Indústria de Celulose, S.A.	Constância	100%	100%	Produção e comercialização de pasta de eucalipto
Captaraiz Unipessoal, Lda.	Figueira da Foz	100%	100%	Compra e venda de imóveis
Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A.	Vila Velha de Ródão	100%	100%	Produção e comercialização de pasta de eucalipto
Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A.	Figueira da Foz	100%	100%	Produção e comercialização de pasta de eucalipto
Inflora – Sociedade de Investimentos Florestais, S.A.	Figueira da Foz	100%	100%	Exploração silvícola
Sociedade Imobiliária Porto Seguro – Investimentos Imobiliários, S.A.	Porto	100%	100%	Compra e venda de imóveis
Viveiros do Furadouro Unipessoal, Lda.	Óbidos	100%	100%	Produção de plantas em viveiros e prestação de serviços agro-florestais e paisagísticos
Florestsul, S.A. (a)	Figueira da Foz	100%	--	Exploração silvícola
Sociedade de Energia Solar do Alto Tejo (SESAT), Lda. (b)	Nisa	80%	--	Energias renováveis
Bioelétrica da Foz, S.A.	Figueira da Foz	100%	100%	Produção de energia eléctrica através de fontes de resíduos e biomassa
Bioródão, S.A.	Figueira da Foz	100%	100%	Produção de energia eléctrica através de fontes de resíduos e biomassa
Ródão Power - Energia e Biomassa do Ródão, S.A.	Vila Velha de Ródão	100%	100%	Produção e comercialização de energia eléctrica e térmica através de cogeração
Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A.	Figueira da Foz	100%	100%	Produção de energia eléctrica através de fontes de resíduos e biomassa
Ribatejo Green, Lda (c)	Algés	70%	--	Produção de energia eléctrica
Amieira Green, Lda (c)	Algés	70%	--	Produção de energia eléctrica
Paraimo Green, Lda (c)	Algés	70%	--	Produção de energia eléctrica
Piara Solar, Lda (c)	Algés	70%	--	Produção de energia eléctrica
Maior Green, Lda (c)	Algés	70%	--	Produção de energia eléctrica

(a) Sociedade adquirida no 1º semestre de 2019 (Nota 5)
 (b) Sociedade constituída no 2º trimestre de 2019
 (c) Sociedade constituída no 3º trimestre de 2019

Estas empresas filiais foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Altri pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2 a).

4.2 INVESTIMENTOS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

As empresas associadas, proporção do capital detido e atividade desenvolvida em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são como segue:

Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

Denominação social	Sede Social	Demonstração da posição financeira		Percentagem efetiva de participação		Atividade
		2019	2018	2019	2018	
<u>Empresas associadas:</u>						
Operfoz – Operadores do Porto da Figueira da Foz, Lda.	Figueira da Foz	725 472	696 660	33,33%	33,33%	Operação em portos
		<u>725 472</u>	<u>696 660</u>			

Estas empresas associadas foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Altri pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado nas Notas 2.2 b).

Os movimentos ocorridos no saldo desta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são como segue:

	Demonstração da posição financeira		
	31.12.2019	31.12.2018	
	Operfoz	Operfoz	EDP Bioelétrica (a)
Saldo inicial	696 660	701 421	16 755 511
Distribuição de dividendos	-	-	-
Aquisição dos restantes 50% do capital	-	-	(21 039 089)
Equivalência patrimonial:			
Efeitos em ganhos e perdas relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos	28 812	(4 761)	4 283 578
Saldo final	<u>725 472</u>	<u>696 660</u>	-

(a) Inclui suprimentos concedidos

Às datas de 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor contabilístico líquido do investimento do Grupo na Operfoz, reconcilia-se como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
	Operfoz	Operfoz
Capitais próprios	2 176 418	2 089 982
Percentagem de interesse	33,33%	33,33%
Quota-parte do grupo nos capitais próprios	725 472	696 660
Goodwill incluído no valor contabilístico líquido da participação financeira	-	-
	<u>725 472</u>	<u>696 660</u>

O valor do ativo, capital próprio e o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 da empresa associada é como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
	Operfoz	Operfoz
Ativos não corrente	4 113 085	3 178 206
Ativo corrente	2 351 386	2 722 071
Passivos não correntes	2 500 576	1 694 992
Passivos correntes	1 787 477	2 115 303
Capital Próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe	<u>2 176 418</u>	<u>2 089 982</u>
Volume de negócios	5 635 349	5 190 429
Resultado líquido do exercício	86 436	(14 283)
Total do rendimento integral	<u>86 436</u>	<u>(14 283)</u>

As políticas contabilísticas usadas por estas empresas associadas não diferem significativamente das utilizadas pelo Grupo Altri, facto pelo qual não houve necessidade de qualquer harmonização de políticas contabilísticas.

5. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

No primeiro semestre de 2019 o Grupo Altri adquiriu a totalidade do capital social da Florestsul, S.A. (Nota 4.1). Neste sentido, conforme previsto pela IFRS 3 – Concentrações Empresariais, a Florestsul, a partir da data de aquisição, passou a ser consolidada pelo método de consolidação integral.

Os efeitos decorrentes da consolidação desta entidade pelo método de consolidação integral podem ser analisados como segue:

	Valor da Posição Financeira antes da aquisição	Ajustamentos para o justo valor	Justo Valor
Ativos líquidos adquiridos:			
Ativos biológicos	4 000 000	-	4 000 000
Ativos por impostos diferidos	300 000	(42 786)	257 214
Outros ativos correntes	325 972	-	325 972
Caixa e equivalentes de caixa	30 000	-	30 000
Suprimentos	(3 247 598)	-	(3 247 598)
Impostos diferidos	-	-	-
Fornecedores e outros passivos correntes	(124 378)	-	(124 378)
	<u>1 283 996</u>	<u>(42 786)</u>	<u>1 241 210</u>
Total de ativos líquidos adquiridos			1 241 210
Goodwill (Nota 9)			99 569
Custo de aquisição:			
Pagamento das ações			(140 778)
Pagamento das prestações suplementares			(1 200 000)
Pagamentos efetuados pelos suprimentos			(3 247 598)
			<u>(4 588 376)</u>
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição:			
Pagamentos efetuados			(4 588 376)
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos			30 000
			<u>(4 558 376)</u>

Valores em euros	Desde a data de aquisição	12 meses
Vendas	81 734	81 734
Prestações de serviços	-	-
Outros rendimentos	2 393	2 393
Custo das vendas	71 147	22 663
Fornecimento de serviços externos	(8 648)	(8 649)
Custos com o pessoal	(17 942)	(25 016)
Amortizações e depreciações	(121 209)	(121 209)
Variação de justo valor dos ativos biológicos	-	-
Provisões e perdas por imparidade	-	-
Outros gastos	(3 665)	(3 665)
Resultados relativos a empresas associadas	-	-
Gastos financeiros	(157 522)	(205 351)
Rendimentos financeiros	-	-
Resultado antes de impostos	(153 712)	(257 100)
Impostos sobre o rendimento	(55 431)	244 569
Resultado líquido do exercício	(209 143)	(12 531)

A presente concentração de atividade empresariais, teve como objetivo incrementar os solos florestais explorados pelo Grupo Altri bem como os Ativos biológicos que a referida já detinha.

A demonstração dos resultados da Florestsul foi incluída na consolidação do Grupo Altri a partir do mês de junho.

À data de apresentação destas demonstrações financeiras, e tendo em consideração que a aquisição e obtenção de controlo apenas foi obtida em junho de 2019, considera-se que o exercício de alocação de justo valor é ainda previsional, nos termos do IFRS 3. O exercício de alocação do preço de compra será concluído no prazo de doze meses a contar desde a data de aquisição, como permitido por esta norma.

6. CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na Nota 2.3.I), foram classificados como segue:

Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

31 de dezembro de 2019	Ativos financeiros registrados ao custo amortizado	Ativos registrados ao justo valor através de outro rendimento integral	Total
Ativos não correntes			
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-
	-	-	-
Ativos correntes			
Clientes	83 738 646	-	83 738 646
Ativos associados a contratos com clientes	7 365 847	-	7 365 847
Outras dívidas de terceiros	10 508 119	-	10 508 119
Outros ativos correntes	320 416	-	320 416
Instrumentos financeiros derivados	-	1 557 085	1 557 085
Caixa e equivalentes de caixa	181 343 914	-	181 343 914
	<u>283 276 942</u>	<u>1 557 085</u>	<u>284 834 027</u>
	<u>283 276 942</u>	<u>1 557 085</u>	<u>284 834 027</u>
31 de dezembro de 2018	Ativos financeiros registrados ao custo amortizado	Ativos registrados ao justo valor através de outro rendimento integral	Total
Ativos não correntes			
Instrumentos financeiros derivados		733 653	733 653
	-	733 653	733 653
Ativos correntes			
Clientes	120 825 225	-	120 825 225
Ativos associados a contratos com clientes	8 018 340	-	8 018 340
Outras dívidas de terceiros	12 696 413	-	12 696 413
Outros ativos correntes	252 373	-	252 373
Instrumentos financeiros derivados	-	98 873	98 873
Caixa e equivalentes de caixa	240 765 868	-	240 765 868
	<u>382 558 219</u>	<u>98 873</u>	<u>382 657 092</u>
	<u>382 558 219</u>	<u>832 526</u>	<u>383 390 745</u>

Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

31 de dezembro de 2019	Passivos financeiros registados ao custo amortizado	Passivos registados ao justo valor através de outro rendimento integral	Total
Passivos não correntes			
Empréstimos bancários	27 500 000	-	27 500 000
Outros empréstimos	558 764 714	-	558 764 714
Incentivos reembolsáveis	2 942 267	-	2 942 267
Passivo da locação	70 392 159	-	70 392 159
Instrumentos financeiros derivados	-	919 120	919 120
	<u>659 599 140</u>	<u>919 120</u>	<u>660 518 260</u>
Passivos correntes			
Empréstimos bancários	6 202 715	-	6 202 715
Outros empréstimos	102 650 962	-	102 650 962
Incentivos reembolsáveis	3 026 144	-	3 026 144
Passivo da locação	9 316 241	-	9 316 241
Fornecedores	102 377 748	-	102 377 748
Passivos associados a contratos com clientes	3 568 671	-	3 568 671
Outras dívidas a terceiros	12 225 054	-	12 225 054
Outros passivos correntes	17 208 506	-	17 208 506
Instrumentos financeiros derivados	-	1 880 365	1 880 365
	<u>256 576 041</u>	<u>1 880 365</u>	<u>258 456 406</u>
	<u>916 175 181</u>	<u>2 799 485</u>	<u>918 974 666</u>
31 de dezembro de 2018			
Passivos não correntes			
Empréstimos bancários	33 500 000	-	33 500 000
Outros credores	506 035 710	-	506 035 710
Incentivos reembolsáveis	6 581 251	-	6 581 251
	<u>546 116 961</u>	<u>-</u>	<u>546 116 961</u>
Passivos correntes			
Empréstimos bancários	6 536 505	-	6 536 505
Outros empréstimos	128 811 525	-	128 811 525
Incentivos reembolsáveis	5 511 090	-	5 511 090
Fornecedores	123 710 486	-	123 710 486
Passivos associados a contratos com clientes	5 670 445	-	5 670 445
Outras dívidas a terceiros	23 899 040	-	23 899 040
Outros passivos correntes	16 594 905	-	16 594 905
Instrumentos financeiros derivados	-	2 933 358	2 933 358
	<u>310 733 996</u>	<u>2 933 358</u>	<u>313 667 354</u>
	<u>856 850 957</u>	<u>2 933 358</u>	<u>859 784 315</u>

Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

O quadro seguinte indica os instrumentos financeiros que são mensurados ao justo valor após o reconhecimento inicial, agrupados em três níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

	31.12.2019			31.12.2018		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao justo valor:						
Derivados (Nota 28)	-	1 557 085	-	-	832 526	-
Passivos financeiros mensurados a justo valor:						
Derivados (Nota 28)	-	2 799 485	-	-	2 933 358	-

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não existem ativos financeiros cujos termos tenham sido renegociados e que caso não tivessem sido renegociados estariam vencidos ou em imparidade.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2019								
	Ativo bruto								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos	Total
Saldo inicial	31 518 332	102 292 296	1 264 014 878	4 429 275	9 920 216	10 754 380	96 445 822	654 466	1 520 029 665
Aumentos	405 273	514 949	4 977 724	195 794	176 795	3 370 993	55 119 286	-	64 760 814
Alienações e abates	(43 880)	-	(2 394 658)	(103 833)	(20 970)	(340 477)	-	-	(2 903 818)
Transferências	43 867	824 649	139 941 407	2 185	59 773	239 039	(140 933 880)	(169 486)	7 554
Efeito das diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	31 923 592	103 631 894	1 406 539 351	4 523 421	10 135 814	14 023 935	10 631 228	484 980	1 581 894 215
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total		
Saldo inicial	8 451 403	84 162 002	848 683 945	3 259 849	9 616 145	10 346 770	964 520 114		
Aumentos	269 330	1 378 549	60 650 707	331 320	181 638	273 206	63 084 750		
Alienações e abates	-	-	(905 877)	(103 834)	(20 970)	(1 589)	(1 032 270)		
Transferências	-	25 034	-	2 185	5 370	-	32 589		
Efeito das diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	-	-		
Saldo final	8 720 733	85 565 585	908 428 775	3 489 520	9 782 183	10 618 387	1 026 605 183		
	23 202 859	18 066 309	498 110 576	1 033 901	353 631	3 405 548	10 631 228	484 980	555 289 032
	2018								
	Ativo bruto								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos	Total
Saldo inicial	29 401 618	96 545 045	1 038 771 301	4 148 139	10 262 517	10 804 815	78 739 001	484 982	1 269 157 418
Varição de perímetro (Nota 5)	-	275 213	188 192 943	156 158	8 192	1 653	52 669 655	169 484	241 473 298
Aumentos	2 115 869	7 437 416	3 671 888	460 295	347 603	192 164	64 354 765	-	78 580 000
Alienações e abates	-	(1 965 378)	(61 050 315)	(337 433)	(709 915)	(254 485)	(66 170)	-	(64 383 696)
Transferências	845	-	94 429 061	-	6 526	10 233	(99 251 429)	-	(4 804 764)
Efeito das diferenças de câmbio	-	-	-	2 116	5 293	-	-	-	7 409
Saldo final	31 518 332	102 292 296	1 264 014 878	4 429 275	9 920 216	10 754 380	96 445 822	654 466	1 520 029 665
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total		
Saldo inicial	8 164 315	84 442 413	756 563 052	3 035 578	10 068 396	10 367 964	872 641 718		
Varição de perímetro (Nota 5)	-	152 872	95 622 958	156 158	8 170	1 609	95 941 767 (i)		
Aumentos	287 088	1 484 952	57 185 131	382 770	245 539	231 679	59 817 159		
Alienações e abates	-	(1 918 235)	(60 687 196)	(316 594)	(709 915)	(254 482)	(63 886 422)		
Transferências	-	-	-	-	-	-	-		
Efeito das diferenças de câmbio	-	-	-	1 937	3 955	-	5 892		
Saldo final	8 451 403	84 162 002	848 683 945	3 259 849	9 616 145	10 346 770	964 520 114		
	23 066 929	18 130 294	415 330 933	1 169 426	304 071	407 610	96 445 822	654 466	555 509 551

- (i) Optou-se por apresentar os valores das amortizações acumuladas fiscais associadas aos ativos adquiridos.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as amortizações do exercício ascenderam a 63.084.750 Euros e 59.817.159 Euros, respetivamente, e foram registadas na rubrica da demonstração dos resultados "Amortizações e depreciações" (Nota 37).

A 31 de dezembro de 2018, os aumentos de amortizações incluem 4.210.557 Euros relativos à amortização extraordinária de equipamentos da subsidiária Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A. em virtude de os mesmos terem sido substituídos por novos equipamentos no âmbito dos projetos de investimento em curso naquela unidade industrial.

As aquisições no período foram efetuadas essencialmente pelas três unidades produtivas de pasta do Grupo e pela subsidiária Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A. produtora de energia elétrica.

Na subsidiária Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A. o projeto em curso é relativo ao investimento no aumento da capacidade produtiva e melhoria do processo produtivo.

Na subsidiária Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A. o investimento no montante de aproximadamente 30 milhões de euros, refere-se à construção de uma nova central de produção de energia a partir de resíduos e biomassa localizada na Figueira da Foz, que ficou concluída durante o exercício de 2019.

As alienações/abates de equipamento no exercício respeitam essencialmente a bens que se encontravam quase integralmente amortizados.

A rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” em 31 de dezembro de 2019 e 2018 refere-se aos seguintes projetos:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Central de biomassa	-	52 856 439
Aumento da capacidade produtiva	-	38 402 562
Requalificação da Lavagem e Branqueamento	3 267 815	-
Nova linha de acabamento	3 063 179	-
Datacenters	769 462	-
Otimização fabril	513 195	2 632 254
ETAR	438 596	-
Software	192 800	-
Construção Sala de Sistemas de Controlo	183 185	-
Adiantamentos compra terreno Central Mortágua	169 484	-
Gabinetes produção	138 808	-
Requalificação de Infraestruturas	103 476	-
Outros projetos	<u>1 791 228</u>	<u>2 554 567</u>
	<u>10 631 228</u>	<u>96 445 822</u>

O montante de encargos financeiros capitalizados corresponde aos encargos financeiros incorridos no âmbito do financiamento da construção da central de produção de energia a partir de biomassa florestal da subsidiária Sociedade Bioelétrica do Mondego. O referido montante ascende a aproximadamente 525 mil euros a 31 de dezembro de 2019 (144 mil euros a 31 de dezembro de 2018).

8. ATIVOS SOB DIREITO DE USO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o movimento ocorrido no valor dos ativos sob direito de uso, bem como nas respetivas amortizações, foi o seguinte:

Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

2019						
Ativo bruto						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Parques de madeira	Total
Saldo inicial	125 047 825	28 552	19 647 289	5 456 901	115 867	150 296 434
Aumentos	7 395 339	-	71 641	178 137	-	7 645 117
Saldo final	<u>132 443 164</u>	<u>28 552</u>	<u>19 718 930</u>	<u>5 635 038</u>	<u>115 867</u>	<u>157 941 551</u>
Amortizações						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Parques de madeira	Total
Saldo inicial	63 991 070	5 191	12 778 888	2 680 114	31 381	79 486 644
Aumentos	6 584 109	7 787	1 446 688	786 251	28 967	8 853 802
Saldo final	<u>70 575 179</u>	<u>12 978</u>	<u>14 225 576</u>	<u>3 466 365</u>	<u>60 348</u>	<u>88 340 446</u>
	<u>61 867 985</u>	<u>15 574</u>	<u>5 493 354</u>	<u>2 168 673</u>	<u>55 519</u>	<u>69 601 105</u>

A rubrica “Terrenos e recursos naturais” diz essencialmente respeito aos contratos de arrendamento associados aos terrenos florestais onde se encontram os Ativos Biológicos do Grupo.

A rubrica “Equipamentos básico” respeita essencialmente a contratos de locação de ativos relacionados com atividade operacional na produção de matérias subsidiárias utilizadas no processo produtivo da pasta de papel.

A rubrica “Equipamentos de transporte” respeita a contratos de locação de viaturas e viaturas de movimentação de carga de elevada tonelagem, por prazos entre 3 a 5 anos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o movimento ocorrido no valor dos passivos da locação, foi o seguinte:

	<u>31.12.2019</u>
Saldo inicial	81 143 123
Locações Financeiras	376 039
Aumentos	7 645 117
Acréscimos de juros	2 547 226
Pagamentos	<u>(12 003 105)</u>
Saldo final	<u>79 708 400</u>
Corrente	9 316 241
Não corrente	70 392 159

Adicionalmente, foram reconhecidos em 2019 os seguintes montantes de gastos relativos a ativos por direito de uso:v

	<u>31.12.2019</u>
Depreciação de ativos sob direito de uso	8 853 802
Gastos com juros relacionados com passivos da locação	2 547 226
Gastos relacionados com locações de curto prazo	916 809
Gastos relacionados com locação associadas a ativos de baixo valor	232 810
Pagamentos de locações variáveis	<u>487 542</u>
Total do montante reconhecido na demonstração de resultados	<u>13 038 189</u>

O prazo de reembolso dos passivos da locação é como segue:

	31.12.2019					Total (valor nominal)
	2020	2021	2022	2023	>2023	
Passivo da Locação	9 316 241	9 463 575	9 239 067	8 210 135	43 479 382	79 708 400
	<u>9 316 241</u>	<u>9 463 575</u>	<u>9 239 067</u>	<u>8 210 135</u>	<u>43 479 382</u>	<u>79 708 400</u>

9. GOODWILL

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o movimento ocorrido no Goodwill, foi o seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	265 531 404	265 531 404
Goodwill gerado no exercício (Nota 5)	99 569	-
<u>Saldo final</u>	<u>265 630 973</u>	<u>265 531 404</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Goodwill” apresentava a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018
Celbi	253 391 251	253 391 251
Outros	12 239 722	12 140 153
	<u>265 630 973</u>	<u>265 531 404</u>

O Goodwill encontra-se na sua totalidade associado ao segmento de atividade de produção de pasta de papel (Nota 39). A divisão do Goodwill entre Celbi e Outros decorre do histórico de aquisições do Grupo, e essencialmente das operações de aquisição das subsidiárias, Celbi (Goodwill apresentado como “Celbi”), Celtejo e Caima (Goodwill apresentado como “Outros”).

O Goodwill não é amortizado, sendo efetuados testes de imparidade numa base anual e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e do valor de uso. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram registadas quaisquer perdas por imparidade relativas a Goodwill.

No exercício de 2019, por forma a aferir da existência, ou não, de imparidade para o Goodwill que resultou da aquisição da Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A. no exercício de 2006, no montante de 253.391.251 Euros, o Grupo procedeu à avaliação desta subsidiária, tendo concluído pela inexistência de imparidade ao nível daquele Goodwill. Aquela avaliação foi efetuada com base no desempenho histórico da Celbi e numa estimativa dos fluxos de caixa descontados tendo por base um plano de negócios da Celbi a cinco anos e considerado um preço de venda da pasta de papel de médio e longo prazo, não influenciado pelas oscilações positivas ou negativas de curto prazo.

Conforme referido na Nota 2.4 b), o pressuposto relevante prende-se com a determinação da taxa de desconto. A taxa de inflação e a taxa de crescimento na perpetuidade resultam do entendimento do Grupo das perspetivas futuras para a evolução do preço e da atividade.

Os principais pressupostos utilizados neste cálculo com referência a 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram os seguintes:

	2019	2018
Taxa de inflação	1,40%	1,00%
Taxa de desconto	6,75%	7,15%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,00%	2,00%

A taxa de desconto líquida de imposto (líquida de imposto pelo facto de os fluxos de caixa utilizados nas projeções financeiras serem também líquidos de imposto) utilizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de 6,75% (7,15% em 2018), a qual foi calculada com base na metodologia WACC (*Weighted Average Cost of Capital*), considerando os seguintes pressupostos:

	2019	2018
Taxa de juro sem risco	1,32%	1,84%
Prémio de risco dos capitais próprios	5,20%	5,76%
Prémio de risco da dívida	3,50%	1,56%

O Grupo Altri procedeu a uma análise de sensibilidade desta avaliação a variações em pressupostos chave, tendo concluído que caso tivesse considerado uma taxa de desconto superior em 1p.p. em conjunto com uma taxa de crescimento na perpetuidade nula as conclusões da inexistência de imparidade no Goodwill da filial Celbi mantinham-se válidas. O Grupo Altri procedeu igualmente a uma análise de sensibilidade desta avaliação a variações na cotação estimada da pasta de papel (PIX), tendo concluído que caso tivesse considerado um preço de referência inferior em 5% as conclusões da inexistência de imparidade no Goodwill da filial Celbi manter-se-iam válidas.

Como referido, o Goodwill encontra-se todo ele associado à atividade de produção de pasta de papel, pelo que a informação acima divulgada para o Goodwill Celbi se apresenta como aplicável às expectativas do Grupo para as operações a que o Goodwill apresentado como “Outros” se refere. Como efeito, em relação ao Goodwill apresentado em “Outros”, por forma a aferir da existência ou não de perdas por imparidade com referência a 31 de dezembro de 2019, o Grupo procedeu a uma comparação dos meios libertos líquidos gerados anualmente por cada empresa, bem como múltiplos de mercado, com os respetivos contributos líquidos para as demonstrações financeiras consolidadas incluindo Goodwill, tendo concluído pela existência de uma margem confortável face ao ponto a partir do qual o Goodwill estaria em risco de imparidade.

10. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

2019						
Ativo bruto						
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Licenças	Outros ativos intangíveis	Ativos fixos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial	1 320	9 580 136	54 506 433	25 600	-	64 113 489
Aumentos	-	166 519	-	-	-	166 519
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-
Saldo final	1 320	9 746 655	54 506 433	25 600	-	64 280 008
Amortizações acumuladas						
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Licenças	Outros ativos intangíveis		Total
Saldo inicial	1 320	8 802 216	-	25 600		8 829 136
Aumentos	-	439 583	2 968 618	-		3 408 201
Alienações e abates	-	-	-	-		-
Saldo final	1 320	9 241 799	2 968 618	25 600		12 237 337
	-	504 856	51 537 815	-		52 042 671
2018						
Ativo bruto						
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Licenças	Outros ativos intangíveis	Ativos fixos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial	1 320	9 435 112	-	25 600	-	9 462 032
Variação de perímetro	-	-	54 506 433	-	-	54 506 433
Aumentos	-	145 762	-	-	-	145 762
Alienações e abates	-	(738)	-	-	-	(738)
Saldo final	1 320	9 580 136	54 506 433	25 600	-	64 113 489
Amortizações acumuladas						
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Licenças	Outros ativos intangíveis		Total
Saldo inicial	1 320	8 415 880	-	25 600		8 442 800
Variação de perímetro	-	-	-	-		-
Aumentos	-	387 074	-	-		387 074
Alienações e abates	-	(738)	-	-		(738)
Saldo final	1 320	8 802 216	-	25 600		8 829 136
	-	777 920	54 506 433	-		55 284 353

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as amortizações dos ativos intangíveis ascenderam a 3.408.201 Euros e a 387.074 Euros, respetivamente, e foram registadas na Demonstração dos Resultados na rubrica “Amortizações e depreciações” (Nota 37).

A rubrica “Licenças” refere-se ao justo valor apurado na aquisição da sociedade Bioelétrica da Foz, S.A. e suas subsidiárias.

11. INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o montante registado na rubrica “Ativos biológicos” pode ser detalhado como segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo inicial	98 199 369	95 146 891
Aumentos/reduções de justo valor	1 936 954	3 269 040
Variação de perímetro (Nota 5)	4 000 000	-
Regularização de existências	(12 315)	(216 562)
Subtotal	<u>104 124 008</u>	<u>98 199 369</u>
Adiantamentos por conta de compras	367 057	274 556
Saldo final	<u>104 491 065</u>	<u>98 473 925</u>

O detalhe do valor apresentado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 por espécie é como se segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Eucalipto	101 848 854	92 774 806
Pinheiro	1 921 126	2 890 261
Sobreiro	306 702	2 534 302
Outros	47 326	-
Total	<u>104 124 008</u>	<u>98 199 369</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o movimento ocorrido no eucalipto e restantes espécies, foi como segue:

	<u>31/12/2019</u>			<u>31/12/2018</u>		
	Eucalipto	Pinheiro	Sobreiro	Eucalipto	Pinheiro	Sobreiro
Saldo inicial	92 774 806	2 890 261	2 534 302	89 782 373	2 881 363	2 483 155
Cortes efetuados no período	(11 686 231)	(590 102)	(620 989)	(11 575 764)	(80 509)	(168 325)
Crescimento	11 754 471	247 260	219 889	12 189 155	29 963	172 559
Novas plantações e replantações (ao custo)	4 491 482	71 988	-	2 379 042	59 444	46 913
Variação de perímetro (Nota 5)	4 000 000	-	-	-	-	-
Variações de justo valor:						
Taxa de desconto	2 936 765	25 085	10 035	-	-	-
Outras variações	(2 422 439)	(723 366)	(1 836 535)	-	-	-
Saldo final	<u>101 848 854</u>	<u>1 921 126</u>	<u>306 702</u>	<u>92 774 806</u>	<u>2 890 261</u>	<u>2 534 302</u>

A avaliação efetuada, calculada para cada talhão em que se dividem as propriedades, foi obtida tendo em consideração, no caso do eucalipto:

- a área ocupada;
- a idade dos povoamentos;
- a produção de madeira sem casca com base no acréscimo médio anual;
- o número de rotações.

A taxa de desconto utilizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de 6,75% (7,15% a 31 de dezembro de 2018).

O Grupo Altri procedeu a uma análise de sensibilidade desta avaliação a variações em pressupostos chave, tendo concluído que caso tivesse considerado uma taxa de desconto inferior/superior em 1,5 p.p. o valor dos ativos biológicos viria aumentado/reduzido em 12,8 milhões de Euros e 10,2 milhões de Euros, respetivamente.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, (i) não existem quantias de ativos biológicos cuja posse seja restrita e/ou penhoradas como garantia de passivos, nem compromissos não reversíveis relativos à aquisição de ativos biológicos, e (ii) não existem subsídios governamentais relacionados com ativos biológicos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a área total sob intervenção da Altri ascendia a, aproximadamente, 87.000 hectares e 83.000 hectares, respetivamente. A área relativa a eucalipto apresentava a seguinte distribuição por idades:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
0-5 anos	27 908	25 567
6-10 anos	25 550	25 179
> 10 anos	<u>13 479</u>	<u>13 181</u>
	<u>66 937</u>	<u>63 927</u>

A restante área sob intervenção refere-se a outras espécies florestais residuais de menor relevância.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o montante registado na rubrica “Inventários” pode ser detalhado como segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	52 645 035	44 845 083
Mercadorias	248 329	150 842
Produtos e trabalhos em curso	3 293 136	406 860
Produtos acabados e intermédios	44 334 884	33 030 163
Adiantamentos por conta de compras	<u>281 733</u>	-
	100 803 117	78 432 948
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 22)	<u>(14 837 369)</u>	<u>(8 336 698)</u>
	<u>85 965 748</u>	<u>70 096 250</u>

O custo das vendas do exercício findo em 31 de dezembro 2019 ascendeu a 285.622.783 Euros e foi apurado como segue:

	<u>Matérias primas, subsidiárias e de consumo</u>	<u>Mercadorias</u>	<u>Produtos acabados e intermédios</u>	<u>Produtos e trabalhos em curso</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	44 845 083	150 842	33 030 163	406 860	78 432 948
Compras	248 076 736	31 804 156	27 860 120	-	307 741 012
Regularização de existências	-	-	(29 793)	-	(29 793)
Existências finais	<u>(52 645 035)</u>	<u>(248 329)</u>	<u>(44 334 884)</u>	<u>(3 293 136)</u>	<u>(100 521 384)</u>
	<u>240 276 784</u>	<u>31 706 669</u>	<u>16 525 606</u>	<u>(2 886 276)</u>	<u>285 622 783</u>

O custo das vendas do exercício findo em 31 de dezembro 2018 ascendeu a 255.518.399 Euros e foi apurado como segue:

	<u>Matérias primas, subsidiárias e de consumo</u>	<u>Mercadorias</u>	<u>Produtos acabados e intermédios</u>	<u>Produtos e trabalhos em curso</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	40 917 165	-	17 016 107	597 793	58 531 065
Variação de perímetro	1 663 996	-	-	-	1 663 996
Compras	251 710 290	39 152	21 920 309	-	273 669 751
Regularização de existências	(41 866)	128 424	(23)	-	86 535
Existências finais	<u>(44 845 083)</u>	<u>(150 842)</u>	<u>(33 030 163)</u>	<u>(406 860)</u>	<u>(78 432 948)</u>
	<u>249 404 502</u>	<u>16 734</u>	<u>5 906 230</u>	<u>190 933</u>	<u>255 518 399</u>

12. IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

De acordo com a legislação portuguesa em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Grupo e suas subsidiárias desde 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração do Grupo entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é como segue:

	31.12.2019		31.12.2018	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Provisões e perdas por imparidade não aceites fiscalmente	4 962 743	11 282	4 104 731	-
Justo valor dos instrumentos derivados	882 259	16 862	1 076 480	253 516
Fundo de pensões	759 812	-	538 357	-
Harmonização de políticas contabilísticas	7 641 182	1 800 868	9 475 309	2 554 194
Reavaliação de ativos fixos - DL 66/2016	13 689 563	-	17 666 104	-
Diferença para o justo valor de ativos fixos	-	2 757 004	-	2 986 754
Justo valor licenças adquiridas	-	13 822 518	-	13 822 518
Justo valor dos ativos biológicos	1 907 646	-	1 749 042	-
Amortização fiscal do goodwill (Espanha)	-	25 969 215	-	21 280 189
Provisão desmantelamento	938 787	-	812 309	-
Ativos sob direito de uso	2 257 182	-	-	-
Outros	462 817	516 575	761 066	530 321
	<u>33 501 991</u>	<u>44 894 324</u>	<u>36 183 398</u>	<u>41 427 492</u>

A diferença para o justo valor de ativos fixos refere-se ao efeito da mensuração ao justo valor na data da aquisição dos ativos afetos à subsidiária Ródão Power - Energia e Biomassa do Ródão, S.A..

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi como segue:

	2019	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 1.1.2019	36 183 398	41 427 492
Variação de perímetro (Nota 5)	257 214	-
Efeitos na demonstração dos resultados:		
Aumento/(Redução) de provisões e perdas por imparidade	507 289	-
Harmonização de taxas de amortização	(1 834 128)	(753 326)
Justo valor dos ativos biológicos	(127 574)	-
Reavaliação de ativos fixos - DL 66/2016	(3 976 541)	-
Amortização fiscal do Goodwill (Espanha)	-	4 689 026
Outros efeitos	83 101	(288 255)
Total de efeitos na demonstração dos resultados	<u>(5 347 853)</u>	<u>3 647 445</u>
Efeitos em capitais próprios:		
Justo valor de instrumentos derivados (Nota 28)	(138 180)	(180 613)
Fundos de pensões	221 455	-
Ativos sob direito de uso	2 325 957	-
Total de efeitos em outro rendimento integral	<u>2 409 232</u>	<u>(180 613)</u>
Saldo em 31.12.2019	<u>33 501 991</u>	<u>44 894 324</u>

	2018	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 1.1.2018	37 776 892	23 003 709
Variação de perímetro	2 178 160	16 809 272
Efeitos na demonstração dos resultados:		
Aumento/(Redução) de provisões e perdas por imparidade	188 375	-
Harmonização de taxas de amortização	(654 844)	1 310 212
Justo valor dos ativos biológicos	(261 177)	-
Reavaliação de ativos fixos - DL 66/2016	(3 976 542)	-
Amortização fiscal do Goodwill (Espanha)	-	1 460 082
Outros efeitos	70 762	(43 983)
Total de efeitos na demonstração dos resultados	(4 633 426)	2 726 311
Efeitos em capitais próprios:		
Justo valor de instrumentos derivados (Nota 28)	651 506	(1 111 800)
Fundos de pensões	210 266	-
Total de efeitos em outro rendimento integral	861 772	(1 111 800)
Saldo em 31.12.2018	36 183 398	41 427 492

A subsidiária Celulose Beira Industrial (Celbi) optou em 2016 pela aplicação do regime facultativo de reavaliação do ativo fixo tangível e propriedades de investimento, previsto no Decreto-Lei nº 66/2016, de 3 de novembro. Neste âmbito, sobre a reserva de reavaliação constituída, incidiu tributação autónoma a uma taxa de 14%. De referir que a totalidade deste montante já foi pago em 2016, 2017 e 2018. Adicionalmente, as respetivas depreciações são dedutíveis, para efeitos fiscais, a partir do exercício de 2018, para efeitos de determinação do lucro tributável, pelo que nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Grupo registou um ativo por imposto diferido no montante aproximado de 13.600.000 Euros e 17.600.000 Euros, respetivamente. O exercício de 2018 foi o primeiro ano em que a subsidiária deduziu, para efeitos fiscais, a depreciação da reavaliação efetuada ao abrigo do referido regime. Esta reavaliação, efetuada exclusivamente para efeitos fiscais não produziu qualquer impacto no valor contabilístico dos ativos fixos.

De acordo com a legislação em vigor o Grupo utiliza para cálculo dos impostos diferidos relativos às subsidiárias portuguesas uma taxa de 22,5%, resultando a mesma da soma da taxa aprovada para estar em vigor em 2019 e nos anos seguintes que ascende a 21% para o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e da derrama municipal cuja taxa é 1,5% para o Grupo Altri, exceto no que respeita a ativos por impostos diferidos resultantes de prejuízos fiscais reportáveis, situação em que é utilizada uma taxa de 21% e exceto no que respeita a ativos por impostos diferidos da subsidiária Celbi, situação em que é utilizada a taxa de 28% correspondente à taxa efetiva expectável para esta subsidiária (tendo em consideração que a mesma suporta atualmente derrama estadual à taxa máxima de 9%).

Relativamente à filial Altri, SL, sediada em Espanha, a taxa utilizada no cálculo dos ativos e passivos por impostos diferidos foi de 25% por ser a taxa de imposto em vigor naquele país.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a taxa base de imposto sobre o rendimento em vigor foi de 21%.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor em Portugal durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a derrama estadual correspondeu à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável entre 7,5 e 35 milhões de Euros e de 9% sobre o lucro tributável acima de 35 milhões de Euros.

Os impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais só são registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro e que possam ser utilizados para recuperar

as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Em 31 de dezembro de 2016 o Grupo tinha ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais provenientes da subsidiária Altri SL. Atendendo às alterações no regime fiscal espanhol relativamente à amortização fiscal do Goodwill aquele montante foi totalmente anulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo por base o montante de prejuízos fiscais recuperáveis num horizonte temporal de 10 anos e a expectativa do Grupo de gerar resultados fiscais suficientes naquela subsidiária para recuperar o referido montante.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram registados, numa ótica de prudência, ativos por impostos diferidos registados relativos a prejuízos fiscais reportáveis.

O detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis que não geraram ativos por impostos diferidos é como segue:

	31.dezembro.2019				31.dezembro.2018		
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização		Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização
Gerados em 2006	2 584 736	646 184	2024	Gerados em 2006	3 177 427	794 357	2024
Gerados em 2007	24 311 348	6 077 837	2025	Gerados em 2007	24 311 348	6 077 837	2025
Gerados em 2008	16 666 932	4 166 733	2026	Gerados em 2008	16 666 932	4 166 733	2026
Gerados em 2009	12 004 490	3 001 123	2027	Gerados em 2009	12 004 490	3 001 123	2027
Gerados em 2010	5 095 252	1 273 813	2028	Gerados em 2010	5 095 252	1 273 813	2028
Gerados em 2011	123 134	30 784	2029	Gerados em 2011	123 134	30 784	2029
Gerados em 2016	177 243	44 311	sem limite	Gerados em 2016	177 243	44 311	sem limite
	<u>60 963 135</u>	<u>15 240 785</u>			<u>61 555 826</u>	<u>15 388 958</u>	

É convicção do Conselho de Administração do Grupo Altri que os ativos por impostos diferidos registados em 31 de dezembro de 2019 são recuperáveis na totalidade.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 podem ser detalhados como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Imposto corrente	(26 441 099)	(48 782 677)
Imposto diferido	(8 995 298)	(7 359 737)
	<u>(35 436 397)</u>	<u>(56 142 414)</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Resultado antes de Imposto	136 258 772	250 639 767
Taxa de Imposto (incluindo taxa máxima e derrama)	22,50%	22,50%
	<u>(30 658 224)</u>	<u>(56 393 948)</u>
Benefícios fiscais	1 444 447	3 218 619
Impostos diferidos	(8 995 298)	(7 359 737)
Derrama estadual	(5 024 007)	(12 218 409)
Ajustamentos de consolidação sem efeito fiscal	-	7 667 554
Impostos de anos anteriores	2 989 803	1 872 943
Derrama municipal	1 450 738	2 724 960
Outros efeitos	3 356 144	4 345 604
Imposto sobre o rendimento	<u>(35 436 397)</u>	<u>(56 142 414)</u>

Os benefícios fiscais resultam de contratos de concessão de incentivos fiscais assinados com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal E.P.E. (AICEP).

O montante incluído na rubrica Impostos de anos anteriores diz essencialmente respeito ao reconhecimento de benefícios fiscais associados a RFAI para os quais o Grupo obteve aprovação de candidatura no decorrer do exercício de 2019.

13. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Cientes, conta corrente	83 892 579	120 979 157
Cientes de cobrança duvidosa	<u>56 827</u>	<u>62 753</u>
	83 949 406	121 041 910
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 22)	<u>(210 760)</u>	<u>(216 685)</u>
	<u>83 738 646</u>	<u>120 825 225</u>

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade que foram estimadas pelo Grupo. O Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber se aproximam do seu justo valor, uma vez que as mesmas não vencem juros e o efeito de desconto é considerado imaterial.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a antiguidade do valor líquido do saldo de clientes pode ser analisada como segue:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Não vencido	62 551 768	95 131 287
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	19 155 041	23 466 980
30 - 90 dias	1 131 250	1 772 206
+ 90 dias	900 587	454 752
	<u>83 738 646</u>	<u>120 825 225</u>

O Grupo contratou seguros de crédito para cobrir o risco de incobrabilidade de parte destas contas a receber, como segue:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Com seguro de crédito	68 840 827	109 356 954
Sem seguro de crédito	<u>14 897 819</u>	<u>11 684 956</u>
	<u>83 738 646</u>	<u>121 041 910</u>

O Grupo não cobra quaisquer encargos de juros enquanto os prazos de pagamento definidos (em média 60 dias) estejam a ser respeitados. Findos esses prazos, são cobrados os juros que estiverem definidos contratualmente, e de acordo com a lei em vigor e aplicável a cada situação, o que tenderá a ocorrer apenas em situações extremas.

O Conselho de Administração entende que as contas a receber que não se encontram vencidas serão integralmente realizadas, tendo em conta o histórico de incobrabilidade e as características das contrapartes. Adicionalmente, a partir de 1 de janeiro de 2018, com a adoção da IFRS 9, o Grupo passou a apurar perdas de imparidade esperadas para as suas contas a receber de acordo com os critérios divulgados na Nota 2.3. I).

14. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Adiantamentos a fornecedores	115 780	389 839
Indemnizações a receber de sinistros	-	4 385 449
Contas a receber de Estado e outros entes públicos (Nota 16)	7 693 438	11 993 437
Outros	<u>13 921 980</u>	<u>11 724 826</u>
	21 731 199	28 493 551
Perdas de imparidade acumuladas em outras dívidas de terceiros (Nota 22)	<u>(3 413 862)</u>	<u>(3 413 862)</u>
	<u>18 317 337</u>	<u>25 079 689</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Outros” inclui essencialmente contas a receber relativas a cauções para contratos de arrendamento e outras, para parte das quais foram constituídas perdas por imparidade.

Inclui ainda uma caução paga por uma subsidiária do Grupo no montante de 5,5 milhões de euros. Tendo o Grupo tomado conhecimento, por informações públicas, de que a propriedade de que era proprietária havia sido, em substância vendida (na medida em que foram vendidas as ações da sociedade proprietária pelo preço de 5,5 milhões de euros), o Grupo intentou uma ação judicial de forma a que o tribunal declarasse a existência do direito de preferência da sua subsidiária na compra de uma propriedade, e determinasse o direito desta última de preferir. A subsidiária teve que depositar à ordem do Tribunal, no âmbito deste processo, o valor integral do preço pago pela adquirente às acionistas da entidade alienada. O referido montante seria utilizado para adquirir a propriedade ou seria devolvido à subsidiária dependendo do resultado do processo. Durante o exercício de 2020 e até à aprovação das demonstrações financeiras, esta ação já foi objeto de decisão em sede de primeira instância, decisão da qual a subsidiária vai recorrer para o Tribunal da Relação. A decisão ordenou a devolução do valor integral da caução à subsidiária, independentemente da interposição do recurso. O procedimento de devolução da caução encontra-se em curso junto do Tribunal.

A variação desta rubrica “Outros” face a 31 de dezembro de 2018 é explicada essencialmente pela conta a receber relativa ao subsídio da subsidiária Caima Indústria, que após verificação do cumprimento dos objetivos propostos e medidos a 31 de dezembro de 2019 (último ano de validação), a subsidiária irá ainda receber ao correspondente Prémio de Realização (Nota 21.3).

O saldo em 31 de dezembro de 2018 relativo a indemnizações a receber de sinistros refere-se, essencialmente, às indemnizações a receber de seguradoras pelas subsidiárias Celtejo e EDP Produção Bioelétrica, S.A. decorrentes dos incêndios que afetaram aquelas subsidiárias em 2018 e 2017, respetivamente, que foram totalmente recebidas durante o exercício de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor líquido dos saldos de “Outras dívidas de terceiros” não se encontrava vencido. As dívidas de terceiros que não estão vencidas não apresentam qualquer indício de imparidade, o valor contabilístico dos ativos líquidos de imparidade é considerado como estando próximo do seu justo valor, sendo imaterial o efeito do seu desconto financeiro.

O Conselho de Administração entende que as contas a receber que não se encontram vencidas serão integralmente realizadas, tendo em conta o histórico de incobabilidade e as características das contrapartes. Adicionalmente, a partir de 1 de janeiro de 2018, com a adoção da IFRS 9, o Grupo passou a apurar perdas de imparidade esperadas para as suas contas a receber de acordo com os critérios divulgados na Nota 2.3. I).

15. ATIVOS ASSOCIADOS A CONTRATOS COM CLIENTES

O detalhe da rubrica “Ativos associados a contratos com clientes” em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é o seguinte:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Venda de energia a faturar	<u>7 365 847</u>	<u>8 018 340</u>
	<u>7 365 847</u>	<u>8 018 340</u>

16. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe dos saldos devedores e credores com o Estado e Outros Entes Públicos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é o seguinte:

Saldos devedores:	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Imposto sobre o rendimento	<u>12 658 843</u>	<u>3 702 509</u>
Total imposto sobre o rendimento	<u>12 658 843</u>	<u>3 702 509</u>
Imposto sobre o valor acrescentado	6 958 287	11 856 422
Outros Impostos	<u>735 151</u>	<u>137 015</u>
Total outros impostos (nota 14)	<u>7 693 438</u>	<u>11 993 437</u>
Saldos credores:		
Imposto sobre o rendimento	(150 718)	(21 253 776)
Outros	<u>(3 974 814)</u>	<u>(3 974 814)</u>
Total imposto sobre o rendimento	<u>(4 125 532)</u>	<u>(25 228 590)</u>
Retenção na Fonte	(2 200 810)	(2 351 744)
Contribuições para a Segurança Social	(593 377)	(584 597)
Imposto sobre o valor acrescentado	(5 196 594)	(2 250 459)
Outros Impostos	<u>(289 215)</u>	<u>(305 461)</u>
Total outros impostos (nota 25)	<u>(8 279 996)</u>	<u>(5 492 261)</u>

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do ativo “Imposto sobre o rendimento” inclui essencialmente pagamentos por conta efetuados em Espanha, bem como, os pagamentos por conta e pagamentos adicionais por conta a receber pelas sociedades do Grupo sediadas em Portugal deduzido do respetivo imposto sobre o rendimento a pagar do exercício.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do ativo “Imposto sobre o rendimento” inclui essencialmente pagamentos por conta efetuados em Espanha. Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica do passivo “Imposto sobre o rendimento” refere-se, essencialmente, ao imposto a pagar pelas sociedades do Grupo sediadas em Portugal deduzido dos respetivos pagamentos por conta e pagamentos adicionais e especiais por conta.

17. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Outros ativos correntes”, pode ser detalhada como segue:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Acréscimos de rendimentos:		
Juros a receber	159 594	218 032
Outros ganhos a faturar	160 822	34 341
Gastos a reconhecer:		
Rendas e alugueres pagos antecipadamente	458 399	428 869
Seguros pagos antecipadamente	1 193 959	731 720
Outros gastos pagos antecipadamente	<u>4 684 620</u>	<u>5 630 131</u>
	<u>6 657 394</u>	<u>7 043 093</u>

18. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” era como segue:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Caixa	23 515	30 622
Depósitos bancários	<u>181 320 399</u>	<u>240 735 246</u>
	<u>181 343 914</u>	<u>240 765 868</u>
Descobertos bancários	-	(289 790)
Caixa e equivalentes	<u>181 343 914</u>	<u>240 476 078</u>

Conforme indicado na Nota 2.5) a) ii), em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 os saldos de caixa e equivalentes em moeda diferente do Euro ascendem a 4.078.521 Euros e 6.387.473 Euros, respetivamente. Dado que estes montantes correspondem a depósitos à ordem que são constantemente movimentados, os efeitos resultantes de alterações de taxas de câmbio sobre caixa e seus equivalentes detidos no início e no fim dos exercícios de 2019 e 2018 para efeito da demonstração dos fluxos de caixa são imateriais.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os recebimentos relativos a investimentos financeiros referem-se essencialmente ao pagamento parcial do valor de venda da subsidiária Sócasca – Recolha e Comércio de Recicláveis, S.A. (alienada em 2011).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os pagamentos relativos a investimentos financeiros referem-se integralmente à aquisição da subsidiária Bioelétrica da Foz, S.A. e incluem, igualmente, os empréstimos concedidos àquela entidade durante o exercício de 2018 no período em que esta era detida apenas em 50% pelo grupo Altri.

19. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Outros ativos não correntes” corresponde a uma liquidação adicional paga às autoridades fiscais alemãs e que se encontra totalmente provisionada, tal como descrito na Nota 22.

20. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social do Grupo encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era composto por 205.131.672 ações nominativas com o valor nominal de 12,5 cêntimos de Euro cada.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não existiam pessoas coletivas com uma participação no capital subscrito de, pelo menos, 33%.

Reserva legal

A legislação comercial portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da “Reserva legal” até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as demonstrações financeiras do Grupo apresentavam o montante de 5.128.292 Euros relativo a reserva legal, a qual não pode ser objeto de distribuição aos acionistas a não ser em caso de liquidação do Grupo, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada em capital.

Reserva de cobertura

A rubrica “Reservas de cobertura” diz respeito ao justo valor dos instrumentos financeiros derivados classificados como de cobertura de fluxos de caixa na componente eficaz da cobertura, líquido dos respetivos impostos diferidos (Nota 28).

Outras reservas

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Fundos de pensões	2 454 337	1 459 571
Reserva DL 66/2016	17 666 104	21 642 646
Reserva de conversão cambial	34 672	21 047
Resultados transitados	<u>316 772 386</u>	<u>275 709 085</u>
	<u>336 927 499</u>	<u>298 832 349</u>

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado com base nas demonstrações financeiras individuais da Altri SGPS, S.A., apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, sendo que, em 31 de dezembro de 2019, o montante de reservas distribuíveis ascende a 121.136.607 Euros.

21. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS, OUTROS EMPRÉSTIMOS E INCENTIVOS REEMBOLSÁVEIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe das rubricas “Empréstimos bancários”, “Outros empréstimos” e “Incentivos reembolsáveis” é como segue:

	31.12.2019					
	Valor nominal			Valor contabilístico ⁽¹⁾		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	6 000 000	27 500 000	33 500 000	6 202 715	27 500 000	33 702 715
Descobertos bancários	-	-	-	-	-	-
Empréstimos bancários	<u>6 000 000</u>	<u>27 500 000</u>	<u>33 500 000</u>	<u>6 202 715</u>	<u>27 500 000</u>	<u>33 702 715</u>
Papel comercial	100 000 000	65 000 000	165 000 000	100 098 828	65 000 000	165 098 828
Empréstimos obrigacionistas	-	495 700 000	495 700 000	2 360 134	493 764 714	496 124 848
Outros empréstimos	192 000	-	192 000	192 000	-	192 000
Outros empréstimos	<u>100 192 000</u>	<u>560 700 000</u>	<u>660 892 000</u>	<u>102 650 962</u>	<u>558 764 714</u>	<u>661 415 676</u>
Incentivos reembolsáveis	3 026 144	2 942 267	5 968 411	3 026 144	2 942 267	5 968 411
	<u>109 218 144</u>	<u>591 142 267</u>	<u>700 360 411</u>	<u>111 879 821</u>	<u>589 206 981</u>	<u>701 086 802</u>

(1) - inclui os acréscimos por especialização de juros e os custos de montagem de financiamentos.

	31.12.2018					
	Valor nominal			Valor contabilístico ⁽¹⁾		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	6 000 000	33 500 000	39 500 000	6 246 715	33 500 000	39 746 715
Descobertos bancários	289 790	-	289 790	289 790	-	289 790
Empréstimos bancários	<u>6 289 790</u>	<u>33 500 000</u>	<u>39 789 790</u>	<u>6 536 505</u>	<u>33 500 000</u>	<u>40 036 505</u>
Papel comercial	42 000 000	61 500 000	103 500 000	42 127 037	61 490 259	103 617 296
Empréstimos obrigacionistas	40 000 000	446 400 000	486 400 000	42 855 915	444 353 451	487 209 366
Outros empréstimos	43 828 573	192 000	44 020 573	43 828 573	192 000	44 020 573
Outros empréstimos	<u>125 828 573</u>	<u>508 092 000</u>	<u>633 920 573</u>	<u>128 811 525</u>	<u>506 035 710</u>	<u>634 847 235</u>
Incentivos reembolsáveis	5 511 090	6 581 251	12 092 341	5 511 090	6 581 251	12 092 341
	<u>137 629 453</u>	<u>548 173 251</u>	<u>685 802 704</u>	<u>140 859 120</u>	<u>546 116 961</u>	<u>686 976 081</u>

(1) - inclui os acréscimos por especialização de juros e os custos de montagem de financiamentos.

21.1. Empréstimos bancários:

(i) Empréstimos bancários

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Celbi contraiu um empréstimo bancário no montante de 30.000.000 Euros (atualmente 6.000.000 Euros em dívida), que vence juros a uma taxa correspondente à Euribor a seis meses acrescida de *spread*. Este empréstimo encontra-se a ser liquidado em 5 prestações anuais e sucessivas, com início em janeiro de 2016 e término no exercício de 2020, pelo que o montante de 6.000.000 Euros se encontra classificado como dívida corrente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Celbi contraiu um empréstimo bancário no montante de 15.000.000 Euros, que vence juros a uma taxa correspondente à Euribor a doze meses acrescida de *spread*. Este empréstimo será liquidado numa prestação única no final do contrato (setembro de 2022), pelo que o montante total do empréstimo se encontra classificado como dívida não corrente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Caima Indústria contraiu um empréstimo bancário no montante de 12.500.000 Euros, que vence juros a uma taxa correspondente à Euribor a doze meses acrescida de *spread*. Este empréstimo será liquidado numa prestação única no final do contrato (agosto de 2022), pelo que o montante total do empréstimo se encontra classificado como dívida não corrente.

(ii) Contas correntes caucionadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 existiam contas correntes caucionadas contratadas no montante de 3 milhões de euros, que não se encontravam utilizadas.

(iii) Descobertos bancários

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, existiam descobertos bancários contratados no montante de 15 milhões de Euros. A 31 de dezembro de 2019 não se encontrava em utilização qualquer montante. Em 31 de dezembro de 2018, o seu nível de utilização ascendia a 289.790 Euros.

21.2. Outros empréstimos:

(i) Papel comercial

O Grupo tem contratados programas de papel comercial renováveis com garantia de colocação no montante máximo de 190.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2019 (198.500.000 Euros em 31 de dezembro de 2018), subscritos por diversas subsidiárias do Grupo Altri os quais vencem juros a uma taxa correspondente à Euribor do prazo de emissão respetivo (entre 7 e 364 dias) acrescida de *spread*. A 31 de dezembro de 2019 o montante total utilizado ascende a 100.000.000 Euros (103.500.000 Euros em 31 de dezembro de 2018).

Aquelas emissões incluem uma parcela no montante de 65.000.000 Euros classificada como dívida não corrente, relativa a programas que não permitem a denúncia antecipada por parte da contraparte e existe a tomada firme das emissões por parte da instituição financeira. Neste sentido, o Conselho de Administração classificou esta dívida com base na duração da emissão destes papéis comerciais.

Adicionalmente, o Grupo celebrou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, contratos grupados de colocação de papel comercial sem garantia de colocação, no montante máximo de 65.000.000 Euros, subscritos por diversas subsidiárias do Grupo Altri, os quais vencem juros a uma taxa de juro definida por colação indireta junto de investidores e/ou definida por proposta de subscrição apresentada pelo intermediário financeiro, com um prazo de emissão de até 90 dias, sendo que, em 31 de dezembro de 2019, o montante total utilizado ascende a 65.000.000 Euros.

(ii) Empréstimos obrigacionistas

Em abril de 2014, a Celbi procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista no valor de 50.000.000 Euros, com um prazo de 6 anos. Em 20 de fevereiro de 2015, a Altri SGPS assumiu a posição contratual detida pela sua participada Celbi, passando o empréstimo obrigacionista a denominar-se “ALTRI 2014/2020”. Em julho de 2017, a Altri SGPS procedeu ao reembolso antecipado deste financiamento, tendo emitido, na mesma data, um outro de igual montante, pelo prazo de 8 anos, denominado “ALTRI 2017/2025”.

Por sua vez, no exercício de 2014, a Altri SGPS procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista no montante de 70.000.000 Euros com vencimento em 2018, denominado “ALTRI novembro/2018”. Em 6 de março de 2017, a Altri SGPS adquiriu 500 obrigações representativas deste financiamento, no montante nominal global de 50.000.000 Euros, tendo procedido à sua amortização, passando esta emissão a estar representada por 200 obrigações, no montante nominal global de 20.000.000 Euros. Este empréstimo foi totalmente reembolsado em novembro de 2018, data do seu vencimento.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Celbi procedeu à emissão de três empréstimos obrigacionistas: um em fevereiro no valor de 35.000.000 Euros com um prazo de 6 anos (reembolsado na totalidade em julho de 2019), outro em agosto no valor de 35.000.000 Euros com um prazo de 2,5 anos (reembolsado na totalidade em fevereiro de 2018), e um outro, também em agosto, no valor de 40.000.000 Euros com um prazo de 4 anos (reembolsado na totalidade em agosto de 2019). Todos estes empréstimos venciam juros a uma taxa igual a Euribor a 6M adicionada de *spread*.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Altri SGPS procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas: o primeiro, em 18 de abril de 2016, no valor de 40.000.000 Euros, com uma amortização de 20.000.000 Euros em abril de 2022 (reembolsada antecipadamente em julho de 2019) e reembolso final em abril de 2024 e um outro, emitido em 28 de novembro de 2016, no valor de 25.000.000 Euros, com vencimento em 28 de março de 2022, vencendo juros a taxa igual a Euribor a 6M adicionada de *spread*.

Em novembro de 2016, a Celbi emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de 65.000.000 Euros e com vencimento em fevereiro de 2024, denominado “Celbi 2016/2024”. Por sua vez, a Altri SGPS, em 31 de dezembro de 2019, era detentora de obrigações “Celbi 2016/2024” no montante nominal de 8.500.000 Euros (8.500.000 Euros em 31 de dezembro de 2018), pelo que o passivo do Grupo, em 31 de dezembro de 2019, relativo ao mesmo ascendia a 56.500.000 Euros (56.500.000 Euros em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2017, a 6 de março, a Altri SGPS procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, no montante de 70.000.000 Euros, pelo prazo de 7 anos, com a designação “ALTRI 2017/2024”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A. procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas, ambos em 14 de julho de 2017: um no valor de 40.000.000 Euros com um prazo de 8 anos e outro no valor de 40.000.000 Euros com um prazo de 10 anos, vencendo juros a taxa igual a Euribor a 6M adicionada de *spread*. Por sua vez, a Altri SGPS, em 31 de dezembro de 2019, era detentora de obrigações “Celbi 2017/2027” no montante nominal de 5.800.000 Euros (5.100.000 Euros em 31 de dezembro de 2018), pelo que o passivo do Grupo, em 31 de dezembro de 2019, relativo ao mesmo ascendia a 34.200.000 Euros (34.900.000 Euros em 31 de dezembro de 2018).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A. procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas: em 20 de Abril de 2018, um empréstimo no valor de 50.000.000 Euros, com um prazo de 8 anos e taxa de cupão de 2,98% e outro, em 28 de maio de 2018, no valor de 50.000.000 Euros, com um prazo de 10 anos, vencendo juros a taxa igual a Euribor a 6M adicionada de *spread*. Por sua vez, a Altri SGPS, em 31 de dezembro de 2019, era detentora de obrigações “Celbi 2018/2028” no montante nominal de 5.000.000 Euros (5.000.000

Euros em 31 de dezembro de 2018), pelo que o passivo do Grupo, em 31 de dezembro de 2019, relativo ao mesmo ascendia a 45.000.000 Euros (45.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2018).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade Bioelétrica do Mondego procedeu à emissão do empréstimo obrigacionista denominado “SOCIEDADE BIOELÉTRICA DO MONDEGO 2019-2029”, no montante de 50.000.000 Euros e taxa de cupão de 1,90%. A emissão alinou-se com as condições estabelecidas pelos Princípios de Obrigações Verdes (“Green Bond Principles”) e tratou-se da primeira Emissão de Obrigações Verdes admitida à negociação em Portugal, na Euronext Access.

Também em 2019, a 15 de julho, a Altri SGPS procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, no montante de 55.000.000 Euros, com a designação “ALTRI 2019/2024”, vencendo juros a taxa igual a Euribor a 6M adicionada de *spread*.

As despesas incorridas com a montagem de empréstimos foram deduzidas ao seu valor nominal, encontrando-se estas a ser reconhecidas ao longo do período de vida do respetivo empréstimo (Nota 36).

(iii) Factoring

O Grupo Altri, em 31 de dezembro de 2019, não tinha em vigor qualquer contrato de factoring. De referir, porém, que o Grupo detinha, com efeitos a 31 de dezembro de 2018, contratos de factoring, celebrados com duas instituições de crédito, com duração inicial de um ano, segundo os quais poderia ceder contas a receber até ao limite de 60.000.000 Euros, os quais eram renovados automaticamente por iguais períodos se não fossem denunciados por nenhuma das partes com antecedência mínima de 60 dias contratuais. Sobre os valores descontados o Grupo pagava uma taxa de juro de Euribor a 3 meses acrescida de *spread* e/ou Euribor a 12 meses acrescida de *spread* (para nacionais em Euros) e *Libor* a 3 meses acrescida de *spread* (para nacionais em USD), sendo que em 31 de dezembro de 2018 o montante utilizado ascendia a 43.636.573 Euros.

O Grupo Altri considerava que os riscos e benefícios associados às contas a receber não eram transmitidos para a entidade com quem realizou os contratos de factoring, facto pelo qual apenas desreconhecia as contas a receber cedidas em factoring no momento em que fossem liquidadas pelo devedor original, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3 I).

21.3. Incentivos reembolsáveis:

Em janeiro de 2014, a Celbi assinou um novo contrato de concessão de incentivos financeiros e fiscais ao abrigo do Decreto-Lei nº. 203/2003, de 10 de setembro, com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP), tendo o projeto, de modernização e expansão da unidade fabril, sido considerado pelo Estado Português de interesse estratégico e de relevância para a economia nacional. O Projeto de Investimento teve início a 19 de agosto de 2013, e decorreu até 30 de junho de 2015 e o valor contratado ascendia a 30.251.000 Euros, sendo que o Estado Português concedeu um incentivo financeiro reembolsável correspondente a 20% das despesas elegíveis. Caso a Celbi cumprisse com os objetivos propostos e medidos nos finais dos anos de 2016, 2017 e 2019 o Estado Português concederia ainda um Prémio de Realização que corresponderá ao não reembolso de até 75% do montante de incentivo reembolsável. À data de 31 de dezembro de 2019 a validação final ainda se encontra em curso pela AICEP. O Estado Português atribuiu também um Incentivo Fiscal correspondente a um crédito fiscal em sede de IRC no montante máximo de 15% das aplicações relevantes. Dado que, com base na performance alcançada com referência a 31 de dezembro de 2017 se encontram cumpridos os requisitos necessários à atribuição do prémio de realização no montante acumulado de 3.494.151 Euros, o Grupo classificou aquele montante em “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” líquido do montante reconhecido diretamente como rendimento na demonstração dos resultados na proporção da parte já amortizada dos ativos fixos tangíveis subsidiados. Em 31 de dezembro de 2019 o montante a liquidar relativo a este subsídio ascendia a 382.133 Euros (2.836.455 Euros em 31 de dezembro 2018), o qual está registado como incentivo reembolsável corrente.

A Caima Indústria assinou, no exercício de 2014, um contrato de concessão de incentivos financeiros e fiscais ao abrigo do Decreto-Lei n.º 287/2007 com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal E.P.E. (AICEP) para um montante de investimento global de 35.161.000 Euros. O período de investimento deste projeto decorreu entre 2013 e 2015. O valor máximo do incentivo reembolsável ascende a 10.511.850 Euros, que corresponde a 30% das despesas elegíveis, tendo a Empresa já recebido 10.508.314 Euros. Em 2019 foi reembolsado o montante de 3.636.241 Euros pelo que, em 31 de dezembro de 2019, o Grupo tinha em dívida 2.212.216 Euros (5.848.457 Euros em 31 de dezembro de 2018), estando este montante classificado como incentivo reembolsável corrente (3.636.241 Euros em 31 de dezembro de 2018). Caso a Caima Indústria cumprisse com os objetivos propostos e medidos nos finais dos anos de 2016, 2017 e 2019 o Estado Português concederia ainda um Prémio de Realização que corresponderá ao não reembolso de até 48% do montante de incentivo reembolsável. Tais objetivos foram cumpridos pela subsidiária com referência a 31 de dezembro de 2019 (Nota 14). O Estado Português atribuiu também um incentivo fiscal correspondente a um crédito fiscal em sede de IRC no montante máximo de 15% das aplicações relevantes. Até 31 de dezembro de 2019 a Caima Indústria recebeu o montante de 2.017.596 Euros referente ao incentivo reembolsável.

Em dezembro de 2016, a Celbi assinou um novo contrato de concessão de incentivos financeiros e fiscais ao abrigo do disposto no nº1 do artigo 5º do Decreto-lei nº 191/2014, de 31 de dezembro, com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP), tendo o projeto, de competitividade e internacionalização, sido considerado pelo Estado Português de interesse estratégico e de relevância para a economia nacional. O Projeto de Investimento teve início a 1 de janeiro de 2016, decorreu até 31 de dezembro de 2017 e o valor contratado ascendeu a 40.040.000 Euros, sendo que o Estado Português irá conceder um incentivo financeiro reembolsável correspondente a 10% das despesas elegíveis. Em 31 de dezembro de 2019 o montante a liquidar relativo a este subsídio ascendia a 3.374.063 Euros (3.407.429 Euros em 31 de dezembro 2018), do qual o montante de 431.796 Euros está registado como incentivo reembolsável corrente.

21.4. Evolução do endividamento e maturidades

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a reconciliação da variação da dívida bruta com os fluxos de caixa é como segue:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Saldo em 1 de janeiro	686 976 081	600 718 461
Pagamento de empréstimos obtidos	(349 926 363)	(57 438 710)
Recebimento de empréstimos obtidos	370 608 000	147 711 161
Subsídios reembolsáveis	(6 123 930)	(5 594 912)
Variação dos encargos com emissão de empréstimos	(446 986)	1 580 081
Variação da dívida	<u>14 110 721</u>	<u>86 257 620</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>701 086 802</u>	<u>686 976 081</u>

O prazo de reembolso dos empréstimos bancários, dos outros empréstimos e dos incentivos reembolsáveis é como segue:

Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

	31/12/2019					Total (valor nominal)
	2020	2021	2022	2023	>2023	
Descobertos bancários	-	-	-	-	-	-
Empréstimos bancários	6 000 000	-	27 500 000	-	-	33 500 000
Papel comercial	100 000 000	25 000 000	-	40 000 000	-	165 000 000
Empréstimos obrigacionistas	-	1 250 000	27 500 000	3 750 000	463 200 000	495 700 000
Outros empréstimos	192 000	-	-	-	-	192 000
Incentivos reembolsáveis	3 026 144	653 837	653 837	653 837	980 756	5 968 411
	109 218 144	26 903 837	55 653 837	44 403 837	464 180 756	700 360 411

	31/12/2018					Total (valor nominal)
	2019	2020	2021	2022	>2022	
Descobertos bancários	289 790	-	-	-	-	289 790
Empréstimos bancários	6 000 000	6 000 000	-	27 500 000	-	39 500 000
Papel comercial	42 000 000	-	61 500 000	-	-	103 500 000
Empréstimos obrigacionistas	40 000 000	-	35 000 000	45 000 000	366 400 000	486 400 000
Outros empréstimos	43 828 573	192 000	-	-	-	44 020 573
Incentivos reembolsáveis	5 511 090	4 301 328	653 837	653 837	972 249	12 092 341
	137 629 453	10 493 328	97 153 837	73 153 837	367 372 249	685 802 704

22. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE

O movimento verificado nas provisões e perdas por imparidade durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 pode ser detalhado como segue:

	31/12/2019			
	Provisões	Perdas de imparidade em contas a receber (Notas 13 e 14)	Perdas de imparidade em inventários (Nota 11)	Total
Saldo inicial	14 390 330	3 630 547	8 336 698	26 357 575
Aumentos	3 839 234	-	6 500 671	10 339 905
Transferências	(12 204)	-	-	(12 204)
Utilizações	-	-	-	-
Reversões	(910 189)	(5 925)	-	(916 114)
Saldo final	17 307 171	3 624 622	14 837 369	35 769 162

	31/12/2018			
	Provisões	Perdas de imparidade em contas a receber (Notas 13 e 14)	Perdas de imparidade em inventários (Nota 11)	Total
Saldo inicial	5 025 260	3 604 839	7 803 018	16 433 117
Varição de perímetro	9 336 763	-	-	9 336 763
Aumentos	126 245	-	1 501 634	1 627 879
Transferências	(97 938)	30 188	-	(67 750)
Utilizações	-	-	-	-
Reversões	-	(4 480)	(967 954)	(972 434)
Saldo final	14 390 330	3 630 547	8 336 698	26 357 575

Em 31 de dezembro de 2019 o montante do aumento e reversões apresentado na demonstração dos resultados detalha-se como segue:

	<u>31/12/2019</u>
Perdas por imparidade de inventários	6 500 671
Reversões de perdas por imparidade de clientes	(5 925)
Provisões para outros riscos e encargos	779 185
	<u>7 273 931</u>

Face ao montante líquido apresentado em “aumentos” e “reversões, o montante remanescente (de aproximadamente 2,1 milhões de euros) prende-se com os aumentos e reversões referentes às provisões de desmantelamento da Bioelétrica da Foz, S.A. e suas subsidiárias, as quais são registadas por contrapartida de um aumento/diminuição dos respetivos ativos fixos tangíveis.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a subsidiária Caima Indústria de Celulose, S.A. procedeu ao pagamento de uma liquidação adicional de Imposto sobre o Valor Acrescentado de anos anteriores às autoridades fiscais alemãs, no montante de 2.722.651 Euros, o qual registou na rubrica “Outros ativos não correntes” por não concordar com os fundamentos daquela liquidação. Durante o mês de janeiro de 2014 procedeu a um pagamento adicional de Imposto sobre o Valor Acrescentado às mesmas entidades de, aproximadamente, 700.000 Euros. Para fazer face ao risco daquelas liquidações adicionais se tornarem definitivas o Grupo Altri registou, em 2013, um passivo na rubrica “Provisões”.

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica “Variação de perímetro” refere-se ao efeito da entrada da Bioelétrica da Foz, S.A e suas subsidiárias na consolidação do grupo Altri. Aquele montante refere-se, essencialmente, à provisão para desmantelamento e descomissionamento das centrais de produção de energia exploradas por aquelas entidades. De acordo com o previsto nas respetivas licenças ambientais das centrais termoelétricas, ao ser declarada a cessação de atividade de uma central, tem início a sua fase de desativação, ou seja, o conjunto de atividades de descomissionamento, desmantelamento, demolição e requalificação ambiental. Em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.3 j) estas provisões são calculadas com base no valor atual das responsabilidades futuras e registadas por contrapartida de um aumento dos respetivos ativos fixos tangíveis, sendo amortizados pelo período remanescente de vida útil esperada dos respetivos ativos. O efeito da atualização financeira do exercício é reconhecido na rubrica gastos financeiros.

O restante montante registado na rubrica “Provisões” em 31 de dezembro de 2019 e 2018 corresponde à melhor estimativa do Conselho de Administração para fazer face à totalidade das perdas a incorrer com processos judiciais atualmente em curso.

23. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica dizia respeito integralmente às parcelas de subsídios ao investimento não reembolsáveis (Notas 21 e 27) a qual tinha a seguinte decomposição:

Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

	31/12/2019			31/12/2018		
	Total	Corrente (Nota 27)	Não corrente	Total	Corrente (Nota 27)	Não corrente
Celtejo						
POE	25 579	18 241	7 338	95 665	46 467	49 198
PRIME	367 812	47 352	320 460	415 166	368 530	46 636
	<u>393 391</u>	<u>65 593</u>	<u>327 798</u>	<u>510 831</u>	<u>414 997</u>	<u>95 834</u>
Celbi						
PIN	13 496 238	2 890 200	10 606 038	15 216 644	2 961 628	12 255 016
Outros subsídios	10 333	333	10 000	10 666	333	10 333
	<u>13 506 571</u>	<u>2 890 533</u>	<u>10 616 038</u>	<u>15 227 310</u>	<u>2 961 961</u>	<u>12 265 349</u>
Caima Indústria						
QREN	2 948 570	380 940	2 567 630	3 274 760	490 370	2 784 390
	<u>2 948 570</u>	<u>380 940</u>	<u>2 567 630</u>	<u>3 274 760</u>	<u>490 370</u>	<u>2 784 390</u>
Altri Florestal						
Proder	6 167	1 176	4 991	7 344	1 176	6 168
	<u>6 167</u>	<u>1 176</u>	<u>4 991</u>	<u>7 344</u>	<u>1 176</u>	<u>6 168</u>
Bioelétrica da Foz						
IAPMEI	1 056 455	222 411	834 044	1 278 866	165 015	1 113 851
	<u>1 056 455</u>	<u>222 411</u>	<u>834 044</u>	<u>1 278 866</u>	<u>165 015</u>	<u>1 113 851</u>
Viveiros						
Proder	146 372	48 791	97 581	195 162	48 791	146 371
	<u>146 372</u>	<u>48 791</u>	<u>97 581</u>	<u>195 162</u>	<u>48 791</u>	<u>146 371</u>
	<u>18 057 526</u>	<u>3 609 444</u>	<u>14 448 082</u>	<u>20 494 273</u>	<u>4 082 310</u>	<u>16 411 963</u>

Em janeiro de 2007, a Celbi e a Altri assinaram um contrato de concessão de incentivos financeiros e fiscais ao abrigo do Decreto-Lei nº. 203/2003, de 10 de setembro, com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP), tendo o Estado Português considerado de interesse nacional (PIN) este projeto de expansão da capacidade produtiva da Celbi. Em 2015 foi considerado pelos organismos competentes que os objetivos e méritos do projeto tinham sido alcançados sendo atribuído o prémio de realização de 41.315.930 Euros. A Celbi classificou aquele montante em “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” (Notas 23 e 27) líquido do montante que tem vindo a ser reconhecido diretamente como rendimento na demonstração dos resultados (Nota 34) na proporção da parte já amortizada dos ativos fixos tangíveis subsidiados de acordo com a política contabilística da Nota 2.3 e).

Em janeiro de 2014 a Celbi assinou um novo contrato de concessão de incentivos financeiros e fiscais ao abrigo do Decreto-Lei nº. 203/2003, de 10 de setembro, com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP), tendo o projeto de modernização e expansão da unidade fabril sido considerado, pelo Estado Português, de interesse estratégico e de relevância para a economia nacional. Caso a Celbi cumprisse com os objetivos propostos e medidos nos finais dos anos de 2016, 2017 e 2019 o Estado Português concederia ainda um Prémio de Realização que corresponderá ao não reembolso de até 75% do montante de incentivo reembolsável. À data de 31 de dezembro de 2019 a validação final ainda se encontra em curso pela AICEP. A Celbi recebeu em 2018 e 2019 o montante de 3.494.151 Euros em função de ter cumprido com os objetivos referentes ao ano de 2016 e 2017. A Celbi classificou aquele montante em “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos”, líquido do montante que tem vindo a ser reconhecido diretamente como proveito na demonstração dos resultados (Nota 34) na proporção da parte já amortizada dos ativos fixos tangíveis subsidiados de acordo com a política contabilística da Nota 2.3 e).

A Caima Indústria assinou, no exercício de 2014, um contrato de concessão de incentivos financeiros e fiscais ao abrigo do Decreto-Lei n.º 287/2007 com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal E.P.E. (AICEP) para um montante de investimento global de 35.161.000 Euros. Caso a Caima Indústria cumprisse com os objetivos propostos e medidos nos finais dos anos de 2016, 2017 e 2019 o Estado Português concederia ainda um Prémio de Realização que corresponderá ao não reembolso de até 48% do montante de incentivo reembolsável. Tais objetivos foram cumpridos pela subsidiária com referência a 31 de dezembro de 2019 (Nota 14). Até 31 de dezembro de 2019 a Caima recebeu o montante de 2.017.596 Euros referentes ao Prémio de Realização pelo cumprimento dos objetivos medidos no ano de 2016, o qual se encontra registado no passivo não corrente líquido do montante que tem vindo a ser reconhecido diretamente como proveito na demonstração dos resultados (Nota 34) na proporção da parte já amortizada dos ativos fixos tangíveis subsidiados de acordo com a política contabilística da Nota 2.3 e).

Em dezembro de 2019 e 2018, o montante apresentado referente à subsidiária Bioelétrica da Foz diz respeito ao subsídio ao investimento atribuído a fundo perdido para financiamento da Central de Mortágua.

Em dezembro de 2016 a Celtejo assinou um novo contrato de concessão de incentivos financeiros e fiscais ao abrigo do disposto no nº1 do artigo 5º do Decreto-lei nº 191/2014, de 31 de dezembro, com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP), tendo o projeto, que visa introduzir inovações no processo de produção de pasta de papel tissue, com uma nova abordagem à produção que se mostra mais eficiente e produtiva, sido considerado pelo Estado Português de interesse estratégico e de relevância para a economia nacional. O Projeto teve início em 1 de janeiro de 2016 e foi concluído em 31 de outubro de 2018. O valor contratado foi de 85.300.000 Euros. Estava previsto que o Estado Português iria conceder um incentivo financeiro reembolsável de 25,1 % das despesas elegíveis e um Incentivo Fiscal correspondente a um crédito fiscal em sede de IRC no montante máximo de 11,95% das aplicações relevantes. O Estado Português concederia ainda um Prémio de Realização que corresponderia ao não reembolso de até 30% do montante de incentivo reembolsável. Uma vez que a 18 de julho de 2018, apesar de todos os esforços envidados, a subsidiária não tinha ainda logrado obter a aprovação da Comissão Europeia, informou a AICEP da sua disponibilidade para substituir o incentivo financeiro previsto no contrato de incentivos em contrapartida de renegociação do contrato fiscal de investimento. Por deliberação do Conselho de Administração da AICEP, datada de 25 de setembro de 2018, foi aprovada a revogação, por mútuo acordo, do contrato de incentivos bem como a renegociação do contrato fiscal de investimento, sob condição da aprovação, respetivamente, pelo Ministro Adjunto e da Economia e pelo Secretário de Estado da Internacionalização e pelo Conselho de Coordenação dos Incentivos Fiscais ao Investimento e pelo Conselho de Ministros. A 20 de dezembro de 2018 foi celebrada a revogação do contrato de incentivos financeiros. A 18 de janeiro de 2019, por deliberação de Conselho de Coordenação dos Incentivos Fiscais ao Investimento (CCIFI), foi emitido parecer favorável quanto à renegociação do Contrato Fiscal de Investimento da Celtejo. Assim, ao abrigo do disposto no artigo 19º do Código Fiscal do Investimento e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2019, publicada no Diário da República, 1ª Série, N.º 85, de 3 de maio de 2019, foi celebrado, a 21 de junho de 2019, o aditamento ao contrato fiscal de investimento, sendo concedido um benefício, composto por crédito fiscal em sede de IRC, até ao montante máximo de 17.000.000 €, determinado com base na aplicação de uma percentagem de 20% das aplicações relevantes efetivamente realizadas, nos termos do n.º 1 do artigo 8º do CFI.

24. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2019	A Pagar		
		0-90 dias	90-180 dias	>180 dias
Fornecedores, conta corrente	39 643 849	39 643 849	-	-
Fornecedores, facturas em receção e conferência	23 115 186	23 095 694	19 492	-
Fornecedores - títulos a pagar	39 618 713	39 618 713	-	-
	102 377 748	102 358 256	19 492	-

	31.12.2018	A Pagar		
		0-90 dias	90-180 dias	>180 dias
Fornecedores, conta corrente	44 028 756	44 028 756	-	-
Fornecedores, facturas em receção e conferência	18 819 752	18 819 752	-	-
Fornecedores - títulos a pagar	60 861 978	60 861 978	-	-
	123 710 486	123 710 486	-	-

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Fornecedores” respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades do Grupo.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Fornecedores – títulos a pagar” refere-se aos saldos de fornecedores cedidos em operações de *confirming*, conforme descrito na Nota 2.3 l) iv).

25. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Outros dívidas a terceiros” pode ser detalhada como segue:

	31.12.2019	A Pagar		
		0-90 dias	90-180dias	>180 dias
Fornecedores de ativos fixos	6 989 836	6 989 836	-	-
Contas a pagar ao Estado e outros entes públicos (Nota 16)	8 279 996	8 279 996	-	-
Outras dívidas	5 235 218	5 190 862	-	44 356
	<u>20 505 050</u>	<u>20 460 694</u>	-	<u>44 356</u>

	31.12.2018	A Pagar		
		0-90 dias	90-180dias	>180 dias
Fornecedores de ativos fixos	17 366 792	17 366 792	-	-
Contas a pagar ao Estado e outros entes públicos (Nota 16)	5 492 261	5 492 261	-	-
Outras dívidas	6 532 248	6 487 892	-	44 356
	<u>29 391 301</u>	<u>29 346 945</u>	-	<u>44 356</u>

Em 31 de dezembro de 2018 a linha “Fornecedores de ativos fixos” inclui os montantes de 376.039 Euros, relativos a locações financeiras.

26. PASSIVOS ASSOCIADOS A CONTRATOS COM CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Passivos associados a contratos com clientes” pode ser detalhada como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Rappel e descontos a liquidar	3 568 671	5 312 081
Comissões a liquidar	-	358 364
	<u>3 568 671</u>	<u>5 670 445</u>

27. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Encargos a liquidar		
Encargos com energia e gás a liquidar	3 530 322	4 244 301
Remunerações a liquidar	4 086 267	3 813 161
Rendas a liquidar	270 899	1 117 464
Seguros a liquidar	484 550	1 067 654
Taxas hídricas a liquidar	898 791	465 118
Juros a liquidar	16 416	112 747
Outros encargos a liquidar	7 921 261	5 774 460
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios ao investimento (Notas 21 e 23)	3 609 444	4 082 310
	<u>20 817 950</u>	<u>20 677 215</u>

A linha “Outros encargos a liquidar” diz respeito, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, essencialmente, a despesas relacionadas com a atividade operacional já incorridas e ainda não faturadas.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as subsidiárias do Grupo Altri tinham em vigor contratos relativos a instrumentos financeiros derivados associados a cobertura das variações da taxa de juro e contratos relativos a instrumentos financeiros derivados associados a cobertura da variação da taxa de câmbio. Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo tinha em vigor contratos de instrumentos financeiros derivados para cobertura das variações do preço da pasta de papel, cuja maturidade expirou a 31 de dezembro de 2019. Todos estes instrumentos são registados de acordo com o seu justo valor.

As subsidiárias do Grupo Altri apenas utilizam derivados para cobertura de fluxos de caixa associados às operações geradas pela sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é como segue:

	31/12/2019				31/12/2018			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados de taxa de juro	-	-	111 003	919 120	-	-	788 929	-
Derivados de taxa de câmbio	1 557 085	-	1 769 362	-	-	733 653	870 615	-
Derivados de preço da pasta	-	-	-	-	98 873	-	1 273 814	-
	<u>1 557 085</u>	<u>-</u>	<u>1 880 365</u>	<u>919 120</u>	<u>98 873</u>	<u>733 653</u>	<u>2 933 358</u>	<u>-</u>

(i) Derivados de taxa de juro

Por forma a reduzir a sua exposição à volatilidade das taxas de juro, o Grupo contratou “swaps” de taxa de juro. Estes contratos foram avaliados de acordo com o seu justo valor em 31 de dezembro de 2019 e 2018, tendo o correspondente montante sido reconhecido na rubrica do passivo “Instrumentos financeiros derivados”.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo Altri tinha em vigor contratos de derivados de taxa de juro cujos montantes totais são como segue:

Tipo	Montante	Maturidade	Juro	Fixing	Justo valor	
					31.12.2019	31.12.2018
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2020	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,800%	(29 339)	(78 498)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2020	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,805%	-	(77 528)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2020	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,760%	-	(74 063)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2020	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,838%	-	(80 031)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2020	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,620%	(24 763)	(63 978)
Interest rate swap	10 000 000	16/04/2020	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,240%	(29 949)	(69 713)
Interest rate swap	15 000 000	16/04/2020	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,000%	(26 952)	(49 969)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,820%	(234 819)	(75 329)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,806%	(225 130)	(72 631)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,818%	(228 198)	(75 665)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,805%	(230 973)	(71 524)
					<u>(1 030 123)</u>	<u>(788 929)</u>

De acordo com as políticas contabilísticas adotadas estes derivados cumprem com os requisitos para serem designados como instrumentos de cobertura de taxa de juro (Nota 2.3 I).

O apuramento do justo valor dos derivados contratados pelo Grupo foi efetuado pelas respetivas contrapartes (instituições financeiras com quem foram celebrados tais contratos). O modelo de avaliação destes derivados, utilizado pelas contrapartes, baseia-se no método dos *Cash Flows* descontados, i.e., utilizando as *Par Rates* de *Swaps*, cotadas no mercado interbancário, e disponíveis nas páginas *Reuters* e/ou *Bloomberg*, para os prazos relevantes, sendo calculadas as respetivas

taxas *forwards* e fatores de desconto que servem para descontar os *cash flows* fixos (*leg* fixo) e os *cash flows* variáveis (*leg* variável). O somatório das duas parcelas resulta no Valor Atualizado Líquido dos *cash flows* futuros ou justo valor dos derivados.

(ii) Derivados de taxa de câmbio

O Grupo Altri utiliza derivados de taxa de câmbio, fundamentalmente, de forma a efetuar a cobertura de fluxos de caixa futuros. Desta forma, o Grupo Altri contratou, durante os exercícios de 2019 e 2018 “opções” e “forwards” de taxa de câmbio de dólares dos Estados Unidos, de forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposto.

Relativamente às opções, o Grupo contratou opções de venda e de compra de estilo asiático sobre o dólar dos Estados Unidos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo Altri tinha em vigor os seguintes contratos derivados de taxa de câmbio:

Nocional USD / mês	Vencimento	31.12.2019		Asian Collar range (strikes médios)	
		Ativo	Passivo	Euro put / USD call	Euro call / USD put
20 000 000	1H2020	254 459	(856 537)	1,1240	1,1708
14 000 000	2H2020	907 095	(725 785)	1,1186	1,1630
<u>Forwards Knock-out (vendas USD)</u>					
Nocional USD / mês	Vencimento	Ativo	Passivo	Forward (médio)	Knock-out (médio)
2 000 000	Cal2020	179 564	(46 013)	1,0884	1,1300
<u>Forwards Knock-out (compras USD)</u>					
Nocional USD / mês	Vencimento	Ativo	Passivo	Forward (médio)	Knock-out (médio)
2 000 000	Cal2020	215 967	(134 737)	1,1622	1,1150
<u>Forwards Simples (compras USD)</u>					
Nocional USD / mês	Vencimento	Ativo	Passivo	Forward (médio)	
2 000 000	fev/20	-	(6 290)	1,1219	
		<u>1 557 085</u>	<u>(1 769 362)</u>		

Nocional USD / mês	Vencimento	31.12.2018	Asian Collar range (strikes médios)	
			Euro put / USD call	Euro call / USD put
12 000 000	1H2019	(393 515)	1,1425	1,2292
16 000 000	2H2019	(254 216)	1,1413	1,2213
7 000 000	1H2020	187 505	1,1364	1,2004
3 000 000	2H2020	323 264	1,1350	1,2042
		<u>(136 961)</u>		

(iii) Derivados de cobertura de preço da pasta de papel

Por forma a reduzir a sua exposição à volatilidade do preço da pasta de papel, o Grupo contratou derivados de cobertura do preço da pasta de papel, os quais foram avaliados de acordo com o seu justo valor em 31 de dezembro de 2019 e 2018, tendo o correspondente montante sido reconhecido na rubrica “Instrumentos financeiros derivados”. Os contratos de derivados de cobertura do preço da pasta de papel tinham como vencimento o calendário de 2019. Assim sendo, a 31 de dezembro de 2019 encontravam-se maturados.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 encontravam-se em vigor os seguintes contratos de derivados de cobertura do preço da pasta de papel:

Demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas

Quantidade coberta	Início	Vencimento	31/12/2019		31/12/2018	
			Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2.500 ton/mês	01/01/2019	31/12/2019	-	-	98 873	(1 273 814)
			-	-	98 873	(1 273 814)

O apuramento do justo valor dos derivados de cobertura do preço da pasta de papel contratados pelo Grupo foi efetuado pelas respetivas contrapartes (instituições financeiras com quem foram celebrados tais contratos). O modelo de avaliação destes derivados, utilizado pelas contrapartes, baseia-se no método dos Cash Flows descontados, i.e., é calculada a diferença entre a cotação estimada da pasta de papel (PIX) e o preço fixado para os prazos relevantes, que posteriormente é atualizada para a data a que se reporta a avaliação.

De acordo com as políticas contabilísticas adotadas, estes derivados de pasta de papel cumprem com os requisitos para serem considerados como instrumentos de cobertura, pelo que a variação do seu justo valor foi registada na rubrica do capital próprio "Reservas de cobertura".

O movimento ocorrido no justo valor dos instrumentos financeiros derivados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 pode ser detalhado como segue:

2019	Derivados de cobertura de preço da pasta	Derivados de taxa de juro	Derivados de taxa de câmbio	Total
Saldo inicial	(1 174 941)	(788 929)	(136 962)	(2 100 832)
Variação do justo valor				
Efeitos em capitais próprios	1 174 941	(269 016)	(939 844)	(33 919)
Efeitos na demonstração de resultados (Nota 35)	2 901 079	(404 886)	(4 005 587)	(1 509 394)
Efeitos na demonstração da posição financeira	(2 901 079)	432 708	4 870 116	2 401 745
Saldo final	-	(1 030 123)	(212 277)	(1 242 400)

2018	Derivados de cobertura de preço da pasta	Derivados de taxa de juro	Derivados de taxa de câmbio	Total
Saldo inicial	(393 397)	(557 215)	5 845 188	4 894 576
Variação do justo valor				
Efeitos em capitais próprios	73 909	(176 675)	(4 807 712)	(4 910 477)
Efeitos na demonstração de resultados (Nota 35)	(8 184 205)	(279 235)	(133 192)	(8 596 632)
Efeitos na demonstração da posição financeira	7 328 752	224 196	(1 041 246)	6 511 702
Saldo final	(1 174 941)	(788 929)	(136 962)	(2 100 831)

Os ganhos e perdas do exercício associados à variação do justo valor, durante os exercícios de 2019 e 2018, dos instrumentos de cobertura na parte corrida, dos instrumentos que embora tenham sido contratados com o objetivo de cobertura, não cumprem com os requisitos para serem classificados como tal e a parte ineficaz dos instrumentos de cobertura foram registados diretamente na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Nota 35).

29. GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as garantias prestadas tinham o seguinte detalhe:

	31.12.2019	31.12.2018
AICEP/API (Nota 21)	3 427 538	3 955 654
Outros	2 416 625	2 010 421
	5 844 163	5 966 075

30. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS

a) Fundos de pensões

Algumas empresas do Grupo Altri possuem compromissos relacionados com encargos com fundos de reforma que se encontram cobertos pelo valor dos fundos de pensões autónomos, encontrando-se reconhecidas as responsabilidades líquidas não cobertas nos termos definidos no IAS 19, como de seguida se detalha.

O Fundo de Pensões Caima e Altri Florestal, constituído por escritura de 31 de dezembro de 1987 e administrado pela “BPI Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.”, destina-se a garantir aos trabalhadores (i) que à data normal da reforma ou (ii) na cessação contratual do contrato de trabalho com a Empresa, tenham pelo menos 57 anos de idade e 10 anos de serviço contínuo; o direito a um complemento de reforma, a partir da idade normal de reforma, cujo valor tem por base a média dos vencimentos íliquidos dos últimos dois anos ao serviço da empresa. Por decisão da Administração da Caima, o Fundo de Pensões Caima e Altri Florestal foi dividido em dois fundos autónomos em dezembro de 1998, após autorização do Instituto de Seguros de Portugal. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Caima e a Altri Florestal transferiram as quotas-partes das adesões coletivas que detêm junto do BPI Pensões para o plano da Celtejo. Esta transferência foi requerida ao Instituto de Seguros de Portugal em 23 de setembro de 2010 tendo este deliberado favoravelmente em 3 de março de 2011, pelo que em abril de 2011 o património de fundo de pensões da Altri Florestal e da Caima foi incorporado no fundo de pensões Tejo, com a designação de Plano de Pensões C.

O Fundo de Pensões Tejo foi constituído pela Celtejo em 28 de fevereiro de 2005, com o objetivo de financiar, entre outros, o Plano de Pensões decorrente dos Regulamentos e Acordos de Empresa aplicáveis aos Associados. Através de acordo celebrado com as estruturas sindicais em 2007, foi criado um novo Plano de Pensões aplicável a todos os trabalhadores admitidos após 1 de setembro de 2007, data da entrada em vigor do novo acordo, e ainda a todos os trabalhadores admitidos antes dessa data, que optem de forma expressa pelo novo Plano de Pensões. O Fundo de Pensões Tejo passou, assim, a financiar os benefícios definidos em três Planos de Pensões previstos em Regulamento publicado em Ordem de Serviço de 2002, e ainda os benefícios definidos no novo Plano de Pensões, que passou a designar-se como Plano de Pensões B, previsto no Acordo de Empresa publicado no BTE, nº 32, de 29/08/2007. A partir do exercício de 2009, o Plano de Pensões B passou a aplicar-se a todos os trabalhadores no ativo da Celtejo, e os restantes Planos de Pensões passaram a cobrir as responsabilidades referentes a todos os ex-trabalhadores cuja cessação de contrato tivesse contemplado o direito a pensão, nos termos dos benefícios definidos em cada um dos Planos de Pensão.

Em 1 de maio de 2014, foi criado um novo Plano de Pensões de Contribuição Definida, integrado no Fundo de Pensões Tejo sob a designação Plano de Pensões CD, e aplicável a todos os trabalhadores no ativo dos três Associados, Celtejo, Caima e Altri Florestal. Aos trabalhadores admitidos até 30 de abril de 2014, foi dado o direito de opção de adesão ao novo Plano de Pensões CD, mediante renúncia expressa e definitiva ao Plano de Pensões de Benefício Definido, nas seguintes condições: (a) a todos os trabalhadores da Celtejo, no ativo em 30 de abril de 2014 com contrato sem termo, foi dada a opção de escolher entre transitar ou não para o plano de contribuição definida (b) no caso da Caima e da Altri Florestal, apenas foi dado direito de opção aos trabalhadores que, em 30 de abril de 2014, tivessem contrato sem termo com tempo de serviço maior ou igual a 10 anos e idade igual ou superior a 57 anos. Assim, O Fundo de Pensões Tejo passou a financiar as responsabilidades de cinco Planos de Pensões, quatro dos quais de Benefício Definido, e com responsabilidades tendencialmente a extinguir, e um Plano de Pensões de Contribuição Definida, cujas contribuições variam anualmente em função dos resultados do Grupo Altri e são atribuídas a cada trabalhador de cada um dos Associados, em função dos respetivos salários pensionáveis e tempo de serviço.

A partir de 2014, a Celbi atribui aos seus colaboradores com contrato de trabalho subordinado sem termo, um plano de pensões de contribuição definida. De acordo com este plano, a Celbi

atribui a cada trabalhador do quadro permanente uma percentagem do seu salário pensionável em função do seu tempo de serviço. A contribuição para o Fundo de Pensões varia anualmente em função dos resultados do Grupo Altri, sendo contabilizadas como custo no exercício as contribuições que efetua, deixando de ter responsabilidades por benefícios futuros relacionadas com o Fundo de Pensões.

Os planos de benefícios definidos não são contributivos para os seus participantes.

Com o novo regime de planos de contribuição definida, o Grupo contabiliza como custo no exercício as contribuições que efetua, deixando de ter responsabilidades por benefícios futuros relacionadas com o Fundo de Pensões.

De acordo com os estudos atuariais realizados pelas sociedades gestoras dos fundos com referência a 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor atual das responsabilidades por serviços passados para os colaboradores no ativo e para os reformados, bem como a situação patrimonial dos fundos de pensões, naquelas datas, eram como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
	Caima/Celtejo/Altriflorestal	Caima/Celtejo/Altriflorestal
Responsabilidades atuais por serviços passados	14 208 370	13 830 098
Situação patrimonial dos fundos de pensões	9 439 840	10 055 234

O movimento verificado no valor atual das responsabilidades por serviços passados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

31 de dezembro de 2019

	Planos				Total
	Ex - Adminis. (DA)	Plano A	Plano B	Plano C	
Responsabilidades no início do exercício	807 031	6 021 396	2 558 977	4 442 695	13 830 098
Benefícios pagos pelos Fundos de Pensões	(35 653)	(465 175)	(104 087)	(335 969)	(940 884)
Custo dos serviços correntes	-	-	7 017	4 116	11 133
Custo dos juros	13 423	98 460	42 732	72 798	227 413
Perdas/(Ganhos) atuariais					
Resultantes de alterações de pressupostos financeiros	61 274	361 246	219 197	272 355	914 072
Resultantes de ajustamentos de experiência	10 198	69 927	24 059	62 354	166 538
Responsabilidades no fim do exercício	856 273	6 085 854	2 747 895	4 518 349	14 208 370

31 de dezembro de 2018

	Planos				Total
	Ex - Adminis. (DA)	Plano A	Plano B	Plano C	
Responsabilidades no início do exercício	745 651	5 868 062	2 626 253	4 329 202	13 569 167
Benefícios pagos pelos Fundos de Pensões	(35 388)	(465 070)	(84 181)	(324 011)	(908 650)
Custo dos serviços correntes	-	-	11 914	19 159	31 073
Custo dos juros	18 209	140 941	64 885	104 729	328 764
Alteração de pressupostos	104 589	391 771	150 102	262 056	908 518
Perdas/(Ganhos) atuariais	(26 030)	85 692	(209 996)	51 560	(98 774)
Responsabilidades no fim do exercício	807 031	6 021 396	2 558 977	4 442 695	13 830 098

O movimento verificado na situação patrimonial dos fundos de pensões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

31 de dezembro de 2019

	Planos				Total
	Ex - Adminis. (DA)	Plano A	Plano B	Plano C	
Valor dos Fundos de Pensões no início do exercício	539 426	4 304 933	2 053 248	3 157 628	10 055 235
Dotações	-	-	-	32 066	32 066
Pensões pagas	(35 653)	(465 175)	(104 087)	(335 969)	(940 884)
Rendimento/Retorno do Fundo	15 419	124 975	60 581	92 448	293 423
Outros	-	-	-	-	-
Valor dos Fundos de Pensões no fim do exercício	519 192	3 964 733	2 009 742	2 946 173	9 439 840

31 de dezembro de 2018

	Planos				Total
	Ex - Adminis. (DA)	Plano A	Plano B	Plano C	
Valor dos Fundos de Pensões no início do exercício	569 051	4 576 923	2 250 659	3 330 335	10 726 968
Dotações	3 305	218 274	-	213 023	434 602
Pensões pagas	(35 388)	(465 070)	(84 181)	(324 011)	(908 650)
Rendimento/Retorno do Fundo	12 560	76 563	(289 199)	12 993	(187 083)
Outros	(10 103)	(101 757)	175 969	(74 712)	(10 603)
Valor dos Fundos de Pensões no fim do exercício	539 425	4 304 933	2 053 248	3 157 628	10 055 234

Considerando a diferença entre o valor das responsabilidades em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e o valor dos fundos de pensões à mesma data, o passivo para “Responsabilidades por pensões” foi aumentado no montante de 993.666 Euros e 908.518 Euros, respetivamente, para fazer face ao aumento das responsabilidades. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os movimentos ocorridos na rubrica “Responsabilidades para pensões” detalham-se do seguinte modo:

31 de dezembro de 2019

	Planos				Total
	Ex - Adminis. (DA)	Plano A	Plano B	Plano C	
Responsabilidade por pensões no início do exercício	267 603	1 675 636	504 752	1 326 873	3 774 864
Reforço / (reversão) em outro rendimento integral	69 477	445 484	232 424	246 280	993 666
Reforço / (reversão) na demonstração dos resultados	-	-	-	-	-
Reclassificação	-	-	-	-	-
Responsabilidade por pensões no fim do exercício	337 080	2 121 120	737 176	1 573 153	4 768 530

31 de Dezembro de 2018

	Planos				Total
	Ex - Adminis. (DA)	Plano A	Plano B	Plano C	
Responsabilidade por pensões no início do exercício	163 014	1 283 865	354 650	969 942	2 771 471
Reforço / (reversão) em outro rendimento integral	104 589	391 771	150 102	262 056	908 518
Reforço / (reversão) na demonstração dos resultados	-	-	-	-	-
Reclassificação	-	-	-	94 875	94 875
Responsabilidade por pensões no fim do exercício	267 603	1 675 636	504 752	1 326 873	3 774 864

No que respeita aos referidos planos, os riscos podem ser divididos entre:

(i) Riscos Financeiros

O Fundo encontra-se sujeito ao risco de variabilidade dos rendimentos gerados pelos ativos que compõem a carteira do fundo, nomeadamente o risco de taxa de juro, risco de crédito, risco de variação de preço e risco cambial para a componente expressa em moedas distintas do euro.

- O risco de taxa de juro resulta da relação inversa que se verifica entre as taxas de juro de mercado e o preço das obrigações. Assim quando as taxas de juro de mercado descem o preço das obrigações sobe e, quando as taxas de juro de mercado sobem o preço das obrigações desce;
- O risco de crédito das obrigações consiste na perceção que os investidores têm relativamente à capacidade de pagamentos, juros e capital, por parte das entidades emitentes;
- O risco de variação de preços das ações decorre da alteração das expectativas dos investidores relativamente às condições macroeconómicas e setoriais onde opera a empresa e, acima de tudo da evolução das condições específicas do negócio de cada empresa.

(ii) Riscos Atuariais

Os riscos atuariais são constituídos por responsabilidades de pagamento de pensões, apresentando vários riscos que podem ter impacto negativo no valor das responsabilidades do Fundo, nomeadamente taxa de crescimento das pensões, aumento da esperança média de vida e taxa de desconto.

A gestão dos riscos relevantes que afetam o fundo de pensões é efetuada através da Sociedade Gestora do mesmo, através dos seguintes mecanismos:

- A política de investimentos é revista obrigatoriamente de três em três anos, sendo que no final de cada ano é feita uma avaliação tendo em conta as responsabilidades do fundo e, caso os pressupostos que estiveram na base da sua elaboração se alterem, de forma material, a Sociedade Gestora do mesmo propõe uma retificação à política de investimentos.
- Os procedimentos utilizados para efetuar a adequação entre os ativos financeiros e as responsabilidades, tem por base a distribuição das responsabilidades por escalões etários, sendo associado a esta um perfil de risco.
- A distribuição de ações/obrigações por escalão etário, tem por base o princípio de ciclo de vida, o qual considera que a tolerância ao risco diminui (redução do peso de ações) à medida que diminui o horizonte de investimento (aproximação da idade da reforma).
- A proposta de alocação resulta da ponderação destes perfis, de acordo com o peso de cada escalão na estrutura global das responsabilidades.
- Adicionalmente, e por dedução à componente de obrigações, consideramos uma parcela de ativos não correlacionados (*hedge funds, imobiliário, private equity, commodities*), com um peso que pode oscilar entre 5% e 10%, cujo objetivo é aumentar o nível de diversificação.
- A Política de Investimentos seguida pelo Sub-Fundo de Pensões BD Tejo a 31 de dezembro de 2019, obedece às regras estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 9/2007-R.

As responsabilidades relativas ao plano de Pensões em 31 de dezembro de 2019 foram determinadas com base nos seguintes pressupostos:

- (i) Método de cálculo "*Projected Unit Credit*";
- (ii) Tábuas de Mortalidade TV 88/90;
- (iii) Taxa de rendimento/desconto 1%;
- (iv) Taxa de crescimento dos salários 1%;

O Fundo de Pensões Tejo tem as seguintes características:

- (i) Composição da carteira:
 - a. 11,9% ações;
 - b. 68,1% obrigações a taxa fixa;
 - c. 10,6% obrigações a taxa variável; eInvestimentos alternativos:
 - d. 1,8% Imobiliário;
 - e. 6,2 Liquidez *Hedge Funds*.
- (ii) Retorno esperado dos ativos do plano no longo prazo 4,26%.

As responsabilidades relativas ao plano de Pensões em 31 de dezembro de 2018 foram determinadas com base nos seguintes pressupostos:

- (i) Método de cálculo “*Projected Unit Credit*”;
- (ii) Tábuas de Mortalidade TV 88/90;
- (iii) Taxa de rendimento/desconto 1,7%;
- (iv) Taxa de crescimento dos salários 1%;

O Fundo de Pensões Tejo tem as seguintes características:

- (i) Composição da carteira:
 - a. 10,22% ações;
 - b. 67,56% obrigações a taxa fixa;
 - c. 10,77% obrigações a taxa variável; e
 - d. 11,45% Liquidez e outros ativos.
- (ii) Retorno esperado dos ativos do plano no longo prazo 2,5%.

A taxa de desconto utilizadas foram selecionadas por referência às taxas de rendimento de um cabaz de obrigações “corporate” de alta qualidade. Foram selecionadas as obrigações cuja maturidade e “notação de rating” foram considerados como apropriadas, atendendo ao montante e ao período de ocorrência dos fluxos monetários associados aos pagamentos dos benefícios aos colaboradores.

O Grupo Altri procedeu a uma análise de sensibilidade desta valorização a variações do pressuposto significativo, tendo concluído que caso tivesse considerado uma taxa de desconto inferior em 25 pontos base o valor da responsabilidade viria aumentado em 0,3 milhões de Euros.

O montante reconhecido como gasto, relativamente aos benefícios de contribuição definida, nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de ascendeu a aproximadamente 519.000 euros e 452.000 Euros, respetivamente.

b) Outros compromissos

Em 31 de dezembro de 2019, os compromissos contratuais para aquisição de imobilizado assumidos pelas empresas do Grupo Altri são de, aproximadamente, 19.000.000 Euros (36.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2018).

Os compromissos futuros estão essencialmente relacionados com a requalificação e instalação da nova linha de acabamento.

31. LOCAÇÕES

Divulgação requerida pela IAS 17

LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi reconhecido como custo do exercício o montante de 11.021.500 Euros relativo a rendas relativas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente, referentes a terrenos explorados pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2018 os pagamentos mínimos assumidos com os contratos firmados de locação operacional venciam-se como segue:

Ano	2018
Até 1 ano	8 869 952
Entre 1 ano e 5 anos	34 880 784
Mais de 5 anos	<u>44 744 075</u>
	<u>88 494 811</u>

LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2018, as responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira do Grupo relativas a locações financeiras eram como segue:

Ano	2018
Até 1 ano	216 489
Entre 1 e 5 anos	384 836
Mais de 5 anos	-
	<u>601 325</u>

Em 31 de dezembro de 2018, estimava-se que o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira correspondia, aproximadamente, ao seu valor contábilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

32. PARTES RELACIONADAS

As participadas do Grupo Altri têm relações entre si que se qualificam como transações com partes relacionadas, as quais foram efetuadas a preços de mercado.

Nos procedimentos de consolidação as transações entre empresas incluídas na consolidação pelo método de integração global são eliminadas, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam informação da detentora e das suas subsidiárias como se de uma única empresa se tratasse, pelo que não são divulgadas nesta nota.

Os saldos a 31 de dezembro de 2019 e 2018 e as transações com entidades relacionadas durante os exercícios findos naquelas datas podem ser resumidos como segue:

	Compras e serviços recebidos		Vendas e prest. de serviços		Juros auferidos		Outros rendimentos	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Transações								
Empresas associadas e empreendimentos conjuntos (a)	2 503 883	1 325 818	-	14 131 027	-	362 590	-	-
Outras partes relacionadas (b)	<u>10 054 464</u>	<u>9 223 118</u>	-	-	-	-	<u>129 514</u>	<u>129 514</u>
	<u>12 558 347</u>	<u>10 548 936</u>	-	<u>14 131 027</u>	-	<u>362 590</u>	<u>129 514</u>	<u>129 514</u>
Saldos								
Empresas associadas e empreendimentos conjuntos (a)	296 172	5 217	1 714	652 659	-	-	-	-
Outras partes relacionadas (b)	<u>6 780 584</u>	<u>7 417 292</u>	<u>129 541</u>	<u>261 678</u>	-	-	-	-
	<u>7 076 756</u>	<u>7 422 509</u>	<u>131 255</u>	<u>914 337</u>	-	-	-	-

- (a) Todas as entidades incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 conforme Nota 4.2. Em 31 de dezembro de 2018, no caso das transações com a Bioelétrica da Foz, S.A. e suas subsidiárias foram consideradas as transações ocorridas até à data de aquisição dos restantes 50% do capital social daquelas entidades (30 de novembro de 2018).
- (b) Foram consideradas como outras partes relacionadas as empresas abaixo discriminadas.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não ocorreram transações com os Administradores do Grupo nem lhes foram concedidos empréstimos.

Para além das empresas incluídas na consolidação (Nota 4) as entidades consideradas relacionadas em 31 de dezembro de 2019 podem ser apresentadas como segue:

- Actium Capital, S.A.
- A Nossa Aposta – Jogos e Apostas On-line, S.A.
- Caderno Azul, S.A.
- Cofihold, S.A.
- Cofihold II, S.A.
- Cofina Media, S.A.
- Cofina, SGPS, S.A.
- Elege Valor, Lda.
- Expeliarmus – Consultoria, Unipessoal, Lda.
- F. Ramada II, Imobiliária, S.A.
- Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A
- Livrefluxo, S.A.
- Mercados Globais – Publicação de Conteúdos, Lda
- Planfuro Global, S.A.
- Préstimo – Prestígio Imobiliário, S.A.
- Promendo Investimentos, S.A.
- Ramada – Aços, S.A.
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A.
- Socitrel – Sociedade Industrial de Trefilaria, S.A.
- Universal Afir, S.A.
- Valor Autêntico, S.A.
- VASP – Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda.
- 1 Thing Investments, S.A.

33. COMPENSAÇÕES DOS GESTORES CHAVE

As compensações atribuídas aos gestores chave, que, dado o modelo de governação do Grupo, correspondem aos membros do Conselho de Administração do Grupo Altri, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 ascenderam a 1.824.520 Euros e 1.774.520 Euros, respetivamente, e referem-se unicamente a remunerações fixas. As remunerações do exercício de 2019 e 2018 foram integralmente pagas pela Sociedade.

Nos termos do artigo 3º da Lei nº 28/2009 de 19 de junho informa-se que as remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração podem ser repartidas como segue: Paulo Fernandes – 490.310 Euros; João Borges de Oliveira – 490.310 Euros; Domingos Matos – 282.500 Euros; Pedro Borges de Oliveira – 282.500 Euros; Ana Mendonça – 109.900 Euros; Laurentina Martins – 109.500 Euros; José Archer – 59.500 Euros.

Em 31 de dezembro de 2019, não existem: (i) planos ou sistemas de incentivos relacionados com a atribuição de ações aos membros do Conselho de Administração; (ii) regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores; (iii) indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores relativamente à cessão de funções durante o exercício; ou (iv) benefícios não pecuniários considerados como remuneração.

A administradora Laurentina Martins beneficia de um plano atribuído antes da sua nomeação para o Conselho de Administração em virtude de, na data da atribuição, ser colaboradora da subsidiária Caima – Indústria de Celulose, S.A.. As principais características e informação sobre o referido plano encontra-se detalhada na Nota 30.a). Em 31 de dezembro de 2019 o valor atual das pensões em pagamento afetas a esta colaboradora ascendia a 408.935 Euros, não tendo sido efetuada qualquer contribuição para o referido fundo em 2019. O valor auferido diretamente através do fundo de pensões em 2019 foi de 33.705 Euros.

A Altri, S.G.P.S., S.A. não possui qualquer plano de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações aos membros dos órgãos sociais, nem aos seus trabalhadores.

34. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica da demonstração dos resultados “Outros rendimentos” no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 era composta como se segue:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Subsídios ao investimento e à exploração	7 513 289	5 260 392
Ganhos obtidos na alienação e abate de ativos fixos	235 220	504 571
Ganhos em instrumentos derivados	3 241 017	-
Indemnizações relativas a sinistros	3 178 284	-
Indemnizações relativas a seguros de crédito	2 206 855	-
Outros	1 609 528	1 455 188
	<u>17 984 193</u>	<u>7 220 151</u>

35. OUTROS GASTOS

A rubrica da demonstração dos resultados “Outros gastos” no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 era composta como se segue:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Impostos diretos e taxas	1 790 133	2 701 076
Perdas em instrumentos derivados	339 938	8 184 195
Donativos	147 167	178 026
Dívidas incobráveis	2 262 176	-
Outros	1 776 662	1 582 103
	<u>6 316 076</u>	<u>12 645 400</u>

36. RESULTADOS FINANCEIROS

Os gastos e rendimentos financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 podem ser detalhados como segue:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Gastos financeiros:		
Juros suportados (Nota 21)	12 226 800	13 042 121
Gastos com juros relacionados com passivos da locação	2 547 226	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	2 352 765	3 823 154
Perdas em instrumentos derivados	5 326 620	1 721 065
Outros gastos e perdas financeiras	3 071 530	2 124 028
	<u>25 524 941</u>	<u>20 710 368</u>
Rendimentos financeiros:		
Juros obtidos	332 130	547 234
Diferenças de câmbio favoráveis	2 707 410	5 754 961
Ganhos em instrumentos derivados	916 148	1 308 638
Outros rendimentos e ganhos financeiros	2 583	452 394
	<u>3 958 271</u>	<u>8 063 227</u>

As rubricas “Ganhos em instrumentos derivados” e “Perdas em instrumentos derivados” correspondem a ganhos e perdas, respetivamente, resultantes da variação do justo valor de derivados em vigor no final de cada exercício e a perdas em instrumentos derivados resultantes de juros corridos e do vencimento ou liquidação de instrumentos derivados (Nota 28).

A rubrica “Outros gastos e perdas financeiras” inclui entre outros, despesas incorridas com a montagem de empréstimos, que se encontram a ser reconhecidas como custo ao longo do período de vida do respetivo empréstimo (Nota 21).

37. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

A rubrica da demonstração dos resultados “Amortizações e depreciações” relativa a exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é composta como segue:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	63 084 750	59 817 159
Ativo sob direito de uso (Nota 8)	8 853 802	-
Ativos intangíveis (Nota 10)	3 408 201	387 074
	<u>75 346 753</u>	<u>60 204 233</u>

38. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Número de ações para efeito de cálculo do resultado líquido básico e diluído	205 131 672	205 131 672
Resultado para efeito do cálculo do resultado por ação	100 826 022	194 497 353
Resultado por ação		
Básico	0,49	0,95
Diluído	0,49	0,95

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não existem efeitos diluidores do número de ações em circulação.

39. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

No final de novembro de 2018, na sequência da aprovação por parte das autoridades da concorrência competentes e do cumprimento das demais condições necessárias à execução do contrato de compra e venda de ações, foi concluído o acordo com o grupo EDP para a aquisição dos restantes 50% do capital da Bioelétrica da Foz, S.A. (sociedade anteriormente denominada EDP Produção Bioeléctrica, S.A., que era detida em 50% pelo Grupo Altri e 50% pelo Grupo EDP).

O Grupo Bioelétrica da Foz, S.A. (sociedade anteriormente denominada EDP Produção - Bioeléctrica, S.A.) foi adquirido no final do mês de novembro de 2018. A referida entidade e suas subsidiárias são as entidades que produzem energia renovável de base florestal, que é na sua totalidade vendida para a rede pública no mercado interno.

Face à data tardia em que esta aquisição ocorreu, o Conselho de Administração do Grupo não havia, à data de 31 de dezembro de 2018, alterado o seu processo de monitorização da atividade, não tendo por isso, atendendo ao impacto reduzido da referida atividade nas demonstrações financeiras do Grupo em 31 de dezembro de 2018, procedido à segregação da informação financeira nos dois segmentos de negócio referidos. A demonstração dos resultados do mês de dezembro da Bioelétrica da Foz e suas subsidiárias foi incluída na consolidação do Grupo Altri. O contributo das referidas entidades para a demonstração dos resultados consolidados a 31 de dezembro de 2018, foi como segue:

	<u>31/12/2018</u>
Vendas e prestação de serviços	4 421 648
EBITDA ⁽¹⁾	1 396 266
Resultados operacionais	<u>697 360</u>
	<u>6 515 275</u>

⁽¹⁾ resultado antes de amortizações, depreciações, resultados financeiros e impostos

O Grupo Altri com referência a 1 de janeiro de 2019, apresenta os seguintes segmentos reportáveis:

- i) Pasta – Constituído por 3 unidades fabris de pasta de papel em Portugal, a Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A., situada na Figueira da Foz, a Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A., situada em Vila Velha de Ródão e a Caima – Indústria de Celulose, S.A. situada em Constância.
- ii) Energia - Constituído essencialmente pela Bioelétrica da Foz, S.A. e suas subsidiárias, contando com 5 centrais para produção de energia a partir de biomassa florestal, para venda para a rede pública.

Assim, e face ao acima referido, o Grupo identificou em 31 de dezembro de 2019, estes dois segmentos reportáveis tendo em consideração o facto de se tratarem de unidades do Grupo que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação às quais é produzida uma informação financeira separada. A identificação dos segmentos reportáveis pelo Grupo é consistente com a forma como o Conselho de Administração gere, controla e sobre os quais esta toma decisões.

O contributo dos segmentos de negócio para a demonstração consolidada dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	<u>Energia</u>	<u>Pasta</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Rendimentos Operacionais:						
Vendas	64 283 355	667 149 376	-	731 432 731	-	731 432 731
Vendas - intersegmental	4 940 454	333 332 837	-	338 273 291	(338 273 291)	-
Prestações de serviços	-	4 102 901	-	4 102 901	-	4 102 901
Prestações de serviços - intersegmental	-	39 662 235	16 430 000	56 092 235	(56 092 235)	-
Outros rendimentos	851 448	17 132 745	-	17 984 193	-	17 984 193
Outros rendimentos - intersegmental	-	4 892 099	-	4 892 099	(4 892 099)	-
Variação de justo valor dos ativos biológicos	-	1 936 954	-	1 936 954	-	1 936 954
Total de rendimentos operacionais	<u>70 075 257</u>	<u>1 068 209 147</u>	<u>16 430 000</u>	<u>1 154 714 404</u>	<u>(399 257 625)</u>	<u>755 456 779</u>
Gastos Operacionais:						
Custo das vendas	(29 821 429)	(586 696 937)	-	(616 518 367)	330 895 583	(285 622 783)
Fornecimento de serviços externos	(17 947 434)	(227 670 082)	(1 128 012)	(246 745 528)	63 964 477	(182 781 051)
Custos com o pessoal	-	(37 721 709)	(2 616 132)	(40 337 841)	18 286	(40 319 555)
Amortizações e depreciações	(13 371 361)	(61 731 107)	(244 285)	(75 346 753)	-	(75 346 753)
Provisões e perdas por imparidade	(15 964)	(7 257 967)	-	(7 273 931)	-	(7 273 931)
Outros gastos	(82 426)	(5 296 117)	(5 116 291)	(10 494 834)	4 178 758	(6 316 076)
Total de gastos operacionais	<u>(61 238 614)</u>	<u>(926 373 919)</u>	<u>(9 104 720)</u>	<u>(996 717 254)</u>	<u>399 057 104</u>	<u>(597 660 149)</u>
Resultados operacionais	<u>8 836 643</u>	<u>141 835 228</u>	<u>7 325 280</u>	<u>157 997 150</u>	<u>(200 521)</u>	<u>157 796 630</u>
Resultados relativos a empresas associadas						28 812
Resultados financeiros						<u>(21 566 670)</u>
Resultado antes de impostos						<u>136 258 772</u>
Impostos sobre o rendimento						<u>(35 436 397)</u>
Resultado líquido do exercício						<u>100 822 375</u>
Atribuível a:						
Detentores de capital próprio da empresa-mãe						100 826 022
Interesses sem controlo						<u>(3 647)</u>
						<u>100 822 375</u>

O investimento líquido total dos segmentos de negócio no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

(milhares de euros)	<u>Energia</u>	<u>Pasta</u>	<u>Consolidado</u>
Investimento líquido total	28 927	41 520	70 448

Investimento líquido total – dizem respeito às aquisições no exercício de ativos fixos tangíveis relacionados com a atividade operacional dos segmentos Papel e Energia.

Geograficamente, a repartição das vendas e prestações de serviços do Grupo por mercado é como segue:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Mercado interno	205 486 455	162 046 751
Mercado externo	530 049 177	615 564 050
	<u>735 535 632</u>	<u>777 610 801</u>

40. GASTOS COM PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o número médio de pessoal ao serviço das empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral foi de 759 e 735, respetivamente.

Em 31 de dezembro 2019 e 2018 a rubrica “Gastos com o pessoal” apresenta o seguinte detalhe:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Remunerações	30 842 701	29 393 347
Encargos sobre remunerações	5 896 549	5 434 412
Indemnizações	335 673	1 610 778
Seguros	784 437	732 418
Custos com pensões	554 541	538 405
Outros	1 905 654	1 818 147
	<u>40 319 555</u>	<u>39 527 507</u>

41. FORNECIMENTO DE SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro 2019 e 2018 a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” apresenta o seguinte detalhe:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Energia	31 832 438	44 094 429
Transportes de mercadorias	36 458 408	36 478 248
Serviços especializados	25 836 912	24 956 630
Combustíveis	17 806 158	17 313 049
Custos com atividade florestal	19 696 475	16 463 114
Conservação e reparação	26 341 740	16 187 109
Rendas e alugueres	2 215 256	10 618 499
Seguros	6 540 407	4 947 564
Subcontratos	6 124 330	2 832 884
Outros	9 928 927	13 179 551
	<u>182 781 051</u>	<u>187 071 077</u>

42. HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O total de honorários suportados pelo Grupo Altri relativamente a serviços prestados pelas empresas do universo da EY em 2019 e 2018 ascendeu em ambos os anos, a 130 mil Euros e referem-se a serviços de auditoria e revisão legal das contas e incluem, em 2018, mil euros relativos a serviços de garantia de fiabilidade.

43. APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

No que diz respeito ao exercício de 2018, o Conselho de Administração propôs, no seu relatório anual, o qual foi aprovado em Assembleia Geral realizada a 28 de maio de 2019, que o resultado líquido individual da Altri, SGPS, S.A. no montante de 135.210.911,23 Euros, fosse integralmente distribuído sob a forma de dividendos. O Conselho de Administração propôs igualmente a distribuição de reservas livres no montante de 12.483.892,84 Euros sob a forma de dividendos, o que corresponde a um dividendo total de 0,72 Euros/ação.

No que respeita ao exercício de 2019, o Conselho de Administração propôs, no seu relatório anual, que o resultado líquido individual da Altri, SGPS, S.A. no montante de 114.428.315 Euros, tenha a seguinte aplicação:

Dividendos	61.539.502 euros
Reservas livres	52.888.813 euros

A distribuição de lucros do exercício e de reservas livres ora proposta implicará o pagamento de um dividendo bruto de 0,30 Euros por ação.

44. INFORMAÇÃO RELATIVA A MATÉRIAS AMBIENTAIS

No âmbito do Protocolo de Quioto, a União Europeia comprometeu-se a reduzir a emissão de gases de efeito de estufa. Neste contexto, foi emitida uma Diretiva Comunitária que prevê a comercialização das chamadas “Licenças de emissão de CO₂”, entretanto transposta para a legislação portuguesa e que é aplicável, a partir de 1 de janeiro de 2005, entre outras, à indústria de pasta e papel.

Pela publicação do Despacho conjunto nº 38/2013 de 15 de março de 2013, foi efetuada a distribuição pelo Governo Português das “Licenças de emissão de CO₂” às diversas empresas portuguesas abrangidas, estando prevista a atribuição, a título gratuito, de licenças para a emissão de 89.945 toneladas de CO₂ às empresas do Grupo para o ano de 2016. Caso as emissões reais sejam superiores às “Licenças de emissão de CO₂” atribuídas, o Grupo terá de adquirir as licenças em falta no mercado. A entrega das “Licenças de emissão de CO₂”, correspondente às emissões reais realizadas num exercício, é efetuada no início do ano seguinte, estando os valores apresentados pelas empresas relativos às emissões reais efetuadas sujeitos a certificação por uma entidade independente.

Considerando que estas licenças se referem ao período 2013-2020, com base nos dados previsionais de emissão de CO₂, não se estimam encargos significativos para o Grupo em consequência da entrada em vigor desta legislação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção do Conselho de Administração que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados dos quais resultem encargos materialmente relevantes para o Grupo Altri.

45. EVENTOS SUBSEQUENTES

O primeiro trimestre de 2020 foi marcado pelo aparecimento de uma epidemia a nível global denominada Covid-19, sendo que em 11 de março de 2020 foi declarada uma pandemia pela

Organização Mundial de Saúde. Esta pandemia, disseminada internacionalmente, impacta de modo relevante a economia mundial e os mercados financeiros, pelo que se torna imprescindível considerar os impactos decorrentes do Covid-19.

O Grupo Altri é uma empresa internacional, com aproximadamente 70% das vendas a terem como destino o mercado externo, conforme detalhado na Nota 39 do anexo às demonstrações financeiras. A pandemia do Covid-19, poderá vir a ter impacto direto e indireto nos nossos Clientes, Fornecedores, Colaboradores, Comunidades locais e outras partes envolvidas na cadeia de valor.

A magnitude, extensão e durabilidade do atual momento de incerteza, torna a avaliação dos seus impactos diretos e indiretos, num exercício árduo e incerto. Pelo que à data de hoje o Grupo não tem informação disponível para proceder à sua eventual quantificação. No entanto cumpre realçar os seguintes aspetos:

Avaliação de impactos comerciais:

Segmento Pasta:

- o ano de 2020 apesar da pandemia, iniciou na sua vertente comercial de modo positivo no que diz respeito à procura de pasta de papel, dado que a mesma é a matéria-prima para a produção de *tissue*;

- esta elevada procura por parte dos nossos Clientes é explicada pelo maior consumo que tem existido ao nível dos produtos de papel para uso doméstico, higiene e proteção, igualmente explicado pela pandemia;

- no entanto a propagação do Covid-19 não permitiu a concretização do aumento do preço de venda, que já se antecipava no mercado no final do exercício de 2019;

- é antecipada contudo uma eventual quebra no ciclo de procura quando se iniciar o período de recuperação do vírus;

- a produção do *tissue*, foi considerado como uma atividade essencial, e como tal a matéria-prima utilizada na sua produção (pasta de papel), foi igualmente considerado como bem essencial. Desta forma, o Grupo Altri mantém a sua atividade por fazer parte dessa cadeia de abastecimento;

- a Comissão Europeia implementou uma operação de “livre trânsito” nas fronteiras, pelo que até à data ainda não se verificaram bloqueios no movimento dos produtos para exportação;

- nos Clientes não se verificou, até ao momento, nenhuma situação relevante de dificuldades em termos de cobrança;

Segmento Energia:

- não se verificou qualquer quebra no volume de negócios do presente segmento decorrente da pandemia, sendo a totalidade das vendas realizadas para a rede pública.

Avaliação de impactos na operação:

- informamos que no Grupo Altri as 3 fábricas estão atualmente a produzir em pleno, bem como assim, as centrais de produção de energia elétrica;

- o Grupo Altri aquando da implementação das medidas de prevenção, controlo e vigilância desta infeção, reforçou os seus níveis de inventário no que diz respeito à tipologia de produtos químicos;

- para os Colaboradores das empresas transportadoras (motoristas), e tendo o Grupo consciência da maior dificuldade em encontrar estabelecimentos de restauração em atividade, o Grupo Altri entrega a estes Colaboradores um *pack* de refeição;

- aliado a estes procedimentos, e à relação de forte parceira com os seus Fornecedores, não temos verificado até à data qualquer constrangimento no fornecimento da nossa matéria prima;
- o Grupo Altri tem nos últimos anos investido em diversas aplicações informáticas e *data analytics (Big data and Machine Learning)* assim como, tem utilizado o *Kaizen*, de forma a otimizar a sua estrutura de custos. Entendemos que estes investimentos se vão consubstanciar numa redução de custos e contribuir igualmente para a gestão dos impactos associados à pandemia;
- o Grupo Altri procedeu ainda à contratação de uma empresa externa e especializada no sector, para proceder à descontaminação regular de espaços comuns, dentro do qual se destaca as salas de controlo de operação, dado que as mesmas são críticas para a produção;
- o Grupo Altri encontra-se atualmente em processo de revisão e avaliação interna de forma cautelosa sobre os investimentos que tinha planeado para o exercício de 2020, reavaliando o custo benefício destes projetos em carteira, bem como, a sua exequibilidade, tendo em consideração a realidade atual;
- as paragens na produção só irão ocorrer se o Grupo Altri for obrigado por lei ou por encerramento dos clientes. O Grupo Altri tem fortes responsabilidades no fornecimento da cadeia de abastecimento do sector da pasta de papel e tudo fará para continuar a servir os seus Clientes.

Colaboradores:

- assegurar o bem-estar permanente de todos os Colaboradores, das suas famílias e da comunidade, sempre foi e continuará a ser uma prioridade do Grupo Altri;
- procedemos à implementação de um conjunto de ações preventivas acrescidas para proteger a saúde e segurança dos nossos Colaboradores, tendo por base as recomendações da Direção Geral de Saúde para fazer face à pandemia. Acreditamos que as medidas de prevenção, controlo e vigilância implementadas pelo nosso departamento de recursos humanos, que de forma contínua são ajustadas face à evolução da pandemia, é basilar para efeitos de contenção dos impactos da pandemia entre os nossos Colaboradores e Comunidade local. De entre as medidas implementadas destacamos as abaixo:
 - i. a aplicação de um Questionário Epidemiológico a todas as visitas e novos Colaboradores externos, sobre viagens recentes ao estrangeiro. Em caso de resposta afirmativa, a pessoa é dirigida ao Posto Médico da subsidiária onde se encontra;
 - ii. um conjunto de medidas de mitigação implementadas nos refeitórios, nomeadamente, alargamento dos tempos de refeição para permitir um menor número de colaboradores por hora; maior espaçamento entre as mesas de refeição, entre outras medidas que foram avaliadas e consideradas como eficientes para a proteção dos nossos Colaboradores;
 - iii. foram elaborados e encontram-se em fase de operacionalização Planos de Contingência Industriais e de Apoio ao Cliente Específicos, com vista a garantir a operacionalidade das Áreas Industriais. Está ainda a ser implementado um Regime de Teletrabalho a diversos trabalhadores da área administrativa, financeira e serviços partilhados.
- o Grupo Altri informa que até à data não tem informação sobre qualquer caso positivo de Covid-19 entre os seus colaboradores. Sendo que se encontra preparado para essa eventualidade.

O Grupo Altri permanecerá atento e cuidadoso perante os riscos que poderão surgir para a sua área de negócio, quer em termos operacionais, de investimento ou financeiros.

Estamos convictos de que com prevenção, serenidade e em conjugação de esforços com os nossos parceiros, como sejam os nossos Clientes, Fornecedores, Colaboradores e Comunidades locais, estamos preparados para enfrentar este desafio.

De 31 de dezembro de 2019 até à data de emissão este relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros do Grupo Altri e do conjunto das empresas subsidiárias e associadas incluídas na consolidação.

O Conselho de Administração

Paulo Jorge dos Santos Fernandes

João Manuel Matos Borges de Oliveira


Domingos José Vieira de Matos

Laurentina da Silva Martins

Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira

Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça

José Manuel de Almeida Archer



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS
E NOTAS ANEXAS

ALTRI, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31.12.2019	31.12.2018
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	7	7 348 173	7 466 848
Ativo sob direito de uso	8	222 168	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	4	175 070 677	175 920 677
Instrumentos financeiros derivados	17	-	-
Ativos por impostos diferidos	5	222 056	475 361
Total de ativos não correntes		182 863 074	183 862 886
ATIVOS CORRENTES:			
Clientes	20	13 225 077	1 391 137
Outras dívidas de terceiros	11 e 20	37 260 042	69 253 896
Imposto sobre o rendimento	5 e 10	8 817 574	-
Outros ativos correntes	12	17 446 387	644 825
Outros ativos financeiros	20	19 294 750	26 981 762
Instrumentos financeiros derivados	17	670 840	-
Caixa e equivalentes de caixa	9	114 056 218	110 901 122
Total de ativos correntes		210 770 888	209 172 742
Total do ativo		393 633 962	393 035 628
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		31.12.2019	31.12.2018
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	13	25 641 459	25 641 459
Reserva legal	13	5 128 292	5 128 292
Outras reservas	13	5 946 020	17 555 907
Resultado líquido do exercício		114 428 315	135 210 911
Total do capital próprio		151 144 086	183 536 569
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Outros empréstimos	14	219 116 700	184 144 029
Passivo da locação	8	140 625	-
Passivos por impostos diferidos	5	-	-
Provisões		479 712	479 712
Instrumentos financeiros derivados	17	919 120	-
Total de passivos não correntes		220 656 157	184 623 741
PASSIVO CORRENTE:			
Outros empréstimos	14	804 344	810 300
Passivo da locação	8	84 703	-
Fornecedores		98 665	520 272
Outras dívidas a terceiros	15 e 20	1 592 576	971 706
Imposto sobre o rendimento	5 e 10	-	20 346 790
Outros passivos correntes	16	18 118 461	262 380
Instrumentos financeiros derivados	17	1 134 970	1 963 870
Total de passivos correntes		21 833 719	24 875 318
Total do Passivo		242 489 876	209 499 059
Total do passivo e capital próprio		393 633 962	393 035 628

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ALTRI, SGPS, S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2019	31.12.2018
Prestação de serviços	20	16 430 000	7 971 250
Fornecimento e serviços externos		(1 113 993)	(1 674 024)
Gastos com pessoal	21	(2 616 132)	(2 497 880)
Amortizações e depreciações	7 e 8	(244 285)	(163 936)
Outros gastos		(1 180 312)	(1 289 712)
Resultados relativos a investimentos	18	110 000 000	137 000 000
Gastos financeiros	19	(6 240 992)	(6 329 539)
Rendimentos financeiros	19 e 20	817 496	1 007 305
Resultado antes de impostos		115 851 782	134 023 464
Impostos sobre o rendimento	5	(1 423 467)	1 187 447
Resultado líquido do exercício		114 428 315	135 210 911
Resultados por ação			
Básico	22	0,558	0,659
Diluído	22	0,558	0,659

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ALTRI, SGPS, S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2019	31.12.2018
Resultado líquido do exercício	22	114 428 315	135 210 911
Outro rendimento integral:			
Itens que não serão reclassificados para o resultado líquido		-	-
Itens que futuramente podem ser reclassificados para o resultado líquido			
Variação no justo valor dos derivados de cobertura dos fluxos de caixa - valor bruto	17	1 129 102	(1 021 380)
Variação no justo valor dos derivados de cobertura dos fluxos de caixa - imposto diferido	5	(254 021)	229 810
		875 081	(791 569)
Outro rendimento integral do exercício		875 081	(791 569)
Total do rendimento integral do exercício		115 303 396	134 419 342

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ALTRI, SGPS, S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2018	13	25 641 459	5 128 292	23 181 596	56 705 382	110 656 729
Aplicação do resultado de 2017		-	-	56 705 382	(56 705 382)	-
Distribuição de dividendos		-	-	(61 539 502)	-	(61 539 502)
Total do rendimento integral do exercício		-	-	(791 569)	135 210 911	134 419 342
Saldo em 31 de dezembro de 2018	13	<u>25 641 459</u>	<u>5 128 292</u>	<u>17 555 907</u>	<u>135 210 911</u>	<u>183 536 569</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2019	13	25 641 459	5 128 292	17 555 907	135 210 911	183 536 569
Aplicação do resultado de 2018	23	-	-	135 210 911	(135 210 911)	-
Distribuição de dividendos	23	-	-	(147 694 804)	-	(147 694 804)
Impacto da aplicação da IFRS 16		-	-	(1 075)	-	(1 075)
Total do rendimento integral do exercício		-	-	875 081	114 428 315	115 303 396
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13	<u>25 641 459</u>	<u>5 128 292</u>	<u>5 946 020</u>	<u>114 428 315</u>	<u>151 144 086</u>

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ALTRI, SGPS, S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2019	31.12.2018
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		5 291 926	10 496 794
Pagamentos a fornecedores		(1 563 545)	(1 180 504)
Pagamentos ao pessoal		(2 574 540)	(2 447 965)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(672 492)	(1 262 849)
Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas		(10 100 291)	(4 744 199)
<i>Fluxos gerados pelas atividades operacionais (1)</i>		<u>(9 618 942)</u>	<u>861 277</u>
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	9	19 304 198	-
Dividendos	18	110 000 000	137 000 000
Juros e proveitos similares		679 484	651 523
Pagamentos relativos a:			
Investimentos financeiros	9	(5 000 000)	(50 041 770)
Ativos fixos tangíveis		(41 614)	(7 610 433)
<i>Fluxos gerados pelas atividades de investimento (2)</i>		<u>124 942 068</u>	<u>79 999 320</u>
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	14	175 000 000	-
Outras operações de financiamento		12 650 945	6 500 000
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e custos similares		(5 315 773)	(5 056 688)
Passivo da locação	8	(87 616)	-
Dividendos	23	(147 694 804)	(61 539 502)
Empréstimos obtidos	14	(140 000 000)	(20 000 000)
Outras operações de financiamento		(6 720 782)	(13 407 508)
<i>Fluxos gerados pelas atividades de financiamento (3)</i>		<u>(112 168 030)</u>	<u>(93 503 698)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	9	110 901 122	123 544 223
Varição de caixa e seus equivalentes: (1)+(2)+(3)		3 155 096	(12 643 101)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	9	<u>114 056 218</u>	<u>110 901 122</u>

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Altri, SGPS, S.A. (“Altri” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1 de março de 2005, com sede na Rua Manuel Pinto Azevedo, 818, no Porto e que tem como atividade principal a gestão de participações sociais (Nota 4), sendo as suas ações cotadas na Euronext Lisbon.

A Altri dedica-se à gestão de participações sociais essencialmente na área industrial, sendo a empresa-mãe do grupo de empresas designado por Grupo Altri. As atividades atuais do Grupo Altri centram-se na produção de pasta branqueada de eucalipto através de três unidades produtivas e na produção de energia elétrica através do consumo de resíduos e biomassa florestal.

As demonstrações financeiras da Altri são apresentadas em Euros em valores arredondados à unidade, sendo esta a divisa utilizada pelo Grupo nas suas operações e como tal considerada a moeda funcional.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 31 de março de 2020. A sua aprovação final está ainda sujeita a concordância da Assembleia Geral de Acionistas, sendo expectativa da Empresa e do Conselho de Administração que as mesmas serão aprovadas sem alterações significativas.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quanto às que resultam da adoção da IFRS 16, a qual é de aplicação obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019.

Adicionalmente, não ocorreram alterações significativas nas principais estimativas utilizadas pela Empresa na preparação das demonstrações financeiras.

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia (“IFRS-UE”) em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2019. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (“IFRS - IC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa no pressuposto da continuidade das operações. As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros derivados, os quais foram mensurados ao justo valor no final de cada período de reporte, tal como explicitado nas políticas contabilísticas abaixo.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS-UE requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas

contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contábilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período. Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.3.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é hierarquizada em três níveis (Nível 1, 2 e 3), os quais têm em consideração, nomeadamente, se os dados utilizados são observáveis em mercado ativo e a significância dos mesmos ao nível da valorização dos ativos / passivos ou na divulgação destes.

O justo valor é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas, independentemente de esse preço poder ser diretamente observável ou estimado utilizando outras técnicas de valorização. Ao estimar o justo valor de um ativo ou passivo, a Empresa considera as características que os participantes do mercado também teriam em consideração quando valorizassem o ativo ou passivo na data de mensuração.

Os ativos que são mensurados a justo valor após o reconhecimento inicial são agrupados em 3 níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

Nível 1: o justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;

Nível 2: o justo valor é determinado com base em técnicas de avaliação. Os principais inputs dos modelos de avaliação são observáveis no mercado; e

Nível 3: o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

(i) Adoção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 16 – Locações	1-jan-19	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS

		16 não implica alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Emenda à IFRS 9: características de pagamentos antecipados com compensação negativa	1-jan-19	Esta emenda vem permitir que ativos financeiros com condições contratuais que preveem, na sua amortização antecipada, o pagamento de um montante considerável por parte do credor, possam ser mensurados ao custo amortizado ou a justo valor por reservas (consoante o modelo de negócio), desde que: (i) na data do reconhecimento inicial do ativo, o justo valor da componente da amortização antecipada seja insignificante; e (ii) a possibilidade de compensação negativa na amortização antecipada seja única razão para o ativo em causa não ser considerado um instrumento que contempla apenas pagamentos de capital e juros.
IFRIC 23 - Incertezas no tratamento de imposto sobre o rendimento	1-jan-19	Esta interpretação vem dar orientações sobre a determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)	1-jan-19	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: requer remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo sobre uma participada sobre a qual anteriormente tinha controlo conjunto; IFRS 11 – Empreendimentos conjuntos: clarifica que não deve haver remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo conjunto sobre uma operação conjunta; IAS 12 – Impostos sobre o rendimento: clarifica que todas as consequências fiscais de dividendos devem ser registadas em resultados, independentemente de como surge o imposto; IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos: clarifica que a parte do empréstimo diretamente relacionado com a aquisição/construção de um ativo, em dívida após o correspondente ativo ter ficado pronto para o uso pretendido, é, para efeitos de determinação da taxa de capitalização, considerada parte integrante dos financiamentos genéricos da entidade.
Emendas à IAS 19: Alteração do Plano, Restrição ou Liquidação	1-jan-19	Se uma emenda, corte ou liquidação do plano ocorrer, agora é obrigatório que o custo do serviço corrente e os juros líquidos do período após a remensuração sejam determinados usando os pressupostos usados para a remensuração. Além disso, foram incluídas

alterações para esclarecer o efeito de uma alteração, redução ou liquidação do plano sobre os requisitos relativos ao limite máximo do ativo.

Emenda à IAS 28: Investimentos de longo prazo em associadas e acordos conjuntos	1-jan-19	Esta emenda vem clarificar que a IFRS 9 deve ser aplicada (incluindo os respetivos requisitos relacionados com imparidade) a investimentos em associadas e acordos conjuntos quando o método da equivalência patrimonial não é aplicado na mensuração dos mesmos.
--	----------	---

Da aplicação destas normas e interpretações não foram registados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa, com exceção da IFRS 16.

IFRS 16 – Locações

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Empresa aplicou a IFRS 16 – Locações e as emendas relacionadas que se encontram efetivas para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019.

Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações, IFRIC 4 - Determinar se um Acordo contém uma Locação, SIC 15 - Locações Operacionais— Incentivos e SIC 27 - Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações e exige que os locatários reconheçam a maioria das locações na demonstração da posição financeira de acordo com um modelo único.

A Altri optou pelo modelo de transição retrospectivo modificado na aplicação da IFRS 16, de acordo com o previsto nos seus parágrafos C3(a), C5(b), C7 e C8, tendo consequentemente, determinado a taxa de desconto com base na taxa de juro incremental assumindo a moeda, maturidade e perfis de *cash flow* inerentes à locação e o próprio risco de crédito da Empresa à data da aplicação inicial.

A Empresa decidiu aplicar as isenções de reconhecimento para contratos de locação que, na data de início, têm um prazo de locação igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (locação de curto prazo) e contratos de locação para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor).

Reconhecimento

A Empresa apresenta os ativos sob direito de uso e os passivos da locação em rubricas devidamente segregadas na demonstração da posição financeira. A Empresa reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação na data de início do contrato.

O ativo registado em “Ativos sob direito de uso” é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido (caso aplicável).

O passivo registado em “Passivo da locação” corresponde ao valor atual, a 1 de janeiro de 2019, dos pagamentos de locação remanescentes dos contratos que tinham sido classificados como locações operacionais, ao abrigo da IAS 17, e que não correspondem a locação de curto prazo, conforme previsto na IFRS 16. Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem os pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos (caso aplicável) e pagamentos variáveis associados a um índice ou taxa.

A Empresa utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de desconto a aplicar.

O passivo da locação é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo, sendo remensurado quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação.

Pagamentos variáveis que não estejam associados a quaisquer índices ou taxas são reconhecidos como gasto do exercício, no exercício em que ocorre o evento ou condição que leva ao pagamento.

Quando o passivo da locação é remensurado, o valor do ativo sob direito de uso é também ajustado, ou é registado um lucro ou prejuízo na demonstração de resultados, se a quantia escriturada do ativo sob direito de uso já se encontrava reduzida a zero e ocorre uma redução adicional na responsabilidade da locação.

O ativo sob direito de uso é depreciado utilizando o método de depreciação linear, com base no prazo da locação.

A Empresa não detém posições contratuais como locador.

A reconciliação entre as responsabilidades com locações operacionais do ano anterior e as responsabilidades por locações reconhecidas na data inicial de aplicação é a seguinte:

Responsabilidades com locações operacionais a 31 dezembro 2018	286.220 €
(Menos): locações de curto prazo reconhecidas numa base linear como despesa	(7.714) €
Responsabilidades por locação não descontadas reconhecidas a 1 janeiro 2019	278.506 €
Descontadas usando a taxa incremental de financiamento (média ponderada 2,15%)	268.239 €
Responsabilidades por locação reconhecidas a 1 janeiro 2019	268.239 €

Resumidamente os principais impactos resultantes da adoção da IFRS 16 na data de aplicação inicial (1 de janeiro de 2019) podem ser apresentados como segue:

	01.01.2019
ATIVOS NÃO CORRENTES:	
Ativo sob direito de uso	266 849
Ativos por impostos diferidos	315
Total do ativo	267 164
PASSIVO:	
Passivo da locação	268 239
Outros passivos correntes	-
Total de passivo	268 239
CAPITAL PRÓPRIO:	
Outras reservas	(1 075)
	(1 075)

(ii) Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios

	iniciados em ou após	
Emendas a referências à Estrutura Conceptual nas Normas IFRS	1-jan-20	Corresponde a emendas em diversas normas (IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22 e SIC 32) em relação a referências à Estrutura Conceptual revista em março de 2018. A Estrutura Conceptual revista inclui definições revistas de um ativo e de um passivo e novas orientações sobre mensuração, desreconhecimento, apresentação e divulgação.
Emenda à IAS 1 e IAS 8 – Definição de material	1-jan-20	Corresponde a emendas para clarificar a definição de material na IAS 1. A definição de material na IAS 8 passa a remeter para a IAS 1. A emenda altera a definição de material em outras normas para garantir consistência. A informação é material se pela sua omissão, distorção ou ocultação seja razoavelmente esperado que influencie as decisões dos utilizadores primários das demonstrações financeiras tendo por base as demonstrações financeiras.
Emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – reforma das taxas de juro benchmark (IBOR Reform)	1-jan-20	Corresponde a emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 relacionadas com o projeto de reforma das taxas de juro de benchmark (conhecido como “IBOR reform”), no sentido de diminuir o impacto potencial da alteração de taxas de juro de referência no relato financeiro, nomeadamente na contabilidade de cobertura.

Estas emendas apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa em 2019, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

(iii) Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adotadas

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontravam ainda aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 17 - Contratos de Seguros	1-jan-21	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta

norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.

Emenda à IFRS 3 – Definição de negócio	1-jan-20	Corresponde a emendas à definição de negócio, pretendendo clarificar a identificação de aquisição de negócio ou de aquisição de um grupo de ativos. A definição revista clarifica ainda a definição de output de um negócio como fornecimento de bens ou serviços a clientes. As alterações incluem exemplos para identificação de aquisição de um negócio.
--	----------	---

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

2.2 PRINCIPAIS CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração utilizados pela Empresa na preparação das suas demonstrações financeiras são os seguintes:

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos fixos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente às quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações os gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado (genericamente 3 a 5 anos).

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis que correspondem, sobretudo, ao imóvel adquirido em 2018 para instalação da sede da Empresa e a equipamento administrativo encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem ao seguinte período de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento administrativo	3 a 10
Equipamento de transporte	4 a 8

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em condições de serem utilizados.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

c) Locações

Política aplicável desde 1 de janeiro de 2019

A Empresa avalia, no início de cada acordo, se o acordo é, ou contém, uma locação. Isto é, se transmite o direito de uso de um ativo ou ativos específicos por um determinado período de tempo em troca de uma contrapartida.

Empresa como locatário

A Empresa aplica o mesmo método de reconhecimento e mensuração a todas as locações, exceto para as locações de curto prazo e locações associadas a ativos de baixo valor. A Empresa reconhece um passivo relativo aos pagamentos da locação e um ativo identificado como direito de uso do ativo subjacente.

(i) Ativos sob direito de uso

À data de início da locação (isto é, data a partir da qual o ativo está disponível para uso), a Empresa reconhece um ativo relativo ao direito de uso. Os “Ativos sob direito de uso” são mensurados ao custo, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas, ajustado pela remensuração do passivo da locação. O custo compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido (caso aplicável).

O ativo sob direito de uso é depreciado utilizando o método de depreciação linear, com base no prazo da locação.

Se a propriedade do ativo se transmitir para a Empresa no final do prazo da locação, ou o custo incluir uma opção de compra, as depreciações são calculadas tendo em conta a vida útil estimada do ativo.

(ii) Passivos da locação

À data de início da locação, a Empresa reconhece um passivo mensurado ao valor presente dos pagamentos de rendas a efetuar ao longo do acordo. Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem os pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos (caso aplicável) e pagamentos variáveis associados a um índice ou taxa. Os pagamentos incluem ainda, caso aplicável, o preço de exercício de uma opção de compra, que será exercida pela Empresa com uma certeza razoável, e pagamentos de penalizações por terminar o contrato, se os termos da locação refletirem a opção de exercício da Empresa.

O passivo da locação é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo, sendo remensurado quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação.

Pagamentos variáveis que não estejam associados a quaisquer índices ou taxas são reconhecidos como gasto do exercício, no exercício em que ocorre o evento ou condição que leva ao pagamento.

Para o cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação, a Empresa usa a sua taxa de juro incremental à data de início da locação, uma vez que a taxa de juro implícita ao contrato não é prontamente determinável. Após essa data, o montante do passivo da locação é aumentado por acréscimo de juros e reduzido por pagamentos de rendas efetuados. Adicionalmente, o valor é remensurado se ocorrer alguma alteração nos termos do acordo, no valor das rendas (e.g., alterações dos pagamentos futuros causadas por uma alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos) ou uma alteração da avaliação de uma opção de compra associada ao ativo subjacente.

(iii) Locações de curto prazo e locações de baixo valor

A Empresa aplica a isenção de reconhecimento às suas locações de curto prazo de ativos (i.e., locações com prazos de 12 meses ou inferiores e não contêm uma opção de compra). A Empresa aplica igualmente a isenção de reconhecimento a locações de ativos considerados de baixo valor. Os pagamentos de rendas de locações de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como gasto do exercício, ao longo do período da locação.

Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2019

A determinação se um acordo é, ou contém, uma locação baseia-se na substância do acordo no início do acordo, que é a data mais antiga entre a data do acordo e a data do compromisso pelas partes em relação aos principais termos do acordo, com base em todos os factos e circunstâncias. O acordo é, ou contém, uma locação se o cumprimento do acordo está dependente do uso de um ativo ou ativos específicos e o acordo transmite um direito de usar o ativo, mesmo que esse ativo não esteja explicitamente identificado no acordo. A duração da locação é a soma do período durante o qual a locação não pode ser cancelada com um período adicional que esteja previsto o locatário ter a opção de manter a locação e, no início do contrato, a Empresa tem uma certeza razoável que o locatário a vá exercer.

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A análise de transferência de riscos e benefícios inerentes à posse do ativo toma em consideração diversos fatores, nomeadamente, se a posse está ou não contratualmente condicionada a assumir a propriedade do bem, o valor de pagamentos mínimos a efetuar ao abrigo do contrato, a natureza do ativo sob locação e a duração do contrato tendo em consideração a possibilidade de renovação.

Locações financeiras são registadas no ativo pelo justo valor no ativo ou, se menor, ao valor atual dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos mínimos da locação são repartidos entre o encargo financeiro e a redução do passivo pendente de forma a produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são registados na demonstração dos resultados como gastos financeiros. O ativo locado é depreciado durante a sua vida útil (as depreciações são registadas como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, tal como descrito na Nota 2.2 b)). No entanto, se não houver certeza razoável de que o locatário virá a obter a propriedade no fim do prazo da locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou da sua vida útil, dos dois o mais curto.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

d) Imparidade dos ativos fixos tangíveis exceto Goodwill

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, deixem de existir, são objeto de reversão. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica “Outros rendimentos”. Esta reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

e) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final da construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

f) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando a Empresa: (i) tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado; (ii) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do Conselho de Administração a essa data.

As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Quando uma provisão é apurada tendo em consideração os fluxos de caixa necessários para liquidar tal obrigação, a mesma é registada pelo valor atual dos mesmos.

g) Investimentos em subsidiárias e associadas

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias e associadas são mensurados de acordo com o estabelecido na "IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas", ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

A Altri realiza testes de imparidade aos investimentos financeiros em subsidiárias sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras separadas não seja recuperável.

A análise de imparidade é efetuada com base na avaliação das participações financeiras, por recurso ao método "discounted cash-flow", tendo como base as projeções financeiras de cash-flow a seis anos de cada, incluindo o ano de perpetuidade a partir do quinto ano, deduzido do justo valor dos passivos das entidades.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Os dividendos recebidos destes investimentos são registados como ganhos relativos a investimentos, quando atribuídos. Os dividendos são registados na demonstração dos resultados na rubrica "Resultados relativos a investimentos".

h) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira da Altri quando esta se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo seu justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão dos ativos e passivos financeiros (que não sejam ativos ou passivos financeiros mensurados pelo justo valor através da demonstração

dos resultados) são adicionados ou deduzidos ao justo valor do ativo ou passivo financeiro, conforme o caso, no reconhecimento inicial.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ou passivos financeiros reconhecidos pelo justo valor através da demonstração dos resultados são reconhecidos imediatamente na demonstração dos resultados.

Ativos financeiros

Todas as compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira. Todos os ativos financeiros reconhecidos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou, ao seu justo valor, dependendo do modelo de negócio adotado pela Altri e das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

Classificação de ativos financeiros

(i) Instrumentos de dívida e contas a receber

Os instrumentos de dívida de rendimento fixo e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado:

- o ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo é mantê-lo de forma a receber os seus fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

O método da taxa de juro efetiva é um método de calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e de alocar o respetivo juro durante o período da sua vigência.

Para os ativos financeiros que não sejam adquiridos ou originados com imparidade (ou seja, ativos com imparidade no reconhecimento inicial), a taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo *fees* e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do instrumento na sua quantia escriturada bruta na data do seu reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro é o montante pelo qual o mesmo é mensurado no reconhecimento inicial deduzido dos reembolsos de capital, mais a amortização acumulada, utilizando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante inicial e o montante do seu reembolso, ajustado por eventuais perdas por imparidade.

A receita associada aos juros é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica "Rendimentos financeiros", através do método da taxa de juro efetiva, para os ativos financeiros registados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados. A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juro efetiva à quantia escriturada bruta do ativo financeiro.

Os instrumentos de dívida e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente a justo valor através de outro rendimento integral:

- o ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo prevê quer o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, quer a sua alienação; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

(ii) Instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral

No reconhecimento inicial, a Empresa pode efetuar uma escolha irrevogável (instrumento financeiro a instrumento financeiro) de designar determinados investimentos em instrumentos de

capital próprio (ações) a justo valor através do outro rendimento integral quando eles satisfazem a definição de capital prevista na IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação e não são detidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento.

A designação a justo valor através de outro rendimento integral não é permitida se o investimento for mantido para efeitos de negociação ou se resultar de uma contraprestação contingente reconhecida no âmbito de uma concentração de atividades empresariais.

Um instrumento de capital é mantido para negociação se:

- ele for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo;
- no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Empresa administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- se for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afeto a uma operação de cobertura).

Os investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados ao seu justo valor com os ganhos e perdas decorrentes da sua variação reconhecidos no outro rendimento integral. No momento da sua alienação, o ganho ou a perda acumulado gerado com estes instrumentos financeiros não é reclassificado para a demonstração dos resultados, mas sim transferido somente para a rubrica de “Resultados transitados”.

(iii) Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados

Os ativos financeiros que não cumpram os critérios para serem mensurados pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados. Estes ativos incluem ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros designados no momento de reconhecimento inicial como mensurados ao justo valor através dos resultados, ou os ativos financeiros que obrigatoriamente têm de ser mensuradas ao justo valor.

Os ativos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo justo valor apurado no final de cada período de relato, sendo os respetivos ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto se fizerem parte de uma relação de cobertura.

Imparidade de ativos financeiros

A Altri reconhece perdas de imparidade esperadas para instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como para contas a receber de clientes e outras dívidas de terceiros.

A quantia de perdas esperadas de imparidade para os ativos financeiros acima referidos é atualizada a cada data de relato de forma a refletir as alterações no risco de crédito ocorridas desde o reconhecimento inicial dos respetivos ativos financeiros.

As perdas de imparidade esperadas para crédito concedido (contas a receber de clientes e outras dívidas de terceiros) são estimadas utilizando uma matriz de incobrabilidade baseada no histórico creditício dos devedores da Empresa nos últimos anos, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro.

A perda por imparidade destes ativos é registada em função das perdas por imparidade esperadas (“*expected credit losses*”) daqueles ativos financeiros. O montante de perdas esperadas é atualizado em cada data de reporte para refletir alterações no risco de crédito desde o

reconhecimento inicial do respetivo instrumento financeiro. O valor da perda é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício em que tal situação ocorra.

De acordo com a abordagem simplificada prevista, a Altri reconhece as perdas por imparidade esperadas para a vida económica das contas a receber de clientes e outras dívidas de terceiros (“lifetime”). As perdas esperadas sobre estes ativos financeiros são estimadas utilizando uma matriz de imparidade baseada na experiência histórica de perdas por imparidade da Altri, afetada por fatores prospetivos específicos relacionados com o risco de crédito esperado dos devedores, pela evolução das condições económicas gerais e por uma avaliação das circunstâncias atuais e perspetivadas à data de reporte financeiro.

Mensuração e reconhecimento das *expected credit losses*

A mensuração das perdas por imparidade esperadas reflete a probabilidade estimada de *default*, a probabilidade de perda devido a esse *default* (i.e. a magnitude da perda caso ocorra um *default*) e a exposição real da Altri a esse *default*. A Altri considera 60 dias após a data de vencimento como “default”.

A avaliação da probabilidade de *default* e de perda devido a esse *default* é baseada na informação histórica existente, ajustada de informação previsional futura conforme acima descrito.

Quanto à exposição ao *default*, para ativos financeiros, a mesma é representada pelo valor contabilístico bruto dos ativos em cada data de reporte. Para ativos financeiros, a perda por imparidade esperada é estimada como a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Empresa em conformidade com o acordado entre as partes e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados à taxa de juro efetiva original.

A Altri reconhece ganhos e perdas relativos às imparidades na demonstração dos resultados para todos os instrumentos financeiros, com os correspondentes ajustamentos ao seu valor contabilístico através da rubrica de perdas por imparidade acumulada na demonstração da posição financeira.

Fruto da rigorosa política de controlo de crédito da Altri os créditos incobráveis têm sido quase inexistentes.

A partir de janeiro de 2018, a Altri passou a avaliar de forma prospetiva as perdas de imparidade esperadas, de acordo com a IFRS 9.

O modelo utilizado para apuramento das imparidades de contas a receber consiste em:

- Estratificação dos clientes por tipo de rédito associado;
- Análise do histórico de incobráveis e *default* para as subpopulações identificadas;
- Segregação dos saldos em aberto tendo em consideração a existência de seguro de crédito e cartas de crédito;
- Para os saldos não cobertos por seguro de crédito apuramento da taxa histórica de incobráveis nos últimos dois anos;
- Ajustar as taxas obtidas acima com uma componente *forward looking* com base em projeções futuras de evolução do mercado;
- Aplicar as taxas apuradas ao saldo de clientes em aberto na data de relato.

Da análise efetuada a Altri concluiu que a adoção da IFRS 9 não tem impacto nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2018.

Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Altri, estando, portanto, ao seu justo valor.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Altri aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito, a Altri calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Altri calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos de caixa contratuais até à maturidade do ativo. A avaliação do risco de crédito é efetuada de acordo com os critérios divulgados nas políticas de gestão de risco crédito.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Altri desreconhece um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua propriedade para outra entidade. Quando não foram transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade de um ativo, nem transferido o controlo do ativo, a Altri continua a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Altri também reconhece o passivo correspondente, o ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que a Altri reteve. Se a Altri retiver substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade de um ativo financeiro transferido, a Altri continua a reconhecer o mesmo e reconhece adicionalmente um empréstimo pelo montante entretanto recebido.

No desreconhecimento de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre a sua quantia escriturada e a soma da retribuição recebida e a receber é reconhecida na demonstração dos resultados.

Por outro lado, no desreconhecimento de um ativo financeiro representado por um instrumento de capital registado a justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou a perda acumulado na reserva de reavaliação é reclassificado para a demonstração dos resultados.

No entanto, no desreconhecimento de um ativo financeiro representado por um instrumento de capital designado no reconhecimento inicial irrevogavelmente como registado a justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou a perda acumulado na reserva de reavaliação não é reclassificado para a demonstração dos resultados, mas sim transferido para a rubrica de "Resultados transitados".

iv) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Classificação como passivo financeiro ou como instrumento de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados como passivo ou como capital próprio de acordo com a substância contratual da transação.

Capital próprio

São considerados pela Altri instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transação evidencie que a Altri detém um interesse residual num conjunto de ativos após dedução de um conjunto de passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela Altri são reconhecidos pelo montante recebido, líquido dos custos diretamente atribuíveis à sua emissão.

A recompra de instrumentos de capital próprio emitidos pela Altri (ações próprias) é contabilizada pelo seu custo de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação de ações próprias são registados na rubrica "Outras reservas".

Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, todos os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Os passivos financeiros são registados ao justo valor através da demonstração dos resultados quando:

- o passivo financeiro resultar de uma contraprestação contingente decorrente de uma concentração de atividades empresariais;
- quando o passivo for devido para negociação; ou
- quando o passivo for designado para ser registado a justo valor através da demonstração dos resultados.

Um passivo financeiro é classificado como devido para negociação se:

- for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo; ou
- no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Empresa administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- se for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afetado a uma operação de cobertura).

Os passivos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo seu justo valor com os respetivos ganhos ou perdas decorrentes da sua variação reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto se estiverem afetados a operações de cobertura.

Passivos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são designados para registo ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juro efetiva.

O método da taxa de juro efetiva é um método de calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e de alocar o respetivo juro durante o período da sua vigência.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo fees e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do passivo financeiro na sua quantia escriturada na data do seu reconhecimento inicial.

Tipologias de passivos financeiros

Os empréstimos sob a forma de emissões de papel comercial são classificados como passivos não correntes quando têm garantia de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Conselho de Administração da Empresa utilizar essa fonte de financiamento igualmente por um período superior a um ano.

Os outros passivos financeiros referem-se, essencialmente, a passivo da locação, as quais são inicialmente registadas pelo seu justo valor. Estes passivos financeiros são, subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

Desreconhecimento de passivos financeiros

A Empresa desreconhece passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações da Empresa são liquidadas, canceladas ou expiraram.

A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro desreconhecido e a contraprestação paga ou a pagar é reconhecida na demonstração dos resultados.

Quando a Empresa troca com um determinado credor um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes, essa troca é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

De igual forma, a Empresa contabiliza as modificações substanciais nos termos de uma responsabilidade existente, ou em parte dela, como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

Caso a modificação não seja substancial, a diferença entre: (i) a quantia escriturada do passivo antes da modificação; e (ii) o valor presente dos fluxos de caixa futuros após a modificação é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda da modificação.

Instrumentos derivados

A Altri utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos e de taxa de câmbio. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Até 1 de janeiro de 2018, a Altri designava todos os contratos *forward* como instrumento de cobertura. Qualquer ganho ou perda decorrente de alterações no justo valor dos derivados eram registados diretamente na demonstração dos resultados, exceto a parcela eficaz das coberturas de fluxos de caixa as quais eram registadas no Outro rendimento integral e posteriormente reclassificadas para a demonstração dos resultados quando o item coberto afetava também a demonstração dos resultados.

A partir de 1 de janeiro de 2018, a Empresa designa apenas o elemento à vista dos contratos *forward* como instrumento de cobertura. O elemento *forward* é reconhecido no Outro rendimento integral e acumulado numa componente separada de capital próprio.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura económica dos riscos podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transação a relação de cobertura se encontre identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- (ii) Exista a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da operação e ao longo da sua vida;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da operação e ao longo da sua vida;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa, a probabilidade da sua ocorrência deverá ser elevada.

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro ou de câmbio o justifiquem, a Empresa procura contratar operações de proteção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, tais como, entre outros, *interest rate swaps* (IRS), *collars* de taxa de juro e de câmbio ou *forwards* cambiais.

Na seleção dos instrumentos de cobertura a utilizar são essencialmente valorizadas as suas características em termos da cobertura dos riscos económicos que visam cobrir. São igualmente

tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira de derivativos existentes, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

Os instrumentos de cobertura são registados pelo seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica “Reservas de cobertura”, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros é efetuada com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e teve por base a atualização, para a data da demonstração da posição financeira, dos fluxos de caixa futuros do “leg” fixo e do “leg” variável do instrumento derivado.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas até então, que se encontram registadas em capital próprio na rubrica “Reservas de cobertura”, são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem, e as reavaliações subseqüentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

Quando existam derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivativos separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração dos resultados.

Nos casos em que os instrumentos derivados, embora contratados com o objetivo específico de cobertura de riscos financeiros, não se enquadram nos requisitos acima referidos para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afetam diretamente a demonstração dos resultados, nas rubricas “Rendimentos financeiros” e “Gastos financeiros”.

Se a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa for interrompida, a quantia acumulada no Outro rendimento integral deve permanecer se se esperar que os fluxos de Caixa futuros cobertos ainda ocorram. Caso contrário, a quantia acumulada é reclassificada imediatamente para a demonstração dos resultados como um ajustamento de reclassificação. Após a interrupção, assim que os fluxos de caixa coberto ocorram, qualquer quantia acumulada remanescente em capital próprio na rubrica “Reservas de cobertura” deve ser contabilizada de acordo com a natureza da transação subjacente.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o respetivo valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira se existir um direito presente de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas e existe a intenção de ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo.

i) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como (i) obrigações que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

j) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor e considera a tributação diferida.

A Empresa é tributada segundo o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”), de acordo com o artigo 69º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, sendo a Altri SGPS, S.A. a sociedade dominante do Grupo fiscal.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou substancialmente em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

A mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em subsidiárias e associadas por se considerar que se encontram satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- A Empresa é capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- É provável que a diferença temporária não se reverte no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

k) Rédito

A Altri reconhece o crédito de acordo com a IFRS 15, que estabelece que uma entidade reconheça o crédito para refletir a transferência de bens e serviços contratados pelos clientes, no montante

que corresponda à consideração que a entidade espera ter direito a receber como contrapartida da entrega desses bens ou serviços, com base no modelo de 5 passos abaixo:

- 1) identificação do contrato com um cliente;
- 2) identificação das obrigações;
- 3) determinação do preço da transação;
- 4) alocação do preço da transação a obrigações de performance; e
- 5) reconhecimento do rédito quando ou à medida que a entidade satisfaz uma obrigação de performance.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o rédito da Altri refere-se integralmente a serviços corporativos prestados às restantes empresas do Grupo, sendo os mesmos faturados trimestralmente sendo a fatura emitida no final do trimestre, pelos serviços prestados nesse trimestre.

O rédito é reconhecido líquido de bonificações, descontos e impostos (exemplo: descontos comerciais), e refere-se à consideração recebida ou a receber dos serviços vendidos em linha com a tipologia de negócio identificada. O rédito é reconhecido pelo montante da obrigação de performance satisfeita. Relativamente, ao preço da transação este é uma componente fixa.

A Empresa considera os factos e circunstâncias quando analisa os termos de cada contrato com clientes, aplicando os requisitos que determinam o reconhecimento e mensuração do rédito de forma harmonizada, quando se tratem de contratos com características e em circunstâncias semelhantes.

l) Especialização dos exercícios

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros ativos correntes”, “Outros passivos correntes”, “Outros ativos não correntes” e “Outros passivos não correntes”.

m) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“*non adjusting events*”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

n) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica do passivo corrente “Empréstimos bancários”.

o) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais (que englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional), de financiamento (que incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos) e de investimento (que incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis).

2.3 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Testes de imparidade de investimentos financeiros
As análises de imparidade requerem a determinação do justo valor e / ou do valor de uso dos ativos em questão (ou de algumas unidades geradoras de caixa). Este processo requer um elevado número de julgamentos, nomeadamente a estimação de fluxos de caixa futuros associados aos ativos ou às respetivas unidades geradoras de caixa e a determinação de uma taxa de desconto apropriada para o apuramento do valor presente dos referidos fluxos de caixa. Neste particular, a Empresa, mais uma vez, estabeleceu o requisito de ser utilizada a máxima quantidade possível de dados de mercado observáveis. Estabeleceu ainda mecanismos de monitorização dos cálculos assentes no desafio crítico da razoabilidade dos pressupostos utilizados, da sua coerência e consistência (em situações similares).
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados
Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos foram utilizadas técnicas de valorização assentes em métodos de fluxos de caixa descontados ou em múltiplos de transações de mercado. A determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados é geralmente efetuada pelas entidades junto das quais os mesmos foram contratados (contrapartes).
O Conselho de Administração da Empresa reconhece competência e objetividade às contrapartes.

2.4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A Empresa encontra-se exposta basicamente a (a) risco de mercado, (b) risco de crédito e (c) risco de liquidez. O principal objetivo da gestão de risco é o de reduzir estes riscos até um nível considerado aceitável.

Os princípios gerais da gestão de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração, sendo a sua implementação e acompanhamento supervisionados pelos administradores e diretores.

a) Risco de mercado

Reveste-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado o risco de taxa de juro.

(i) Risco de taxa de juro

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos de mercado a que está exposta como forma de garantir a sua cobertura, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação ou especulação.

A exposição da Empresa à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O objetivo da Empresa é limitar a volatilidade dos *cash-flows* e resultados tendo em conta o perfil da sua atividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política da Empresa permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

A maior parte dos instrumentos derivados utilizados pelo Grupo na gestão do risco taxa de juro são definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa por configurarem relações perfeitas de cobertura. Os indexantes, as convenções de cálculos, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em todo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados. No entanto, existem alguns instrumentos derivados que, embora tenham sido contratados com o objetivo de cobertura do risco da taxa de juro, não se enquadram nos requisitos acima referidos para classificação como instrumentos de cobertura.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a sensibilidade da Empresa a alterações no indexante da taxa de juro de mais ou menos um ponto percentual, medida como a variação nos resultados financeiros pode ser analisada como segue:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Juros suportados (Nota 19)	4 518 038	4 911 481
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento	2 200 000	1 850 000
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento	(2 200 000)	(1 850 000)

A análise de sensibilidade acima foi calculada com base na exposição à taxa de juro existente à data de final de cada exercício. Para esta análise foi tido como pressuposto base que a estrutura de financiamento (ativos e passivos remunerados) se manteve estável ao longo do ano e semelhante à apresentada no final do exercício.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento das contrapartes. A Altri é uma sociedade gestora de participações sociais, não tendo qualquer atividade comercial para além das atividades normais de um gestor de portfólio de participações e

de prestação de serviços às suas subsidiárias e associadas. Como tal numa base regular, a Empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos concedidos a subsidiárias.

Considera-se que os saldos de empréstimos concedidos têm risco de crédito baixo, pelo que, conseqüentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo “risco de crédito baixo” quando têm risco de incobabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo.

Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, a Altri cumpre os seguintes princípios:

- Só executa operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que tenham sido selecionadas de acordo com o prestígio e reconhecimento nacional e internacional, as respetivas notações de rating e tenham em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações;

- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi efetuada com base numa abordagem conservadora;

- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados.

Tendo em conta as políticas acima, o Conselho de Administração da Altri não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas.

No caso dos empréstimos a subsidiárias, não existe nenhuma política de gestão risco de crédito específica, uma vez que a concessão de empréstimos a subsidiárias faz parte da atividade normal da Empresa.

c) Risco de liquidez

O objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que a Empresa tem capacidade para liquidar ou cumprir as suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas, cumprindo todos os compromissos assumidos com terceiros no prazo estipulado.

A Empresa define como política ativa (i) manter um nível suficiente de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face aos pagamentos necessários no seu vencimento, (ii) limitar a probabilidade de incumprimento no reembolso de todas as suas aplicações e empréstimos negociando a amplitude das cláusulas contratuais e (iii) minimizar o custo de oportunidade de detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Procura ainda compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, através de uma gestão agilizada das suas maturidades.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS

A respeito das novas normas, interpretações, emendas e revisões às IFRS ver Nota 2.1.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas não tendo igualmente sido corrigidos erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Investimentos em subsidiárias e associadas” era constituída pelas seguintes participações financeiras:

Empresa	Percentagem de detenção	31.12.2019	31.12.2018
		Demonstração da Posição Financeira	Demonstração da Posição Financeira
Altri, Participaciones Y Trading, S.L.	100%	142 168 546	142 168 546
Bioelétrica da Foz, S.A.	45%	30 852 131	30 852 131
Altri Abastecimento de Madeira, S.A.	100%	2 050 000	2 050 000
Inflora - Sociedade de Investimentos Florestais, S.A.	100%	-	850 000
		<u>175 070 677</u>	<u>175 920 677</u>

Em 31 de dezembro de 2019 a Empresa alienou a uma empresa subsidiária do Grupo Altri, pelo seu valor contabilístico, a participação detida na empresa Inflora – Sociedade de Investimentos Florestais, S.A..

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Altri adquiriu 45% do capital da sociedade Bioelétrica da Foz, S.A. (Bioelétrica). A Altri detinha anteriormente, através das subsidiárias Caima Indústria e Caima Energia, 50% do capital daquela sociedade. Com esta aquisição o Grupo Altri passou a deter a totalidade do capital da Bioelétrica e suas subsidiárias.

Adicionalmente, a Altri preparou demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios de mensuração e reconhecimento das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, as quais apresentam os principais dados financeiros seguintes:

	31.12.2019	31.12.2018
Total do ativo líquido consolidado	1 482 450 680	1 492 189 274
Total do capital próprio consolidado	466 042 935	521 597 149
Resultado consolidado do exercício	100 826 022	194 497 353

Os testes de imparidade efetuados pela Altri sobre as suas participações financeiras nas contas individuais permitiram verificar a inexistência de imparidade. Os testes de imparidade foram efetuados com base num conjunto diverso de informação sobre as empresas participadas da Altri SL. entre as quais, para a principal unidade produtiva, uma estimativa dos fluxos de caixa descontados. Aquela avaliação foi efetuada com base no desempenho histórico e numa estimativa dos fluxos de caixa descontados tendo por base um plano de negócios a 5 anos (uma vez que é entendimento do Conselho de Administração ser este o período mais adequado face à natureza cíclica das respetivas operações do Grupo), tendo sido considerado um preço de venda da pasta de papel de médio e longo prazo, não influenciado pelas oscilações positivas ou negativas de curto prazo.

Os principais pressupostos utilizados neste cálculo com referência a 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram os seguintes:

	31.12.2019	31.12.2018
Taxa de Inflação	1,40%	1,00%
Taxa de desconto	6,75%	7,15%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,00%	2,00%

A taxa de desconto líquida de imposto (líquida de imposto pelo facto de os fluxos de caixa utilizados nas projeções financeiras serem também líquidos de imposto) utilizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de 6,75% (7,15% em 2018), a qual foi calculada com base na metodologia WACC (*Weighted Average Cost of Capital*), considerando os seguintes pressupostos:

	31.12.2019	31.12.2018
Taxa de juro sem risco	1,32%	1,84%
Prémio de risco dos capitais próprios	5,20%	5,76%
Prémio de risco da dívida	3,50%	1,56%

Procedeu-se a uma análise de sensibilidade desta avaliação a variações em pressupostos chave, tendo concluído que caso tivesse sido considerada uma taxa de desconto superior em 1 p.p. em conjunto com uma taxa de crescimento na perpetuidade nula as conclusões da inexistência de imparidade sobre os investimentos financeiros mantinham-se válidas. A Altri procedeu igualmente a uma análise de sensibilidade desta avaliação a variações na cotação estimada da pasta de papel (PIX), tendo concluído que caso tivesse considerado um preço de referência inferior em 5% as conclusões da inexistência de imparidade nos investimentos financeiros mantinham-se válidas.

5. IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, por parte das autoridades fiscais, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa desde 2016 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações fiscais não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

A Empresa encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETGS"), sendo a Altri a sociedade dominante do Grupo fiscal o qual, desde 1 de janeiro de 2016, é constituído pelas seguintes entidades:

- Altri Florestal, S.A.;
- Altri Abastecimento de Madeira, S.A.;
- Caima Energia – Empresa de Gestão e Exploração de Energia, S.A.;
- Caima Indústria de Celulose, S.A.;
- Captaraíz Unipessoal, Lda.;
- Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A.;
- Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A.;
- Inflora – Sociedade de Investimentos Florestais, S.A.;
- Soc. Imobiliária Porto Seguro – Investimentos Imobiliários, S.A.;
- Viveiros do Furadouro Unipessoal, Lda..

Cada uma das sociedades abrangidas por este regime regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica "Empresas do grupo". Nos casos em que as filiais contribuem com prejuízos é registado, nas contas individuais, o montante de imposto correspondente

aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades abrangidas por este regime (Nota 20).

Os ativos e passivos por impostos diferidos registados no exercício estão, essencialmente, relacionados com justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de taxa de juro, de taxa de câmbio e do preço da pasta e como tal foram registados em “Outro rendimento integral”.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a taxa base de imposto sobre os rendimentos em vigor foi de 21%. A Empresa está igualmente sujeita a derrama municipal à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor em Portugal durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a derrama estadual correspondeu à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável entre 7,5 e 35 milhões de Euros e de 9% sobre o lucro tributável acima de 35 milhões de Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é como segue:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Resultado antes de imposto	115 851 780	134 023 464
Taxa de imposto	22,5%	21%
	<u>26 066 651</u>	<u>28 144 927</u>
Dividendos não tributáveis	(24 750 000)	(28 770 000)
Outros	106 816	(562 374)
	<u>1 423 467</u>	<u>(1 187 447)</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não existem prejuízos fiscais reportáveis.

Os ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 referem-se integralmente ao justo valor dos instrumentos derivados e o movimento ocorrido naquelas rubricas foi como segue:

	<u>31.12.2019</u>		<u>31.12.2018</u>	
	<u>Ativos por</u>	<u>Passivos por</u>	<u>Ativos por</u>	<u>Passivos por</u>
	<u>impostos diferidos</u>	<u>impostos diferidos</u>	<u>impostos diferidos</u>	<u>impostos diferidos</u>
Saldo inicial	475 361	-	402 024	156 473
Efeitos na demonstração de resultados:				
Ativo sob direito de uso	400	-	-	-
Efeitos em capitais próprios:				
Justo valor de instrumentos derivados	(254 021)	-	73 337	(156 473)
Ativo sob direito de uso	316	-	-	-
Saldo final	<u>222 056</u>	<u>-</u>	<u>475 361</u>	<u>-</u>

6. CLASSE DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na Nota 2.2 h), foram classificados como segue:

Ativos financeiros:

	Ativos financeiros registados ao custo amortizado	Instrumentos financeiros derivados ao justo valor	Total
31 de dezembro de 2019			
Ativos correntes			
Clientes	13 225 077	-	13 225 077
Outras dívidas de terceiros	37 260 042	-	37 260 042
Outros ativos correntes	16 906 095	-	16 906 095
Outros ativos financeiros	19 294 750	-	19 294 750
Instrumentos financeiros derivados	-	670 840	670 840
Caixa e equivalentes de caixa	114 056 218	-	114 056 218
	<u>200 742 182</u>	<u>670 840</u>	<u>201 413 022</u>
31 de dezembro de 2018			
Ativos correntes			
Clientes	1 391 137	-	1 391 137
Outras dívidas de terceiros	69 253 896	-	69 253 896
Outros ativos correntes	127 163	-	127 163
Outros ativos financeiros	26 981 762	-	26 981 762
Caixa e equivalentes de caixa	110 901 122	-	110 901 122
	<u>208 655 080</u>	<u>-</u>	<u>208 655 080</u>

Passivos financeiros:

31 de dezembro de 2019	Passivos registrados ao custo amortizado	Instrumentos financeiros	Total
		derivados ao justo valor	
Passivos não correntes			
Outros empréstimos	219 116 700	-	219 116 700
Passivos da locação	140 625	-	140 625
Instrumentos financeiros derivados	-	919 120	919 120
	<u>219 257 325</u>	<u>919 120</u>	<u>220 176 445</u>
Passivos correntes			
Outros empréstimos	804 344	-	804 344
Passivos da locação	84 703	-	84 703
Fornecedores	98 665	-	98 665
Outras dívidas a terceiros	52 855	-	52 855
Outros passivos correntes	18 118 461	-	18 118 461
Instrumentos financeiros derivados	-	1 134 970	1 134 970
	<u>19 159 028</u>	<u>1 134 970</u>	<u>20 293 998</u>
	<u>238 416 353</u>	<u>2 054 090</u>	<u>240 470 443</u>
31 de dezembro de 2018			
31 de dezembro de 2018	Passivos registrados ao custo amortizado	Instrumentos financeiros	Total
		derivados ao justo valor	
Passivos não correntes			
Outros empréstimos	184 144 029	-	184 144 029
	<u>184 144 029</u>	<u>-</u>	<u>184 144 029</u>
Passivos correntes			
Outros empréstimos	810 300	-	810 300
Fornecedores	520 272	-	520 272
Outras dívidas a terceiros	54 959	-	54 959
Outros passivos correntes	262 380	-	262 380
Instrumentos financeiros derivados	-	1 963 870	1 963 870
	<u>1 647 911</u>	<u>1 963 870</u>	<u>3 611 781</u>
	<u>185 791 940</u>	<u>1 963 870</u>	<u>187 755 810</u>

Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

O quadro seguinte indica os instrumentos financeiros que são mensurados ao justo valor após o reconhecimento inicial, agrupados em 3 níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

	31.12.2019			31.12.2018		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao justo valor:						
Derivados (Nota 17)	-	670 840	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados a justo valor:						
Derivados (Nota 17)	-	2 054 090	-	-	1 963 870	-

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não existem ativos financeiros cujos termos tenham sido renegociados e que caso não tivessem sido renegociados estariam vencidos ou em imparidade.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2019					
Ativo bruto					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total
Saldo inicial	1 863 806	5 591 419	50 700	380 022	7 885 947
Aumentos	-	-	-	41 614	41 614
Alienações	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo final	<u>1 863 806</u>	<u>5 591 419</u>	<u>50 700</u>	<u>421 636</u>	<u>7 927 561</u>
Amortizações acumuladas					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total
Saldo inicial	-	111 828	45 419	261 852	419 099
Aumentos	-	111 828	5 281	43 180	160 289
Alienações	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo final	<u>-</u>	<u>223 656</u>	<u>50 700</u>	<u>305 032</u>	<u>579 388</u>
	<u>1 863 806</u>	<u>5 367 763</u>	<u>-</u>	<u>116 604</u>	<u>7 348 173</u>
31 de dezembro de 2018					
Ativo bruto					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total
Saldo inicial	-	-	50 700	224 814	275 514
Aumentos	1 863 806	5 591 419	-	155 209	7 610 434
Alienações	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo final	<u>1 863 806</u>	<u>5 591 419</u>	<u>50 700</u>	<u>380 023</u>	<u>7 885 948</u>
Amortizações acumuladas					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total
Saldo inicial	-	-	32 744	222 420	255 164
Aumentos	-	111 828	12 675	39 433	163 936
Alienações	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo final	<u>-</u>	<u>111 828</u>	<u>45 419</u>	<u>261 853</u>	<u>419 100</u>
	<u>1 863 806</u>	<u>5 479 591</u>	<u>5 281</u>	<u>118 170</u>	<u>7 466 848</u>

Em 31 de dezembro de 2018 o aumento ocorrido refere-se, essencialmente, à aquisição do imóvel no Porto para a sede da Empresa.

8. ATIVO SOB DIREITO DE USO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o movimento ocorrido no valor dos ativos sob direito de uso, bem como nas respectivas amortizações, foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2019	
	Ativo Bruto	
	Equipamento de transporte	Total
Saldo inicial	320 954	320 954
Aumentos	39 314	39 314
Saldo final	<u>360 268</u>	<u>360 268</u>
	Amortizações acumuladas	
	Equipamento de transporte	Total
Saldo inicial	54 105	54 105
Aumentos	83 995	83 995
Saldo final	<u>138 100</u>	<u>138 100</u>
	<u>222 168</u>	<u>222 168</u>

A rubrica “Equipamentos de transporte” respeita a contratos de locação de viaturas por prazos entre 4 a 5 anos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o movimento ocorrido no valor dos passivos da locação, foi o seguinte:

	31.12.2019
Saldo inicial	268 239
Aumentos	39 314
Acréscimos de juros	5 390
Pagamentos	(87 616)
Saldo final	<u>225 327</u>
	Corrente 84 703
	Não corrente 140 625

Adicionalmente, foram reconhecidos em 2019 os seguintes montantes de gastos relativos a ativos por direito de uso:

	2019
Depreciação de ativos sob direito de uso	83 995
Gastos com juros relacionados com passivos de locação	5 390
Gastos relacionados com locações de curto prazo	7 714
Total do montante reconhecido na demonstração de resultados	<u>97 098</u>

O prazo de reembolso dos passivos da locação é como segue:

	31.12.2019					Total
	2020	2021	2022	2023	>2023	
Passivo da locação	84 703	76 304	51 876	8 127	4 317	225 327
	84 703	76 304	51 876	8 127	4 317	225 327

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” era como segue:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Caixa	420	1 495
Depósitos bancários	<u>114 055 798</u>	<u>110 899 627</u>
	<u>114 056 218</u>	<u>110 901 122</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os recebimentos e pagamentos relativos a investimentos financeiros referem-se à subsidiária Bioelétrica da Foz, S.A. relativos a suprimentos e prestações acessórias no montante líquido de 13,5 milhões de euros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os recebimentos relativos a investimentos financeiros incluem, igualmente, o montante recebido da subsidiária Altri Florestal, S.A. no montante de 850.000 euros, referente à venda da Inflora – Sociedade de Investimentos Florestais, S.A..

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estas rubricas do ativo e do passivo tinham a seguinte composição:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Saldos devedores:		
Imposto sobre o rendimento	<u>8 817 574</u>	-
Total imposto sobre o rendimento	<u>8 817 574</u>	-
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Saldos credores:		
Imposto sobre o rendimento	-	<u>20 346 790</u>
Total imposto sobre o rendimento	<u>-</u>	<u>20 346 790</u>
Imposto sobre o valor acrescentado	1 341 576	665 924
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	25 040	52 108
Contribuições para a Segurança Social	20 905	46 515
Outros impostos	<u>152 200</u>	<u>152 200</u>
Total outros impostos (Nota 15)	<u>1 539 721</u>	<u>916 747</u>

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor “Imposto sobre o rendimento” inclui os pagamentos por conta e pagamentos adicionais por conta a receber deduzido do respetivo imposto sobre o rendimento a pagar do exercício efetuados pelo grupo fiscal do qual a sociedade é a dominante (Nota 5).

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo credor de Imposto sobre o rendimento refere-se ao imposto a pagar líquido dos pagamentos por conta e pagamentos especiais por conta efetuados pelo grupo fiscal do qual a sociedade é a dominante (Nota 5).

11. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Outras dívidas de terceiros” era composta como se segue:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Empresas do Grupo (Nota 20)		
RETGS	29 698 428	50 064 257
Bioelétrica da Foz	5 917 500	19 189 639
Outras dívidas	1 644 114	-
	<u>37 260 042</u>	<u>69 253 896</u>

O saldo a receber da Bioelétrica da Foz refere-se essencialmente a prestações acessórias concedidas à entidade que foram adquiridos aquando da aquisição de 45% do capital social sociedade. Este montante inclui igualmente os juros a receber da entidade (Nota 9).

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo na rubrica “Outras dívidas” diz essencialmente respeito a valores a receber de instituições financeiras e subsidiárias do Grupo Altri referentes a instrumentos derivados.

12. OUTROS ATIVOS CORRENTES

O detalhe dos “Outros ativos correntes” em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como se segue:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Acréscimo de rendimentos:		
Juros a receber	131 095	127 163
Outros acréscimos de rendimentos	16 775 000	-
Gastos a reconhecer:		
Outros gastos	540 292	517 662
	<u>17 446 387</u>	<u>644 825</u>

A rubrica “Outros gastos” inclui em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o montante de 479.712 Euros referente ao pagamento de uma liquidação adicional em sede de IRC relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003, que foi efetuada no exercício de 2008 pela Celulose do Caima SGPS, S.A. (empresa fusionada na Altri no exercício de 2014). A Celulose do Caima SGPS, S.A. pagou esse montante e registou-o em “Outros ativos”, uma vez que impugnou esta liquidação, sendo convicção do Conselho de Administração que esta liquidação adicional é indevida. No entanto, por prudência, aquela Empresa constituiu uma provisão de igual montante.

A rubrica “Outros acréscimos de rendimentos” diz respeito aos acréscimos debitados às três unidades fabris do Grupo Altri, tal como previsto no Acordo de Produção de Pasta de Celulose. Este montante não tem impacto ao nível da demonstração de resultados da Empresa, dado que a Empresa funciona como agente faturando por conta de outras subsidiárias do Grupo, motivo pelo qual registou pelo mesmo montante um acréscimo de gasto (Notas 16 e 20).

13. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Empresa encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era composto por 205.131.672 ações nominativas com o valor nominal de 12,5 cêntimos de Euro cada ação.

Em 31 de dezembro de 2019 não existiam pessoas coletivas com uma participação no capital subscrito de, pelo menos, 33%.

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da “reserva legal” até que esta represente, pelo menos, 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Outras reservas” tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Reservas de cobertura	(762 272)	(1 637 353)
Outras reservas e resultados transitados	<u>6 708 292</u>	<u>19 193 260</u>
	<u>5 946 020</u>	<u>17 555 907</u>

A rubrica “Reservas de cobertura” diz respeito ao justo valor dos instrumentos financeiros derivados classificados como de cobertura de fluxos de caixa na componente eficaz de cobertura, líquido dos juros corridos e dos respetivos impostos diferidos (Notas 5 e 17).

A linha de “Outras reservas e resultados transitados” corresponde a resultados transitados e reservas livres, as quais de acordo com a legislação em vigor são distribuíveis aos acionistas da Empresa, após a consideração do resultado líquido do exercício e de adiantamentos sobre lucros. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2019 o montante de reservas distribuíveis ascende a 121.136.607 Euros.

14. OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe da rubrica “Outros empréstimos” é como segue:

	31.12.2019			
	Valor Nominal		Valor Contabilístico	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Outros empréstimos:				
Empréstimos obrigacionistas	-	220 000 000	804 344	219 116 700
Total	-	<u>220 000 000</u>	<u>804 344</u>	<u>219 116 700</u>
	31.12.2018			
	Valor Nominal		Valor Contabilístico	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Outros empréstimos:				
Empréstimos obrigacionistas	-	185 000 000	810 300	184 144 029
Total	-	<u>185 000 000</u>	<u>810 300</u>	<u>184 144 029</u>

As despesas incorridas com a montagem de empréstimos foram deduzidas ao seu valor nominal e são reconhecidas como juro ao longo do período de vida dos empréstimos (Nota 19).

Papel Comercial

A Empresa tem contratados programas de papel comercial renováveis com garantia de colocação no montante máximo de 15.000.000 Euros (15.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2018), sendo que em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não se encontravam a ser utilizados. Estes contratos vencem juros a uma taxa de juro correspondente à Euribor do prazo de emissão respetivo (entre 7 e 364 dias) acrescida de *spread*.

Empréstimos obrigacionistas

Em abril de 2014, a Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A. procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista no valor de 50.000.000 Euros com um prazo de 6 anos. Em 20 de fevereiro de 2015, a Altri SGPS assumiu a posição contratual detida pela sua participada Celbi, passando o empréstimo obrigacionista a denominar-se “ALTRI 2014/2020”. Em julho de 2017, a Altri SGPS procedeu ao reembolso antecipado deste financiamento, tendo emitido, na mesma data, um outro de igual montante, pelo prazo de 8 anos, denominado “ALTRI 2017/2025”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Altri SGPS procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas. O primeiro, emitido em 18 de abril de 2016, no valor de 40.000.000 Euros, com uma amortização de 20.000.000 Euros em abril de 2022 e reembolso final em abril de 2024. Em julho de 2019, a Altri SGPS procedeu ao reembolso antecipado da amortização de 20.000.000 Euros agendada para abril de 2022, passando o financiamento a ter um valor nominal de 20.000.000 Euros e vencimento final em abril de 2024. O segundo, emitido em 28 de novembro de 2016, no valor de 25.000.000 Euros, com vencimento em 28 de março de 2022, vencendo juros a taxa igual a Euribor a 6M adicionada de *spread*.

Em novembro de 2016, a Celbi emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de 65.000.000 Euros e com vencimento em fevereiro de 2024, denominado “Celbi 2016/2024”. Por sua vez, a Altri SGPS, em 31 de dezembro de 2019, era detentora de obrigações “Celbi 2016/2024” no montante nominal de 8.500.000 Euros (8.500.000 Euros em 31 de dezembro de 2018).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A. procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas, ambos em 14 de julho de 2017: um no valor de 40.000.000 Euros com um prazo de 8 anos e outro no valor de 40.000.000 Euros com um prazo de 10 anos, vencendo juros a taxa igual a Euribor a 6M adicionada de *spread*. Por sua vez, a Altri SGPS, em 31 de dezembro de 2019, era detentora de obrigações “Celbi 2017/2027” no montante nominal de 5.800.000 Euros (5.100.000 Euros em 31 de dezembro de 2018).

Também em 2017, a 6 de março, a Altri SGPS procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, no montante de 70.000.000 Euros, pelo prazo de 7 anos, com a designação “ALTRI 2017/2024”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A. procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, em 28 de maio de 2018, denominado “Celbi 2018/2028”, no valor de 50.000.000 Euros, com um prazo de 10 anos, vencendo juros a taxa igual a Euribor a 6M adicionada de *spread*. Por sua vez, a Altri SGPS, em 31 de dezembro de 2019, era detentora de obrigações “Celbi 2018/2028” no montante nominal de 5.000.000 Euros (5.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2018).

A 15 de julho de 2019, a Altri SGPS procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, no montante de 55.000.000 Euros, pelo prazo de 5 anos, com a designação “ALTRI 2019/2024”.

Em 31 de dezembro de 2019, a reconciliação da variação da dívida bruta com os fluxos de caixa é como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Saldo em 1 de janeiro	184 954 329	204 638 979
Pagamento de empréstimos obtidos	(140 000 000)	(20 000 000)
Recebimento de empréstimos obtidos	175 000 000	-
Variação dos encargos com emissão de empréstimos	(33 285)	315 350
Variação da Dívida	34 966 715	(19 684 650)
Saldo em 31 de dezembro	<u>219 921 044</u>	<u>184 954 329</u>

O prazo de reembolso dos outros empréstimos não correntes é como segue:

	31.12.2019					Total
	2020	2021	2022	2023	>2023	
Empréstimos obrigacionistas	-	-	25 000 000	-	195 000 000	220 000 000
	-	-	25 000 000	-	195 000 000	220 000 000

	31.12.2018					Total
	2019	2020	2021	2022	>2022	
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	45 000 000	140 000 000	185 000 000
	-	-	-	45 000 000	140 000 000	185 000 000

15. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Outras dívidas a terceiros” pode ser detalhada como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Empresas do Grupo (Nota 20)		
RETGS	-	1 430
Outros	52 855	53 529
Contas a pagar ao Estado e outros entes públicos	1 539 721	916 747
	<u>1 592 576</u>	<u>971 706</u>

16. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Encargos a liquidar		
Remunerações a liquidar	273 433	178 488
Outros encargos a liquidar	17 845 028	83 892
	<u>18 118 461</u>	<u>262 380</u>

A rubrica “Outros encargos a liquidar” diz essencialmente respeito ao acréscimo de gasto debitado às três unidades fabris do Grupo Altri, tal como previsto no Acordo de Produção de Pasta de Celulose (Notas 12 e 20).

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa tinha em vigor contratos relativos a instrumentos financeiros derivados associados a cobertura das variações da taxa de juro e contratos relativos a instrumentos financeiros derivados associados a cobertura da variação da taxa de câmbio. Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa tinha em vigor contratos de instrumentos financeiros derivados para cobertura das variações do preço da pasta de papel, cuja maturidade expirou a 31 de dezembro de 2019. Todos estes instrumentos são registados de acordo com o seu justo valor.

A Empresa apenas utiliza derivados para cobertura de fluxos de caixa associados às operações geradas pela sua atividade e das empresas do Grupo.

O detalhe dos instrumentos financeiros derivados registados a 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como se segue:

	31.12.2019				31.12.2018			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados de taxa de juro	-	-	111 004	919 120	-	-	788 929	-
Derivados de taxa de câmbio	670 840	-	1 023 966	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura do preço da pasta	-	-	-	-	-	-	1 174 941	-
	670 840	-	1 134 970	919 120	-	-	1 963 870	-

(i) Derivados de taxa de juro

Por forma a reduzir a sua exposição à volatilidade das taxas de juro, a Empresa contratou “swaps” de taxa de juro. Estes contratos foram avaliados de acordo com o seu justo valor em 31 de dezembro de 2019 e 2018, tendo o correspondente montante sido reconhecido na rubrica “Instrumentos financeiros derivados”.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa tinha em vigor contratos de derivados de taxa de juro cujos montantes totais são como segue:

Tipo	Montante	Maturidade	Juro	Fixing	Justo valor	
					31.12.2019	31.12.2018
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2020	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,800%	(29 339)	(78 498)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2020	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,805%	-	(77 528)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2020	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,760%	-	(74 063)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2020	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,838%	-	(80 031)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2020	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,620%	(24 763)	(63 978)
Interest rate swap	10 000 000	16/04/2020	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,240%	(29 949)	(69 713)
Interest rate swap	15 000 000	16/04/2020	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,000%	(26 952)	(49 969)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,820%	(234 819)	(75 329)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,806%	(225 130)	(72 631)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,818%	(228 198)	(75 665)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,805%	(230 973)	(71 524)
					(1 030 123)	(788 929)

De acordo com as políticas contabilísticas adotadas estes derivados cumprem com os requisitos para serem designados como instrumentos de cobertura de taxa de juro (Nota 2.3 h)).

O apuramento do justo valor dos derivados contratados pela Empresa foi efetuado pelas respetivas contrapartes (instituições financeiras com quem foram celebrados tais contratos). O modelo de avaliação destes derivados, utilizado pelas contrapartes, baseia-se no método dos *Cash Flows* descontados, i.e., utilizando as *Par Rates de Swaps*, cotadas no mercado interbancário, e disponíveis nas páginas *Reuters* e/ou *Bloomberg*, para os prazos relevantes, sendo calculadas as respetivas taxas *forwards* e fatores de desconto que servem para descontar os *cash flows* fixos (*leg* fixo) e os *cash flows* variáveis (*leg* variável). O somatório das duas parcelas resulta no Valor Atualizado Líquido dos *cash flows* futuros ou justo valor dos derivados.

(ii) Derivados de taxa de câmbio

A Altri, durante o exercício de 2019 e 2018, contratou “opções” de taxa de câmbio sobre dólares dos Estados Unidos, junto de instituições financeiras com o objetivo de transferir a referida posição para a sua subsidiária Celbi, de forma àquela empresa efetuar a cobertura de fluxos de caixa futuros e gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposta nas suas operações. A necessidade de a Empresa atuar como intermediário resulta do seu maior peso e visibilidade junto dos mercados financeiros. Deste modo, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foi efetuada a transferência para a Celbi da posição nos derivados contratados no montante de 353.126 Euros e 99.348 Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 encontravam-se estabelecidos contratos de derivados de taxa de câmbio junto de instituições financeiras, cujos montantes totais são como segue:

Nacional USD / mês	Vencimento	31.12.2019		Asian Collar range (strikes médios)	
		Ativo	Passivo	Euro put / USD call	Euro call / USD put
11 000 000	1H2020	141 475	(535 270)	1,1252	1,1752
8 000 000	2H2020	529 365	(488 696)	1,1203	1,1659
		<u>670 840</u>	<u>(1 023 966)</u>		
Nacional USD / mês	Vencimento	31.12.2018			
7 000 000	Cal 2019		(608 123)		
3 000 000	2H2019 / 1H2020		177 369		
2 000 000	Cal 2020		331 407		
			<u>(99 348)</u>		

(iii) Derivados de cobertura de preço da pasta de papel

Por forma a reduzir a sua exposição à volatilidade do preço da pasta de papel, a Empresa contratou derivados de cobertura do preço da pasta de papel, os quais foram avaliados de acordo como seu justo valor em 31 de dezembro de 2019 e 2018, tendo o correspondente montante sido reconhecido na rubrica “Instrumentos financeiros derivados”. Os contratos de derivados de cobertura do preço da pasta de papel tinham como vencimento o ano de 2019. Assim sendo, a 31 de dezembro de 2019 encontravam-se maturados.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 encontravam-se em vigor os seguintes contratos de derivados de cobertura do preço da pasta de papel:

Quantidade coberta	Vencimento	Justo valor	Justo valor
		31.12.2019	31.12.2018
2.500 ton/mês	Cal 2019	-	(1 174 941)
		-	<u>(1 174 941)</u>

O apuramento do justo valor dos derivados, de cobertura do preço da pasta de papel, contratados pela Empresa foi efetuado pelas respetivas contrapartes (instituições financeiras com quem foram celebrados tais contratos). O modelo de avaliação destes derivados, utilizado pelas contrapartes, baseia-se no método dos cash flows descontados, i.e., é calculada a diferença entre a cotação estimada da pasta de papel (PIX) e o preço fixado para os prazos relevantes, que posteriormente é atualizada para a data a que se reporta a avaliação.

De acordo com as políticas contabilísticas adotadas, estes derivados de pasta de papel cumprem com os requisitos para serem considerados como instrumentos de cobertura, pelo que a variação do seu justo valor foi registada na rubrica do capital próprio “Reservas de cobertura”.

O movimento ocorrido no justo valor dos instrumentos financeiros durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 pode ser detalhado como segue:

Demonstrações financeiras individuais e notas anexas

2019	Derivados de cobertura do preço da pasta	Derivados de taxa de juro	Derivados de taxa de câmbio	Total
Saldo inicial	(1 174 941)	(788 929)	-	(1 963 870)
Variação do justo valor				
Efeitos em capitais próprios	-	(269 016)	1 398 118	1 129 102
Efeitos em balanço	1 174 941	432 708	(1 269 274)	338 375
Efeitos na demonstração de resultados	-	(404 886)	(481 970)	(886 856)
Saldo final	-	(1 030 123)	(353 126)	(1 383 250)

2018	Derivados de cobertura do preço da pasta	Derivados de taxa de juro	Derivados de taxa de câmbio	Total
Saldo inicial	(393 397)	(557 215)	1 174 437	223 825
Variação do justo valor				
Efeitos em capitais próprios	1 248 850	(176 675)	(2 093 555)	(1 021 380)
Efeitos em balanço	395 223	224 196	1 681 296	2 300 715
Efeitos na demonstração de resultados	(1 250 676)	(279 235)	(662 830)	(2 192 741)
Transferência para a Celbi	(1 174 941)	-	(99 348)	(1 274 289)
Saldo final	(1 174 941)	(788 929)	-	(1 963 870)

18. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

A rubrica da demonstração dos resultados “Resultados relativos a investimentos” diz respeito a dividendos distribuídos pelas empresas participadas (Nota 20).

19. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 podem ser detalhados como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Gastos financeiros		
Juros suportados	4 518 038	4 911 481
Outros gastos e perdas financeiras	1 722 954	1 418 058
	<u>6 240 992</u>	<u>6 329 539</u>
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	256 574	136 478
Outros rendimentos financeiros	560 922	870 827
	<u>817 496</u>	<u>1 007 305</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Outros gastos e perdas financeiras” refere-se essencialmente a perdas em instrumentos derivados, custos suportados com a emissão de papel comercial e a comissões relativas a serviços bancários (Notas 14, 17 e 20).

20. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

As empresas do Grupo Altri têm relações entre si que se qualificam como transações com partes relacionadas. Todas estas transações são efetuadas a preços de mercado.

Os principais saldos com entidades relacionadas a 31 de dezembro de 2019 e 2018 são detalhados como se segue:

Demonstrações financeiras individuais e notas anexas

31 de dezembro de 2019	Saldo devedores					Saldo credores	
	Clientes (Nota 6)	Empréstimos concedidos	RETGS (Nota 11)	Outros ativos correntes	Outros ativos financeiros correntes (Nota 6)	Fornecedores	Outros passivos correntes
Celtejo	1 847 461	-	5 155 539	-	-	-	11 691 000
Altri Florestal	116 235	-	1 859 351	-	-	-	-
Inflora	15 377	-	299 795	-	-	-	-
Caima Indústria	2 658 030	-	3 291 490	-	-	-	5 084 000
Viveiros do Furadouro	34 438	-	68 898	-	-	-	-
Captaraiz	10 765	-	(1 345)	-	-	-	-
Caima Energia	233 700	-	2 063 759	-	-	-	-
Altri Abastecimento de Madeira	76 262	-	267 853	-	-	-	-
Celbi	7 646 910	-	16 693 089	16 775 000	19 294 750	-	-
Sociedade Imobiliária Porto Seguro	1 342	-	-	-	-	-	-
Bioelétrica da Foz	398 520	5 917 500	-	-	-	-	-
Sociedade Bioelétrica do Mondego	1 538	-	-	-	-	-	-
Ródão Power	178 350	-	-	-	-	-	-
Bioródão	6 150	-	-	-	-	-	-
Cofina Media, S.A.	-	-	-	-	-	9 928	-
	<u>13 225 077</u>	<u>5 917 500</u>	<u>29 698 428</u>	<u>16 775 000</u>	<u>19 294 750</u>	<u>9 928</u>	<u>16 775 000</u>

31 de dezembro de 2018	Saldo devedores				Saldo credores	
	Clientes (Nota 6)	Empréstimos concedidos	RETGS (Nota 11)	Outros ativos financeiros correntes (Nota 6)	RETGS (Nota 15)	Saldo
Celtejo	713 401	-	1 040 512	-	-	1 753 913
Altri Florestal	20 295	-	957 734	-	-	978 029
Inflora	9 227	-	301 252	-	-	310 479
Caima Indústria	553 500	-	1 263 686	-	-	1 817 186
Viveiros do Furadouro	8 608	-	57 334	-	-	65 942
Captaraiz	4 615	-	-	-	(1 430)	3 185
Caima Energia	73 800	-	1 538 677	-	-	1 612 477
Altri Abastecimento de Madeira	6 152	-	1 133 154	-	-	1 139 306
Celbi	-	-	43 771 908	26 981 762	-	70 753 670
Sociedade Imobiliária Porto Seguro	1 539	-	-	-	-	1 539
Bioelétrica da Foz	-	19 189 639	-	-	-	19 189 639
	<u>1 391 137</u>	<u>19 189 639</u>	<u>50 064 257</u>	<u>26 981 762</u>	<u>(1 430)</u>	<u>97 625 365</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica do ativo corrente “Outros ativos financeiros” respeita a obrigações da Celbi adquiridas em mercado pela Altri SGPS que se vencem em julho de 2027 (no montante de 5.793.750 Euros; 5.097.250 Euros em 31 de dezembro de 2018), fevereiro de 2024 (no montante de 8.501.000 Euros; 8.501.000 Euros em 31 de dezembro de 2018) e maio de 2028 (no montante de 5.000.000 Euros; 5.000.000 em 31 de dezembro de 2018) cujo valor contabilístico é similar ao seu justo valor.

Em 31 de dezembro de 2018, esta rubrica incluía ainda um montante a receber da Celbi relativo à transferência da posição nos derivados de cobertura de taxa de câmbio e de preço da pasta (Nota 17).

As principais transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são como se segue:

Demonstrações financeiras individuais e notas anexas

	31.12.2019			31.12.2018		
	Prestação de serviços	Fornecimento e serviços externos	Rendimentos financeiros	Prestação de serviços	Fornecimento e serviços externos	Rendimentos financeiros
Celtejo	2 557 000	-	-	1 450 000	-	-
Altri Florestal	78 000	-	-	41 250	-	-
Inflora	5 000	-	-	5 000	-	-
Caima Indústria	1 711 000	-	-	1 125 000	-	-
Viveiros do Furadouro	21 000	-	-	8 750	-	-
Captaraiz	5 000	-	-	5 000	-	-
Caima Energia	130 000	-	-	75 000	-	-
Celbi	10 842 000	9 094	-	5 250 000	7 715	-
Sociedade Imobiliária Porto Seguro	5 000	-	-	5 000	-	-
Altri Abastecimento de Madeira	57 000	-	-	6 250	-	-
Bioelétrica da Foz	864 000	-	182 060	-	-	15 017
Ródão Power	145 000	-	-	-	-	-
Bioródão	5 000	-	-	-	-	-
Sociedade Bioelétrica do Mondego	5 000	-	-	-	-	-
Cofina Média, S.A.	-	164 681	-	-	-	-
	16 430 000	173 775	182 060	7 971 250	7 715	15 017

Os serviços prestados pela Altri SGPS às restantes empresas do grupo correspondem a serviços corporativos de cariz estratégico, de gestão e administrativo, bem como serviços de prospeção e celebração de contratos de financiamento.

Durante o exercício de 2019, a subsidiária Altri SL distribuiu reservas a título de dividendos no montante de 110.000.000 Euros (137.000.000 Euros em 2018).

21. NÚMERO DE PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi de 10 e 9, respetivamente.

22. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	31.12.2019	31.12.2018
Número de ações para efeito de cálculo do resultado líquido básico e diluído	205 131 672	205 131 672
Resultado para efeito do cálculo do resultado por ação líquido e diluído	114 428 315	135 210 911
Resultado por ação		
Básico	0,558	0,659
Diluído	0,558	0,659

23. APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

No que respeita ao exercício de 2018, o Conselho de Administração propôs, no seu relatório anual, o qual foi aprovado em Assembleia Geral realizada a 28 de maio de 2019, que o resultado líquido individual da Altri, SGPS, S.A. no montante de 135.210.911,23 Euros, fosse integralmente distribuído sob a forma de dividendos. O Conselho de Administração propôs igualmente a distribuição de reservas livres no montante de 12.483.892,84 Euros sob a forma de dividendos, o que corresponde a um dividendo total de 0,72 Euros/ação.

No que respeita ao exercício de 2019, o Conselho de Administração propôs, no seu relatório anual, que o resultado líquido individual da Altri, SGPS, S.A. no montante de 114.428.315 Euros, tenha a seguinte aplicação:

Dividendos	61.539.502 euros
Reservas livres	52.888.813 euros

A distribuição de lucros do exercício e de reservas livres ora proposta implicará o pagamento de um dividendo bruto de 0,30 Euros por ação.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

O primeiro trimestre de 2020 foi marcado pelo aparecimento de uma epidemia a nível global denominada Covid-19, sendo que em 11 de março de 2020 foi declarada uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde. Esta pandemia, disseminada internacionalmente, impacta de modo relevante a economia mundial e os mercados financeiros, pelo que se torna imprescindível considerar os impactos decorrentes do Covid-19.

O Grupo Altri permanecerá atento e cuidadoso perante os riscos que poderão surgir para a sua área de negócio, quer em termos operacionais, de investimento ou financeiros.

Estamos convictos de que com prevenção, serenidade e em conjugação de esforços com os nossos parceiros, como sejam os nossos Clientes, Fornecedores, Colaboradores e Comunidades locais, estamos preparados para enfrentar este desafio.

Remetemos para as considerações divulgadas na Nota 45. Eventos Subsequentes no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

Paulo Jorge dos Santos Fernandes

João Manuel Matos Borges de Oliveira

Domingos José Vieira de Matos

Laurentina da Silva Martins

Demonstrações financeiras individuais e notas anexas

Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira

Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça

José Manuel de Almeida Archer



CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS CONTAS
E RELATÓRIO
DE AUDITORIA

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Altri, SGPS, S.A. (o Grupo), que compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 1.482.450.680 euros e um total de capital próprio de 466.042.935 euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos detentores de capital do Grupo de 100.826.022 euros), a Demonstração Consolidada de Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Altri, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase sobre a Covid-19

Os recentes desenvolvimentos resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus) têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das Organizações. Na Nota 45 das notas às demonstrações financeiras consolidadas são divulgados os impactos e incertezas resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus), estimados pelo Conselho de Administração para o Grupo, com base na informação disponível à data. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Imparidade do Goodwill

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Em 31 de dezembro de 2019, o valor contabilístico do Goodwill ascendia a 265.630.973 euros (2018: 265.531.404), representando 18% (2018: 18%) do total do ativo do Grupo.</p> <p>A eventual imparidade do Goodwill foi considerada uma matéria relevante porque o montante escriturado deste ativo é significativo e porque o processo de avaliação da imparidade é complexo, incluindo o uso de estimativas e a utilização de pressupostos, nomeadamente quanto a condições como a evolução económica futura, capacidade produtiva disponível no mercado, rédito e evolução de margens.</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Examinámos as projeções de fluxos de caixa que sustentam os testes de imparidade realizados pelo Conselho de Administração. Testámos as bases de preparação das projeções tendo em consideração a fiabilidade das projeções anteriores e informação histórica sobre os pressupostos; ▶ Avaliámos os pressupostos utilizados/subjacentes nos modelos de avaliação aprovados pelo Conselho de Administração, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento na perpetuidade e as análises de sensibilidade, apoiados por especialistas internos em avaliações de negócios; e ▶ Testámos os cálculos do modelo usado pelo Conselho de Administração e avaliámos o impacto que variações possíveis nos pressupostos chave poderiam ter em termos de registo de imparidade do Goodwill. <p>Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 36), incluídas na Nota 9 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.</p>

2. Ativos biológicos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Em 31 de dezembro de 2019, os Ativos biológicos não correntes ascendem a 104.491.065 euros (2018: 98.473.925 euros), representando 7% (2018: 7%) do total do ativo do Grupo.</p> <p>São compostos essencialmente pela espécie florestal de eucaliptos, que se encontra dispersa por uma vasta área, em terrenos propriedade do Grupo e arrendados, e que, depois de cortados, são utilizados como a principal matéria-prima para a produção da pasta de papel.</p> <p>Conforme divulgado na Nota 2.3 i) das notas às demonstrações financeiras consolidadas, os Ativos biológicos encontram-se valorizados ao justo valor, tal como prevê a IAS 41.</p> <p>A determinação do justo valor foi efetuada por uma entidade externa, com base na informação constante da base de dados mantida pelo Grupo, a qual reúne informação volumosa e com diversas características.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria nesta área incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Entendimento dos controlos chave implementados pela Entidade, relacionados com a correta manutenção de informação fiável sobre “cadastro” da área florestal; ▶ Teste à informação incluída na base de dados através da seleção de uma amostra de contratos com os proprietários da área florestal sob gestão do Grupo e visita a algumas propriedades; ▶ Procedimentos substantivos sobre a capitalização de despesas com florestação, com rendas e sobre o total de cortes efetuados no período; ▶ Avaliação das credenciais da entidade externa contratada para o efeito de determinar o justo valor dos Ativos biológicos; ▶ Leitura do relatório de avaliação emitido pela entidade externa contratada e verificação da sua consistência e coerência com os registos financeiros e não financeiros disponibilizados. Em particular, avaliámos os pressupostos subjacentes à determinação do justo valor, incluindo as taxas de desconto utilizadas, preço de venda expectável da madeira e gastos a incorrer até as mesmas estarem prontas para corte;

A determinação do justo valor, por não existir um valor de mercado observável, incorpora julgamentos significativos e complexos, materializados em modelos de fluxos de caixas que têm por base diversos pressupostos, apuramento e imputação por espécie dos gastos a incorrer até às florestas se encontrarem prontas para corte e o preço de venda expectável da madeira.

O uso de diferentes modelos e/ou pressupostos originará diferentes valorizações para os mesmos ativos.

- ▶ Teste aos cálculos constantes do modelo utilizado pela entidade externa;
- ▶ Envolvimento dos nossos especialistas internos em avaliações para aferir sobre a razoabilidade da taxa de desconto considerada; e
- ▶ Avaliação da razoabilidade do preço da madeira, considerando dados históricos do Grupo e dos gastos estimados a incorrer até aos ativos se encontrarem prontas para corte, bem como a repartição da totalidade dos gastos entre as diferentes espécies, por comparação com os gastos incorridos no exercício.

O nosso trabalho incluiu ainda o correto reconhecimento de subsídios relacionados com Ativos biológicos.

Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 41 e IFRS 13), incluídas nas Notas 2.3 i) e 11 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

3. Adoção da IFRS 16 - Locações

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O Grupo adotou esta nova norma a partir de 1 de janeiro de 2019.</p> <p>De acordo com as condições de transição previstas na IFRS 16, as novas regras foram adotadas retrospectivamente com o efeito acumulado (Nota 2.1) a ser reconhecido na data de transição a 1 de janeiro de 2019. Com a adoção da IFRS 16, o Grupo reconheceu no Passivo responsabilidades com locações anteriormente classificadas como locações operacionais ao abrigo da IAS 17.</p> <p>A 31 de dezembro de 2019, os Ativos sob direito de uso totalizam 69.601.105 euros.</p> <p>Consideramos esta uma matéria relevante atendendo ao esforço de auditoria necessário neste ano de entrada em vigor e pelo facto de existir julgamento significativo por parte do órgão de gestão, nomeadamente na determinação de pressupostos, tais como o termo da locação, a identificação do direito de uso e a taxa incremental de financiamento.</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Compreensão e avaliação dos procedimentos realizados pelo Grupo Altri relacionados com a adoção da IFRS 16; ▶ Revisão dos pressupostos definidos pelo Conselho de Administração, nomeadamente o prazo da locação, as opções de renovação e a taxa incremental de financiamento; ▶ Obtenção da lista completa dos contratos de locação identificados pelo Conselho de Administração e teste à plenitude da informação; ▶ Execução, para uma amostra de contratos, de testes de detalhe para concluir sobre a exatidão dos dados recolhidos para cada contrato de locação selecionado; e ▶ Recálculo dos montantes apurados de Ativo por direito de uso e Passivo da locação para a amostra de contratos selecionada. <p>Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IFRS 16), incluídas nas Notas 2.1 i) e 8 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, incluindo o Relatório de Governo Societário, nos termos legais e regulamentares;

- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu Relatório e Contas 2019 a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos eleitos auditores de Altri, SGPS, S.A. (Entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 26 de abril de 2017 para um mandato compreendendo os exercícios de 2017 a 2019;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo nesta data; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Porto, 2 de abril de 2020

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Altri, SGPS, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 393.633.962 euros e um total de capital próprio de 151.144.086 euros, incluindo um resultado líquido de 114.428.315 euros), a Demonstração de Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Altri, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase sobre a Covid-19

Os recentes desenvolvimentos resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus) têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das Organizações. Na Nota 24 das notas às demonstrações financeiras são divulgados os impactos e incertezas resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus), estimados pelo Conselho de Administração para a Altri, SGPS, S.A., com base na informação disponível à data. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Valorização/imparidade dos investimentos em subsidiárias e associadas

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
O montante escriturado dos Investimentos em subsidiárias e associadas, a 31 de dezembro de 2019, ascende a 175.070.677 euros (2018:	A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>175.920.677 euros) representando 44% (2018: 45%) do total do ativo da Entidade.</p> <p>O risco de imparidade dos Investimentos em subsidiárias e associadas, mensurados ao custo, foi considerado uma matéria relevante porque o montante escriturado é significativo no total do ativo e porque o cálculo do valor recuperável dos investimentos, caso existam indicadores de imparidade, é complexo, incluindo o uso de estimativas e a utilização de pressupostos quanto a, por exemplo, condições futuras de mercado e económicas, quotas de mercado, rédito e evolução de margens.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Avaliação da existência de indícios de imparidade na mensuração dos investimentos em subsidiárias; ▶ Obtenção e análise dos testes de imparidade, nos casos aplicáveis, incluindo a análise dos pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pelo Conselho de Administração, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de desconto, a taxa de inflação e a taxa de crescimento na perpetuidade; ▶ A validação dos cálculos aritméticos do modelo utilizado; e ▶ A realização de análises de sensibilidade, focadas em alterações possíveis nas variáveis mais críticas, como sejam a evolução dos preços de venda, a variação na taxa de desconto e a taxa de crescimento na perpetuidade. <p>Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 36), incluídas na Nota 4 das notas às demonstrações financeiras.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, incluindo o Relatório de Governo Societário, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetar sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu Relatório e Contas 2019 a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 26 de abril de 2017 para um mandato compreendendo os exercícios de 2017 a 2019;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta data; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Porto, 2 de abril de 2020

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

The image shows the cover of a document. The background is a solid dark green color. In the lower-left and lower-right corners, there are abstract, curved shapes in a lighter green and a dark grey color, respectively. The title 'PARECER DO CONSELHO FISCAL' is centered in the upper half of the page in a white, sans-serif font.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Acionistas da
ALTRI, SGPS, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, submetemos à vossa apreciação este Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais e consolidados da ALTRI, SGPS, S.A. (“Sociedade”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

1. Relatório sobre a atividade desenvolvida

Ao longo do exercício em apreço, o Conselho Fiscal acompanhou regularmente a evolução da atividade da Sociedade e das suas participadas, a regularidade dos registos contabilísticos, o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor e a eficácia e integridade dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, tendo efetuado reuniões, presenciais ou por via telemática, com a periodicidade e extensão que considerou adequadas, designadamente nos dias 12 março de 2019, 12 abril de 2019, 29 julho de 2019, 23 outubro de 2019, 12 março de 2020 e 25 de março de 2020, estas últimas relativas à aprovação das contas do exercício de 2019, e obtido da Administração e dos Serviços da Sociedade e das suas participadas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou a Demonstração da Posição Financeira Individual e Consolidada em 31 de dezembro de 2019, as Demonstrações Individuais e Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

No exercício das suas competências, o Conselho Fiscal reuniu regularmente com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, no sentido de acompanhar os trabalhos de auditoria efetuados e tomar conhecimento das respetivas conclusões, para além de avaliar a sua independência.

O Conselho Fiscal analisou a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual e Consolidada relativa ao exercício de 2019, que compreende a Demonstração Consolidada e Individual da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2019, a Demonstração Individual e Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Individual e Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Individual e Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Individual e Consolidada dos Fluxos de Caixa e os respetivos anexos, documento esse que não apresenta quaisquer reservas.

O Conselho Fiscal analisou também o Relatório de Governo da Sociedade, competindo-lhe apenas atestar se o mesmo inclui todos os elementos referidos no art.º nº 245-A do Código de Valores Mobiliários, o que o Conselho Fiscal verificou.

Finalmente, o Conselho Fiscal analisou ainda o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização e demais documentação emitido pelo representante da Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo da Sociedade.

2. Declaração de responsabilidade

No âmbito das competências do Conselho Fiscal, declara-se que, tanto quanto é do nosso conhecimento e convicção, os documentos de prestação de contas atrás referidos, foram preparados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da ALTRI, S.G.P.S., SA e do Grupo por ela liderado, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Grupo, contendo uma adequada descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta. Atesta-se ainda que o Relatório do Governo da Sociedade, inclui os elementos referidos no art.º 245-A do Código de Valores Mobiliários.

3. Parecer

Nestes termos, tendo em consideração as diligências desenvolvidas, os pareceres e as informações recebidas do Conselho de Administração, dos Serviços da Sociedade, do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, o Conselho Fiscal é de parecer que:

1. Nada obsta à aprovação do Relatório de Gestão Individual e Consolidado relativo ao exercício de 2019;
2. Nada obsta à aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do exercício de 2019;
3. Nada obsta à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, que se encontra devidamente fundamentada.

Desejamos manifestar ao Conselho de Administração e aos diversos Serviços da Sociedade e das empresas participadas o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Porto, 2 de abril de 2020

O Conselho Fiscal

Pedro Pessanha
Presidente do Conselho Fiscal

António Pinho
Vogal do Conselho Fiscal

Guilherme Monteiro
Vogal do Conselho Fiscal



Sede: Rua Manuel Pinto de Azevedo, 818
4100-320 Porto | PORTUGAL

T: +351 22 8346502

F: +351 22 8346503

sede@altri.pt

www.altri.pt

NIF 507 172 086

Capital Social: 25.641.459 euros